



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVIII Nº 20, QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - (cargo vago)
- 4º - (cargo vago)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)
2º Secretária

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
- 2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
- 3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
- 4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Adoção de Medidas Provisórias

Adoção da Medida Provisória nº 1170/2023, que *altera as remunerações e salários dos cargos e dos empregos públicos civis da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a partir de 1º de maio de 2023*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

8

Adoção da Medida Provisória nº 1171/2023, que *dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (**Ofício nº 195/2023-PL/CD**)

12

Adoção da Medida Provisória nº 1172/2023, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

17

Adoção da Medida Provisória nº 1173/2023, que *altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

21

1.1.2 – Comunicações



Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023, referente à sua instalação, eleição do Deputado Dorinaldo Malafaia como Presidente e do Senador Marcelo Castro como Vice-Presidente e designação da Senadora Zenaide Maia como Relatora (Ofício nº 1/2023)	26
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023, referente à sua instalação e designação do Deputado Jorga Solla como Relator-revisor (Ofício nº 2/2023)	27
Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1154/2023 (Ofício nº 192/2023)	28
Da Liderança do UNIÃO na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023 (Ofício nº 71/2023)	29
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023 (Ofício s/nº/2023)	30
Da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023 (Ofício nº 115/2023)	31
Da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA na Câmara dos Deputados, de desligamento do Deputado Alex Manente da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023 (Ofício nº 116/2023)	32
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023 (Ofício nº 262/2023)	33
Da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023 (Ofício nº 18/2023)	34
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023 (Ofício nº 211/2023)	35
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de desligamento da Deputada Professora Goreth da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1154/2023 (Ofício s/nº/2023)	36
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1170/2023 (Ofício nº 214/2023)	37
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1172/2023 (Ofício nº 219/2023)	38
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1173/2023 (Ofício nº 216/2023)	39
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1172/2023 (Ofício nº 221/2023)	40



Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1167/2023 (Ofício nº 220/2023).	41
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1167/2023 (Ofício nº 213/2023).	42
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1171/2023 (Ofício nº 217/2023).	43
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1171/2023 (Ofício nº 215/2023).	44
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1173/2023 (Ofício nº 218/2023).	45
Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de substituição de membros da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1166/2023 (Ofício nº 212/2023).	46
Da Liderança do UNIÃO na Câmara dos Deputados, de desligamento do Deputado Rafael Simões da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165/2023 (Ofício nº 6/2023).	47
1.1.3 – Emendas	
N ^{os} 1 a 56, apresentadas à Medida Provisória nº 1170/2023.	49
N ^{os} 1 a 106, apresentadas à Medida Provisória nº 1171/2023.	235
N ^{os} 1 a 5, apresentadas à Medida Provisória nº 1172/2023.	539
N ^{os} 1 a 24; 26 a 33, apresentadas à Medida Provisória nº 1173/2023.	552
1.1.4 – Parecer aprovado em Comissão	
Nº 1/2023, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1164/2023 (conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 11/2023)	630
1.1.5 – Requerimentos	
Nº 4/2023-MESA, do Senador Carlos Viana e do Deputado Samuel Viana, de realização de sessão solene em 15 de maio de 2023, destinada a homenagear o Estado de Israel pelos 75 anos de sua criação	776
Nº 5/2023-MESA, do Senador Fabiano Contarato e da Deputada Jack Rocha, de realização de sessão solene em 17 de maio de 2023, destinada a comemorar o Dia da Defensora e do Defensor Público. . .	779
Nº 6/2023-MESA, do Senador Efraim Filho e outros Parlamentares, de realização de sessão solene em 22 de maio de 2023, destinada a promover a ação do Dia Livre de Impostos e reforçar a importância do diálogo sobre a pauta da Reforma Tributária no País.	783



PARTE III

2 – COMISSÕES MISTAS	787
3 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	802
4 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	855
5 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	856
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA	857
7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	858
8 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	862



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Adoção de Medidas Provisórias



O Senhor Presidente da República adotou, em 28 de abril de 2023, e publicou, no Diário Oficial da União, Edição Extra B, do mesmo dia, a Medida Provisória nº 1170, de 2023, que *altera as remunerações e salários dos cargos e dos empregos públicos civis da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a partir de 1º de maio de 2023.*

Nos termos da Resolução nº 1 de 2002-CN e do Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 1 de 2023, fica constituída, em 9 de maio de 2023, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista está publicada na Ordem do Dia do Congresso Nacional e o calendário de tramitação da Medida Provisória, na página de tramitação da matéria.

Publicada em avulso eletrônico, a matéria vai à **Comissão Mista**, em cumprimento ao disposto no § 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.



SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB)

(Eduardo Braga)	1. (Confúncio Moura)
(Marcelo Castro)	2. (Giordano)
(Efraim Filho)	3. (Professora Dorinha Seabra)
(Orovisto Guimarães)	4. (Styverson Valentim)
*	5. *

Bloco Parlamentar Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE)

(Otto Alencar)	1.
(Omar Aziz)	2.
(Fabiano Contarato)	3.
(Jorge Kajuru)	4. (Ana Paula Lobato)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO)

(Wellington Fagundes)	1. (Zequinha Marinho)
(Carlos Portinho)	2. (Jorge Seif)

Bloco Parlamentar PP-REPUBLICANOS (PP/REPUBLICANOS) **

(Tereza Cristina)	1.
(Mecias de Jesus)	2. (Hamilton Mourão)

*Vaga compartilhada entre PDT, PSDB e União em virtude do empate entre as duas bancadas na proporcionalidade intrabloco.

** Não havendo bancada sem representação após a distribuição proporcional das 12 vagas instituídas pela §2º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN, a vaga destinada ao rodízio, prevista no §3º do referido artigo, foi distribuída à bancada com a maior fração remanescente do quociente partidário.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.



DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA

(Elmar Nascimento)	1.
(André Fufuca)	2.
	3.
(André Figueiredo)	4.

Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC

(Isnaldo Bulhões Jr.)	1.
(Antônio Brito)	2.
(Hugo Motta)	3.
(Fábio Macedo)	4.

PL

(Altineu Côrtes)	1. (Soraya Santos)
(Giovani Cherini)	2. (Alberto Fraga)

FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (PT, PCdoB, PV)

(Zeca Dirceu)	1. (Ana Pimentel)
(Alice Portugal)	2. (Camila Jara)

FEDERAÇÃO PSOL-REDE

(Felipe Carreras)	1. (Gervásio Maia)
-------------------	--------------------

* A vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 2º, § 3º, da RCN 1/2002, foi destinada à bancada com a maior fração remanescente após a distribuição das 12 vagas instituídas pela RCN. O desempate entre o PL e o Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC se deu pelo critério antiguidade, sendo o MDB a sigla mais antiga com registro no TSE.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º do RCCN.

(É o seguinte o calendário da matéria:)



- Publicação no DOU: **28/04/2023**
- Designação da Comissão: **09/05/2023**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 04/05/2023***
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **12/06/2023 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **26/06/2023 (a prorrogar)**

* As emendas deverão ser encaminhadas eletronicamente para Coordenação de Comissões Mistas (SF-COCM).

(Não foram apresentados ofícios de indicação no prazo estipulado pelo § 4º do art. 2º da RCN 1/2002.)



O Senhor Presidente da República adotou, em 30 de abril de 2023, e publicou, no Diário Oficial da União, Edição Extra G, do mesmo dia, a Medida Provisória nº 1171, de 2023, que *dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.*

Nos termos da Resolução nº 1 de 2002-CN e do Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 1 de 2023, fica constituída, em 9 de maio de 2023, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista está publicada na Ordem do Dia do Congresso Nacional e o calendário de tramitação da Medida Provisória, na página de tramitação da matéria.

Publicada em avulso eletrônico, a matéria vai à **Comissão Mista**, em cumprimento ao disposto no § 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.



SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB)

(Eduardo Braga)	1. (Confúncio Moura)
(Marcelo Castro)	2. (Giordano)
(Efraim Filho)	3. (Professora Dorinha Seabra)
(Orovisto Guimarães)	4. (Styverson Valentim)
*	5. *

Bloco Parlamentar Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE)

(Otto Alencar)	1.
(Omar Aziz)	2.
(Fabiano Contarato)	3.
(Jorge Kajuru)	4. (Ana Paula Lobato)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO)

(Wellington Fagundes)	1. (Zequinha Marinho)
(Carlos Portinho)	2. (Jorge Seif)

Bloco Parlamentar PP-REPUBLICANOS (PP/REPUBLICANOS) **

(Tereza Cristina)	1.
(Mecias de Jesus)	2. (Hamilton Mourão)

*Vaga compartilhada entre PDT, PSDB e União em virtude do empate entre as duas bancadas na proporcionalidade intrabloco.

** Não havendo bancada sem representação após a distribuição proporcional das 12 vagas instituídas pela §2º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN, a vaga destinada ao rodízio, prevista no §3º do referido artigo, foi distribuída à bancada com a maior fração remanescente do quociente partidário.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.



DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA

(Elmar Nascimento)	1.
(André Fufuca)	2.
	3.
(André Figueiredo)	4.

Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC

(Isnaldo Bulhões Jr.)	1.
(Antônio Brito)	2.
(Hugo Motta)	3.
(Fábio Macedo)	4.

PL

Luiz Philippe de Orleans e Bragança	1.
	2.

FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (PT, PCdoB, PV)

(Zeca Dirceu)	1. (Ana Pimentel)
(Alice Portugal)	2. (Camila Jara)

FEDERAÇÃO PSOL-REDE

(Felipe Carreras)	1. (Gervásio Maia)
-------------------	--------------------

* A vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 2º, § 3º, da RCN 1/2002, foi destinada à bancada com a maior fração remanescente após a distribuição das 12 vagas instituídas pela RCN. O desempate entre o PL e o Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC se deu pelo critério antiguidade, sendo o MDB a sigla mais antiga com registro no TSE.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.

(É o seguinte o calendário da matéria:)



- Publicação no DOU: **30/04/2023**
- Designação da Comissão: **09/05/2023**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 08/05/2023***
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **14/06/2023 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **28/06/2023 (a prorrogar)**

* As emendas deverão ser encaminhadas eletronicamente para Coordenação de Comissões Mistas (SF-COCM).

No prazo regimental foi apresentado o seguinte ofício de indicação:

- Ofício nº 195/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados.





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

Of. Nº 195/2023 – Lid-PL

Brasília, 09 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação de membro para Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de realizar a seguinte indicação:

- Indicar o **Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)** para **Titularidade da Medida Provisória 1.171/2023**

Respeitosamente,

Deputado Altineu Côrtes
Líder do Partido Liberal



Liderança do Partido Liberal - Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159550 FAX: 61-32159577

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Altineu Côrtes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235792635200>



O Senhor Presidente da República adotou, em 1º de maio de 2023, e publicou, no Diário Oficial da União, Edição Extra H, do mesmo dia, a Medida Provisória nº 1172, de 2023, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023*.

Nos termos da Resolução nº 1 de 2002-CN e do Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 1 de 2023, fica constituída, em 9 de maio de 2023, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista está publicada na Ordem do Dia do Congresso Nacional e o calendário de tramitação da Medida Provisória, na página de tramitação da matéria.

Publicada em avulso eletrônico, a matéria vai à **Comissão Mista**, em cumprimento ao disposto no § 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.



SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB)

(Eduardo Braga)	1. (Confúncio Moura)
(Marcelo Castro)	2. (Giordano)
(Efraim Filho)	3. (Professora Dorinha Seabra)
(Orovisto Guimarães)	4. (Styverson Valentim)
*	5. *

Bloco Parlamentar Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE)

(Otto Alencar)	1.
(Omar Aziz)	2.
(Fabiano Contarato)	3.
(Jorge Kajuru)	4. (Ana Paula Lobato)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO)

(Wellington Fagundes)	1. (Zequinha Marinho)
(Carlos Portinho)	2. (Jorge Seif)

Bloco Parlamentar PP-REPUBLICANOS (PP/REPUBLICANOS) **

(Tereza Cristina)	1.
(Mecias de Jesus)	2. (Hamilton Mourão)

*Vaga compartilhada entre PDT, PSDB e União em virtude do empate entre as duas bancadas na proporcionalidade intrabloco.

** Não havendo bancada sem representação após a distribuição proporcional das 12 vagas instituídas pela §2º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN, a vaga destinada ao rodízio, prevista no §3º do referido artigo, foi distribuída à bancada com a maior fração remanescente do quociente partidário.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.



DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA

(Elmar Nascimento)	1.
(André Fufuca)	2.
	3.
(André Figueiredo)	4.

Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC

(Isnaldo Bulhões Jr.)	1.
(Antônio Brito)	2.
(Hugo Motta)	3.
(Fábio Macedo)	4.

PL

(Altineu Côrtes)	1. (Soraya Santos)
(Giovani Cherini)	2. (Alberto Fraga)

FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (PT, PCdoB, PV)

(Zeca Dirceu)	1. (Ana Pimentel)
(Alice Portugal)	2. (Camila Jara)

FEDERAÇÃO PSOL-REDE

(Felipe Carreras)	1. (Gervásio Maia)
-------------------	--------------------

* A vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 2º, § 3º, da RCN 1/2002, foi destinada à bancada com a maior fração remanescente após a distribuição das 12 vagas instituídas pela RCN. O desempate entre o PL e o Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC se deu pelo critério antiguidade, sendo o MDB a sigla mais antiga com registro no TSE.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.

(É o seguinte o calendário da matéria:)



- Publicação no DOU: **01/05/2023**
- Designação da Comissão: **09/05/2023**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 08/05/2023***
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **15/06/2023 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **29/06/2023 (a prorrogar)**

* As emendas deverão ser encaminhadas eletronicamente para Coordenação de Comissões Mistas (SF-COCM).

(Não foram apresentados ofícios de indicação no prazo estipulado pelo § 4º do art. 2º da RCN 1/2002.)



O Senhor Presidente da República adotou, em 1º de maio de 2023, e publicou, no Diário Oficial da União, Edição Extra H, do mesmo dia, a Medida Provisória nº 1173, de 2023, que *altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.*

Nos termos da Resolução nº 1 de 2002-CN e do Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 1 de 2023, fica constituída, em 9 de maio de 2023, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista está publicada na Ordem do Dia do Congresso Nacional e o calendário de tramitação da Medida Provisória, na página de tramitação da matéria.

Publicada em avulso eletrônico, a matéria vai à **Comissão Mista**, em cumprimento ao disposto no § 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.



SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB)

(Eduardo Braga)	1. (Confúncio Moura)
(Marcelo Castro)	2. (Giordano)
(Efraim Filho)	3. (Professora Dorinha Seabra)
(Orovisto Guimarães)	4. (Styverson Valentim)
*	5. *

Bloco Parlamentar Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE)

(Otto Alencar)	1.
(Omar Aziz)	2.
(Fabiano Contarato)	3.
(Jorge Kajuru)	4. (Ana Paula Lobato)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO)

(Wellington Fagundes)	1. (Zequinha Marinho)
(Carlos Portinho)	2. (Jorge Seif)

Bloco Parlamentar PP-REPUBLICANOS (PP/REPUBLICANOS) **

(Tereza Cristina)	1.
(Mecias de Jesus)	2. (Hamilton Mourão)

*Vaga compartilhada entre PDT, PSDB e União em virtude do empate entre as duas bancadas na proporcionalidade intrabloco.

** Não havendo bancada sem representação após a distribuição proporcional das 12 vagas instituídas pela §2º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN, a vaga destinada ao rodízio, prevista no §3º do referido artigo, foi distribuída à bancada com a maior fração remanescente do quociente partidário.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.



DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA

(Elmar Nascimento)	1.
(André Fufuca)	2.
	3.
(André Figueiredo)	4.

Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC

(Isnaldo Bulhões Jr.)	1.
(Antônio Brito)	2.
(Hugo Motta)	3.
(Fábio Macedo)	4.

PL

(Altineu Côrtes)	1. (Soraya Santos)
(Giovani Cherini)	2. (Alberto Fraga)

FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (PT, PCdoB, PV)

(Zeca Dirceu)	1. (Ana Pimentel)
(Alice Portugal)	2. (Camila Jara)

FEDERAÇÃO PSOL-REDE

(Felipe Carreras)	1. (Gervásio Maia)
-------------------	--------------------

* A vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 2º, § 3º, da RCN 1/2002, foi destinada à bancada com a maior fração remanescente após a distribuição das 12 vagas instituídas pela RCN. O desempate entre o PL e o Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC se deu pelo critério antiguidade, sendo o MDB a sigla mais antiga com registro no TSE.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.

(É o seguinte o calendário da matéria:)



- Publicação no DOU: **01/05/2023**
- Designação da Comissão: **09/05/2023**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 08/05/2023***
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **15/06/2023 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **29/06/2023 (a prorrogar)**

* As emendas deverão ser encaminhadas eletronicamente para Coordenação de Comissões Mistas (SF-COCM).

(Não foram apresentados ofícios de indicação no prazo estipulado pelo § 4º do art. 2º da RCN 1/2002.)



Comunicações





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165/2023

Ofício nº 001/MPV 1165-2023

Brasília, 10 de maio de 2023.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1165, de 2023, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Deputado Dorinaldo Malafaia

Vice-Presidente: Senador Marcelo Castro

Relatora: Senadora Zenaide Maia

Respeitosamente,


Deputado DORINALDO MALAFAIA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165/2023

Ofício nº 002/MPV 1165-2023

Brasília, 10 de maio de 2023.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1165, de 2023, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Relator-Revisor: Deputado Jorge Solla

Respeitosamente,


Deputado DORINALDO MALAFAIA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

Of. Nº 192/2023 – Lid-PL

Brasília, 03 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Substituição de membro para Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de realizar as seguintes indicações:

- Retirar o **Deputado Zé Trovão (PL/SC)** da **Titularidade** da **Medida Provisória 1.154/2023**.
- Retirar o **Deputado Giacobbo (PL/PR)** da **Suplência** da **Medida Provisória 1.154/2023**.
- Indicar o **Deputado Zé Trovão (PL/SC)** para **Suplência** da **Medida Provisória 1.154/2023**.
- Indicar o **Deputado Giacobbo (PL/PR)** para **Titularidade** da **Medida Provisória 1.154/2023**.

Respeitosamente,

Deputado Altineu Côrtes
Líder do Partido Liberal



Liderança do Partido Liberal - Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159550 FAX: 61-32159577

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Altineu Côrtes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238100176800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do União Brasil



CD/23085.83328-00

Ofício Nº 071-União/2023

Brasília, 04 de Maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de parlamentares para composição de Comissões.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência as seguintes alterações na composição da(s)
comissão(ões) abaixo listada(s):

Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023 - CMMPV 1165/2023:

Indicar o(a) Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) para a vaga de titular, em substituição a(o)
Dep. Elmar Nascimento (UNIÃO - BA).

Indicar o(a) Dep. Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) para a vaga de titular, em substituição a(o)
Dep. Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL).

Indicar o(a) Dep. Rafael Simoes (UNIÃO - MG) para a vaga de suplente, em substituição a(o)
Dep. Danilo Forte (UNIÃO - CE).

Respeitosamente,

Elmar Nascimento
Líder do União Brasil



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elmar Nascimento
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230858332800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT

CD/23223.38095-00

Brasília, 04 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Aproveitando a oportunidade para cumprimentá-lo, cordialmente, solicito proceder à substituição dos membros da bancada do PDT integrantes da Comissão Mista para apreciação da Medida Provisória n. 1165, de 2023, que “*Institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013*”, conforme abaixo:

	Membros atuais	Substituir por
Titular	André Figueiredo (PDT-CE)	Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)
Suplente	Afonso Motta (PDT-RS)	Flávia Moraes (PDT-GO)

Atenciosamente,

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO - CE**
Líder do PDT



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232233809500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DA FEDERAÇÃO PSDB/CIDADANIA

CD/23476.76493-00

Of. nº 115/2023/PSDB/CIDADANIA

Brasília, 04 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **GERALDO RESENDE**, em substituição ao Deputado **ADOLFO VIANA**, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 1.165/23, que institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Respeitosamente,

Deputado **ADOLFO VIANA**
Líder da Federação PSDB/CIDADANIA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana



LexEdit
* C D 2 3 4 7 6 7 6 4 9 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DA FEDERAÇÃO PSDB/CIDADANIA

CD/23137.32156-00

Of. nº 116/2023/PSDB/CIDADANIA

Brasília, 04 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Desligamento de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o desligamento do Deputado **ALEX MANENTE**, como membro suplente, na Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 1.165/23, que institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Respeitosamente,

Deputado **ADOLFO VIANA**
Líder da Federação PSDB/CIDADANIA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana



* C D 2 3 1 3 7 3 2 1 5 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



CD/23463.78744-00

Of. n. 262/2023/PSD

Brasília, 08 de maio de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de parlamentar do PSD para compor Comissão Mista.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o Deputado **Sidney Leite (PSD-AM)** para compor a Comissão Mista que analisará a Medida Provisória nº 1.165 de 2023 – Programa Mais Médicos - na condição de Titular.

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que a referida indicação produza os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

Deputado **ANTONIO BRITO**
Líder do PSD



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Brito





SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Parlamentar Aliança

SF/23877.56022-67

Ofício nº 018/2023 – GABLID/BLALIAN

Brasília-DF, 08 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senador
RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação para Integrantes para a Comissão Mista da MP 1.165/23

Senhor Presidente,

Nos termos do § 4º, do art. 2º, da Resolução 1/2002-CN, submeto a V. Exa. os nomes dos senadores do Bloco Parlamentar Aliança para compor a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória (MPV) nº 1.165, de 2023, conforme indicação dos Líderes dos Partidos Progressistas e Republicanos:

Titular	Suplente
Sen. Dr. Hiran (PP-RR)	Sen. Laércio Oliveira (PP-SE)
Sen. Hamilton Mourão (REP-RS)	Sen. Mecias de Jesus (REP-RR)

Respeitosamente,

Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Líder do Bloco Parlamentar Aliança - BLALIAN
(documento assinado eletronicamente)



CD/23453.96558-00

Ofício 211/2023

Brasília, 08 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para DESLIGAR os deputados Zeca Dirceu-PT/PR e Odair Cunha-PT/MG como TITULARES na Comissão Mista da MPV 1165/2023 - Programa Mais Médicos e INDICAR para substituí-los os deputados Jorge Solla-PT/BA e Josias Gomes-PT/BA.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234539655800>



* C D 2 3 4 5 3 9 6 5 5 8 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CD/23209.60367-00

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT**

Brasília, 09 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

RODRIGO PACHECO

Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Solicito a RETIRADA da **Deputada Professora Goreth – PDT/AP** da vaga de suplente na Comissão Mista Especial para proferir parecer à MP 1.154/2023.

Atenciosamente,

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO - CE**
Líder do PDT



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232096036700>



CD/23107.52316-00

Ofício 214/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR as deputadas Alice Portugal-PC do B/BA e Juliana Cardoso-PT/SP como membros titulares na Comissão Mista da MPV 1170/2023 – **Remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.**

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231075231600>



* C D 2 3 1 0 7 5 2 3 1 6 0 0 *



CD/23127.43340-00

Ofício 219/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR os deputados Merlong Solano-PT/PI e Adriana Accorsi-PT/GO como TITULARES e as deputadas Dandara-PT/MG e Alice Portugal-PC do B/BA como SUPLENTE na **Comissão Mista da MP 1172 – Reajuste do Valor do Salário Mínimo.**

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231274334000>



* C D 2 3 1 2 7 4 3 3 4 0 0 0 *



CD/23204.93014-00

Ofício 216/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR os deputados Carlos Zarattini-PT/SP e Reginete Bispo-PT/RS como TITULARES na Comissão Mista da MPV 1173/2023 – **Programa de Alimentação do Trabalhador** e INDICO ainda, nesta mesma Comissão, a deputada Dilvanda Faro-PT/PA como SUPLENTE.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232049301400>



* C D 2 3 2 0 4 9 3 0 1 4 0 0 *



CD/23362.88786-00

Ofício 221/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para DESLIGAR a deputada Alice Portugal-PC do B/BA da condição de SUPLENTE na **Comissão Mista da MP 1172 – Reajuste do Valor do Salário Mínimo** e indicar em seu lugar o deputado Daniel Almeida-PC do B/BA.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233628878600>



CD/23435.81610-00

Ofício 220/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR o deputado Alexandre Lindenmeyer-PT/RS como SUPLENTE na **Comissão Mista da MP 1167 – Prorrogação do prazo de adequação à nova lei de licitações** em substituição à deputada Ana Pimentel-PT/MG.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234358161000>



* C D 2 3 4 3 5 8 1 6 1 0 0 0 *



CD/23504.97794-00

Ofício 213/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o DESLIGAMENTO dos deputados Zeca Dirceu-PT/PR e Odair Cunha-PT/MG como TITULARES na Comissão Mista da MPV 1167/2023 – **Prorrogação de prazo de adequação à nova Lei de licitações** e INDICAR para substituí-los os deputados Paulão-PT/AL e Helder Salomão- PT/ES. Solicito ainda o desligamento da Deputada Alice Portugal-PC do B/BA da condição de SUPLENTE e indico em seu lugar o deputado Pedro Uczai-PT/SC.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235049779400>



CD/23779.30805-00

Ofício 217/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR o deputado Márcio Jerry-PC do B/MA como SUPLENTE na Comissão Mista da MPV 1171/2023 – **Alteração dos valores da tabela mensal do IRPF.**

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237793080500>



CD/23901.94358-00

Ofício 215/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR os deputados Florentino Neto-PT/PI e Denise Pessôa-PT/RS como TITULARES na Comissão Mista da MPV 1171/2023 – **Alteração dos valores da tabela mensal do IRPF** e INDICO ainda, nesta mesma Comissão, o deputado Kiko Celeguim-PT/SP como SUPLENTE.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239019435800>



* C D 2 3 9 0 1 9 4 3 5 8 0 0 *



CD/23043.29389-00

Ofício 218/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR o deputado Dimas Gadelha-PT/RJ como membro SUPLENTE na Comissão Mista da **MPV 1173/2023 – Programa de Alimentação do Trabalhador.**

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230432938900>



CD/23716.49958-00

Ofício 212/2023

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para DESLIGAR os deputados Zeca Dirceu-PT/PR e Odair Cunha-PT/MG como TITULARES na Comissão Mista da MPV 1166/2023 – Programa Aquisição de Alimentos e INDICAR para substituí-los os deputados Airton Faleiro-PT/PA e João Daniel-PT/SE. INDICO ainda como suplentes os deputados Leonardo Monteiro-PT/MG e Adriana Accorsi-PT/GO em substituição às deputadas Alice Portugal-PC do B/BA e Ana Pimentel-PT/MG.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR
Líder da Federação Brasil da Esperança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237164995800>



* C D 2 3 7 1 6 4 9 9 5 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO UNIÃO BRASIL

CD/23029.78385-00

Ofício nº 006-L-2023/UniãoBrasil

Brasília, 10 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Assunto: **retirada de membros da Comissão Mista da MPV 1.165/2023.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **RAFAEL SIMÕES** deixa de integrar, como membro **suplente**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 1.165**, de 20 de março de 2023, que “Institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013”.

Respeitosamente,

Deputado **ELMAR NASCIMENTO**
Líder do União Brasil



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elmar Nascimento
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230297838500>



Emendas





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1170, de 2023**, que *"Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)	001
Senador Dr. Hiran (PP/RR)	002; 003; 004; 005; 006; 007; 008; 009; 010; 011; 012; 014
Deputado Federal Albuquerque (REPUBLICANOS/RR)	013
Deputada Federal Coronel Fernanda (PL/MT)	015; 026
Deputado Federal Vicentinho Júnior (PP/TO)	016
Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	017; 052
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO)	018; 019; 020; 021; 022
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	023
Deputado Federal Lucio Mosquini (MDB/RO)	024
Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	025
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	027; 028; 029; 030
Deputado Federal Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)	031
Deputado Federal Daniel Freitas (PL/SC)	032
Deputado Federal Marx Beltrão (PP/AL)	033
Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)	034; 035; 036; 037; 038; 039; 040
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	041; 042; 043
Senador Lucas Barreto (PSD/AP)	044; 045; 046; 047; 048; 049; 055; 056
Deputada Federal Silvia Waiãpi (PL/AP)	050
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	051
Deputado Federal Sargento Portugal (PODEMOS/RJ)	053
Deputado Federal Vinicius Gurgel (PL/AP)	054

TOTAL DE EMENDAS: 56





[Página da matéria](#)



MPV 1170
00001

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 28 DE ABRIL DE 2023.

EMENDA ADITIVA

Incluir a citação do cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE na tabela de cargos específicos do PCCTAE a), do Anexo CXII, da Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023

A tabela a) do Anexo CXII, da Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte adição:

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO E AUDITOR

a) Vencimento básico dos cargos de Médico e Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

CARGOS	CLASSES DE CAPACITAÇÃO	VALOR EM R\$				
		NÍVEL E				
		R\$	I	II	III	IV
Médico	P31	9.113,85	1			
Médico Veterinário	P32	9.469,29	2	1		
Médico-Área	P33	9.838,59	3	2	1	
Auditor	P34	10.222,29	4	3	2	1
	P35	10.620,97	5	4	3	2
	P36	11.035,18	6	5	4	3
	P37	11.465,56	7	6	5	4
	P38	11.912,71	8	7	6	5
	P39	12.377,31	9	8	7	6
	P40	12.860,03	10	9	8	7
	P41	13.361,57	11	10	9	8
	P42	13.882,67	12	11	10	9
	P43	14.424,09	13	12	11	10
	P44	14.986,63	14	13	12	11

CD230838960900



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230838960900>



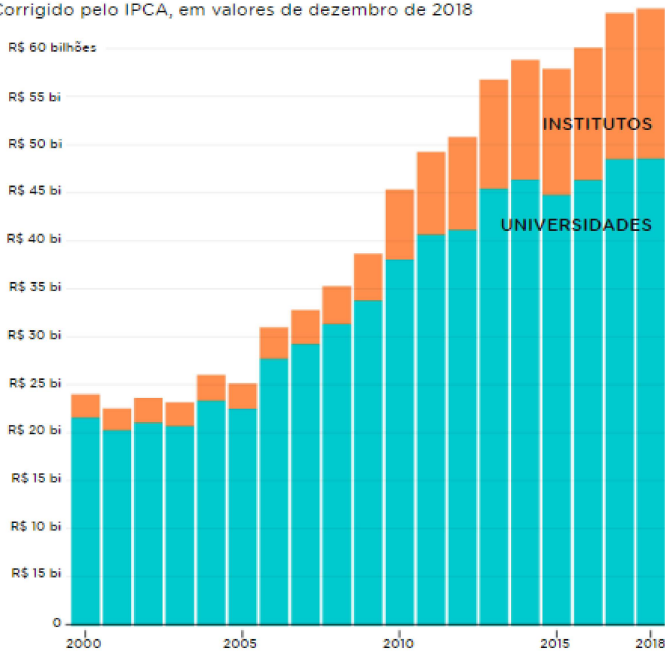
	P45	15.571,11	15	14	13	12
	P46	16.178,38	16	15	14	13
	P47	16.809,34		16	15	14
	P48	17.464,91			16	15
	P49	18.146,04				16

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a Educação como alternativa às desigualdades sociais foi estabelecida na CF/88 como “um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa ideia integra o leque de estratégias governamentais que consideram a Educação uma forma de combate às desigualdades sociais e pobreza no Brasil.

A concretização desse projeto de desenvolvimento foi ampliada, entre 2003 e 2015, com a expansão e reestruturação das Universidades, dos Institutos Federais e demais Instituições Federais de Ensino democratizando o ensino por meio da interiorização, diversificação e expansão de vagas.

Figura 1. Orçamento Anual das Universidades e Institutos ao longo do tempo
Corrigido pelo IPCA, em valores de dezembro de 2018



Fonte: O orçamento das universidades e institutos federais desde 2000, mai de 2019, Nexso Jornal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230838960900>



Com o avanço dessas políticas públicas houve, consequentemente, maior necessidade em adequar a atuação do Controle Interno e das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Auditorias Internas, para que os resultados alcançados por essas instituições fossem condizentes com o investimento realizado, atendendo não só aos interesses dos Administração Pública, mas também aos usuários dos serviços.

As Auditorias Internas das Instituições Federais de Ensino têm uma estrutura própria da atividade, organizada para alcançar os pressupostos da Constituição Federal no que concerne ao Controle Interno, sua subordinação ocorre junto à mais alta instância do órgão - Conselho Superior ou Conselho Universitário -, elevando seu grau de responsabilidade, uma vez que fornece subsídios para agregar valor à gestão e garantir resultados satisfatórios. Essa vinculação, inclusive, levou o Tribunal de Contas da União a incluir entre as peças obrigatórias do processo anual de prestação de contas das entidades da administração indireta o parecer da Auditoria Interna sobre a gestão.

O Decreto nº 3.591/2000 trouxe a obrigatoriedade da criação das Unidades de Auditoria Interna na Administração Pública Federal Indireta (UAIG) e as vinculou tecnicamente ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, assim atendendo aos aspectos de atuação integrada do Controle Interno, nos termos do art. 74 da Constituição Federal, por si só, diferenciando as atribuições do cargo de Auditor das demais categorias funcionais dentro do PCCTAE. Diferenças estas evidenciadas ainda mais perante os desafios legais citados no art. 49 da Lei Federal nº 14.129/2021, ao definir que cabe a Auditoria Interna Governamental o dever de adicionar valor e melhorar as operações das organizações públicas, por meio das atividades de avaliações, consultorias, promoção da prevenção, da detecção e da investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais. No mesmo sentido, as mais recentes normas internacionais do IIA que referenciam tecnicamente a atividade de Auditoria Interna e expõem ainda mais a necessidade de se evidenciar a especificidade do cargo de Auditor do PCCTAE desde a sua criação, a fim de cumprir a exigência por um padrão que assegure a credibilidade da prática da atividade de auditoria interna nas Instituições Federais de Ensino, proporcionando assim alcançar o nível de especificidade disposto no Referencial Técnico de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa SFC/CGU 03/2017.

Adicionalmente, a escolha do Auditor-Geral, servidor titular da Unidade de Auditoria Interna das Instituições Federais de Ensino, o planejamento e o relatório das atividades desenvolvidas anualmente pelos auditores, são submetidos à avaliação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal - CGU, mais uma vez na busca da garantia de integração do Controle Interno na forma disposta na Constituição Federal. Nenhum outro cargo do PCCTAE tem essa característica. Outro ponto a destacar é a limitação de atuação do servidor detentor do cargo de auditor em conselhos, comitês e demais colegiados de gestão da entidade para que não haja conflitos de interesse, ponto já manifestado pelo Órgão Central de Controle Interno.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230838960900>



Apesar de todas as especificidades do cargo de Auditor, no sentido de dar efetividade ao cumprimento do art. 74 da Constituição Federal no que se refere à atuação da Unidade de Auditoria Interna de forma integrada por meio de Sistema de Controle Interno, além da atuação do cargo na execução da atividade de Auditoria Interna Governamental para o alcance das finalidades de avaliação e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração indireta, especificamente Instituições Federais de Ensino, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, nos termos do art. 70 da Carta Magna, o enquadramento remuneratório do cargo de Auditor do PCCTAE não se encontra citado no quadro dos cargos específicos da tabela a) do Anexo CXII, da Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023. Tal situação contribui para um contínuo descompasso entre a complexidade das atribuições e a estrutura remuneratória do cargo de Auditor do PCCTAE, tomando como referência os outros cargos e carreiras que desempenham funções equivalentes no Poder Executivo Federal, com similitude de atribuições, nível de escolaridade e jornada de 40 horas semanais, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Estrutura Remuneratória dos cargos de Auditor do Poder Executivo Federal

Cargo	Inicial	Final
Auditor-Fiscal da Receita Federal Do Brasil - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor-Fiscal do Trabalho - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor Federal de Finanças e Controle - Ns	R\$ 20.924,80	R\$ 29.832,94
Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Ns	R\$ 15.897,33	R\$ 22.210,10
Auditor do PCCTAE - Ns	R\$ 4.556,92	R\$ 9.072,99

Fonte: MP 1.170, de 28 de abril de 2023

Os 450 auditores internos do PCCTAE têm desempenhado um papel de grande importância no processo de implementação da governança pública nas Universidades, Institutos Federais e demais Instituições Federais de Ensino em todo o país, uma vez que atuam como interlocutores entre os respectivos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado junto à administração: ela passa a conhecer a visão dos órgãos de controle, agregando o conhecimento à instituição. A difusão do conhecimento passa a ser um agente construtivo na base de mudança de comportamento em prol do estabelecimento da governança pública – uma vez que possui uma atuação transversal.

Sendo assim, propõe-se adicionar a citação do cargo de Auditor, no quadro específico da tabela a), do Anexo CXII, da Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023, passando as ser composta pelos cargos específicos de Médico, Médico Veterinário, Médico-Área e Auditor, com jornada de 40 horas semanais. Ou seja, essa emenda não propõe a criação de situação nova, mas, tão somente, de

* C 2 3 0 8 3 8 9 6 0 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230838960900>



correção de discrepância com a inclusão por adição do cargo específico de Auditor em tabela dos cargos específicos do PCCTAE, com jornada de 40 horas semanais.

Com a inclusão da citação, estima-se um impacto anual, em 2023, de R\$ R\$ 28.767.753,00 (vinte e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais), na hipótese de implantação a partir de maio de 2023. Para os exercícios seguintes, inclusos já nas Leis Orçamentárias Anuais respectivas, ter-se-iam os impactos anualizados estimados de R\$ 43.767.705,49 (quarenta e três milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinco reais e quarenta e nove centavos) em 2024, e de R\$ 45.332.400,96 (quarenta e cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos reais e noventa e seis centavos) em 2025, considerando o universo de todos os 450 auditores do PCCTAE de todo o país.

Deputado HELDER SALOMÃO PT/ES

Sala das Sessões, maio de 2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230838960900>



**MPV 1170
00002****CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran****EMENDA Nº - CMMPV**

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Altera-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 35 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35

.....

I - aos aposentados, reformados, inclusive militares da reserva remunerada, e pensionistas, civis e militares, de que tratam o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vinculados aos respectivos regimes próprios de previdência dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e de seus Municípios;” (NR)

JUSTIFICATIVA

Ajuste de redação no art. 35 da Lei nº 13.681, de 2018, para inclusão no rol de beneficiários os servidores aposentados e os pensionistas vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios dos Estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima, uma vez que o disposto no



art. 7º da Emenda Constitucional nº 98, de 2017, não restringiu o seu alcance apenas aos RPPS dos Estados citados.

Diante do exposto, e para concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN
(PP – RR)



**MPV 1170
00003**



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 33 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 33-A:

“Art. 33-A Aos professores do Magistério do Ensino Básico Federal, e aos professores do Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do quadro dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, fica assegurado o reposicionamento equivalente, em classe e nível, nas respectivas tabelas do magistério federal, considerando um nível para cada 18 (dezoito) meses de tempo de serviço prestado no cargo de professor, os termos do inciso III do art. 3º deste Lei.

§ 1º Para fins do reposicionamento a que se refere o **caput** será contado o tempo de serviço prestado na carreira do magistério, na razão de um nível para cada 18 (dezoito) meses, observado, para a Classe de Professor Titular, o requisito do título de doutor.

§ 2º O disposto no **caput** se aplica aos professores que se encontrem na condição de afastados, cedidos, ou redistribuídos, desde que sejam oriundos do Quadro em Extinção dos ex-Territórios de Rondônia, do Amapá e de Roraima.



§ 3º O disposto no **caput** e no parágrafo 1º aplica-se também às aposentadorias e pensões, considerado o tempo de magistério prestado até a data da aposentadoria, ou do óbito, e, para a classe de Professor Titular, o requisito do título de doutor.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Nossa nação possui uma grande dívida com os professores, particularmente no que se refere à sua valorização. Como forma de reverter este quadro, devem ser aplicadas políticas públicas de valorização desta categoria tão importante para a formação do cidadão. É preciso assegurar a estes profissionais salários justos, carreira e desenvolvimento profissional, além de boas condições de trabalho.

Os professores optantes pela EC 79/2014 e EC 98/2017 foram transpostos para as tabelas do magistério federal considerando o avanço de um padrão para cada 18 meses de tempo de serviço prestado ao magistério do Estado do Amapá e, com isso, alcançaram o final da carreira.

Esse critério não foi aplicado aos professores que ingressaram no ex-Território de Rondônia antes de dezembro de 1981, bem como não foi adotado para os professores contratados pelos ex-Territórios do Amapá e Roraima anteriormente à outubro de 1988, motivo pelo qual os docentes pioneiros, mesmo que tenham ingressado nas décadas de 70 e 80, encontram-se atualmente posicionados em padrão salarial muito abaixo daquele auferido aos pares contratados pelos novos estados na década de 1990, mesmo que estejam na mesma tabela salarial.

O que se pretende com a presente emenda é unificar os critérios de posicionamento em nível e padrão remuneratório, que possa reparar esse desnivelamento na tabela do magistério dos ex-Territórios, utilizando o mesmo requisito temporal de classificação prestado no cargo de professor.

Convictos do acerto da presente medida, submetemos à apreciação dos demais parlamentares, com a expectativa de contar com o necessário apoio para a sua aprovação.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador Dr. Hiran

(PP – RR)



**MPV 1170
00004**

CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 2º

.....

XIV - os professores contratados com base no art. 77 da Lei nº 5.692, de 1971, considerados de contratação precária ou professores leigos, desde que habilitados até o momento da apresentação do termo de opção.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Os docentes tiveram contribuição importante para a formação dos Estados de Rondônia, Amapá e Roraima, lecionando em regiões com pouca ou nenhuma estrutura, áreas para onde, muitas vezes, nenhum profissional se habilitava a ir.



Esses servidores foram contratados pela Administração Pública sem possuir uma adequada formação escolar, em face das realidades locais, para executar atividades de docência. Assim, foram contratados mediante os termos da legislação vigente à época sobre a matéria, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, cujo art. 77 permitia que lecionassem, “em caráter suplementar e a título precário”.

Durante muitos anos essas pessoas dedicaram-se ao desenvolvimento da educação nos ex-Territórios, atendendo à necessidade social da época e tendo fundamental importância para a população da região.

Diante do exposto, deve-se reconhecer o merecimento e a relevância da categoria a fim de conceder a esses profissionais o justo direito de serem incorporados aos quadros da União, nos termos das diversas emendas constitucionais e leis regulamentares que tratam da matéria.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN
(PP – RR)



**MPV 1170
00005****CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran****EMENDA Nº - CMMPV**

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e
de empregados públicos do Poder
Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a
seguinte redação:

Art. Xº O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa
a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 2º

.....

XIV - os técnicos em educação dos ex-Territórios Federais do
Amapá, de Roraima e de Rondônia, devendo ser enquadrados
na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Nossa nação possui uma grande dívida com os profissionais da
educação, particularmente no que se refere à sua valorização. Como forma
de reverter este quadro, devem ser aplicadas políticas públicas de valorização
desta categoria tão importante para a formação do cidadão. É preciso
assegurar a estes profissionais salários justos, carreira e desenvolvimento
profissional, além de boas condições de trabalho.

Diante do exposto, promovemos ajuste no art. 2º da Lei nº
13.681, de 18 de junho de 2018, que disciplina o disposto nas Emendas
Constitucionais nº 60/2009, nº 79/2014 e nº 98/2017. Este dispositivo legal



estabelece quem pode optar pela inclusão nos quadros em extinção, e, nada mais justo incluir os técnicos em educação que serviram nos ex-Territórios.

Além disto, como a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, entendemos que a melhor solução é enquadrar os técnicos em educação dos ex-Territórios nesta categoria de servidores públicos federais.

Convictos do acerto da presente medida, submetemos à apreciação dos demais parlamentares, com a expectativa de contar com o necessário apoio para a sua aprovação.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN

(PP – RR)



**MPV 1170
00006**

CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 3º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 3º

.....

VI – aplica-se aos servidores ativos, inativos e pensionistas das categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de Motorista Oficial, de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, de Agente de Serviços de Engenharia, ou de atribuições equivalentes ou assemelhadas a essas categorias funcionais, as Tabelas II dos Anexos IV e V da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Os servidores públicos pioneiros pertencentes ao Plano de Cargos e Carreiras dos ex-Territórios Federais, de que trata a Lei nº 6.550, de 1978, das categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de



Motorista Oficial de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, assim como a classe B da categoria de Agente de Serviços de Engenharia passaram a integrar o rol de cargos previstos no Anexo X da Lei nº 7.995, de 1990, e, com isso, foram alcançados pelos efeitos do art. 5º da Lei nº 8.460, de 1992.

Portanto, possuem remuneração maiores que seus pares pertencentes ao PCC-Ext instituído pela Lei nº 13.681, de 2018, embora exerçam as mesmas atividades e os cargos sejam semelhantes e equivalentes.

Assim, a medida objetiva trazer equidade remuneratória entre esses servidores, com a extensão dos efeitos do art. 5º da Lei nº 8.460, de 1992, aos servidores do PCC-Ext.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN
(PP – RR)



**MPV 1170
00007****CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran****EMENDA Nº - CMMPV**

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e
de empregados públicos do Poder
Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a
seguinte redação:

Art. Xº O art. 11 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa
a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 11

.....

§ 9º A GEAAPCC-Ext dos cargos de nível auxiliar do PCC-Ext
integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Os servidores públicos de nível auxiliar percebem em atividade
a GEAAPCC-Ext que, embora incida a contribuição ao plano de seguridade
social, não integram os proventos da aposentadoria e as pensões.

Assim, com a medida se busca equidade entre os diversos
planos de cargos e carreiras da União, considerando, a título de exemplo, que
o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE possui a Gratificação
Específica de Atividades Auxiliares do PGPE - GEAAPGPE, que é devida aos
ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao



PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, bem assim integra os proventos de aposentadoria e as pensões.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN
(PP – RR)



MPV 1170
00008



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a remuneração de servidores e
de empregados públicos do Poder
Executivo federal.

Altere-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a
seguinte redação:

Art. Xº O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa
a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

VI – aquele que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, no caso do Amapá e de Roraima, e 15 de março de 1987, no caso de Rondônia, relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, pelos Estados que os sucederam e seus Municípios, ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal, inclusive as extintas, observados os §§ 1º e 2º do art. 12 desta Lei e demais requisitos estabelecidos nas Emendas Constitucionais nºs 60, de 11 de novembro de 2009 , 79, de 27 de maio de 2014 , e 98, de 6 de dezembro 2017;” (NR)



JUSTIFICATIVA

Ajuste de redação do inciso VI do art. 2º da Lei nº 13.681, de 2018, com o objetivo de contemplar os empregados que laboraram em empresas públicas dos Estados e seus Municípios e concretizar justiça, considerando que os trabalhadores da Administração Pública direta, autárquica e funcional que trabalharam nesse período possuem o direito à transposição.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN

(PP – RR)



MPV 1170
00009



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV e do § 7º:

“Art. 2º

.....

XIV – aquele que comprove ter ocupado apenas funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993.

§ 7º O enquadramento decorrente da opção prevista neste artigo para os servidores a que se refere o inciso XIV do **caput** deste artigo, ocorrerá no cargo em comissão ou função de confiança em que foram originariamente admitidos ou em cargo em comissão ou função de confiança equivalente, considerando o valor da remuneração do cargo em comissão ou função de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original e o da União do mesmo período, assegurada a remuneração mínima não inferior ao Cargo Comissionado Executivo de nível 9, CCE-



9, do Poder Executivo Federal, de que trata a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal editou a Portaria SGP/SEDGG/ME nº 5815, de 1º de julho de 2022, que fixa a correlação de remuneração a ser aplicada àqueles que ocuparam apenas funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta, inclusive municipal, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, e que ocuparão cargos em comissão de assessoramento integrantes do quadro em extinção da Administração Pública federal, de que trata o § 3º do art. 8º do Decreto nº 9.324, de 2 de abril de 2018.

Essa norma estabelece que para equiparação dos cargos originalmente ocupados pelos servidores com os cargos em comissão da União é considerada a ordem hierárquica decrescente dentro da estrutura de cargos em comissão ou funções de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original. E, também, estabelece que cabe ao optante a apresentação da documentação de que deverá conter, no mínimo: i. a denominação da função de confiança ou do cargo em comissão ocupado; ii. o respectivo nível hierárquico; iii. a legislação de criação da função de confiança ou do cargo em comissão. Assegurou a remuneração mínima no valor da CCE-5, de que trata a Lei nº 14.204, de 2021.

Contudo, essa norma se demonstra injusta, uma vez que não existe a legislação de criação das funções de confiança ou dos cargos em comissão dos Estados de Roraima e Amapá e de seus Municípios. Por consequência, causa prejuízos remuneratórios significativos aos servidores transpostos.

Assim, como medida de justiça, propõe-se que o enquadramento dos servidores ocorrerá no cargo em comissão ou função de confiança em que foram originariamente admitidos ou em cargo em comissão ou função de confiança equivalente, considerando o valor da remuneração do cargo em comissão ou função de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original e o da União do mesmo período, assegurada a remuneração mínima não inferior ao CCE-9, do Poder Executivo Federal, de que trata a Lei nº 14.204, de 2021.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN

(PP – RR)



MPV 1170
00010



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e
de empregados públicos do Poder
Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passam a vigorar da seguinte redação:

Art. 2º

.....

XIV - a pessoa que ocupava apenas funções de confiança ou cargos em comissão, admitida pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, e exerceu função policial nesse período, serão enquadradas na carreira Policial Civil, na forma do art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e do art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 2017.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, estabeleceu que os servidores admitidos regularmente que comprovadamente se encontravam no exercício de funções policiais nas Secretarias de Segurança Pública dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia na data em que foram transformados em Estados serão enquadrados no quadro da Polícia Civil dos ex-Territórios.



A Lei nº 8112, de 1990, estabelece que servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público (art. 2º), que poderá ser nomeado para cargo efetivo ou em comissão.

Portanto, considerando que os arts. 6º das ECs 79 e 98 não impuseram vedação em relação ao tipo de vínculo com a Administração Pública, se efetivo ou não, entende-se ser possível o enquadramento desses optantes na Carreira Policial Civil da União.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN
(PP – RR)



MPV 1170
00011



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Altere-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento e orçamento ou no desempenho de atribuições de finanças e controle interno nos órgãos e entidades dos ex-Territórios Federais, dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia e de seus Municípios, observados os critérios de escolaridade exigidos em lei, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e a carreira de Finanças e Controle de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.” (NR)

“§ 2º Para fins de comprovação do desempenho das atribuições referidas no **caput** deste artigo, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e deverá ser apresentado pelo menos dois dos seguintes documentos:

I - ato de nomeação ou de designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou para a função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento



ou de controladoria, desde que para executar atividades ou atribuições de planejamento e orçamento ou de controle interno, respectivamente;

II - históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, intercorrências e situação do cargo;

III - ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, assinados pelo servidor, cujo teor evidencie a atividade desempenhada;

IV - relatório, parecer, nota técnica ou expediente semelhante, assinado pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade desempenhada;

V - ofício, memorando ou expedientes semelhantes, subscrito pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade;

VI - certidão assinada pelo servidor, mesmo que de interesse de terceiro, cujo teor demonstre o exercício da atividade;

VII - declaração funcional emitida pela unidade de pessoal; ou

VIII - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Ajuste de redação do art. 29 da Lei nº 13.681, de 2018, com o objetivo de contemplar os servidores que exerceram a função, além de planejamento, orçamento e controle, de finanças, no âmbito dos ex-Territórios, dos Estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima e de seus Municípios e, com isso, concretizar justiça, considerando que as pessoas que trabalharam nesses entes possuem o direito à transposição.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN

(PP – RR)



MPV 1170
00012



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 3º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 3º

.....”

VI – aplica-se aos servidores ativos, inativos e pensionistas da categoria funcional de Agente de Atividade Agropecuária, ou de atribuições equivalentes ou assemelhadas a essa categoria funcional, a tabela do Anexo III da Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Os Agente de Atividade Agropecuária executam atividades relevantes para os Estados de Rondônia, Amapá e Roraima, com contribuições importantes no desenvolvimento econômico e social do país.

Contudo, a remuneração dos servidores vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que executam as



mesmas atividades dos agentes vinculados aos ex-Territórios Federais, é diferente em relação aos servidores do quadro de pessoal em extinção dos ex-Territórios Federais.

Por isso, para buscar equidade remuneratória e concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN
(PP – RR)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 28 DE ABRIL DE 2023.

**MPV 1170
00613**

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescenta-se Art. 99-A à Medida Provisória nº 1170, de 2023, com a seguinte redação:

Militares dos extintos Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

Art 99-A Os Servidores Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, para fins de direitos remuneratórios, são assemelhados aos Militares do Distrito Federal.

Parágrafo único - Ficam assegurados a esses servidores militares, os reajustes, as atualizações, e as reestruturações salariais na mesma data e nas mesmas condições, sempre que houver, alterações remuneratórias concedidas aos militares do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda objetiva determinar a vinculação, para efeitos remuneratórios e outras vantagens, dos militares dos ex-territórios aos militares do DF por ausência de atividade idêntica no governo federal.

A Constituição Federal prevê que tanto os militares do DF como os militares dos ex-Territórios são organizados e mantidos pela União. Além disso, por já terem parte de legislação salarial comum, se pretende solidificar o vínculo legal.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **Albuquerque** REPUBLICANOS/RR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Albuquerque
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236552211100>



MPV 1170
00014



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a remuneração de servidores e
de empregados públicos do Poder
Executivo federal.

Altera-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a
seguinte redação:

Art. Xº Os artigos 2º e 8º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de
2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 2º O enquadramento decorrente da opção prevista neste
artigo, para os servidores, para os policiais, civis ou militares, e
para as pessoas a que se referem os incisos III, IV e V do **caput**
deste artigo, que tenham revestido essa condição, entre a
transformação dos ex-Territórios Federais em Estados e outubro
de 1993, ocorrerá no cargo em que foram originariamente
admitidos ou em cargo equivalente, sendo vedada a exigência
da escolaridade do optante, exceto se exigida habilitação
profissional específica.” (NR)

“Art. 8º

.....



§ 3º Os enquadramentos dar-se-ão com base nas atividades executadas pelos servidores e em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, independentemente do nível de escolaridade dos servidores.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Como requisito para a transposição para União dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, dos Estados que os sucederam e de seus Municípios, exige-se a escolaridade do cargo ocupado à época, com base no art. 9º da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 384, de 11 de janeiro de 2021.

Essa exigência é verificada no momento do ingresso e, com isso, o optante tem seu processo indeferido com fundamento no ingresso irregular no cargo público, caso não possua a escolaridade do cargo no momento da admissão.

Acontece que as Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, e a Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, não preveem critérios de escolaridade, e não há qualquer vedação de transposição, nas normas transitórias aplicáveis, sem a observância do requisito de escolaridade.

O Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo TC 037.403/2021-4, por meio do Voto, do eminente Ministro Jorge Oliveira, acompanhados pelos demais ministros do TCU, que culminou no Acórdão nº 1.373/2022-Plenário, manifestou-se no sentido de que, tendo o STF, dada a situação excepcional e transitória, que foi a transformação dos ex-Territórios em Estados, considerado constitucionais as normas que afastaram o preceito constitucional do concurso público, que constitui uns dos dogmas mais caros ao nosso regime democrático, entendeu plenamente justificada a não previsão da exigência de escolaridade para o enquadramento de determinados cargos públicos, notadamente quando o próprio poder constituinte e suas normas disciplinadoras não o exigiram, em face desse mesmo contexto.

Diante do exposto, por considerar que não é ilegal ou ilegítima a dispensa de escolaridade mínima para comprovação de regular ingresso no cargo, no qual não se exige habilitação profissional específica, desequiparando direitos e para concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. HIRAN

(PP – RR)



MPV 1170
00015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 2023

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.170, de 2023:

“Art. __. Os valores constantes do Anexo VI (Tabela de Saldos) da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, serão reajustados de forma geral, em parcela única, no percentual de 9% (nove por cento), a partir de 1º de maio de 2023”.

JUSTIFICAÇÃO

Nossa emenda pretende reparar desigualdade que ocorre há alguns anos, se compararmos a remuneração dos militares da ativa das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) com a remuneração dos servidores públicos federais.

A realidade mostra que a remuneração dos militares está bastante defasada em relação à percebida pelo pessoal civil da União.

Segundo o IBGE, a inflação acumulada nos últimos 12 meses, apurada em março de 2023, foi de 4,65 %. Isso vem diminuindo drasticamente o poder de compra dos militares das Forças Armadas, o que nos motivou a apresentar esta emenda.

* C D 2 3 4 3 3 9 8 1 1 7 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Fernanda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234339811700>



2

Não custa lembrar que a categoria desempenha relevantes serviços públicos e vela pela integridade e incolumidade do território nacional, nos quatro cantos do País.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido da chancela de nossa Emenda à MP nº 1.170, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada CORONEL FERNANDA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Fernanda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234339811700>



* C D 2 3 4 3 3 9 8 1 1 7 0 0 *

MPV 1170
00016

MPV 1170

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 28 DE
ABRIL DE 2023**

Altera a remuneração de servidores e de
empregados públicos do Poder
Executivo federal

EMENDA ADITIVA

Inclua-se os seguintes artigos e anexos:

Art. 39-A A partir de 1º de julho de 2023, conforme especificado no Anexo LXXV-A desta Lei, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os ocupantes em exercício na data de 25 de julho de 2017 dos cargos das carreiras de que tratam o art. 1º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004:

- I - Especialista em Recursos Minerais;
- II – Analista administrativo;
- III - Técnico em Atividades de Mineração;
- IV - Técnico Administrativo.

Art. 39-B Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere o art. 39-A, a partir de 1º de julho de 2023, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento básico, Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Minerais (GDARM) e Gratificação de Qualificação (GQ) de que trata o inciso I do caput do art. 25-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, para os cargos que integram a carreira a que se refere o inciso I do caput do art. 39-A;

II - Vencimento básico, Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM (GDADNPM) e Gratificação de Qualificação (GQ) de que trata o inciso IV do caput do art. 25-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, para os cargos que integram a carreira a que se refere o inciso II do caput do art. 39-A;

III - Vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Minerais (GDARM) de que trata o inciso II do caput do art. 25-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, para os cargos que integram a carreira a que se refere o inciso III do caput do art. 39-A;

IV - Vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM (GDADNPM) de que trata o inciso V do caput do art. 25-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, para os cargos que integram a carreira a que se refere o inciso IV do caput do art. 39-A;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



Art. 39-C Além das parcelas remuneratórias de que trata o art. 39-A, não são devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se referem os incisos I a IV do **caput** do art. 39-A, a partir de 1º de julho de 2023, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNIs), de qualquer origem e natureza;

II- diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 39-D.

Art. 39-D Os servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 39-A não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 39-E O subsídio dos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 39-A não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal e o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV- retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



Art. 39-F A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

Art. 39-G Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 39-A, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o **caput** estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 39-H Os valores eventualmente devidos a servidores ativos ou aposentados ou a pensionistas abrangidos por esta Lei com base na legislação vigente até o dia anterior ao da implantação da tabela de subsídio constante do Anexo LXXV-A desta Lei não são cumulativos com os valores decorrentes da aplicação desta Lei aos vencimentos, ao subsídio, aos proventos de aposentadoria ou à pensão.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, os vencimentos compreendem a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, conforme disposto no inciso II do **caput** do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, e, ainda, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNIs), de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei nº 8.112, de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XII - outras gratificações adicionais ou parcelas remuneratórias complementares de qualquer origem ou natureza;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



XIII - valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 39-I Os padrões de vencimento básico dos ocupantes em exercício na data de 25 de julho de 2017 dos cargos do Plano Especial de Cargos de que trata o caput do art. 3º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 são, a partir de 1º de julho de 2023, os constantes do Anexo LXXVI-A desta Lei.

Art. 39-J A ementa da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, do Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Mineração - ANM e dá outras providências.”

Art. 39-L A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Ficam criadas, para exercício na Agência Nacional de Mineração - ANM, as carreiras de:

I - Especialista em Recursos Minerais, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação e fiscalização da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, elaboração de normas de referência para a regulação do uso dos recursos minerais, à fiscalização e proteção dos depósitos fossilíferos, ao acompanhamento e análise das pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, à outorga dos títulos minerários, ao acompanhamento do desempenho da economia mineral brasileira e internacional, à implementação da política mineral, ao estímulo do uso racional e eficiente dos recursos minerais, à fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), à promoção e ao fomento do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, direcionadas ao conhecimento, ao uso sustentado, à conservação e à gestão de recursos minerais; e- Analista Administrativo, composta por cargos de Analista Administrativo, de nível superior, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das competências a cargo da ANM, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades; e

II - Técnico em Atividades de Mineração, composta por cargos de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades desenvolvidas pelos Especialistas em Recursos Minerais e ao exercício das competências a cargo da ANM; e

III - Técnico Administrativo, composta por cargos de Técnico Administrativo, de nível intermediário, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências a cargo da ANM, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.” (NR)

§ 4º No exercício das atribuições de natureza fiscal ou decorrentes do poder de polícia, são asseguradas aos ocupantes do cargo efetivo de que trata o caput deste artigo as prerrogativas de promover a interdição de estabelecimentos, instalações ou equipamentos, assim como a apreensão de bens ou produtos, e de requisitar, quando necessário, o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



C236109260500



auxílio de força policial federal ou estadual, em caso de desacato ou embaraço ao exercício de suas funções.” (NR)

“Art. 39-A São criados 600 (seiscentos) cargos de Especialista em Recursos Minerais, 200 (duzentos) de Analista Administrativo, 200 (duzentos) de Técnico em Atividades de Mineração e 200 (duzentos) de Técnico-Administrativo, no Quadro de Pessoal da ANM, para provimento gradual.” (NR)

“Art. 4º Os cargos de nível superior e intermediário do Quadro de Pessoal do DNPM referidos no art. 3º desta Lei que estejam vagos na data da sua publicação e os que vierem a vagar serão transformados em cargos da carreira de Especialista em Recursos Minerais, de nível superior, e da carreira de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, do Quadro de Pessoal da ANM.” (NR)

“Art. 8

§ 1º São requisitos para ingresso nos cargos integrantes das carreiras do quadro da ANM:

..... (NR)”
“Art. 15-B Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades de Mineração - GDAM, devida aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNPM ocupantes dos cargos de nível superior de Economista, Engenheiro, Geógrafo, Geólogo, Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza e Químico e dos de nível intermediário de Desenhista, Técnico em Cartografia e Técnico em Recursos Minerais, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na ANM.” (NR)

“Art. 15-C Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas - GDAA, devida aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNPM não compreendidos no art. 15 desta Lei, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na ANM.” (NR)

“Art. 16-B. A GDAM e a GDAA serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional da ANM.

§ 1º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho do órgão no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e características específicas compatíveis com as atividades da ANM.

§ 2º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, com foco na sua contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 3º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAM e a GDAA.

§ 4º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAM e GDAA serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, observada a legislação vigente.” (NR)

“Art. 16-C. A GDAM e a GDAA serão pagas observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos cargos, níveis,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



*C D 2 3 6 1 0 9 2 6 0 5 0 0 *



classes e padrões, aos valores estabelecidos no Anexo VI-E, desta Lei, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2023.

§ 1º A pontuação referente às gratificações referidas no caput deste artigo será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 2º Os valores a serem pagos a título das gratificações referidas no caput deste artigo serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI-E desta Lei, de acordo com o respectivo cargo, nível, classe e padrão." (NR)

"Art. 17-A. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos nos arts. 15-B e 15-C desta Lei em exercício na ANM quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança farão jus à GDAM ou à GDAA, respectivamente, observado o posicionamento na Tabela e o cargo efetivo ocupado pelo servidor, nas seguintes condições:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 2º do art. 16-C desta Lei; e

II - os investidos em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, farão jus à respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional da ANM no período." (NR)

"Art. 18-A. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos nos arts. 15-B e 15-C desta Lei que não se encontrem em exercício na ANM farão jus à GDAM ou à GDAA, respectivamente, observados o posicionamento na Tabela e o cargo efetivo ocupado pelo servidor, quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício na ANM;

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput e investidos em cargos de natureza especial ou em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) níveis 6, 5 ou 4, ou equivalentes, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

§ 1º A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do caput será:

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo;

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

§ 2º A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do caput será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 3º do art. 16-B não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor.” (NR)

.....
“Art. 19-A. Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 16-B desta Lei, regulamentando os critérios e procedimentos específicos para o pagamento da GDAM ou à GDAA, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 1º do art. 16-C desta Lei, e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional neste sistema, os servidores que fizerem jus às gratificações de que tratam os arts. 15-B e 15-C desta Lei deverão percebê-las da seguinte forma:

I - no caso da GDAM, em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAPM, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo VI-E desta Lei;

II - no caso da GDAA, em valor correspondente à última pontuação recebida a título de GDAPDNPM, que será multiplicada pelo valor constante do Anexo VI-E desta Lei;

§ 1º O resultado da 1ª (primeira) avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do 1º (primeiro) período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDAM ou à GDAA.” (NR)

“Art. 20. O servidor ativo beneficiário da GDARM, GDAPM, GDADNPM, GDAPDNPM, GDAM ou da GDAA que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da ANM.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.” (NR)

“Art. 20-A. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, os servidores referidos nos arts. 15, 15-A, 15-B e 15-C desta Lei continuarão percebendo a respectiva gratificação de desempenho correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.” (NR)

.....
“Art. 21-A. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos nos arts. 15-B e 15-C desta Lei:

I- aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o valor integral da média dos pontos das diferentes gratificações de desempenho (GDARM, GDAPM, GDADNPM, GDAPDNPM, GDAM ou GDAA) que foram recebidas nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade.

* C D 2 3 6 1 0 9 2 6 0 5 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



II - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.” (NR)

“Art. 23. Os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de que trata o art. 1º desta Lei e do Plano Especial de Cargos do DNPM de que trata o art. 3º desta Lei serão submetidos, periodicamente, às avaliações de desempenho, conforme disposto na legislação em vigor aplicável aos servidores públicos federais e em normas específicas a serem estabelecidas em ato do Diretor-Geral do ANM, que permitam avaliar a atuação do servidor no exercício do cargo e no âmbito de sua área de responsabilidade ou especialidade.” (NR)

“Art. 25-A. Até 31 de janeiro de 2023 estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo das Carreiras de que trata o art. 1º desta Lei e do Plano Especial de Cargos do DNPM referido no art. 3º desta Lei será composta de:

(NR)

“Art. 25-C. A partir de 1º de julho de 2023, os ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em lei, em parcela única.” (NR)

“Art. 25-D. A partir de 1º de julho de 2023, a estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Plano Especial de Cargos do DNPM referido no art. 3º desta Lei será composta de:

I - no caso dos servidores do Plano Especial de Cargos do DNPM ocupantes dos cargos de nível superior de Economista, Engenheiro, Geógrafo, Geólogo, Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza e Químico e dos de nível intermediário de Desenhista, Técnico em Cartografia e Técnico em Recursos Minerais:

a) Vencimento Básico; e

b) Gratificação de Desempenho de Atividades de Mineração – GDAM.

II - no caso dos servidores titulares de cargos de nível intermediário ou auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNPM:

a) Vencimento Básico; e

b) Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas – GDAA.” (NR)

“Art. 27. Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora de seu órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisição prevista em lei para órgão ou entidade da União;

II - cessão para exercício de cargo de natureza especial ou de cargo em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalente, em outro órgão da União, em autarquia ou em fundação pública federal;

III - exercício de cargo de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargo em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores ou de cargo de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública federal ou de sociedade de economia mista federal.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



Art. 39-M. A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescida do Anexo IV-E, nos termos do Anexo LXXVII-A, com efeitos financeiros a partir das datas nele estabelecidas.

Art. 39-N. Os servidores que se encontrem cedidos, em conformidade com a legislação vigente, mas em situação não prevista nas hipóteses da nova redação do art. 27 da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, poderão permanecer nesta condição até o final do prazo estipulado no ato de cessão e, ainda, terem a cessão renovada 1 (uma) vez pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo único. No caso de o ato de cessão não prever prazo, será considerada como data final o dia 31 de dezembro de 2023.

Art. 39-O. As limitações ao exercício de outras atividades pelos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere o art. 2º, constantes desta Lei, não implicam afastamento de restrições constantes de outras normas.

Art. 100-A Ficam revogados:

I- Os seguintes dispositivos da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004:

- a) o § 3º do art. 1º; e
- b) o art. 22.

ANEXO LXXV-A

TABELAS DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ANM

a) Valor do Subsídio da Carreira de Especialista em Recursos Minerais

CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1º de julho de 2023
Especialista em Recursos Minerais	ESPECIAL	III	22.929,75
		II	22.386,71
		I	21.843,68
	B	V	21.300,65
		IV	20.758,76

CD236109260500



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



		III	20.214,58
		II	19.672,70
		I	19.128,51
	A	V	18.586,63
		IV	18.043,60
		III	17.499,42
		II	16.957,53
		I	16.413,36

b) Valor do Subsídio da Carreira de Analista Administrativo

CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1° de julho de 2023
Analista Administrativo	ESPECIAL	III	21.325,16
		II	20.802,72
		I	20.279,15
	B	V	19.756,72
		IV	19.233,14
		III	18.711,85
		II	18.187,13

CD236109260500



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



		I	17.664,70
		V	17.142,27
	A	IV	16.619,85
		III	16.096,26
		II	15.573,83
		I	15.050,26

c) Valor do Subsídio da Carreira de III-Técnico em Atividades de Mineração

CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1º de julho de 2023
Técnico em Atividades de Mineração	ESPECIAL	III	11.451,74
		II	11.165,95
		I	10.889,58
	B	V	10.347,22
		IV	10.092,09
		III	9.841,27
		II	9.598,05
		I	9.360,03
	A	V	8.942,29
		IV	8.678,44
		III	8.465,09
		II	8.257,52
		I	8.053,33

d) Valor do Subsídio da Carreira de Técnico Administrativo

CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1º de julho de 2023
Técnico Administrativo	ESPECIAL	III	11.060,32



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>

CD236109260500



		II	10.774,54
		I	10.494,73
	B	V	9.944,36
		IV	9.686,93
		III	9.437,26
		II	9.192,90
		I	8.954,88
	A	V	8.487,92
		IV	8.271,00
		III	8.057,64
		II	7.850,08
		I	7.648,18

ANEXO LXXVI-A

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DOS PLANOS ESPECIAIS DE CARGOS REFERIDOS NO ART. 9º

a) Vencimento básico dos cargos de nível superior



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	12.255,11
	II	12.062,06
	I	11.872,18
C	VI	11.594,11
	V	11.413,10
	IV	11.234,28
	III	11.059,23
	II	10.886,29
	I	10.715,42
B	VI	10.466,85
	V	10.209,63
	IV	9.959,16
	III	9.715,40
	II	9.475,90



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>

CD236109260500



	I	9.244,62
A	V	9.029,47
	IV	8.808,19
	III	8.593,40
	II	8.383,49
	I	8.178,43

b) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	7.040,91
	II	6.866,51
	I	6.695,52
C	VI	6.391,87
	V	6.233,34
	IV	6.077,98



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>

CD236109260500



	III	5.928,10
	II	5.780,46
	I	5.637,39
B	VI	5.381,61
	V	5.230,60
	IV	5.083,15
	III	4.939,20
	II	4.799,49
	I	4.664,00
A	V	4.453,89
	IV	4.327,93
	III	4.205,18
	II	4.086,41
	I	3.971,58

c) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	2.529,13
	II	2.472,86
	I	2.418,19

ANEXO LXXVII-A

(Anexo VI-E à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO - GDAM E DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - GDAA.

a) Valor do ponto da GDAM e GDAA para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15-B e no art. 15-C

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	52,53
	II	51,70
	I	50,89
C	VI	49,70
	V	48,91
	IV	48,15

CD236109260500



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



	III	47,40
	II	46,66
	I	45,93
B	VI	44,86
	V	43,76
	IV	42,69
	III	41,64
	II	40,62
	I	39,63
A	V	38,70
	IV	37,75
	III	36,84
	II	35,93
	I	35,06



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



CD236109260500



b) Valor do ponto da GDAM e GDAA para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15-B e no art. 15-C

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	30,18
	II	29,43
	I	28,70
C	VI	27,40
	V	26,72
	IV	26,06
	III	25,41
	II	24,78
	I	24,17
B	VI	23,07
	V	22,43
	IV	21,79
	III	21,17

CD236109260500



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



	II	20,57
	I	20,00
A	V	19,09
	IV	18,56
	III	18,02
	II	17,52
	I	17,03

c) Valor do ponto da GDAM e GDAA para os cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15-B e no art. 15-C

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	10,84
	II	10,60
	I	10,37

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



CD236109260500



É de nótório conhecimento a grave situação de defasagem remuneratória da ANM em comparação com as demais agências reguladoras federais.

A emenda aditiva visa uniformizar a gestão de recursos humanos entre as agências reguladoras. É importante ressaltar que na ocasião da criação das carreiras do antigo DNPM em 2004 que foram migradas para a ANM, a estrutura remuneratória escolhida considerou a equivalência com as também recentes criadas carreiras das agências reguladoras hoje disciplinadas na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, com posterior alteração pela Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, que também possuem os mesmos cargos de Especialista em suas respectivas áreas de atuação na atividade finalística e de Analista Administrativo na atividade-meio, ambos de nível superior. Bem como no nível intermediário de técnicos da área finalística e técnico administrativo.

Assim, o dispositivo busca sanar uma falta grave ocorrida na época da sua criação da ANM conforme apontado pelo TCU no Processo TC 017.199/2018-2 que aprovou o Relatório de Levantamento no Acórdão nº 343/2019, apontando no item "Possibilidade de melhorias estruturais e funcionais a partir da implantação da agência":

"A partir da efetiva instalação da Agência pelo Poder Executivo federal, conforme prevê o art. 36 da Lei 13.575/2017, poderiam ser superados entraves institucionais que permanecem pendentes, tais como:

...

***c) a equiparação salarial do quadro de pessoal às demais agências reguladoras não foi aprovada. A alteração pode vir a ser realizada no futuro, concedendo tratamento isonômico aos servidores das diversas agências reguladoras, aumentando a atratividade da carreira e incrementando o recrutamento de pessoal com maior qualificação técnica."* (grifo nosso)**

É notório que as atividades dos Especialistas e Técnicos da área finalística de todas as agências são muito semelhantes entre si, o que pode ser percebido na comparação e leitura dos cargos que compõe os atuais planos de carreira das referidas agências, bem como formação acadêmica que são semelhantes, inclusive as descrições e atribuições dos cargos de analista administrativo e técnico administrativos da ANM e das demais agências reguladoras são exatamente os mesmos.

Nesse sentido, apesar da defasagem atual, o alinhamento de remuneração entre as carreiras da ANM e demais agências encontra respaldo constitucional. O § 1º do art. 39 da Constituição Federal de 1988 dispõe que a *"fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II – os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos"*.

Em complemento ao dispositivo constitucional, o art. 41 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, especialmente em seu § 4º prevê que *"É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder, ou entre servidores dos três poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou*



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



ao local de trabalho". Esse é justamente o caso em questão, no comparando os cargos do quadro de pessoal da ANM com os das demais agências.

OCDE também alertou na página 23 do estudo "Governança regulatória no setor de mineração no Brasil" publicado nesse ano de 2022 que a disparidade remuneratória existente na ANM com as demais agências reguladoras é um fator de risco do ponto de vista de rotatividade do quadro funcional, onde o corpo técnico da agência não possui um plano de carreira competitivo em comparação com o setor privado e as demais agências reguladoras:

"Além disso, o regime de remuneração para quem trabalha na ANM não é atraente. Em comparação com o setor privado e com outras agências reguladoras no Brasil, os salários da Agência não são competitivos, gerando altas taxas de rotatividade e desmotivação dos servidores."

A organização, recomenda ainda na página seguinte:

*"Realizar um estudo de referência do programa de remuneração para funcionários da Agência Nacional de Mineração **em relação a outras agências reguladoras** e empresas privadas no Brasil para identificar **necessidades de nivelamento de salários**."* (grifo nosso)

Tal situação acaba por gerar situações de risco para o Governo Federal como a baixa atratividade, a evasão de servidores experientes para a iniciativa privada e risco de captura pelo mercado. Em linha com as observações da OCDE, o Relatório de avaliação do exercício de 2019 elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em suas páginas 40 e 41 observa um desafio para a cultura organizacional, tendo em vista que *"a remuneração dos servidores do plano de cargos da ANM (Lei nº 11.046/2004) não está equiparada as carreiras próprias das demais agências reguladoras..."*. Sobre essa questão, ainda aponta:

"Ressalte-se que os servidores da ANM não foram contemplados com melhoria salarial na transformação de DNPM em Agência Reguladora. No Decreto nº 9.587/2018 que regulamentou a criação da ANM não constam artigos sobre a remuneração dos servidores e da contratação de temporários, a exemplo dos decretos regulamentadores da ANP (arts. 28º, 29º e 30º do Decreto nº 2.455/98), da ANEEL (arts. 28º e 29º do Decreto nº 2.335/97), da ANVISA (arts. 46º, 48º e 49º do Decreto nº 3.029/99), da ANAC (arts. 7º a 10º do Decreto nº 5.731/2006), da ANATEL (arts. 8º, 13º e 14º do Decreto nº 2.338/97), que possuem dispositivos sobre o assunto.

*No Relatório de Gestão de 2019 a "Equiparação salarial com as demais Agências Reguladoras" representa um dos principais **desafios para estancar a evasão dos servidores, atrair profissionais qualificados e garantir a isonomia de tratamento entre as Agências Reguladoras**."* (grifo nosso)

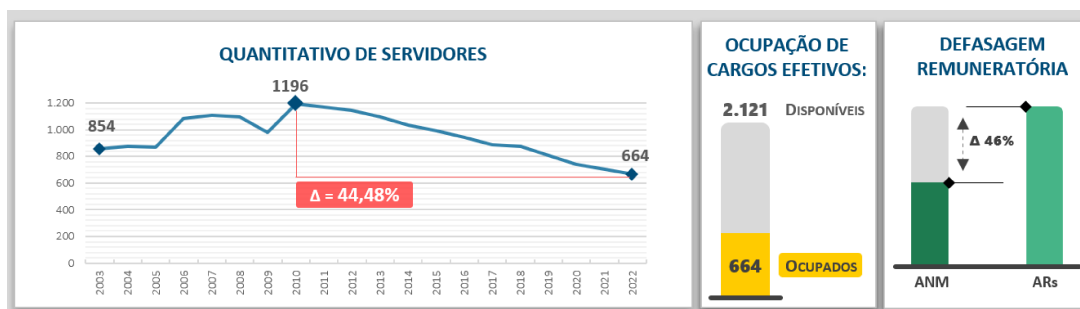
A Tabela abaixo sumariza em gráficos o exposto sobre o número de servidores que alcançou um pico desde o último concurso em 2010 e da diferença remuneratória com data-base novembro de 2022:

CD236109260500



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>





Com vistas ao atendimento do disposto no art. 16, inciso 1, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a ANM demonstrou, por meio de planilha, a estimativa de impacto orçamentário anual para efetuar o alinhamento da remuneração dos cargos das carreiras da ANM aos das demais agências reguladoras federais, considerando a equivalência das atribuições, conforme processo SEI/ME 14022.142490/2022-91, alcança o valor de R\$ 59.202.412,85 (cinquenta e nove milhões e duzentos e dois mil e quatrocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos).

Essa ação foi contemplada na programação orçamentária do Anexo V do PLOA de 2023, aprovado pelo Congresso Nacional, o subitem II. 5.2. (Limite destinado ao atendimento da MPV 1133/2022 relativa ao aumento da remuneração dos cargos das carreiras da Agência Nacional de Mineração) do item "Autorizações Específicas de que trata o art. 169, § 1º, Inciso II, da Constituição, e o art. 116, inciso iv, da lei nº 14.436, de 09 de agosto de 2022 LDO-2023, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais para 2023, em seu item II – "alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração: 5 – Poder Executivo, 5.1 - Poder Executivo Federal".

Esse valor aprovado novamente na apreciação do PLN2/2023 pelo congresso nacional e novamente foi vetado, sob a justificativa:

"Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, na medida em não considera o provável impacto no conjunto dos demais planos, carreiras e cargos já existentes, a fim de evitar o aumento nas distorções entre os mesmos e possíveis disfunções em sua gestão"

Com a devida venia, em que pese a intenção do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços públicos justificar que a correção da distorção mais grave existente entre todas as carreiras do serviço público federal poderia gerar uma distorção, entendemos que não existe qualquer racionalidade lógica em tal argumento. Inclusive não existe nenhum órgão que esteja listado em uma lei geral em conjunto outros semelhantes, como o que ocorre na lei geral das Agências, que as carreiras dos mesmos não tenham a mesma remuneração.

Não existe qualquer motivo que se justifique a diferenciação prevista no art. 9 da MP que trata da carreira das agências reguladoras e do art. 39 que trata



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



CD236109260500



das carreiras da ANM. A ANM é uma agência reguladora que está listada no art. 2º da Lei geral das agências, Lei 13.848 de 25 de junho de 2019. **O objetivo desta emenda é justamente corrigir essa, que é a maior distorção de todas.**

Apesar desse subitem ter sido vetado novamente, o valor ainda encontra-se disponível no total do item 5, sendo assim passível de ser utilizado para o fim que foi proposto originalmente a provado pelo congresso nacional.

Se o Brasil quer mesmo uma agenda verde, em busca da transição energética, carbono neutro e sustentabilidade essa é uma grande oportunidade de sinalizar para a sociedade brasileira e para o mundo todo um novo passo em direção ao desenvolvimento sustentável, ao fortalecimento do Estado, à proteção de populações vulneráveis e o combate à mineração ilegal. A escolha por manter a ANM desmantelada, com uma carreira defasada, não atrativa prejudica mais de 200 milhões de brasileiros que se beneficiam da distribuição dos royalties da mineração (R\$ 7 bilhões em 2022), valores esses que chegam direto aos Municípios e viabilizam a construção de hospitais, escolas, estradas, além de possibilitar o desenvolvimento de outras atividades econômicas que minimizem a dependência econômica da mineração em suas terras. População essa que, pela ausência do Estado, vai seguir à mercê de futuros desastres, porque a ANM tem 1 fiscal para cuidar de cada 42.000 km². É como se a Holanda tivesse apenas 1 servidor para olhar todos os empreendimentos de mineração do país, cuidar de minas, barragens, pilhas, avaliar grandes e pequenos projetos.

É impossível falar em sustentabilidade, proteção das florestas, de povos originários, dos recursos minerais ou qualquer agenda progressista do século 21, quando a decisão é por manter o sucateamento histórico da agência e ainda alegar que a proposta foi vetada por ser contrária ao interesse público e que gera mais distorções. A ANM tem atribuições e responsabilidades de regulação de mesmo nível de complexidade e risco ao das outras entidades incluídas na Lei Geral das Agências, e a distorção e diferenciação no tratamento já existe, penalizando a ANM desde que foi criada.

Pretende-se então como esta iniciativa e diante do exposto, corrigir um verdadeiro estado de inconstitucionalidade, que persiste desde a criação da ANM, seja pela falta de isonomia de tratamento entre os servidores da Agência em comparação com as suas congêneres, seja pela deficiência estrutural que impede que as suas competências sejam exercidas com a eficiência que a sociedade espera e que a Constituição Federal exige, conforme previsto no caput do art. 37. É necessário concretizar o referido mandamento constitucional, conferindo finalmente à ANM o status que o legislador, desde a edição da Lei nº 13.575/2017, pretendia lhe dar.

* C D 2 3 6 1 0 9 2 6 0 5 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vicentinho Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236109260500>



MPV 1170
00017

COMISSÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 2023

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal

EMENDA Nº

Dê-se ao ANEXO CLII da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que trata do Anexo III à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, a seguinte redação:

“ANEXO CLII
(Anexo III à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)
TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

CLASSE	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023
ESPECIAL	20.330,45
1ª CLASSE	16.641,32
2ª CLASSE	14.218,41
3ª CLASSE	13.649,53

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda busca igualar os subsídios da Polícia Rodoviária Federal aos da Polícia Federal.

Conforme se extrai da Constituição Federal, a segurança é um direito fundamental de todo cidadão, e a Polícia Rodoviária Federal é uma das

* 0 0 2 3 4 8 3 2 8 2 3 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234483282300>



2

instituições responsáveis pela proteção da população nas rodovias federais, atuando na prevenção e repressão de crimes, além de garantir a fluidez do trânsito e a segurança viária.

Nessa linha de raciocínio, a previsão de subsídios inferiores à Polícia Rodoviária Federal em relação à Polícia Federal, prejudica o fortalecimento e reconhecimento da PRF, bem como pode desestimular a atuação dos atuais policiais rodoviários, diante dessa injustificada desigualdade.

Em conclusão, a equiparação dos subsídios da Polícia Rodoviária Federal aos da Polícia Federal é uma medida justa e necessária para garantir a qualidade da atuação dos policiais rodoviários, respeitar o princípio da igualdade e investir na segurança pública do país.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação de nossa emenda, que certamente contribuirá para um País mais seguro e justo para todos os brasileiros.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JOSÉ MEDEIROS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234483282300>



**MPV 1170
00018**



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Samuel Araújo

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e
de empregados públicos do Poder
Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a
seguinte redação:

Art. Xº O art. 11 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa
a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 11

.....

§ 9º A GEAAPCC-Ext dos cargos de nível auxiliar do PCC-Ext
integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Os servidores públicos de nível auxiliar percebem em atividade
a GEAAPCC-Ext que, embora incida a contribuição ao plano de seguridade
social, não integram os proventos da aposentadoria e as pensões.

Assim, com a medida se busca equidade entre os diversos
planos de cargos e carreiras da União, considerando, a título de exemplo, que
o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE possui a Gratificação
Específica de Atividades Auxiliares do PGPE - GEAAPGPE, que é devida aos
ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao



PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, bem assim integra os proventos de aposentadoria e as pensões.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. SAMUEL ARAÚJO
(PSD – RO)



**MPV 1170
00019**

CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Samuel Araújo
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Acrescente-se o art. 99-A à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

“Art. 99-A Os Servidores Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, para fins de direitos remuneratórios, são assemelhados aos Militares do Distrito Federal.

Parágrafo único. Ficam assegurados a esses servidores militares, os reajustes, as atualizações, e as reestruturações salariais na mesma data e nas mesmas condições, sempre que houver, alterações remuneratórias concedidas aos militares do Distrito Federal.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Pela ausência de cargos e funções iguais ou assemelhadas das atribuições dos servidores militares dos ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, com os demais servidores civis do serviço público federal.

Esses servidores militares são assemelhados aos Militares do Distrito Federal, nas mesmas funções, cargos, atribuições e atividades, inclusive, também, são regidos pela mesma legislação, conforme o previsto no artigo 65 da Lei 10.486/02, e nos Artigos 6 e 7, da Lei 13.681/2018.



Essas categorias de servidores militares dos Ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal e os Militares do Distrito Federal, por força da Constituição Federal são organizados e mantidos pela União, tendo a mesma similitude de direitos, deveres e obrigações..

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. SAMUEL ARAÚJO
(PSD – RO)



**MPV 1170
00020****CONGRESSO NACIONAL**
Gabinete do Senador Dr. Samuel Araújo**EMENDA Nº - CMMPV**

(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Altere-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passam a vigorar da seguinte redação:

Art. 2º

.....

IX - os servidores abrangidos pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, que, até a data da publicação do deferimento da opção no Diário Oficial da União, tenham mudado de regime jurídico administrativamente ou em razão de aprovação em concurso público para o mesmo cargo ou cargo equivalente, ou ainda para a mesma carreira, desde que não interrompido o vínculo com o Estado de Rondônia;" (NR)

JUSTIFICATIVA

Ajuste de redação no inciso IX do art. 2º da Lei nº 13.681, de 2018, para exclusão da vedação de mudança de escolaridade, considerando que no processo de modernização do Estado de Rondônia houve a criação de novos planos de cargos e carreiras, nos quais, em muitos casos, ocorreu a mudança de escolaridade, de nível auxiliar para médio, e de médio para superior, em especial nas áreas de docência e administrativa.



Diante do exposto, e para concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. SAMUEL ARAÚJO
(PSD – RO)



**MPV 1170
00021**



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Samuel Araújo
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 3º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 3º

.....

VI – aplica-se aos servidores ativos, inativos e pensionistas das categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de Motorista Oficial, de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, de Agente de Serviços de Engenharia, ou de atribuições equivalentes ou assemelhadas a essas categorias funcionais, as Tabelas II dos Anexos IV e V da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Os servidores públicos pioneiros pertencentes ao Plano de Cargos e Carreiras dos ex-Territórios Federais, de que trata a Lei nº 6.550, de 1978, das categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de



Motorista Oficial de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, assim como a classe B da categoria de Agente de Serviços de Engenharia passaram a integrar o rol de cargos previstos no Anexo X da Lei nº 7.995, de 1990, e, com isso, foram alcançados pelos efeitos do art. 5º da Lei nº 8.460, de 1992.

Portanto, possuem remuneração maiores que seus pares pertencentes ao PCC-Ext instituído pela Lei nº 13.681, de 2018, embora exerçam as mesmas atividades e os cargos sejam semelhantes e equivalentes.

Assim, a medida objetiva trazer equidade remuneratória entre esses servidores, com a extensão dos efeitos do art. 5º da Lei nº 8.460, de 1992, aos servidores do PCC-Ext.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. SAMUEL ARAÚJO
(PSD – RO)



**MPV 1170
00022**

CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Dr. Samuel Araújo
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. Xº O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 2º

.....

XIV - os professores contratados com base no art. 77 da Lei nº 5.692, de 1971, considerados de contratação precária ou professores leigos, desde que habilitados até o momento da apresentação do termo de opção.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Os docentes tiveram contribuição importante para a formação dos Estados de Rondônia, lecionando em regiões com pouca ou nenhuma estrutura, áreas para onde, muitas vezes, nenhum profissional se habilitava a ir.



Esses servidores foram contratados pela Administração Pública sem possuir uma adequada formação escolar, em face das realidades locais, para executar atividades de docência. Assim, foram contratados mediante os termos da legislação vigente à época sobre a matéria, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, cujo art. 77 permitia que lecionassem, “em caráter suplementar e a título precário”.

Durante muitos anos essas pessoas dedicaram-se ao desenvolvimento da educação nos ex-Territórios, atendendo à necessidade social da época e tendo fundamental importância para a população da região.

Diante do exposto, deve-se reconhecer o merecimento e a relevância da categoria a fim de conceder a esses profissionais o justo direito de serem incorporados aos quadros da União, nos termos das diversas emendas constitucionais e leis regulamentares que tratam da matéria.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Senador DR. SAMUEL ARAÚJO
(PSD – RO)



**MPV 1170
00023**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Davi Alcolumbre

EMENDA Nº - CMMPV 1170/2023
(à MPV 1170/2023)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Os soldos, adicionais, benefícios, indenizações, vantagens e direitos remuneratórios concedidos aos policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia não poderão ser inferiores aos soldos, adicionais, benefícios, indenizações, vantagens e direitos remuneratórios pagos aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, consideradas quaisquer espécies, mesmo que concedidas em caráter privativo, exclusivo ou com denominação diversa.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se aos militares ativos, reformados e da reserva remunerada, bem como aos respectivos pensionistas, oriundos dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia ou do Estado que os tenha sucedido.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo igualar a estrutura remuneratória dos policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios, para que se possa garantir que os soldos, adicionais, benefícios, vantagens e direitos remuneratórios concedidos aos integrantes da Polícia e Bombeiro Militar dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a Quadro em Extinção da União sejam, em nenhuma hipótese, inferiores aos concedidos para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, uma vez que ambos são organizados, mantidos e remunerados com verbas do tesouro nacional.

Esses servidores militares dos ex-Territórios são assemelhados aos servidores militares do Distrito Federal, possuindo as mesmas funções, cargos,



atribuições e atividades e são, inclusive, regidos pela mesma legislação, conforme o previsto no art. 65 da Lei 10.486/02, e nos arts. 6 e 7, da Lei 13.681/2018.

Dessa forma a nova estrutura proposta visa conferir aos servidores militares dos ex-Territórios justa igualdade remuneratória com a dos servidores militares do Distrito Federal, que são regidos pela mesma legislação.

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.

Senador Davi Alcolumbre
(UNIÃO - AP)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Lucio Mosquini** - MDB/RO

MPV 1170
00024

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170 DE 2023.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº1.170 DE 2023

Altera a remuneração de servidores e
de empregados públicos do Poder
Executivo federal.

EMENDA Nº _____

Altera-se à Medida Provisória nº 1.170 de 2023, onde couber, a
seguinte redação:

Art... A GEAAPCCEXT - Gratificação Específica de Atividades
Auxiliares do PCC-Ext, integrará os proventos da
aposentadoria e as pensões.

Art.
.....

JUSTIFICAÇÃO

Os servidores públicos federais do nível auxiliar, integrantes
dos quadros dos extintos Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá,
quando na ativa, têm seus proventos compostos pela GEAAPCCEXT -
Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PCC-Ext.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233503787100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lucio Mosquini - MDB/RO

A GEAAPCCEXT não detém caráter avaliativo, é inerente ao cargo de nível auxiliar, sendo assim tem caráter genérico, devendo integrar na sua totalidade as aposentadorias e pensões.

Ocorre que esses servidores ao se aposentarem estão tendo a GEAAPCCEXT totalmente suprimida de seus vencimentos, com uma redução abrupta nas verbas necessárias ao sustento.

Não há qualquer fundamento legal para a supressão da GEAAPCCEXT, até mesmo porque os demais planos de carreira do Poder Executivo Federal dispõem de gratificação específica do nível auxiliar, as quais são incorporadas às aposentadorias e pensões, por disporem de valor fixo.

Como se vê, o pagamento ocorre em razão do desempenho das atribuições típicas dos cargos de nível auxiliar do PCC-Ext, trata-se, portanto, de adicional de função, e não de gratificação paga pela execução do trabalho em condições anormais, motivo pelo qual deve ser estendida aos aposentados e pensionistas, nos moldes percebidos pelos servidores da ativa.

Dessa forma, o que se verifica nos cargos de nível auxiliar do PCC-Ext, referente à GEAAPCCEXT, é um tratamento anti-isônomico, o que é vedado pela nossa Constituição Federal.

Nesse sentido, a Suprema Corte - STF tem jurisprudência pacífica garantido que quando a gratificação percebida pelo servidor tem caráter genérico não dispõe de caráter avaliativo, sendo ela inerente ao cargo, devendo ser incorporada à aposentadoria e pensão.

Importante ainda consignar o impacto social que essa supressão tem causado, pois a GEAAPCCEXT representa 23,58% da remuneração desses servidores/pensionistas, que quando passam para inatividade e mais precisam dos seus vencimentos para fazer frente a despesas com saúde e medicamentos, têm sofrido um enorme decréscimo financeiro.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233503787100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lucio Mosquini - MDB/RO

Por isso, o que se tem por objetivo com a presente emenda é dar um tratamento igualitário a esses servidores do nível auxiliar dos Ex-Territórios, lhes assegurando a mesma condição para incorporação da gratificação, como ocorre nos demais planos de carreiras do Poder Executivo Federal.

Acreditamos que a emenda, além de apresentar o aprimoramento na legislação, permite tratamento humanitário e mais justo aos que contribuíram toda a sua vida laboral, quando chegado o momento de sua maior necessidade, especialmente para a manutenção de sua saúde e condição digna de vida, assim permitindo maior segurança social.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, 04 de maio de 2023.

DEPUTADO LUCIO MOSQUINI
MDB/RO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233503787100>



MPV 1170
00025

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 2023

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 2023

Incluir a citação do cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE na tabela de cargos específicos do PCCTAE a), do Anexo CXII, da Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se, à tabela a), do Anexo CXII, da Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023, a citação do cargo específico de Auditor no título e entre os cargos específicos nela definidos, passando a vigorar com a seguinte redação:

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO E AUDITOR

a) Vencimento básico dos cargos de Médico e Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

CARGOS	CLASSES DE CAPACITAÇÃO	VALOR EM R\$				
		NÍVEL E				
		R\$	I	II	III	IV
Médico	P31	9.113,85	1			
Médico Veterinário	P32	9.469,29	2	1		
Médico-Área	P33	9.838,59	3	2	1	
Auditor	P34	10.222,29	4	3	2	1
	P35	10.620,97	5	4	3	2
	P36	11.035,18	6	5	4	3
	P37	11.465,56	7	6	5	4
	P38	11.912,71	8	7	6	5
	P39	12.377,31	9	8	7	6

CD234021720600



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234021720600>



	P40	12.860,03	10	9	8	7
	P41	13.361,57	11	10	9	8
	P42	13.882,67	12	11	10	9
	P43	14.424,09	13	12	11	10
	P44	14.986,63	14	13	12	11
	P45	15.571,11	15	14	13	12
	P46	16.178,38	16	15	14	13
	P47	16.809,34		16	15	14
	P48	17.464,91			16	15
	P49	18.146,04				16

JUSTIFICAÇÃO

A Educação é tema prioritário para quaisquer nações, especialmente para aquelas em desenvolvimento. Em nosso país, as Universidades, os Institutos e as demais Instituições Federais de Ensino (IFES) são responsáveis pela formação de quadros técnicos de excelência, além de desenvolverem a pesquisa e inovação nacional e levam a educação técnica e tecnológica para o interior do país, promovendo desenvolvimento regional. Tais organizações são, portanto, uma força brasileira de desenvolvimento. Para que esse caminho se concretize é essencial o avanço e consolidação dos aspectos de governança dessas instituições.

Nas 112 IFEs, os processos de avaliação e fiscalização contidos nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal são desenvolvidos por meio da atividade de Auditoria Interna Governamental realizada pelos servidores do cargo específico de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, que atuam para adicionar valor e melhorar as operações para o alcance de seus objetivos, o que pode ser constatado nos indicadores destacados da Educação Federal brasileira.

A atividade de Auditoria Interna Governamental referenciada no art. 49 da Lei Federal nº 14.129/2021, se encontra inserida entre as macro funções do Sistema de Controle Interno da Constituição Federal que é organizado no Poder Executivo Federal por meio do Decreto nº 3.591/2000, que trouxe a obrigatoriedade da criação

* C D 2 3 4 0 2 1 7 2 0 6 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234021720600>



das Unidades de Auditoria Interna nas entidades da Administração Federal Indireta e as vincula tecnicamente ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, perante os aspectos de integração conforme ditames citados no art. 74 da Constituição Federal, assim evidenciando a especificidade das atividades e atribuições do cargo de Auditor dentre as categorias funcionais do PCCTAE.

Assim, diante do texto da Medida Provisória, que deixou de citar o cargo de Auditor do PCCTAE, o qual possui atribuições específicas relacionadas à atividade de Auditoria Interna, necessárias para as avaliações e fiscalizações das Instituições Federais, nos termos dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, em tabela específica da carreira, propõe-se a citação do cargo de Auditor, no quadro específico da tabela a), do Anexo CXII, da Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023, passando as ser composta pelos cargos específicos de Médico, Médico Veterinário, Médico-Área e Auditor, com jornada de 40 horas semanais.

Tal especificidade é garantida aos cargos e carreiras de mesmo nome e que desempenham funções equivalentes em outros órgãos do Poder Executivo Federal, com similitude de atribuições, nível de escolaridade e jornada de trabalho.

Quadro 1. Estrutura atual Remuneratória dos cargos de Auditor do Poder Executivo Federal

Cargo	Inicial	Final
Auditor-Fiscal da Receita Federal Do Brasil - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor-Fiscal do Trabalho - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor Federal de Finanças e Controle - Ns	R\$ 20.924,80	R\$ 29.832,94
Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Ns	R\$ 15.897,33	R\$ 22.210,10
Auditor do PCCTAE - Ns	R\$ 4.556,92	R\$ 9.072,99

Fonte: MP 1.170, de 28 de abril de 2023

A inclusão da citação não versa sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória, em observância ao disposto no Art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, visto que propõe apenas uma correção com a inclusão da citação do cargo específico de Auditor na tabela dos cargos específicos do PCCTAE disposta no próprio Anexo CXII, da Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023.

CD234021720600



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234021720600>



Com a adição, estima-se um impacto anual, em 2023, de R\$ 28.767.753,00 (vinte e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais), na hipótese de implantação a partir de maio de 2023, já observando aos limites citados na Lei nº 14.563, de 28 de abril de 2023, considerando o universo de auditores do quadro PCCTAE em todo o país e para os exercícios seguintes, os incluídos nas Leis Orçamentárias Anuais respectivas, ter-se-iam os impactos anualizados estimados de R\$ 43.767.705,49 (quarenta e três milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinco reais e quarenta e nove centavos) em 2024, e de R\$ 45.332.400,96 (quarenta e cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos reais e noventa e seis centavos) em 2025, considerando o universo de todos os 450 auditores do PCCTAE de todo o país.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **TÚLIO GADÊLHA**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234021720600>



MPV 1170
00026

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 2023

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.170, de 2023:

“Art. __. Os valores constantes dos Anexos XIII, XV, XVI e XVII da Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016 serão reajustados de forma geral, em parcela única, no percentual de 9% (nove por cento), a partir de 1º de maio de 2023”.

JUSTIFICAÇÃO

Nossa emenda pretende reparar desigualdade que ocorre há alguns anos, se compararmos a remuneração dos policiais militares e bombeiros militares dos extintos Territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima com a remuneração dos servidores públicos federais.

A realidade mostra que a remuneração dessas categorias está bastante defasada em relação à percebida pelo pessoal civil da União.

Segundo o IBGE, a inflação acumulada nos últimos 12 meses, apurada em março de 2023, foi de 4,65 %. Isso vem diminuindo drasticamente o poder de compra dos policiais militares e bombeiros militares dos extintos Territórios, o que nos motivou a apresentar esta emenda.

* C D 2 3 3 9 1 2 4 0 4 1 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Fernanda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233912404100>



2

Não custa lembrar que essas categorias desempenharam (e ainda desempenham) relevantes serviços públicos, em regiões remotas do País.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido da chancela de nossa Emenda à MP nº 1.170, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada CORONEL FERNANDA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Fernanda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233912404100>



* C D 2 3 3 9 1 2 4 0 4 1 0 0 *





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

MPV 1170
00027

EMENDA Nº CMMPV
(Nº 1.170 de 2023)

Insira-se, onde couber, um artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2022, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

“Altere-se o art. 29 e o seu parágrafo segundo da Lei n.º 13.681 de 2018, para vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do §2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento, de orçamento ou no desempenho de atribuições de controle interno nos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, dos ex-Territórios Federais e dos estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, observados os critérios de escolaridade exigidos em lei, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e a carreira de Finanças e Controle de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.

(...)

§ 2º Para a comprovação do desempenho das atribuições referidas no caput deste artigo, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998 e deverá ser apresentado, ao menos, dois dos seguintes documentos:

I - ato de nomeação ou de designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou para a função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento ou de controladoria, desde que para executar atividades ou atribuições de planejamento, de orçamento ou de controle interno, respectivamente;

II - históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, intercorrências e situação do cargo;

III – ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, onde conste a assinatura ou identificação que evidencie que a atividade foi desempenhada pelo servidor;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

IV- relatórios, planos, anuários, projetos, programas, estudos, sinopses, pareceres, notas técnicas ou expediente semelhante, assinado pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade na área de planejamento e outras atividades que a subsidiam ou na área de orçamento;

V – ofício, memorando ou expedientes semelhantes, subscrito pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade; ou

VI – certidão assinada pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade.

....." (NR)"

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a alterar, em parte o caput e o parágrafo 2º, do artigo 29, da Lei nº 13.681, de 2018, para adequar o critério de comprovação de desempenho das atribuições de planejamento, orçamento e controladoria para enquadramento nos respectivos planos de carreira.

Busca-se, com essa proposta, corrigir distorções existentes e dar maior clareza às normas legais vigentes para possibilitar o enquadramento dos servidores dos ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, de acordo com o que estabelece o art. 3º da Emenda Constitucional n. 79, de 27 de maio de 2014, e art. 1º da Emenda Constitucional n.98, de 06 de dezembro de 2017.

Faz-se necessário que se inclua a conjunção “OU DE” nas atribuições do binômio Planejamento/Orçamento, para que fique claro a distinção entre essas funções. Atividades que se diferenciam nas suas execuções. O Planejamento é uma ação de política de governo, uma ferramenta de gestão com intuito de organizar e aplicar as melhores formas e estratégias para se alcançar um objetivo e com isso atender às demandas da sociedade; já o Orçamento é a concepção financeira que viabiliza a ação do Planejamento.

As estruturas organizacionais dos ex-Territórios eram compostas de departamentos onde atuavam servidores executando atribuições na área de Planejamento e outros na área de Orçamento. Dessa forma, a Lei alcançaria





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

os servidores cujas atribuições são executadas de forma específica nessas áreas.

A portaria nº 24.895, de 2020, que regulamentou o mencionado artigo da lei, estabeleceu a necessidade de quatro documentos para comprovação do exercício profissional, o que tornou-se excessivamente difícil de localizar em arquivos pessoais ou do Estado, documentos oficiais do exercício de atribuições nas áreas de planejamento, orçamento e controladoria que propicie a segurança necessária para a Comissão de Transposição julgar os processos e conceder o direito ao enquadramento nas respectivas carreiras.

Por isso faz-se imperioso facilitar a apresentação dos documentos, reduzindo para apenas dois comprovantes, haja vista a dificuldade encontrada nos três estados em obter mais de dois documentos em arquivos que, de fato, assegurem a concessão do direito aos servidores.

A presente emenda está isenta de qualquer aumento de despesa, a partir deste enquadramento, visto que, ao ser aprovada, a Lei 13.681/18, em seu artigo 29, estabelece que o recurso já está previsto no orçamento desde 2018 para custear essa reclassificação de cargos aos requerentes.

Pela importância desta proposição, pedimos o apoio dos Nobres Deputados e Senadores para a aprovação, como forma de fazer justiça aos servidores dos extintos Territórios Federais que trabalharam nas Secretarias de Planejamento e Orçamento dos estados nessas áreas específicas.

Sala das Comissões, em

de 2023.

Senador Randolfe Rodrigues





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

**MPV 1170
00028**

**EMENDA Nº CMMPV
(Nº 1.170 de 2023)**

Insira-se, onde couber, o artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2022, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

“Fica acrescido o artigo 36-A e os parágrafos 1º e 2º à Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, para vigorar com a seguinte redação:

Art. 35-A Aos professores do quadro dos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, integrantes da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios, bem como, aos professores oriundos do quadro dos ex-Territórios que foram enquadrados no Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, fica assegurado o reposicionamento de um nível para cada dezoito meses de tempo de serviço prestado no cargo docente, observadas as tabelas de remuneração correspondentes aos respectivos planos de cargos.

§1º Para fins do reposicionamento previsto no caput será observado o posicionamento atual em que se encontra o professor na tabela de remuneração de cada plano de carreira, na razão de um nível para cada dezoito meses de serviço prestado no cargo.

§ 2º O disposto no caput incide sobre as aposentadorias e as pensões, considerado o tempo de serviço prestado, até a data da aposentadoria, ou até a data do óbito do instituidor, aplicando-se ao professor cedido ou que haja sido redistribuído, desde que oriundo do Quadro em Extinção dos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia.”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é aplicar critérios equânimes de posicionamento nas tabelas remuneratórias do magistério federal, entre aqueles professores que passaram a integrar o quadro em extinção da administração pública federal, no ato da transformação dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, com os mesmos critérios





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

que foram utilizados para o posicionamento dos professores contratados entre a data da criação e instalação dos Estados do Amapá e Roraima, entre outubro de 1988 e outubro de 1993 e de Rondônia, entre 31 de dezembro de 1981 e março de 1987.

A Lei Complementar n.º 41, de 1981, criou o Estado de Rondônia, e os servidores daquele ex-Território passaram a integrar um Quadro em Extinção da União. Já os estados do Amapá e de Roraima foram criados com o advento da Constituição Federal de 1988, notadamente pelo disposto no parágrafo 2º, do art. 14, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A intenção do Legislador constituinte foi a de uniformizar os critérios de criação de estado, nascido de território federal, e mandou aplicar na transformação do Amapá e Roraima, as mesmas normas e critérios adotados, na transformação do Estado de Rondônia. (Parágrafo 2º, do art. 14, do ADCT - CF/88).

Com a criação do Amapá e Roraima, o Quadro em extinção dos ex-Territórios foi unificado, reunindo todos os servidores federais dos ex-Territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. Com o advento das Emendas Constitucionais, nº 60, de 2009, 79, de 2014 e 98, de 2017, aqueles servidores que foram contratados no período de transição, ou de instalação dos estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima, tiveram o direito de optar por integrar Quadro em extinção da Administração Federal.

A Lei 13.681 de 2018 unificou as regras de incorporação no Quadro da Administração Federal de que tratam as Emendas nº 60, de 2009 e 79, de 2014 e 98 de 2017. Entretanto, com referência aos professores oriundos dos estados do Amapá, Roraima e Rondônia contratados no período de transição, o critério de enquadramento e posicionamento na tabela salarial do magistério foi estabelecido pelo inciso III, do parágrafo 1º do artigo 3º, da Lei 13.681 de 2018, considerando um padrão para cada 18 meses de serviço prestado no cargo.

Por outro lado, os antigos professores dos ex-Territórios, que foram contratados entre os anos de 1970 e 1988, em data anterior à criação dos estados do Amapá e de Roraima, ficaram posicionados em classe e padrão remuneratório inferior ao que foi concedido aos seus pares, contratados pelos novos estados.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

O que se pretende com a presente emenda é fazer justiça aos professores pioneiros dos ex-Territórios adotando para estes, o mesmo critério de posicionamento na tabela salarial que foi utilizado no enquadramento dos professores contratados no período de transição dos novos estados, aplicando a regra de um padrão para cada dezoito meses de tempo de serviço prestado no cargo.

São essas as razões importantes que me leva a pedir o apoio dos nobres parlamentares para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em _____ de 2023.

Senador Randolfe Rodrigues





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

**MPV 1170
00029**

**EMENDA Nº CMMPV
(Nº 1.170 de 2023)**

Insira-se, onde couber, um artigo na MPV 1.170 para inserir o inciso XIV ao artigo 2º e o inciso IV ao artigo 12, à Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.

Art....O artigo 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 passa a vigorar acrescido do inciso XIV e o artigo 12 da mesma Lei será acrescido do inciso IV, com a seguinte redação.

Art. 2º.....

XIV - A pessoa que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado, ou entre a data de sua transformação em estado e outubro de 1993, relação de trabalho ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, com empresas públicas ou sociedades de economia mista, inclusive as extintas, que haja sido constituída pelos estados do Amapá e de Roraima ou pelos seus municípios, para atuar em seus âmbitos, observados o § 2º do art. 12 da Lei nº 13.681 de 2018, e demais requisitos estabelecidos na Emenda constitucional 98, de 6 de dezembro 2017.”

Art. 12.....

IV. à pessoa que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais foram transformados em estado ou entre esta data e outubro de 1993, relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, com a administração pública dos ex-Territórios, dos estados ou das prefeituras neles localizadas, ou com empresa pública ou sociedade de economia mista, inclusive as extintas, que haja sido constituída pelos estados do Amapá ou de Roraima, ou pelos seus municípios, para atuar em seus âmbitos, observado o § 4º do art. 2º desta Lei.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

JUSTIFICATIVA

A EC 98 de 2017 assegurou o enquadramento em quadro em extinção da administração federal para pessoas que mantiveram vínculo funcional, empregatício ou relação de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios, dos estados e municípios do Amapá e Roraima, entre a data da transformação do estado e outubro de 1993, incluindo no rol de beneficiários as pessoas que igualmente tiveram vínculo empregatício com empresas públicas e sociedades de economia mista, vinculadas aos ex-Territórios ou à União, para atuação no âmbito dos referidos entes federados, consoante dispõe o art. 1 da EC 98 “*verbis*”

Art. 1º O art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 31. A pessoa que revestiu a condição de servidor público federal da administração direta, autárquica ou fundacional, de servidor municipal ou de integrante da carreira de policial, civil ou militar, dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima e que, comprovadamente, encontrava-se no exercício de suas funções, prestando serviço à administração pública dos ex-Territórios ou de prefeituras neles localizadas, na data em que foram transformados em Estado, ou a condição de servidor ou de policial, civil ou militar, admitido pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, **bem como a pessoa que comprove ter mantido, nesse período, relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios, dos Estados ou das prefeituras neles localizadas ou com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelo ex-Território ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal, inclusive as extintas, poderão integrar, mediante opção, quadro em extinção da administração pública federal.**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Os meios probatórios do vínculo empregatício foram estabelecidos no art. 1º incisos I e II do parágrafo 4 da EC 98 de 2017, mediante os quais os optantes podem comprovar que o pagamento dos salários recebidos fora realizado com recursos oriundos dos cofres públicos da administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura neles localizada, por intermédio da emissão de ordem de pagamento, de recibo, de nota de empenho ou de ordem bancária, amparando inclusive as relações de trabalho firmadas mediante contrato ou convenio, por meio dos quais seja possível comprovar a condição de empregado, servidor ou prestador de serviço que tenha desenvolvido atividade laboral diretamente com qualquer dos entes sindicados no caput do artigo 1, na forma abaixo reproduzida

§ 4º Para fins do disposto no **caput** deste artigo, **são meios probatórios de relação ou vínculo funcional, empregatício**, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, além dos admitidos em lei:

I - o contrato, o convênio, o ajuste ou o ato administrativo por meio do qual a pessoa tenha revestido a condição de profissional, empregado, servidor público, **prestador de serviço** ou trabalhador e tenha atuado ou **desenvolvido atividade laboral diretamente com o ex-Território, o Estado ou a prefeitura neles localizada**, inclusive mediante a interveniência de cooperativa;

II - a retribuição, a remuneração ou o pagamento documentado ou formalizado, à época, mediante depósito em conta-corrente bancária ou emissão de ordem de pagamento, de recibo, de nota de empenho ou de ordem bancária em que se identifique a administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura neles localizada como fonte pagadora ou origem direta dos recursos, assim como aquele realizado à conta de recursos oriundos de fundo de participação ou de fundo especial, inclusive em proveito do pessoal integrante das tabelas especiais.

A Empresa Municipal de Desenvolvimento e Urbanização de Macapá-EMDESUR foi criada pela Lei Municipal 132 de 1980, vinculada à





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Prefeitura de Macapá, quando vigente a condição de Território Federal do Amapá.

A Prefeitura de Macapá estabeleceu o convenio 021, em 28 de dezembro de 1990, com a Empresa pública EMDESUR, por meio do qual foram contratados empregados públicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, para desenvolver atividade laboral diretamente nas secretarias municipais e órgãos da referida Prefeitura.

Restou devidamente comprovado que os salários e encargos trabalhistas foram integralmente pagos com recursos dos cofres da Prefeitura, por meio de ordens de pagamento, nota de empenho, cheques administrativos, recibos e ordens bancárias que comprovam o repasse dos recursos públicos que custearam integralmente a folha de pagamento e as obrigações patronais dos empregados.

A proposta de emenda em epígrafe tem o objetivo de assegurar o direito de inclusão no quadro federal daqueles empregados públicos oriundos de empresas públicas e sociedades de economia mista que foram instituídas pelos estados do Amapá e Roraima e seus municípios, seguindo os mesmos critérios que foram adotados para incorporação dos empregados oriundos das empresas públicas e sociedades de economia mista criadas pelos ex-Territórios ou pela União, para atuar no âmbito dos ex-Territórios, em plena consonância a EC 98 de 2017.

Outrossim, a presente emenda tem um escopo essencialmente normativo, haja vista que o recurso orçamentário para arcar com essa despesa está disponível na lei orçamentária anual desde o ano de 2018, portanto, essa proposição não acarreta nenhum reflexo orçamentário e financeiro, isenta assim, de aumento de despesa.

São as razões que peço aos meus pares o apoio para aprovação deste dispositivo, para que seja feita justiça aos servidores oriundos de empresas públicas e sociedades de economia mista criadas pelos estados do Amapá e Roraima e seus municípios.

Sala das Comissões, em

de 2023.

Senador Randolfe Rodrigues





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

MPV 1170
00030

EMENDA Nº CMMPV
(Nº 1.170 de 2023)

Insira-se, onde couber, um artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

“A Lei 13.681 de 2018 passa a vigorar acrescida do artigo 7º-A e do parágrafo único:

Art. 7º-A Ficam assegurados aos militares dos ex-Territórios Federais – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, da ativa, inativos e pensionistas, os mesmos direitos remuneratórios que forem concedidos aos militares do Distrito Federal, sempre na mesma data e em iguais condições.

Parágrafo único. O disposto no caput compreende qualquer forma de reajuste, atualização, revisão, reestruturação, majoração, aumento de soldos, adicionais, benefícios, indenizações, vantagens, direitos remuneratórios e pecuniários, que forem concedidos aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, consideradas quaisquer espécies, mesmo que auferidos em caráter privativo, exclusivo ou com denominação diversa.”

JUSTIFICAÇÃO

A incorporação dos servidores oriundos dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia no quadro em extinção da União, assegurou o direito de ser observada a equivalência de atribuições e de padrões remuneratórios com os cargos existentes nos planos de cargos e carreiras da União, consoante dispõe a Lei Complementar 41 de 1981, que tratou da transformação do ex-Território Federal de Rondônia em estado, combinado com o art. 14, parágrafo segundo do ADCT da Constituição Federal, e na Emenda Constitucional 60 de 2009, EC 79 de 2014 e EC 98 de 2017.

A título de exemplo, para os servidores da Polícia Civil dos ex-Territórios, a vinculação ou paradigma remuneratório se dá pela aplicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

das mesmas tabelas de subsídios pagos para a Polícia Federal do Brasil. Os Professores do magistério dos ex-Territórios são pagos com remuneração idêntica aos salários auferidos pelos professores federais das universidades e institutos federais. Os servidores das carreiras típicas de estado de planejamento e controladoria dos ex-Territórios são pagos pelas mesmas tabelas de subsídios aplicadas aos servidores das carreiras de controladoria e planejamento do ciclo de gestão federal, e, por fim, aos servidores administrativos dos ex-Territórios, são aplicadas as tabelas remuneratórias com valores idênticos aos que são pagos para os servidores do Plano Geral do Poder Executivo Federal.

Ocorre que, para os policiais e bombeiros militares pertencentes ao Quadro em Extinção dos ex-Territórios Federais, pela ausência de cargos e funções iguais ou assemelhadas das atribuições dos servidores militares dos ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, não foi encontrada, no âmbito dos planos de cargos e carreiras da União, uma categoria com atribuições correlatas, que possibilitasse estabelecer um padrão ou vinculação remuneratória.

Para encontrar a vinculação ou paradigma remuneratório dos policiais e bombeiros militares, dos ex-Territórios foi adotado, como parâmetro, a Lei n.º 10.486 de 2002, que trata da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que é organizada e mantida pela União, consoante dispõe o art. 21, XIV, da Constituição Federal.

Esses policiais militares são assemelhados aos Militares do Distrito Federal, nas mesmas funções, cargos, atribuições e atividades, inclusive, também, são regidos pela mesma legislação, conforme o previsto no artigo 65 da Lei 10.486/02, e nos Artigos 6 e 7, da Lei 13.681/2018.

O que se propõe é buscar uma solução justa para os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios, com a definição de um parâmetro remuneratório que possa garantir que os soldos, adicionais, benefícios, vantagens e direitos remuneratórios concedidos aos integrantes da Polícia e Bombeiro Militar dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, incorporados ao Quadro em Extinção da União, em nenhuma hipótese, sejam inferiores aos concedidos para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, uma vez que ambos são organizados, mantidos e remunerados com verbas do tesouro nacional.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Vale destacar que a categoria foi esquecida pelo governo anterior na proposta de reajustes geral e linear de salário dos servidores do Poder Executivo, como se observava na redação do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023. Todavia, o Parlamento, em entendimento com o Governo, responsável pelo encaminhamento do PLN 02/23, realizou as alterações e autorizações previstas no Art. 169, § 1º, Inc. II da Constituição Federal, e o Art. 116, Inc. IV a Lei no 14.436/2022 (LDO 2023), objetivando prever, de forma específica, a recomposição salarial dos militares ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do Antigo Distrito Federal, categoria essa que é mantida e organizada pela União, nos termos da Constituição Federal.

Cumprir destacar que durante a consolidação da PLOA 2023 pelo então Ministério da Economia, a categoria encaminhou ao setorial de orçamento da União, responsável pela consolidação da proposta orçamentária, as informações necessárias à composição salarial da categoria para o ano de 2023, contemplando os valores relativos ao impacto da recomposição salarial da categoria.

Isso posto, faz-se necessário estabelecer o paradigma remuneratório para a categoria na Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal, para viabilizar a recomposição dos militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do Antigo Distrito Federal, no novo PLN que está em andamento que vai reajustar o salário da Polícia Militar do Distrito Federal.

Sala das Comissões, em _____ de 2023.

Senador Randolfe Rodrigues





CONGRESSO NACIONAL

MPV 1170
00031**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 2023.**

Autor Deputado Zé Silva	Partido Solidariedade
--	--

EMENDA ADITIVA

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 2023, altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Inclua-se onde couberem os seguintes artigos e anexos:

Art. 39-A A partir de 1º de julho de 2023, conforme especificado no Anexo LXXV-A desta Lei, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os ocupantes em exercício na data de 25 de julho de 2017 dos cargos das carreiras de que tratam o art. 1º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004:

- I - Especialista em Recursos Minerais;
- II - Analista administrativo;
- III - Técnico em Atividades de Mineração;
- IV - Técnico Administrativo.

Art. 39-B Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere o art. 39-A, a partir de 1º de julho de 2023, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento básico, Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Minerais (GDARM) e Gratificação de Qualificação (GQ) de que trata o inciso I do caput do art. 25-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, para os cargos que integram a carreira a que se refere o inciso I do caput do art. 39-A;

II- Vencimento básico, Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM (GDADNPM) e Gratificação de Qualificação (GQ) de que trata o inciso IV do caput do art. 25-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, para os cargos que integram a carreira a que se refere o inciso II do caput do art. 39-A;

III - Vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Minerais (GDARM) de que trata o inciso II do caput do art. 25-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, para os cargos que integram a carreira a que se refere o inciso III do caput



**CONGRESSO NACIONAL**

do art. 39-A;

IV - Vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM (GDADNPM) de que trata o inciso V do caput do art. 25-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, para os cargos que integram a carreira a que se refere o inciso IV do caput do art. 39-A;

Art. 39-C Além das parcelas remuneratórias de que trata o art. 39-A, não são devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se referem os incisos I a IV do **caput** do art. 39-A, a partir de 1º de julho de 2023, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNIs), de qualquer origem e natureza;

II- diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 39-D.

Art. 39-D Os servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 39-A não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 39-E O subsídio dos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 39-A não exclui o



**CONGRESSO NACIONAL**

direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

- I - gratificação natalina;
- II - adicional de férias;
- III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal e o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
- IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;
- V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 39-F A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

Art. 39-G Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 39-A, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o **caput** estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 39-H Os valores eventualmente devidos a servidores ativos ou aposentados ou a pensionistas abrangidos por esta Lei com base na legislação vigente até o dia anterior ao da implantação da tabela de subsídio constante do Anexo LXXV-A desta Lei não são cumulativos com os valores decorrentes da aplicação desta Lei aos vencimentos, ao subsídio, aos proventos de aposentadoria ou à pensão.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, os vencimentos compreendem a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, conforme disposto no inciso II do **caput** do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, e, ainda, as seguintes parcelas:

- I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNIs), de qualquer origem e natureza;
- II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;
- III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;



* C D 2 3 4 8 4 4 8 3 7 5 0 0 *



**CONGRESSO NACIONAL**

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei nº 8.112, de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XII - outras gratificações adicionais ou parcelas remuneratórias complementares de qualquer origem ou natureza;

XIII - valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 39-I Os padrões de vencimento básico dos ocupantes em exercício na data de 25 de julho de 2017 dos cargos do Plano Especial de Cargos de que trata o caput do art. 3º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 são, a partir de 1º de julho de 2023, os constantes do Anexo LXXVI-A desta Lei.

Art. 39-J A ementa da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, do Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Mineração - ANM e dá outras providências."

Art. 39-L A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam criadas, para exercício na Agência Nacional de Mineração - ANM, as carreiras de:

I - Especialista em Recursos Minerais, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação e fiscalização da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, elaboração de normas de referência para a regulação do uso dos recursos minerais, à fiscalização e proteção dos depósitos fossilíferos, ao acompanhamento e análise das pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, à outorga dos títulos minerários, ao acompanhamento do desempenho da economia mineral brasileira e internacional, à implementação da política mineral, ao estímulo do uso racional e eficiente dos recursos minerais, à fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração



* C D 2 3 4 8 4 4 8 3 7 5 0 0 *



**CONGRESSO NACIONAL**

de Recursos Minerais (CFEM), à promoção e ao fomento do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, direcionadas ao conhecimento, ao uso sustentado, à conservação e à gestão de recursos minerais; e- Analista Administrativo, composta por cargos de Analista Administrativo, de nível superior, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das competências a cargo da ANM, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades; e

II - Técnico em Atividades de Mineração, composta por cargos de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades desenvolvidas pelos Especialistas em Recursos Minerais e ao exercício das competências a cargo da ANM; e

III - Técnico Administrativo, composta por cargos de Técnico Administrativo, de nível intermediário, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências a cargo da ANM, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades." (NR)

.....

§ 4º No exercício das atribuições de natureza fiscal ou decorrentes do poder de polícia, são asseguradas aos ocupantes do cargo efetivo de que trata o caput deste artigo as prerrogativas de promover a interdição de estabelecimentos, instalações ou equipamentos, assim como a apreensão de bens ou produtos, e de requisitar, quando necessário, o auxílio de força policial federal ou estadual, em caso de desacato ou embaraço ao exercício de suas funções." (NR)

"Art. 39-A São criados 600 (seiscentos) cargos de Especialista em Recursos Minerais, 200 (duzentos) de Analista Administrativo, 200 (duzentos) de Técnico em Atividades de Mineração e 200 (duzentos) de Técnico-Administrativo, no Quadro de Pessoal da ANM, para provimento gradual." (NR)

.....

"Art. 4º Os cargos de nível superior e intermediário do Quadro de Pessoal do DNPM referidos no art. 3º desta Lei que estejam vagos na data da sua publicação e os que vierem a vagar serão transformados em cargos da carreira de Especialista em Recursos Minerais, de nível superior, e da carreira de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, do Quadro de Pessoal da ANM." (NR)

.....

"Art. 8

.....



* C D 2 3 4 8 4 4 8 3 7 5 0 0 *

**CONGRESSO NACIONAL**

§ 1º São requisitos para ingresso nos cargos integrantes das carreiras do quadro da ANM:

.....
(NR)''

''Art. 15-B Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades de Mineração - GDAM, devida aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNPM ocupantes dos cargos de nível superior de Economista, Engenheiro, Geógrafo, Geólogo, Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza e Químico e dos de nível intermediário de Desenhista, Técnico em Cartografia e Técnico em Recursos Minerais, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na ANM.'' (NR)

''Art. 15-C Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas - GDAA, devida aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNPM não compreendidos no art. 15 desta Lei, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na ANM.'' (NR)

.....
''Art. 16-B. A GDAM e a GDAA serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional da ANM.

§ 1º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho do órgão no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e características específicas compatíveis com as atividades da ANM.

§ 2º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, com foco na sua contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

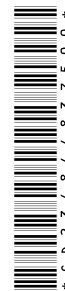
§ 3º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAM e a GDAA.

§ 4º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAM e GDAA serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, observada a legislação vigente.'' (NR)

''Art. 16-C. A GDAM e a GDAA serão pagas observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos cargos, níveis, classes e padrões, aos valores estabelecidos no Anexo VI-E, desta Lei, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2023.

§ 1º A pontuação referente às gratificações referidas no caput deste artigo será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Silva

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234844837500>



**CONGRESSO NACIONAL**

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 2º Os valores a serem pagos a título das gratificações referidas no caput deste artigo serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI-E desta Lei, de acordo com o respectivo cargo, nível, classe e padrão.” (NR)

.....

“Art. 17-A. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos nos arts. 15-B e 15-C desta Lei em exercício na ANM quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança farão jus à GDAM ou à GDAA, respectivamente, observado o posicionamento na Tabela e o cargo efetivo ocupado pelo servidor, nas seguintes condições:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 2º do art. 16-C desta Lei; e

II - os investidos em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, farão jus à respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional da ANM no período.” (NR)

.....

“Art. 18-A. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos nos arts. 15-B e 15-C desta Lei que não se encontrem em exercício na ANM farão jus à GDAM ou à GDAA, respectivamente, observados o posicionamento na Tabela e o cargo efetivo ocupado pelo servidor, quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício na ANM;

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput e investidos em cargos de natureza especial ou em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) níveis 6, 5 ou 4, ou equivalentes, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

§ 1º A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do caput será:



**CONGRESSO NACIONAL**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo;

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

§ 2º A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do caput será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 3º do art. 16-B não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor.” (NR)

.....

“Art. 19-A. Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 16-B desta Lei, regulamentando os critérios e procedimentos específicos para o pagamento da GDAM ou à GDAA, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 1º do art. 16-C desta Lei, e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional neste sistema, os servidores que fizerem jus às gratificações de que tratam os arts. 15-B e 15-C desta Lei deverão percebê-las da seguinte forma:

I - no caso da GDAM, em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAPM, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo VI-E desta Lei;

II - no caso da GDAA, em valor correspondente à última pontuação recebida a título de GDAPDNPM, que será multiplicada pelo valor constante do Anexo VI-E desta Lei;

§ 1º O resultado da 1ª (primeira) avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do 1º (primeiro) período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDAM ou à GDAA.” (NR)

“Art. 20. O servidor ativo beneficiário da GDARM, GDAPM, GDADNPM, GDAPDNPM, GDAM ou da GDAA que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da ANM.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.” (NR)



* C D 2 3 4 8 4 4 8 3 7 5 0 0 *



**CONGRESSO NACIONAL**

"Art. 20-A. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, os servidores referidos nos arts. 15, 15-A, 15-B e 15-C desta Lei continuarão percebendo a respectiva gratificação de desempenho correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração." (NR)

.....

"Art. 21-A. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos nos arts. 15-B e 15-C desta Lei:

I- aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o valor integral da média dos pontos das diferentes gratificações de desempenho (GDARM, GDAPM, GDADNPM, GDAPDNPM, GDAM ou GDAA) que foram recebidas nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade.

II - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004." (NR)

.....

"Art. 23. Os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de que trata o art. 1º desta Lei e do Plano Especial de Cargos do DNPM de que trata o art. 3º desta Lei serão submetidos, periodicamente, às avaliações de desempenho, conforme disposto na legislação em vigor aplicável aos servidores públicos federais e em normas específicas a serem estabelecidas em ato do Diretor-Geral do ANM, que permitam avaliar a atuação do servidor no exercício do cargo e no âmbito de sua área de responsabilidade ou especialidade." (NR)

.....

"Art. 25-A. Até 31 de janeiro de 2023 estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo das Carreiras de que trata o art. 1º desta Lei e do Plano Especial de Cargos do DNPM referido no art. 3º desta Lei será composta de:

..... (NR)

"Art. 25-C. A partir de 1º de julho de 2023, os ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em lei, em parcela única." (NR)

"Art. 25-D. A partir de 1º de julho de 2023, a estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Plano



**CONGRESSO NACIONAL**

Especial de Cargos do DNPM referido no art. 3º desta Lei será composta de:

I - no caso dos servidores do Plano Especial de Cargos do DNPM ocupantes dos cargos de nível superior de Economista, Engenheiro, Geógrafo, Geólogo, Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza e Químico e dos de nível intermediário de Desenhista, Técnico em Cartografia e Técnico em Recursos Minerais:

- a) Vencimento Básico; e
- b) Gratificação de Desempenho de Atividades de Mineração – GDAM.

II - no caso dos servidores titulares de cargos de nível intermediário ou auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNPM:

- a) Vencimento Básico; e
- b) Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas – GDAA.” (NR)

.....

“Art. 27. Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora de seu órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisição prevista em lei para órgão ou entidade da União;

II - cessão para exercício de cargo de natureza especial ou de cargo em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalente, em outro órgão da União, em autarquia ou em fundação pública federal;

III - exercício de cargo de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargo em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores ou de cargo de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública federal ou de sociedade de economia mista federal.” (NR)

Art. 39-M. A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescida do Anexo IV-E, nos termos do Anexo LXXVII-A, com efeitos financeiros a partir das datas nele estabelecidas.

Art. 39-N. Os servidores que se encontrem cedidos, em conformidade com a legislação vigente, mas em situação não prevista nas





CONGRESSO NACIONAL

hipóteses da nova redação do art. 27 da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, poderão permanecer nesta condição até o final do prazo estipulado no ato de cessão e, ainda, terem a cessão renovada 1 (uma) vez pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo único. No caso de o ato de cessão não prever prazo, será considerada como data final o dia 31 de dezembro de 2023.

Art. 39-O. As limitações ao exercício de outras atividades pelos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere o art. 2º, constantes desta Lei, não implicam afastamento de restrições constantes de outras normas.

Art. 100-A Ficam revogados:

I- Os seguintes dispositivos da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004:

- a) o § 3º do art. 1º; e
- b) o art. 22.

ANEXO LXXV-A

TABELAS DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ANM

a) Valor do Subsídio da Carreira de Especialista em Recursos Minerais

CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1º de julho de 2023
Especialista em Recursos Minerais	ESPECIAL	III	22.929,75
		II	22.386,71
		I	21.843,68
	B	V	21.300,65
		IV	20.758,76



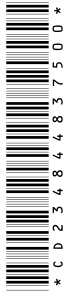


CONGRESSO NACIONAL

		III	20.214,58
		II	19.672,70
		I	19.128,51
	A	V	18.586,63
		IV	18.043,60
		III	17.499,42
		II	16.957,53
		I	16.413,36

b) Valor do Subsídio da Carreira de Analista Administrativo

CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1º de julho de 2023
Analista Administrativo	ESPECIAL	III	21.325,16
		II	20.802,72
		I	20.279,15
	B	V	19.756,72
		IV	19.233,14
		III	18.711,85



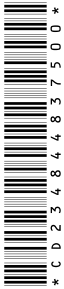


CONGRESSO NACIONAL

		II	18.187,13
		I	17.664,70
	A	V	17.142,27
		IV	16.619,85
		III	16.096,26
		II	15.573,83
		I	15.050,26

c) Valor do Subsídio da Carreira de III- Técnico em Atividades de Mineração

CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1º de julho de 2023
Técnico em Atividades de Mineração	ESPECIAL	III	11.451,74
		II	11.165,95
		I	10.889,58
	B	V	10.347,22
		IV	10.092,09
		III	9.841,27
		II	9.598,05
		I	9.360,03
	A	V	8.942,29
		IV	8.678,44
		III	8.465,09
		II	8.257,52
		I	8.053,33





CONGRESSO NACIONAL

d) Valor do Subsídio da Carreira de Técnico Administrativo

CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1º de julho de 2023
Técnico Administrativo	ESPECIAL	III	11.060,32
		II	10.774,54
		I	10.494,73
	B	V	9.944,36
		IV	9.686,93
		III	9.437,26
		II	9.192,90
		I	8.954,88
	A	V	8.487,92
		IV	8.271,00
		III	8.057,64
		II	7.850,08
		I	7.648,18

ANEXO LXXVI-A



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Silva
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234844837500>





CONGRESSO NACIONAL

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DOS PLANOS ESPECIAIS
DE CARGOS REFERIDOS NO ART. 9º

a) Vencimento básico dos cargos de nível superior

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	12.255,11
	II	12.062,06
	I	11.872,18
C	VI	11.594,11
	V	11.413,10
	IV	11.234,28
	III	11.059,23
	II	10.886,29
	I	10.715,42
B	VI	10.466,85





CONGRESSO NACIONAL

	V	10.209,63
	IV	9.959,16
	III	9.715,40
	II	9.475,90
	I	9.244,62
A	V	9.029,47
	IV	8.808,19
	III	8.593,40
	II	8.383,49
	I	8.178,43

b) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	7.040,91

* C D 2 3 4 8 4 4 8 3 7 5 0 0 *



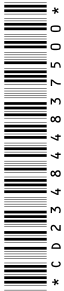
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Silva
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234844837500>





CONGRESSO NACIONAL

	II	6.866,51
	I	6.695,52
C	VI	6.391,87
	V	6.233,34
	IV	6.077,98
	III	5.928,10
	II	5.780,46
	I	5.637,39
B	VI	5.381,61
	V	5.230,60
	IV	5.083,15
	III	4.939,20
	II	4.799,49
	I	4.664,00
A	V	4.453,89





CONGRESSO NACIONAL

	IV	4.327,93
	III	4.205,18
	II	4.086,41
	I	3.971,58

c) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	2.529,13
	II	2.472,86
	I	2.418,19

ANEXO LXXVII-A

(Anexo VI-E à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO - GDAM E DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - GDAA.

a) Valor do ponto da GDAM e GDAA para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15-B e no art. 15-C



**CONGRESSO NACIONAL**

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	52,53
	II	51,70
	I	50,89
C	VI	49,70
	V	48,91
	IV	48,15
	III	47,40
	II	46,66
	I	45,93
B	VI	44,86
	V	43,76
	IV	42,69
	III	41,64



CD234844837500



**CONGRESSO NACIONAL**

	II	40,62
	I	39,63
A	V	38,70
	IV	37,75
	III	36,84
	II	35,93
	I	35,06

b) Valor do ponto da GDAM e GDAA para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15-B e no art. 15-C

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	30,18
	II	29,43
	I	28,70
C	VI	27,40



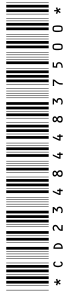
CD234844837500





CONGRESSO NACIONAL

	V	26,72
	IV	26,06
	III	25,41
	II	24,78
	I	24,17
B	VI	23,07
	V	22,43
	IV	21,79
	III	21,17
	II	20,57
	I	20,00
A	V	19,09
	IV	18,56
	III	18,02



* C D 2 3 4 8 4 4 8 3 7 5 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Silva
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234844837500>



**CONGRESSO NACIONAL**

	II	17,52
	I	17,03

c) Valor do ponto da GDAM e GDAA para os cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15-B e no art. 15-C

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
		1º de julho de 2023
ESPECIAL	III	10,84
	II	10,60
	I	10,37

JUSTIFICAÇÃO

É de nótório conhecimento a grave situação de defasagem remuneratória da ANM em comparação com as demais agências reguladoras federais.

A emenda aditiva visa uniformizar a gestão de recursos humanos entre as agências reguladoras. É importante ressaltar que na ocasião da criação das carreiras do antigo DNPM em 2004 que foram migradas para a ANM, a estrutura remuneratória escolhida considerou a equivalência com as também recentes criadas carreiras das agências reguladoras hoje disciplinadas na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, com posterior alteração pela Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, que também possuem





CONGRESSO NACIONAL

os mesmos cargos de Especialista em suas respectivas áreas de atuação na atividade finalística e de Analista Administrativo na atividade-meio, ambos de nível superior. Bem como no nível intermediário de técnicos da área finalística e técnico administrativo.

Assim, o dispositivo busca sanar uma falta grave ocorrida na época da sua criação da ANM conforme apontado pelo TCU no Processo TC 017.199/2018-2 que aprovou o Relatório de Levantamento no Acórdão nº 343/2019, apontando no item "Possibilidade de melhorias estruturais e funcionais a partir da implantação da agência":

"A partir da efetiva instalação da Agência pelo Poder Executivo federal, conforme prevê o art. 36 da Lei 13.575/2017, poderiam ser superados entraves institucionais que permanecem pendentes, tais como:

***c) a equiparação salarial do quadro de pessoal às demais agências reguladoras não foi aprovada. A alteração pode vir a ser realizada no futuro, concedendo tratamento isonômico aos servidores das diversas agências reguladoras, aumentando a atratividade da carreira e incrementando o recrutamento de pessoal com maior qualificação técnica."* (grifo nosso)**

É notório que as atividades dos Especialistas e Técnicos da área finalística de todas as agências são muito semelhantes entre si, o que pode ser percebido na comparação e leitura dos cargos que compõe os atuais planos de carreira das referidas agências, bem como formação acadêmica que são semelhantes, inclusive as descrições e atribuições dos cargos de analista administrativo e técnico administrativos da ANM e das demais agências reguladoras são exatamente os mesmos.

Nesse sentido, apesar da defasagem atual, o alinhamento de remuneração entre as carreiras da ANM e demais agências encontra respaldo constitucional. O § 1º do art. 39 da Constituição Federal de 1988 dispõe que a "fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II – os requisitos para a investidura; III – as peculiaridades dos cargos".

Em complemento ao dispositivo constitucional, o art. 41 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, especialmente em seu § 4º prevê que "É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder, ou entre servidores dos três poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho". Esse é justamente o caso em questão, no comparando os cargos do quadro de pessoal da ANM com os das demais agências.

OCDE também alertou na página 23 do estudo "Governança regulatória no setor de mineração no Brasil" publicado nesse ano de 2022



*C D 2 3 4 8 4 4 8 3 7 5 0 0 *





CONGRESSO NACIONAL

que a disparidade remuneratória existente na ANM com as demais agências reguladoras é um fator de risco do ponto de vista de rotatividade do quadro funcional, onde o corpo técnico da agência não possui um plano de carreira competitivo em comparação com o setor privado e as demais agências reguladoras:

"Além disso, o regime de remuneração para quem trabalha na ANM não é atraente. Em comparação com o setor privado e com outras agências reguladoras no Brasil, os salários da Agência não são competitivos, gerando altas taxas de rotatividade e desmotivação dos servidores."

A organização, recomenda ainda na página seguinte:

*"Realizar um estudo de referência do programa de remuneração para funcionários da Agência Nacional de Mineração **em relação a outras agências reguladoras** e empresas privadas no Brasil para identificar **necessidades de nivelamento de salários**."* (grifo nosso)

Tal situação acaba por gerar situações de risco para o Governo Federal como a baixa atratividade, a evasão de servidores experientes para a iniciativa privada e risco de captura pelo mercado. Em linha com as observações da OCDE, o Relatório de avaliação do exercício de 2019 elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em suas páginas 40 e 41 observa um desafio para a cultura organizacional, tendo em vista que *"a remuneração dos servidores do plano de cargos da ANM (Lei nº 11.046/2004) não está equiparada as carreiras próprias das demais agências reguladoras..."*. Sobre essa questão, ainda aponta:

"Ressalte-se que os servidores da ANM não foram contemplados com melhoria salarial na transformação de DNPM em Agência Reguladora. No Decreto nº 9.587/2018 que regulamentou a criação da ANM não constam artigos sobre a remuneração dos servidores e da contratação de temporários, a exemplo dos decretos regulamentadores da ANP (arts. 28º, 29º e 30º do Decreto nº 2.455/98), da ANEEL (arts. 28º e 29º do Decreto nº 2.335/97), da ANVISA (arts. 46º, 48º e 49º do Decreto nº 3.029/99), da ANAC (arts. 7º a 10º do Decreto nº 5.731/2006), da ANATEL (arts. 8º, 13º e 14º do Decreto nº 2.338/97), que possuem dispositivos sobre o assunto.

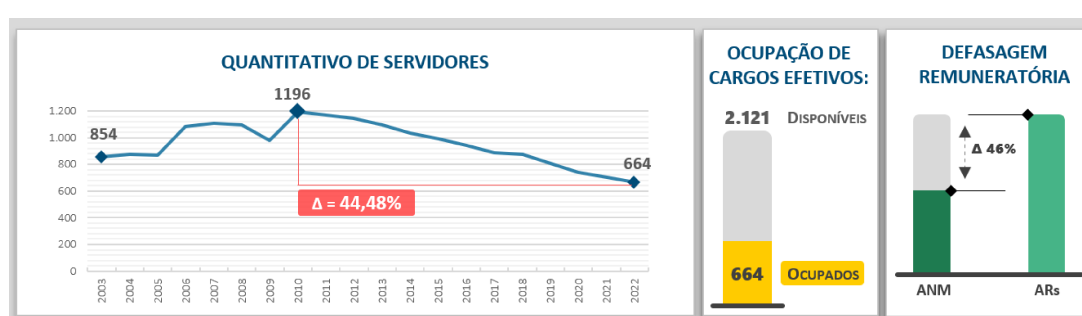
*No Relatório de Gestão de 2019 a "Equiparação salarial com as demais Agências Reguladoras" representa um dos principais **desafios para estancar a evasão dos servidores, atrair profissionais qualificados e garantir a isonomia de tratamento entre as Agências Reguladoras**."* (grifo nosso)

A Tabela abaixo sumariza em gráficos o exposto sobre o número de servidores que alcançou um pico desde o último concurso em 2010 e da diferença remuneratória com data-base novembro de 2022:





CONGRESSO NACIONAL



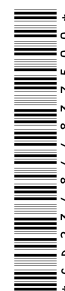
Com vistas ao atendimento do disposto no art. 16, inciso 1, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a ANM demonstrou, por meio de planilha, a estimativa de impacto orçamentário anual para efetuar o alinhamento da remuneração dos cargos das carreiras da ANM aos das demais agências reguladoras federais, considerando a equivalência das atribuições, conforme processo SEI/ME 14022.142490/2022-91, alcança o valor de R\$ 59.202.412,85 (cinquenta e nove milhões e duzentos e dois mil e quatrocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos).

Essa ação foi contemplada na programação orçamentária do Anexo V do PLOA de 2023, aprovado pelo Congresso Nacional, o subitem II. 5.2. (Limite destinado ao atendimento da MPV 1133/2022 relativa ao aumento da remuneração dos cargos das carreiras da Agência Nacional de Mineração) do item "Autorizações Específicas de que trata o art. 169, § 1º, Inciso II, da Constituição, e o art. 116, inciso iv, da lei nº 14.436, de 09 de agosto de 2022 LDO-2023, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais para 2023, em seu item II – "alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração: 5 – Poder Executivo, 5.1 - Poder Executivo Federal".

Esse valor aprovado novamente na apreciação do PLN2/2023 pelo congresso nacional e novamente foi vetado, sob a justificativa:

""Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, na medida em não considera o provável impacto no conjunto dos demais planos, carreiras e cargos já existentes, a fim de evitar o aumento nas distorções entre os mesmos e possíveis disfunções em sua gestão"

Com a devida venia, em que pese a intenção do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços públicos justificar que a correção da distorção mais grave existente entre todas as carreiras do serviço público federal poderia gerar uma distorção, entendemos que não existe qualquer racionalidade lógica em tal argumento. Inclusive não existe nenhum órgão que esteja listado em uma lei geral em conjunto outros semelhantes, como o que ocorre na lei geral das





CONGRESSO NACIONAL

Agências, que as carreiras dos mesmos não tenham a mesma remuneração.

Não existe qualquer motivo que se justifique a diferenciação prevista no art. 9 da MP que trata da carreira das agências reguladoras e do art. 39 que trata das carreiras da ANM. A ANM é uma agência reguladora que está listada no art. 2º da Lei geral das agências, Lei 13.848 de 25 de junho de 2019. **O objetivo desta emenda é justamente corrigir essa, que é a maior distorção de todas.**

Apesar desse subitem ter sido vetado novamente, o valor ainda encontra-se disponível no total do item 5, sendo assim passível de ser utilizado para o fim que foi proposto originalmente a provado pelo congresso nacional.

Se o Brasil quer mesmo uma agenda verde, em busca da transição energética, carbono neutro e sustentabilidade essa é uma grande oportunidade de sinalizar para a sociedade brasileira e para o mundo todo um novo passo em direção ao desenvolvimento sustentável, ao fortalecimento do Estado, à proteção de populações vulneráveis e o combate à mineração ilegal. A escolha por manter a ANM desmantelada, com uma carreira defasada, não atrativa prejudica mais de 200 milhões de brasileiros que se beneficiam da distribuição dos royalties da mineração (R\$ 7 bilhões em 2022), valores esses que chegam direto aos Municípios e viabilizam a construção de hospitais, escolas, estradas, além de possibilitar o desenvolvimento de outras atividades econômicas que minimizem a dependência econômica da mineração em suas terras. População essa que, pela ausência do Estado, vai seguir à mercê de futuros desastres, porque a ANM tem 1 fiscal para cuidar de cada 42.000 km². É como se a Holanda tivesse apenas 1 servidor para olhar todos os empreendimentos de mineração do país, cuidar de minas, barragens, pilhas, avaliar grandes e pequenos projetos.

É impossível falar em sustentabilidade, proteção das florestas, de povos originários, dos recursos minerais ou qualquer agenda progressista do século 21, quando a decisão é por manter o sucateamento histórico da agência e ainda alegar que a proposta foi vetada por ser contrária ao interesse público e que gera mais distorções. A ANM tem atribuições e responsabilidades de regulação de mesmo nível de complexidade e risco ao das outras entidades incluídas na Lei Geral das Agências, e a distorção e diferenciação no tratamento já existe, penalizando a ANM desde que foi criada.

Pretende-se então como esta iniciativa e diante do exposto, corrigir um verdadeiro estado de inconstitucionalidade, que persiste desde a criação da ANM, seja pela falta de isonomia de tratamento entre os servidores da Agência em comparação com as suas congêneres, seja pela deficiência estrutural que impede que as suas competências sejam exercidas com a



**CONGRESSO NACIONAL**

eficiência que a sociedade espera e que a Constituição Federal exige, conforme previsto no caput do art. 37. É necessário concretizar o referido mandamento constitucional, conferindo finalmente à ANM o status que o legislador, desde a edição da Lei nº 13.575/2017, pretendia lhe dar.

Por todo o exposto, solicito o acolhimento da presente emenda.

Dep. Zé Silva
Solidariedade/MG



* C D 2 3 4 8 4 4 8 3 7 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO DANIEL FREITAS – PL/SC

MPV 1170**00032****MPV 1170**

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 28 DE
ABRIL DE 2023**

Altera a remuneração de servidores e de
empregados públicos do Poder
Executivo federal

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o seguinte termo-se os seguintes artigos e anexos:

ANEXO LXXV

(Anexo II à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DA ANM, DE QUE TRATA O
ART. 1º**

...

ANEXO LXXVI

(Anexo V à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA ANM

...

ANEXO LXXVIII

(Anexo VI-B à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

**TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE
PRODUÇÃO MINERAL - GDAPM**

- a) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos da ANM referidos no art. 15 desta Lei:

...

- b) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos da ANM referidos no art. 15 desta Lei:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234141622300>



...

ANEXO LXXIX

(Anexo VI-C à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ANM - GDADNPM

- a) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Analista Administrativo da Carreira de Analista Administrativo:

...

- b) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Técnico Administrativo da Carreira de Técnico Administrativo:

..

ANEXO LXXX

(Anexo VI-D à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA ANM - GDAPDNPM

- a) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos da ANM não compreendidos no art. 15 desta Lei:

...

- b) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos da ANM não compreendidos no art. 15 desta Lei:

...

- c) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos da ANM:

...

ANEXO LXXXI

(Anexo VII à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO

- c) Valor da GQ para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos da ANM:

...

- c) Valor da GQ para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos da ANM referidos no art. 15 desta Lei:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234141622300>

JUSTIFICAÇÃO

Conforme previsto na Lei Federal n. 13.575 de 26 de dezembro de 2017, os artigos 23 e 24 descrevem que a carreira da Agência Nacional de Mineração é composta pelos servidores das carreiras e do Plano Especial de Cargos regidos pela Lei Federal n. 11.046 de 27 de dezembro de 2004.

Nesta linha, com a publicação da lei de criação da Agência Nacional de Mineração, ocorreu a extinção do então Departamento Nacional de Produção Mineral, tendo suas obrigações legais transferidas para a ANM, conforme previsto no artigo 32 da Lei Federal n. 13.575/2017.

Pelos argumentos apresentados, não há mais em se falar em servidores do DNPM, tendo em vista que pela legislação em vigor, eles fazem parte do plano de carreira da Agência Nacional de Mineração.

Parece-me que, no decorrer da alteração das tabelas salariais emitidas pelo poder executivo federal, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos não atendeu-se as previsões legais em vigor, cometendo o equívoco de lançar nomenclaturas de DNPM nas tabelas salariais dos servidores da ANM, ocorrendo assim, vício material no objeto.

A referida emenda tem apenas o objetivo de cumprir o que a legislação em vigor determina e atribuir a correta nomenclatura para a carreira de cargos efetivos da Agência Nacional de Mineração.

Sala das sessões, em 04 de maio de 2023.

Deputado **DANIEL FREITAS**
(PL/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234141622300>



**MPV 1170
00033**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1170/2023
(à MPV 1170/2023)**

Acrescente-se art. 82-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 82-1. O auxílio alimentação de que trata o art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, será corrigido anualmente pelo mesmo índice de correção do salário mínimo nacional.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

O auxílio alimentação pago aos servidores públicos do Poder Executivo Federal foi corrigido, a partir de 1º e maio de 2023, no montante de R\$ 200, passando de R\$ 458,00 para R\$ 658,00 por mês, conforme Portaria MGI nº 977, de 24 de março de 2023.

Ocorre que não há previsão nem na Portaria nem na presente Medida Provisória da correção a ser utilizada a partir do próximo exercício financeiro, razão porque apresentamos a presente emenda para dar previsibilidade do reajuste a cada ano.

Entendemos que a correção do auxílio alimentação pelo mesmo índice de correção do salário mínimo beneficiará proporcionalmente mais os servidores com menor salário, e o impacto financeiro será muito menor que um reajuste geral sobre a remuneração.

Dessa forma, pretendemos que cerca de 520 mil servidores civis ativos e 13,6 mil empregados públicos tenham correção anual do auxílio alimentação para



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marx Beltrão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231179316600>



compensar a inflação sobre a cesta básica, fazendo justiça principalmente para os servidores que recebem os menores salários.

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.

Deputado Marx Beltrão
(PP - AL)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marx Beltrão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231179316600>



MPV 1170
00034

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1.170 de 2023)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo na MPV nº 1.170, de 2023:

“Art. XX. A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescida do art. 12-A, com a seguinte redação:

‘**Art. 12-A.** O reconhecimento de vínculo da pessoa que foi admitida, nomeada ou remunerada na condição de cargo comissionado pelos estados de Roraima e do Amapá e seus municípios, até a data da transformação em estado, ou entre esta data e outubro de 1993, ocorrerá em emprego público de atribuições iguais, assemelhadas ou correlatas ao último vínculo ocupado, para fins de inclusão em quadro em extinção da administração federal, nos termos art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, com a redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 98, de 06 de dezembro de 2017, aplicando-se aos mesmos o § 3º do art. 12, e os arts. 13 e 14 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.’”

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 98/2017 dispõe sobre o aproveitamento de servidores e empregados que tiveram qualquer tipo de vínculo com a Administração Pública dos ex-Territórios, de suas prefeituras e dos estados do Amapá e de Roraima, entre outubro de 1988 e outubro de 1993.

Nessa etapa inicial, em que os órgãos públicos estavam sendo criados, os estados não possuíam autonomia plena e nem dispunham de estrutura organizacional suficiente para fazer frente ao conjunto da demanda de serviços públicos necessários ao atendimento de suas populações, por isso, eram totalmente dependentes da União, que se responsabilizou pela totalidade dos gastos com a folha de pagamento de pessoal.

A presente emenda visa conceder o direito de inclusão de pessoas que trabalharam, na condição de agentes públicos nomeados para o exercício de cargo em comissão – os quais foram admitidos para atender as necessidades das áreas de gestão pública, segurança, saúde, educação, planejamento, administração e demais áreas – ao rol daqueles que poderão integrar o quadro em extinção da administração pública federal.



No período de instalação desses dois estados, havia uma grande carência de pessoal na administração pública nas várias áreas de atuação estadual e se fazia necessária a realização de concursos públicos, processos seletivos simplificados e a contratação em caráter precário de profissionais para compor a força de trabalho.

A contratação de servidores nomeados para o exercício de cargo em comissão, foi parte da estratégia dos novos estados para assegurar a continuidade da prestação dos servidores públicos, especialmente no período de instalação dos novos entes federados, quando milhares de pessoas foram contratadas para desempenhar atividades nas diversas secretarias e órgãos públicos, nomeados pelo então governador ou pelos secretários na condição de vínculos comissionados.

E, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 98/2017, houve forte expectativa de que esses servidores comissionados, nomeados entre 1988 a 1993, fossem absorvidos pela administração federal, até mesmo nas funções que outrora desempenharam efetivamente.

Porém, a regulamentação disposta na Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, deixou uma lacuna quanto aos ocupantes de cargos comissionados e não faz qualquer menção clara e expressa de que esses servidores seriam enquadrados em cargos federais efetivos, empregos ou mesmo em cargos comissionados.

A alternativa de enquadramento em função ou cargo de atribuições iguais ou equivalentes às previstas para cargos efetivos ou empregos permanentes possibilitará, aos servidores comissionados de Roraima e do Amapá, uma oportunidade de ter uma solução adequada, com os mesmos direitos previstos na Lei nº 13.681/2018.

Destaque-se que a apresentação dessa emenda não altera o disposto no direito já previsto na Lei nº 13.681/2018 e no Decreto nº 9.324, de 2018; mas, tão somente, confere-lhe maior segurança jurídica, propondo, todavia, a possibilidade de enquadramento em cargo, ou empregos; respeitando-se, assim, a vontade dos optantes que desejarem retornar aos mesmos cargos comissionados de outrora, possibilidade prevista no mencionado decreto.

São estas as razões que me levam a apresentar esta emenda para aprovação por parte dos nobres Pares, e assim reconhecer o direito desses cidadãos e cidadãs brasileiros, de verem reconhecido esse legítimo direito de entrarem para o Quadro em extinção Federal nas mesmas funções



desempenhadas no período de instalação dos estados de Roraima e do Amapá.

Sala da Comissão,

Senador **CHICO RODRIGUES**
PSB/RR



MPV 1170
00035

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.170 de 2023)

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023:

“Art. XX. O art. 29 da Lei n.º 13.681, de 18 de junho de 2018, para vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 29.** Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento **ou de orçamento** ou no desempenho de atribuições de controle interno nos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, dos ex-Territórios Federais e dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, observados os critérios de escolaridade exigidos em lei, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e a carreira de Finanças e Controle de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.

§ 1º.....

§ 2º Para a comprovação do desempenho das atribuições referidas no caput deste artigo, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, **e deverão ser apresentados pelo menos dois dos seguintes documentos:**

I - Ato de nomeação ou de designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou para a função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento ou de controladoria, desde que para executar atividades ou atribuições de planejamento ou de orçamento ou de controle interno, respectivamente;

II - Históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, intercorrências e situação do cargo;

III - ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, onde conste a assinatura ou identificação que evidencie que a atividade foi desempenhada pelo servidor;

IV- Relatórios, planos, anuários, projetos, programas, estudos, sinopses, pareceres, notas técnicas ou expediente semelhante, assinado pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da



atividade na área de planejamento e outras atividades que a subsidiam ou na área de orçamento;

V - Ofício, memorando ou expedientes semelhantes, subscrito pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade; ou

VI - Certidão assinada pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alterar, em parte, o texto original do art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, bem como o § 2º do mesmo artigo, para adequação dos critérios de comprovação de desempenho das atribuições de planejamento, orçamento e controladoria para enquadramento dos servidores nos respectivos planos de carreira.

Busca-se, com essa proposta, corrigir distorções existentes e dar maior clareza nas normas legais vigentes para possibilitar o enquadramento dos servidores dos ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, de acordo com o que estabelece o art. 3º da Emenda Constitucional n. 79, de 27 de maio de 2014 e art. 1º da Emenda Constitucional nº 98, de 06/12/2017.

Faz-se necessário que se inclua a conjunção “OU DE” nas atribuições do binômio Planejamento/Orçamento, para que fique claro a distinção entre essas funções. Essas são atividades que se diferenciam nas suas execuções. O Planejamento é uma ação de política de governo, uma ferramenta de gestão com intuito de organizar e aplicar as melhores formas e estratégias para se alcançar um objetivo e com isso atender às demandas da sociedade. Já o Orçamento é a concepção financeira que viabiliza a ação do Planejamento.

As estruturas organizacionais dos ex-Territórios, eram compostas de Departamentos onde atuavam servidores executando atribuições da área de Planejamento e outros na área de Orçamento. Dessa forma, a alteração se faz necessária para alcançar os servidores cujas atribuições são executadas de forma específica nessas áreas.

A Portaria nº 24.895, de 2020, que regulamentou o mencionado artigo da Lei estabeleceu a necessidade de quatro documentos para comprovação do exercício profissional, o que tornou excessivamente difícil localizar, em arquivos pessoais ou do estado, os documentos oficiais do exercício de atribuições nas áreas de planejamento, orçamento e controladoria que propicie a segurança necessária para a Comissão de



Transposição julgar os processos e conceder o direito ao enquadramento nas respectivas carreiras.

Por isso, faz-se imperioso facilitar a apresentação dos documentos, reduzindo para apenas dois comprovantes, haja vista a dificuldade encontrada nos três estados em obter mais de dois documentos em seus arquivos que de fato assegurem a concessão do direito aos servidores.

Esta emenda está isenta de qualquer aumento de despesa com este enquadramento visto que, quando da aprovação da Lei nº 13.681/2018 com as disposições atuais do art. 29, os recursos já estavam previstos no Orçamento desde 2018 para custear essa reclassificação de cargos aos requerentes.

Pela importância desta proposição, pedimos o apoio dos nobres Deputados e Senadores para aprovação desta emenda, como forma de fazer justiça aos servidores dos extintos Territórios Federais que trabalharam nas Secretarias de Planejamento e Orçamento dos estados, nessas áreas específicas.

Sala das Comissões,

Senador **CHICO RODRIGUES**
PSB/RR



MPV 1170
00036

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV n.º 1.170 de 2023)

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo na MP 1.170, de 2023:

“Art. XX. O art. 33 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 passa a vigorar com as seguintes alterações; e acrescente-se ainda o seguinte art. 34-A à referida Lei:

‘Art. 33.

§ 1º

I - Passam a integrar a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos ex-Territórios, de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei n 11.784, de 22 de setembro de 2008, os professores e regentes de ensino de Roraima, do Amapá e seus Municípios, enquadrados nos termos do artigo 12 e 13 da Lei 13.681, de 18 de junho de 2018 e incluídos em quadro em extinção da administração pública federal.

.....

§ 3º.....

I - Aplica-se o disposto no parágrafo aos empregos de professores e regentes de ensino de Roraima e do Amapá, incluídos no quadro em extinção da administração federal, a que se refere a Emenda Constitucional nº 98 de 06 de dezembro de 2017, na forma dos artigos 12 e 13, da Lei nº 13.681, que comprovadamente desempenharam atribuições de magistério, desde que atendam aos requisitos de formação profissional exigidos em lei.’

‘Art. 34-A. Os empregados públicos enquadrados nos termos do parágrafo 3º, inciso I do artigo 33, poderão optar pelo enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.’”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa atender a uma histórica reivindicação dos professores e regentes de ensino enquadrados em empregos públicos federais, conforme as disposições da Emenda Constitucional 98 e Lei nº



13.681, de 2018. Esses professores e regentes de ensino tinham a nítida convicção de que com o direito estabelecido na EC 98 e com o artigo 33 da Lei nº 13.681 eles seriam enquadrados na União em cargos públicos da Carreira do Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios e, posteriormente, aqueles com a escolaridade superior fariam opção pelo enquadramento no plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Ocorre que a interpretação auferida pelo órgão executor ainda em 2018 foi de que os professores que trabalharam para o governo do estado de Roraima, no período de 1988 a 1993 tem direito ao enquadramento em empregos públicos federais, sem qualquer benefício do plano de carreira do magistério e sem reconhecimento da formação dos Professores e Regentes de ensino. Portanto, essa emenda vem fazer justiça a esses professores, conferindo a eles o direito ao enquadramento no Plano de Carreira do EBF e, posteriormente, mediante opção, poderão integrar também, o Plano de Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico-EBTT.

Estas são as razões para apresentação desta emenda e peço o voto favorável dos nobres Pares para aprova-la e fazer justiça aos nossos Professores e Regentes de Ensino de Roraima, de Rondônia e do Amapá.

Sala das Comissões,

Senador **CHICO RODRIGUES**
PSB/RR



MPV 1170
00037

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.170 de 2023)

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023:

“Art. XX. Acrescente-se o seguinte art. 36-A à Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, com a seguinte redação:

‘Art. 36-A. Aos professores do quadro dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, integrantes da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios, bem como, aos professores oriundos do quadro dos ex-Territórios que foram enquadrados no Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, fica assegurado o reposicionamento de um nível para cada dezoito meses de tempo de serviço prestado no cargo docente, observadas as tabelas de remuneração correspondentes aos respectivos planos de cargos.

§1º Para fins do reposicionamento previsto no caput será observado o posicionamento atual em que se encontra o professor na tabela de remuneração de cada plano de carreira, na razão de um nível para cada dezoito meses de serviço prestado no cargo.

§ 2º O disposto no caput incide sobre as aposentadorias e as pensões, considerado o tempo de serviço prestado, até a data da aposentadoria, ou até a data do óbito do instituidor, aplicando-se ao professor cedido ou que haja sido redistribuído, desde que oriundo do Quadro em Extinção dos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia.”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é aplicar critérios equânimes de posicionamento nas tabelas remuneratórias do magistério federal, entre aqueles professores que passaram a integrar o quadro em extinção da administração federal, no ato da transformação dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, com os mesmos critérios que foram utilizados para o posicionamento dos professores contratados entre a data da criação e instalação dos Estados do Amapá e Roraima, entre outubro de 1988 e outubro de 1993; e de Rondônia, entre 31 de dezembro de 1981 e março de 1987.



A Lei Complementar n.º 41, de 22 de dezembro de 1981, criou o Estado de Rondônia, e os servidores daquele ex-Território passaram a integrar um Quadro em Extinção da União. Já os Estados do Amapá e de Roraima foram criados com o advento da Constituição Federal de 1988, notadamente pelo disposto no § 2º, do art. 14, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A intenção do Legislador constituinte foi a de uniformizar os critérios de criação de estados oriundos de territórios federais, consignando aplicar, na transformação do Amapá e Roraima, as mesmas normas e critérios adotados, na transformação do Estado de Rondônia. (§ 2º, do art. 14, do ADCT, CF/88).

Com a criação do Amapá e Roraima, o Quadro em extinção dos ex-Territórios foi unificado, reunindo todos os servidores federais dos ex-Territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. Com o advento das Emendas Constitucionais, n.º 60, de 2009, 79, de 2014 e 98, de 2017, aqueles servidores que foram contratados no período de transição, ou de instalação dos estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima, tiveram o direito de optar por integrar Quadro em extinção da Administração Federal.

A Lei 13.681, de 18 de junho de 2018, unificou as regras de incorporação no Quadro da Administração Federal de que tratam as Emendas n.ºs 60/2009, 79/2014 e 98/2017. Entretanto, com referência aos professores oriundos dos estados do Amapá, Roraima e Rondônia contratados no período de transição, o critério de enquadramento e posicionamento na tabela salarial do magistério foi estabelecido pelo inciso III, do § 1º do art. 3º, da Lei 13.681/2018, considerando um padrão para cada 18 meses de serviço prestado no cargo.

Por outro lado, os antigos professores dos ex-Territórios, que foram contratados entre a década de 1970 e 1988, em data anterior à criação dos estados do Amapá e de Roraima ficaram posicionados em classe e padrão remuneratório inferior ao que foi concedido aos seus pares, contratados pelos novos estados.

O que se pretende com a presente emenda é fazer justiça aos professores pioneiros dos ex-Territórios adotando para estes, o mesmo critério de posicionamento na tabela salarial que foi utilizado no enquadramento dos professores contratados no período de transição dos novos estados, aplicando a regra de um padrão para cada dezoito meses de tempo de serviço prestado no cargo.



São essas as razões importantes que me leva a pedir o apoio dos nobres parlamentares para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador **CHICO RODRIGUES**
PSB/RR



MPV 1170
00038

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV n.º 1.170 de 2023)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023:

“Art. XX. O art. 8º da Lei nº 13.681, de 18 de junho 2018, passa a vigorar acrescida dos seguintes §§ 7º e 8º:

‘Art. 8º
.....

§ 7º Os servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais-PCC- e em empregos públicos federais nos termos do art. 12 desta Lei, com fundamento nas Emendas Constitucionais nº 60, de 2009, nº 79, de 2014, e n.º 98, de 2017, enquadrados em cargos e empregos de mesma denominação, ou semelhante, ou de atribuições equivalentes às previstas para as categorias funcionais de, agente administrativo, datilógrafo, assistente administrativo, agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, artífices, agente de saúde, auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e agente de portaria serão posicionados no nível intermediário, consoante o disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1991, e da Lei nº 8.743, de 9 de dezembro de 1993, vedada, em qualquer hipótese, efeitos financeiros retroativos.

§ 8º A aplicação do disposto no § 7º deste artigo, aplica-se ao servidores ativos, aposentados e pensionistas, independentemente de possuir escolaridade correspondente ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os cargos e empregos extintos quando vagarem.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O propósito desta emenda é adequar a classificação dos cargos do PCCExt e os empregos públicos dos ex-Territórios de que tratam os arts. 8º e 12 da Lei nº 13.681, de 18 junho de 2018, em parâmetros iguais aos aplicados aos cargos e empregos dos planos de carreira da União, seguindo o disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que dispõe que as categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de



Motorista Oficial, bem como as classes C e D da Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos; assim como a classe B da categoria de Agente de Serviços de Engenharia passaram a integrar o anexo X da Lei nº 7.995, de 9 de janeiro 1990, qual seja, o rol de cargos de nível intermediário.

Quis o legislador, com a edição da Lei nº 8.460/1991 e da Lei nº 8.743/1993, classificar os cargos de agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, agente de serviços de engenharia e agente de portaria, incluindo-os no nível intermediário, de forma que todos as pessoas que ocupavam esses cargos foram elevadas de ofício, ao nível intermediário, independentemente de possuírem a escolaridade de ensino médio.

Portanto, fortes são os argumentos de que as alterações sugeridas aperfeiçoam esta Medida Provisória, razões que me levam a pedir o apoio dos nobres Pares para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador **CHICO RODRIGUES**
PSB/RR



MPV 1170
00039

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV Nº 1.170 de 2023)

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023:

“Art. XX. A Lei 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

‘Art. 7º-A. Fica assegurado aos militares dos ex-Territórios Federais, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, ativos, inativos e pensionistas, os mesmos direitos remuneratórios que forem concedidos aos militares do Distrito Federal, sempre na mesma data e em iguais condições.

Parágrafo único. O disposto no caput compreende qualquer forma de reajuste, atualização, revisão, reestruturação, majoração, aumento de soldos, adicionais, benefícios, indenizações, vantagens, direitos remuneratórios e pecuniários, que forem concedidos aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, consideradas quaisquer espécies, mesmo que auferidos em caráter privativo, exclusivo ou com denominação diversa.”

JUSTIFICAÇÃO

A incorporação dos servidores oriundos dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia ao quadro em extinção da União assegurou-lhes o direito de ser observada a equivalência de atribuições e de padrões remuneratórios, com os cargos existentes nos planos de cargos e carreiras da União, consoante dispõe a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, que tratou da transformação do ex-Território Federal de Rondônia em estado, combinado com o art. 14, § 2º do ADCT da Constituição Federal; bem como com as Emenda Constitucionais (EC) nºs 60/2009, 79/2014 e 98/2017.

A título de exemplo, para os servidores da polícia civil dos ex-Territórios, a vinculação ou paradigma remuneratório se dá pela aplicação das mesmas tabelas de subsídios pagos para a Polícia Federal. Os professores do magistério dos ex-Territórios são pagos com remuneração idêntica aos salários auferidos pelos professores federais das universidades e institutos federais. Os servidores das carreiras típicas de Estado, como planejamento e controladoria dos ex-Territórios, são pagos pelas mesmas tabelas de subsídios aplicadas aos servidores das carreiras de controladoria e



planejamento do ciclo de gestão federal e, por fim, aos servidores administrativos dos ex-Territórios, são aplicadas as tabelas remuneratórias com valores idênticos aos que são pagos para os servidores do Plano Geral do Poder Executivo Federal.

Ocorre que, para os policiais e bombeiros militares pertencentes ao Quadro em Extinção dos ex-Territórios Federais, pela ausência de cargos e funções iguais ou assemelhadas das atribuições dos servidores militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal, não foi encontrada, no âmbito dos planos de cargos e carreiras da União, uma categoria com atribuições correlatas, que possibilitasse estabelecer um padrão ou vinculação remuneratória.

Para encontrar a vinculação ou paradigma remuneratório dos policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios, foi adotado como parâmetro a Lei n.º 10.486, de 4 de julho de 2002, que trata da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, carreiras organizadas e mantidas pela União, consoante dispõe o art. 21, XIV, da Constituição Federal.

Esses policiais militares são assemelhados aos Militares do Distrito Federal, nas mesmas funções, cargos, atribuições e atividades; inclusive também são regidos pela mesma legislação, conforme o previsto no art. 65 da Lei nº 10.486/2002, bem como nos arts. 6º e 7º, da Lei nº 13.681/2018.

O que se propõe é buscar uma solução justa para os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios, com a definição de um parâmetro remuneratório que possa garantir que os soldos, adicionais, benefícios, vantagens e direitos remuneratórios concedidos aos integrantes da Polícia e Bombeiro Militar dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a Quadro em Extinção da União, em nenhuma hipótese, sejam inferiores aos concedidos para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, uma vez que ambos são organizados, mantidos e remunerados com verbas do Tesouro Nacional.

Vale destacar que a categoria foi esquecida pelo governo anterior na proposta de reajustes geral e linear de salário dos servidores do Poder Executivo, como se observava na redação do Anexo V do PLOA 2023. Todavia, o Parlamento, em entendimento com o governo que encaminhou o PLN 02/23, realizou as alterações e autorizações previstas no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal combinado com o art. 116, IV da Lei nº 14.436/2022 (LDO 2023), objetivando prever, de forma específica, a



recomposição salarial dos militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, categoria essa que é mantida e organizada pela União, nos termos da Constituição Federal.

Cumpre destacar que durante a consolidação da PLOA 2023 pelo então Ministério da Economia, a categoria encaminhou ao setorial de Orçamento da União responsável pela consolidação da proposta orçamentária as informações necessárias a composição salarial da categoria para o ano de 2023, contemplando os valores relativos ao impacto da recomposição salarial da categoria.

Isso posto, faz-se necessário estabelecer o paradigma remuneratório para a categoria na Medida Provisória (MPV) nº 1.170, de 28 de abril de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal, para viabilizar a recomposição dos militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do Antigo Distrito Federal, no novo PLN que está em andamento que vai reajustar o salário da Polícia Militar do Distrito Federal.

Sala das Comissões,

Senador **CHICO RODRIGUES**
PSB/RR



MPV 1170
00040

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.170 de 2023)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na MPV nº 1.170, de 2023:

“Art. XX. O art. 2º e o § 2º do art. 12 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passam a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

‘Art. 2º.

.....

XIV - a pessoa que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado, ou entre a data de sua transformação em estado e outubro de 1993, relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, com empresas públicas ou sociedades de economia mista, inclusive as extintas, que haja sido constituída pelos estados do Amapá e de Roraima ou pelos seus municípios, para atuar em seus âmbitos, observado o § 2º do art. 12 desta Lei e os demais requisitos estabelecidos na Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017.’

‘Art. 12.....

§ 1º.....

§ 2º.....

.....

IV - à pessoa que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais foram transformados em estado ou entre esta data e outubro de 1993, relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, com a administração pública dos ex-Territórios Federais, dos estados ou das prefeituras, ou com empresas públicas ou sociedades de economia mista, inclusive as extintas, que haja sido constituída pelos estados do Amapá ou de Roraima ou pelos seus municípios, para atuar em seus âmbitos, observado o § 4º do art. 2º desta Lei.’

.....(NR) ”



JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 98/2017 assegurou o enquadramento em quadro em extinção da administração federal para pessoas que mantiveram vínculo funcional, empregatício ou relação de trabalho, com a administração pública dos ex-Territórios, dos estados e municípios do Amapá e Roraima, entre a data da transformação do estado e outubro de 1993, incluindo no rol de beneficiários as pessoas que igualmente tiveram vínculo empregatício com empresas públicas e sociedades de economia mista, vinculadas aos ex-Territórios ou à União, para atuação no âmbitos dos referidos entes federados, consoante dispõe o art. 1º da Emenda Constitucional nº 98/2017 *in verbis*:

Art. 1º O art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 31. A pessoa que revestiu a condição de servidor público federal da administração direta, autárquica ou fundacional, de servidor municipal ou de integrante da carreira de policial, civil ou militar, dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima e que, comprovadamente, encontrava-se no exercício de suas funções, prestando serviço à administração pública dos ex-Territórios ou de prefeituras neles localizadas, na data em que foram transformados em Estado, ou a condição de servidor ou de policial, civil ou militar, admitido pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, bem como a pessoa que comprove ter mantido, nesse período, relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios, dos Estados ou das prefeituras neles localizadas ou com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelo ex-Território ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal, inclusive as extintas, poderão integrar, mediante opção, quadro em extinção da administração pública federal.

Os meios probatórios do vínculo empregatício foram estabelecidos no art. 1º, incisos I e II do § 4º da EC nº 98/2017, mediante os quais os optantes podem comprovar que o pagamento dos salários recebidos fora realizado com recursos oriundos dos cofres públicos da administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura neles localizada, por intermédio da emissão de ordem de pagamento, de recibo, de nota de empenho ou de ordem bancária, amparando inclusive as relações de trabalho firmadas mediante contrato ou convênio, por meio dos quais seja possível comprovar a condição de empregado, servidor ou prestador de serviço que



tenha desenvolvido atividade laboral diretamente com qualquer dos entes sindicados no caput do artigo 1º, na forma abaixo reproduzida:

§ 4º Para fins do disposto no caput deste artigo, são meios probatórios de relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, além dos admitidos em lei:

I - o contrato, o convênio, o ajuste ou o ato administrativo por meio do qual a pessoa tenha revestido a condição de profissional, empregado, servidor público, prestador de serviço ou trabalhador e tenha atuado ou desenvolvido atividade laboral diretamente com o ex-Território, o Estado ou a prefeitura neles localizada, inclusive mediante a interveniência de cooperativa;

II - a retribuição, a remuneração ou o pagamento documentado ou formalizado, à época, mediante depósito em conta-corrente bancária ou emissão de ordem de pagamento, de recibo, de nota de empenho ou de ordem bancária em que se identifique a administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura neles localizada como fonte pagadora ou origem direta dos recursos, assim como aquele realizado à conta de recursos oriundos de fundo de participação ou de fundo especial, inclusive em proveito do pessoal integrante das tabelas especiais.

A Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR) foi constituída no município de Boa Vista, nos termos da Lei municipal nº 245, de 7 de novembro de 1991, ainda no período de instalação do estado de Roraima.

A EMHUR tem como função principal a execução de programas de obras e desenvolvimento de áreas urbanas, bem como o estudo, elaboração e construção de habitação de interesse social em coordenação com órgão institucional.

O art. 4º da Lei municipal nº 245/1991 dispôs que a EMHUR poderia atuar junto às demais prefeituras do Estado, através da celebração de contratos e convênios, ato oficial esse que foi praticado junto à Prefeitura de Boa Vista e os funcionários dessa empresa municipal prestavam serviço à prefeitura da capital e recebiam seus salários com recursos do município.

A proposta de emenda em epígrafe altera os arts. 2º e 12, da Lei nº 13.681, de 18 de junho 2018, com o objetivo de assegurar o direito de inclusão no quadro federal daqueles empregados públicos oriundos de empresas públicas e sociedades de economia mista que foram **instituídas pelos estados do Amapá, de Roraima, bem como por seus municípios**, seguindo os mesmos critérios que foram adotados para incorporação dos empregados oriundos das empresas públicas e sociedades de economia mista



criadas pelos ex-Territórios ou pela União, para atuar no âmbito dos ex-Territórios, em plena consonância a EC nº 98/2017.

Outrossim, a presente emenda tem um escopo essencialmente de promover o regulamento legal, sem qualquer reflexo orçamentário e financeiro, não causando nenhum aumento de despesa.

São as razões que submeto aos meus Pares para apoio à aprovação desta emenda, visando fazer justiça aos servidores oriundos de empresas públicas e sociedades de economia mista criadas pelos estados do Amapá e de Roraima e por seus municípios.

Sala da Comissão,

Senador **CHICO RODRIGUES**
PSB/RR



**MPV 1170
00041**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

EMENDA Nº - CMMPV

(à Medida Provisória nº 1.170, de 2023)

Altere-se o art. 100 da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, renumerando-se o atual art. 100 para o art. 101, com a seguinte redação:

“Servidores dos ex-territórios enquadrados em quadro em extinção da Administração Pública Federal, em funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal.

‘Art. 100 A remuneração dos servidores dos ex-territórios enquadrados em quadro em extinção da Administração Pública Federal, em funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal, fica majorada em nove por cento de acordo com aumento linear de que trata esta medida provisória e passa a vigorar com a seguinte tabela de correlação de remuneração, inclusive para fins de novos enquadramentos:

TABELA DE CORRELAÇÃO DE REMUNERAÇÃO – CARGO COMISSIONADO:

Nível Correspondente de Cargo Comissionado Executivo – CCE do Poder Executivo Federal	Valor Unitário do CCE (em R\$)	Cargos de Assessoramento do Quadro em Extinção de Caráter Não Efetivo – CAEx AP/RR
CCE 18	17.327,65	CAEx-AP – 5
CCE 17	16.944,90	CAEx-AP – 4
CCE 15	13.623,39	CAEx-AP – 3
CCE 13	10.373,30	CAEx-AP – 2
CCE 10	5.734,58	CAEx-AP – 1





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

§ 1º . As remunerações de que trata o *caput* serão, *ex officio*, revisadas pela Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT).

§ 2º Conforme disposto nesta Lei, as remunerações para fins de enquadramento no âmbito municipal terão regulamentações específicas.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo garantir que os dos servidores dos ex-territórios enquadrados em quadro em extinção da Administração Pública Federal, em funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal, tenha assegurado o aumento linear de nove por cento estabelecido na MP e que seja atualizada por lei a respectiva tabela de correlação de remuneração do cargo comissionado.

Desta forma, almejamos alcançar o *desideratum* constitucional de dinamizar segurança jurídica através de garantias legais e constitucionais que se traduzam, na prática, em iguais condições com os direitos, vantagens e benefícios concedidos aos demais servidores públicos da União. No entanto, há desigualdades evidenciadas ao longo de todos esses anos em relação ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima.

Assim, na medida dessas desigualdades, verificadas por anos de sofrimento, expectativa, morosidade e instabilidade jurídica, que consideramos nesta emenda à





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

MP 1170, de 2023, que a tabela remuneratória dos servidores supramencionados precisa de atualização.

Ato contínuo, estabelecemos que as remunerações sejam, ex officio, revisadas pela Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT), em razão de economia processual e em prol dos servidores.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Comissões, de maio de 2023.

Senador MECIAS DE JESUS



**MPV 1170
00042**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS**EMENDA Nº - CMMPV****(à Medida Provisória nº 1.170, de 2023)**

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, as seguintes alterações:

“ Art. Fica o Poder Executivo autorizado a reabrir por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para a opção pelo enquadramento na forma prevista no art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.

Parágrafo único. No mesmo período, os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que possuíam, nos termos do art. 29, § 2º, da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, a formação de nível superior em engenharia, arquitetura, geologia ou geografia, com atuação voltada às políticas públicas de infraestrutura de grande porte, poderão ser enquadrados na carreira de Analista de Infraestrutura, estabelecida pelo art. 1º, I, da Lei nº 11.539, de 8 de novembro 2007.

Art. Fica autorizada a reabertura por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, do prazo para a opção pelo enquadramento nas formas previstas no *caput* e no § 15 do art. 34 da Lei nº 13.681, de 2018.

Parágrafo único. Aplica-se aos servidores que fizerem a opção de que trata o *caput* o disposto nos §§ 4º a 10 do art. 34 da Lei nº 13.681, de 2018.

Art. Fica autorizada a reabertura por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para apresentação de termo de opção pelo





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

enquadramento de que tratam o art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e o art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017.

Art. Os requerimentos para o enquadramento de que tratam o *caput* do art. 1º, o *caput* do art. 2º e o art. 3º dos servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União inadmitidos por intempestividade serão, *ex officio*, reanalisados pela União, independentemente da apresentação de novo requerimento pelos interessados.

Art. A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º**

.....

IX – os servidores abrangidos pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, que, até a data da publicação do deferimento da opção no Diário Oficial da União, tenham mudado de regime jurídico administrativamente ou em razão de aprovação em concurso público para o mesmo cargo ou cargo equivalente, ou ainda para a mesma carreira, desde que não interrompido o vínculo com o Estado de Rondônia;

.....

XIV – os professores contratados com base no art. 77 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, considerados de contratação precária ou professores leigos que mantiveram ou mantém vínculo de trabalho com os ex-Territórios e os atuais Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, bem como pelos seus municípios, desde que devidamente habilitados a qualquer tempo;

XV – os servidores que se encontravam no desempenho de atividades de natureza policial rodoviária na data em que os ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia foram transformados em Estado ou entre essa data e outubro de 1993, para o Amapá e Roraima, ou entre essa data e março de 1987, para Rondônia;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

XVI – a pessoa que ocupava apenas funções de confiança ou cargos em comissão, admitida pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, e exercia funções policiais nesse período, as quais serão enquadradas na carreira Policial Civil, na forma do art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e do art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 2017;

XVII – os servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amapá que tiveram o provimento dos cargos autorizado pelo Decreto nº 1.266, de 22 de julho de 1993, do Estado do Amapá e o Edital nº 016/1993, publicado no Diário Oficial do Estado de 18 de agosto de 1993; e

XVIII – aqueles que se encontravam no exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate às Endemias, na forma da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, independentemente da forma de retribuição efetuada pela Administração Pública à época do vínculo empregatício.

.....” (NR)

“Art. 8º

.....

§ 7º Os servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais (PCC-Ext) pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, enquadrados em cargos de mesma denominação ou semelhante ou de atribuições equivalentes às previstas para as categorias funcionais de agente administrativo, datilógrafo, assistente administrativo, agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, artífice, agente de saúde, auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e agente de portaria serão posicionados no nível intermediário, consoante o disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1991, e o disposto na Lei nº 8.743, de 9 de dezembro de 1993, vedada, em qualquer hipótese, efeitos financeiros retroativos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

§ 8º O disposto no § 7º se aplica aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, independentemente de possuírem escolaridade correspondente ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os cargos e empregos extintos quando vagarem.

§ 9º Aplica-se também o disposto no § 7º aos ocupantes de empregos a que se refere o art. 12 cujas atividades ou atribuições sejam iguais ou equivalentes às previstas para os cargos referidos no § 7º, independentemente de possuírem escolaridade correspondente ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os empregos extintos quando vagarem.” (NR)

“**Art. 28-A.** Para a comprovação do desempenho das atribuições referidas no inciso XV do art. 2º, poderão ser apresentados, no mínimo, três dos seguintes documentos:

- I – carteira de policial rodoviário;
- II – escalas de serviço;
- III – ordens de missão;
- IV – registros em livro de ocorrência; ou

V – outros meios que atestem o exercício da atividade policial rodoviária.

§ 1º O valor do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o *caput* são os fixados no Anexo III da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, com a redação dada pela Lei nº 13.371, de 14 de dezembro de 2016.

§ 2º Ao disposto no *caput* aplicar-se-á o disposto no § 6º do art. 4º.”

“**Art. 29.** Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento ou de orçamento ou no desempenho de atribuições de controle interno e finanças públicas nos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, **municipal**, autárquica, fundacional e nos órgãos setoriais de planejamento das empresas públicas e sociedades de economia mista dos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

ex-Territórios Federais e dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento, de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, ou a carreira de Finanças e Controle, de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.

.....

§ 2º Para fins de comprovação do desempenho das atribuições referidas no *caput*, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e deverá ser apresentado pelo menos um dos seguintes documentos:

I – ato de nomeação ou designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento ou de controladoria, desde que para executar atividades ou atribuições de planejamento e orçamento ou de controle interno, respectivamente;

II – históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, as intercorrências e a situação do cargo;

III – ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, assinados pelo servidor, cujo teor evidencie a atividade desempenhada;

IV – relatórios, pareceres, notas técnicas ou expedientes semelhantes, assinados pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade desempenhada;

V – ofícios, memorandos ou expedientes semelhantes, subscritos pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade; ou

VI – certidão assinada por servidor, mesmo que de interesse de terceiro, cujo teor demonstre o exercício da atividade.

.....” (NR)

“**Art. 33-A.** Passam a integrar a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos ex-Territórios, de que trata o inciso II do *caput* do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, os professores e regentes de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

ensino dos ex-Territórios Federais e dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia e de seus Municípios, enquadrados nos termos dos artigos 12 e 13 e incluídos em quadro em extinção da administração pública federal.

§ 1º Aplica-se o disposto no *caput* aos empregos de professores e regentes de ensino que, comprovadamente, desempenharam atribuições de magistério, desde que atendam aos requisitos de formação profissional exigidos em lei”.

§ 2º Os profissionais enquadrados na forma deste artigo poderão optar pelo enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.”

“**Art. 33-B.** Os professores a que se refere o inciso XIV do art. 2º serão enquadrados na carreira do Magistério do Ensino Básico dos ex-Territórios, de que trata o inciso II do *caput* do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, independentemente de possuírem a habilitação profissional à época de suas admissões, aplicando-se a eles o inciso III do *caput*, o inciso III do § 1º e os §§ 2º e 5º, todos do art. 3º, os §§ 5º e 6º do art. 4º, o art. 10, o art. 27, o *caput* e os §§ 1º e 3º do art. 33 e o art. 35.

Parágrafo único. Os professores a que se refere o inciso XIV do art. 2º que atenderem aos requisitos de escolaridade e titulação até a data da entrega do requerimento de opção, ou até a data do deferimento do pedido de inclusão no quadro da administração federal, se posterior, poderão optar pelo Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na forma do art. 34.”

“**Art. 33-C.** Aos professores do Magistério do Ensino Básico Federal dos ex-Territórios e aos professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico fica assegurado o reposicionamento equivalente, em classe e nível, nas respectivas tabelas do magistério federal, nos termos do inciso III do art. 3º.

§ 1º Para fins do reposicionamento a que se refere o *caput* será contado o tempo de serviço prestado na carreira do magistério, na razão de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

um nível para cada 18 (dezoito) meses, observado, para a Classe de Professor Titular, o requisito do título de doutor.

§ 2º Aplica-se o disposto no *caput* aos professores que se encontrem na condição de afastados, cedidos ou redistribuídos, desde que oriundos do quadro em extinção dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

§ 3º Aplica-se o disposto no *caput* e no § 1º às aposentadorias e pensões, considerado o tempo de magistério prestado até a data da aposentadoria ou do óbito.”

Art. A inclusão dos empregados públicos da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista que foram constituídas pelos ex-Territórios, pela União, pelos Estados ou por seus Municípios, optantes pelo ingresso no quadro em extinção da União, ocorrerá no último emprego ocupado ou equivalente, observado o vínculo empregatício constante do contrato de trabalho com a União, com os Estados de Rondônia, Amapá e Roraima ou com os seus Municípios, observadas as tabelas remuneratórias constantes do Anexo VI da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, e atualizações constantes desta medida provisória.

Art. A Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**

I – Carreira de Analista de Infraestrutura, estruturada em classes, composta do cargo de Analista de Infraestrutura, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de gestão governamental, nos aspectos relativos à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas públicas de infraestrutura, incluindo as atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, auditoria, consultoria e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte; e

.....

§ 3º Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo terão lotação no Ministério da Infraestrutura, na qualidade de órgão supervisor, e





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta, com competências relativas à gestão governamental.

.....

§ 5º No interesse da administração, o Ministério da Infraestrutura poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o *caput*, nos demais órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais, incluindo autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 6º A carreira de que trata o inciso I do *caput* integra o grupo de carreiras de Gestão Governamental.

§ 7º Os titulares de cargos de provimento efetivo da carreira de Analista de Infraestrutura serão reenquadrados, a contar de 1º de janeiro de 2023, conforme o Anexo I”. (NR)

“**Art. 4º-B.** A estrutura remuneratória dos titulares da carreira e do cargo isolado de que trata o art. 1º será fixada em parcela única, tendo natureza de subsídio, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º o vencimento básico, a Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura – GDAIE e a Gratificação de Qualificação – GQ.

§ 2º Além das vantagens de que trata o § 1º, não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º vantagens pessoais, diferenças individuais, resíduos, valores incorporados à remuneração decorrentes de exercícios de função de confiança ou cargo em comissão, quintos ou décimos, adicional de tempos de serviço, bem como outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados nesta Lei.

§ 3º O subsídio dos integrantes do cargo isolado e da carreira de que trata esta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e da regulamentação específica, de gratificação natalina, adicional de férias, abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento e parcelas indenizatórias previstas em lei.

§ 4º A aplicação das disposições deste artigo aos servidores ativos, inativos e pensionistas não implicará redução de remuneração, proventos ou pensões.”

“**Art. 4º-C.** A partir de 1º de janeiro de 2023, a estrutura remuneratória dos titulares da Carreira de Analista de Infraestrutura de que trata o inciso I do art. 1º será constituída da mesma forma que a dos cargos de nível superior das carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“**Art. 16.**

§ 1º

I –

a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada padrão; e

.....

II –

a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

.....

§ 2º O interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício para a progressão funcional e para a promoção, conforme estabelecido nas alíneas “a” dos incisos I e II do § 1º, será:

.....” (NR)

Art. A Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

“Art. 3º

.....

IV – da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura, o Ministério de Infraestrutura”. (NR)

“Art. 4º

.....

§ 3º As normas referidas no § 1º serão definidas exclusivamente pelo órgão supervisor para a carreira referida no inciso IV do art. 3º.” (NR)

Art. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações.

“Art. 10.

.....

V – Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007.

.....” (NR)

Art. Para fins de correlação da estrutura de classe e padrão do cargo da Carreira de Analista de Infraestrutura de que trata o inciso I do art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, à tabela de carreiras de Gestão Governamental de que trata a Tabela I do Anexo VI da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2007, o Ministério da Infraestrutura, na qualidade de órgão supervisor, na forma da tabela do Anexo I da referida Lei, observará o interstício de 12 (doze) meses, a ser contado da data de posse no cargo, descontadas eventuais licenças não remuneradas.

Art. Aos servidores pertencentes à categoria funcional de médico enquadrados no inciso I do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, desde que admitidos regularmente no Quadro dos ex-Territórios





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive no Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais (PCC-Ext), de que trata o art. 8º da Lei 13.681, de 18 de junho de 2018, serão assegurados o mesmo padrão remuneratório dos integrantes do cargo de médico do plano especial de cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Art. Ficam revogados os artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 13-A, 13-B, 14, 14-A e 15 da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A infeliz perda de eficácia da Medida Provisória (MPV) nº 1.122, de 8 de junho de 2022, cujo prazo de vigência encerrou-se em 19/10/2022, deixou uma grave lacuna no regramento aplicável aos servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Importantes medidas eram tratadas no normativo expirado, inclusive no projeto de lei de conversão (PLV) que havia sido apresentado pelo relator, como reabertura de prazos de opções para inclusão nos quadros em extinção da União, reconhecimento do direito de opção a diversas carreiras não anteriormente contempladas, como professores leigos, policiais rodoviários e outros, formas de comprovação do direito de opção, além de importantes reformulação na Carreira de Analista de Infraestrutura.

A questão da transposição dos servidores dos ex-Territórios federais se arrasta desde 1988, quando, pela Constituição Federal, Amapá e Roraima se tornaram Estados. O Território de Rondônia já havia se tornado Estado em 1981. Parte dos servidores civis e militares dos ex-Territórios foi incorporada aos respectivos Estados e Municípios, mas diversos ex-servidores e prestadores de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

determinadas categorias profissionais reivindicam, desde então, o enquadramento no corpo de servidores da União. Relembrou o relator daquela MPV que, não obstante a edição da Lei nº 13.681, de 2018, regulamentando as três emendas constitucionais sobre o tema (EC nº 60, de 2009, EC nº 79, de 2014, e EC nº 98, de 2017), ainda persistem diversos questionamentos junto ao Poder Judiciário quanto à aplicabilidade de diversos dispositivos em relação a certas categorias.

As regras previstas neste projeto fazem justiça, por exemplo, aos professores leigos, aos que exerceram funções policiais, inclusive de polícia rodoviária, aos empregados públicos e aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dando a eles o direito de também serem incorporados aos quadros da União, nos termos de diversas emendas constitucionais e leis ordinárias que tratam da matéria.

Aproveitamos para dar efetividade ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que dispõe que diversas categorias funcionais passaram a integrar o anexo X da Lei nº 7.995/1990, isto é, o rol de cargos de nível intermediário.

Além disso, o projeto corrige uma distorção histórica, verificada nas carreiras de Analista de Infraestrutura e no cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior.

Do mesmo modo, busca-se atender a uma reivindicação histórica dos professores e regentes de ensino enquadrados em empregos públicos federais, conforme as disposições da Emenda Constitucional 98, de 2017, e a Lei nº 13.681, de 2018. Esses professores e regentes de ensino tinham a nítida convicção de que seriam enquadrados na Carreira do Magistério do Ensino Básico dos ex-Territórios e, posteriormente, aqueles com a escolaridade superior fariam opção pelo enquadramento no plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Ocorre que a interpretação adotada pela União foi de que eles teriam direito ao enquadramento em empregos públicos federais, sem os benefícios do plano de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

carreira do magistério nem reconhecimento da formação dos professores e regentes de ensino.

Sugerimos também a previsão de aplicação de critérios equânimes de posicionamento nas tabelas remuneratórias do magistério federal para os docentes oriundos do ex-Territórios.

Além disso, apresentamos diversos aperfeiçoamentos ao direito de opção de enquadramento na carreira de Planejamento e Orçamento e na carreira de Finanças e Controle dos servidores que tenham tido relação ou vínculo funcional ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, inclusive em empresas públicas ou sociedades de economia mista do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

A emenda também corrige uma importante distorção em relação aos servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amapá que tiveram o provimento dos cargos autorizado por Decreto do Estado, editado por força de Edital que fora elaborado, autorizado e publicado pela União. Trata-se de caso específico em que, embora o provimento tenha sido feito após a constituição do Estado, o ato só ocorreu por imposição da União, uma vez que, publicado o edital, este passou a exigir a edição de atos subsequentes independentemente da vontade do Estado, representando, na prática, clara situação de servidores em que a União impôs a contratação.

Em resumo, a proposição oferece soluções jurídicas adequadas para as diversas situações e carreiras que procuram segurança jurídica quanto à transposição para a União e o respectivo enquadramento nas carreiras de destino, com normas a serem observadas pela Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT), para a análise, o processamento e o julgamento dos milhares de requerimentos de opção e enquadramento ainda pendentes de conclusão pela Administração Pública Federal.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Comissões, de março de 2023.

Senador MECIAS DE JESUS



**MPV 1170
00043****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS**EMENDA Nº - CMMPV****(à Medida Provisória nº 1.170, de 2023)**

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, o seguinte artigo:

“Art A remuneração dos servidores militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal, será equiparada aos militares do Distrito Federal.

Parágrafo único. Para fins de que trata o caput, os reajustes, atualizações e reestruturações salariais ocorrerão em igualdade de condições aos militares do Distrito Federal.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A questão da transposição dos servidores dos ex-Territórios federais se arrasta desde 1988, quando, pela Constituição Federal, Amapá e Roraima se tornaram Estados. O Território de Rondônia já havia se tornado Estado em 1981. Parte dos servidores civis e militares dos ex-Territórios foi incorporada aos respectivos Estados e Municípios, mas diversos ex-servidores e prestadores de determinadas categorias profissionais reivindicam, desde então, o enquadramento no corpo de servidores da União. Ainda, persistem diversos questionamentos junto ao Poder Judiciário quanto à aplicabilidade de diversos dispositivos em relação a certas categorias.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Há insegurança jurídica, em razão da ausência de cargos e funções iguais ou assemelhadas das atribuições dos servidores militares dos ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, com os demais servidores civis do serviço público federal.

Desta forma, a presente emenda almeja equacionar a situação desta categoria, estabelecendo que a remuneração dos servidores militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal, seja equiparada aos militares do Distrito Federal.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Comissões, de maio de 2023.

Senador MECIAS DE JESUS



**MPV 1170**
00044

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

Art. O art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º
.....

VI - Àquele que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, no caso do Amapá e de Roraima, e 15 de março de 1987, no caso de Rondônia, relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, seus municípios, ou ainda, pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal e seus municípios, inclusive as extintas, observados os §§ 1º e 2º do art. 12 desta Lei e demais requisitos estabelecidos nas Emendas Constitucionais nºs 60, de 11 de novembro de 2009 , 79, de 27 de maio de 2014 , e 98, de 6 de dezembro 2017.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O propósito da emenda é fazer pequeno ajuste na redação do inciso VI da Lei nº 13.681, de 2018, no intuito de equalizar o direito aos que comprove ter mantido relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, seus municípios, ou



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Lucas Barreto

ainda, pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal e seus municípios.

Na referida Lei, observamos que são tratados de modo diverso as empresas públicas ou sociedades de economia mista de acordo com o ente responsável pela sua criação. Na prática, são deferidos os que mantiveram relação ou vínculo funcional com essas empresas criadas pelos municípios estaduais e indeferidos os que pleiteiam o mesmo direito mas que laboraram nas empresas públicas e sociedades de economia mista criadas pelos municípios do então Território Federal.

Por isso se faz relevante a aprovação desta emenda, para corrigir o equívoco e conferir um tratamento uniforme aos optantes vinculados Às entidades da administração indireta, sejam elas criadas pelos municípios dos ex-Territórios ou pelos municípios dos Estados que os sucederam.

Por ser medida de justiça, rogamos aos nossos Pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador LUCAS BARRETO
PSD-AP



**MPV 1170**
00045

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

Art. O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art.2º

.....

XIV - Os que se encontravam no exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, na forma da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, independente da forma de retribuição pecuniária efetuada pela Administração Pública à época desse vínculo empregatício.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Essa é uma medida de justiça necessária aos Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, profissão esta regulamentada apenas por superveniência da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

Apesar de desempenharem suas atividades no ex- Território do Amapá nas década de 80 e 90, esses agentes não foram contemplados com a transposição ao quadro da União e tiveram seus processos indeferidos em decorrência da forma como eram remunerados à época.

Como medida de paridade, deve ser reconhecido que, independentemente da forma ou do nome atribuído para a remuneração destes, estes agentes efetivamente prestaram serviços à União e por ela foram remunerados, o que, por si só, deveria ser suficiente para a transposição destes ao quadro da União, e que com esta alteração agora proposta, passa a ser.

Por ser medida de justiça, rogamos aos nossos Pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

Senador **LUCAS BARRETO**
PSD-AP

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Ala Afonso Arinos, Gabinete nº 02 – Telefone: +55 (61) 3303-4823
CEP 70165-900 – Brasília DF – E-mail: sen.lucasbarreto@senado.leg.br



**MPV 1170
00046****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

Art. O art. 35 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35

.....

I - aos aposentados, reformados, inclusive militares da reserva remunerada, e pensionistas, civis e militares, de que tratam o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vinculados aos respectivos regimes próprios de previdência dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e de seus Municípios;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Essa é uma medida de justiça necessária para equalizar o direito aos servidores aposentados e aos pensionistas vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios dos Estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima.

Como medida de paridade, deve ser reconhecido o direito aos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos municípios, visto que a Emenda Constitucional nº 98, de 2017, não restringiu o seu alcance apenas aos RPPS dos Estados citados.

Por ser medida de justiça, rogamos aos nossos Pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador LUCAS BARRETO
PSD-AP

**MPV 1170**
00047

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

Art. O art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação em seu caput e § 2º, acrescido ainda, do seguinte § 8º:

“Art. 29. Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento ou de orçamento ou ainda, no desempenho de atribuições de controle interno nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, seus municípios, ou do Estado que os tenha sucedido e das prefeituras neles localizadas, observados os critérios de escolaridade exigidos em lei, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e a carreira de Finanças e Controle de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016:

§ 2º Para a comprovação do desempenho das atribuições referidas no caput deste artigo, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, podendo ser comprovado mediante a apresentação de no mínimo dois dos seguintes documentos emitidos à época do exercício das funções:

I - indicação em carteira de trabalho ou contrato de trabalho;

II - ato de nomeação ou de designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou para a função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento ou de controladoria, desde que para executar atividades ou atribuições de planejamento ou orçamento ou de controle interno, respectivamente;

III - históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, intercorrências e situação do cargo;

IV - ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, assinados pelo servidor, cujo teor evidencie a atividade desempenhada;



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Lucas Barreto

V - relatório, parecer, nota técnica ou expediente semelhante, assinado pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade desempenhada;

VI - ofício, memorando ou expedientes semelhantes, subscrito pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade; ou

VII - certidão assinada pelo servidor, mesmo que de interesse de terceiro, cujo teor demonstre o exercício da atividade.

.....

§ 8º Caso o servidor não detenha os documentos comprobatórios elencados no §2º deste artigo, poderá solicitar ao órgão onde exerceu as atribuições dos cargos que integram as carreiras de Planejamento ou Orçamento ou de Finanças e Controle, a emissão de certidão na qual conste as informações das atribuições exercidas, o período em que houve o exercício, bem como as cópias dos respectivos atos e documentos que comprovem o seu conteúdo.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem a pretensão de alterar a redação do caput do art. 29 com o intuito de corrigir um lapso de redação do dispositivo originalmente constante na Lei.

Assim, propõe-se que seja alterada a expressão “no desempenho de atribuições de planejamento e orçamento” para “no desempenho de atribuições de planejamento ou de orçamento”.

As atividades de planejamento e de orçamento são distintas, consistindo, as primeiras, no planejamento político de ações públicas – verdadeiros planos – e as segundas, nas atividades de elaboração orçamentária para consecução das primeiras. As atribuições desempenhadas por servidores da área de planejamento são diferentes das desempenhadas por servidores da área de orçamento.

Além disso, a presente emenda visa incluir na Lei nº 13.681, de 2018, os documentos comprobatórios e os requisitos a serem observados, assegurando ainda, de forma igualitária aqueles que desempenharam as atribuições da carreira de Planejamento ou Orçamento e de Finanças e Controle nos municípios ou órgãos setoriais das empresas públicas e sociedades de economia mista do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Pelo exposto, diante da razoabilidade da alteração, solicitamos apoio para a aprovação da presente emenda





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

Sala da Comissão,

Senador LUCAS BARRETO
PSD-AP



**MPV 1170
00048****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

Art. O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV:

“**Art.2º**
.....

XV - Àqueles que ocupavam apenas funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta dos ex – Territórios de Roraima e Amapá, dos estados que os suscederam e seus Municípios, na data em que foram transformados em Estado ou entre esta e outubro de 1993, ocuparão função ou cargo equivalentes integrantes do quadro em extinção da União, que ficam automaticamente extintos quando vagarem, observadas as regras estabelecidas na Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Com a promulgação das Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, houve a alteração do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para possibilitar que servidores dos ex-Territórios do Amapá e de Roraima e de prefeituras neles localizadas, independentemente do vínculo funcional, passem a integrar, mediante opção, quadro em extinção da administração pública federal.

Ao regulamentar a referida Emenda Constitucional, o Decreto nº 9.324, de 2 de abril de 2018, em seu artigo 7º prevê a possibilidade de inclusão dos optantes que exerceram funções na administração direta dos estados e seus municípios, no entanto, exclui, injustificadamente do seu rol, os trabalhadores da administração indireta e que foram amplamente contemplados nas demais categorias pela legislação pertinente.

Portanto, não há justificativa plausível para a lacuna existente quanto ao direito



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Lucas Barreto

desses trabalhadores da administração indireta e que tanto fizeram pelo progresso dos ex – Territórios e dos Estados que os suscederam.

Logo, nada mais correto e justo do que conceder a esses profissionais o direito, aos demais assegurado, de também serem incorporados aos quadros da União, nos termos de diversas emendas constitucionais e leis regulamentares que tratam da matéria.

Por ser medida de justiça esses cidadãos, mostra-se oportuna a proposição da presente emenda e rogamos aos nossos Pares, apoio para a sua aprovação.

Sala da Comissão,

Senador LUCAS BARRETO
PSD-AP



**MPV 1170
00049****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

Art. O art. 33 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 33-A:

“Art. 33-A. Aos professores do Magistério do Ensino Básico Federal, e aos professores do Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do quadro dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, fica assegurado o reposicionamento equivalente, em classe e nível, nas respectivas tabelas do magistério federal, considerando um nível para cada 18 (dezoito) meses de tempo de serviço prestado no cargo de professor, os termos do inciso III do art. 3º deste Lei.

§ 1º Para fins do reposicionamento a que se refere o caput será contado o tempo de serviço prestado na carreira do magistério, na razão de um nível para cada 18 (dezoito) meses, observado, para a Classe de Professor Titular, o requisito do título de doutor.

§ 2º O disposto no caput se aplica aos professores que se encontrem na condição de afastados, cedidos, ou redistribuídos, desde que sejam oriundos do Quadro em Extinção dos ex-Territórios de Rondônia, do Amapá e de Roraima. § 3º O disposto no caput e no parágrafo 1º aplica-se também às aposentadorias e pensões, considerado o tempo de magistério prestado até a data da aposentadoria, ou do óbito, e, para a classe de Professor Titular, o requisito do título de doutor.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Essa é uma medida de justiça àqueles que, no processo de formação dos entes federativos, tiveram grande importância e contribuíram substancialmente para o desenvolvimento dos ex-Territórios Federais, como é o caso dos profissionais que atuavam na área da educação.

Ante o exposto, como forma de se reconhecer o merecimento e a relevância desta categoria, é necessário unificar os critérios de posicionamento em nível e padrão





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

remuneratório, reparando o desnivelamento na tabela do magistério dos ex-Territórios, utilizando como parâmetro, o mesmo requisito temporal de classificação utilizado pra os professores optantes pela EC 79/2014 e EC 98/2017, considerando o avanço de um padrão para cada 18 meses de tempo de serviço prestado ao magistério do Estado do Amapá, Roraima e de Rondônia e, com isso, alcançando o final da carreira.

Por ser medida de justiça, rogamos aos nossos Pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador **LUCAS BARRETO**
PSD-AP





Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

MPV 1170
00050

EMENDA Nº - CMMPV 1170/2023
(à MPV 1170/2023)

O objetivo é esclarecer a questão de vínculo com alguma outra categoria de servidores da união.

O vínculo com a PMDF é em razão que também é categoria organizada é mantida pela União.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, onde couber, a seguinte redação:

Art. 99-A “Os servidores militares dos ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, para fins de direitos remuneratórios são assemelhados aos Militares do Distrito Federal”.

Parágrafo Único:

“Fica assegurado a esses servidores militares, os reajustes as atualizações, os reajustes, e reestruturação salariais na mesma data e nas mesmas condições, sempre que houver alterações remuneratórias aos militares do Distrito Federal”.

JUSTIFICATIVA

Pela ausência de cargos e funções iguais ou assemelhadas das atribuições dos servidores militares dos ex-Territórios e do Distrito Federal, com os demais servidores civis do serviço público federal.

Esses servidores militares são assemelhados aos Militares do Distrito Federal, nas mesmas funções, cargos, atribuições e atividades, inclusive, também, são regidos pela mesma legislação, conforme o previsto no artigo 65 da Lei 10.486/02, e nos Artigos 6 e 7, da Lei 13.681/2018.

Essas categorias de servidores militares dos Ex-Territórios e do Distrito

Brasília – DF: Câmara dos Deputados – Anexo – IV – Gabinete 333 – 70160-900

Telefone: (61) 3215 5333 - E-mail: dep.silviawaiapi@camara.leg.br / gab.silviawaiapi@camara.leg.br

FAVOR CITAR NOSSA REFERÊNCIA EM SUA RESPOSTA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238141853700>





Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

Federal e os Militares do Distrito Federal, por força da Constituição Federal são organizados e mantidos pela União, tendo a mesma similitude de direitos, deveres e obrigações.

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.

Deputada Silvia Waiãpi
PL/AP



Brasília – DF: Câmara dos Deputados – Anexo – IV – Gabinete 333 – 70160-900
Telefone: (61) 3215 5333 - E-mail: dep.silviawaiapi@camara.leg.br / gab.silviawaiapi@camara.leg.br

FAVOR CITAR NOSSA REFERÊNCIA EM SUA RESPOSTA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238141853700>



**MPV 1170
00051**

EMENDA N.º - CMMPV

(à MPV nº 1.170 de 2023)

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na MPV nº 1.170 de 2023:

Art. XXº. A Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12-B.....

IX - Poder Legislativo da União, para o exercício de cargo em comissão cuja remuneração seja igual ou superior à de cargo DAS-101.4 ou equivalente.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva corrigir grave omissão involuntária relacionada à alteração à Lei nº 9.264/96, promovida pela Lei nº 13.690/2018, que culminou em ferimento ao princípio da isonomia, ao deixar de prever a possibilidade de cessão de servidor da PCDF para o Poder Legislativo da União.

Por essa razão, e visando restabelecer a isonomia no trato dessa matéria, apresentamos a presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador IZALCI LUCAS

(PSDB/DF)



**MPV 1170
00052**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1170/2023
(à MPV 1170/2023)**

Dê-se ao art. 100 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 100. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2023.”

JUSTIFICATIVA

Outras categorias, inclusive STF, o maior salário público do Brasil em tese, pois sabemos que infelizmente ocorrem formas de burlar tal teto, obtiveram aumento a partir de datas anteriores, STF por exemplo a partir de 1/4/23.

Sendo assim, a justiça está em repartir as mesmas vantagens com quem ganha menos.

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.

**Deputado José Medeiros
(PL - MT)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234857678200>



**MPV 1170
00053**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170/2023

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

EMENDA Nº

A Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Art. 99-A Os servidores militares dos ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, para fins de direitos remuneratórios são assemelhados aos Militares do Distrito Federal.

Parágrafo Único. Fica assegurado aos servidores militares, os reajustes, as atualizações e a reestruturação salarial na mesma data e nas mesmas condições, sempre que houver alterações remuneratórias aos militares do Distrito Federal.”

.....(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1170/2023 trata do reajuste de 9% aos servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal. O reajuste é válido para todos os cargos e funções comissionados do governo federal e também se aplica aos aposentados e pensionistas do Executivo federal.

Dessa maneira, a presente emenda à MP se dá em razão da ausência de cargos e funções iguais ou assemelhadas às atribuições dos servidores militares dos ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, com os demais servidores civis do serviço público federal.

Destaca-se que esses servidores militares são assemelhados aos Militares do Distrito Federal, nas mesmas funções, cargos, atribuições e atividades, inclusive, também, são regidos pela mesma legislação, conforme o previsto no artigo 65 da Lei 10.486/02, e nos Artigos 6 e 7, da Lei 13.681/2018.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231698331300>



Sendo assim, a presente proposta tem o intuito de esclarecer a questão de vínculo com outra categoria de servidores da União, qual seja, a Polícia Militar do Distrito Federal e inclui-los

Levando em consideração que essas categorias de servidores militares dos Ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal e os Militares do Distrito Federal, por força da Constituição Federal são organizados e mantidos pela União, logo, possuem a mesma similitude de direitos, deveres e obrigações.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 2023.

Deputado SARGENTO PORTUGAL
Podemos/RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231698331300>



CD231698331300
LexEdit



**MPV 1170
00054**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 2023

Altera a remuneração de servidores e
de empregados públicos do Poder
Executivo federal.

EMENDA ADITIVA Nº

(Do Sr. Vinicius Gurgel)

Acrescenta-se Art. 99-A à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a seguinte redação:

Militares dos extintos Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

Art 99-A Os Servidores Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, para fins de direitos remuneratórios, são assemelhados aos Militares do Distrito Federal.

Parágrafo único - Ficam assegurados a esses servidores militares, os reajustes, as atualizações, e as reestruturações salariais na mesma data e nas mesmas condições, sempre que houver, alterações remuneratórias concedidas aos militares do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda objetiva determinar a vinculação, para efeitos remuneratórios e outras vantagens, dos militares dos ex-territórios aos militares do DF por ausência de atividade idêntica no governo federal. A Constituição Federal prevê que tanto os militares do DF como os militares dos ex-Territórios são organizados e mantidos pela União. Além disso, por já terem parte de legislação salarial comum, se pretende solidificar o vínculo legal.

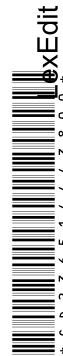
Sala das Comissões, em de 2023.

Deputado **VINICIUS GURGEL**

PL/AP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236514443800>



**MPV 1170**
00055

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1170, de 2023)

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

Art. O art. 34 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 34.

.....

.....

§ 12.

I – ter sido o benefício instituído com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005; e com fundamento no art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os professores federais aposentados pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal – EBF, por meio da Lei nº 13.681, de 2018, puderam fazer a opção de migrarem para o Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, contudo a legislação em seu texto mencionou apenas as aposentadorias e pensões concedidas com fundamento nas EC nºs 41, de 2003 e 47, de 2005.

Possivelmente, por um equívoco ou mesmo erro material, não dispuseram no texto legal que os aposentados ou pensionistas que tiveram seu benefício concedido com base na EC nº 20, de 1998 pudessem fazer a opção para a migração do plano de carreira.

Importante gizar que a EC nº 20, de 1998, ao fazer alterações no regime de previdência dos servidores públicos, trouxe principalmente mudanças em relação as contribuições e tempo de serviço para concessão das aposentadorias.

Na realidade a EC nº 20, de 1998, assegura maiores direitos aos servidores do que





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

as emendas constitucionais que vieram posteriormente. Assim, a Lei nº 13.681, de 2018, ao não constar os aposentados e pensionistas com base na EC nº 20, de 1998, desconsiderou servidores que têm o direito constitucional de paridade a fazerem a opção de mudança de plano de carreira.

Pelo exposto, a esta emenda constitucional assegura maiores garantias do que os servidores que se aposentam com fundamento nas EC nºs 41, 2003 e 47, de 2005, justamente por garantir o direito a paridade e integralidade.

Se faz necessário destacar que a mudança de plano de carreira não traz aumento de despesa para a União, pois as tabelas salariais são as mesmas. Mas, assegurar a esses professores o direito de optarem para um plano de carreira mais atual, sendo importante para não terem o risco de ficarem no limbo por estarem em um plano de carreira em desuso.

Dessa forma, o que se verifica, ao não colocarem os aposentados e pensionistas concedidos pela EC nº 20, de 1998 é um tratamento anti-isônomico, o que é vedado pela nossa Constituição Federal.

Acreditamos que a emenda, além de apresentar o aprimoramento na legislação, permite tratamento humanitário e mais justo aos que contribuíram toda a sua vida laboral, quando chegado o momento de sua velhice, permitindo maior segurança social.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador **LUCAS BARRETO**
PSD-AP



**MPV 1170**
00056

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1170, de 2023)

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, com a redação que se segue, renumerando-se os demais:

“Art. Os servidores militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal, para fins de direitos remuneratórios, são assemelhados aos militares do Distrito Federal.

Parágrafo Único. Ficam assegurados a esses servidores militares os reajustes, as atualizações e reestruturações salariais na mesma data e nas mesmas condições sempre que houverem alterações remuneratórias aos militares do Distrito Federal”. (NR).

JUSTIFICAÇÃO

Pela ausência de cargos e funções iguais ou assemelhadas das atribuições dos servidores militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal com os demais servidores civis do serviço público federal, propõe-se que esses servidores militares sejam assemelhados aos militares do Distrito Federal, nas mesmas funções, cargos, atribuições e atividades, ficando, inclusive, também, regidos pela mesma legislação, conforme o previsto no artigo 65 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, e nos artigos 6º e 7º da Lei nº 13.681, de 18 de julho de 2018.

Essas categorias de servidores militares dos Ex-Territórios e do antigo Distrito Federal e os Militares do Distrito Federal, por força da Constituição Federal, são organizadas e mantidas pela União, tendo a mesma similitude de direitos, deveres e obrigações.

Por ser medida de justiça, rogamos aos nossos Pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador LUCAS BARRETO
PSD-AP



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1171, de 2023**, que *"Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995."*

PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputado Federal Mendonça Filho (UNIÃO/PE)	001; 004; 005; 006; 012; 014; 028; 029
Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	002; 003
Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	007; 008; 009; 011
Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)	010
Deputado Federal Otto Alencar Filho (PSD/BA)	013
Senador Weverton (PDT/MA)	015; 024; 043
Deputado Federal Carlos Jordy (PL/RJ)	016
Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	017; 018; 023
Deputada Federal Maria do Rosário (PT/RS)	019; 020
Deputado Federal Pompeo de Mattos (PDT/RS)	021
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	022; 025
Deputado Federal Marx Beltrão (PP/AL)	026; 027
Deputado Federal Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG)	030
Deputado Federal Tião Medeiros (PP/PR)	031
Deputado Federal Sargento Portugal (PODEMOS/RJ)	032
Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	033
Deputado Federal Gustavo Gayer (PL/GO)	034
Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	035; 036; 039
Deputado Federal Pedro Lupion (PP/PR)	037; 038
Deputado Federal Evair Vieira de Melo (PP/ES)	040; 091; 092
Deputado Federal Zé Trovão (PL/SC)	041
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	042



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputado Federal Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)	044; 045
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	046
Deputado Federal Danilo Forte (UNIÃO/CE)	047
Deputado Federal Pedro Westphalen (PP/RS)	048
Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)	049
Deputado Federal Fausto Pinato (PP/SP)	050; 052
Senador Dr. Hiran (PP/RR)	051
Deputado Federal Júnior Mano (PL/CE)	053
Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)	054; 062; 106
Deputado Federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)	055; 056; 057; 058; 059
Deputado Federal Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)	060; 061
Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)	063; 064; 065; 066; 067; 068; 069; 070
Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)	071; 072; 073; 074; 075; 076; 082
Deputado Federal Alceu Moreira (MDB/RS)	077; 078
Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	079; 080
Deputada Federal Duda Salabert (PDT/MG)	081
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)	083; 084; 085; 086; 087
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	088; 089; 090
Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	093
Deputado Federal Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)	094; 095; 096; 097
Deputado Federal Cezinha de Madureira (PSD/SP)	098
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	099; 100
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)	101
Deputado Federal Raimundo Santos (PSD/PA)	102; 103; 104; 105

TOTAL DE EMENDAS: 106



[Página da matéria](#)



MPV 1171
00001



Emenda nº , CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)

Dê-se nova redação aos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, e inclua-se o art. 13-A, nos termos a seguir:

“Art.13. As Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º
.....

IX – a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 e até dezembro do ano-calendário de 2022:

.....

X – a partir do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

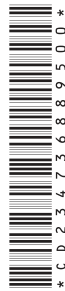
Base de cálculo (R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.924,27	-	-
De 2.924,28 até 4.341,37	7,5	219,32
De 4.341,38 até 5.761,12	15	544,93
De 5.761,13 até 7.164,34	22,5	977,01
Acima de 7.164,34	27,5	1.335,22

.....” (NR)

Art.13-A A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º.....
.....

XV
-.....
.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234736889500>





i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até dezembro do ano-calendário de 2022;

j) R\$ 2.924,27 (dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)

“Art.14 A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....
.....

III -.....
.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até dezembro do ano-calendário de 2022;

j) R\$ 291,19 (duzentos e noventa e um reais e dezenove centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

.....

VI -.....
.....

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até dezembro do ano-calendário de 2022;

j) R\$ 2.924,27 (dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2023.

.....

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V do caput aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa aos seguintes rendimentos, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea “e” do inciso II do caput do art. 8º:

I - do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores; e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234736889500>





II - proventos de aposentados e pensionistas, quando a fonte pagadora for responsável pelo desconto e pelo respectivo pagamento das contribuições previdenciárias.” (NR)

Art. 8º.....
.....

II -.....
.....

b).....
.....

10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para o ano calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

11. R\$ 5.470,00 (cinco mil quatrocentos e setenta reais), a partir do ano-calendário de 2023.

c).....
.....

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos), para o ano calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

10. R\$ 3.494,23 (três mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)

“Art.
10.
.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), para o ano calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

X – R\$ 25.732,48 (vinte e cinco mil setecentos e trinta e dois e quarenta e oito centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234736889500>





JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo corrigir os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e das deduções com dependentes e educação, da isenção para maiores de 65 anos e do limite de desconto simplificado de 20%. Para tanto, toma por base tão somente a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada no período compreendido entre abril de 2015 (data da última atualização) e dezembro de 2022.

Para a Tabela do IRPF, levou-se em consideração a projeção da inflação para o período citado, cujo valor, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 53,59%.

Cumpre esclarecer que a referida atualização não implica em proporcionar ganhos reais aos contribuintes e nem tampouco compensar eventuais injustiças cometidas no passado. O esperado é apenas atenuar os efeitos relativos às perdas inflacionárias que incidem diretamente sobre a alta carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro.

Mister destacar que a política tributária é um dos principais instrumentos de distribuição de renda de um País, mas para que isso ocorra é necessário um sistema tributário que tenha como princípio a progressividade na sua forma de incidência e que esteja atualizado com os índices inflacionários.

O descompasso entre a correção dos salários das famílias e a atualização das faixas da tabela do imposto de renda restou por trazer a primeira faixa de tributação às famílias que não eram tributadas.

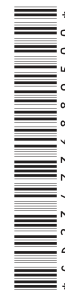
Ou seja, se a correção da tabela fosse feita levando-se em consideração a inflação real do período, uma parcela significativa da renda das famílias não estaria sendo tributada. Tudo isso provoca o aumento da já tão elevada carga tributária do nosso País, gerando um aumento de arrecadação para os cofres públicos via elevação do imposto de renda da pessoa física.

Ademais, além da classe social mais desfavorecida ser chamada para dar sua parcela de contribuição, a classe média passa a suportar valores ainda mais elevados de imposto de renda, ainda porque não conseguem se beneficiar de uma redução por meio de planejamentos lícitos, uma vez que, na maioria das vezes, já tem seu imposto de renda retido no contracheque. Some-se a isso, são os que mais suportam, proporcionalmente, o peso elevadíssimo dos tributos indiretos (ICMS, IPI, PIS/Cofins).



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234736889500>





Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado Mendonça Filho
União Brasil/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234736889500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 1171
00002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____

Dê-se nova redação ao inciso X do art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, dado pelo art. 13 da Medida Provisória n. 1.171, de 2023, e acrescenta-se a aquele artigo os incisos XI e XII:

Art. 13.

“Art. 1º

.....

X - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023 até o mês de abril do ano calendário de 2024:

Base de Cálculo (RS)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.112,00	zero	-
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

XI - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2024 até o mês de abril do ano-calendário de 2025:

Base de Cálculo (RS)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)

* C D 2 3 2 9 2 1 8 0 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232921809000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Até 3.500,00	zero	-
De 3.500,01 até 4.214,65	7,5	262,50
De 4.214,66 até 5.139,05	15	578,60
De 5.139,06 até 6.052,68	22,5	964,03
Acima de 6.052,69	27,5	1.266,66

XII - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2025:

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 5.000,00	zero	-
De 5.000,01 até 5.714,65	7,5	375,00
De 5.714,66 até 6.639,05	15	803,60
De 6.639,06 até 7.552,68	22,5	1.301,53
Acima de 7.552,69	27,5	1.697,16

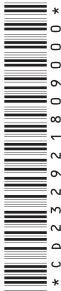
.....”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda vem propor um aumento da faixa de isenção do imposto de renda, partindo do apresentado na Medida Provisória para 2024, com uma elevação gradativa da faixa até atingir R\$ 5 mil em 2026.

Em 30 de abril o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória n. 1.171, de 2023, que, além de taxar aplicações financeiras no exterior pelo imposto de renda pessoa física (IRPF), elevou em cerca de 35,7% a faixa de isenção desse imposto, que saiu dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.640,00.

De acordo com estimativa de especialistas, a isenção deve levar quase 13,7 milhões de contribuintes a não pagar o IR a partir do próximo ano, o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232921809000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

equivalente a 42% dos declarantes do último exercício¹, uma mudança que teria um impacto de R\$ 3,2 bilhões, a ser compensada pela taxa das aplicações no exterior.

Em que pese a boa intenção da medida, lembra-se que a tabela do IR se encontra sem reajuste desde 2015, o que leva a uma defasagem de aproximadamente 148%, de acordo com cálculos recentes realizados pelo Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) e que levou em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)². Segundo o sindicato, se a tabela fosse corrigida com base nesse índice, apenas aqueles que ganham acima de R\$ 4.670,23 pagariam o imposto. A defasagem da tabela é confirmada por nota técnica realizada pela consultoria da Câmara em agosto de 2022³.

Reforça-se que a ausência de correção acaba por gerar um aumento da tributação justamente sobre os cidadãos com menor poder aquisitivo.

Desse modo, a fim de atenuar esse problema, e tendo em vista o que disse o então Presidente da República, quando em janeiro desse ano afirmou que *“quer isentar do imposto de renda todos aqueles que ganham até R\$ 5 mil”*⁴, propõe-se a manutenção do valor atual proposto na Medida Provisória para 2024, e uma elevação gradativa da faixa de isenção até atingir R\$ 5 mil em 2026, com o objetivo de motivar o consumo das famílias e, assim, estimular a economia.

Pedimos, então, o apoio dos pares para sua aprovação.

Sala de Sessões, em de de 2023.

Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ

¹CONJUR. Governo publica MP. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2023-mai-01/governo-publica-mp-taxar-aplicacoes-financieiras-exterior> Acessado em 1/5/2023

²CORREIO BRAZILIENSE. Defasagem da tabela do IR. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/01/5069844-apesar-de-promessas-defasagem-da-tabela-do-irpf-chega-a-148.html> Acessado em 1/5/2023

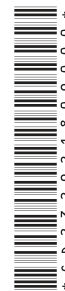
³CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40937> Acessado em 1/5/2023

⁴G1. Lula defende isentar do IR quem ganha até 5 mil. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/18/lula-defende-isentar-do-imposto-de-renda-quem-ganha-ate-r-5-mil.ghtml> Acessado em 1/5/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232921809000>

Fl. 3 de 3



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 1171
00003****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023****EMENDA MODIFICATIVA Nº _____**

Dê-se a seguinte redação ao inciso X do art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, dado pelo art. 13 da Medida Provisória n. 1.171, de 2023:

Art. 13.

“Art. 1º
.....

X - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Base de Cálculo (RS)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 5.000,00	zero	-
De 5.000,01 até 5.922,66	7,5	375,00
De 5.922,67 até 6.847,05	15	819,20
De 6.847,06 até 7.760,67	22,5	1.332,73
Acima de 7.760,68	27,5	1.720,76

.....”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234112764100>

Fl. 1 de 3





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A emenda vem propor a isenção do imposto de renda (IR) para pessoa física que receba até R\$ 5 mil a partir de 2024.

Em 30 de abril o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória n. 1.171, de 2023, que, além de taxar aplicações financeiras no exterior pelo imposto de renda pessoa física (IRPF), elevou em cerca de 35,7% a faixa de isenção desse imposto, que saiu dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.640,00.

De acordo com estimativa de especialistas, a isenção deve levar quase 13,7 milhões de contribuintes a não pagar o IR a partir do próximo ano, o equivalente a 42% dos declarantes do último exercício¹, uma mudança que teria um impacto de R\$ 3,2 bilhões, a ser compensada pela taxa das aplicações no exterior.

Em que pese a boa intenção da medida, lembra-se que a tabela do IR encontra-se sem reajuste desde 2015, o que leva a uma defasagem de aproximadamente 148%, de acordo com cálculos recentes realizados pelo Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) e que levou em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)². Segundo o sindicato, se a tabela fosse corrigida com base nesse índice, apenas aqueles que ganham acima de R\$ 4.670,23 pagariam o imposto. A defasagem da tabela é confirmada por nota técnica realizada pela consultoria da Câmara em agosto de 2022³.

Reforça-se que a ausência de correção acaba por gerar um aumento da tributação justamente sobre os cidadãos com menor poder aquisitivo. Desse modo, a fim de atenuar esse problema, e tendo em vista o que disse o então Presidente da República, quando em janeiro desse ano afirmou que “*quer isentar do imposto de renda todos aqueles que ganham até R\$ 5 mil*”⁴, propõe-se a elevar a

¹CONJUR. Governo publica MP. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2023-mai-01/governo-publica-mp-taxar-aplicacoes-financeiras-externo> Acessado em 1/5/2023

²CORREIO BRAZILIENSE. Defasagem da tabela do IR. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/01/5069844-apesar-de-promessas-defasagem-da-tabela-do-irpf-chega-a-148.html> Acessado em 1/5/2023

³CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40937> Acessado em 1/5/2023

⁴G1. Lula defende isentar do IR quem ganha até 5 mil. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/18/lula-defende-isentar-do-imposto-de-renda-quem-ganha-ate-r-5-mil.ghtml> Acessado em 1/5/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234112764100>

Fl. 2 de 3



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

faixa proposta de R\$ 2.640,00 para R\$ 5 mil, com o objetivo de motivar o consumo das famílias e, assim, estimular a economia.

Pedimos, então, o apoio dos pares para sua aprovação.

Sala de Sessões, em de de 2023.

Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234112764100>



Fl. 3 de 3



MPV 1171
00004



Emenda nº , CMMPV 1171/2023 **(à MPV 1171/2023)**

Dê-se nova redação aos arts. 13, 14 e 15 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, nos termos a seguir:

“Art.13. A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º
.....

IX – a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023:

X – a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo (R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.640,00	-	-
De 2.640,01 até 2.826,65	7,5	198,00
De 2.826,66 até 3.751,05	15	410,00
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	691,33
Acima de 4.664,68	27,5	924,56

.....” (NR)

“Art.14 A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....
.....

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V do caput aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa aos seguintes rendimentos, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea “e” do inciso II do caput do art. 8º:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233269634000>





I - do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores; e

II - proventos de aposentados e pensionistas, quando a fonte pagadora for responsável pelo desconto e pelo respectivo pagamento das contribuições previdenciárias.” (NR)

“Art. 15. Ficam revogados os seguintes dispositivos do art. 24 da [Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001](#):

I - o [§ 5º](#); e

II - o [inciso I do § 6º](#).” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233269634000>





JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo corrigir os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e das deduções com dependentes e educação, da isenção para maiores de 65 anos e do limite de desconto simplificado de 20%. Para tanto, toma por base tão somente a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada no período compreendido entre abril de 2015 (data da última atualização) e dezembro de 2022.

Para a Tabela do IRPF, levou-se em consideração a projeção da inflação para o período citado, cujo valor, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 53,59%.

Cumpre esclarecer que a referida atualização não implica em proporcionar ganhos reais aos contribuintes e nem tampouco compensar eventuais injustiças cometidas no passado. O esperado é apenas atenuar os efeitos relativos às perdas inflacionárias que incidem diretamente sobre a alta carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro.

Mister destacar que a política tributária é um dos principais instrumentos de distribuição de renda de um País, mas para que isso ocorra é necessário um sistema tributário que tenha como princípio a progressividade na sua forma de incidência e que esteja atualizado com os índices inflacionários.

O descompasso entre a correção dos salários das famílias e a atualização das faixas da tabela do imposto de renda restou por trazer a primeira faixa de tributação às famílias que não eram tributadas.

Ou seja, se a correção da tabela fosse feita levando-se em consideração a inflação real do período, uma parcela significativa da renda das famílias não estaria sendo tributada. Tudo isso provoca o aumento da já tão elevada carga tributária do nosso País, gerando um aumento de arrecadação para os cofres públicos via elevação do imposto de renda da pessoa física.

Ademais, além da classe social mais desfavorecida ser chamada para dar sua parcela de contribuição, a classe média passa a suportar valores ainda mais elevados de imposto de renda, ainda porque não conseguem se beneficiar de uma redução por meio de planejamentos lícitos, uma vez que, na maioria das vezes, já tem seu imposto de renda retido no contracheque. Some-se a isso, são os que mais suportam, proporcionalmente, o peso elevadíssimo dos tributos indiretos (ICMS, IPI, PIS/Cofins).



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233269634000>





Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado Mendonça Filho
União Brasil/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233269634000>



**MPV 1171
00005****Emenda nº , CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, os artigos abaixo:

DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DE BENS IMÓVEIS

Art. X Fica autorizada a atualização do valor de bens imóveis localizados no território nacional, adquiridos com recursos de origem lícita até 31 de dezembro de 2022, por pessoas físicas residentes no País e declarados na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas.

§ 1º Poderão optar pela atualização prevista no caput:

I - os proprietários dos bens imóveis, promitentes compradores ou detentores de título que represente direitos sobre bens imóveis, independentemente de registro público; e

II - os inventariantes de espólio cuja sucessão tenha sido aberta até a data de opção pela atualização em relação aos bens imóveis que compõem o espólio.

§ 2º O valor atualizado do bem imóvel será informado pelo contribuinte na data em que formalizar a sua opção.

§ 3º A opção pela atualização a que se refere o § 1º ocorrerá por meio da notificação à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e do pagamento integral do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza previsto no art. XX.

§ 4º A notificação a que se refere o § 3º deverá conter:

I - a identificação do declarante;

II - a identificação do bem imóvel;

III - o valor do imóvel constante da última Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas entregue anteriormente à data em que houver formalizado a sua opção; e

IV - o valor atualizado do bem imóvel.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238811227100>





§ 5º A opção pela atualização a que se refere o § 1º deverá ser realizada no período entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2024.

Art. XX A diferença entre o valor do bem imóvel atualizado na forma prevista no art.X e o seu custo de aquisição será considerada acréscimo patrimonial.

§ 1º Incidirá Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza à alíquota de 4% (quatro por cento) sobre a diferença de que trata o caput.

§ 2º O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza pago na forma prevista neste artigo será considerado como de tributação definitiva.

§ 3º O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza deverá ser pago até o último dia do prazo estabelecido para a apresentação da notificação de que trata o § 3º do art. X.

§ 4º Não se aplicam quaisquer percentuais ou fatores de redução à base de cálculo, à alíquota ou ao montante devido do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza previsto neste artigo.

Art. XXX Para fins de aplicação do disposto no art. 18 da Lei nº 7.713, de 1988, e no art. 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, será considerada como data de aquisição a data em que foi formalizada a opção a que se refere o § 1º do art. X.

Art. XXXX O disposto nos art. X ao art. XXX:

I - não se aplica aos imóveis alienados anteriormente à data de formalização da opção pela atualização; e

II - aplica-se somente à terra nua, na hipótese de imóvel rural.

Art. Y A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Fazenda estabelecerá os procedimentos para o cumprimento do disposto neste Capítulo.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238811227100>





JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objeto a possibilidade de atualização do valor de bens imóveis localizados no país e adquiridos até 31 de dezembro de 2022. A base de cálculo será a diferença entre o valor atualizado e o valor do imóvel, conforme consta na Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF). Para tanto, será utilizada a alíquota de 4% (quatro por cento) na modalidade tributação definitiva, vedada a compensação ou restituição.

A opção pela atualização será realizada entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2022. O prazo para o recolhimento do tributo decorrente da atualização será o último dia útil do mês limite para a apresentação da referida declaração.

Atualmente, os imóveis são mantidos pelo valor original (custo histórico), e o contribuinte paga entre 15% e 22,5% de imposto de renda sobre o ganho de capital (dependendo da base de cálculo), no momento da venda.

Trata-se, portanto, de uma antecipação de receita para o estado.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado Mendonça Filho

União Brasil/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238811227100>



CD238811227100



MPV 1171
00006



Emenda nº , CMMPV 1171/2023 **(à MPV 1171/2023)**

Dê-se nova redação aos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, e inclua-se o art. 13-A, nos termos a seguir:

“Art.13. A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º
.....

IX – a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023:

.....

X – a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo (R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.640,00	-	-
De 2.640,01 até 3.919,43	7,5	198,00
De 3.919,44 até 5.201,21	15	491,96
De 5.201,22 até 6.468,05	22,5	882,05
Acima de 6.468,05	27,5	1205,45

.....” (NR)

Art.13-A A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º.....
.....

XV
-.....
.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233378607000>





i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)

“Art.14 A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....
.....

III -.....
.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 262,89 (duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....

VI -.....
.....

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V do caput aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa aos seguintes rendimentos, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea “e” do inciso II do caput do art. 8º:

I - do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores; e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233378607000>





II - proventos de aposentados e pensionistas, quando a fonte pagadora for responsável pelo desconto e pelo respectivo pagamento das contribuições previdenciárias.” (NR)

Art. 8º.....
.....

II -.....
.....

b).....
.....

10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

11. R\$ 4.938,38 (quatro mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

c).....
.....

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

10. R\$ 3.154,63 (três mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)

“Art.
10.
.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

X – R\$ 23.231,57 (vinte e três mil duzentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....”
(NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233378607000>





JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo corrigir os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e das deduções com dependentes e educação, da isenção para maiores de 65 anos e do limite de desconto simplificado de 20%. Para tanto, toma por base o índice de atualização utilizado para a correção da primeira faixa objetivando trazer o valor para 2 salários mínimos, qual seja, 38,66%.

Cumpre esclarecer que a referida atualização não implica em proporcionar ganhos reais aos contribuintes e nem tampouco compensar eventuais injustiças cometidas no passado. O esperado é apenas atenuar os efeitos relativos à parte das perdas inflacionárias que incidem diretamente sobre a alta carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro.

Mister destacar que a política tributária é um dos principais instrumentos de distribuição de renda de um País, mas para que isso ocorra é necessário um sistema tributário que tenha como princípio a progressividade na sua forma de incidência e que esteja em constante atualização.

O descompasso entre a correção dos salários das famílias e a atualização das faixas da tabela do imposto de renda restou por trazer a primeira faixa de tributação às famílias que não eram tributadas.

Ou seja, se a correção da tabela fosse feita levando-se em consideração a inflação real do período, por exemplo, uma parcela significativa da renda das famílias não estaria sendo tributada. Tudo isso provoca o aumento da já tão elevada carga tributária do nosso País, gerando um aumento de arrecadação para os cofres públicos via elevação do imposto de renda da pessoa física.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233378607000>





Deputado Mendonça Filho
União Brasil/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233378607000>



* C D 2 3 3 3 7 8 6 0 7 0 0 0 *



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 1171

00007 ETIQUETA

DATA
/ /2023

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, de 2023

AUTOR
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.171/2023

Art. __ O art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º. Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda poderão ser deduzidas:

.....

VI - a quantia, correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, de:

.....

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015; e

j) R\$ 2.112,00 (dois mil, cento e doze reais), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



JUSTIFICATIVA

A MPV nº 1.171/2023 atualizou a parcela isenta da tabela mensal do Imposto de Renda de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112,00.

Porém, **a mencionada MPV não atualizou a parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão**, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, **a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade**, parcela essa que sempre foi igual à parcela isenta da tabela do imposto de renda (constituindo assim uma dupla isenção).

Assim, de modo a corrigir a omissão levantada, **estamos propondo a alteração do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para atualizar também a parcela isenta dos rendimentos dos aposentados e pensionistas que tenham 65 anos ou mais.**

Cientes de que essa parcela da população é bastante vulnerável pelos efeitos nocivos da não correção da tabela, estamos certos que contaremos com o apoio dos nobres colegas para aprovação da presente emenda.

ASSINATURA

Brasília, de maio de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 1171

00093
ETIQUETADATA
/ /2023

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, de 2023

AUTOR
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.171/2023

Art. __ A alínea “a” do inciso II do artigo 8º da lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º.

.....

II –

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, **profissionais de educação física** e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo incluir as despesas com profissionais de educação física dentre as despesas passíveis de dedução do imposto de renda de pessoa física (IRPF). Nesse sentido, propomos incluir a permissão na Lei nº 9.250/95.

Uma das formas de se garantir a proporcionalidade no âmbito tributário é permitir que certas despesas realizadas pelo contribuinte sejam excluídas da base de cálculo de determinado imposto. No caso específico do imposto de renda de pessoas física (IRPF), a



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



lei de referência expressamente a autoriza, listando inúmeras despesas que podem ser excluídas da base de cálculo do referido tributo. Se forem observadas especificamente as hipóteses hoje autorizadas na alínea objeto da mudança que se propõe, verificar-se-á que todas estão relacionadas a despesas com saúde. Sendo assim, o contribuinte hoje poderá deduzir de seu IRPF gastos no ano-calendário realizados, por exemplo, com médicos, fisioterapeutas e hospitais. Por incrível que pareça, despesas com profissionais de educação física não são passíveis de dedução.

É hoje unânime a afirmação de que a realização de atividades físicas regulares assegura melhor saúde aos praticantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), “(...) atividade física regular é fundamental no auxílio da prevenção e controle de doenças cardiovasculares (como infarto, AVC e pressão alta), diabetes tipo 2 e diferentes tipos de câncer, além de colaborar na diminuição de sintomas de depressão e ansiedade, redução de queda cognitiva e melhora da memória. Estudos apontam ainda que a prática também ajuda a inibir quadros comuns no envelhecimento, como a osteoporose e a sarcopenia¹”. Ademais, a prática de exercícios regulares tem se mostrado extremamente importante no combate ao câncer. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), “a atividade física promove o equilíbrio dos níveis de hormônios, reduz o tempo de trânsito gastrointestinal, fortalece as defesas do corpo e ajuda a manter o peso corporal adequado. Com isso, contribui para prevenir o câncer de intestino (cólon), endométrio (corpo do útero) e mama²”.

Apesar de todos os benefícios, o Brasil é um dos países que lidera o ranking de países com menor número de praticantes de exercícios físicos. De acordo com pesquisa realizada em 2020 pelo instituto IPSOS, o Brasil tem o percentual mais baixo de praticantes de atividades físicas dentre os 29 países pesquisados. Pela pesquisa, 31% dos brasileiros não praticam qualquer atividade física e aqueles que praticam alguma atividade gastam, em média.

Na mesma pesquisa se inquiriu o motivo da baixa adesão a prática de atividades físicas. Os motivos são variados, mas 21% dos entrevistados no Brasil informaram que não praticam atividade física por falta de dinheiro³.

Mas muitas vezes não basta a realização de atividades físicas. Para muitos, seja como forma de estímulo, seja por questões de saúde, faz-se necessário o acompanhamento de profissionais da educação física. E é nesse contexto que a presente emenda pode contribuir para a questão, pois permite que sejam retirados da base de cálculo do IRPF os gastos com esses profissionais, apenas 3 horas por semana, a metade da média global⁴.

A presente emenda aparentemente implica redução de receitas, o que não é verdade, se for observado o contexto global onde o problema se insere. De acordo com estudo realizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2019, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou cerca de 300 milhões de reais em internações e procedimentos médicos decorrentes da inatividade física⁵.

¹ [Como a atividade física pode melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas – Hospital Santa Clara](#)

² [Como a atividade física pode melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas – Hospital Santa Clara](#)

³ [Brasil lidera ranking de países que menos fazem exercícios físicos \(cnnbrasil.com.br\)](#)

⁴ [Brasil lidera ranking de países que menos fazem exercícios físicos \(cnnbrasil.com.br\)](#)

⁵ [Falta de exercícios físicos causa gastos de R\\$ 300 milhões ao SUS \(poder360.com.br\)](#)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



Diante do exposto, apresento a presente emenda para análise e consideração de meus pares.

ASSINATURA

Brasília, de maio de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 1171

000099
ETIQUETADATA
/ /2023

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, de 2023

AUTOR
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.171/2023

Art. __ O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:

“Art. 6º

.....”

XXIV – o benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, percebido pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

.....”

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, assegurou aos servidores públicos que aderiram aos planos de benefícios administrados pelas entidades previdência complementar o direito ao recebimento de um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Nos termos do Parecer nº JL – 03, de 18 de maio de 2020¹, da Advocacia-Geral da União, o benefício especial possui natureza estritamente compensatória, com base nos seguintes fundamentos:

2. Consolide-se, por conseguinte, o entendimento no sentido de que o Benefício Especial, de que cuida o art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, possui natureza estritamente compensatória, voltando-se para reparar as contribuições previdenciárias realizadas para o Regime Próprio de Previdência Social/RPPS pelos servidores públicos que fizeram a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, uma vez que esta opção enseja a percepção de benefícios previdenciários pelo RPPS em valores necessariamente limitados ao teto dos benefícios pagos no âmbito do Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

3. O caráter compensatório do Benefício Especial também se deduz da sua fórmula de cálculo, que se constitui, essencialmente, pela diferença entre as remunerações anteriores à mudança do regime previdenciário, que foram utilizadas como base de cálculo para as contribuições previdenciárias pagas pelo servidor público para o RPPS, e o teto dos valores dos benefícios pagos pelo RGPS, multiplicando-se pelo Fator de Conversão (FC), cujo valor é encontrado a partir da quantidade de contribuições mensais efetivamente recolhidas para o RPPS até a data da opção. A atenta apreciação dos critérios adotados para a metodologia de cálculo do Benefício Especial revela que o legislador buscou estabelecer equânime reparação em favor do servidor que ingressou no Regime de Previdência Complementar, considerando que, a partir da migração de regime, os benefícios previdenciários serão limitados ao teto do RGPS.

Na mesma direção caminhou a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) ao publicar a Solução de Consulta Cosit nº 42, de 14 de fevereiro de 2019, cuja ementa segue abaixo transcrita:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. UNIÃO. SEGURIDADE SOCIAL. CPSS. BENEFÍCIO ESPECIAL. NÃO INCIDÊNCIA.

O benefício especial de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, possui contornos normativos que permitem caracterizá-lo como sendo benefício estatutário de natureza compensatória e não reúne os elementos normativos necessários a caracterizá-lo como um benefício de natureza previdenciária. O benefício especial não pode ser considerado ou equiparado a provento de aposentadoria ou pensão, para fins de aplicação da legislação de custeio previdenciário, não se encontrando sujeito à incidência da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor. Dispositivos Legais: art. 40 da CF/1998; arts. 1º e 3º da Lei nº 12.618, de 2012; art. 5º da Lei nº 10.887, de 2004; art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 2013; e Parecer nº 00093/2018/DECOR/CGU/AGU.

Não obstante a sua natureza compensatória, a Lei nº 14.463, de 26 de outubro de 2022, alterou a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para fazer incidir expressamente o imposto de renda sobre o benefício especial recebido pelo servidor aposentado.

E como o benefício especial não é considerado provento de aposentadoria pela RFB, surge a dúvida sobre a aplicação da isenção do imposto de renda concedida para

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/Pareceres/2019-2022/PRC-BBL-07-2022.htm



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



as pessoas com doença grave pelo inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988:

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

De modo a sanar qualquer possível questionamento que venha a surgir nos próximos anos, estamos propondo incluir expressamente o benefício especial na isenção do imposto de renda concedida aos aposentados que possuem doenças graves listadas em lei. Entendemos que o projeto de lei não acarreta renúncia fiscal, pois ele somente beneficiará os aposentados com doença grave que venham a receber benefício especial. Trata-se de uma parcela residual de servidores.

De toda sorte, ainda que haja algum tipo de renúncia para o ano atual e para os dois posteriores, certamente ela se enquadra na dispensa trazida pelo § 2º do art. 132 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023:

§ 2º Fica dispensada do atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput a proposição legislativa que reduza receita ou aumente a despesa, cujo impacto seja de até um milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2022.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

ASSINATURA

Brasília, de maio de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



**MPV 1171
00010****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL 2023.**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclui-se o dispositivo a seguir na Medida Provisória nº 1.171, de 2023, para acrescentar a seguinte redação, renumerando-se os seguintes:

“Art. 16”. O art. 6º da Lei n. 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações, renumerado o parágrafo único como §1º:

Art.6º.

XXIV – as premiações pagas ou creditadas em pecúnia ou sob a forma de bens e serviços no âmbito de competições esportivas, físicas ou virtuais, a atletas, profissionais ou amadores, e aos membros da sua equipe técnica, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), observados os requisitos estabelecidos no regulamento de cada modalidade esportiva.

§1º.....

§2º. Na hipótese do inciso XXIV do caput deste artigo, a tributação exclusiva na fonte incidirá sobre a parcela da premiação que exceder a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§3º. O valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de que tratam o inciso XXIV e o §2º do caput deste artigo será reajustado anualmente conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao mês do reajuste, ou outro que vier a substituí-lo.” (NR).



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



JUSTIFICAÇÃO

O Brasil não pode ignorar o desenvolvimento social e econômico da população advindo da prática desportiva. O retorno direto do incentivo ao esporte, seja ele profissional ou amador, garante ao Estado o desenvolvimento e dá suporte a outras importantes áreas sociais, como a educação e saúde da população.

A legislação brasileira precisa garantir maior suporte para os atletas e incentivar o esporte de maneira direta e certa, principalmente para os atletas profissionais que sobrevivem da renda de prêmios baixos e não valorizados. Uma forma de incentivar a prática é melhorar a remuneração dos atletas e tornar a carreira mais atraente, não apenas em termos financeiros, mas garantindo maior visibilidade e estímulo direto também.

O principal objetivo desta Emenda é que os concursos esportivos sejam mais atraentes para o público e que os nossos atletas possam ser remunerados de forma correta por suas performances. Uma forma de privilegiar esse setor, que já sofre com precárias condições, é dando uma oportunidade de que os valores dos prêmios não sofram com a alta carga tributária.

Essa emenda tem por objetivo conceder aos atletas, que sobrevivem das baixas premiações por vezes concedidas para suas modalidades, um conforto maior garantindo a eles a isenção do imposto de renda em casos específicos e até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Atualmente, sabemos da grande adesão de atletas, jovens principalmente, que têm sobrevivido da renda de práticas desportivas virtuais. Por vezes, são grandes montantes de premiação – até por isso, estabelece-se o limite do teto; em outras vezes, são pouco valorizados e poderiam ter um grande benefício se houvesse uma retenção menor de suas premiações.

Essa não é uma iniciativa nova no Parlamento. Em oportunidades anteriores, foi-se discutida a isenção para os nossos atletas, mas o tema, por perder os holofotes e não ter o correto incentivo, acabou não avançando e vê-se nessa oportunidade uma forma de colocar fim aos debates e finalmente conceder a essa classe uma tranquilidade maior.

A isenção para prêmios de competições esportivas em geral, sejam elas físicas ou virtuais, fortalecerá o mercado que depende disso, incentivando os atletas que hoje já atuam sendo mal remunerados, à marginalidade de políticas do setor público, que incentivem sua participação e com patrocínios bem escassos. A previsão tornará as competições mais atrativas, com prêmios maiores, e terá um retorno mais positivo para os repasses sociais advindos dessa prática.

Com base nos argumentos apresentados, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para aprovar esta Emenda à Medida Provisória nº 1.171, de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 1171

0001171
ETIQUETA

DATA
/ /2023

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, de 2023

AUTOR
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.171/2023

Art. __ O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

.....

VII – a partir do exercício de 2024, ano-calendário de 2023, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda restabelece a dedução do Imposto de Renda referente a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado, que produziu efeitos até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018.

A dedução não poderá exceder ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 salário mínimo mensal, sobre o 13º salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 salário mínimo (inciso III do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.250/1995).

Esta emenda representa uma medida de incentivo à contratação de empregados



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



domésticos, sobretudo após a pandemia da Covid-19, que trouxe uma perda de quase 1,6 milhões de empregos domésticos¹.

Ela também incentiva a formalização do vínculo empregatício dos empregados domésticos. Para se ter uma ideia, em janeiro de 2023, o País contava ao todo com quase 5,9 milhões de trabalhadores domésticos. Do total, apenas 25,2% tinham carteira assinada. Os outros 74,8% (ou 4,4 milhões de trabalhadores) atuavam na informalidade².

Nesse sentido, em vista da importância do tema para a geração de empregos e para a proteção dos empregados domésticos, pedimos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

ASSINATURA

Brasília, de maio de 2023.

¹ <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/04/01/pec-das-domesticas-10-anos-apos-a-aprovacao-do-projeto-numero-de-informais-cresce-no-brasil.ghtml>

² <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/10-anos-apos-a-pec-das-domesticas-cresce-a-uberizacao-da-categoria/>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



**MPV 1171
00012****Emenda nº , CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, o artigo abaixo, nos termos a seguir:

“Art.X O prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct) de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, será reaberto por 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta medida provisória, mediante declaração voluntária dos ativos, bens e direitos existentes em 31 de dezembro de 2022, mediante o pagamento de imposto e multa.

§ 1º Para as adesões efetuadas nos termos deste artigo, altera-se:

I - a referência a “31 de dezembro de 2014” constante da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para “31 de dezembro de 2022”;

II - a referência a “mês de dezembro de 2014” constante da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para “mês de dezembro de 2022”;

III - a referência a “ano ano-calendário de 2014” constante da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para “ano-calendário de 2022”;

IV – a referência a “ano ano-calendário de 2015” constante do § 7º do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para “a partir do ano-calendário de 2023”.

§ 2º Os bens ou direitos de qualquer natureza regularizados nos termos deste artigo e os rendimentos, frutos e acessórios decorrentes do seu aproveitamento, no exterior ou no País, obtidos a partir de 1º de janeiro de 2023, deverão ser incluídos na:

I - declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda relativa ao ano-calendário de 2023, ou em sua retificadora, no caso de pessoa física;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236516155300>





II - declaração de bens e capitais no exterior relativa ao ano-calendário de 2023, no caso de pessoa física ou jurídica, se a ela estiver obrigada; e

III - escrituração contábil societária relativa ao ano-calendário da adesão e posteriores, no caso de pessoa jurídica.

§ 3º Às adesões efetuadas nos termos deste artigo não se aplica o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

§ 4º Aos rendimentos, frutos e acessórios de que trata o § 2º deste artigo incluídos nas declarações nele indicadas aplica-se o disposto no art. 138 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), inclusive com dispensa do pagamento de multas moratórias, se as inclusões forem feitas até o último dia do prazo para adesão ao Rerct ou até o último dia do prazo regular de apresentação da respectiva declaração anual, o que for posterior.

§ 5º Às adesões ocorridas no período previsto neste artigo aplica-se a alíquota do imposto de renda de que trata o art. 6º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

§ 6º Em substituição à multa a que se refere o caput do art. 8º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, sobre o valor do imposto apurado na forma do § 5º deste artigo incidirá multa administrativa de 150% (cento e cinquenta por cento).

§ 7º Do produto da arrecadação da multa prevista no § 6º a União entregará o montante respectivo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na forma das alíneas “a”, “b”, “d”, “e” e “f” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236516155300>



CD236516155300





JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objeto reabrir o prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct) de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta medida provisória, mediante declaração voluntária dos ativos, bens e direitos existentes em 31 de dezembro de 2022, mediante o pagamento de 15% a título de imposto de renda sobre ganho de capital e 150% sobre o valor do imposto apurado a título de multa.

O objetivo do Rerct era permitir que pessoas físicas e jurídicas regularizassem recursos, bens ou direitos remetidos ou mantidos no exterior, de origem lícita, mediante o pagamento de imposto de renda e multa. O programa também permitia a regularização de recursos mantidos no exterior, mas que não haviam sido declarados à Receita Federal.

Hodiernamente, a abertura de novo prazo para adesão ao Rerct é de suma importância, tendo em vista a necessidade de novas receitas para o governo que pretende se adequar com as medidas pretendidas pelas regras do novo arcabouço fiscal.

Em que pese o exposto, e tendo em vista o já disposto no projeto original, para não penalizar aqueles que aderiram no início regime, propõe-se a majoração da multa para 150% sobre o valor do imposto devido, ou seja, a alíquota incidente sobre a base de cálculo seriam 15% (imposto de renda) mais 150% do imposto devido, que resultaria em 37,5%. O valor é razoável tendo em vista que os somatórios nos prazos anteriores (original e reabertura) foram de 30% e 35,25%, respectivamente.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado Mendonça Filho
União Brasil/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236516155300>



CD236516155300



**MPV 1171
00013**

MEDIDA PROVISÓRIA 1.171, de 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA Nº _____ DE 2023 (Do Sr. Otto Alencar Filho)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.171, de 2023, dispositivos com a seguinte redação:

“Art. 1º Os lucros decorrentes de participações em controladas, residentes ou domiciliadas no exterior, serão considerados disponibilizados para a pessoa física controladora residente na República Federativa do Brasil na data do balanço no qual tiverem sido apurados e ficarão sujeitos à tributação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza quando for verificado que a controlada está localizada em país ou dependência com tributação favorecida ou quando esta for beneficiária de regime fiscal privilegiado, de que tratam os art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otto Alencar Filho



§ 1º O rendimento de que trata o caput ficará sujeito ao pagamento mensal do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza até o último dia útil do mês subsequente ao da disponibilização, a título de antecipação, e deverá compor a base de cálculo do Imposto na Declaração de Ajuste Anual.

§ 2º No momento do recebimento efetivo dos dividendos, a variação cambial positiva, se houver, deverá ser tributada como ganho de capital.

§ 3º Os lucros de que trata este artigo:

I - serão considerados para fins de tributação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas controladora residente na República Federativa do Brasil na proporção da sua participação no capital da controlada;

II - serão apurados no balanço ou nos balanços levantados pela controlada no exterior no curso do ano-calendário;

e III - serão convertidos em reais pela taxa de câmbio para venda, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, referente ao dia das demonstrações financeiras em que tenham sido apurados pela controlada no exterior.

§ 4º Para fins do disposto nesta Seção, consideram-se controladas as pessoas jurídicas ou entidades não personificadas em que a pessoa física:

I - seja titular de direitos que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria de seus administradores; ou

II - possua mais de cinquenta por cento de participação no capital social, ou equivalente, nos direitos à percepção de seus lucros ou ao recebimento de seus ativos na hipótese de sua liquidação.

Art. 2º O disposto no art. 1º aplica-se às pessoas físicas residentes na República Federativa do Brasil que, em conjunto com outras pessoas físicas ou jurídicas, residentes e domiciliadas no País ou no exterior, consideradas vinculadas, detenham participação superior a cinquenta por cento do capital votante da pessoa jurídica controlada domiciliada no exterior

§ 1º Para fins do disposto no caput, será considerada vinculada à pessoa física residente na República Federativa do Brasil:

I - a pessoa física que seja cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, da pessoa física residente no País;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otto Alencar Filho



II - a pessoa jurídica cujos diretores ou administradores sejam cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, da pessoa física residente no País;

III - a pessoa jurídica da qual a pessoa física residente no País seja sócia, titular ou cotista;

IV - a pessoa física que seja sócia, conselheira ou administradora da pessoa jurídica da qual a pessoa física residente no País seja sócia, titular ou cotista; e

V - a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País ou no exterior, que seja associada a qualquer pessoa jurídica da qual a pessoa física residente no País seja sócia, titular ou cotista, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação brasileira, em qualquer empreendimento.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto nos incisos III a V do § 1º, serão consideradas as participações que representem mais de dez por cento do capital votante. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Durante a tramitação do PL 2.337, de 2021, denominada reforma do Imposto de Renda, noticiou-se alteração promovida no projeto original, que continha em seu art. 6º a regra de antidiferimento para pessoas físicas. O projeto previa a tributação sobre os lucros de recursos de pessoas físicas residentes no Brasil alocados em empresas estrangeiras, conhecidas como offshores, que estejam sediadas em paraísos fiscais. Ainda conforme a proposta inicial, a cobrança seria feita ainda que o dinheiro não fosse trazido ao Brasil e deveria compor a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda. Segundo a regra, até mesmo o rendimento resultante de variação cambial deveria ser tributado por se considerado ganho de capital.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otto Alencar Filho



Não são poucos os recursos mantidos em paraísos fiscais, de acordo com o Banco Central, até o fim de 2019, mais de 60 mil brasileiros possuíam US\$ 192,6 bilhões (mais de R\$ 1 trilhão) em ativos declarados no exterior. O valor corresponde a quase metade do Produto Interno Brasileiro (PIB), que no segundo trimestre de 2021 somou R\$ 2,1 trilhões.

Dados divulgados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICJI) apontam que em 2015, a offshore do Ministro Paulo Guedes tinha aporte de US\$ 9,5 milhões. Em situação semelhante encontra-se o presidente do BC, Roberto Campos Neto, que possui duas offshores.

Não obstante a situação ter sido considerada normal pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, exigindo apenas o protocolo de compromisso das autoridades de que adotariam “medidas para mitigar ou prevenir a ocorrência de conflitos de interesses”. Entendo ser necessária a criação imediata de uma regra de tributação que alcance tais exemplos mencionados, recuperando o texto do projeto original da reforma do IR. Assim, aumenta-se a arrecadação nesse momento difícil pelo qual passa a economia. Além disso, oriento que tais recursos sejam direcionados para projetos sociais, em especial o Bolsa Família ou outro que venha a substituí-lo. Diante do exposto, solicito aos pares o apoio necessário para a aprovação desta proposição

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado Otto Alencar Filho
PSD/BA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otto Alencar Filho



**MPV 1171
00014**



**Emenda nº , CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Inclua-se o art. 14-A na Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, nos termos a seguir:

Art. 14-A. A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) ou a R\$ 11.250.000 (onze milhões, duzentos e cinquenta mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

.....”

“Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;

.....”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234154423300>





JUSTIFICATIVA

O regime de tributação do lucro presumido é uma opção utilizada por muitas empresas no Brasil. Esse regime permite que a empresa pague impostos com base em um lucro presumido, calculado a partir de uma porcentagem do seu faturamento bruto, o que simplifica o processo de contabilidade e diminui a burocracia fiscal.

No entanto, o valor limite para a opção pelo lucro presumido foi estabelecido em R\$ 78 milhões em 2013 e desde então não houve atualização desse limite. Como resultado, muitas empresas que poderiam se beneficiar desse regime de tributação têm sido obrigadas a optar pelo lucro real, que é mais complexo e oneroso, induzindo assim ainda mais à informalidade.

Essa defasagem no limite de faturamento para a opção pelo lucro presumido tem prejudicado especialmente as pequenas e médias empresas, que representam boa parte dos negócios no país e têm um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social. Ao optar pelo lucro real, essas empresas têm que lidar com um processo contábil mais complexo, o que pode prejudicar a sua competitividade e dificultar a sua sobrevivência no mercado.

Por isso, é fundamental que o valor limite para a opção pelo lucro presumido seja atualizado, de forma a permitir que mais empresas sejam incluídas nesse regime de tributação.

Assim, o presente projeto tem como objetivo atualizar monetariamente o limite de faturamento anual para a opção pelo lucro presumido.

Ao corrigir o valor limite do lucro presumido é possível não apenas simplificar a vida fiscal das empresas, mas também contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que as pequenas e médias empresas são importantes geradoras de emprego e renda.

Além disso, o regime de tributação do lucro presumido pode ser um instrumento eficaz para estimular o empreendedorismo e a inovação, ao permitir que as empresas invistam mais em seus negócios e aumentem sua competitividade.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado Mendonça Filho



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234154423300>



* C D 2 3 4 1 5 4 4 2 3 3 0 0 *





MPV 1171
00015

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1171 de 2023

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1171, de 12 de janeiro de 2023, o seguinte dispositivo:

Art. XX A Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 5º A transação de créditos de natureza tributária será realizada nos termos do art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), considerados para esse fim como litígio os débitos em contencioso ou em cobrança em âmbito administrativo ou judicial.” (NR)

“Art. 2º

I - por proposta individual ou por adesão, na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa da União, de suas autarquias e fundações públicas, na cobrança de créditos que seja competência da Procuradoria-Geral da União, ou em cobrança e contencioso administrativo fiscal;” (NR)

“Art. 10-A. A transação na cobrança de créditos tributários e em contencioso administrativo fiscal poderá ser proposta pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor.” (NR)

“Art. 11.

§ 1º É permitida a utilização de mais de uma das alternativas previstas nos incisos I, II, III, IV e V do caput deste artigo para o equacionamento dos créditos objetos da transação.

§ 1º-A. Após a incidência dos descontos previstos no inciso I, se houver, a liquidação de valores será realizada no âmbito do processo administrativo de transação para fins da amortização do saldo devedor transacionado a que se refere o inciso IV do caput, e será de critério exclusivo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para créditos em cobrança e contencioso administrativo fiscal, ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para créditos inscritos em dívida ativa da União, sendo adotada em casos excepcionais para a melhor e efetiva composição do plano de regularização.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

§ 2º É vedada a transação que:

IV - envolva créditos não inscritos em dívida ativa da União, exceto aqueles sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da União ou em cobrança e contencioso administrativo fiscal de que trata o art. 10-A.” (NR)

“Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos inscritos em dívida ativa, e ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, quanto aos créditos em cobrança e contencioso administrativo fiscal, assinar o termo de transação realizado de forma individual, diretamente ou por autoridade delegada.” (NR)

“Art. 14. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos inscritos em dívida ativa, e ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, quanto aos créditos em cobrança e contencioso administrativo fiscal, disciplinar, por ato próprio:

.....
VI - os critérios para aferição do grau de recuperabilidade das dívidas, os parâmetros para aceitação da transação individual e a concessão de descontos, entre eles o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança e a vinculação dos benefícios a critérios preferencialmente objetivos que incluam ainda a idade da dívida inscrita, a capacidade contributiva do devedor e os custos da cobrança judicial.” (NR)

Parágrafo único – revogar

Art. XX O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 21. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência a unidade preparadora declarará a revelia, hipótese em que o crédito tributário será considerado definitivamente constituído, e o processo permanecerá no órgão preparador pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias para cobrança amigável, inclusive na forma do art. 10-A da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

.....” (NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

JUSTIFICAÇÃO

A atual redação da Lei 13.988/2020 impede o contribuinte de transacionar os seus débitos que estejam em cobrança diretamente com a Receita Federal, burocratizando e tornando mais moroso o processo de transação, inviabilizando a manutenção dos descontos de parcelas já pagas quando transacionados saldos de parcelamentos especiais, onerando o contribuinte com encargos de inscrição e limitando transações que possam envolver a aceitação de seguro garantia ou carta fiança pela Receita Federal, quando no interesse do contribuinte, além de aumentar a litigiosidade.

Cerca de R\$ 500 bilhões se encontram em cobrança pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2022, e, caso o contribuinte deseje realizar uma transação, cada débito precisará passar, muitas vezes manual e individualmente, por todo o burocrático, demorado e custoso processo de inscrição em dívida ativa da União.

O §11 do art. 11 da legislação atual permite que apenas contribuintes regulares em seus parcelamentos especiais possam manter os descontos das parcelas já pagas, quando transacionarem o saldo do parcelamento. Ao incluir a exigência de inscrição prévia à transação, a proposta de redação atual levará os contribuintes com parcelamentos acordados com a Receita Federal do Brasil a perder esses descontos. Aproximadamente 2,2 milhões de contribuintes mantêm aproximadamente R\$ 230 bilhões parcelados com a Receita Federal do Brasil em dezembro de 2022.

Para universalizar a transação realizada diretamente pela Receita Federal para todos os créditos tributários por ela geridos, garantindo a desoneração do contribuinte de encargos, do tempo dispendido e da burocracia da inscrição em dívida ativa da União, além de reduzir o litígio, a presente emenda estende a dispensa de contencioso prévio para créditos não inscritos em dívida ativa da União, ao propor a alteração do §5º do art. 1º, do inciso I do art. 2º, dos §1º-A e inciso IV do §2º do art. 11, desta forma ampliando a dispensa de inscrição já reconhecida pela lei 13.988 nos casos em que há contencioso administrativo, retirando a necessidade da existência de litígio ou inscrição em dívida ativa da União.

Ao propor a evolução da redação do Art. 10-A, a emenda possibilitar que a transação ocorra diretamente com a Receita Federal, dispensando o encaminhamento em Dívida Ativa ou a intervenção da AGU, de forma célere e respeitando os mesmos critérios de recuperabilidade, evitando o potencial litígio com redução da burocracia. Ao retirar a menção a Lei Complementar nº 73/1993, reconhece que a Lei Orgânica da AGU não se aplica à Receita Federal do Brasil, pois esta é órgão específico e singular da estrutura do Ministério da Economia responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

comércio exterior. Além de atuar no combate e na prevenção aos ilícitos fiscais e aduaneiros, Receita Federal também possui precedência constitucional dentro de sua área de competência e jurisdição, na forma da lei (art. 37, inciso XVIII, da Constituição Federal) e a necessidade de evocar a AGU para representar extrajudicialmente a Receita Federal gera conflito com potencial de limitar a transação e de anular todos os parcelamentos já realizados com a RFB, sem a representação da AGU.

Alterando a redação do § 1º do art. 11, a emenda equaliza as condições para transação antes e após a inscrição em dívida ativa, permitindo que sejam combinadas as alternativas legais de transação, como prazo, desconto e utilização de créditos do contribuinte, que já podem ser aplicadas nas transações após a inscrição em dívida.

Adicionalmente, ao reincluir o inciso VI do art. 14 – que constava na redação original da Lei 13.988 – e revogar o parágrafo único do mesmo art. 14, a presente emenda permite que o Secretário da Receita Federal do Brasil possa estabelecer os parâmetros e critérios para aferição da capacidade de pagamento dos contribuintes, atividade eminentemente de auditoria, bem como de recuperabilidade dos créditos para fins de transação, evitando que os critérios estabelecidos por outro órgão possam dificultar a transação na Receita Federal ou encarecer os custos de transação para o contribuinte com encargos.

Por fim, ao alterar a redação do art. 21 do Decreto nº 70.235, a emenda amplia de trinta para cento e vinte dias o prazo que os créditos tributários podem ser objeto de cobrança amigável antes da inscrição em dívida ativa, possibilitando que o contribuinte de boa-fé tenha tempo para negociar a transação com a administração tributária.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 1171
00016****EMENDA SUPRESSIVA À
MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.171/2023****(Do Senhor Carlos Jordy)**

Suprima-se da Medida Provisória n. 1.171, de 30 de abril de 2023, os artigos 1º ao 12.

JUSTIFICATIVA

Todos os dispositivos da Medida Provisória n. 1.171/2023, ressalvados aqueles que tratam da atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, têm finalidade puramente arrecadatória, com vistas a compensar perda de receita, penalizando brasileiros que possuem investimentos e outras ações econômicas no exterior, ao passo que a compensação da perda de receita deve necessariamente vir da redução de despesas do governo, que não cumpre com as suas obrigações de eficiência na gestão da coisa pública, e acaba por colocar nos ombros do cidadão o peso da sua inépcia.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado CARLOS JORDY**Líder da Oposição.**

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236934311000>



**MPV 1171
00017**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Dê-se ao *caput* do art. 10 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 10.** A pessoa física residente no País poderá optar por atualizar o valor dos bens e direitos no exterior informados na sua DAA para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2022 e tributar a diferença para o custo de aquisição, pelo IRPF, à alíquota definitiva idêntica como se atualizados em território nacional.

.....”

JUSTIFICATIVA

Idênticos direitos reclamam idênticos deveres. Não faz sentido haver diferenças na tributação de bens no exterior ou em território nacional para residentes no Brasil, se não seria estímulo a investir no exterior e não no Brasil

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.

**Deputado José Medeiros
(PL - MT)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235056698700>



**MPV 1171
00018**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Dê-se ao *caput* do art. 11 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 11.** Especificamente no caso de controladas no exterior, enquadradas ou não nas hipóteses previstas no § 4º do art. 4º, a pessoa física que tiver optado pela atualização até 31 de dezembro de 2022 na forma prevista no art. 10 poderá optar, separadamente, por atualizar o valor de mercado para o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, com pagamento do IRPF pela alíquota definitiva idêntica à incidente em território nacional.

.....”

JUSTIFICATIVA

Idênticos direitos reclamam idênticos deveres. Não faz sentido haver diferenças na tributação de bens no exterior ou em território nacional para residentes no Brasil, se não seria estímulo a investir no exterior e não no Brasil

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.

**Deputado José Medeiros
(PL - MT)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233246987300>



**MPV 1171
00019**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Dê-se nova redação ao art. 16; e acrescente-se art. 17 à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 16.** O inciso XIV do Art.6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:.....

XIV- os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço, os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma, bem como os rendimentos auferidos por trabalhadores da ativa portadores das referidas doenças que possuam renda mensal de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (NR).”

“**Art. 17.** Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de maio de 2023. Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de maio de 2023”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo estender benefício fiscal às pessoas portadoras de doenças graves que possuam renda mensal de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com o objetivo de garantir-lhes um alívio financeiro diante da situação de vulnerabilidade ocasionada pela enfermidade.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria do Rosário
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233402411800>



A isenção do Imposto de Renda para os portadores de doenças graves já é prevista em lei, mas apenas para aposentados. Com esta emenda, propõe-se que esse benefício contemple também as pessoas que, não incapacitadas por essas doenças, seguem na ativa, auferindo renda mensal de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Desse modo, a isenção do Imposto de Renda para essas pessoas possibilitará um alívio financeiro aos portadores dessas enfermidades e suas famílias, que muitas vezes sofrem com a diminuição da renda devido aos altos gastos com tratamentos médicos e remédios, o que garante justiça social e promoção da dignidade das pessoas portadoras de doenças graves.

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.

Deputada Maria do Rosário
(PT - RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria do Rosário
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233402411800>



CD233402411800 LexEdit



**MPV 1171
00020****EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023****(à MPV 1171/2023)**

Dê-se nova redação ao art. 16; e acrescente-se art. 17 à Medida Provisória, nos termos a seguir:

"Art. 16. O inciso XIV do Art.6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:.....

.....
.....
.....

XIV- os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço, os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma, bem como os rendimentos auferidos por trabalhadores da ativa portadores das referidas doenças que possuam renda mensal de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (NR)."

"Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de maio de 2023. Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de maio de 2023"



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria do Rosário
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236835198900>





CONGRESSO NACIONAL

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo estender benefício fiscal às pessoas portadoras de doenças graves que possuam renda mensal de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com o objetivo de garantir-lhes um alívio financeiro diante da situação de vulnerabilidade ocasionada pela enfermidade.

A isenção do Imposto de Renda para os portadores de doenças graves já é prevista em lei, mas apenas para aposentados. Com esta emenda, propõe-se que esse benefício contemple também as pessoas que, não incapacitadas por essas doenças, seguem na ativa, auferindo renda mensal de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Desse modo, a isenção do Imposto de Renda para essas pessoas possibilitará um alívio financeiro aos portadores dessas enfermidades e suas famílias, que muitas vezes sofrem com a diminuição da renda devido aos altos gastos com tratamentos médicos e remédios, o que garante justiça social e promoção da dignidade das pessoas portadoras de doenças graves.

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.

Deputada Maria do Rosário

(PT - RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria do Rosário

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236835198900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

MPV 1171
00021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171/2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA Nº _____ DE 2023 (Do Sr. Pompeo de Mattos)

Acrescenta-se à Medida Provisória nº 1.171/2023, de 30 de abril de 2023, onde couber, as seguintes alterações:

Art. 1º. Para efeito de interpretação do *caput* do art. 8º da Lei 10.925, de 23 de julho de 2004, em relação aos produtos classificados nos códigos dos capítulos 10 e 12 da NCM, considera-se produção, sem a necessidade de industrialização (transformação), o beneficiamento de grãos através da secagem, que os torna próprios ao consumo humano ou animal.

§ 1º. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se também às cooperativas que exerçam as atividades nele previstas.



Assinado eletronicamente no dia 11/05/2023, às 14h04m, pelo Deputado POMPEO DE MATTOS, do PDT/RS, no Gabinete do Deputado, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP: 70160-900. (61) 3215-5704 / 3215-2704





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DEMATTOS – PDT/RS

§ 2º. As vedações de aproveitamento de crédito que trata o § 4º do art. 8º da Lei 10.925, de 23 de julho de 2004, referem-se às pessoas jurídicas que não realizam a produção de grãos, descritas nos incisos I e III do § 1º do mesmo artigo, na redação dada pela Lei 11.116, de 18 de maio de 2005, e em relação às receitas de vendas com suspensão no mercado interno, mantendo compatibilidade com o caráter interpretativo do *caput* deste artigo e seu § 1º.

§ 3º. Aplica-se ao disposto no *caput* deste artigo, § 1º e § 2º o caráter interpretativo de que trata o art. 106 do Código Tributário Nacional – CTN – Lei nº 5.172/1966, com aplicação retroativa à data da lei interpretada.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória promove ajustes na legislação tributária federal, tendo direta afinidade com a presente emenda, que também trata de matéria tributária de competência federal - contribuições PIS/Pasep e COFINS. Essa afinidade encontra respaldo no artigo 7º, II, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, pois ambas as proposições compreendem a mesma matéria, na acepção do art. 48, *caput* e inciso I, CF/88.

O critério de afinidade que confere legitimidade à emenda parlamentar encontra respaldo em recente manifestação do Senado Federal, perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 6.399/DF, onde afirmou que: “A pertinência temática não se confunde com identidade de objeto, porque, se assim fosse, esvaziaria sobremaneira as possibilidades de emenda e de deliberação pelos parlamentares. A pertinência temática abrange todo o conteúdo que diz respeito diretamente ao objeto, que tem afinidade com o objeto ou que com ele se relaciona por uma relação lógica ou causal. É, portanto, um conceito mais amplo”.

A presente emenda não cria qualquer novo benefício fiscal, restringindo-se exclusivamente na adequação (dúvida) de dispositivo de lei (*caput* do artigo 8º da Lei nº 10.925/04), que tem sua aplicação expressamente estruturada na base de cálculo de créditos de PIS/Pasep e COFINS, conforme disposto no art.

C0235906100300
ExEdit



Assinado eletronicamente no sistema de Assinatura Eletrônica da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Para verificar a assinatura, acesse www.camara.gov.br/assinatura e digite o código de verificação: 70160-900-61-3215-5704-3215-2704





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DEMATTOS – PDT/RS

3º das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Essa emenda visa esclarecer a interpretação a ser dada ao conceito de “produção” adotado pelo legislador na redação do *caput* do art. 8º da Lei nº 10.925/2004 em relação aos produtos classificados no capítulo 12 da NCM (soja em grãos).

Para tanto, é necessário compreender que com o propósito legislativo de fomentar¹ a produção agropecuária, o *caput* do artigo 8º da Lei nº 10.925/2004 concedeu crédito presumido de PIS/Pasep e COFINS às pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem animal e vegetal, destinadas à alimentação humana ou animal, adquiridos de pessoas físicas ou recebidos cooperados pessoas físicas.

A redação deste dispositivo legal definiu, expressamente, quais mercadorias produzidas tem direito ao crédito presumido: carnes bovina; suína, aves; ovelhas (NCM capítulo 2); carnes de peixes (NCM capítulo 3); Leite e derivados (NCM capítulo 4); Laranja, uva, maçã, cacau, bananas e frutas em geral (NCM capítulo 8); Café (NCM capítulo 9); Milho, trigo, arroz, aveia, cevada e cereais em geral (NCM capítulo 10); Soja (NCM capítulo 12); Óleo de soja (NCM capítulo 15) e Farelo de soja (NCM capítulo 23).

Todos os setores acima fluíram regularmente do benefício, à exceção das pessoas jurídicas e cooperativas dedicadas à produção e beneficiamento de soja em grãos (NCM 12), em razão de uma interpretação distorcida do conceito legal de “produção” posto no *caput* do art. 8º da Lei nº 10.925/2004.

Visando demonstrar qual era a intenção do legislador, essa emenda aditiva estabelece que, para efeito de interpretação, o conceito de produção não se confunde com o conceito de industrialização (transformação), esclarecendo que a produção (beneficiamento) da soja, através do processo de secagem de grãos, que é necessário para viabilizar o consumo humano ou animal, enquadra-se na regra do *caput* do art. 8º da Lei 10.925/2004. Prevê ainda que essa hipótese se aplica também às cooperativas que exerçam tais atividades.

¹ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
VIII - **fomentar a produção agropecuária** e organizar o abastecimento alimentar;

Art. 187. A **política agrícola** será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do **setor de produção**, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:
I - os instrumentos creditícios e fiscais;



Assinado eletronicamente pelo Deputado Pompeo de Mattos
Para verificar a assinatura, acesse www.congresso.br e clique em “Verificar Assinatura”.
Câmara dos Deputados - Brasília - DF - CEP: 70160-900 - (61) 3215-5704 - 3215-2704



C0235906100300
ExEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DEMATTOS – PDT/RS

O legislador poderia perfeitamente ter adotado a expressão “industrialização” para designar a atividade necessária para a fruição do benefício, como efetivamente fez em outros 7 (sete) dispositivos da mesma lei:

Art. 1º. XI - leite fluido pasteurizado ou industrializado, [...] destinados ao consumo humano ou utilizados na industrialização de produtos que se destinam ao consumo humano;

.....

Art. 1º. XIII - soro de leite fluido a ser empregado na industrialização de produtos destinados ao consumo humano.

.....

Art. 1º § 4º - Aplica-se a redução de alíquotas de que trata o *caput* também à receita bruta decorrente das saídas do estabelecimento industrial, na industrialização por conta e ordem de terceiros [...]

.....

Art. 14-A. Fica suspensa a exigência das contribuições de que trata o art. 1º desta Lei nas importações [...] para emprego em processo de industrialização []

.....

Art. 15 § 9º - As pessoas jurídicas de que trata o art. 49 da Lei nº 10.833, poderão descontar créditos (...) PIS/PASEP e da COFINS, em relação à importação dos produtos referidos nos §§ 6º e 7º do art. 8º desta Lei, utilizados no processo de industrialização [...]

.....

Art. 15 § 10º - As pessoas jurídicas submetidas ao regime especial de que trata o art. 52 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, poderão descontar créditos, para fins de determinação da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, em relação à importação dos produtos referidos nos §§ 6º e 7º do art. 8º desta Lei, utilizados no processo de industrialização [...]

Os dispositivos mencionados, aos quais outros poderiam ser incluídos, demonstram que tanto o *caput* do artigo 8º quanto os demais dispositivos reconhecem a diferenciação existente entre produção (ou produzam) e industrialização (ou industrializem), sem qualquer tipo de confusão entre estes termos.



Assinado eletronicamente no **Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes**
Para verificar a assinatura, acesse **Brasil.gov.br** ou **CEP: 70160-900 - (61) 3215-5704 - 3215-2704**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DEMATTOS – PDT/RS

Mas o legislador não o fez, intencionalmente, pois estava elaborando política abrangente voltada à produção agropecuária, que sempre foi vital para o desenvolvimento econômico brasileiro. O vocábulo utilizado não poderia ser mais claro: produzem.

Aliás, o sentido amplo do termo produção também pode ser inferido do inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, remetido pelo *caput* do art. 8º da Lei nº 10.925/2004. A redação demonstra que o legislador conferiu significado distinto entre o termo produção e fabricação.

Art. 8º, *caput*: As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos (...), todos da NCM, destinadas à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, devidas em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens referidos no inciso II do *caput* do art. 3º das Leis nºs 10.637/02, e 10.833/03, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, [...]

Em suma, essa dúvida quanto à correta interpretação não pode persistir, pois penaliza, injustamente, milhares de produtores rurais, organizados através de cooperativas, e inúmeras pessoas jurídicas, que se dedicaram ao beneficiamento completo da soja, muito além da simples revenda de soja *in natura* (insumos impróprios ao consumo humano ou animal), o que certamente caracteriza a produção de mercadoria classificada na NCM 12.

Idêntica iniciativa já foi aprovada por esse Parlamento, ao acrescentar os §§ 6º e 7º ao *caput* do artigo 8º da Lei nº 10.925/2004.

§ 6º Para os efeitos do *caput* deste artigo, considera-se produção, em relação aos produtos classificados no código 09.01 da NCM, o exercício cumulativo das atividades de padronizar, beneficiar, preparar e misturar



Assinado eletronicamente no Sistema de Assinatura Digital do Congresso Nacional
Para verificar a assinatura, acesse www.sistemaassinatura.org.br e digite o código de verificação: 70160-900-61-3215-5704-3215-2704



CD235906100300
ExEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DEMATTOS – PDT/RS

tipos de café para definição de aroma e sabor (blend) ou separar por densidade dos grãos, com redução dos tipos determinados pela classificação oficial. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)

§ 7º O disposto no § 6º deste artigo aplica-se também às cooperativas que exerçam as atividades nele previstas. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)

A proposição é especialmente relevante e urgente no contexto atual, pois a indefinição desta correta interpretação ao longo do tempo vem trazendo verdadeira instabilidade para as empresas e cooperativas de produção de soja, que assumiram despesas de beneficiamento - visando tornar a mercadoria própria ao consumo humano e animal, como exigido no comércio internacional desta *commodity* -, mas não alcançam a efetividade decorrente dos comandos de imunidade da receita de exportação e da própria não-cumulatividade.

Como resultado disso, uma parcela de empresas e cooperativas de produção de soja estão sendo penalizadas, até hoje, pela não recuperação dos custos incidentes ao longo da cadeia. Esse cenário é completamente contrário ao esforço do país de prestigiar e proteger as exportações.

É importante ressaltar que essa proposição não cria nenhum benefício fiscal novo, sendo apenas de caráter normativo. Logo, não resulta em impacto financeiro que caracterize renúncia de receita ou aumento de despesa. O crédito presumido em questão existe e teve sua repercussão financeira devidamente mensurada quando da edição da Lei nº 10.925/04, tanto que uma parcela de empresas e cooperativas, individualmente, vem obtendo o direito de aproveitamento. Também não produz qualquer despesa permanente, pois o efeito prático é limitado a situações pendentes, em discussão administrativa.

A presente proposição parlamentar beneficiará milhares de produtores rurais organizados no sistema cooperativista, distribuídos principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Mato Grosso, cuja base de atuação está espalhada em centenas de municípios, ajudando no desenvolvimento regional e na manutenção de milhares de empregos.

Por todo o exposto, a proposição legislativa de norma interpretativa guarda compatibilidade com a regra constitucional - imunidade tributária sobre as receitas de decorrentes de exportação, prevista no § 2º do art. 149 da CF/88 (Constituição República Federativa do Brasil) - e encontra suporte no próprio sistema de não-cumulatividade das Contribuições de PIS/PASEP e COFINS, bem como nos comandos constitucionais de fomento à produção agropecuária



Assinado eletronicamente no sistema de Assinatura Digital do Congresso Nacional.
Para verificar a assinatura, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp?arquivo=704-Anexo-IV-da-Camara-dos-Deputados-Praça-dos-Três-Poderes-Brasília-DF-CEP-70160-900-61-3215-5704-3215-2704>



CD235906100300
ExEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

(art. 23, VIII e art. 187, I), submeto à consideração dos demais Congressistas esta emenda aditiva, com a expectativa de contar com o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões, de maio de 2023.

POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal

PDT-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) **Dep. Pompeu de Mattos**
 Para verificar a assinatura, acesse **Brasil.gov.br/gab704** ou **CEP: 70160-900 (61) 3215-5704 (3215-2704)**



LexEdit



MPV 1171
00022

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 1.171, de 2023)

Dê-se aos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, a seguinte redação, mantido o § 2º acrescido ao art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995:

“Art. 13.

‘Art. 1º
.....

IX – a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023;
.....

X – a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.913,10	zero	zero
De 2.913,11 até 4.324,77	7,5	218,48
De 4.324,78 até 5.739,11	15	542,84
De 5.739,12 até 7.136,96	22,5	973,27
Acima de 7.136,96	27,5	1.330,12

.....’ (NR)”

“Art. 14.

‘Art.4º
.....

III –
.....

j) R\$ 290,07 (duzentos e noventa reais e sete centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023;
.....

VI –
.....

j) R\$ 2.913,10 (dois mil, novecentos e treze reais e dez centavos), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023;
.....

.....’ (NR)

‘Art. 8º
.....



II –

b)

11. R\$ 5.449,10 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dez centavos), a partir do ano-calendário de 2023;

c)

10. R\$ 3.480,87 (três mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos) a partir do ano-calendário de 2023;’ (NR)

‘Art. 10

X – R\$ 25.634,14 (vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos) a partir do ano-calendário de 2023.

.....’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MPV) nº 1.171, de 2023, entre outras medidas relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), atualiza em 10,925% a faixa de isenção da tabela progressiva.

A medida é bem-vinda, porém precisamos avançar mais. No âmbito desse tributo, é enorme a defasagem da tabela progressiva em vigor em face da inflação. Com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado, considerando-se a última atualização, ocorrida em abril de 2015, a tabela está desatualizada em patamar superior a 53%.

Dessa forma, a renda do trabalhador é, ano após ano, achatada pelo Fisco em razão da ausência de correção da tabela progressiva do IRPF.

Além disso, a MPV não corrige o valor das demais faixas e das deduções autorizadas na legislação tributária, como dependentes, instrução e parcela isenta da aposentadoria. Também ficou de fora a correção do desconto simplificado.



Nossa proposta é justamente corrigir essa falha e aplicar a correção com base no IPCA acumulado entre abril de 2015 e dezembro de 2022, de 53%.

Sala das Sessões, 04 de maio de 2023.

Senador IZALCI LUCAS
(PSDB/DF)



**MPV 1171
00023**

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER À MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023:

“Art. A cada ano-calendário, a tabela mensal do imposto sobre a renda das pessoas físicas será atualizada, no mínimo, em percentual linear cujo impacto financeiro seja equivalente ao montante arrecadado com base nesta Lei no exercício imediatamente anterior.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca impor a obrigatoriedade de atualização mínima da tabela de imposto de renda das pessoas físicas em valor equivalente à arrecadação de imposto de renda propiciada por esta Medida Provisória.

A correção da tabela oferecida por esta Medida Provisória é um primeiro passo, mas insuficiente diante da defasagem acumulada ao longo dos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236079986400>



2

anos. A Unafisco Nacional estimava, antes desta MP, que a defasagem acumulada na tabela do IR chegava a 149,41%.

Trata-se de medida de justiça fiscal, tendo em vista que a defasagem tem trazido para a base de contribuintes as camadas mais pobres da sociedade, o que constitui verdadeira injustiça fiscal.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares nesta iniciativa.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JOSÉ MEDEIROS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236079986400>



**MPV 1171
00024****SENADO FEDERAL**
Gabinete do **SENADOR WEVERTON****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1171 de 2023**

Art. 1º Acrescente-se à Medida Provisória nº 1171, de 12 de janeiro de 2023, o seguinte dispositivo onde couber, renumerando-se os demais:

“Art. XX Na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o resultado do julgamento será proclamado com o voto de qualidade do presidente da turma, cujo cargo será ocupado por conselheiro representante da Fazenda Nacional.”

Art 2º Acrescenta-se inciso III, ao art. 15 da Medida Provisória nº 1171, de 12 de janeiro de 2023:

Art. 15

.....

III – o art. 19-E da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, recepcionado com força de lei pela Constituição de 1988, prevê no art. 25, § 9º, que os cargos de Presidente das Turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais, das câmaras, das suas turmas e das turmas especiais serão ocupados por conselheiros representantes da Fazenda Nacional, que, em caso de empate, terão o voto de qualidade.

Contudo, o art. 19-E da Lei nº 10.522, de 2002, foi introduzido pela Lei nº 13.988, de 2020, por meio de emenda parlamentar, prevendo que “em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.”



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

Essa medida representou um duro golpe nas competências da Administração Tributária, visto que afastou a aplicação do referido § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235.

A presente emenda visa restabelecer o voto de qualidade e a prerrogativa dos representantes da Fazenda Pública, afastando o favorecimento ao contribuinte em caso de empate.

Essa solução é o reconhecimento da primazia do interesse público sobre o interesse privado, visto que, para ocorrer o empate, é fator determinante a ausência de certeza sobre o direito em debate. E, nesse caso, o voto de qualidade supera o impasse; de outra forma, prevalecerá a tese de que se aplica, genericamente, o disposto no art. 112 do Código Tributário Nacional, que assim dispõe:

“Art. 112. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I - à capitulação legal do fato;

II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.”

O Poder Judiciário vem estendendo, em julgados de primeira instância, o teor do art. 19-E, para alcançar quaisquer decisões do CARF e não apenas as que envolvam determinação e exigência do crédito tributário, com riscos bilionários para os cofres públicos.

Em recente manifestação encaminhada ao Ministro de Estado da Fazenda, a OCDE informou que apenas 3 países, em todo o mundo, permitem o envolvimento do setor privado no julgamento administrativos de recursos fiscais. Segundo a OCDE, esse grau de envolvimento varia, mas mesmo quando previsto, os representantes do setor privado não têm o mesmo papel decisivo no recurso administrativo como têm no Brasil, nos termos da Lei mencionada. A OCDE, ao colocar a questão em perspectiva comparada, manifestou apoio ao retorno da prerrogativa de voto de qualidade para a Fazenda Pública, asseverando que esse retorno “não terá um impacto negativo nos direitos dos contribuintes, porque eles ainda manterão seu recurso à revisão judicial



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

independente, onde poderão contestar, com base legal, a avaliação tributária, bem como os impostos reivindicados e as penalidades aplicadas”, ressaltou a carta.

A retomada do voto de qualidade, ainda, segundo declaração do Ministro da Fazenda, poderia ter impacto positivo de cerca de R\$ 50 bilhões nas receitas públicas, aspecto fundamental do novo arcabouço fiscal sob exame do Congresso Nacional na forma do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023.

Assim, é fundamental o restabelecimento pleno do voto de qualidade no CARF, preservando-se, integralmente, a precedência do interesse público, mantendo-se essa prerrogativa sob a responsabilidade dos representantes da Fazenda Pública.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

MPV 1171
00025

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

EMENDA ADITIVA

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. XX A Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 5º A transação de créditos de natureza tributária será realizada nos termos do art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), considerados para esse fim como litígio os débitos em contencioso ou em cobrança em âmbito administrativo ou judicial.” (NR)

“Art. 2º

I - por proposta individual ou por adesão, na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa da União, de suas autarquias e fundações públicas, na cobrança de créditos que seja competência da Procuradoria-Geral da União, ou em cobrança e contencioso administrativo fiscal;

.....” (NR)

“Art. 10-A. A transação na cobrança de créditos tributários e em contencioso administrativo fiscal poderá ser proposta pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor.” (NR)

“Art. 11.

§ 1º É permitida a utilização de mais de uma das alternativas previstas nos incisos I, II, III, IV e V do caput deste artigo para o equacionamento dos créditos objetos da transação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

§ 1º-A. Após a incidência dos descontos previstos no inciso I, se houver, a liquidação de valores será realizada no âmbito do processo administrativo de transação para fins da amortização do saldo devedor transacionado a que se refere o inciso IV do caput, e será de critério exclusivo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para créditos em cobrança e contencioso administrativo fiscal, ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para créditos inscritos em dívida ativa da União, sendo adotada em casos excepcionais para a melhor e efetiva composição do plano de regularização.

§ 2º É vedada a transação que:

.....
IV - envolva créditos não inscritos em dívida ativa da União, exceto aqueles sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da União ou em cobrança e contencioso administrativo fiscal de que trata o art. 10-A.

.....” (NR)

“Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos inscritos em dívida ativa, e ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, quanto aos créditos em cobrança e contencioso administrativo fiscal, assinar o termo de transação realizado de forma individual, diretamente ou por autoridade delegada.

.....” (NR)

“Art. 14. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos inscritos em dívida ativa, e ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, quanto aos créditos em cobrança e contencioso administrativo fiscal, disciplinar, por ato próprio:

.....
VI - os critérios para aferição do grau de recuperabilidade das dívidas, os parâmetros para aceitação da transação individual e a concessão de descontos, entre eles o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança e a vinculação dos benefícios a critérios preferencialmente objetivos que incluam





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

ainda a idade da dívida inscrita, a capacidade contributiva do devedor e os custos da cobrança judicial.

Parágrafo único. (revogado)” (NR)

“Art. XX-A O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 21. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência a unidade preparadora declarará a revelia, hipótese em que o crédito tributário será considerado definitivamente constituído, e o processo permanecerá no órgão preparador pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias para cobrança amigável, inclusive na forma do art. 10-A da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A atual redação da Lei 13.988/2020 impede o contribuinte de transacionar os seus débitos que estejam em cobrança diretamente com a Receita Federal, burocratizando e tornando mais moroso o processo de transação, inviabilizando a manutenção dos descontos de parcelas já pagas quando transacionados saldos de parcelamentos especiais, onerando o contribuinte com encargos de inscrição e limitando transações que possam envolver a aceitação de seguro garantia ou carta fiança pela Receita Federal, quando no interesse do contribuinte, além de aumentar a litigiosidade.

Cerca de R\$ 500 bilhões se encontram em cobrança pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2022, e, caso o contribuinte deseje realizar uma transação, cada débito precisará passar, muitas vezes manual e individualmente, por todo o burocrático, demorado e custoso processo de inscrição em dívida ativa da União.

O §11 do art. 11 da legislação atual permite que apenas contribuintes regulares em seus parcelamentos especiais possam manter os descontos das parcelas já pagas, quando transacionarem o saldo do parcelamento. Ao incluir a exigência de inscrição prévia à transação, a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

proposta de redação atual levará os contribuintes com parcelamentos acordados com a Receita Federal do Brasil a perder esses descontos. Aproximadamente 2,2 milhões de contribuintes mantêm aproximadamente R\$ 230 bilhões parcelados com a Receita Federal do Brasil em dezembro de 2022.

Para universalizar a transação realizada diretamente pela Receita Federal para todos os créditos tributários por ela geridos, garantindo a desoneração do contribuinte de encargos, do tempo dispendido e da burocracia da inscrição em dívida ativa da União, além de reduzir o litígio, a presente emenda estende a dispensa de contencioso prévio para créditos não inscritos em dívida ativa da União, ao propor a alteração do §5º do art. 1º, do inciso I do art. 2º, dos §1º-A e inciso IV do §2º do art. 11, desta forma ampliando a dispensa de inscrição já reconhecida pela lei 13.988 nos casos em que há contencioso administrativo, retirando a necessidade da existência de litígio ou inscrição em dívida ativa da União.

Ao propor a evolução da redação do Art. 10-A, a emenda possibilitar que a transação ocorra diretamente com a Receita Federal, dispensando o encaminhamento em Dívida Ativa ou a intervenção da AGU, de forma célere e respeitando os mesmos critérios de recuperabilidade, evitando o potencial litígio com redução da burocracia. Ao retirar a menção a Lei Complementar nº 73/1993, reconhece que a Lei Orgânica da AGU não se aplica à Receita Federal do Brasil, pois esta é órgão específico e singular da estrutura do Ministério da Economia responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior. Além de atuar no combate e na prevenção aos ilícitos fiscais e aduaneiros, Receita Federal também possui precedência constitucional dentro de sua área de competência e jurisdição, na forma da lei (art. 37, inciso XVIII, da Constituição Federal) e a necessidade de evocar a AGU para representar extrajudicialmente a Receita Federal gera conflito com potencial de limitar a transação e de anular todos os parcelamentos já realizados com a RFB, sem a representação da AGU.

Alterando a redação do §1º do art. 11, a emenda equaliza as condições para transação antes e após a inscrição em dívida ativa, permitindo que sejam combinadas as alternativas legais de transação, como prazo, desconto e utilização de créditos do contribuinte, que já podem ser aplicadas nas transações após a inscrição em dívida.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Adicionalmente, ao reincluir o inciso VI do art. 14 – que constava na redação original da Lei 13.988 – e revogar o parágrafo único do mesmo art. 14, a presente emenda permite que o Secretário da Receita Federal do Brasil possa estabelecer os parâmetros e critérios para aferição da capacidade de pagamento dos contribuintes, atividade eminentemente de auditoria, bem como de recuperabilidade dos créditos para fins de transação, evitando que os critérios estabelecidos por outro órgão possam dificultar a transação na Receita Federal ou encarecer os custos de transação para o contribuinte com encargos.

Por fim, ao alterar a redação do art. 21 do Decreto nº 70.235, a emenda amplia de trinta para cento e vinte dias o prazo que os créditos tributários podem ser objeto de cobrança amigável antes da inscrição em dívida ativa, possibilitando que o contribuinte de boa-fé tenha tempo para negociar a transação com a administração tributária.

Sala das Sessões,



**MPV 1171
00026**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Acrescente-se art. 14 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 8º.....

II-.....

- a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

O objetivo dessa emenda é incluir as despesas com enfermeiros nas deduções permitidas no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), haja vista que, atualmente a Lei nº 9.250/95, permite apenas deduções com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais na tributação.

Essa inclusão fortalece ainda mais essa realidade, de consultórios de enfermagem, fazendo com que a população possa usufruir de consultas com reembolso em suas declarações.

Respaldo técnico e legal – Realizar consulta de enfermagem é um direito do profissional enfermeiro, assegurado pela Lei 7.498/86, art. 11, inciso I, alínea “i”, pelo Decreto 94.406/87, art. 8º, inciso I, alínea “e”, pelo



Assinado digitalmente por: [nome] - [cargo] - [assinatura] - [data]
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236057004400>



Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e normatizada pela Resolução Cofen 358/2009. A Resolução Cofen 568/2018 regulamenta os consultórios de Enfermagem.

Diante dessas razões, oferecemos a presente emenda, esperando que seja incluída ao texto final do Relator.

Sala da comissão, 5 de maio de 2023.

Deputado Marx Beltrão
(PP - AL)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marx Beltrão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236057004400>



**MPV 1171
00027**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Acrescente-se art. 14 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 8º.....**II-.....****§ 2º****VI- no caso com despesas de livros didáticos, apostilas e materiais escolares mediante comprovação por meio de nota fiscal em nome do beneficiário.”**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

O objetivo dessa emenda é incluir livros didáticos, apostilas e materiais escolares as despesas passíveis de ser declarada para fins de dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física.

Atualmente o gasto com material escolar em geral de um estudante é altíssimo para sua família. Um investimento que merece reconhecimento e por essa razão estamos apresentando esta emenda.

Diante dessas razões, espero que seja incluída ao texto final do Relator.

Sala da comissão, 5 de maio de 2023.

**Deputado Marx Beltrão
(PP - AL)**

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marx Beltrão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235477031500>



C0235477031500

**MPV 1171
00028****Emenda nº , CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Os arts. 3º, 4º e 10. da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

§1º

I - aplicações financeiras - exemplificativamente, depósitos bancários remunerados, certificados de depósitos, cotas de fundos de investimento, com exceção daqueles tratados como entidades controladas no exterior, instrumentos financeiros, apólices de seguro, certificados de investimento ou operações de capitalização, depósitos em cartões de crédito, fundos de aposentadoria ou pensão, títulos de renda fixa e de renda variável, derivativos e participações societárias, com exceção daquelas tratadas como entidades controladas no exterior; e

.....
.....

§ 3º Os ganhos produzidos por aplicações financeiras até 31 de dezembro de 2023 continuam sujeitos às regras anteriormente vigentes, devendo ser submetidos à incidência do IRPF no período de apuração em que forem efetivamente percebidos pela pessoa física, no resgate, na amortização, na alienação, no vencimento ou na liquidação das aplicações financeiras.

§ 4º O ganho de variação cambial auferido em depósitos bancários não remunerados será isento de tributação pelo IRPF.

§ 5º O resgate de aplicações financeiras até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por mês estará isento de tributação.” (NR)

“Art. 4º

.....

§ 7º Poderão ser deduzidos do lucro da controlada os prejuízos apurados em balanço, pela própria controlada, desde que as perdas que geraram tais prejuízos sejam suportadas por documentação hábil e idônea.

.....

§ 10. Poderá ser deduzido do lucro da controlada a parcela dos resultados (ganhos e perdas) ainda não realizados, desde que essa parcela seja alocada a uma reserva específica de resultados não realizados no balanço da controlada, conforme regulamentação a ser elaborada pela Secretaria



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235858495700>





Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, devendo tais valores serem submetidos à tributação ou deduzidos no ano calendário de sua realização, nos termos do caput deste artigo.” (NR)

“Art. 10.....

§ 12. Para os bens e direitos que tenham sido adquiridos com ganhos e rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira, o custo de aquisição a ser informado na DAA em 31 de dezembro de 2023 deverá ser acrescido por toda a variação cambial existente até essa data, sendo tratado como ganho isento esse acréscimo patrimonial, passando a partir dessa data, a ser esse novo valor em reais o custo de aquisição dos referidos bens e direitos para todos os fins.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235858495700>



* C D 2 3 5 8 5 8 4 9 5 7 0 0 *





JUSTIFICATIVA

A alteração proposta relacionada com a restrição do conceito de aplicações financeiras apenas para depósitos remunerados justifica-se em razão de os depósitos não remunerados não representarem uma efetiva aplicação financeira, já que não haverá o pagamento de qualquer rendimento. Nesse caso, para simplificar o regime de tributação, a variação cambial desses depósitos continuaria a ser isenta de tributação.

A inclusão de uma regra de transição para o novo regime de tributação de aplicação financeira justifica-se pela necessidade de se respeitar os princípios da anterioridade e da segurança jurídica. Assim, para os ganhos produzidos até que a nova regra de tributação entre em vigor (ou seja, até 31 de dezembro de 2023) deveriam permanecer sujeitos às regras de tributação atualmente vigente.

Para fins de harmonização do sistema tributário, foi também estendido às aplicações financeiras no exterior a mesma isenção atualmente existente para ganhos de capital de pequeno valor.

Em relação aos lucros auferidos por intermédio de entidades controladas, foram feitas duas sugestões. A primeira apenas assegura o direito de prejuízos devidamente registrados na contabilidade dessas entidades serem compensados com lucros futuros, como forma de assegurar que apenas o acréscimo patrimonial seja efetivamente tributado ao final de cada ano. Com efeito, se os prejuízos existentes até 31 de dezembro de 2023 não puderem ser compensados com lucros futuros, tais valores nunca mais poderão ser aproveitados, o que implicaria a tributação de patrimônio e não do acréscimo patrimonial.

A segunda mudança proposta diz respeito ao conceito de disponibilidade jurídica da renda. Como muitos ativos financeiros são marcados a mercado, haverá ganhos e perdas que são apenas potenciais e que não poderiam afetar o lucro a ser tributado no Brasil, sob pena de se tributar uma renda ainda não disponibilizada ou de se reduzir o lucro por perdas também não realizadas. A segregação dos resultados ainda não realizados em conta contábil específica evitará o efeito negativo de se tributar uma renda não auferida, ou de se deduzir uma perda não realizada.

Com relação à atualização dos valores relativos a bens e direitos adquiridos com recursos auferidos originariamente em moeda estrangeira, a inclusão de uma regra de transição permitirá que todos os bens e direitos passem a ter seu custo fixado em reais sem, contudo, prejudicar o direito adquirido de aplicar as regras atualmente vigentes para esses bens e direitos, até que o novo sistema de tributação entre em vigor.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235858495700>





Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado Mendonça Filho
União Brasil/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235858495700>



**MPV 1171
00029****Emenda nº , CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Inclua-se o art. 14-A à Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, nos termos a seguir:

Art. 14-A. A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. Poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido:

I - a pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário de 2023 tenha sido igual ou inferior a R\$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) ou a R\$ 8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses;

II - a pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário de 2024 tenha sido igual ou inferior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses; ou

III - a pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário a partir de 2025 tenha sido igual ou inferior a R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) ou a R\$ 11.250.000,00 (onze milhões duzentos e cinquenta mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses;

.....” (NR)

“Art. 14.

I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior aos limites previstos nos incisos I, II e III do art. 13. ou proporcional, respectivamente, ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;

.....” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230960816900>





JUSTIFICATIVA

O regime de tributação do lucro presumido é uma opção utilizada por muitas empresas no Brasil. Esse regime permite que a empresa pague impostos com base em um lucro presumido, calculado a partir de uma porcentagem do seu faturamento bruto, o que simplifica o processo de contabilidade e diminui a burocracia fiscal.

No entanto, o valor limite para a opção pelo lucro presumido foi estabelecido em R\$ 78 milhões em 2013 e desde então não houve atualização desse limite. Como resultado, muitas empresas que poderiam se beneficiar desse regime de tributação têm sido obrigadas a optar pelo lucro real, que é mais complexo e oneroso, induzindo assim ainda mais à informalidade.

Essa defasagem no limite de faturamento para a opção pelo lucro presumido tem prejudicado especialmente as pequenas e médias empresas, que representam boa parte dos negócios no país e têm um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social. Ao optar pelo lucro real, essas empresas têm que lidar com um processo contábil mais complexo, o que pode prejudicar a sua competitividade e dificultar a sua sobrevivência no mercado.

Por isso, é fundamental que o valor limite para a opção pelo lucro presumido seja atualizado, de forma a permitir que mais empresas sejam incluídas nesse regime de tributação.

Assim, o presente projeto tem como objetivo atualizar monetariamente e de forma gradativa o limite de faturamento anual para a opção pelo lucro presumido, quais sejam, R\$ 105 milhões (2023), R\$ 120 milhões (2024) e R\$ 135 milhões (a partir de 2025).

Ao corrigir o valor limite do lucro presumido é possível não apenas simplificar a vida fiscal das empresas, mas também contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que as pequenas e médias empresas são importantes geradoras de emprego e renda.

Além disso, o regime de tributação do lucro presumido pode ser um instrumento eficaz para estimular o empreendedorismo e a inovação, ao permitir que as empresas invistam mais em seus negócios e aumentem sua competitividade.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, de de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230960816900>



CD230960816900





Deputado Mendonça Filho
União Brasil/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230960816900>



CD230960816900



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

MPV 1171
00030

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1171, de 30 de Abril de 2023.

EMENDA ADITIVA Nº _____

Art. 1º Acrescente-se, onde couber, na MPV 1171/202, o seguinte dispositivo:

“Art. XX O artigo 1º da Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

'Art.1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

- COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de:

XLIII – pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca e seus derivados classificadas nos códigos 1901.20.00 e 1905.90.90.

”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda reduz a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca e seus derivados classificadas no código 1901.20.00 e 1905.90.90.

Embora a Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004, no seu art. 1º, XVI, tenha reduzido a zero a incidência sobre a venda e a importação de “pão comum” (produto alimentício obtido pela cocção de preparo contendo apenas farinha de trigo, fermento biológico, água, sal e/ou açúcar), não fez o mesmo com os pães à base de mandioca e seus derivados (produto alimentício obtido pela cocção de preparo contendo mandioca e seus derivados, água, leite e seus derivados, ovo, sal e/ou açúcar). A presente emenda corrige isso, conferindo tratamento isonômico entre as cadeias as da mandioca e do trigo.



Deputados
Gabinete 208

10 | Tels (61) 3215-5208/3208

Assinatura eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232069753100>

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Belo Horizonte/MG:
Rua Felipe dos Santos, 901
11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes
CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Embora os produtos sejam apreciados pela população brasileira, a produção da mandioca vem sendo amplamente reduzida ao longo do tempo. A título de ilustração, segundo relatório de EMBRAPA, em 1970 a produção era de 29.464.275 toneladas, enquanto no ano de 2019 a produção foi de 17.497.115. Ou seja, uma redução de aproximadamente 40% (quarenta por cento) da produção efetiva.

A mandioca exerce papel relevante na geração de emprego e de renda, especialmente nas áreas pobres da Região Nordeste. Considerando-se a fase de produção primária e o processamento de farinha e fécula, estima-se que são gerados, no Brasil, mais de um milhão de empregos diretos. Estima-se, ainda, que a atividade mandioqueira proporcione uma receita bruta anual equivalente a 2,5 bilhões de dólares. A produção de mandioca, transformada em farinha e fécula, gera, respectivamente, uma receita equivalente a 600 milhões e 150 milhões de dólares.

A presente emenda acarretaria as desonerações das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS relativas aos produtos da panificação à base de mandioca, o que, em números, ensejará, respectivamente, renúncia de receita estimada em R\$ 132.795.363 em 2023. A composição desses valores foi realizada por meio da análise do valor bruto da produção de anos anteriores da categoria de frozen baked goods, bem como aplicação da alíquota do PIS/COFINS no regime não cumulativo (9,25%).

No momento de grave crise econômica e de insegurança alimentar que o Brasil está passando, a inclusão das pré-misturas próprias para fabricação de pão à base de mandioca dentre os produtos com alíquota zero de PIS/PASEP e COFINS mostra-se de extrema importância, tendo em vista, que resultará na redução dos custos de produção e, assim, na disponibilização de produtos com preço mais baixo ao consumidor e em mais opções de alimentos para a população. E também na geração de novos postos de trabalho.

Assim, submeto a presente emenda para apreciação dos senhores parlamentares.

Deputado Federal LAFAYETTE DE ANDRADA
Republicanos /MG



Deputados
Gabinete 208

Tels (61) 3215-5208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinatura eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232069753100>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500





**MPV 1171
00031**

Congresso Nacional

EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023

(à MPV 1171/2023)

:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, constante do artigo 13 da presente Medida Provisória nº1171, de 30 de abril de 2023, vigorará com as seguintes alterações.

“Art. 1º.

.....

§1º O imposto de renda anual devido incidente sobre os rendimentos de que trata o caput deste artigo será calculado de acordo com tabela progressiva anual correspondente à soma das tabelas progressivas mensais vigentes nos meses de cada ano-calendário

§2º A partir do ano-calendário de 2023, a tabela progressiva mensal do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas, acima discriminada, será corrigida anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – Ampliado (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano anterior. (NR).”

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos anos temos assistido um recorrente debate acerca da necessidade de termos uma regra permanente para a correção da Tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A correção anual se faz necessária pois ela objetiva manter ao longo dos anos condições contributivas semelhantes, descontando os efeitos da inflação. Em 2007 foi aprovada a Lei 11.482, de 31 de maio de 2007 que estabeleceu critérios (4,5% ao ano) para o reajuste da Tabela para os anos de 2007 a 2010. Desde então, existe uma defasagem gritante em relação à tabela que era vigente no ano de 1995, no início do Plano Real. A presente Emenda objetiva criar uma regra permanente introduzindo um fator de correção anual da tabela, atrelando o reajuste à taxa de inflação medida anualmente pelo IPCA- Índice de Preços ao Consumidor Amplo - correspondente ao ano anterior àquele em que será feita a correção.

Utilizamos o IPCA, calculado pelo IBGE, desde 1980, pois acreditamos que ele seja o índice que melhor expressa a elevação do custo de vida para a maioria da população brasileira, pois ele reflete o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos, em 11 regiões metropolitanas. Esperamos, com isso, acabar com as discussões anuais sobre o reajuste da Tabela, diminuindo a discricionariedade com que o Poder Executivo tem tratado esta matéria.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tião Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239028493600>





Congresso Nacional
Sala da Comissão, em 5 de maio de 2023;

Deputado Tião Medeiros PP/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tião Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239028493600>



* CD 239028493600 * LexEdit



**MPV 1171
00032**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Sargento Portugal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171/2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e *trusts* no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Dá-se nova redação ao artigo 16 e acrescentem-se os artigos 17, 18, 19 e art. 20 à Medida Provisória em epígrafe, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
.....

Art. 16 O inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238965768000>



XIV - os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço, os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma, que tenha tornado totalmente ou parcialmente incapacitante ao serviço ativo e bem como os rendimentos auferidos por trabalhadores da ativa portadores das referidas doenças que possuam renda mensal de até a 200% (duzentos por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República.

.....

.....

Art. 17 Acrescenta-se o §3º, ao artigo 1º, da Lei nº 8.730 de 10 de novembro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Ficam dispensados enviar a Receita Federal a Declaração de Ajuste Anual e a Declaração de Rendimentos de Pessoa Física os declarantes elencados do inciso I ao VII.

.....

.....

Art. 18. O § 2º, do artigo 7º, da Lei nº 9.250 de 26 de dezembro de 1995, passa a vigor com a seguinte redação:

* C D 2 3 3 8 9 6 5 7 6 8 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238965768000>



Art.**7**

.....
.....

§ 2º Ficam dispensadas da apresentação de declaração:

I - as pessoas físicas elencadas no inciso VI do art. 7º da Lei nº 9.690 de 23 de janeiro de 2019 que alterou decreto 7.724 de 16 de maio de 2012 o qual regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;

II - outras pessoas físicas declaradas em ato do Ministro da Fazenda, cuja qualificação fiscal assegure a preservação dos controles fiscais pela administração tributária.

.....
.....

Art. 19. Altera o artigo 13 e incluem-se os §§ 1º ao 4º a Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

§ 1º A declaração a que se refere o artigo anterior, excluídos os objetos e utensílios de uso doméstico de módico valor, constará de relação pormenorizada dos bens imóveis, móveis, semoventes, títulos ou valores mobiliários, direitos sobre veículos automóveis, embarcações ou aeronaves e dinheiros ou aplicações financeiras que, no País ou no exterior, constituam,

* C D 2 3 8 9 6 5 7 6 8 0 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238965768000>



separadamente, o patrimônio do declarante e de seus dependentes, na data respectiva.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2º deste artigo.

.....

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de maio de 2023.

.....
”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda que acrescenta novo texto ao art. 16 na **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171/2023** tem como objetivo distender benefício fiscal às pessoas portadoras de doenças graves que possuam renda mensal de 200% (duzentos por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da

* C D 2 3 3 8 9 6 5 7 6 8 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Portugal
 Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238965768000>



República, com o objetivo de garantir-lhes um alívio financeiro diante da situação de vulnerabilidade ocasionada pela enfermidade e os altos gastos com medicação, tratamento e outros gastos diretamente proporcionados pela enfermidade.

A isenção do Imposto de Renda para os portadores de doenças graves já é prevista em lei, mas apenas para aposentados. Com esta emenda, propõe-se que esse benefício contemple também as pessoas que, que foram parcialmente incapacitadas e encontram-se aposentados ou reformados e que não incapacitadas por essas doenças, seguem na ativa, auferindo renda mensal 200% (duzentos por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República.

Desse modo, os portadores dessas enfermidades e suas famílias, que muitas vezes sofrem com a diminuição da renda devido aos altos gastos com tratamentos médicos e remédios, garantindo a justiça social e promoção da dignidade das pessoas portadoras de doenças graves com a isenção do Imposto de Renda para essas pessoas possibilitando um considerável alívio financeiro.

Já as presentes emendas que acrescentam os arts. 17,18 e 19 na **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171/2023**, são para contemplar os agentes públicos que precisam apresentar declaração de bens e valores aos seus órgãos sobre pena de demissão caso não o faça, como prescreve o art. 13 da Lei 8.429/92 e suas alterações. Os mesmos agentes públicos além de terem os valores do imposto retidos na fonte mensalmente dos seus salários, subsídios e provimentos, também são descontados o 13º salário e, caso o valor da remuneração de férias seja superior ao valor isento, é deduzido das férias também, tendo em vista que o mesmo de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238965768000>



do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, os agentes públicos possuem remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, os **jetons** e outras vantagens pecuniárias, além dos proventos de aposentadoria e das pensões daqueles servidores e empregados públicos que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado da Economia disponibilizados ao acesso de qualquer cidadão.

Conto com apreciação dos demais congressistas e com a aprovação dos nobres colegas deste parlamento.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2023.

Deputado SARGENTO PORTUGAL
Podemos/RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238965768000>



MPV 1171
00033

EMENDA Nº
(à MPV nº 1.171, de 2023)

Dê-se aos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, que altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, respectivamente, e ao art. 15 a seguinte redação:

“Art. 13.

‘Art. 1º

.....

IX – a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

.....

X – a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 3.000,00	-	-
De 3.000,01 até 4.454,00	7,5	225,00
De 4.454,01 até 5.910,50	15	559,04
De 5.910,51 até 7.350,10	22,5	1.002,32
Acima de 7.350,10	27,5	1.369,80

.....”(NR)

“Art. 14.

‘Art.4º

.....

III –

.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015, e:

j) R\$ 298,74(duzentos e noventa reais e sete e quatro centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023;

.....

VI –



-
i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015; e
j) R\$ 3.000,10 (três mil reais e dez centavos), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023. (NR)'

‘Art. 8º

.....
II –

.....
b)

-
10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), a partir do ano-calendário de 2015; e
11. R\$ 5.611,90 (cinco mil, seiscentos e onze reais e noventa centavos) a partir do ano-calendário de 2023;

c)

-
9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2015; e
10. R\$ 3.584,80 (três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) a partir do ano-calendário de 2023. (NR)'

.....
‘Art. 10

-
IX - R\$ 16.754,34 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2015; e
X – R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil, e quatrocentos reais) a partir do ano-calendário de 2023. (NR)''

“Art. 15. Ficam revogados os seguintes dispositivos do art. 24 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001:

- I - o § 5º; e
II - o inciso I do § 6º. (NR)''



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023, trata das regras de incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) sobre a renda do capital aplicado no exterior por pessoas físicas residentes no País e altera os valores da tabela mensal do IRPF.

O Governo Federal ampliou a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física de R\$1.903,98 para R\$ 2.112,00. Foi prevista também a opção pelo desconto simplificado para o momento da incidência mensal, com uma redução a título de 25% do limite de isenção.

A ampliação da isenção combinada à possibilidade de antecipação do desconto simplificado propiciou a desoneração até 2 salários-mínimos (R\$ 2.640,00).

O intuito de concentrar a desoneração às faixas de renda mais baixas mediante a ampliação da isenção sem a repercussão às demais viola a progressividade do Imposto de Renda (art. 153, § 2º, inciso I da Constituição). Por orientação deste princípio, todas as faixas devem se beneficiar com a ampliação da isenção, além do aumento do “desconto padrão”, o que também se verifica da experiência de mudanças legislativas anteriores na Tabela do IR.

De se observar, ainda, que a utilização da antecipação do desconto simplificado reforçou o objetivo de não repercussão em faixas superiores de renda, “freando” o efeito progressivo.

Em que pese a medida ter permitido ao Governo reduzir o impacto de renúncia de receitas a atrair medidas de compensação, a omissão quanto ao fator de correção às demais faixas de renda cria discriminação injustificada. Quando verificado o fator de parcela a deduzir, afere-se, ao contrário, uma regressividade em relação às situações tributárias por faixa. Nesse contexto, é apresentada emenda parlamentar contemplando a repercussão da isenção para as demais faixas de renda e desconto padrão.

Além disso, a criação do Desconto Simplificado, nos anos 1990, foi de extrema utilidade e eficiência para a Administração Tributária, já que grande parte dos contribuintes possui despesas dedutíveis (gastos com educação, previdência, saúde, por exemplo) em níveis compatíveis com o corte



utilizado ao longo dos anos (Art. 4º da Lei nº 9.250/95), propiciando que as equipes de fiscalização pudessem gerenciar procedimentos de Revisão de Malha em contribuintes com maior renda.

Sua utilização, apesar disso, tem maior aderência ao sistema do Imposto de Renda quando da apresentação da Declaração de Ajuste, ao término da apuração do ano-calendário. Isso porque apenas ao final do período é possível se falar em apuração total e definitiva de receitas e despesas para fins de apuração de ganho tributável.

De modo que, caso mantida na Medida Provisória a opção pelo desconto simplificado antecipado as equipes de fiscalização tributária da Secretaria da Receita Federal terão maior demanda na aferição de situações de tributação de fonte dupla, trabalhos temporários etc., trazendo, ainda, maior burocracia fiscal para as fontes pagadoras e possível litigiosidade. Dessa maneira, propõe-se a supressão do §2º, inserido ao artigo 4º da Lei nº 9.250, de 1995.

Outro ponto passível de crítica é a ausência de atualização das deduções com educação e demais despesas congeladas desde a última atualização na Tabela do IR (2015).

Com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado, considerando-se a última atualização, ocorrida em abril de 2015, a tabela está desatualizada em patamar superior a 53%.

O princípio da capacidade contributiva orienta pela correção destes valores, utilizando-se dos mesmos índices para ampliação da isenção.

Dessa forma, sugere-se a proposição de emenda parlamentar modificativa à Medida Provisória nº 1.171, de 2023, na linha das justificativas apresentadas, levando em consideração o piso de R\$ 3.000,00 para isenção do IR, conforme promessa de campanha do atual Presidente, e aplicação do fator de ajuste (57,57%) à correção das despesas dedutíveis.

Senador CIRO NOGUEIRA
(PP/PI)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO****MPV 1171****00034****EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023**

(à MPV 1171/2023)

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Dê-se nova redação ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na forma proposta pelo art. 14 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art.

8º.....

.....

II –

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como às despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, medicamentos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

.....

§ 2º.....

.....

VI – no caso de despesas com medicamentos, limita-se aos medicamentos de uso contínuo, definidos no regulamento, exigida a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238287447800>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Esta emenda busca aprimorar a legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) ao permitir a dedução integral dos pagamentos efetuados na aquisição de medicamentos de uso contínuo.

A legislação em vigor já permite a dedução integral das despesas médicas do IRPF, mas não inclui os medicamentos.

Além de tornar mais efetiva a medida desonerativa das despesas médicas no âmbito do IRPF, a dedução das despesas com medicamentos tende a gerar importante economia ao Sistema Único de Saúde (SUS), na medida em que menos remédios serão fornecidos para quem se utiliza da rede pública de saúde, mas decida por comprar diretamente os fármacos prescritos.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 2023.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238287447800>



**MPV 1171
00035****Medida Provisória 1.171, de 30 de abril de 2023.**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

A Medida Provisória nº 1171, de 30 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 1º

.....

II rendimentos - remuneração produzida pelas aplicações financeiras, **excluindo a variação cambial da moeda estrangeira frente a moeda nacional**, incluindo, exemplificativamente, juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, participações nos lucros, dividendos e ganhos em negociações no mercado secundário, incluindo ganhos na venda de ações das entidades não controladas em bolsa de valores no exterior.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

Tributar como ganho a variação cambial no exterior significa uma antecipação de um lucro que pode não existir na frente, além de significar bitributação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237824786500>



Quando existe uma aplicação de brasileiros no exterior, o dinheiro é remetido à uma taxa de câmbio do dia.

Quando a aplicação retornar ao país será fechado novo câmbio que - se tiver valorização - será tributado nesse momento pela legislação vigente.

Impor uma tributação sobre uma variação cambial , quando ainda não estiver sendo retornado ao país, significará além de uma apropriação indébita, uma dupla tributação pois quando retornar ao país, será novamente tributado.

Estamos de novo tentando impor um novo imposto de patrimônio disfarçado de imposto de lucro, já que de nenhuma maneira deveria haver tributação antes do resgate da aplicação ou da venda dos bens, como ocorre com os bens no país.

Outrossim, entendemos que é pior considerar a variação cambial de algo que não foi repatriado e que poderá, lá na frente, alterar de novo o valor para baixo, prejudicando o contribuinte mais uma vez.

Por tudo isso, contamos com o apoio dos pares na aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em

Deputada **DANI CUNHA**

UNIÃO-RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237824786500>



MPV 1171
00036

Medida Provisória 1.171, de 30 de abril de 2023.

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

A Medida Provisória nº 1171, de 30 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A variação cambial do principal aplicado nas controladas no exterior, enquadradas ou não nas hipóteses previstas no § 4º do art. 4º, comporá o ganho de capital percebido pela pessoa física no momento da alienação, da baixa ou da liquidação do investimento, inclusive por meio de devolução de capital, **calculada do primeiro dia do ano, até a data da efetivação do evento.**”(NR)

JUSTIFICATIVA

Considerando que a Medida Provisória tributa a variação cambial, obtida no ano, apurada em 31 de dezembro, não podemos colocar uma dupla tributação em variação cambial, pois iríamos pela proposta calcular imposto de ganho de capital em todo o período, incluindo o já tributado.

Sendo assim, contamos com o apoio dos pares na aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em

Deputada **DANI CUNHA**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236753947500>



* C D 2 3 6 7 5 3 9 4 7 5 0 0 *



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR**MPV 1171
00037****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.171, de 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Incluem-se as seguintes alterações ao texto da Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004:

Art. 3º.

.....

I –

.....

“VI - a parcela da remuneração referente à variação cambial produzida pelos títulos de crédito emitidos nos termos do §3º do art. 23 da Lei nº 11.076, de 30 de setembro de 2004; (NR)”

“VII - a parcela da remuneração referente à variação cambial produzida pela Cédula de Produto Rural emitida nos termos do §3º do art. 4º-A da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. (NR)”

.....

“§2º. Enquadra-se no conceito de remuneração para fins da isenção prevista nos incisos VI e VII do art. 3º desta Lei, a parcela da variação cambial paga pelos referidos títulos, desde que:

- a) integralmente vinculados a direitos creditórios com cláusula de correção na mesma moeda, no caso dos títulos do inciso VI do art.3º desta Lei; e
- b) referenciado em moeda estrangeira, no caso da Cédula de Produto Rural, conforme disposto no inciso VII do art. 3º desta Lei. (NR)”



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232778652900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR

JUSTIFICATIVA

Atualmente, o financiamento ao agronegócio referenciado em moeda estrangeira é tributado quando há variação positiva da cotação da respectiva moeda ao longo do prazo da operação financeira. Todavia, se a variação for negativa o investidor não pode constituir “prejuízo fiscal” para eventuais compensações futuras.

Em outras palavras, o ganho em Reais com a variação cambial positiva é considerado ganho de capital para fins de incidência de Imposto de Renda, entretanto a variação cambial negativa não é dedutível.

A título de ilustração, se o investidor financia o agronegócio em US\$1000 e cobra taxa de juros de 10% ao ano, no final desse período, ele espera receber os US\$1000 inicialmente investidos mais os juros deduzidos o imposto devido, independentemente da variação da taxa de câmbio. Considerando uma alíquota de 15% de impostos sobre os juros, o investidor espera receber $US\$1000 + US\$100 - US\$15 = US\1085 .

Em resumo, nesse exemplo, o investidor espera receber:

- Juros líquidos de impostos de US\$85
- Retorno integral do principal investido, no caso, US\$1000

Sob essa sistemática, o investidor consegue tanto programar seu fluxo de caixa e atender suas metas de rentabilidade, quanto minimizar os custos da operação financeira, já que não precisará contratar operações de hedge para garantir o fluxo em moeda estrangeira, conforme sua estratégia de investimento desejada. Na outra ponta da operação, o empresário nacional do agronegócio, que possui receitas atreladas em alguma medida ao dólar, também consegue minimizar seus custos financeiros ao não ter que contratar operação de hedge para compensar a parte do descasamento de seu fluxo de caixa que foi evitado nessa operação.



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232778652900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR

Mas não é assim que ocorre pela sistemática tributária atual.
Vejam os.

Tomando por base a situação proposta, se, ao longo da operação financeira, o dólar variar, por exemplo, de R\$5 para R\$6, o investidor que aplicar R\$5000 (US\$1000 x R\$5/US\$), receberá R\$6600 (US\$1100 x R\$6/US\$) deduzidos do imposto de 15% sobre o rendimento de R\$1600 (imposto de R\$1600 x 0,15 = R\$240). Assim receberá R\$6360 (R\$6600 - R\$240).

Convertendo-se o valor recebido ao dólar do momento da liquidação da operação, o investidor receberá US\$1060 (R\$6360 divididos por R\$6/US\$).

Em resumo, ao final da operação, o investidor contabilizará:

- Juros líquidos de impostos: US\$85
- Retorno **parcial** do principal: ao invés dos US\$1000 originalmente investidos, receberá, apenas, US\$975! Isso é imprevisibilidade para o investidor que desiste da operação!

Pior, se ao longo do prazo da operação, de outro modo, o dólar tivesse se desvalorizado frente ao Real, digamos, de R\$5 para R\$4, o investidor receberia R\$4400 (US\$1100 x R\$4/US\$), ou seja, R\$600 a menos do que investiu em Reais, mas **não poderia constituir qualquer crédito tributário para ser compensado com eventuais ganhos cambiais futuros.**

Essa grave distorção tributária provoca os seguintes efeitos contrários ao objetivo da MP conforme elencado anteriormente:

- Irracionalidade e imprevisibilidade tributária que acaba afastando o investidor do agronegócio brasileiro, literalmente bloqueando o investimento estrangeiro em nosso agro



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232778652900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR

- II. Violação da neutralidade tributária, comprometendo o interesse nacional ao impedir o acesso do investidor em moeda estrangeira no setor que mais gera riqueza e, conseqüentemente, arrecadação direta e indireta ao país
- III. Promoção de injustiça tributária ao se tratar situações simétricas de forma díspar e casuística (“se o dólar subir o Fisco tributa, se descer não permite compensação”)
- IV. Desconexão do Brasil com a maciça prática internacional de não se tributar o capital estrangeiro que ingressa numa economia assumindo riscos e proporcionando geração de riquezas e crescimento econômico, proporcionando, também, melhores condições arrecadatórias e fiscais.

Por isso, a alteração legal ora proposta além de corroborar a motivação da MP, proporcionará melhores condições fiscais pois está focada na atração de capitais **que não estão vindo para o país** e que, se forem internalizados em nosso agronegócio, fomentarão nossa economia e, ato contínuo, a arrecadação federal, além de diminuir a pressão sobre o orçamento público, como ocorre todos os anos na formulação do “Plano Safra” ao se discutir o nível de “equalização” a ser dado ao crédito à agropecuária.

Constatações informais demonstram, de um lado, trilhões de dólares de investidores buscando boas alternativas de investimento nos mercados internacionais e, de outro lado, nosso agronegócio podendo proporcionar ao investidor internacional (i) boa rentabilidade, (ii) escala, (iii) boas perspectivas mercadológicas no médio e longo prazos por ser peça chave na equalização da “Segurança Alimentar” e “Segurança Energética” globais, (iv) diversificação de risco e, acima de tudo, (v) **sustentabilidade**.

Recentemente, o BNDES lançou de forma muito bem sucedida uma linha de crédito chamada “Crédito rural BNDES taxa fixa em dólar” na qual



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232778652900>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR

disponibilizou o equivalente a R\$2 bilhões¹. O sucesso dessa linha, que se esgotou em poucos dias, mostra o apetite do setor por crédito para ampliar sua atuação e enfrentar os desafios que se apresentam (i) na renovação de seu parque de máquinas e equipamentos; (ii) no aumento de sua capacidade de armazenagem; (iii) na conversão de pastagens e áreas degradadas em áreas produtivas, o que demanda bilhões de dólares em investimento e que poderá ser feito sem recursos do Orçamento Geral da União caso essas amarras tributárias sejam desfeitas.

Mais uma vez deve ser destacado que não há o menor sentido em se discutir “diminuição de arrecadação sobre algo que não existe” e que, de outro modo, devemos trilhar o caminho da efetiva geração de riqueza que, aí sim, terá o condão de melhorar a arrecadação de nosso Fisco. A inclusão dos dispositivos na forma proposta provocará tais efeitos.

Nesse sentido, de se destacar o posicionamento da própria Receita Federal no seu Ato Declaratório Interpretativo (ADI) no. 12, de 23.11.2016, no qual seu Secretário declarou:

“Art. 1º Enquadra-se no conceito de remuneração para fins da isenção prevista no inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a parcela da variação cambial paga pelo Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e pelo Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) emitidos com cláusula de correção pela variação cambial nos termos do § 4º do art. 25 e do § 3º do art. 37 da Lei nº 11.076, de 30 de setembro de 2004, respectivamente.

Art. 2º Ficam modificadas as conclusões em contrário constantes em Soluções de Consulta ou em Soluções de Divergência emitidas antes da

1

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-lanca-credito-rural-em-dolar-mais-competitivo-para-o-setor-agroexportador-do-brasil#:~:text=2023%20Agropecu%C3%A1ria%20%7C%20Infraestrutura-,BNDES%20lan%C3%A7a%20cr%C3%A9dito%20rural%20em%20d%C3%B3lar%20mais,o%20setor%20agroexportador%20do%20Brasil&text=O%20Banco%20Nacional%20de%20Desenvolvimento,de%20m%C3%A1quinas%20e%20equipamento%20agr%C3%ADcolas.>



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232778652900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR

publicação deste Ato Declaratório Interpretativo, independentemente de comunicação aos consulentes.”

Todavia, desde a edição do ADI 12/2016, a Lei 11.076/2004 sofreu várias alterações, inclusive nos dispositivos citados no referido ADI. Nesse mesmo período, a Cédula de Produto Rural também foi modificada de forma a poder ser referenciada em moeda estrangeira. Assim sendo, a presente proposta visa adequar a Lei 11.033/2004 ao novo ambiente legal segundo os princípios exarados pela própria Receita Federal no ADI 12/2016.

Ademais, a Emenda, se acatada, ao diminuir a necessidade de contratação de hedge cambial, diminuirá os custos financeiros para ambas as partes, tanto o investidor fonte de funding, quanto o empresário do agronegócio tomador de recursos, melhorando nosso ambiente de negócios ainda bastante defasado em relação ao restante do planeta.

Sala das Sessões, de de 2023.

PEDRO LUPION.
Deputado Federal.



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232778652900>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR**MPV 1171****00038****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.171, de 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Incluam-se, onde couber, as seguintes disposições no texto da Medida Provisória no. 1.171, de 30 de abril de 2023:

Art. X. Revogam-se as disposições em contrário assim como:

I – o §1º do artigo 23 da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004;

II – o §2º do artigo 25 da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004.

JUSTIFICATIVA

Revogação do §1º do artigo 23 da Lei 11.076 de 20.12.2004¹

A revogação do §1º do artigo 23 da Lei 11.076 de 20.12.2004 se faz necessária pelas mesmas razões que motivaram a edição da MP 1.171/2023, conforme destacado anteriormente.

A introdução dos títulos do agronegócio em 30.12.2004 - especialmente do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) - visou dar as mesmas condições de funding ao agronegócio que o setor imobiliário possuía pois já contava com o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), introduzido em 20.11.1997 pela

1 § 1º Os títulos de crédito de que trata este artigo são vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, a comercialização, o beneficiamento ou a industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235568014100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR

Lei 9.514, bem como com a Letra de Crédito Imobiliária (LCI), introduzida pela Lei 10.931, de 2.8.2004.

Todavia, o lastro dos títulos imobiliários não sofreu qualquer restrição legal enquanto os direitos creditórios passíveis de lastrear o CRA e a LCA (bem como o CDCA) foram restringidos àqueles “originários de negócios realizados por produtores rurais ou suas cooperativas”, conforme redação do dispositivo a ser revogado. Tal dispositivo, após quase duas décadas, não consegue dar vazão às novas necessidades do agronegócio. Diversas evoluções têm acontecido no setor, desde a evolução para o conceito de cadeia do agronegócio abarcada tanto pela última atualização da lei das CPR, quanto pela criação dos FIAGRO, até novas possibilidades de uso da terra com crédito de carbono e prestação de serviços ambientais. Também não há de se falar que tal providência acarretaria em uma completa desregulamentação dos títulos, uma vez que tanto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quanto o Banco Central do Brasil os regulamentam e continuarão a fazê-lo.

Ora, por que o CRI e a LCI podem ser lastreados com direitos creditórios oriundos de qualquer negócio de qualquer participante do setor imobiliário e o mesmo não pode ocorrer com os títulos do agronegócio, um setor que engloba um grande número de empresários “além da porteira” que também precisam de funding para expandir suas atividades, aumentar a oferta sobre a agropecuária e aumentar a geração de riqueza e arrecadação do país?

Com efeito, o CRI e a LCI têm sido lastreados com direitos creditórios originados de toda e qualquer transação que envolva imóveis, desde aluguéis (performados e já performados!) até construção de instalações industriais; desde reforma de apartamentos residenciais, até a construção de shopping centers, sem a menor discriminação em relação a quem originou tais negócios.

Essa injustificada falta de isonomia legal provoca irracionalidade e assimetria tributária (tratamento diametralmente oposto dispensado a duas situações análogas), comprometendo a capacidade do



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235568014100>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR

setor do agronegócio captar funding no mercado em comparação com o setor imobiliário, impedindo o pleno crescimento do agronegócio, inibindo a geração de riqueza e a arrecadação do Estado, dificultando, em última análise o equacionamento da situação fiscal do país.

É compreensível a necessidade de se discutir o nível de isenção tributária que o Estado concede ao investidor pessoa natural nesses títulos. Mas essa discussão deve abranger todos eles - LCA, CRA, LCI e CRI - e deve partir de um ambiente legal-operacional isonômico aos quatro instrumentos financeiros, o que não ocorre com a atual restrição imposta pelo dispositivo a ser revogado.

Assim sendo, como não há o menor sentido em se manter uma assimetria de tal ordem entre os setores, o que também impõe altos custos de compliance aos estruturadores de operações de financeiras baseadas nos títulos do agronegócio, o §1º do artigo 23 da Lei 11.076 de 20.12.2004, deve ser revogado.

Revogação do §2º do artigo 25 da Lei 11.076 de 20.12.2004²

2 § 1º Os direitos creditórios vinculados ao CDCA: [\(Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020\)](#)

I - serão registrados ou depositados em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários; [\(Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020\)](#)

~~II - serão custodiados em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviço de custódia de valores mobiliários; e~~ [\(Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020\)](#) ~~(Revogado pela Lei nº 14.421, de 2022)~~

III - poderão ser formalizados em meio físico ou eletrônico e, quando correspondentes a títulos de crédito, sob a forma cartular ou escritural. [\(Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020\)](#)

§ 2º Caberá à instituição custodiante a que se refere o § 1º deste artigo:

I - manter sob sua guarda documentação que evidencie a regular constituição dos direitos creditórios vinculados ao CDCA;

II - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios custodiados, devendo, para tanto, estar munida de poderes suficientes para



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235568014100>



CD235568014100





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Pedro Lupion** – PP/PR

Já a revogação dos §2º do artigo 25 da Lei 11.076, de 30.12.2004 se deve pelo simples fato que a necessidade de custódia de recebíveis do CDCA prevista no parágrafo anterior foi revogada pela Lei 14.121, de 22.7.2022. Dessa forma, nenhum sentido há em se manter um dispositivo que define o cabera “à instituição custodiante a que se refere o § 1º deste artigo”.

Em conclusão, as alterações ora introduzidas estimularão o desenvolvimento do mercado privado de crédito para o agronegócio, “dentro e fora da porteira”, sem custo adicional para o Estado nem para o produtor rural, vindo a melhor fomentar o setor, o crescimento econômico e a arrecadação do país, além de permitir ao Poder Público melhores condições de conduzirem as políticas públicas associadas conforme o melhor interesse da sociedade.

Sala das Sessões, de de 2023.

PEDRO LUPION.
Deputado Federal.

efetuar sua cobrança e recebimento, por conta e ordem do emitente do CDCA;

III - prestar quaisquer outros serviços contratados pelo emitente do CDCA.



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 812 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Telefones: (61) 3215.5812/3812 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@camara.leg.br
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235568014100>



MPV 1171
00039

Medida Provisória nº 1.171, de 30 abril de 2023.

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

A Medida Provisória nº 1171, de 30 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

I - os lucros apurados **a partir de 1 de janeiro de 2024** pelas controladas no exterior de pessoas físicas residentes no país , enquadradas ou não nas hipóteses previstas no § 4º do art. 4º.

Parágrafo único.

.....”(NR)

JUSTIFICATIVA

Não podemos para saciar a sanha arrecadatória da Receita Federal. Chegamos ao ponto de não atendermos ao princípio constitucional da anterioridade e da noventena da criação de impostos.

Cobrar imposto sobre os lucros apurados até 31 de dezembro significa um confisco patrimonial dos contribuintes e certamente caíra no Judiciário”, gerando mais um dos conflitos judiciais que só servirão para enriquecer os advogados.

Por tudo isso, contamos com o apoio dos pares na aprovação da presente emenda.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238898334100>



Sala das Comissões, em

Deputada **DANI CUNHA**

UNIÃO-RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238898334100>



* C D 2 3 8 8 9 8 3 3 4 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 1171
00040**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

O §1º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

§1º Os rendimentos de que trata o caput ficarão sujeitos à incidência do IRPF, no ajuste anual, de acordo com as alíquotas previstas no artigo 21 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.” (NR)”

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta nesta emenda tem o objetivo de simplificar o sistema tributário, equacionando as regras atualmente vigentes às novas regras previstas na Medida Provisória 1.171/23. Com efeito, a adoção das mesmas alíquotas atualmente previstas para ganhos de capital e para a tributação de aplicações financeiras no exterior traz maior segurança jurídica e estabilidade ao sistema tributário como um todo. Essa alteração não prejudica em nada a lógica do texto originalmente proposto, sendo apenas uma adequação e equalização de alíquotas já existentes, de modo a garantir uma transição mais adequada para o novo padrão.

Sala das Comissões,

de maio de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239718232700>*CD239718232700*
ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Zé Trovão (PL/SC)

MPV 1171
00041

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

“Art. A Lei n. 8.134 de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º O contribuinte que perceber rendimentos do trabalho não assalariado, poderá deduzir, da receita decorrente do exercício da respectiva atividade, caso não tenham optado por regime de tributação de pessoa jurídica”: (NR)

“I - a remuneração paga a terceiros, os encargos trabalhistas e previdenciários;”
(NR)

(...)

“§ 1º O disposto neste artigo não se aplica em relação aos rendimentos a que se referem os arts. 9º e 10 da Lei nº 7.713, de 1988.” (NR)

(...)

“Art. 7º.

.....

II - as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Trovão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236197223600>



CD236197223600





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Zé Trovão (PL/SC)

contribuições previdenciárias de natureza privada no limite fixado pelo artigo 11 da Lei 9.532 de 1997;”

JUSTIFICAÇÃO

O sistema tributário atual referente a pessoa física não assalariada é análogo ao regime de tributação da pessoa jurídica em lucro real.

As pessoas jurídicas podem optar por outros sistemas tributários, como o lucro presumido ou o Simples Nacional.

É preciso ampliar essa possibilidade de adoção de regime tributário também para as pessoas físicas não assalariadas, como medida de justiça fiscal, igualdade e isonomia.

Medida que é benéfica para médicos, contadores, engenheiros, arquitetos, dentre outros.

Além disso, para as pessoas físicas que não quiserem ser tributados como pessoa jurídica, deve ser permitido, por medida de igualdade, o lançamento de depreciação e amortização de bens e o lançamento de despesas previdenciárias de qualquer natureza.

Sala das Sessões, de 2023.

Deputado ZÉ TROVÃO
(PL/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Trovão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236197223600>



**MPV 1171
00042****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Mecias de Jesus**EMENDA Nº , DE 2023.**
(à Medida Provisória nº 1.171, de 2023)

O §1º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§1º Os rendimentos de que trata o caput ficarão sujeitos à incidência do IRPF, no ajuste anual, de acordo com as alíquotas previstas no artigo 21 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com a observância da isenção de que trata o artigo 22 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.”
(NR)”

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta nesta emenda tem o objetivo de simplificar o sistema tributário, equacionando as alíquotas com as mesmas alíquotas e regras de isenção atualmente já previstas para ganhos de capital trazendo maior segurança jurídica e mantendo uma tabela única para o cálculo do ganho de capital.

Ante o exposto, considerando a relevância da simplificação proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Comissões, de maio de 2023.

Senador Mecias de Jesus
Republicanos/RR



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

MPV 1171
00043

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023.

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1171, de 12 de janeiro de 2023, o seguinte dispositivo:

Art. ... A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º

XXIV – o benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, percebido pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa superar lacuna legal que poderá vir a trazer enormes prejuízos aos servidores públicos federais que optaram pela migração e adesão ao regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Essa Lei, cuja última “janela” para migração foi aberta pela Medida Provisória nº 1.119, de 25 de maio de 2022, assegura aos servidores públicos que aderiram aos planos de benefícios administrados pelas entidades previdência complementar o direito ao recebimento de um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Esse benefício, segundo entendimentos dos órgãos jurídicos da União, não tem caráter previdenciário, mas compensatório, ou seja, não é classificado como benefício de aposentadoria.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

Conforme a conclusão do Parecer nº JL – 03, de 18 de maio de 2020, da Advocacia-Geral da União, o benefício especial possui natureza estritamente compensatória, com base nos seguintes fundamentos:

“2. Consolide-se, por conseguinte, o entendimento no sentido de que o Benefício Especial, de que cuida o art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, possui natureza estritamente compensatória, voltando-se para reparar as contribuições previdenciárias realizadas para o Regime Próprio de Previdência Social/RPPS pelos servidores públicos que fizeram a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, uma vez que esta opção enseja a percepção de benefícios previdenciários pelo RPPS em valores necessariamente limitados ao teto dos benefícios pagos no âmbito do Regime Geral de Previdência Social/RGPS.”

3. O caráter compensatório do Benefício Especial também se deduz da sua fórmula de cálculo, que se constitui, essencialmente, pela diferença entre as remunerações anteriores à mudança do regime previdenciário, que foram utilizadas como base de cálculo para as contribuições previdenciárias pagas pelo servidor público para o RPPS, e o teto dos valores dos benefícios pagos pelo RGPS, multiplicando-se pelo Fator de Conversão (FC), cujo valor é encontrado a partir da quantidade de contribuições mensais efetivamente recolhidas para o RPPS até a data da opção. A atenta apreciação dos critérios adotados para a metodologia de cálculo do Benefício Especial revela que o legislador buscou estabelecer equânime reparação em favor do servidor que ingressou no Regime de Previdência Complementar, considerando que, a partir da migração de regime, os benefícios previdenciários serão limitados ao teto do RGPS.”

E, segundo o entendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), expresso na Solução de Consulta Cosit nº 42, de 14 de fevereiro de 2019:

“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. UNIÃO. SEGURIDADE SOCIAL. CPSS. BENEFÍCIO ESPECIAL. NÃO INCIDÊNCIA. O benefício especial de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, possui contornos normativos que permitem caracterizá-lo como sendo benefício estatutário de natureza compensatória e não reúne os elementos normativos necessários a caracterizá-lo como um benefício de natureza previdenciária. O benefício especial não pode ser considerado ou equiparado a provento de aposentadoria ou pensão, para fins de aplicação da legislação de custeio previdenciário, não se encontrando sujeito à



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

incidência da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor. Dispositivos Legais: art. 40 da CF/1998; arts. 1º e 3º da Lei nº 12.618, de 2012; art. 5º da Lei nº 10.887, de 2004; art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 2013; e Parecer nº 00093/2018/DECOR/CGU/AGU.”

Apesar do reconhecimento da natureza compensatória pela Receita Federal, a Lei nº 14.463, de 26 de outubro de 2022, resultante da mesma MPV 1119, alterou a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para fazer incidir expressamente o imposto de renda sobre o benefício especial recebido pelo servidor aposentado.

Contudo, o valor atribuído na forma do benefício especial não conta com a isenção do imposto de renda da pessoa física nos termos do art. 6º da Lei nº 7.713, quando o servidor é aposentado por invalidez em função de moléstia grave. Por não ser considerado provento de aposentadoria sobreveem a não aplicação da isenção do imposto de renda concedida para as pessoas com doença grave pelo inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988:

“XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;”

Para afastar essa incongruência legal, que poderá trazer enormes prejuízos a todos os que migraram para o regime de previdência complementar, mostra-se necessário incluir expressamente o benefício especial na isenção do imposto de renda concedida aos aposentados que possuem doenças graves listadas em lei.

A presente emenda não acarreta renúncia fiscal, pois a medida somente beneficiará os aposentados com doença grave que venham a receber benefício especial, os quais, se não houvessem exercido o direito à migração, incentivado pelo próprio Governo, fariam jus à isenção no momento da aposentadoria com proventos integrais sob a responsabilidade do Tesouro.

Ademais, por se tratar de número muito reduzido de beneficiários, no curto, prazo, ainda que haja impacto fiscal, decorrente da renúncia ora proposta, o valor



**SENADO FEDERAL****Gabinete do SENADOR WEVERTON**

é irrisório e se enquadra na dispensa trazida pelo § 2º do art. 132 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023:

“§ 2º Fica dispensada do atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput a proposição legislativa que reduza receita ou aumente a despesa, cujo impacto seja de até um milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2022.”

Assim, por se tratar de medida de justiça fiscal e do afastamento de grave incoerência no sistema tributário, decorrente da não adequação do inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713/88, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



MPV 1171
00044

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Os arts. 3º, 4º e 10 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

3º.....

§1º.....

I - aplicações financeiras - exemplificativamente, depósitos bancários remunerados, certificados de depósitos, cotas de fundos de investimento, com exceção daqueles tratados como entidades controladas no exterior, instrumentos financeiros, apólices de seguro, certificados de investimento ou operações de capitalização, depósitos em cartões de crédito, fundos de aposentadoria ou pensão, títulos de renda fixa e de renda variável, derivativos e participações societárias, com exceção daquelas tratadas como entidades controladas no exterior; e

.....

§ 3º Os ganhos produzidos por aplicações financeiras até 31 de dezembro de 2023 continuam sujeitos às regras anteriormente vigentes, devendo ser submetidos à incidência do IRPF no período de apuração em que forem efetivamente percebidos pela pessoa física, no resgate, na amortização, na alienação, no vencimento ou na liquidação das aplicações financeiras.

§ 4º O ganho de variação cambial auferido em depósitos bancários não remunerados será isento de tributação pelo IRPF.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238178618900>



* C D 2 3 8 1 7 8 6 1 8 9 0 0 *



§ 5º O resgate de aplicações financeiras até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por mês estará isento de tributação.” (NR)

“Art.

4º.....

§ 7º Poderão ser deduzidos do lucro da controlada os prejuízos apurados em balanço, pela própria controlada, desde que as perdas que geraram tais prejuízos sejam suportadas por documentação hábil e idônea.

§ 10º Poderá ser deduzido do lucro da controlada a parcela dos resultados (ganhos e perdas) ainda não realizados, desde que essa parcela seja alocada a uma reserva específica de resultados não realizados no balanço da controlada, conforme regulamentação a ser elaborada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, devendo tais valores serem submetidos à tributação ou deduzidos no ano calendário de sua realização, nos termos do caput deste artigo.” (NR)

“Art.

10.....

§ 12 Para os bens e direitos que tenham sido adquiridos com ganhos e rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira, o custo de aquisição a ser informado na DAA em 31 de dezembro de 2023 deverá ser acrescido por toda a variação cambial existente até essa data, sendo tratado como ganho isento esse acréscimo patrimonial, passando a partir dessa data, a ser esse novo valor em reais o custo de aquisição dos referidos bens e direitos para todos os fins.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta relacionada com a restrição do conceito de aplicações financeiras apenas para depósitos remunerados justifica-se em razão de os depósitos não remunerados não representarem uma efetiva aplicação financeira, já que não haverá o pagamento de qualquer rendimento. Nesse caso, para simplificar o regime de tributação, a variação cambial desses depósitos continuaria a ser isenta de tributação.

A inclusão de uma regra de transição para o novo regime de tributação de aplicação financeira justifica-se pela necessidade de se respeitar os princípios



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238178618900>



CD238178618900



da anterioridade e da segurança jurídica. Assim, para os ganhos produzidos até que a nova regra de tributação entre em vigor (ou seja, até 31 de dezembro de 2023) deveriam permanecer sujeitos às regras de tributação atualmente vigente.

Para fins de harmonização do sistema tributário, foi também estendido às aplicações financeiras no exterior a mesma isenção atualmente existente para ganhos de capital de pequeno valor.

Em relação aos lucros auferidos por intermédio de entidades controladas, foram feitas duas sugestões. A primeira apenas assegura o direito de prejuízos devidamente registrados na contabilidade dessas entidades serem compensados com lucros futuros, como forma a assegurar que apenas o acréscimo patrimonial seja efetivamente tributado ao final de cada ano. Com efeito, se os prejuízos existentes até 31 de dezembro de 2023 não puderem ser compensados com lucros futuros, tais valores nunca mais poderão ser aproveitados, o que implicaria a tributação de patrimônio e não do acréscimo patrimonial.

A segunda mudança proposta diz respeito ao conceito de disponibilidade jurídica da renda. Como muitos ativos financeiros são marcados a mercado, haverá ganhos e perdas que são apenas potenciais e que não poderiam afetar o lucro a ser tributado no Brasil, sob pena de se tributar uma renda ainda não disponibilizada ou de se reduzir o lucro por perdas também não realizadas. A segregação dos resultados ainda não realizados em conta contábil específica evitará o efeito negativo de se tributar uma renda não auferida, ou de se deduzir uma perda não realizada.

Com relação à atualização dos valores relativos a bens e direitos adquiridos com recursos auferidos originariamente em moeda estrangeira, a inclusão de uma regra de transição permitirá que todos os bens e direitos passem a ter seu custo fixado em reais sem, contudo, prejudicar o direito adquirido de aplicar as regras atualmente vigentes para esses bens e direitos, até que o novo sistema de tributação entre em vigor.

Sala das Comissões,

de maio de 2023.

Deputado GILBERTO ABRAMO

Republicanos - MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238178618900>



**MPV 1171
00045****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

O §1º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

§1º Os rendimentos de que trata o caput ficarão sujeitos à incidência do IRPF, no ajuste anual, de acordo com as alíquotas previstas no artigo 21 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.” (NR)”

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta nesta emenda tem o objetivo de simplificar o sistema tributário, equacionando as regras atualmente vigentes às novas regras previstas na Medida Provisória 1.171/23. Com efeito, a adoção das mesmas alíquotas atualmente previstas para ganhos de capital e para a tributação de aplicações financeiras no exterior traz maior segurança jurídica e estabilidade ao sistema tributário como um todo. Essa alteração não prejudica em nada a lógica do texto originalmente proposto, sendo apenas uma adequação e equalização de alíquotas já existentes, de modo a garantir uma transição mais adequada para o novo padrão.

Sala das Comissões,

de maio de 2023.

Deputado GILBERTO ABRAMO

Republicanos - MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231946064300>



* C D 2 3 1 9 4 6 0 6 4 3 0 0 *



**MPV 1171
00046****Gabinete do Senador Hamilton Mourão****EMENDA ADITIVA nº - COMISSÃO MISTA**

(à MPV 1.171 de 2023)

Inclua-se, onde couber, o art. 14-A à MPV nº 1.171, de 2023 que “Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.”.

Art. 14-A. As pessoas físicas que declararem rendimentos provenientes de fontes situadas no exterior poderão deduzir, do imposto sobre a renda devido na declaração de ajuste anual, o cobrado pela nação de origem daqueles rendimentos, desde que:

I - em conformidade com o previsto em acordo ou convenção internacional firmado com o país de origem dos rendimentos, quando não houver sido restituído ou compensado naquele país; ou

II - haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no País.

§ 1º A dedução não poderá exceder a diferença entre o imposto sobre a renda calculado com a inclusão daqueles rendimentos e o imposto sobre a renda devido sem a inclusão dos mesmos rendimentos.

§ 2º O imposto pago no exterior será convertido em reais por meio da utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América estabelecido para compra pelo Banco Central do Brasil para o último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do recebimento do rendimento.

§ 3º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil manterá lista atualizada dos países que atendam o disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo, divulgando em seu sítio na *internet*.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23) trata das regras de incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) sobre a renda do capital aplicado no exterior por pessoas físicas residentes no País e altera os valores da tabela mensal do IRPF.



**Gabinete do Senador Hamilton Mourão**

A presente emenda visa trazer maior segurança jurídica quanto à possibilidade de a pessoa física deduzir de seu imposto de renda o imposto cobrado pela nação de origem dos rendimentos provenientes de fontes situadas no exterior, conforme consta no art. 115 do Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

Essa norma precisa ser ratificada, de forma a demonstrar o compromisso do país com a ausência de bi-tributação.

Ademais, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil manterá lista atualizada, divulgando em seu sítio na *internet*, dos países que tenham acordo ou convenção internacional firmado com o Brasil, bem como os que tenham reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no País.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para que acolham a presente emenda.

Sala das Sessões, em de maio de 2023.

Senador Hamilton Mourão

REPUBLICANOS/RS





MPV 1171
00047

CONGRESSO NACIONAL

Emenda nº , CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)

Dê-se nova redação aos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, e incluam-se os arts. 13-A e 14-A, nos termos a seguir:

“Art.13. A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º

.....

IX – a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023:

.....

X – a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo (R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 5.280,00	-	-
De 5.280,01 até 7.920,00	7,5	396,00
De 7.920,01 até 10.560,00	15	990,00
De 10.560,01 até 13.200,00	22,5	1.782,00
De 13.200,01 até 41.650,92	27,5	2.442,00
Acima de 41.650,92	35	3.483,27

.....” (NR)

Art.13-A A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º.....

.....

XV –.....

.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Danilo Forte
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237345905300>



* CD 237345905300 *
ExEdit





CONGRESSO NACIONAL

i) R\$ 1.903,98 (um mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 5.280,00 (cinco mil, duzentos e oitenta reais), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)

“Art.14 A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

III -.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 525,76 (quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

VI -.....

i) R\$ 1.903,98 (um mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 5.280,00 (cinco mil, duzentos e oitenta reais), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V do caput aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa aos seguintes rendimentos, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea “e” do inciso II do caput do art. 8º:

I - do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores; e

II - proventos de aposentados e pensionistas, quando a fonte pagadora for responsável pelo desconto e pelo respectivo pagamento das contribuições previdenciárias.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Danilo Forte

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237345905300>





CONGRESSO NACIONAL

Art. 8º.....
.....

II -.....
.....

b).....
.....

10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

11. R\$ 9.876,53 (nove mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

c).....
.....

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

10. R\$ 6.309,11 (seis mil, trezentos e nove reais e onze centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)

“Art. 10.
.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

X – R\$ 46.462,10 (quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dez centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)

Art.14-A A tabela progressiva do imposto de renda disposta no inciso X do art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, será atualizada, a partir do ano calendário de 2024, automaticamente e anualmente, pelo mesmo índice utilizado para realizar o reajuste do salário mínimo daquele respectivo ano.

Parágrafo Único A atualização a que se refere o caput deste artigo alcança ainda as deduções legais previstas na Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e na Lei nº 9.250,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Danilo Forte
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237345905300>



**CONGRESSO NACIONAL**

de 26 de dezembro de 1995.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo corrigir os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e das deduções com dependentes e educação, da isenção para maiores de 65 anos e do limite de desconto simplificado de 20%. Para tanto, toma por base a progressividade partindo da base de cálculo de 4 salários mínimos (isenção) até 10 salários mínimos. Para àqueles que recebem o valor acima do subsídio dos Ministros do STF, qual seja, R\$ 41.650,92, a alíquota será majorada para 35%.

Dispõe ainda que tanto a tabela progressiva quanto as deduções legais serão atualizadas, a partir do ano calendário de 2024, automaticamente e anualmente, pelo mesmo índice utilizado para realizar o reajuste do salário mínimo daquele respectivo ano.

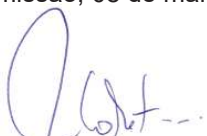
A atualização da tabela do imposto de renda para a faixa inicial é um tema que tem sido discutido por especialistas e também é uma demanda de diversos setores da sociedade. Isso porque a falta de correção da tabela gera uma defasagem que afeta especialmente os contribuintes de menor renda, que acabam pagando mais imposto do que deveriam.

A proposta de atualização da tabela do imposto de renda para a faixa inicial de quatro salários mínimos prevê uma correção de forma a adequar a tabela à realidade econômica atual. Essa medida poderia reduzir a carga tributária para os contribuintes de menor renda e aumentar o poder de compra desses cidadãos.

Vale lembrar que a atualização da tabela do imposto de renda é uma medida que envolve uma série de questões técnicas e políticas. É importante que haja uma discussão ampla e democrática sobre o tema, envolvendo diversos setores da sociedade, de forma a buscar soluções que sejam justas e efetivas para a população brasileira.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão, 08 de maio de 2023.


Deputado Danilo Forte
União Brasil/CE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Danilo Forte
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237345905300>



MPV 1171
00048

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171 DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.171, de 2023, onde couber, um novo artigo que, no contexto às modificações promovidas na Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, acrescerá à referida lei um art. 4º-A, com o seguinte teor:

“Art. X A Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguintes alterações:

“Art. 4º-A Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de shopping centers:

I - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep);

II - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e

IV - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).”

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 14.48, de 3 de maio de 2021, ao instituir o PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, visou criar condições para que o “setor de eventos” possa mitigar as perdas oriundas das medidas de combate à pandemia da COVID-19.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234673095100>



Embora o Programa tenha sido inicialmente idealizado com foco no chamado “setor de eventos”, ainda durante a tramitação do Projeto de Lei nº 5.638/2020 (que deu origem à Lei nº 14.148/2021), constatou-se que diversos outros setores foram igual e severamente afetados pelas medidas de combate à Pandemia, de modo que a realidade vivenciada durante esse período não foi exclusividade do setor de eventos.

Em virtude disso, por um lado, alguns setores foram expressamente mencionados pelos incisos do § 1º do art. 2º da Lei nº 14.148/2021 – mais especificamente os setores de hotelaria em geral; administração de salas de exibição cinematográfica; e prestação de serviços turísticos. Por outro lado, consciente de que o Poder Legislativo não teria, ainda no turbilhão daquela crise sanitária sem precedentes, condições de identificar todos os setores afetados pelas medidas de combate à Pandemia, o § 2º do referido art. 2º atribuiu ao Ministério da Economia o dever de “[publicar] os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que se enquadram na definição de setor de eventos” para fins de aplicação da lei.

Ou seja, desde a origem, o Programa visou “compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19”, nos exatos termos do art. 1º da Lei nº 14.148/2021, de modo que os benefícios instituídos na Lei do PERSE foram idealizados não para um único setor (no caso, o setor de eventos), tampouco para quatro setores em particular (no caso, eventos, hotelaria, exibição cinematográfica e serviços turísticos), mas para aqueles setores mais severamente afetados pelas medidas de combate à pandemia e que, conforme exposto na justificativa do Projeto de Lei nº 5.638/2020, “[foram escolhidos], ainda que inconscientemente, para ser sacrificado[s] em nome de todos”.

Nesse ponto, a escolha do Ministério da Economia como responsável por relacionar as atividades mais impactadas pelas medidas de combate à Pandemia foi adequada, uma vez que esse Ministério detém dados relacionados ao faturamento das empresas que permitem, mediante simples comparação entre o faturamento durante os períodos anterior e concomitante à pandemia, identificar aquelas atividades que foram mais afetadas pelas medidas de combate à Covid-19.

No entanto, em que pese o Ministério da Economia tenha exercido seu papel com zelo ao relacionar, na Portaria ME nº 7.163, de 2021, diversas atividades típicas de outros setores que foram gravemente afetados pelas medidas de combate à Pandemia da COVID-19 (como vigilância e segurança privada; seleção e agenciamento de mão de obra; produção de filmes para publicidade; tradução, interpretação e similares; aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios etc.), o fato é que faltou mencionar expressamente, entre os setores abrangidos pelo PERSE, justamente o setor de shopping center, que figurou notoriamente entre um dos mais gravemente afetados por tais medidas de combate à Pandemia.

Isso porque, sem qualquer sombra de dúvidas, o setor de shopping centers foi gravemente impactado pelas medidas de combate à Pandemia da COVID-19. Afinal,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234673095100>



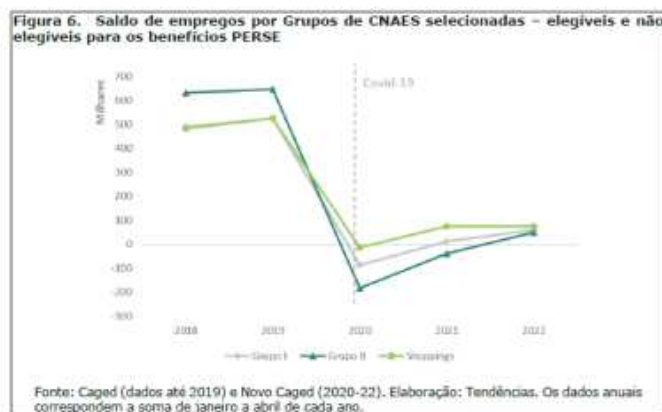
CD234673095100



todos recordam ainda vivamente das inúmeras notícias veiculadas pela imprensa nacional sobre o fechamento compulsório dos shoppings por longos meses.

Nesse particular, a ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers divulgou em seu website estudo conduzido pela Tendências Consultoria Integrada (uma das maiores consultorias econômicas do país, com 25 anos de mercado e de reconhecida capacidade técnica), que veicula uma análise econômica dos impactos das medidas de combate à Pandemia sobre o setor de shoppings, comparando-os com os setores dedicados às atividades contempladas pela relação de CNAEs constante da Portaria ME nº 7.163/2021. Tal estudo está disponível para acesso gratuito em https://abrasce.com.br/wpcontent/uploads/2022/12/Abrasce_Lei-14.148-1.pdf.

Analizando o emprego formal, o estudo traz a seguinte comparação entre o “Grupo I” (referente aos CNAEs listados no Anexo I da Portaria ME nº 7.163/2021), o “Grupo II” (referente aos CNAEs listados no Anexo II da Portaria ME nº 7.163/2021) e os Shoppings:



O estudo esclarece (pg. 14) que, “comparando as tendências pré e pós pandemia da geração de empregos como indicativos dos sinais de impacto da crise sanitária, nota-se que os efeitos sinalizados apresentam magnitudes semelhantes e se mostram persistentes até os dias atuais, na medida que todos os grupos de CNAE se encontram com baixa criação de emprego”. Aliás, nota-se do gráfico que o setor de shoppings tem recuperação mais lenta do que os Grupos I e II, ambos contemplados pela Portaria ME nº 7.163/2021.

Sob a ótica do crescimento, baseada no nível de atividade econômica, o estudo confronta individualmente o setor de shoppings com os setores de alojamento e alimentação; transporte de passageiros; e atividades turísticas, oferecendo os seguintes dados comparativos:

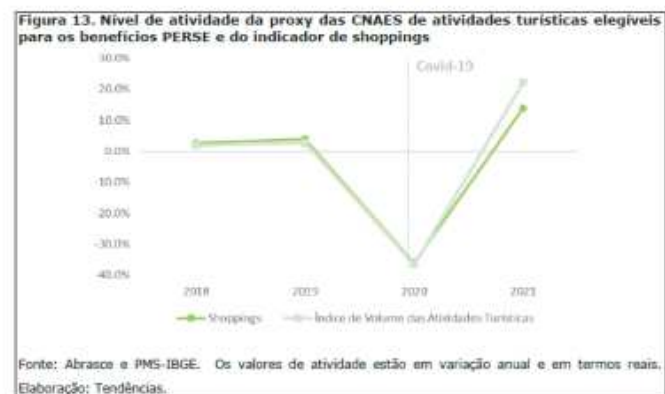
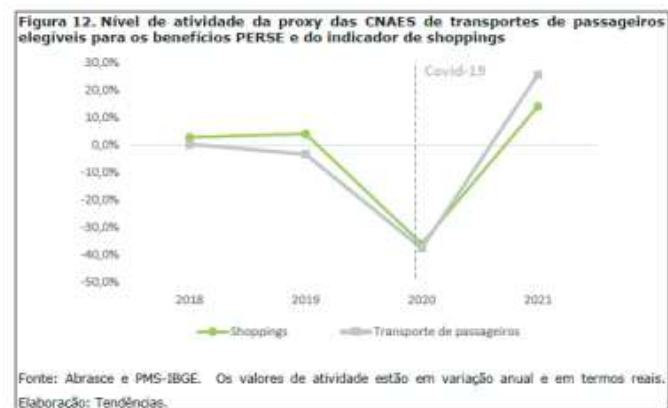
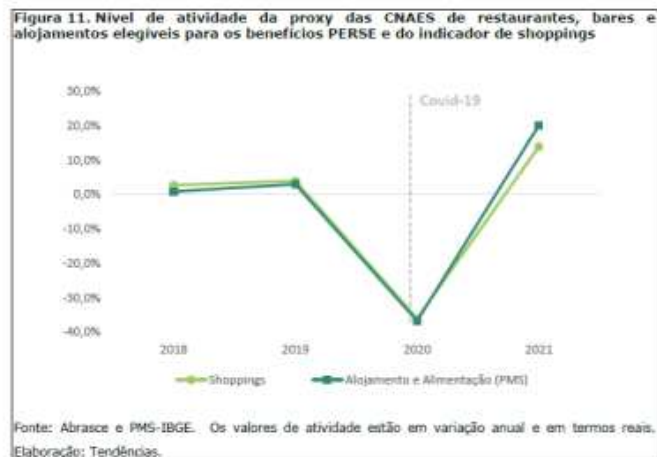


Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234673095100>



CD234673095100





A partir da análise dos dados acima, as conclusões alcançadas pela Tendências Consultoria Integrada no referido estudo (pg. 18) são inquestionáveis: “as perdas ocorridas nos shoppings se assemelham àquelas ocorridas nos grupos de CNAES listadas pelo Ministério da Economia, em termos de emprego e nível de atividade dos negócios. Especificamente quanto ao nível de atividade, ainda que exista



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234673095100>



heterogeneidade nos sinais emitidos entre grupos, de modo geral, a recuperação dos grupos de setores elegíveis vem ocorrendo de forma mais veloz comparativamente aos shoppings.”

Ou seja, o setor de shoppings sofreu tanto quanto os demais setores prejudicados pelas medidas de combate à Pandemia da COVID-19 e, se isso já não fosse o suficiente, o setor de shoppings está se recuperando de forma ainda mais lenta que os setores que foram contemplados pela Portaria ME nº 7.163/2021.

Com base nesse inquestionável cenário fático, é necessário reconhecer que as compensações às medidas de combate à Pandemia da COVID-19 instituídas pela Lei nº 14.148/2021, dentre as quais a redução a zero das alíquotas de IRPJ, CSLL, Contribuição ao PIS e COFINS, devem alcançar também o setor de shopping centers.

Por essa razão, com base nas considerações acima, apresentamos esta emenda à MP nº 1.171, de 2023, para atribuir o benefício em questão ao setor de shopping centers.

Sala da Comissão, 08 de maio de 2023.

Deputado Pedro Westphalen

(PP/RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234673095100>



**MPV 1171
00049****CONGRESSO NACIONAL
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS****EMENDA Nº de 2023****(à MPV nº 1.171, de 2023)**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Acrescentem-se onde couber à Medida Provisória nº 1171, de 30 de abril de 2023, os seguintes dispositivos:

"Art. XX Fica diferido o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, produzidos por:

I - títulos ou valores mobiliários objeto de distribuição pública, de emissão por pessoas jurídicas de direito privado, excluídas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários, cujo originador ou cedente da carteira de direitos creditórios não seja instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232713586100>



III - Letras Financeiras, de que trata o art. 37 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio e deságio e os resultados positivos auferidos em aplicações em fundos de investimento.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, os fundos de investimento em direitos creditórios e os certificados de recebíveis imobiliários poderão ser constituídos para adquirir recebíveis de apenas um cedente ou devedor.

§ 3º Para fins do disposto no inciso I do caput, deverá ser comprovado que o título ou valor mobiliário está registrado em sistema de registro autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências.

§ 4º Para fins do disposto no inciso II do caput, deverá ser comprovado que as cotas estejam admitidas à negociação em mercado organizado de valores mobiliários ou registradas em sistema de registro autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se instituições financeiras:

I - bancos de qualquer espécie;

II - cooperativas de crédito;

III - caixas econômicas;

IV - sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;

V - sociedades corretoras de câmbio e de títulos e valores mobiliários;

VI - sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

VII - sociedades de crédito imobiliário; e

VIII - sociedades de arrendamento mercantil.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se:

I - ao beneficiário residente ou domiciliado no exterior que realize operações financeiras no Brasil, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e

II - às cotas de fundo de investimento que invistam exclusivamente e em qualquer proporção:

a) nos títulos ou valores mobiliários de que trata o inciso I do caput;

* C D 2 3 2 7 1 3 5 8 6 1 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232713586100>



b) em ativos que produzam rendimentos isentos ao investidor de que trata este artigo;

c) em títulos públicos federais; e

d) em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais ou cotas de fundos de investimento que invistam em títulos públicos federais.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo aos fundos soberanos que realizem operações financeiras no Brasil, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ainda que domiciliados ou residentes em países com tributação favorecida, nos termos do disposto no art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 8º Para fins do disposto no § 7º, classificam-se como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto por recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país respectivo.

§ 9º Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam:

I - às operações celebradas entre pessoas vinculadas, nos termos do disposto nos incisos I a VI e VIII do caput do art. 23 da Lei nº 9.430, de 1996; e

II - ao investidor domiciliado em jurisdição de tributação favorecida ou beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos do disposto nos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 1996.

Art. XX Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 11.312, de 2006:

I - § 4º do art. 2º; e

II - § 1º e § 2º do art. 3º."

JUSTIFICAÇÃO

A medida provisória em referência apresenta, em sua exposição de motivos, como um de seus alegados objetivos o combate à violação da isonomia tributária, pois a atual sistemática de tributação das *offshores* criaria uma vantagem financeira relevante para o investimento sob essa estrutura, em comparação com investimentos financeiros feitos diretamente pela pessoa física, que são tributados pelo regime de caixa. E, como uma das consequências da nova sistemática de tributação prevista na medida provisória poderá estar o estímulo a investimentos dentro de nosso próprio país, evitando a fuga de capitais.

* C D 2 3 2 7 1 3 5 8 6 1 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232713586100>



Os artigos propostos na presente emenda, por sua vez, claramente também possuem o escopo de estimular o ingresso e permanência de recursos para investimento no Brasil.

Como outrora já identificado, investimentos em títulos do Tesouro Nacional e em ações são isentos de tributação incidente sobre a renda para investidores não residentes, o mesmo não ocorrendo, contudo, para investimentos em alguns tipos de fundos ou em títulos privados. E tal distinção, é claro, reduz a atratividade dessas modalidades de investimento.

Ademais, e como é sabido, investidores estrangeiros já sofrem a incidência tributária sobre a renda em seu domicílio fiscal de origem. Portanto, a fixação de alíquota zero para rendimentos de operações com títulos de dívida privada evita a bitributação.

Sem prejuízo, ainda mais importante que isso, os artigos propostos têm por objetivo fundamental promover um maior acesso, por empresas brasileiras, ao capital estrangeiro. Em outros termos, busca-se fortalecer a alternativa de financiamento de projetos de empresas brasileiras a partir de capital estrangeiro, o que, ao cabo e ao fim, ajudará na promoção do crescimento da produção nacional e o estímulo a abertura de novas vagas de emprego.

Em conclusão, considerando o inegável impacto positivo, tanto pelo aspecto econômica pelo social, de que se reveste esta proposta, conta-se com o apoio dos nobres colegas para a incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Datada e assinado eletronicamente

Deputado **VINICIUS CARVALHO**

Republicanos/SP

* C D 2 3 2 7 1 3 5 8 6 1 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232713586100>



MPV 1171
00050

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.171/2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Acrescentem-se os §§ 3º e 4º ao Artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171 de 2023, de modo a refletir a seguinte redação:

“§ 3º As perdas apuradas nas operações de que trata este Capítulo poderão ser compensadas com os ganhos auferidos nos meses subsequentes, em operações da mesma natureza, na Declaração de Ajuste Anual.

§ 4º Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos em aplicações financeiras, apurados dentro do mesmo período, em valor igual ou inferior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

As alterações sugeridas para o Artigo 3º da MP 1.171/2023 visam a harmonizar o tratamento tributário aplicável aos rendimentos de aplicações financeiras no exterior com o dispensado às operações de natureza semelhante no Brasil.

A compensação de perdas com ganhos auferidos em operações da mesma natureza é permitida para investimentos em renda variável realizados no Brasil, de modo que estender a possibilidade de compensação para aplicações financeiras no exterior seria uma forma de conferir um tratamento equitativo aos investimentos realizados por pessoas físicas.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232955250900>



Ainda, a compensação de perdas com ganhos em operações de mesma natureza também encontra justificativa sob uma ótica de capacidade contributiva e tributação da renda líquida, isto é, apenas deve ser tributado o saldo correspondente aos rendimentos após a dedução das perdas.

De um ponto de vista prático, a apuração dos rendimentos de aplicações financeiras serem tributadas anualmente na Declaração de Ajuste Anual (DAA) garante que o saldo final seja oferecido à tributação, descontando-se as eventuais perdas dos ganhos auferidos no exercício.

Por fim, foi estendida aos rendimentos de aplicações financeiras no exterior a mesma isenção atualmente existente para ganhos de capital auferidos na alienação de bens e direitos de pequeno valor, também como medida de harmonização e simplificação.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Deputado FAUSTO PINATO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232955250900>



**MPV 1171
00051****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran**EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1171, de 2023)****EMENDA ADITIVA**

Art. 1º Acrescentem-se à Medida Provisória nº 1171, de 30 de abril de 2023, os seguintes dispositivos:

"Art. 3º-A Fica diferido o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, produzidos por:

I - títulos ou valores mobiliários objeto de distribuição pública, de emissão por pessoas jurídicas de direito privado, excluídas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários, cujo originador ou cedente da carteira de direitos creditórios não seja instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

III - Letras Financeiras, de que trata o art. 37 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio e deságio e os resultados positivos auferidos em aplicações em fundos de investimento.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, os fundos de investimento em direitos creditórios e os certificados de recebíveis imobiliários poderão ser constituídos para adquirir recebíveis de apenas um cedente ou devedor.

§ 3º Para fins do disposto no inciso I do caput, deverá ser comprovado que o título ou valor mobiliário está registrado em sistema de registro autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências.

§ 4º Para fins do disposto no inciso II do caput, deverá ser comprovado que as cotas estejam admitidas à negociação em mercado organizado de valores mobiliários ou registradas em sistema de registro autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se instituições financeiras:

I - bancos de qualquer espécie;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran

- II - cooperativas de crédito;
- III - caixas econômicas;
- IV - sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- V - sociedades corretoras de câmbio e de títulos e valores mobiliários;
- VI - sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- VII - sociedades de crédito imobiliário; e
- VIII - sociedades de arrendamento mercantil.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se:

I - ao beneficiário residente ou domiciliado no exterior que realize operações financeiras no Brasil, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e

II - às cotas de fundo de investimento que invistam exclusivamente e em qualquer proporção:

- a) nos títulos ou valores mobiliários de que trata o inciso I do caput;
- b) em ativos que produzam rendimentos isentos ao investidor de que trata este artigo;
- c) em títulos públicos federais; e
- d) em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais ou cotas de fundos de investimento que invistam em títulos públicos federais.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo aos fundos soberanos que realizem operações financeiras no Brasil, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ainda que domiciliados ou residentes em países com tributação favorecida, nos termos do disposto no art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 8º Para fins do disposto no § 7º, classificam-se como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto por recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país respectivo.

§ 9º Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam:

I - às operações celebradas entre pessoas vinculadas, nos termos do disposto nos incisos I a VI e VIII do caput do art. 23 da Lei nº 9.430, de 1996; e

II - ao investidor domiciliado em jurisdição de tributação favorecida ou beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos do disposto nos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 1996.”

“Art. 15.
.....

III - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.312, de 2006:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran

- a) o § 4º do art. 2º; e
- b) os §§ 1º e 2º do art. 3º."

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a edição da matéria tem por um de seus objetivos o combate à violação da isonomia tributária, pois a atual sistemática de tributação das *offshores* contém uma vantagem financeira relevante para o investimento sob essa estrutura, em comparação aos investimentos financeiros feitos diretamente por pessoas físicas, sujeitas à tributação por meio do regime de caixa.

Uma das consequências da nova sistemática de tributação prevista na Medida Provisória é o estímulo a investimentos dentro de nosso próprio país, evitando a fuga de capitais.

Os artigos propostos na presente emenda, por sua vez, também possuem o escopo de estimular o ingresso e permanência de recursos para investimento no Brasil.

Como outrora já identificado, investimentos em títulos do Tesouro Nacional e em ações são isentos de tributação incidente sobre a renda para investidores não residentes, o que não ocorre, contudo, para investimentos em alguns tipos de fundos ou em títulos privados. Essa distinção reduz a atratividade dessas modalidades de investimento.

Ademais, investidores estrangeiros já estão sujeitos à incidência tributária sobre a renda em seu domicílio fiscal de origem. Portanto, a fixação de alíquota zero para rendimentos de operações com títulos de dívida privada evita a bitributação.

Os artigos propostos têm por objetivo fundamental promover um maior acesso, por empresas brasileiras, ao capital estrangeiro. Em outros termos, busca-se fortalecer a alternativa de financiamento de projetos de empresas brasileiras a partir de capital estrangeiro, o que fomentará o crescimento da produção nacional e a abertura de novas vagas de emprego.

Nesse sentido, propomos os termos desta emenda e rogamos o apoio de colegas, membros do Congresso Nacional.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 2023.

Dr. Hiran
Senador da República – Progressistas/RR



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

**MPV 1171
00052**

1

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Acrescentem-se o seguintes Títulos III e IV à Medida Provisória nº 1.171, de 2023, renumerando-se para Título V o atual Título III, para art. 27 o atual art. 15, conferindo nova redação ao artigo, e para art. 28 o atual art. 16:

“TÍTULO III

DA COBRANÇA E DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA INCIDENTE SOBRE RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO FECHADOS E EM FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES”

“Art. 15. Este Título disciplina a cobrança e o recolhimento do imposto sobre a renda incidente sobre rendimentos de aplicações em fundos de investimento fechados e em fundos de investimento em participações.”

“Art. 16. Para fins de incidência do imposto sobre a renda na fonte, consideram-se pagos ou creditados a cotistas de fundos de investimento ou de fundos de investimento em cotas, quando constituídos sob a forma de condomínio fechado, os

Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

rendimentos correspondentes à diferença positiva entre o valor patrimonial da cota em 31 de março de 2024, incluídos os rendimentos apropriados a cada cotista, e o custo de aquisição ajustado pelas amortizações ocorridas.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado aqueles cujas cotas são resgatadas ao término do prazo de duração do fundo, sem prejuízo da distribuição de valores aos cotistas a título de amortização de cotas ou de rendimentos advindos de ativos financeiros que integrem sua carteira.

§ 2º Os rendimentos a que se refere o *caput* deste artigo serão considerados pagos ou creditados em 31 de março de 2024, e tributados pelo imposto sobre a renda na fonte às alíquotas estabelecidas no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e no § 2º do art. 6º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

§ 3º Para fins de incidência do imposto sobre a renda na fonte, será aplicado, na hipótese de tributação periódica, o disposto nos incisos I e III do § 2º do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e no § 3º do art. 6º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

§ 4º O imposto sobre a renda na fonte a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo deverá ser retido pelo administrador do fundo de investimento e recolhido em cota única até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência do fato gerador.

§ 5º Para fundos de investimento cujas cotas sejam gravadas com usufruto econômico, o imposto sobre a renda na fonte deverá ser retido do beneficiário do rendimento, ainda que este não seja o titular das cotas do fundo.”

“Art. 17. A partir de 1º de abril de 2024, a incidência do imposto sobre a renda na fonte sobre rendimentos auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, decorrentes de aplicações em fundos de investimento ou em fundos de investimento em cotas, quando constituídos sob a forma de condomínio fechado, ocorrerá no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano-calendário ou no ato da distribuição de rendimentos, amortização de cotas ou resgate de cotas em decorrência do término do prazo de duração ou do encerramento do fundo, se ocorridos em data anterior.

Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

§ 1º A base de cálculo do imposto de que dispõe o *caput* deste artigo corresponde à diferença positiva entre o valor patrimonial da cota, incluído o valor dos rendimentos apropriados a cada cotista no período de apuração, e o custo de aquisição ajustado pelas amortizações realizadas ou o valor da cota na data da última incidência do imposto.

§ 2º Os rendimentos a que se refere o *caput* deste artigo serão tributados às alíquotas estabelecidas no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e no § 2º do art. 6º da Lei nº 11.053, de 2004, de 29 de dezembro de 2004.

§ 3º Para fins de incidência do imposto sobre a renda na fonte de que trata o *caput* deste artigo será aplicado, na hipótese de tributação periódica, o disposto nos incisos I e III do § 2º do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e no § 3º do art. 6º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

§ 4º O imposto sobre a renda na fonte a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo será retido pelo administrador do fundo de investimento e recolhido em cota única até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência do fato gerador.

§ 5º Para fundos de investimento cujas cotas sejam gravadas com usufruto econômico, o imposto sobre a renda na fonte deverá ser retido do beneficiário do rendimento, ainda que este não seja o titular das cotas do fundo.”

“Art. 18. Na hipótese de cisão, incorporação, fusão ou transformação de fundo de investimento fechado, serão considerados pagos ou creditados aos cotistas, a partir de 1º de janeiro de 2024, os rendimentos correspondentes à diferença positiva entre o valor patrimonial da cota na data do evento, incluído o valor dos rendimentos apropriados a cada cotista, e o custo de aquisição ajustado pelas amortizações realizadas ou o valor da cota na data da última incidência do imposto sobre a renda.

Parágrafo único. O imposto sobre a renda deverá ser retido pelo administrador do fundo de investimento na data do evento e recolhido em cota única até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência do evento.”

“Art. 19. Continuarão a ser tributados, na forma estabelecida em legislação específica, os seguintes fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM:

Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

I – fundos de investimento imobiliário de que trata a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993;

II – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, tributados na amortização, na alienação e no resgate de cotas;

III – fundos de investimento em ações e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em ações, tributados no resgate de cotas;

IV – fundos constituídos exclusivamente pelos investidores residentes ou domiciliados no exterior a que se refere o art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001;

V – fundos de investimento e fundos de investimento em cotas que, na data de publicação desta Lei, prevejam expressamente em seu regulamento o término improrrogável até 31 de dezembro de 2023, hipótese em que serão tributados na amortização de cotas ou no resgate para fins de encerramento, sem prejuízo do disposto no art. 18 desta Lei;

VI – fundos de investimento em participações e fundos de investimento em cotas qualificados como entidade de investimento, tributados na forma prevista no art. 2º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006;

VII – fundos de investimento em participações não qualificados como entidade de investimento de acordo com a regulamentação estabelecida pela CVM, tributados na forma prevista nos arts. 21 e 22 desta Lei; e

VIII – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – FIP-IE e Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – FIP-PD&I, instituídos pela Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007.

“Art. 20. O regime de tributação previsto nos arts. 16 ao 18 desta Lei não se aplica aos rendimentos ou aos ganhos líquidos auferidos em aplicações de titularidade das pessoas jurídicas referidas no inciso I do *caput* do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.”

“Art. 21. Fica sujeito à tributação aplicável às pessoas jurídicas o fundo de investimento em participações não qualificado como entidade de investimento de acordo com as normas estabelecidas pela CVM.

Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

§ 1º A instituição administradora do fundo de investimento fica responsável pelo cumprimento das obrigações tributárias que recaiam sobre o fundo, incluídas as obrigações tributárias acessórias.

§ 2º As regras de tributação previstas para pessoas jurídicas em geral aplicam-se aos rendimentos produzidos pelos ativos financeiros integrantes da carteira do fundo de que trata o *caput* deste artigo.”

“Art. 22. Os rendimentos e os ganhos auferidos pelos fundos de investimento em participações não qualificados como entidades de investimento, nos termos do disposto no art. 2º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que não tenham sido distribuídos aos cotistas até 2 de janeiro de 2024, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) e serão considerados pagos ou creditados aos seus cotistas em 2 de janeiro de 2024.

§ 1º Para fins de apuração dos rendimentos e dos ganhos a que se refere o *caput* deste artigo, deverão ser considerados os critérios contábeis previstos nas normas contábeis editadas pela CVM para fundos de investimento em participações que não sejam qualificados como entidade de investimento.

§ 2º O imposto sobre a renda na fonte a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser retido pelo administrador do fundo de investimento na data prevista no *caput* e deverá ser recolhido em cota única até 31 de maio de 2024.

§ 3º Incumbe ao cotista prover, previamente ao administrador do fundo de investimento, os recursos necessários para o recolhimento do imposto sobre a renda devido nos termos do disposto neste artigo.

§ 4º Se o cotista não prover os recursos necessários para o recolhimento, o fundo não poderá realizar distribuições ou repasses de recursos aos cotistas ou reinvestimentos ou novos investimentos enquanto não ocorrer a quitação integral do imposto sobre a renda devido.

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º deste artigo, o imposto sobre a renda a que se refere o *caput* deste artigo será provisionado em 2 de janeiro de 2024, sendo que, se o recolhimento for efetuado após o prazo estabelecido no § 2º deste artigo, serão adicionados os acréscimos legais devidos.”

Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

“Art. 23. O art. 2º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

2º

.....
.

§ 5º Ficam sujeitos à tributação do imposto sobre a renda na fonte, às alíquotas previstas nos incisos I a IV do *caput* do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, os rendimentos auferidos pelo cotista quando da distribuição de valores pelos fundos a que se refere o *caput* deste artigo, em decorrência da inobservância ao disposto no § 3º deste artigo.

.....
.

§ 9º Para fins de apuração do imposto sobre a renda na fonte, os recursos obtidos pelos fundos na alienação de qualquer investimento em companhias investidas e em outros ativos considerados para fins de enquadramento, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, deduzidas as despesas e os encargos do fundo, serão considerados como distribuídos aos cotistas, caso não tenham sido distribuídos anteriormente, no último dia útil do mês subsequente ao recebimento, independentemente do tratamento previsto no regulamento a ser dado a esses recursos, observado o disposto no § 11 deste artigo.

§ 10. Consideram-se ainda distribuídos aos cotistas, para fins de apuração do imposto sobre a renda na fonte, nos termos do disposto no § 9º deste artigo, os recursos efetivamente recebidos pela amortização de cotas de fundos de investimento em participações nos quais o fundo investe.

§ 11. O imposto sobre a renda na fonte incide sobre as distribuições a partir do momento em que, cumulativamente, os valores distribuídos ou assim considerados, nos termos do disposto nos §§ 9º e 10 deste artigo, superarem o valor total do capital integralizado no fundo.

§ 12. O disposto neste artigo aplica-se aos fundos de investimento qualificados como entidade de investimento de acordo com as normas estabelecidas pela CVM. (NR)”

“Art. 24. O Poder Executivo regulamentará o disposto neste Título.”

Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

“TÍTULO IV

DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE OS RENDIMENTOS PRODUZIDOS POR TÍTULOS PÚBLICOS, QUANDO PAGOS, CREDITADOS, ENTREGUES OU REMETIDOS A BENEFICIÁRIO RESIDENTE OU DOMICILIADO NO EXTERIOR”

Art. 25. Este Título dispõe sobre a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, bem como altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.

Art. 26. A alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea "a" do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento), será de:

I – 4% (quatro por cento) entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024; e

II – 8% (oito por cento) entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

§ 1º O disposto neste artigo:

I – aplica-se exclusivamente às operações realizadas de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

II – aplica-se às cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam no mínimo 98% (noventa e oito por cento) de títulos públicos;

III – não se aplica a títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador.

§ 2º Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, referidos no *caput* e no § 1º deste artigo, adquiridos anteriormente a 16 de fevereiro de 2006 continuam tributados na forma da legislação vigente.

“TÍTULO V**DISPOSIÇÕES FINAIS”**Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

“Art. 27. Ficam revogados:

I – os seguintes dispositivos do art. 24 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001:

a) o § 5º; e

b) o inciso I do § 6º;

II – o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.250, de 1995; e

III – o art. 1º e os §§ 2º e 4º do art. 2º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MP) nº 1.171, de 2023, dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e *trusts* no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Cabe trazer, nesse tema da tributação de Imposto de Renda de aplicações financeiras avançado pela MP nº 1.171/2023, a reformulação de algumas normas que desoneraram fundos de investimento fechados e fundos de investimento em participações e também os rendimentos relativos a títulos públicos detidos por investidores estrangeiros.

Entendemos que é preciso examinar formas de arrecadar mais recursos em áreas que não penalizem a maioria da população, com o objetivo de financiar políticas públicas essenciais à recuperação e, ao mesmo tempo, eliminar distorções na tributação de grandes contribuintes. Com esse intuito apresentamos o Projeto de Lei nº 1.204, de 2021, que serve de base para a Emenda que ora apresentamos.

Pretendemos disciplinar a cobrança e o recolhimento do imposto sobre a renda incidente sobre rendimentos de aplicações em fundos



Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

de investimento fechados e em fundos de investimento em participações. Ao invés de haver incidência de imposto apenas quando o cotista recebe rendimentos pela amortização ou resgate de cotas, propomos que a incidência se dê à medida que os rendimentos sejam auferidos, à semelhança dos fundos de investimento abertos.

São definidas assim regras de apuração e de recolhimento semestral para esses fundos fechados, além de normas para as hipóteses de amortização e resgate de cotas e para os casos de reorganização dos fundos de investimento. Também são previstos casos específicos em que ficam mantidas as normas vigentes. O Poder Executivo estimou que, apenas em 2019, seriam arrecadados mais R\$ 10,7 bilhões em imposto de renda com regras semelhantes na tributação de fundos de investimento fechados e em fundos de investimento em participações.

Com respeito aos fundos de investimento em participações, altera-se a regra atual estabelecida pela Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006. Fundos considerados como entidades de investimento, segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), devem receber o tratamento tributário conferido por essa Lei e pelas normas da CVM. Já os fundos não enquadrados como essas entidades devem ser equiparados às pessoas jurídicas para fins de tributação, por exercerem atividades próprias de *holding*.

Adicionalmente, também propomos o fim do benefício fiscal em títulos públicos conferido apenas a investidores estrangeiros pelo art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006. Pretendemos acabar com a alíquota zero de imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior. Sugerimos uma regra de transição em que o imposto seja de 4% em 2024 e de 8% em 2025, para que a alíquota retorne, em 2026, ao valor aplicado aos investidores nacionais.

Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br

Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>

10

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete Deputado Federal Fausto Pinato - PP/SP

Solicitamos o apoio dos nobres pares e de toda a sociedade brasileira para a aprovação desta importante Emenda à Medida Provisória nº 1.171, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado FAUSTO PINATO



Tel: (61) 3215-5562/3562 - dep.faustopinato@camara.leg.br
Câmara dos Deputados, Anexo IV – 5ª andar – Gabinete 562 | CEP 70160-900 – Brasília - DF

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528493900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **Júnior Mano** – PL/CE

MPV 1171
00053

Emenda nº , CMMPV 1171/2023
(À MPV 1.171, de 2023)

Acrescente-se, na Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, os artigos abaixo:

Art. 1º - Fica instituída a incidência de Imposto de Renda sobre os “ganhos realizados” auferidos por pessoas físicas residentes no país.

§ único – Para fins desta lei, “ganhos realizados” são aqueles efetivamente realizados pela pessoa física, decorrentes da alienação de bens ou direitos.

Art. 2º - A alíquota do Imposto de Renda sobre os “ganhos realizados” será de 15%.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta deste Projeto de Lei tem como objetivo simplificar a consideração de renda auferida por pessoas físicas residentes no país, tornando-a mais justa e eficiente.

Atualmente, a exigência de ganhos de capital é feita sobre a totalidade dos ganhos auferidos, independentemente de serem realizados ou não. Com a proposta deste Projeto de Lei, a apuração incidirá exclusivamente sobre os “ganhos realizados”, ou seja, sobre os ganhos efetivamente realizados pela pessoa física, o que simplifica a apuração do imposto devido e evita a vitória sobre os ganhos que ainda não foram efetivamente realizado.

Além disso, a proposta reduz a alíquota do Imposto de Renda sobre os “ganhos realizados” de 22,5% para 15%. Essa redução torna-se mais equilibrada, uma vez que os ganhos de capital envolvem um risco maior e não têm a mesma estabilidade e regularidade que os rendimentos de trabalho.

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 807 – CEP: 70160-900 – Brasília – DF
Tel: (61) 3215-5807 – dep.juniormano@camara.leg.br



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Júnior Mano
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234080656100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **Júnior Mano** – PL/CE

Portanto, a proposta deste Projeto de Lei busca tornar mais justa, eficiente e adequada à realidade econômica do país, sem comprometer a arrecadação fiscal.

Sala da Comissão, de de 2023

Deputado JÚNIOR MANO
PL/CE



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 807 – CEP: 70160-900 – Brasília – DF
Tel: (61) 3215-5807 – dep.juniormano@camara.leg.br



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Júnior Mano
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234080656100>



MPV 1171
00054

COMISSÃO MISTA DA EMENDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte Título à Medida Provisória, onde couber, composto dos artigos a seguir:

“TÍTULO

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA”

“Art. 1º O imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas será determinado segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta Lei.”

“Art. 2º O art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2023, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento).

§ 1º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados, a partir do mês de janeiro de 2021, ou de reservas

* 0 0 7 6 5 3 3 8 2 D C *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238635586700>



constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será considerado igual à zero.

§ 2º O imposto retido na fonte a que se refere o *caput* será considerado antecipação do imposto devido, apurado ao final do respectivo período de apuração, pelas pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias, exceto no caso de beneficiários domiciliados no exterior ou pessoas jurídicas tributadas na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cuja tributação na fonte será definitiva.

§ 4º No caso de os beneficiários da distribuição de lucros e dividendos serem domiciliados no exterior, a tributação será de 25% (vinte e cinco por cento), exclusivamente na fonte.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, se o domicílio do beneficiário da distribuição de lucros e dividendos for em país com tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, conforme definido em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a alíquota aplicada será de 35%.

§ 6º Os lucros ou dividendos recebidos serão adicionados ao lucro líquido para fins de imposto de renda, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real.

§ 7º Os lucros ou dividendos recebidos serão considerados rendimentos tributáveis, sujeitos à tabela progressiva, na declaração de ajuste anual das pessoas físicas beneficiárias.

§ 8º Qualquer forma de distribuição dos resultados aos titulares, sócios ou acionistas da pessoa jurídica, inclusive o pagamento de juros sobre o capital próprio, equipara-se à distribuição de lucros e dividendos, para efeitos tributários. (NR)'''

“Art. 3º Os arts. 25 e 27 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25

III – os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2023, recebidos pela pessoa jurídica.

(NR)'''

“Art. 27.

* 0 0 7 0 0 5 5 5 3 3 3 2 0 C *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238635586700>



III – os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2023, recebidos pela pessoa jurídica.

.....
(NR)'''

Art. 4º Os arts. 62 e 63 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62.

.....

§ 1º O lucro distribuído disfarçadamente será tributado na forma do artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sem prejuízo das penalidades aplicáveis. (NR)'''

“Art. 63.

...

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo não se aplica, se a pessoa jurídica, nos 5 anos anteriores à data da incorporação de lucros ou reservas ao capital, restituir capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social; neste caso, o montante dos lucros ou reservas capitalizados será considerado, até o montante da redução do capital, como lucro ou dividendo distribuído, sujeito à tributação na forma do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, como rendimento dos sócios, acionistas ou do titular.

§ 4º Se a pessoa jurídica, dentro dos 5 anos subsequentes à data da incorporação de lucros ou reservas, restituir capital social aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social ou, em caso de liquidação, sob a forma de partilha do acervo líquido, o capital restituído considerar-se-á lucro ou dividendo distribuído, sujeito à tributação na forma do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, como rendimento dos sócios, acionistas ou do titular.

.....
(NR)'''

“Art. 5º A despesa operacional relativa à remuneração mensal dos sócios, diretores ou administradores da pessoa jurídica, inclusive os membros do conselho de administração, assim como a dos titulares das empresas individuais, não poderão exceder, para cada beneficiário, a 15 (quinze) vezes o valor

* 0 0 2 3 3 8 6 3 5 5 8 6 7 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238635586700>



fixado como limite de isenção na tabela de desconto do Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado, vigente no mês a que corresponder a despesa.

§ 1º O valor total da remuneração colegial a que se refere este artigo não poderá ultrapassar a 8 (oito) vezes o valor da remuneração individual.

§ 2º A dedução das remunerações de que trata este artigo, em cada período de apuração, não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do lucro real antes da compensação de prejuízos e de serem computados os valores correspondentes às remunerações.

§ 3º Em qualquer hipótese, mesmo no caso de prejuízo, será admitida, para cada um dos beneficiários, remuneração mensal igual ao dobro do limite de isenção para efeito de desconto do Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.

§ 4º Para apuração do montante mensal da remuneração, serão computados todos os pagamentos efetuados pela pessoa jurídica em caráter de retribuição pelo exercício da função, inclusive as despesas de representação.”

“Art. 6º O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva, em reais:

TABELA DE INCIDÊNCIA MENSAL		
Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF (R\$)
Até 2.862,00	Isento	-
De 2.862,01 a 3.816,00	15,0%	429,30
De 3.816,01 a 4.770,00	22,5%	715,50
De 4.770,01 a 23.850,00	27,5%	954,00
De 23.850,01 a 28.620,00	30,0%	1.550,25
De 28.620,01 a 38.160,00	35,0%	2.981,25

* C D 2 3 3 8 6 3 5 5 8 6 7 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238635586700>



5

De 38.160,01 a 76.320,00	40,0%	4.889,25
Acima de 76.320,01	45,0%	8.705,25

Parágrafo único. O imposto de renda anual devido incidente sobre os rendimentos de que trata o *caput* deste artigo será calculado de acordo com tabela progressiva anual correspondente à soma das tabelas progressivas mensais vigentes nos meses de cada ano-calendário.”

“Art. 7º O Poder Executivo enviará anualmente ao Congresso Nacional relatório pormenorizado discriminando todas as isenções e reduções de alíquota de imposto de renda relativas a rendimentos de aplicações financeiras, em comparação com a tributação que seria verificada para esses rendimentos segundo a tabela progressiva do imposto de renda de que dispõe esta Lei.”

“Art. 8º Ficam revogados, na data de publicação desta Lei, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023:

I – o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e

II – o § 2º do artigo 62 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023, constitui iniciativa fundamental em direção a uma melhor justiça tributária em nosso País, ao tributar investimentos no exterior e aumentar a faixa de isenção do imposto de renda. A reforma do imposto de renda é uma das principais reformas de que precisamos para reduzir a distribuição desigual de renda no Brasil.

Propomos dar outro passo em direção à redução das desigualdades criadas pela isenção de imposto para a distribuição de lucros e dividendos realizada durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, acabando com essa isenção que beneficia os mais ricos e a pejetização. Também revogamos a desoneração de grandes empresas prevista no mecanismo dos juros sobre capital próprio.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238635586700>



6

Ademais, cabe alterar toda a tabela progressiva do imposto de renda, aumentando a isenção da faixa inicial e criando novas alíquotas para rendimentos mensais superiores a R\$ 23.850,01, elevando a alíquota máxima para 45% no caso de rendimentos acima de R\$ 76.320,01, com intuito de tornar realmente progressivo esse imposto.

Ainda prevemos que o Poder Executivo enviará anualmente ao Congresso Nacional relatório pormenorizado discriminando todas as isenções e reduções de alíquota de imposto de renda relativas a rendimentos de aplicações financeiras, em comparação com a tributação que seria verificada segundo a tabela progressiva do imposto de renda que propomos, para sabermos com exatidão o volume de desonerações existentes para aplicações financeiras.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em 08 de maio de 2023.

Deputado PEDRO UCZAI

2023-6287



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238635586700>



**MPV 1171
00055****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Acresça-se parágrafo no art. 10 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

“Art. 10

§ XX Não é tributável a variação cambial incorrida entre a data de aquisição de ativos adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira e a data prevista no caput, com base na cotação de fechamento da moeda estrangeira divulgada, para venda, pelo Banco Central do Brasil.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Um ponto de preocupação do texto da Medida Provisória nº 1.171, de 2023 diz respeito à atualização de bens no exterior. No caso, a MP não preserva a não incidência sobre a variação cambial em bens adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira. A atualização dos bens no exterior deve preservar a isenção em relação à parcela da atualização referente à variação cambial de tais ativos adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira. A



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232746101100>



* C D 2 3 2 7 4 6 1 0 1 1 0 0 *



inexistência de previsão nesse sentido incentiva a liquidação de investimentos ainda em 2023 e esvazia a proposta de atualização do valor dos bens trazida pela MP.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232746101100>



MPV 1171
00056

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Art. Dê-se ao § 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º Os rendimentos de que trata o caput ficarão sujeitos à incidência do IRPF, exclusivamente no ajuste anual, pelas alíquotas previstas no art. 21 da Lei nº 8.981/95, admitindo-se apenas as deduções previstas nesta Lei:

.....

Art. Acresça-se o § 3º ao artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

Art. 3º

§3º Na apuração do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que trata o caput, o contribuinte poderá deduzir as perdas incorridas e os tributos retidos em aplicações financeiras no exterior no mesmo período de apuração. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda propõe, em primeiro lugar, alterar a redação do §1º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023. O texto prevê uma tabela de alíquotas progressivas, pela qual ganhos e rendimentos anuais de até R\$ 6.000,00 são isentos, ganhos e rendimentos anuais entre R\$ 6.000,00 e R\$



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237029272000>



50.000,00 são tributados a 15% e ganhos e rendimentos anuais superiores a R\$ 50.000,00 são tributados a 22,5%.

Ao criar uma nova tabela especificamente para investimentos no exterior, a medida provisória aumenta a complexidade da legislação tributária e gera uma assimetria entre investimentos no Brasil e no exterior, que compromete a neutralidade que o Governo alega querer implantar. Assim, ainda que se pretenda submeter todos os tipos de investimentos no exterior a uma mesma tributação, ela deve seguir um padrão já existente para investimentos no Brasil, como é a tabela progressiva aplicável aos ganhos de capital em geral.

Esta emenda busca ainda tratar da compensação de perdas e tributos retidos em aplicações financeiras, acrescentando o § 3º ao art. 3º. A legislação permite a compensação de perdas em aplicações financeiras no Brasil, mas a MP não prevê essa possibilidade. Isso gera o descompasso entre investimentos no Brasil e no exterior e faz com que a tributação não reflita a real capacidade contributiva. Além disso, as aplicações financeiras podem estar sujeitas a retenções na fonte no exterior, o que deve ser levado em consideração na tributação da mesma aplicação pelo Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237029272000>



**MPV 1171
00057****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº

Dê-se ao § 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º Os rendimentos de que trata o caput ficarão sujeitos à incidência do IRPF, exclusivamente no ajuste anual, pelas alíquotas previstas no art. 21 da Lei nº 8.981/95, admitindo-se apenas as deduções previstas nesta Lei:

.....(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1,171, de 2023, prevê uma tabela de alíquotas progressivas, pela qual ganhos e rendimentos anuais de até R\$ 6.000,00 são isentos, ganhos e rendimentos anuais entre R\$ 6.000,00 e R\$ 50.000,00 são tributados a 15% e ganhos e rendimentos anuais superiores a R\$ 50.000,00 são tributados a 22,5%.

Ao criar uma nova tabela especificamente para investimentos no exterior, a MP aumenta a complexidade da legislação tributária e gera uma assimetria entre investimentos no Brasil e no exterior, que compromete a neutralidade que o Governo alega querer implantar. Assim, ainda que se

* 0 0 5 9 5 6 6 8 7 3 2 D C *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237686655900>



pretenda submeter todos os tipos de investimentos no exterior a uma mesma tributação, ela deve seguir um padrão já existente para investimentos no Brasil, como é a tabela progressiva aplicável aos ganhos de capital em geral.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237686655900>



* C D 2 3 7 6 8 6 6 5 5 9 0 0 *



MPV 1171
00058

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Art. 1º Acresça-se §§ ao art. 2

º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

“Art.

2º

§ 3º Não é tributável a variação cambial ocorrida entre a data de

aquisição de ativos adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira e 31 de dezembro de 2023, com base na cotação de fechamento da moeda estrangeira divulgada, para venda, pelo Banco Central do Brasil.

§ 4º O disposto no § 3º se aplica, inclusive, às aplicações financeiras e ao principal aplicado em entidade controlada no exterior.” (NR)

Art. 2º Dê-se ao art. 16 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023 a seguinte redação:

“Art. 16 Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de maio de 2023, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024 em relação ao art. 15, I.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238031062100>



* C D 2 3 8 0 3 1 0 6 2 1 0 0 *



JUSTIFICAÇÃO

No que tange à revogação de isenções proposta pela Medida Provisória nº 1.171, de 2023, consideramos importante corrigir dois pontos por meio da inclusão de texto nos artigos 2º e 16.

Primeiramente, quanto à anterioridade nas Revogações de Isenções. A MP revoga isenções, mas não prevê aplicação da anterioridade, contrariamente a reiteradas decisões do STF (p.ex., RE 1.413.296 AgR, de 22.02.2023; RE 1.402.188 AgR, de 28.11.2022; ARE 1.322.395 AgR, de 21.02.2022). Para tanto, sugere-se que a cláusula de vigência seja acrescida da seguinte previsão “produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024 em relação ao art. 15, I”.

Quanto à preservação da isenção na variação cambial em bens adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira, até o momento da revogação, a MP revoga a isenção sobre a variação cambial auferida em bens adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira, mas é necessário preservar os efeitos da atual regra de não incidência para a variação cambial incorrida até este momento. A inexistência de previsão nesse sentido incentiva que contribuintes liquidem investimentos realizados com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira ainda em 2023, para fazer jus à isenção atualmente vigente, com posterior reaplicação desses mesmos recursos com base na atual taxa de câmbio. Sugerimos o acréscimo de dois novos parágrafos ao art. 2º, prevendo que não seja tributável a variação cambial ocorrida entre a data de aquisição de ativos adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira e 31 de dezembro de 2023, com base na cotação de fechamento da moeda estrangeira divulgada, para venda, pelo Banco Central do Brasil. Esta regra valerá, inclusive, às aplicações financeiras e ao principal aplicado em entidade controlada no exterior.

* C D 2 3 8 0 3 1 0 6 2 1 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238031062100>



Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238031062100>



MPV 1171
00059

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Art. 1º. Dê-se à alínea “f”, do inciso I do § 5º; aos incisos I, III e IV do §6º; ao § 8º e ao § 9º do art. 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 5º

I -

f) ganhos de capital, exceto na alienação de participações societárias ou de quaisquer ativos, inclusive financeiros, de caráter permanente adquiridos há mais de dois anos;

.....

§ 6º

I - apurados de forma individualizada, em balanço anual da controlada no exterior, elaborado com observância aos princípios contábeis, de acordo com o disposto na legislação do país de domicílio da entidade controlada no exterior;

III - computados na DAA, em 31 de dezembro do ano em que forem apurados no balanço, independentemente de qualquer deliberação acerca da sua distribuição, na proporção da efetiva participação da pessoa física nos lucros apurados pela entidade controlada no exterior e submetidos à incidência do IRPF no respectivo período de apuração;

IV - incluídos na DAA, na ficha de bens e direitos, como custo de aquisição adicional do investimento e, quando distribuídos para a pessoa física controladora, reduzirão o custo de

* C D 2 3 8 6 6 6 8 8 2 6 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238666882600>



aquisição do investimento e não serão tributados novamente, inclusive em relação à eventual variação cambial.

.....
§ 8º Poderá ser deduzida do lucro da pessoa jurídica controlada a parcela correspondente aos lucros e dividendos de suas investidas, diretas e indiretas, que sejam pessoas jurídicas domiciliadas no País.

§ 9º Na determinação do imposto devido, a pessoa física poderá deduzir, na proporção de sua efetiva participação nos lucros apurados pela entidade controlada no exterior, o imposto sobre a renda pago no exterior pela controlada e suas investidas, diretas e indiretas, incidente sobre o lucro computado na base de cálculo do imposto a que se refere este artigo, até o limite do imposto devido no País. (NR)”

Art. 2º Dê-se ao inciso III do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

“Art. 10

§2º

III - para os ativos de que trata o inciso IV do § 1º, o valor do patrimônio líquido proporcional à participação no capital social, ou equivalente, conforme demonstrações financeiras preparadas com observância aos princípios contábeis do país de domicílio da entidade controlada no exterior País, com suporte em documentação hábil e idônea, incluindo a identificação do capital social, ou equivalente, reserva de capital, lucros acumulados e reservas de lucros.”

Art. 3º Acresça-se os seguintes §§ ao artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

Art. 4º

§ 10 A dedução de que trata o parágrafo anterior abrange o imposto retido na fonte sobre ganhos ou rendimentos auferidos pela entidade controlada e suas investidas, diretas e indiretas.

§ XX Para os fins das regras previstas neste artigo, no caso de fundos de investimento com classes de cotas segregadas, cada classe de cotas deve ser considerada como uma entidade separada.

§ XX Nos casos em que a entidade controlada for domiciliada em país com o qual o Brasil possua acordo para evitar a dupla



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238666882600>



tributação, a tributação dos lucros dessa entidade observará, exclusivamente, o disposto em tal tratado.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda apresenta aperfeiçoamentos à Medida Provisória nº 1.171, de 2023, no que tange à entidades controladas no exterior. Os pontos relevantes do texto que merecem alterações são:

1. Esclarecimento sobre Ativos de Caráter Permanente: A medida provisória prevê que ganhos de capital na alienação de ativos de caráter permanente configuram renda ativa da entidade controlada, mas não deixa claro que isso se aplica a qualquer tipo de ativo. A solução proposta é a alteração do art. 4º, §5º, I, “f”, incluindo a hipótese de ativos financeiros.

2. Padrão Contábil para apuração de lucros de entidades controladas: a MP prevê que os lucros das entidades controladas no exterior devem ser apurados em balanço anual “elaborado com observância aos princípios contábeis, de acordo com o disposto na legislação”, mas não especifica quais são esses “princípios contábeis” nem de qual país é a “legislação”. Tendo em vista que o arts. 8º e 9º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro impõem a observância da legislação de domicílio da pessoa estabelecida no exterior, deve ser esclarecido que os “princípios contábeis” e a “legislação” que devem reger a apuração dos lucros são aqueles vigentes no país de domicílio da entidade controlada. A solução está proposta nesta emenda na alteração da redação do art. 4º, §6º, I, e também do art. 10, §2, III.

3. Proporção dos Lucros da Entidade Controlada: a MP prevê que lucros da entidade controlada no exterior serão tributados “na proporção da participação da pessoa física no capital social, ou equivalente”. No entanto, o contribuinte pode ter direito a percentual do lucro diferente da sua participação no capital social, em razão de arranjos societários ou da estrutura de capital. Como solução, propomos alteração do art. 4º, §6º, III, excluindo a expressão “exterior capital social, ou equivalente, da controlada no



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238666882600>



exterior” e substituindo por “na proporção da efetiva participação da pessoa física nos lucros apurados pela entidade controlada no exterior”.

4. Distribuição de lucros já tributados: a MP estabelece que lucros já tributados não sofrerão nova tributação quando da sua efetiva distribuição às pessoas físicas. Contudo, a norma precisa deixar claro que essa regra alcança a variação cambial desses lucros. Propomos solução para isto ao alterar o art. 4º, §6º, IV sugerindo a inclusão na redação de “inclusive em relação à eventual variação cambial.”

5. Dedução de Lucros e Dividendos Provenientes de Empresas Brasileiras: a MP permite a dedução, do lucro apurado pela entidade controlada no exterior, dos “lucros e dividendos de suas investidas que sejam pessoas jurídicas domiciliadas no País”. No entanto, é extremamente comum que haja mais de uma entidade estrangeira entre o investidor pessoa física e a pessoa jurídica brasileira. Assim, a regra deve ser esclarecida para contemplar lucros e dividendos de investidas indiretas que sejam pessoas jurídicas brasileiras. Para isso, propomos alteração do art. 4º, §8º.

6. Dedução do Imposto pago no Exterior: a MP permite a dedução do imposto pago no exterior pela entidade controlada e suas investidas, mas é necessário esclarecer que essa dedução abrange impostos retidos na fonte e investidas indiretas. Também é necessário um ajuste para que a dedução reflita a participação da pessoa física nos lucros da entidade controlada. Isso é proposto por meio de alteração do art. 4º, §9º e inclusão de um novo parágrafo a este mesmo artigo.

7. Fundos com Portfólios Segregados: o Governo Federal já esclareceu que o enquadramento de fundos de investimento com portfólios segregados como entidade controlada no exterior deve ser feito separadamente, por cada portfólio. É importante que isso conste expressamente do texto da Lei, por isso a sugestão de inclusão de parágrafo no art. 4º.

8. Tratados contra a Dupla Tributação: a MP não ressaltou a tributação de lucros de entidades controladas no caso em que o Brasil possui



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238666882600>



tratado para evitar a dupla tributação com o país de domicílio da entidade, o qual pode estabelecer que tais lucros devem ser tributados exclusivamente no país de domicílio da entidade. Para corrigir este problema, também propomos inclusão de parágrafo no art. 4º.

Conto com os nobres pares para aprovação desta emenda que apresenta importantes correções à medida provisória.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238666882600>



MPV 1171
00060

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL 2023.
(Do Senhor Dorinaldo Malafaia)

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, novo artigo com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“**Art. xx** O art. 7º da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 7º** Fica equiparada à exportação a venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuada por empresas estabelecidas fora das seguintes áreas de livre comércio para empresas nelas estabelecidas:

I – Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e de Bonfim – ALCB, de que trata a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991;

II – Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT, de que trata a Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989;

III – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, de que trata o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991;

IV – Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS, de que trata a Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994;

V – Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim – ALCGM, de que trata a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Há uma injustificável distorção normativa entre as diferentes Áreas de Livre Comércio (ALCs), que confere benefício específico tão somente para as localizadas em uma das unidades da Federação. De acordo com o art. 7º da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, somente a venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e de Bonfim – ALCB, para empresas ali estabelecidas é equiparada à exportação.

Uma vez que todas as ALCs possuem a finalidade de promover o desenvolvimento de áreas fronteiriças e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana, nada justifica o direcionamento de benefício para apenas as localizadas no estado de Roraima.

Cabe ao Poder Legislativo promover a imediata e justa modificação do sistema normativo a fim de que o mesmo tratamento seja estendido a todas as ALCs existentes na Região Norte.

* C D 2 3 4 6 1 7 1 2 0 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234617120900>



O Poder Judiciário, por meio do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Recurso Especial (REsp) nº 1.861.806/SC, procedeu à análise dos normativos que regem todas as ALC existentes, e concluiu que somente as vendas à ALC de Boa Vista e à ALC de Bonfim são equiparadas a uma exportação. Desse modo, a mudança legal proposta é a alternativa necessária e eficiente para restabelecimento da isonomia.

Convicto da relevância desta proposta, pedimos o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2023.

Deputado Dorinaldo Malafaia
PDT/AP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234617120900>



CD234617120900



MPV 1171
00061

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL 2023.
(Do Senhor Dorinaldo Malafaia)

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, novo artigo com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“**Art. xx** Fica isenta da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) a venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuada por empresas estabelecidas nas seguintes áreas de livre comércio para empresas nelas estabelecidas:

I – Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e de Bonfim – ALCB, de que trata a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991;

II – Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT, de que trata a Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989;

III – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, de que trata o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991;

IV – Área de Livre Comércio de Brasília – ALCB e Área de Livre Comércio de Cruzeiro do Sul – ALCCS, de que trata a Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994;

V – Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim – ALCGM, de que trata a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991.”

JUSTIFICAÇÃO

O tratamento atualmente dispensado às empresas sediadas nas Áreas de Livre Comércio (ALCs) na região Norte do Brasil, em especial as localizadas em Boa Vista e em Bonfim, ofende a isonomia tributária, na medida em que a legislação vigente torna mais vantajosa a aquisição de mercadorias de empresas fora das ALCs, que contam com benefício fiscal, do que as aquisições internas de outras empresas sediadas dentro das ALCs.

De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, a venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora das ALCs de Boa Vista e de Bonfim para empresas ali estabelecidas fica equiparada à exportação – o que implica a não incidência das contribuições sociais.

Com a finalidade de restabelecer o tratamento isonômico é necessária e urgente a intervenção do Congresso Nacional, por meio da edição de dispositivo de lei específico, que assegure também o benefício tributário para as operações internas.

A própria jurisprudência do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região firmou entendimento no sentido de equiparar à exportação, para efeitos fiscais, as vendas de mercadorias nacionais entre empresas situadas nas ALCs (Autos do Processo nº 1000682-84.2017.4.01.4200). A mudança legislativa proposta está, assim, em harmonia com a interpretação judicial e contribuirá para pacificar o assunto e diminuir os litígios. Ademais, deixamos explícito que o tratamento deve ser conferido a todas as ALCs.

* C D 2 3 1 5 1 0 9 8 6 8 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231510986800>



Convicto da relevância desta proposta, pedimos o apoio de nossos
ilustres Pares.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2023.

Deputado Dorinaldo Malafaia
PDT/AP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231510986800>



CD231510986800



MPV 1171
00062

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023.

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

ADITIVO À REDAÇÃO (NO QUE COUBER)

Art. 1º Fica instituída a contribuição social sobre altas rendas de pessoa física, prevista no inciso V do art. 195 da Constituição Federal, que incidirá sobre o rendimento percebido no ano-calendário.

Art. 2º Considera-se alta renda, para os fins dessa lei, aquela cujo somatório no ano seja superior a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), nela incluídos os rendimentos e ganhos de capital ou de qualquer natureza sujeitos à tributação exclusivamente na fonte pelo Imposto de Renda e os rendimentos isentos do Imposto de Renda da Pessoa Física, nos termos do art. 6º da Lei n. 7.713, de 22 de dezembro de 1988, percebidos pelo contribuinte.

§ 1º Ficam isentos da contribuição social os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

I - o valor dos bens e direitos adquiridos por herança inferiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e

II - a indenização e o aviso prévio não trabalhado pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o

* 0 0 2 3 4 4 3 0 3 7 4 8 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234430374800>



montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

III - o 13º salário até o limite de R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

§ 2º Os rendimentos recebidos acumuladamente relativos a anos-calendário anteriores ao ano do recebimento serão tributados exclusivamente na fonte no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, sobre a parcela que exceder ao valor mensal de R\$60.000,00.

§ 3º Para fins da aplicação do disposto no parágrafo anterior, o cálculo do rendimento mensal corresponderá ao valor total efetivamente percebido dividido pela quantidade de meses a que se referem os rendimentos.

Art. 3º A base de cálculo da contribuição é o valor da alta renda, nos termos definidos no art. 2º, que exceder a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Parágrafo único. Comporão a base da contribuição social de que trata essa lei os rendimentos e ganhos de capital apurados de ofício pela autoridade administrativa, inclusive por meio de presunção legal prevista na legislação do imposto de renda.

Art. 4º São contribuintes da contribuição social sobre altas rendas, sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado civil ou profissão, as pessoas físicas que as perceberem.

Art. 5º A alíquota da contribuição é de 10% (dez por cento).

Art. 6º A contribuição social sobre altas rendas será devida, mensalmente, à medida que os rendimentos e os ganhos de capital forem percebidos.

Art. 7º A fonte pagadora efetuará a retenção da contribuição relativa aos pagamentos de valor superior a R\$60.000,00 (sessenta mil reais) mensais, independentemente da natureza do rendimento pago ou creditado em favor da pessoa física.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234430374800>



Art. 8º Compete à fonte pagadora reter a contribuição social a cada mês, aplicando a alíquota sobre a parcela da alta renda que exceder ao valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), devendo efetuar o recolhimento até o último dia útil do mês subsequente ao mês do pagamento ou crédito do rendimento ao beneficiário.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, a pessoa física deverá apurar o saldo anual da contribuição social a pagar ou o valor a ser restituído, relativamente aos rendimentos percebidos no ano-calendário, ressalvadas as hipóteses previstas no § 2º do art. 2º e no art. 9º.

§ 2º O saldo anual da contribuição devida deverá ser pago até o último dia do mês de abril do exercício seguinte ao ano-calendário de apuração.

§ 3º Caso seja apurado saldo de contribuição a restituir essa será atualizada e restituída ao contribuinte nos mesmos prazos previstos na legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Art. 9º Os rendimentos, os ganhos de capital e os demais proventos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, por fonte situada no País, a pessoa física residente no exterior, ficam sujeitos à incidência exclusiva na fonte, à alíquota de 10 (dez por cento), sobre o valor das remessas ao mesmo beneficiário que excederem a R\$60.000,00 (sessenta mil reais) em um mesmo período mensal.

Art. 10 A administração e fiscalização da contribuição social de que trata essa lei compete à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que disciplinará as formas de apuração, cálculo, retenção na fonte e recolhimento da contribuição e a instituição de obrigações acessórias.

Parágrafo único. Aplicam-se à contribuição social, no que couber, as disposições da legislação do Imposto de Renda referente à residência e domicílio, à responsabilidade de terceiros e sucessores, à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo.

Art. 11. Os órgãos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil enviarão às Procuradorias da Fazenda Nacional os demonstrativos de débitos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234430374800>



da contribuição de que trata essa Lei, para fins de apuração e inscrição em Dívida Ativa da União.

Art. 12. Até o dia 31 de dezembro de 2031 o produto da arrecadação da contribuição de que trata essa será integralmente destinado a ações de apoio e defesa dos direitos das vítimas da COVID-19, especialmente para as seguintes finalidades:

I – ações e serviços públicos de saúde;

II – educação pública;

III – assistência social;

IV – transferência de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente crianças ou adolescentes cujo genitor tenha falecido em decorrência da infecção pelo Sars-CoV-2.

Art. 13. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do 1º dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Essa proposição cuida de criar e instituir a Contribuição Social sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), alterando-se dispositivo constitucional e apresentando Projeto de Lei específica sobre o tema. A CSAR, aqui proposta, incidirá sobre a parcela da renda e proventos de qualquer natureza das pessoas físicas que excederem o montante de R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) anuais.

Diante da alarmante desigualdade de renda e de riqueza em nosso País e considerando a grave crise sanitária em que estamos mergulhados, revela-se uma medida indispensável e urgente para preservação das bases de financiamento da seguridade social, afinada com os objetivos de ampliação da equidade e progressividade para o sistema tributário nacional.

Essa contribuição social não se confunde com o IRPF, pois além de incidir apenas sobre os rendimentos totais que excedam R\$720.000,00 (setecentos e

* C D 2 3 4 4 3 0 3 7 4 8 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234430374800>



vinde mil reais) anuais, a sua base de cálculo contempla todas as rendas e proventos auferidos pelas pessoas físicas.

No que toca especificamente à inclusão dos rendimentos considerados isentos pela legislação do IRPF, observa-se que a maior parte deles, como as isenções das aposentadorias e pensões aos maiores de 65 anos e a portadores de doenças graves, ou as isenções decorrentes de auxílios e indenizações a trabalhadores, são de pequenos valores, perfeitamente absorvidos dentro do elevado limite a partir do qual passa a incidir essa contribuição.

A nova contribuição passará a integrar as fontes de receitas para a Seguridade Social como forma de compensar, parcialmente, as perdas ocorridas de arrecadação decorrentes da crise atual sanitária e econômica, assim como para suportar o imprescindível aumento de gastos públicos, que se impõe para amenizar os prejuízos sociais, sanitários e econômicos. A pandemia, além de ter produzido um número alarmante de mortes, está afetando a vida de milhões de pessoas deixando um rastro de vítimas que precisarão, por muito tempo de proteção do Estado.

O presente projeto de lei foi resultado de intensa participação da sociedade civil sobre a necessidade de novas políticas públicas em resposta aos reclamos das vítimas da COVID e seus familiares, que demandarão por anos, talvez décadas, a reparação e o cuidado pela omissão ou ação criminosa de agentes do Estado Brasileiro nessa pandemia. Ele é resultado também da persistente cobrança da sociedade brasileira por justiça tributária, pela participação efetiva dos super-ricos no financiamento do Estado brasileiro, inclusive nesse momento de grave crise sanitária e social, a exemplo da experiência internacional, em que vários países constituíram fundos ou contribuições solidárias para lidar com a promoção dos direitos das vítimas da COVID e suas famílias. Essa união de esforços, encabeçadas pela Associação Nacional Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos da Vítimas da COVID e pelo Instituto Justiça Fiscal, teve a participação ativa de integrantes do Conselho Nacional de Saúde, do Consórcio Nordeste, de entidades municipalistas como a Associação Brasileira de Municípios, de movimentos sociais organizados na Frente Brasil Popular, entre outras, a quem agradecemos a dedicação e o

* C D 2 3 4 4 3 0 3 7 4 8 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234430374800>



resultado dos trabalhos, bem como às assessorias do PT no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Além de sua finalidade absolutamente relevante, trata-se de contribuição cuja cobrança pode iniciar-se de forma quase imediata, sem observância ao princípio da anterioridade anual, observado apenas o interstício de 90 dias previsto no art. 195, § 6º da Constituição Federal.

A arrecadação anual prevista, mediante a aplicação de uma alíquota proposta de 10%, sobre um universo estimado de 208.000 (duzentos e oito mil) contribuintes (que corresponde a apenas 0,7% dos contribuintes do Imposto de Renda), é de R\$ 35 bilhões, fortalecendo sobremaneira as fontes de recurso da seguridade social. Importante ressaltar que, dado o elevado limite de isenção, a alíquota efetiva média representará aproximadamente apenas 3,7% sobre os rendimentos totais dos contribuintes.

A presente contribuição social atende perfeitamente o objetivo, já fartamente explicitado, de ampliar a progressividade do sistema tributário. Portanto, a manutenção da integridade das fontes de financiamento para a seguridade social, como determina a Constituição Federal, exige que o financiamento da saúde, da assistência social e da previdência social, seja também contemplado por fontes de incidência direta, para que seja possível, abdicar, no futuro, de outras fontes de natureza mais regressiva.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2023.

PEDRO UCZAI

DEPUTADO FEDERAL PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234430374800>



MPV 1171
00063

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Inclua-se o parágrafo 10º e 11º ao artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, com a seguinte redação:

“§ 10º Poderá ser deduzido do lucro do período da controlada, a parcela do resultado ainda não realizada, desde que seja constituída reserva de lucros a realizar, aprovada em assembleia-geral, reunião de sócios ou equivalente.

I - Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

a - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial

b - o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

“§ 11º Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar deverão ser adicionados aos apurados nos termos do inciso I do parágrafo 6º deste artigo no período em que forem realizados.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra anti-diferimento de rendimentos auferidos por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior estabelecendo a necessidade de oferecimento anual dos rendimentos a tributação.

O conceito de lucro adotado inclui parcela ainda não realizada, a qual não conta com disponibilidade jurídica ou econômica não podendo, portanto, estar sujeita ao Imposto de Renda. Ainda que se possa argumentar que o contribuinte poderia carregar tais



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230014415600>



ativos de forma direta e somente oferecer a tributação quando ocorrer a realização, muitas estruturas foram definidas considerando o diferimento previsto na regra atual e a alteração destas é inviável em face de múltiplas jurisdições e contratos já firmados.

Em funções das oscilações de mercado, parcela dos resultados positivos decorrentes da avaliação a valor de mercado de ativos pode não se realizar no futuro. Adicionalmente pela nova regra os brasileiros poderão se ver com uma assimetria a residentes fiscais em outras jurisdições no que tange a investimentos de alto risco (private equity/venture capital) bem como em ativos ilíquidos.

A emenda proposta se utiliza de expediente já conhecido pelo ordenamento jurídico nacional, a Reserva de Lucros a Realizar repetindo em partes a redação prevista no artigo 197 da Lei das SAs. Deve ser mencionado que o diferimento é temporário e que no período em que realizado o lucro este será oferecido a tributação.

A inclusão do inciso visa corrigir a potencial distorção a que as pessoas físicas residentes estariam sujeitas em relação a residentes fiscais de outras jurisdições, tornando possível ao empresariado nacional competir em condições de igualdade na construção de entidades globalizadas a partir do Brasil.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2023.



Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230014415600>



**MPV 1171
00064****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao parágrafo 10º do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

“§ 10º – As alíneas “b”, “g” e “h” do inciso I do parágrafo 5º não se aplicam às instituições financeiras reconhecidas e autorizadas a funcionar pela autoridade monetária do país em que estejam situadas” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra anti-diferimento de rendimentos auferidos por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior na legislação tributária brasileira.

No caso de entidades controladas com renda passiva superior a 20%, a tributação passará a ser anual. No parágrafo 5º do artigo 4º a norma traz uma definição da renda passiva que nos termos da Exposição de Motivos, item 17, já está prevista no arcabouço jurídico brasileiro através da Lei 12.973/14:

“Ademais, tanto o critério jurisdicional, quanto o critério da renda passiva, já são utilizados na regra de tributação em bases universais aplicável às pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, ainda que de maneira diversa, na Lei nº 12.973, de 2014, e sua eficácia já foi colocada à prova à luz da realidade brasileira.”

No entanto, a Lei 12.973/14 exclui do conceito de renda passiva para as instituições financeiras reconhecidas e autorizadas a funcionar as receitas decorrentes de: (i) juros; (ii) aplicações financeiras; e (iii) intermediação financeira, uma vez ser esta a atividade operacional própria dessas entidades.




Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230358514900>



Assim, a emenda visa equiparar a situação de exceção já prevista na Lei 12.973/14, mantendo a unicidade do ordenamento jurídico brasileiro e a homogeneidade de conceitos. A não inclusão, implica na prática em discriminar um setor da economia, e inviabilizando que pessoas físicas residentes explorem tal atividade econômica.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2023.



Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230358514900>



CD230358514900



**MPV 1171
00065****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao parágrafo 12º do artigo 10º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

§ 12º - Em relação a ativos adquiridos com rendimentos auferidos originalmente em moeda estrangeira, o custo de aquisição de que trata o caput deverá ser calculado mediante a conversão do valor dos ativos pela cotação de fechamento do dólar dos Estados Unidos da América divulgada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do ano-calendário de referência de atualização.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra anti-diferimento de rendimentos auferidos a partir de 01/01/2024 por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior e possibilita aos contribuintes o pagamento antecipado do imposto que seria devido no caso de realização dos rendimentos acumulados até 31/12/2022.

No entanto, no caso da variação cambial, o regime atual previsto no artigo 24 da Medida Provisória 2.158/01 não considerada tal variação como rendimento para ativos adquiridos com rendimentos auferidos originalmente em moeda estrangeira, tal dispositivo está sendo revogado pela presente Medida Provisória, mas em face do princípio da Anterioridade aplicável ao Imposto de Renda, só deve produzir efeitos a partir de 01/01/2024. Assim, a inclusão do dispositivo visa somente assegurar que a base de cálculo para fins de pagamento antecipado seria aquela à qual, nos termos da legislação atual, estaria sujeita a tributação.

A emenda se justifica na medida em que deixa claro que a variação cambial que atualmente não está sujeita a tributação, permanece isenta até 31/12/2023 e que na hipótese de opção do contribuinte pelo pagamento antecipado, o imposto devido seria calculado sobre os rendimentos que seriam efetivamente tributados, mantendo a segurança jurídica bem como dirimindo dúvidas que poderiam implicar em receio dos contribuintes em aderir ao pagamento.



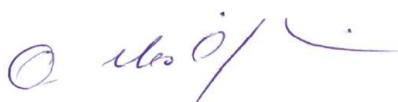
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231243353000>



Nos termos da Exposição de Motivos a medida busca incentivar o contribuinte a tributar estes valores, os quais, caso contrário, somente seriam gravados quando fossem disponibilizados para o sócio pessoa física. Assim, a tentativa de se tributar tal variação cambial, poderia implicar, na prática, na perda da eficiência da norma em face da baixa adesão, uma vez que o incentivo estaria prejudicado.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2023.



Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231243353000>



**MPV 1171
00066****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se o inciso I do parágrafo 2º do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, para a seguinte redação:

“§ 2º Para fins do disposto no inciso II do § 1º, será considerada pessoa vinculada à pessoa física residente no País:

I - a pessoa física **residente no País** que for cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o **segundo** grau, da pessoa física residente no País;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra anti-diferimento de rendimentos auferidos por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior estabelecendo a necessidade de oferecimento anual dos rendimentos a tributação.

O conceito de controle adotado inclui participações detidas por partes relacionadas. No entanto, a norma usou um conceito amplo o qual dificulta o controle pelo contribuinte bem como pelas autoridades fiscais. Neste sentido a emenda visa somente adequar o conceito de forma a determinar que somente considera-se pessoas residentes e parentes até 2º grau.

Ao delimitar o conceito de parte relacionada entre residentes no país a norma evita eventual assimetria a qual pode ocorrer em relação a parentes residentes no exterior em jurisdições com legislação diversa.

* C D 2 3 1 2 9 0 5 8 5 6 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231290585600>



Já a limitação a parentes de até 2º grau, a alteração visa manter a unicidade do ordenamento jurídico o qual já prevê tal limitação, por exemplo para fins de isenção no caso de investimento em FII (Fundo de Investimento Imobiliário) ou em FIP (Fundo de Investimento em Participações) no caso de investidores não residentes.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2023.



Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231290585600>



MPV 1171
00967

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, o parágrafo 4º com a seguinte redação:

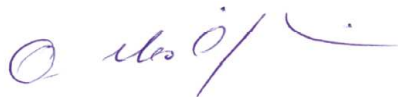
“§ 4º Poderá haver a compensação das perdas realizadas nas aplicações de que trata esse artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece que os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2024 em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma de seu artigo 2º.

A presente alteração se faz necessária para garantir que não haja tributação pelo imposto de renda de valores que não representem acréscimo patrimonial do investidor.

Sala das Comissões, de maio de 2023.



Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231539825000>



* C D 2 3 1 5 3 9 8 2 5 0 0 0 *



**MPV 1171
00068****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o parágrafo 9º do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, com a seguinte redação:

“§ 9º Na determinação do imposto devido, a pessoa física poderá deduzir, na proporção de sua participação no capital social, ou equivalente, o imposto sobre a renda devido pela controlada e suas investidas, ainda que a responsabilidade pelo recolhimento seja atribuída a terceiro, assim como o imposto eventualmente retido na fonte, até o limite do imposto devido no País.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23) estabelece que poderá ser deduzido da tributação do titular pessoa física de controlada no exterior o imposto sobre a renda pago pela controlada e suas investidas.

A presente emenda visa a esclarecer que é passível de compensação também o tributo incidente sobre seus rendimentos que esteja sujeito à sistemática de retenção de fonte e/ou cuja responsabilidade pelo recolhimento seja atribuída a terceiro não só na jurisdição de domicílio da controlada, mas também em outras jurisdições nas quais transacione.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231652277300>



Mediante referido esclarecimento, evita-se de forma efetiva a bi-tributação da renda almejada pela MP 1171/23.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2023.



Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231652277300>



*C D 2 3 1 6 5 2 2 7 7 3 0 0 *



MPV 1171
00069

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Altere-se o inciso I do artigo 15 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, para a seguinte redação:

“I – a partir de 1º de janeiro de 2024, os seguintes dispositivos do art. 24 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001:

a) o § 5º; e

b) o inciso I do § 6º; e”

JUSTIFICAÇÃO

As alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 15 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), revogam o § 5º e o inciso I do § 6º do art. 24 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (MP 2.158-35/01).

O § 5º do art. 24 da MP 2.158-35/01 estabelece a metodologia de apuração da base de cálculo do imposto de renda aplicável à hipótese de alienação, liquidação ou resgate de bens, direitos ou aplicações financeiras adquiridos por residente no País com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira. Referida metodologia consiste na apuração *em dólares* da diferença positiva entre o valor da alienação, liquidação ou resgate e o custo de aquisição. Nessa sistemática, a conversão dos valores para reais ocorre apenas após a referida subtração.

Por sua vez, o inciso I do § 6º estabelece a não incidência do imposto de renda sobre o ganho auferido na alienação, liquidação ou resgate de bens localizados no exterior ou representativos de direitos no exterior, bem assim de aplicações financeiras, adquiridos, a qualquer título, na condição de não-residente.

Embora o § 5º disponha sobre a base de cálculo e o inciso I do § 6º preveja uma isenção expressa, certo é que ambas as disposições revogadas contêm normas benéficas ao contribuinte, uma vez que afastam a incidência do imposto sobre a variação cambial positiva da moeda estrangeira. Portanto, referidas revogações representam aumento dos tributos incidentes nas hipóteses de que tratam, sobretudo tendo em vista que, desde a publicação da MP 2.158-35/01,



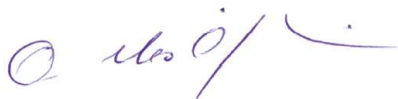
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237263724400>



as principais moedas internacionais (como o dólar) se valorizaram significativamente em relação ao real.

Portanto, as revogações em questão se sujeitam à regra constitucional de anterioridade anual prevista no art. 150, III, “b”, e § 1º, da Constituição e, assim, somente devem entrar em vigor no exercício financeiro seguinte àquele da publicação da MP 2.158-35/01. Do contrário, referidas revogações deverão ser objeto de contestação judicial por parte dos contribuintes, o que acarretará insegurança jurídica e poderá comprometer a eficácia da MP 1171/23.

Sala das Comissões, de maio de 2023.



Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237263724400>



**MPV 1171
00070****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o parágrafo 10º ao artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

“§10º - as alíneas c e d não se aplicam a entidades que invistam exclusivamente em entidades que apurem renda ativa própria superior a 80% da renda total.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra anti-diferimento de rendimentos auferidos por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior na legislação tributária brasileira.

No caso de entidades controladas, com renda passiva superior a 20%, a tributação passará a ser anual. No parágrafo 5º do artigo 4º a norma traz uma definição da renda passiva a qual não exclui as entidades denominadas “holdings” operacionais, as quais, em muitas situações são necessárias por razões regulatórias ou societárias. Desta forma, a redação proposta busca excluir do conceito, entidades cuja totalidade de suas participações seja em entidades operacionais, desde que a renda ativa própria dessas seja superior a 80% da renda total.

Tal inclusão se justifica pela complexidade de se empreender em diversas jurisdições de forma concomitante que impõem muitas vezes a necessidade de holdings visando facilitar a governança e a tomada de decisão, sem qualquer intenção de planejamento tributário uma vez que as controladas e coligadas são tributadas normalmente nas jurisdições em que estão sediadas.

Deve ainda ser mencionado que tais holdings muitas vezes são utilizadas como instrumentos de desenvolvimento/aceleração empresarial uma vez que possibilitam maior segurança jurídica, maior facilidade na construção de Acordo de Acionistas,

* C D 2 3 7 8 7 3 2 4 2 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237873242900>



maior estabilidade em cenário sucessório, além de promover a continuidade da empresa.

A inclusão do inciso visa corrigir a potencial distorção a que as pessoas físicas residentes estariam sujeitas em relação a residentes fiscais de outras jurisdições, tornando possível ao empresariado nacional competir em condições de igualdade na construção de entidades globalizadas a partir do Brasil.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2023.

Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237873242900>



**MPV 1171
00071**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº / 2023

(Do Sr. Gilson Marques)

Altere-se o § 7º do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, com a seguinte redação:

“§ 7º Poderão ser deduzidos do lucro da controlada os prejuízos apurados a qualquer tempo em balanço pela própria controlada.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23) estabelece que os lucros auferidos por meio de determinadas entidades controladas no exterior deverão ser oferecidos anualmente à tributação por imposto de renda por parte da pessoa física residente no País que seja sua titular.

Vale ressaltar, por outro lado, que o conceito de lucro adotado pela nova regra expressamente despreza a possibilidade de dedução de eventuais prejuízos apurados antes da vigência da MP 1171/23 do resultado positivo apurado a partir da sua vigência.

Nesse sentido, caso a controlada passe a reduzir seus prejuízos apurados em balanço no exercício regular de suas atividades, o valor da referida redução seria objeto de tributação por imposto de renda no Brasil, ainda que não haja resultado positivo na linha de lucros acumulados no balanço.

Em outras palavras, referida sistemática implica que haveria imposto de renda sobre valores que não consistem em acréscimo patrimonial do contribuinte, o que não é permitido pelo Código Tributário Nacional.

* C D 2 3 3 1 5 0 3 9 2 1 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233150392100>



A alteração do parágrafo visa, portanto, a corrigir a potencial ilegalidade decorrente da redação original da MP 1171/23 ao sujeitar à tributação, por imposto de renda, de montante que não corresponda a efetivo acréscimo patrimonial do contribuinte pessoa física, e, portanto, visa também a evitar o incremento do contencioso administrativo e judicial brasileiro.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Sessões 08, de maio de 2023.

GILSON MARQUES
(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233150392100>



CD233150392100



**MPV 1171
00072****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº / 2023

(Do Sr. Gilson Marques)

Dê nova redação aos incisos I, II e III, do § 1º, e acresça novo § 3º ao art. 2º da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023:

“Art. 2º

§ 1º

I - 0% (zero por cento) sobre a parcela anual dos rendimentos que não ultrapassar **a média mensal de US\$ 1.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos da América)**;

II - 15% (quinze por cento) sobre a parcela anual dos rendimentos que exceder **a média mensal de US\$ 1.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos da América)** e não ultrapassar **a média mensal de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América)**;

III - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre a parcela anual dos rendimentos que ultrapassar **a média mensal de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América)**;

§ 2º

§ 3º Os rendimentos anuais do capital aplicado no exterior até a média mensal de US\$ 1.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos da América) ficam dispensados da declaração **(NR)**.”

JUSTIFICAÇÃO

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236069826800>



A MP 1.171/2023 propõe tributar com Imposto de Renda a renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior. A tributação passará a incidir de forma concomitante às outras hipóteses de incidência do Imposto de Renda, como os rendimentos obtidos no Brasil e os ganhos de capital pela alienação de bens no Brasil.

Esta emenda propõe restaurar o princípio da isonomia tributária ao texto da lei. Pela MP original, um cidadão que conseguiu rendimentos na ordem de US\$ 800 (oitocentos dólares) por mês, já entra na mesma faixa de quem possui rendimentos na casa dos milhões. É uma aberração tributária que deve de pronto ser corrigida pela presente emenda.

Além deste ponto, visando a simplificação e correta mensuração destes rendimentos que são efetuados no exterior, a utilização da moeda do dólar americano diminuirá contendas e insegurança jurídica, visto que não haverá discrepância de tributações entre diferentes pessoas físicas apenas em virtude da conversão cambial no momento da declaração.

Por fim, a isenção de alíquota e declaração para rendimentos anuais cuja média mensal não ultrapasse U\$ 1.000,00 (mil dólares) visa estimular e facilitar a vida do pequeno investidor, que não conta com uma robusta estrutura jurídica e contábil, mas está diversificando seu leque de opções. Precisamos lembrar que estes investidores residentes no Brasil acabam trazendo seus rendimentos do exterior aqui para consumo ou investimento no Brasil, motivo pelo qual precisamos ter um tratamento facilitado em vistas do fortalecimento e fomento da economia nacional.

Assim, peço apoio dos nobres pares para aprovação desta emenda tão importante para o país.

Sala das Sessões, 08 de maio de 2023.

GILSON MARQUES
(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236069826800>



**MPV 1171
00073**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº / 2023

(Do Sr. Gilson Marques)

Inclua-se ao parágrafo 12º do artigo 10º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

§ 12º - Em relação a ativos adquiridos com rendimentos auferidos originalmente em moeda estrangeira, o custo de aquisição de que trata o caput deverá ser calculado mediante a conversão do valor dos ativos pela cotação de fechamento do dólar dos Estados Unidos da América divulgada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do ano-calendário de referência de atualização.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra anti-diferimento de rendimentos auferidos a partir de 01/01/2024 por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior e possibilita aos contribuintes o pagamento antecipado do imposto que seria devido no caso de realização dos rendimentos acumulados até 31/12/2022.

No entanto, no caso da variação cambial, o regime atual previsto no artigo 24 da Medida Provisória 2.158/01 não considerada tal variação como rendimento para ativos adquiridos com rendimentos auferidos originalmente em moeda estrangeira, tal dispositivo está sendo revogado pela presente Medida Provisória, mas em face do princípio da Anterioridade aplicável ao Imposto de Renda, só deve produzir efeitos a partir de 01/01/2024. Assim, a inclusão do dispositivo visa somente assegurar que a base de cálculo para fins de pagamento antecipado seria aquela à qual, nos termos da legislação atual, estaria sujeita a tributação.

* C D 2 3 6 5 1 3 2 3 2 2 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236513232200>



A emenda se justifica na medida em que deixa claro que a variação cambial que atualmente não está sujeita a tributação, permanece isenta até 31/12/2023 e que na hipótese de opção do contribuinte pelo pagamento antecipado, o imposto devido seria calculado sobre os rendimentos que seriam efetivamente tributados, mantendo a segurança jurídica bem como dirimindo dúvidas que poderiam implicar em receio dos contribuintes em aderir ao pagamento.

Nos termos da Exposição de Motivos a medida busca incentivar o contribuinte a tributar estes valores, os quais, caso contrário, somente seriam gravados quando fossem disponibilizados para o sócio pessoa física. Assim, a tentativa de se tributar tal variação cambial, poderia implicar, na prática, na perda da eficiência da norma em face da baixa adesão, uma vez que o incentivo estaria prejudicado.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Sessões 08, de maio de 2023.

GILSON MARQUES
(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236513232200>



**MPV 1171
00074**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº / 2023

(Do Sr. Gilson Marques)

Inclua-se no artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, o parágrafo 3º com a seguinte redação:

“§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo aos depósitos em conta ou em cartão de crédito, quando não remunerados.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece que os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2024 em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma de seu artigo 2º.

A alteração proposta busca especificar o conceito de aplicações financeiras apenas para depósitos remunerados, uma vez que os depósitos não remunerados não representam uma aplicação financeira, uma vez que já que não ocorrem neles o pagamento de quaisquer juros ou rendimentos. Além disso a presente alteração visa manter coerência com o já previsto no artigo 25, parágrafo 4º da Lei 9.250, de 1995, que estabelece que *“os depósitos mantidos em instituições financeiras no exterior devem ser relacionados na declaração de bens, a partir do ano-calendário de 1999, pelo valor do saldo desses depósitos em moeda estrangeira convertido em reais pela cotação cambial de compra em 31 de dezembro, sendo isento o acréscimo patrimonial decorrente da variação cambial”*, bem como com o próprio conceito de não tributação de valores que não representam renda ou acréscimo patrimonial. Ademais, a emenda traz maior segurança jurídica na medida em dirime o falso conflito da regra proposta com o disposto no artigo 25 da supracitada norma.

* C D 2 3 7 7 9 0 8 9 5 7 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237790895700>



Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Sessões 08, de maio de 2023.

GILSON MARQUES
(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237790895700>



*C D 2 3 7 7 9 0 8 9 5 7 0 0 *



MPV 1171
00075

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº / 2023

(Do Sr. Gilson Marques)

Modifique-se o inciso I do parágrafo 2º do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, para a seguinte redação:

“§ 2º Para fins do disposto no inciso II do § 1º, será considerada pessoa vinculada à pessoa física residente no País:

I - a pessoa física que for cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o **segundo** grau, da pessoa física residente no País;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra anti-diferimento de rendimentos auferidos por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior estabelecendo a necessidade de oferecimento anual dos rendimentos a tributação.

O conceito de controle adotado inclui participações detidas por partes relacionadas. No entanto, a norma usou um conceito amplo o qual dificulta o controle pelo contribuinte bem como pelas autoridades fiscais. Neste sentido, a emenda visa somente adequar o conceito de forma a determinar que somente considera-se pessoas residentes e parentes até 2º grau.

Ao delimitar o conceito de parte relacionada entre residentes no país, a norma evita eventual assimetria a qual pode ocorrer em relação a parentes residentes no exterior em jurisdições com legislação diversa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238347281200>



Já a limitação a parentes de até 2º grau, a alteração visa manter a unicidade do ordenamento jurídico o qual já prevê tal limitação, por exemplo para fins de isenção no caso de investimento em FII (Fundo de Investimento Imobiliário) ou em FIP (Fundo de Investimento em Participações) no caso de investidores não residentes.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Sessões 08, de maio de 2023.

GILSON MARQUES
(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238347281200>



**MPV 1171
00076**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº / 2023

(Do Sr. Gilson Marques)

Dê nova redação aos art. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023:

“Art. 13. A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

IX - a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023:

.....

X - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal		
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.985,50	zero	zero
De 2.985,50 até 4.432,28	7,5	223,91
De 4.432,28 até 5.881,76	15	556,33
De 5.881,76 até 7.314,36	22,5	997,46
Acima de 7.314,36	27,5	1.363,18

§ 1º (Renumerado).

§ 2º Os valores das bases de cálculo e das parcelas a deduzir constantes da tabela do inciso X do caput deste artigo serão reajustados em 1º de janeiro de cada ano-calendário, a partir do ano-calendário de 2024, com base na

* C D 2 3 8 5 2 8 2 3 1 5 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528231500>



variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, no ano anterior. ” (NR)

“Art. 14. A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

III -

.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 até abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 297,28 (duzentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), a partir do do mês de maio do ano-calendário de 2023.

§ 1º (Renumerado).

§ 2º O valor constante na alínea “j” do inciso III do caput deste artigo será reajustado em 1º de janeiro de cada ano-calendário, a partir do ano-calendário de 2024, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, no ano anterior. ” (NR)

Art.

8º

.....

II -

.....

b).....

.....

10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para o ano calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

11. R\$ 5.584,43 (cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta e três centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

c).....

.....

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos),



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528231500>



para o ano-calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

10. R\$ 3.567,32 (três mil quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

§ 5º Os valores constantes no item 11 da alínea “b” e no item 10 da alínea “c”, ambos do inciso II do caput deste artigo, serão reajustados em 1º de janeiro de cada ano-calendário, a partir do ano-calendário de 2024, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, no ano anterior.” (NR)

“Art. 10.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), para o ano-calendário de 2015 até o ano-calendário de 2022;

X – R\$ 26.270,80 (vinte e seis mil duzentos e setenta reais e oitenta centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

§ 1º (Renumerado).

§ 2º O valor constante no inciso X do caput deste artigo será reajustado em 1º de janeiro de cada ano-calendário, a partir do ano-calendário de 2024, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, no ano anterior.” (NR).”

JUSTIFICAÇÃO

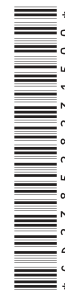
A MP 1.171/2023 propõe atualizar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF de forma que os contribuintes com renda mensal de até R\$ 2.640,00 fiquem isentos deste tributo. Porém, além de atualizar apenas a primeira faixa de incidência do IRPF e de não repor completamente a inflação desde a última atualização da tabela, a MP utiliza uma espécie de “contabilidade criativa” para minimizar o impacto financeiro dessa atualização, ao criar nova hipótese de abatimento da base de cálculo do imposto, deixando o cálculo do tributo ainda mais complexo.

A última atualização da tabela do IRPF foi feita em abril de 2015. A inflação calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, segundo dados do Banco Central do Brasil, no período de abril/2015 a março/2023, alcançou 56,8%. O que esta emenda propõe é atualizar a tabela do IRPF pela inflação do período, aplicando esse mesmo percentual de atualização para todas as faixas de renda. Adicionalmente, a emenda também propõe atualizar os valores para dedução mensal e anual por dependente, os valores para dedução referentes a despesas com educação e o montante total a ser deduzido pela aplicação do desconto simplificado de 20% dos rendimentos tributáveis.

Além disso, foram inseridos dispositivos para que a atualização da tabela de incidência do IRPF e das deduções objeto desta emenda passem a ser anuais, com



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528231500>



aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, no ano anterior.

Importa destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF permite a correção da tabela do IRPF e dos valores a deduzir da base de cálculo sem a necessidade de medidas de compensação da redução da arrecadação, pois não se trata de tratamento diferenciado (art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000).

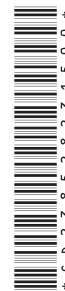
Assim, peço apoio dos nobres pares para aprovação desta emenda tão importante para a população brasileira, que já paga impostos em níveis semelhantes aos países mais desenvolvidos, mas recebem em troca serviços públicos semelhantes a países ainda em desenvolvimento.

Sala das Sessões 08, de maio de 2023.

GILSON MARQUES
(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238528231500>



**MPV 1171
00077**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Acrescente-se art. 12-1 ao Capítulo VI da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 12-1.** A Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 3º**

.....

VI – a parcela da remuneração referente à variação cambial produzida pelos títulos de crédito emitidos nos termos do §3º do art. 23 da Lei nº 11.076, de 30 de setembro de 2004;

VII – a parcela da remuneração referente à variação cambial produzida pela Cédula de Produto Rural emitida nos termos do §3º do art. 4º-A da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

.....

.....

§ 2º Enquadra-se no conceito de remuneração para fins da isenção prevista nos incisos VI e VII do caput deste artigo, a parcela da variação cambial paga pelos referidos títulos, desde que:

I – integralmente vinculados a direitos creditórios com cláusula de correção na mesma moeda, no caso dos títulos do inciso VI; e

II – referenciado em moeda estrangeira, no caso da Cédula de Produto Rural, conforme o disposto no inciso VII.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234774504400>



* CD 234774504400 *
ExEdit



JUSTIFICATIVA

Ambiente de Negócios do País e sua relação com o Agronegócio

A Lei do Agro (Lei 13.986 de 7.4.2020) trouxe importantes mudanças para a CPR, principal título de crédito que financia o setor mais promissor de nossa economia, o agronegócio. Essa conclusão é evidente com a evolução do saldo das CPR registradas que subiu de R\$17 bilhões em julho de 2020 para R\$252 bilhões em dezembro de 2022. Um aumento de aproximadamente 1400% em pouco mais de dois anos!

Todavia, nosso agronegócio demanda muito mais crédito que isso, pois é responsável por um PIB de aproximadamente R\$2,5 trilhões o que equivale a 25% do PIB nacional, conforme levantamento do CEPEA em 2022^[1]. Assim, é claro que o país precisa incrementar o funding desse setor que demanda centenas de bilhões de Reais de recursos para giro e investimentos, e não somente “dentro da porteira”, mas em todos os demais elos da cadeia do agronegócio, desde a produção de insumos, até a industrialização final da produção agropecuária e agroindustrial.

O acesso ao crédito no Brasil ainda é restrito e dificultado por inúmeros entraves, atingindo particularmente o financiamento rural. Isto foi confirmado pelo relatório “*Doing Business*” do ano de 2017, elaborado pelo Banco Mundial, em que aponta o Brasil como o 101º país no ranking referente a acesso ao crédito^[2]. Para fins de elaboração deste relatório, o Banco Mundial realizou a medição do acesso ao crédito por índice dividido em dois temas: informações sobre crédito, que abrange cadastros e bancos de dados; e a eficiência do ambiente legal.

O relatório também aponta que o Brasil ocupa somente a 123ª posição no ranking de países em relação à facilidade de realização de negócios, devido ao fato de, além da legislação brasileira ser, muitas vezes, confusa e restritiva, o ambiente de negócio impedir que investidores tenham acesso facilitado às informações necessárias para transacionarem no país. Tais dificuldades refletem-se substancialmente no agronegócio, impedindo maior acesso de investidores ao setor.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234774504400>



Recentemente, em 22.7.2022, foi divulgado um estudo no qual o Brasil ficou com a 82ª posição entre os países com melhores condições de investimentos internacionais, segundo o índice Greenfield de Atratividade, segundo levantamento feito pela Emerald Insights. No ranking geral de atratividade de investimentos, o Brasil ficou atrás de países como Equador (78º), Camarões (80º) e Turquia (81º). A lista é encabeçada por países como Luxemburgo (1º), Cingapura (3º), Irlanda (5º), Vietnã (6º), Seychelles (7º), Brunei (8º), Emirados Árabes Unidos (9º) e Eslováquia (10º). O estudo foi baseado em condições de entrada de investimentos internacionais, quadro institucional, condições de mercado, oferta e estrutura de recursos.^[3]

O estudo também destaca que atrair investimento estrangeiro é uma grande preocupação para os países que buscam desenvolvimento econômico e crescimento sustentável. É uma importante fonte de capital, emprego, tecnologia, gestão de habilidades organizacionais, empreendedorismo e estruturas de incentivo.

Contextualização da Proposta à Luz da MP 1.171, de 30.4.2023

A motivação da MP 1.171/2023, conforme sua Exposição de Motivos, EM nº 00057/2023 de 28.4.2023 (EM), baseou-se em importantes princípios dentre os quais destacamos:

1. Racionalização Tributária (itens 40, 42 e 43 da EM)
2. Neutralidade Tributária e interesse nacional (item 5. da EM)
3. Justiça Tributária (item 6. da EM)
4. Desconexão das regras tributárias brasileiras com o restante do mundo (itens 12 e 13 da EM) e necessidade do Brasil se adequar à experiência internacional (item 14 da EM)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234774504400>



A apresentação da presente emenda vem no sentido de se reforçar tais aspectos basilares que motivaram a edição da MP1.171/2023, conforme consubstanciado a seguir.

Atualmente, o financiamento ao agronegócio referenciado em moeda estrangeira é tributado quando há variação positiva da cotação da respectiva moeda ao longo do prazo da operação financeira. Todavia, se a variação for negativa o investidor não pode constituir “prejuízo fiscal” para eventuais compensações futuras.

Em outras palavras, o ganho em Reais com a variação cambial positiva é considerado ganho de capital para fins de incidência de Imposto de Renda, entretanto a variação cambial negativa não é dedutível.

A título de ilustração, se o investidor financia o agronegócio em US \$1000 e cobra taxa de juros de 10% ao ano, no final desse período, ele espera receber os US\$1000 inicialmente investidos mais os juros deduzidos o imposto devido, independentemente da variação da taxa de câmbio. Considerando uma alíquota de 15% de impostos sobre os juros, o investidor espera receber $US\$1000 + US\$100 - US\$15 = US\1085 .

Em resumo, nesse exemplo, o investidor espera receber:

- # Juros líquidos de impostos de US\$85
- # Retorno integral do principal investido, no caso, US\$1000

Sob essa sistemática, o investidor consegue tanto programar seu fluxo de caixa e atender suas metas de rentabilidade, quanto minimizar os custos da operação financeira, já que não precisará contratar operações de hedge para garantir o fluxo em moeda estrangeira, conforme sua estratégia de investimento desejada. Na outra ponta da operação, o empresário nacional do agronegócio, que possui receitas atreladas em alguma medida ao dólar, também consegue minimizar seus custos financeiros ao não ter que contratar operação de hedge para compensar a parte do descasamento de seu fluxo de caixa que foi evitado nessa operação.

Mas não é assim que ocorre pela sistemática tributária atual. Vejamos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234774504400>



Tomando por base a situação proposta, se, ao longo da operação financeira, o dólar variar, por exemplo, de R\$5 para R\$6, o investidor que aplicar R\$5000 (US\$1000 x R\$5/US\$), receberá R\$6600 (US\$1100 x R\$6/US\$) deduzidos do imposto de 15% sobre o rendimento de R\$1600 (imposto de R\$1600 x 0,15 = R\$240). Assim receberá R\$6360 (R\$6600 - R\$240).

Convertendo-se o valor recebido ao dólar do momento da liquidação da operação, o investidor receberá US\$1060 (R\$6360 divididos por R\$6/US\$).

Em resumo, ao final da operação, o investidor contabilizará:

Juros líquidos de impostos: US\$85

Retorno **parcial** do principal: ao invés dos US\$1000 originalmente investidos, receberá, apenas, US\$975! Isso é imprevisibilidade para o investidor que desiste da operação!

Pior, se ao longo do prazo da operação, de outro modo, o dólar tivesse se desvalorizado frente ao Real, digamos, de R\$5 para R\$4, o investidor receberia R\$4400 (US\$1100 x R\$4/US\$), ou seja, R\$600 a menos do que investiu em Reais, mas **não poderia constituir qualquer crédito tributário para ser compensado com eventuais ganhos cambiais futuros**.

Essa grave distorção tributária provoca os seguintes efeitos contrários ao objetivo da MP conforme elencado anteriormente:

1. Irracionalidade e imprevisibilidade tributária que acaba afastando o investidor do agronegócio brasileiro, literalmente bloqueando o investimento estrangeiro em nosso agro;
2. Violação da neutralidade tributária, comprometendo o interesse nacional ao impedir o acesso do investidor em moeda estrangeira no setor que mais gera riqueza e, conseqüentemente, arrecadação direta e indireta ao país;
3. Promoção de injustiça tributária ao se tratar situações simétricas de forma díspar e casuística (“se o dólar subir o Fisco tributa, se descer não permite compensação”);



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234774504400>



* CD 234774504400 *
ExEdit



4. Desconexão do Brasil com a maciça prática internacional de não se tributar o capital estrangeiro que ingressa numa economia assumindo riscos e proporcionando geração de riquezas e crescimento econômico, proporcionando, também, melhores condições arrecadatórias e fiscais.

Por isso, a alteração legal ora proposta além de corroborar a motivação da MP, proporcionará melhores condições fiscais pois está focada na atração de capitais **que não estão vindo para o país** e que, se forem internalizados em nosso agronegócio, fomentarão nossa economia e, ato contínuo, a arrecadação federal, além de diminuir a pressão sobre o orçamento público, como ocorre todos os anos na formulação do “Plano Safra” ao se discutir o nível de “equalização” a ser dado ao crédito à agropecuária.

Constatações informais demonstram, de um lado, trilhões de dólares de investidores buscando boas alternativas de investimento nos mercados internacionais e, de outro lado, nosso agronegócio podendo proporcionar ao investidor internacional (i) boa rentabilidade, (ii) escala, (iii) boas perspectivas mercadológicas no médio e longo prazos por ser peça chave na equalização da “Segurança Alimentar” e “Segurança Energética” globais, (iv) diversificação de risco e, acima de tudo, (v) **sustentabilidade**.

Recentemente, o BNDES lançou de forma muito bem sucedida uma linha de crédito chamada “Crédito rural BNDES taxa fixa em dólar” na qual disponibilizou o equivalente a R\$2 bilhões^[4]. O sucesso dessa linha, que se esgotou em poucos dias, mostra o apetite do setor por crédito para ampliar sua atuação e enfrentar os desafios que se apresentam (i) na renovação de seu parque de máquinas e equipamentos; (ii) no aumento de sua capacidade de armazenagem; (iii) na conversão de pastagens e áreas degradadas em áreas produtivas, o que demanda bilhões de dólares em investimento e que poderá ser feito sem recursos do Orçamento Geral da União caso essas amarras tributárias sejam desfeitas.

Mais uma vez deve ser destacado que não há o menor sentido em se discutir “diminuição de arrecadação sobre algo que não existe” e que, de outro modo, devemos trilhar o caminho da efetiva geração de riqueza que, aí sim, terá o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234774504400>



condão de melhorar a arrecadação de nosso Fisco. A inclusão dos dispositivos na forma proposta provocará tais efeitos.

Nesse sentido, de se destacar o posicionamento da própria Receita Federal no seu Ato Declaratório Interpretativo (ADI) no. 12, de 23.11.2016, no qual seu Secretário declarou:

“Art. 1º Enquadra-se no conceito de remuneração para fins da isenção prevista no inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a parcela da variação cambial paga pelo Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e pelo Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) emitidos com cláusula de correção pela variação cambial nos termos do § 4º do art. 25 e do § 3º do art. 37 da Lei nº 11.076, de 30 de setembro de 2004, respectivamente.

Art. 2º Ficam modificadas as conclusões em contrário constantes em Soluções de Consulta ou em Soluções de Divergência emitidas antes da publicação deste Ato Declaratório Interpretativo, independentemente de comunicação aos consulentes.”

Todavia, desde a edição do ADI 12/2016, a Lei 11.076/2004 sofreu várias alterações, inclusive nos dispositivos citados no referido ADI. Nesse mesmo período, a Cédula de Produto Rural também foi modificada de forma a poder ser referenciada em moeda estrangeira. Assim sendo, a presente proposta visa adequar a Lei 11.033/2004 ao novo ambiente legal segundo os princípios exarados pela própria Receita Federal no ADI 12/2016.

Ademais, a Emenda, se acatada, ao diminuir a necessidade de contratação de hedge cambial, diminuirá os custos financeiros para ambas as partes, tanto o investidor fonte de funding, quanto o empresário do agronegócio tomador de recursos, melhorando nosso ambiente de negócios ainda bastante defasado em relação ao restante do planeta.

[1] <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234774504400>



[2] World Bank. 2017. Doing Business 2017: Equal Opportunity for All. Washington, DC: World Bank. DOI: 10.1596/978-1-4648-0948-4. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

[3] <https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/brasil-posicao-ranking-investimento-estrangeiro-direto/>

[4] <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-lanca-credito-rural-em-dolar-mais-competitivo-para-o-setor-agroexportador-do-brasil#:~:text=2023%20Agropecu%C3%A1ria%20%7C%20Infraestrutura-,BNDES%20lan%C3%A7a%20cr%C3%A9dito%20rural%20em%20d%C3%B3lar%20mais,o%20setor%20agroexportador%20do%20Brasil&text=O%20Banco%20Nacional%20de%20Desenvolvimento,de%20m%C3%A1quinas%20e%20equipamento%20agr%C3%ADcolas.>

Sala da comissão, 8 de maio de 2023.

Deputado Alceu Moreira
(MDB - RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234774504400>



**MPV 1171
00078**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023
(à MPV 1171/2023)**

Acrescente-se inciso III ao *caput* do art. 15 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 15.

.....
III – os seguintes dispositivos da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004:

a) o §1º do artigo 23; e

b) o §2º do artigo 25.”

JUSTIFICATIVA**Ambiente de Negócios do País e sua relação com o Agronegócio**

A Lei do Agro (Lei 13.986 de 7.4.2020) trouxe importantes mudanças para a CPR, principal título de crédito que financia o setor mais promissor de nossa economia, o agronegócio. Essa conclusão é evidente com a evolução do saldo das CPR registradas que subiu de R\$17 bilhões em julho de 2020 para R\$252 bilhões em dezembro de 2022. Um aumento de aproximadamente 1400% em pouco mais de dois anos!

Todavia, nosso agronegócio demanda muito mais crédito que isso, pois é responsável por um PIB de aproximadamente R\$2,5 trilhões o que equivale a 25% do PIB nacional, conforme levantamento do CEPEA em 2022^[1]. Assim, é claro que o país precisa incrementar o funding desse setor que demanda centenas de bilhões de Reais de recursos para giro e investimentos, e não somente “dentro da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235823816600>



porteira”, mas em todos os demais elos da cadeia do agronegócio, desde a produção de insumos, até a industrialização final da produção agropecuária e agroindustrial.

O acesso ao crédito no Brasil ainda é restrito e dificultado por inúmeros entraves, atingindo particularmente o financiamento rural. Isto foi confirmado pelo relatório “*Doing Business*” do ano de 2017, elaborado pelo Banco Mundial, em que aponta o Brasil como o 101º país no ranking referente a acesso ao crédito^[2]. Para fins de elaboração deste relatório, o Banco Mundial realizou a medição do acesso ao crédito por índice dividido em dois temas: informações sobre crédito, que abrange cadastros e bancos de dados; e a eficiência do ambiente legal.

O relatório também aponta que o Brasil ocupa somente a 123ª posição no ranking de países em relação à facilidade de realização de negócios, devido ao fato de, além da legislação brasileira ser, muitas vezes, confusa e restritiva, o ambiente de negócio impedir que investidores tenham acesso facilitado às informações necessárias para transacionarem no país. Tais dificuldades refletem-se substancialmente no agronegócio, impedindo maior acesso de investidores ao setor.

Recentemente, em 22.7.2022, foi divulgado um estudo no qual o Brasil ficou com a 82ª posição entre os países com melhores condições de investimentos internacionais, segundo o índice Greenfield de Atratividade, segundo levantamento feito pela Emerald Insights. No ranking geral de atratividade de investimentos, o Brasil ficou atrás de países como Equador (78º), Camarões (80º) e Turquia (81º). A lista é encabeçada por países como Luxemburgo (1º), Cingapura (3º), Irlanda (5º), Vietnã (6º), Seychelles (7º), Brunei (8º), Emirados Árabes Unidos (9º) e Eslováquia (10º). O estudo foi baseado em condições de entrada de investimentos internacionais, quadro institucional, condições de mercado, oferta e estrutura de recursos.^[3]

O estudo também destaca que atrair investimento estrangeiro é uma grande preocupação para os países que buscam desenvolvimento econômico e crescimento sustentável. É uma importante fonte de capital, emprego, tecnologia, gestão de habilidades organizacionais, empreendedorismo e estruturas de incentivo.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235823816600>



Contextualização da Proposta à Luz da MP 1.171, de 30.4.2023

A motivação da MP 1.171/2023, conforme sua Exposição de Motivos, EM nº 00057/2023 de 28.4.2023 (EM), baseou-se em importantes princípios dentre os quais destacamos:

1. Racionalização Tributária (itens 40, 42 e 43 da EM)
2. Neutralidade Tributária e interesse nacional (item 5. da EM)
3. Justiça Tributária (item 6. da EM)
4. Desconexão das regras tributárias brasileiras com o restante do mundo (itens 12 e 13 da EM) e necessidade do Brasil se adequar à experiência internacional (item 14 da EM)

A apresentação da presente emenda vem no sentido de se reforçar tais aspectos basilares que motivaram a edição da MP1.171/2023, conforme consubstanciado a seguir.

A revogação do §1º do artigo 23 da Lei 11.076 de 20.12.2004 se faz necessária pelas mesmas razões que motivaram a edição da MP 1.171/2023, conforme destacado anteriormente.

A introdução dos títulos do agronegócio em 30.12.2004 - especialmente do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) - visou dar as mesmas condições de funding ao agronegócio que o setor imobiliário possuía pois já contava com o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), introduzido em 20.11.1997 pela Lei 9.514, bem como com a Letra de Crédito Imobiliária (LCI), introduzida pela Lei 10.931, de 2.8.2004.

Todavia, o lastro dos títulos imobiliários não sofreu qualquer restrição legal enquanto os direitos creditórios passíveis de lastrear o CRA e a LCA (bem como o CDCA) foram restringidos àqueles “originários de negócios realizados por produtores rurais ou suas cooperativas”, conforme redação do dispositivo a ser revogado. Tal dispositivo, após quase duas décadas, não consegue dar vazão às novas necessidades do agronegócio. Diversas evoluções têm acontecido



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235823816600>



no setor, desde a evolução para o conceito de cadeia do agronegócio abarcada tanto pela última atualização da lei das CPR, quanto pela criação dos FIAGRO, até novas possibilidades de uso da terra com crédito de carbono e prestação de serviços ambientais. Também não há de se falar que tal providência acarretaria em uma completa desregulamentação dos títulos, uma vez que tanto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quanto o Banco Central do Brasil os regulamentam e continuarão a fazê-lo.

Ora, por que o CRI e a LCI podem ser lastreados com direitos creditórios oriundos de qualquer negócio de qualquer participante do setor imobiliário e o mesmo não pode ocorrer com os títulos do agronegócio, um setor que engloba um grande número de empresários “além da porteira” que também precisam de funding para expandir suas atividades, aumentar a oferta sobre a agropecuária e aumentar a geração de riqueza e arrecadação do país?

Com efeito, o CRI e a LCI têm sido lastreados com direitos creditórios originados de toda e qualquer transação que envolva imóveis, desde aluguéis (performados e já performados!) até construção de instalações industriais; desde reforma de apartamentos residenciais, até a construção de shopping centers, sem a menor discriminação em relação a quem originou tais negócios.

Essa injustificada falta de isonomia legal provoca irracionalidade e assimetria tributária (tratamento diametralmente oposto dispensado a duas situações análogas), comprometendo a capacidade do setor do agronegócio captar funding no mercado em comparação com o setor imobiliário, impedindo o pleno crescimento do agronegócio, inibindo a geração de riqueza e a arrecadação do Estado, dificultando, em última análise o equacionamento da situação fiscal do país.

É compreensível a necessidade de se discutir o nível de isenção tributária que o Estado concede ao investidor pessoa natural nesses títulos. Mas essa discussão deve abranger todos eles - LCA, CRA, LCI e CRI - e deve partir de um ambiente legal-operacional isonômico aos quatro instrumentos financeiros, o que não ocorre com a atual restrição imposta pelo dispositivo a ser revogado.

Assim sendo, como não há o menor sentido em se manter uma assimetria de tal ordem entre os setores, o que também impõe altos custos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235823816600>



compliance aos estruturadores de operações de financeiras baseadas nos títulos do agronegócio, o §1º do artigo 23 da Lei 11.076 de 20.12.2004, deve ser revogado.

Já a revogação dos §2º do artigo 25 da Lei 11.076, de 30.12.2004 se deve pelo simples fato que a necessidade de custódia de recebíveis do CDCA prevista no parágrafo anterior foi revogada pela Lei 14.121, de 22.7.2022. Dessa forma, nenhum sentido há em se manter um dispositivo que define o cabera “à instituição custo diante a que se refere o § 1º deste artigo”.

Em conclusão, as alterações ora introduzidas estimularão o desenvolvimento do mercado privado de crédito para o agronegócio, “dentro e fora da porteira”, sem custo adicional para o Estado nem para o produtor rural, vindo a melhor fomentar o setor, o crescimento econômico e a arrecadação do país, além de permitir ao Poder Público melhores condições de conduzirem as políticas públicas associadas conforme o melhor interesse da sociedade.

[1] <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

[2] World Bank. 2017. Doing Business 2017: Equal Opportunity for All. Washington, DC: World Bank. DOI: 10.1596/978-1-4648-0948-4. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

[3] <https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/brasil-posicao-ranking-investimento-estrangeiro-direto/>

[4] <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-lanca-credito-rural-em-dolar-mais-competitivo-para-o-setor-agroexportador-do-brasil#:~:text=2023%20Agropecu%C3%A1ria%20%7C%20Infraestrutura-,BNDES%20lan%C3%A7a%20cr%C3%A9dito%20rural%20em%20d%C3%B3lar%20mais,o%20setor%20agroexportador%20do%20Brasil&text=O%20Banco%20Nacional%20de%20Desenvolvimento,de%20m%C3%A1quinas%20e%20equipamento%20agr%C3%ADcolas.>

[5] § 1º Os títulos de crédito de que trata este artigo são vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235823816600>



CD235823816600



relacionados com a produção, a comercialização, o beneficiamento ou a industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

[6] § 1º Os direitos creditórios vinculados ao CDCA: (Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020)

I - serão registrados ou depositados em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários; (Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020)

II - serão custodiados em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviço de custódia de valores mobiliários; e (Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020) (Revogado pela Lei nº 14.421, de 2022)

III - poderão ser formalizados em meio físico ou eletrônico e, quando correspondentes a títulos de crédito, sob a forma cartular ou escritural. (Redação da pela Lei nº 13.986, de 2020)

§ 2º Caberá à instituição custodiante a que se refere o § 1º deste artigo:

I - manter sob sua guarda documentação que evidencie a regular constituição dos direitos creditórios vinculados ao CDCA;

II - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios custodiados, devendo, para tanto, estar munida de poderes suficientes para efetuar sua cobrança e recebimento, por conta e ordem do emitente do CDCA;

III - prestar quaisquer outros serviços contratados pelo emitente do CDCA.

Sala da comissão, 8 de maio de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235823816600>



* CD 235823816600 *
ExEdit



**MPV 1171
00079**

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1171, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Inclua-se os parágrafos 10º e 11º ao artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, com a seguinte redação:

“§ 10º Poderá ser deduzido do lucro do período da controlada, a parcela do resultado ainda não realizada, desde que seja constituída reserva de lucros a realizar, aprovada em assembleia-geral, reunião de sócios ou equivalente.

I - Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

a - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial;

b - o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

“§ 11º Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar deverão ser adicionados aos apurados nos termos do inciso I do parágrafo 6º deste artigo no período em que forem realizados.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra antidiferimento de rendimentos auferidos por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior estabelecendo a necessidade de oferecimento anual dos rendimentos a tributação.

O conceito de lucro adotado inclui parcela ainda não realizada, a qual não conta com disponibilidade jurídica ou econômica não podendo, portanto, estar sujeita ao Imposto de Renda. Ainda que se possa argumentar que o contribuinte poderia carregar tais ativos de forma direta e somente oferecer a tributação quando ocorrer a realização, muitas estruturas foram definidas considerando o diferimento previsto na regra atual e a alteração destas é inviável em face de múltiplas jurisdições e contratos já firmados.



Em funções das oscilações de mercado, parcela dos resultados positivos decorrentes da avaliação a valor de mercado de ativos pode não se realizar no futuro. Adicionalmente pela nova regra os brasileiros poderão se ver com uma assimetria a residentes fiscais em outras jurisdições no que tange a investimentos de alto risco (private equity/venture capital) bem como em ativos ilíquidos.

A emenda proposta se utiliza de expediente já conhecido pelo ordenamento jurídico nacional, a Reserva de Lucros a Realizar repetindo em partes a redação prevista no artigo 197 da Lei das SAs. Deve ser mencionado que o diferimento é temporário e que no período em que realizado o lucro este será oferecido a tributação.

A inclusão dos parágrafos visa corrigir a potencial distorção a que as pessoas físicas residentes estariam sujeitas em relação a residentes fiscais de outras jurisdições, tornando possível ao empresariado nacional competir em condições de igualdade na construção de entidades globalizadas a partir do Brasil.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Comissões,

Senador ALAN RICK



**MPV 1171
00080**

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV 1.171, de 2023)

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte parágrafo 10º ao artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, com a seguinte redação:

“§ 10º – As alíneas “b”, “g” e “h” do inciso I do parágrafo 5º não se aplicam às instituições financeiras reconhecidas e autorizadas a funcionar pela autoridade monetária do país em que estejam situadas” **(NR)**

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece uma regra antidiferimento de rendimentos auferidos por pessoa física por meio de entidades controladas no exterior na legislação tributária brasileira.

No caso de entidades controladas com renda passiva superior a 20%, a tributação passará a ser anual. No parágrafo 5º do artigo 4º a norma traz uma definição da renda passiva que nos termos da Exposição de Motivos, item 17, já está prevista no arcabouço jurídico brasileiro através da Lei 12.973/14:

“Ademais, tanto o critério jurisdicional, quanto o critério da renda passiva, já são utilizados na regra de tributação em bases universais aplicável às pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, ainda que de maneira diversa, na Lei nº 12.973, de 2014, e sua eficácia já foi colocada à prova à luz da realidade brasileira. ”

No entanto, a Lei 12.973/14 exclui do conceito de renda passiva para as instituições financeiras reconhecidas e autorizadas a funcionar as receitas decorrentes de: (i) juros; (ii) aplicações financeiras; e (iii)



intermediação financeira, uma vez ser esta a atividade operacional própria dessas entidades.

Assim, a emenda visa equiparar a situação de exceção já prevista na Lei 12.973/14, mantendo a unicidade do ordenamento jurídico brasileiro e a homogeneidade de conceitos. A não inclusão, implica na prática em discriminar um setor da economia, e inviabilizando que pessoas físicas residentes explorem tal atividade econômica.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Sala das Comissões,

Senador ALAN RICK



MPV 1171
00081

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA DE COMISSÃO Nº _____, DE 2023

Dê-se nova redação aos incisos I e II do §1º do art. 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, nos termos a seguir:

“Art. 3º.....

§1º

I – aplicações financeiras – exemplificativamente, depósitos bancários, certificados de depósitos, cotas de fundos de investimento, com exceção daqueles tratados como entidades controladas no exterior, instrumentos financeiros, apólices de seguro, certificados de investimento ou operações de capitalização, depósitos em cartões de crédito, fundos de aposentadoria ou pensão, títulos de renda fixa e de renda variável, derivativos e participações societárias, com exceção daquelas tratadas como entidades controladas no exterior, **criptoativos e carteiras digitais ou contas correntes com rendimentos**; e

II – rendimentos - remuneração produzida pelas aplicações financeiras, incluindo, variação cambial da moeda estrangeira **ou criptomoeda** frente à moeda nacional, **rendimentos em depósitos em carteiras digitais ou contas correntes remuneradas**, juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, participações nos lucros, dividendos e ganhos em negociações no mercado secundário, incluindo ganhos na venda de ações das entidades não controladas em bolsa de valores no exterior.

.....”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duda Salabert
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235310543400>



CD235310543400
ExEdit



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir os criptoativos e as carteiras digitais com rendimentos no rol de aplicações financeiras sujeitas às novas regras de tributação previstas pela Medida Provisória.

Os criptoativos são a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal. Os mais conhecidos atualmente são as criptomoedas.

As criptomoedas são semelhantes ao dinheiro, e servem como meio de troca. Mas diferente do dólar, real e outras moedas fiduciárias, elas são totalmente digitais, e não são emitidas por um governo. As criptomoedas também funcionam como reserva de valor, a exemplo do ouro.

Além disso, podem ainda ser usadas como unidade de conta para descrever o valor de bens, serviços e produtos. Esse mercado vem crescendo muito no mundo e já ultrapassou o valor de um trilhão de dólares em capitalização, de acordo com o portal Statista, plataforma especializada em estatísticas de mercado.

O Brasil é um grande mercado deste tipo de investimento. Um levantamento da empresa norte-americana de análise de blockchain Chainalysis, divulgado em 2022, traz dados sobre a implementação de criptomoedas em 154 países e mostra que o Brasil ocupa a primeira posição entre países na América Latina e a sétima posição global em volume de investimentos em criptomoedas.

Apesar de ainda não existir regulação no Brasil, desde 2019, a Receita Federal exige que os brasileiros declarem criptoativos no Imposto de Renda, conforme a Instrução Normativa nº 1.888. Ganhos de capital com esse tipo de ativo já incorrem em fato gerador de Imposto de Renda atualmente.

Há também o mercado de carteiras digitais, que são sistemas de pagamentos online que utilizam a criptografia em dados de cartão de crédito. Segundo o “Mobile Wallet Market Size, Share & Trends Analysis Report”, divulgado pela consultoria Grand View Research, o tamanho do mercado global de carteiras digitais foi avaliado em US\$ 6,2 bilhões em 2021 e deve crescer anualmente a uma taxa de 27,4% entre 2022 e 2030. Muitas dessas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duda Salabert
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235310543400>



carteiras digitais oferecem serviços de conta corrente com rendimentos automáticos aos depósitos como estratégia para atrair novos clientes.

O Brasil também é um grande consumidor desse tipo de serviço. O país já é o terceiro lugar no ranking dos países que mais fazem uso desse instrumento, sendo utilizado diariamente por 20% dos brasileiros, segundo pesquisa divulgada pelo portal Insider Intelligence, da empresa de pesquisa de mercado eMarketer.

Desse modo, é importante que se incluam os criptoativos no rol de aplicações financeiras sujeitas às novas regras de tributação para que não haja nenhum tipo de insegurança jurídica ou litígio posterior sobre um instrumento cada vez mais popular entre os investidores brasileiros.

Dep. DUDA SALABERT
PDT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duda Salabert
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235310543400>



**MPV 1171
00082**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº / 2023

(Do Sr. Gilson Marques)

Inclua-se no artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, o parágrafo 4º com a seguinte redação:

“§ 4º Poderá haver a compensação das perdas realizadas nas aplicações de que trata esse artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece que os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2024 em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma de seu artigo 2º.

A presente alteração se faz necessária para garantir que não haja tributação pelo imposto de renda de valores que não representem acréscimo patrimonial do investidor.

Sala das Sessões 08, de maio de 2023.

**GILSON MARQUES
(NOVO/SC)**

* C D 2 3 5 5 1 1 9 3 8 4 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235511938400>



**MPV 1171
00083****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso II do parágrafo 1º do artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, a seguinte redação:

“II – rendimentos - remuneração produzida pelas aplicações financeiras, incluindo, exemplificativamente, juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, participações nos lucros, dividendos e ganhos em negociações no mercado secundário, incluindo ganhos na venda de ações das entidades não controladas em bolsa de valores no exterior, excluída a variação cambial da moeda estrangeira frente à moeda nacional.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23) estabelece que os lucros auferidos por meio de determinadas entidades controladas no exterior deverão ser oferecidos anualmente à tributação por imposto de renda por parte da pessoa física residente no País que seja sua titular.

A presente emenda visa a esclarecer que a simples variação cambial da moeda estrangeira frente à moeda nacional não será tributada como rendimento das aplicações financeiras no exterior.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.



**MPV 1171
00084****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, o artigo 6º.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23) estabelece que poderá ser deduzido da tributação do titular pessoa física de controlada no exterior o imposto sobre a renda pago pela controlada e suas investidas.

A presente emenda visa a retirar o art. 6º de tal forma que a simples variação cambial da moeda estrangeira frente à moeda nacional não será tributada como ganho de capital percebido pelas pessoas físicas no caso de controladas no exterior.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.



**MPV 1171
00085****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, o parágrafo 4º com a seguinte redação:

“§ 4º Poderá haver a compensação das perdas realizadas nas aplicações de que trata esse artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece que os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2024 em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma de seu artigo 2º.

A presente alteração se faz necessária para garantir que não haja tributação pelo imposto de renda de valores que não representem acréscimo patrimonial do investidor.



**MPV 1171
00086**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, o parágrafo 3º com a seguinte redação:

“§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo aos depósitos em conta ou em cartão de crédito, quando não remunerados.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece que os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2024 em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma de seu artigo 2º.

A alteração proposta busca especificar o conceito de aplicações financeiras apenas para depósitos remunerados, uma vez que os depósitos não remunerados não representam uma aplicação financeira, uma vez que já que não ocorrem neles o pagamento de quaisquer juros ou rendimentos. Além disso a presente alteração visa manter coerência com o já previsto no artigo 25, parágrafo 4º da Lei 9.250, de 1995, que estabelece que *“os depósitos mantidos em instituições financeiras no exterior devem ser relacionados na declaração de bens, a partir do ano-calendário de 1999, pelo valor do saldo desses depósitos em moeda estrangeira convertido em reais pela cotação cambial de compra em 31 de dezembro, sendo isento o acréscimo patrimonial decorrente da variação cambial”*, bem como com o próprio conceito de não tributação de valores que não representam renda ou acréscimo patrimonial. Ademais, a emenda traz maior segurança jurídica na medida em dirime o falso conflito da regra proposta com o disposto no artigo 25 da supracitada norma.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.



**MPV 1171
00087****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

O §1º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§1º Os rendimentos de que trata o caput ficarão sujeitos à incidência do IRPF, no ajuste anual, de acordo com as alíquotas previstas no artigo 21 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com a observância da isenção de que trata o artigo 22 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.” (NR)”

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta nesta emenda tem o objetivo de simplificar o sistema tributário, equacionando as alíquotas com as mesmas alíquotas e regras de isenção atualmente já previstas para ganhos de capita trazendo maior segurança jurídica e mantendo uma tabela única para o cálculo do ganho de capital.





SENADO FEDERAL

MPV 1171
00088

EMENDA Nº , DE 2023
(à Medida Provisória nº 1.171, de 2023)

Inclua-se o seguinte art. 14-A à MPV nº 1.171, de 2023:

Art 14-A. Os arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

III -

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

i) R\$ 210,26 (duzentos e dez reais e vinte e seis centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)

“Art. 8º

.....

II -

c)

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

i) R\$ 2.523,07 (dois mil, quinhentos e vinte e três reais e sete centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda corrige os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativos às deduções com dependentes, utilizando-se do mesmo percentual de atualização utilizado pelo Governo para atualizar o limite de aplicação da alíquota zero (limite de “isenção”), qual seja de 10,9%.





SENADO FEDERAL

Essa emenda demonstra o **compromisso com a família, com as novas gerações, bem como com os idosos e dependentes**. A visão individualista da sociedade não se sustenta: o ser humano vive e se desenvolve na família. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 226, que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Assim, é importante que os gastos com as crianças, adolescentes e idosos dependentes recebam o devido tratamento, merecendo, no mínimo, a atualização pelo índice utilizado pelo Governo.

Investir na família é investir no futuro da economia. A população do Brasil deve encolher em quase 50 milhões até o fim do século¹, aponta estudo feito por pesquisadores da escola de medicina da Universidade de Washington e publicado em julho de 2020 pela revista científica britânica The Lancet.

Segundo os autores, a população brasileira saltaria de 211,8 milhões em 2017 para um pico de 235,49 milhões em 2043, quando entraria em queda acentuada, até chegar a 164,75 milhões de brasileiros em 2100.

Os autores da pesquisa, que teve entre seus financiadores a Fundação Bill e Melinda Gates, apontam que a queda já percebida na quantidade de filhos por família no Brasil deve se intensificar nas próximas décadas.

O Brasil é um exemplo de transição demográfica acelerada: de uma média de seis filhos por mulher, nos anos 1960, foi para uma taxa hoje próxima de 1,7. A taxa de manutenção da população é, grosso modo, de dois filhos por mulher; abaixo disso, a população tende a cair, caso não seja compensada por imigrantes².

Isso tem efeitos fortes sobre a economia. A previsão do estudo é que o Brasil se manteria com o 8º maior PIB até 2050, para depois ser ultrapassado por Austrália, Nigéria, Canadá, Turquia e Indonésia, ficando na 13ª posição no ranking em 2100. O menor crescimento populacional deve se traduzir em um crescimento econômico mais lento, pois os mais velhos tendem a produzir menos inovação e consumir menos bens duráveis do que os mais jovens³.

Além disso, o estudo sinaliza uma possível solução: dar apoio econômico e social para que as mulheres possam ter filhos sem que isso implique perdas para sua carreira, assim como incluir produtivamente todas as faixas etárias⁴.

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53412547>.

² <https://exame.com/brasil/brasil-tera-pico-de-populacao-em-2043-mas-encolhera-ate-2100-diz-estudo/>.

³ Idem 2.

⁴ Idem 2.





SENADO FEDERAL

Dessa forma, o Governo não pode ignorar o grave problema que já começamos a enfrentar com uma taxa de natalidade incapaz de sustentar a população e a economia e deve dar sua contribuição para a valorização da reversão dessa tendência, por meio da valorização da consideração das crianças e dos adolescentes no imposto de renda.

Ante o exposto, considerando a relevância social e econômica da atualização proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

DAMARES ALVES

Senadora da República





SENADO FEDERAL

MPV 1171
00089**EMENDA Nº , DE 2023**
(à Medida Provisória nº 1.171, de 2023)

Incluam-se os seguintes art. 13-A a art. 13-C à MPV nº 1.171, de 2023:

Art 13-A. A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida dos artigos 8º-A a 8º-E:

“**Art. 8º-A** A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário na forma do artigo anterior poderá ser reduzida, mediante sua divisão pelo coeficiente familiar, na hipótese de apuração do imposto de renda da entidade familiar, nos termos dos artigos 8º-B a 8º-E desta Lei.

§ 1º A utilização do coeficiente familiar referido no caput está condicionada à declaração conjunta de rendimentos dos integrantes da entidade familiar, assim considerada aquela formada por:

I – Cônjuges;

II – Companheiros em união estável, exceto se houver disposição contratual em contrário quanto às relações patrimoniais;

III – qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 2º O disposto nos incisos I e II do §1º deste artigo aplica-se, inclusive, à separação de fato.

Art. 8º-B Na hipótese de opção da declaração conjunta estabelecida no §1º do artigo 8º-A, deverão ser somados todos os bens e rendimentos dos integrantes da entidade familiar, inclusive quando provenientes da atividade rural e das pensões de que tiverem gozo privativo.

§ 1º O imposto sobre a renda pago ou retido na fonte sobre os rendimentos de cada um dos integrantes da entidade familiar, incluídos na declaração, poderá ser compensado na declaração conjunta.

§ 2º Os bens, inclusive aqueles gravados com cláusula de incomunicabilidade ou inalienabilidade, deverão ser relacionados na declaração de bens da entidade familiar.

§ 3º A declaração conjunta da unidade familiar poderá incluir todas as deduções da base de cálculo aplicáveis aos rendimentos de cada um dos integrantes da entidade familiar.

Art. 8º-C Na hipótese de opção da declaração conjunta estabelecida no § 1º do artigo 8º-A, a somatória de bens e rendimentos apurada nos termos do artigo 8º-B será dividida por coeficiente familiar, correspondente à somatória dos seguintes coeficientes específicos:

I – 2,0 (dois inteiros) para cada uma das entidades familiares constantes dos incisos I e II do § 1º do artigo 8º-A;

II – 1,5 (um inteiro e cinco décimos) para a mãe ou para o pai, quando solteiro(a), viúvo(a), divorciado(a) ou não convivente em união estável,





SENADO FEDERAL

responsável por um ou mais filhos, desde que estes últimos não tenham auferido rendimentos tributáveis superiores ao limite de isenção do imposto no respectivo ano-calendário;

III - 0,5 (cinco décimos) para cada um dos filhos de ao menos um dos integrantes da entidade familiar, desde que não tenham auferido rendimentos tributáveis superiores ao limite de isenção do imposto no respectivo ano-calendário;

IV - 0,5 (cinco décimos) para cada um dos enteados ou enteadas de ao menos um dos integrantes da entidade familiar, durante a constância da sociedade conjugal ou da união estável, desde que não tenham auferido rendimentos tributáveis superiores ao limite de isenção do imposto no respectivo ano-calendário;

V - 0,5 (cinco décimos) para cada um dos ascendentes de ao menos um dos integrantes da entidade familiar, desde que não tenham auferido rendimentos tributáveis superiores ao limite de isenção no respectivo ano-calendário;

VI - 0,5 (cinco décimos) para cada indivíduo sem vínculo familiar com os integrantes da entidade familiar, cuja guarda, tutela ou curatela tenha sido atribuída ao menos a um dos integrantes da entidade familiar por decisão judicial;

VII - 0,5 (cinco décimos) para cada irmão, neto ou bisneto de ao menos um dos integrantes da entidade familiar, cuja guarda, tutela ou curatela tenha sido atribuída ao menos a um dos integrantes da entidade familiar por decisão judicial;

VIII - 0,3 (três décimos) para cada uma das pessoas mencionadas nos incisos III a VII do caput deste artigo, que sejam consideradas como pessoas com deficiência, nos termos do artigo 2º da Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

§ 1º O coeficiente específico estabelecido no inciso II do caput deste artigo será acrescido de 0,5 (cinco décimos) para a mãe, se responsável por um ou mais filhos que estejam em período de primeira infância, nos termos do artigo 2º da Lei n.º 13.257, de 08 de março de 2016.

§ 2º O coeficiente específico estabelecido no inciso VIII do caput deste artigo será cumulativo com os demais coeficientes estabelecidos nos incisos III a VII do mesmo caput.

§ 3º À exceção do disposto no § 2º deste artigo, na hipótese de uma mesma pessoa enquadrar-se em mais de um dos coeficientes definidos nos incisos III a VII do caput deste artigo, poderá ser considerado somente um dos coeficientes aplicáveis, a critério da entidade familiar.

Art. 8º-D O valor resultante da divisão da somatória de bens e rendimentos estabelecida no art. 8º-B pelo coeficiente familiar definido no artigo 8º-C consistirá na base de cálculo do imposto devido no respectivo ano-calendário pela entidade familiar, a ser multiplicada pela alíquota aplicável do imposto de





SENADO FEDERAL

acordo com a tabela progressiva estabelecida no artigo 1º da Lei n.º 11.482, de 31 de maio de 2007.

Art. 8º-E O valor apurado na forma do artigo 8º-D desta Lei será multiplicado pelo coeficiente familiar estabelecido de acordo com o artigo 8º-C desta Lei, e constituirá o valor do imposto devido no respectivo ano-calendário pela entidade familiar, antes das deduções do imposto admitidas na legislação em vigor.”

Art. 13-B O Art. 8º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“§ 4º A declaração conjunta de rendimentos da entidade familiar poderá ser apresentada pelos sujeitos passivos em observância aos critérios estabelecidos nos arts. 8º-A a 8º-E da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.”

Art. 13-C O Art. 10 da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo Único:

“**Art. 10**

Parágrafo Único. Na apuração da base de cálculo do imposto de renda devido pelos integrantes de entidade familiar sujeita à declaração conjunta de rendimentos, os sujeitos passivos poderão observar os critérios estabelecidos nos Arts. 8º-A a 8º-E da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo promover uma tributação mais justa da renda das famílias brasileiras (Imposto de Renda de Pessoa Física), por meio da aplicação do *splitting taxation*.

O texto jurídico ora proposto foi desenvolvido por uma comissão de notáveis juristas sob a coordenação do professor Heleno Taveira Torres a partir de ideias e estudos do *Family Talks*.

É ponto pacífico que a tributação das famílias ainda é um tema pouco tratado no Brasil, tanto no debate acadêmico quanto no político. Por outro lado, é cada vez maior o número de manifestações no sentido de ser necessária uma reforma tributária que promova a equalização da carga tributária suportada pelo contribuinte.





SENADO FEDERAL

Tais afirmações justificam-se em razão da estruturação do sistema tributário brasileiro, notadamente criticado pela sua alta regressividade da tributação sobre o consumo, o que afeta de forma direta as famílias brasileiras por meio do alto custo dos itens de cesta básica, por exemplo.

Contudo, a tributação das famílias é realizada, principal e diretamente, pelo Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF). O tributo tem como um de seus princípios a progressividade, ponto positivo, pois garante uma faixa isenta de tributação de rendimentos – o que é de suma importância para a subsistência de inúmeras famílias brasileiras, considerando a situação socioeconômica do país.

Ocorre que considerar apenas a renda tributável subdividida por faixas de acordo com valor do rendimento tributável não é critério suficiente para proporcionar uma tributação justa, ademais, mostra-se incapaz de promover o desenvolvimento da entidade familiar de renda baixa, uma vez que o conceito de pobreza não contempla apenas a renda da pessoa, mas envolve outros elementos do contexto social. Por esse motivo, pesquisadores da Universidade de Oxford desenvolveram o “Índice Multidimensional de Pobreza”. Assim, a definição se determinado indivíduo será isento do tributo deve levar em consideração outros elementos, além de sua renda, para ser mais justo e preciso. Além disso, a pandemia de COVID-19 ressaltou as desigualdades pré-existentes, bem como ensejou um contexto atípico de grande crise econômica para o Estado e para as famílias. Diante disso, resta evidente a necessidade de se promover ações estruturais permanentes que subsidiem a recuperação econômica das famílias e cumpram com o dever do Estado de promover a tutela às famílias, conforme assegurado no art. 226 da Constituição Federal (CF/88).

Para isso, o presente projeto de lei objetiva promover uma tributação mais justa da renda das famílias brasileiras, por meio da aplicação do *splitting taxation*, que consiste em uma técnica de divisão da renda familiar sujeita a tributação do IRPF, adotada de forma optativa pelo contribuinte e que possibilita um melhor aferir a capacidade contributiva e do mínimo existencial da entidade familiar.

Na aplicação do *splitting*, considera-se a soma da renda dos responsáveis pela entidade familiar dividida por um coeficiente familiar para, assim, definir as alíquotas progressivas incidentes sobre a renda tributável. Tal coeficiente é construído em função do contexto específico de cada núcleo familiar. Convém ressaltar que a diversidade de arranjos familiares está contemplada neste projeto, todas enunciadas no bojo do art. 8-A, §1º, incisos I, II e III.





SENADO FEDERAL

A técnica de *splitting* também pode ser aplicada ao responsável familiar que se encontra em situação de separação de fato e que tenha sua renda tributável destinada à manutenção do membro familiar, nos termos do art. 8-B, §2º.

Além disso, o coeficiente familiar é resultado da soma de coeficientes específicos, isto é, considera-se no cálculo não somente a quantidade de membros dependentes da renda familiar, mas também a condição específica de cada membro integrante da família como, por exemplo, ascendentes, pessoas com deficiência e indivíduos sem vínculo familiar, cuja guarda, tutela ou curatela tenha sido atribuída ao menos a um dos integrantes da entidade familiar por decisão judicial, conforme disposições dos incisos do art. 8-C.

Há, ainda, um coeficiente específico para a promoção da tutela à primeira infância, tema que foi definido como prioridade orçamentária no art. 10, parágrafo único, da Lei 13.971/2019, que instituiu o Plano Plurianual (2020-2023).

Destaca-se que o contexto contemporâneo impõe novos arranjos familiares: a quantidade de lares unipessoais aumenta, bem como o de domicílios chefiados por mulheres, inclusive sendo elas as chefes de mais de 28 milhões de famílias, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dessa maneira, a proposta ora exposta tende a melhor atender a nova dinâmica social, por contemplar, na construção de seu “quociente familiar” a possibilidade de quaisquer arranjos familiares.

Também, é fundamental considerar o momento de transição demográfica pela qual o país passa: até o final do século a população brasileira encolherá em 50 milhões de habitantes, sendo que a proporção de pessoas idosas será maior que 25%. Tal situação é desafiadora: a força de trabalho diminuirá e, portanto, haverá menos contribuintes para sustentar um sistema previdenciário cada vez mais demandado em função do aumento da expectativa de vida, que passará de 76 para 82 anos. Este cenário exige dos gestores públicos uma maior atenção à situação das famílias, que precisam de apoio, inclusive econômico.

Portanto, inserir mecanismos para melhor avaliação da capacidade contributiva das famílias contribuirá para uma tributação de renda mais justa e, assim, garantirá melhores condições econômicas para o desenvolvimento de cada família – o que é essencial para o próprio desenvolvimento social do país.

É possível perceber, portanto, que a aplicação dessa técnica de divisão da renda tributável promove a tutela à família em seus mais diversos aspectos, pois





SENADO FEDERAL

possibilita um melhor cumprimento do dever do Estado de promover o bem-estar social, dos direitos sociais (art. 6º da CF/88) e assistência social à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, por meio da proteção integral ao núcleo familiar (art.203 da CF/88).

Ante o exposto, considerando a relevância social e econômica da correção proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

DAMARES ALVES

Senadora da República





SENADO FEDERAL

**MPV 1171
00090****EMENDA Nº , DE 2023**
(à Medida Provisória nº 1.171, de 2023)

O inciso I do artigo 15 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – a partir de 1º de janeiro de 2024, os seguintes dispositivos do art. 24 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001:

- a) o § 5º; e
- b) o inciso I do § 6º ; e” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

As alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 15 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), revogam o § 5º e o inciso I do § 6º do art. 24 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (MP 2.158-35/01).

O § 5º do art. 24 da MPV 2.158-35/01 estabelece a metodologia de apuração da base de cálculo do imposto de renda aplicável à hipótese de alienação, liquidação ou resgate de bens, direitos ou aplicações financeiras adquiridos por residente no País com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira.

A referida metodologia consiste na apuração em dólares da diferença positiva entre o valor da alienação, liquidação ou resgate e o custo de aquisição. Nessa sistemática, a conversão dos valores para reais ocorre apenas após a referida subtração.

Por sua vez, o inciso I do § 6º estabelece a não incidência do imposto de renda sobre o ganho auferido na alienação, liquidação ou resgate de bens localizados no exterior ou representativos de direitos no exterior, bem assim de aplicações financeiras, adquiridos, a qualquer título, na condição de não-residente.

Embora o § 5º disponha sobre a base de cálculo e o inciso I do § 6º preveja uma isenção expressa, certo é que ambas as disposições revogadas contêm normas benéficas ao contribuinte, uma vez que afastam a incidência do imposto sobre a variação cambial positiva da moeda estrangeira.



**SENADO FEDERAL**

Portanto, as referidas revogações representam aumento dos tributos incidentes nas hipóteses de que tratam, sobretudo tendo em vista que, desde a publicação da MPV 2.158-35/01, as principais moedas internacionais (como o dólar) se valorizaram significativamente em relação ao real.

Desta forma, as revogações em questão se sujeitam à regra constitucional de anterioridade anual prevista no art. 150, III, “b”, e § 1º, da Constituição Federal e, assim, somente devem entrar em vigor no exercício financeiro seguinte àquele da publicação da MPV 2.158-35/01. Do contrário, as referidas revogações deverão ser objeto de contestação judicial por parte dos contribuintes, o que acarretará insegurança jurídica e poderá comprometer a eficácia da MPV 1171/23.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para que acolham a presente emenda.

Sala das Sessões,

DAMARES ALVES

Senadora da República



MPV 1171
00091

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/05/2023	Proposição Medida Provisória 1.171, de 2023
Autor	Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acresça-se no texto da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

Art. ... O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....
VI - a parcela da variação cambial paga pelos títulos de crédito emitidos nos termos do § 3º do art. 23 da Lei nº 11.076, de 30 de setembro de 2004.”

JUSTIFICAÇÃO

Hoje o financiamento ao agronegócio referenciado em moeda estrangeira é tributado quando há variação positiva da cotação da respectiva moeda ao longo do prazo da operação financeira. Portanto, o ganho em Reais com a variação cambial positiva é considerado ganho de capital para fins de incidência de Imposto de Renda.

Essa distorção tributária provoca:

- 1) Irracionalidade e imprevisibilidade tributária que acaba afastando o investidor do agronegócio brasileiro, bloqueando o investimento estrangeiro em nosso agro;
- 2) Violação da neutralidade tributária, contrária ao interesse nacional, ao impedir o acesso do investidor em moeda estrangeira no setor que mais gera riqueza e, consequentemente, arrecadação direta e indireta para o país;
- 3) Desconexão do Brasil com a maciça prática internacional de não se tributar o capital estrangeiro que ingressa numa economia, assumindo riscos, proporcionando geração de riquezas e crescimento econômico, assim como proporcionando melhores condições arrecadatórias e fiscais.

Por isso, a alteração legal ora proposta está focada na atração de capitais que atualmente não estão vindo para o país e que, se forem internalizados em nosso agronegócio, fomentarão nossa economia e, ato contínuo, a arrecadação federal, além de diminuir a pressão sobre o orçamento público na formulação do Plano-Safra, ao diminuir a demanda por equalização de juros do crédito rural.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
 Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235885637800>

exEdit
 *C D 2 3 5 8 8 5 6 3 7 8 0 0 *

Ademais, não há o menor sentido em se discutir “diminuição de arrecadação sobre algo que não existe”. Ao contrário, deve-se trilhar o caminho da efetiva geração de riqueza que, aí sim, terá o condão de melhorar a arrecadação de nosso Fisco.

A inclusão desses dispositivos, na forma proposta, provocará tais efeitos.

PARLAMENTAR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235885637800>



MPV 1171
00092

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/05/2023	Proposição Medida Provisória 1.171, de 2023
Autor	Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acréscase no texto da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

Art. ... O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

III - os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado;

IV - a remuneração produzida por Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, Warrant Agropecuário - WA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, instituídos pelos arts. 1º e 23 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004;

V - a remuneração produzida pela Cédula de Produto Rural - CPR, com liquidação financeira, instituída pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, alterada pela Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, desde que negociada no mercado financeiro. (NR)''

Renumere-se o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para § 1º:

“§ 1º O benefício disposto no inciso III do caput deste artigo:

..... (NR)''

Acréscase o seguinte § 2º ao art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004:

§ 2º Enquadra-se no conceito de remuneração, para fins da isenção prevista



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233810933100>

CD233810933100

nos incisos III a V do caput deste artigo, a parcela da variação cambial paga pelos referidos títulos, desde que representativos de direitos creditórios, ou a eles integralmente vinculados, com cláusula de correção na mesma moeda.

JUSTIFICAÇÃO

Em termos de política agrícola nacional, um dos maiores gargalos que o Estado Brasileiro terá que solucionar, no curto prazo, é a necessidade de crédito para a agropecuária diante do crescimento assustador dos custos de produção, da taxa básica de juros da economia, e de uma queda sistemática das cotações internacionais dos nossos principais produtos.

Com o Valor Bruto da Produção já tendo superado R\$ 1,2 trilhão (um trilhão e duzentos bilhões de reais), é evidente que não há espaço orçamentário para que o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAP exerça eficientemente seu papel e garanta que não haja desaceleração das atividades econômicas inerentes às cadeias produtivas que têm sustentado o valor da nossa moeda, gerado riquezas e renda para a população.

Diante desse risco iminente de estagnação do setor agropecuário, e até mesmo de retração da economia, urge a necessidade de se envidar os melhores esforços para a ampliação da participação das finanças privadas no custeio e investimentos da produção rural, especialmente por meio da retirada de entraves regulatórios, atraindo recursos financeiros de investidores residentes e estrangeiros para as nossas atividades produtivas.

Nesse sentido, a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 já havia concedido tratamento favorecido aos títulos de crédito do agronegócio com vistas a ampliar suas adoções pelo mercado, todavia, ao restringir-se às pessoas físicas acabou por deixar de fora a maior parcela de investidores, que notadamente operam na pessoa jurídica.

Outra correção ambicionada pelo texto proposto, é de trazer para a Lei um entendimento já consolidado pela Receita Federal do Brasil para a não incidência do Imposto de Renda sobre a variação cambial das operações lastreadas em títulos representativos de direitos creditórios ou a eles integralmente vinculados com cláusula de correção na mesma moeda, conforme se depreende da leitura de trecho do Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 12, de 23 de novembro de 2016:

“Enquadra-se no conceito de remuneração para fins da isenção prevista no inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a parcela da variação cambial paga pelo Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e pelo Certificado de Recebíveis do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233810933100>



Agronegócio (CRA) emitidos com cláusula de correção pela variação cambial...”

Diante dos fundamentos e fatos apresentados, conto o apoio dos nobres pares para a incorporação dessas propostas de aperfeiçoamento ao texto da Medida Provisória 1.171, de 2023.

PARLAMENTAR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233810933100>





**MPV 1171
00093**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº - CMMPV 1171/2023

(à MPV 1171/2023)

Dê-se a seguinte redação aos incisos I e II do §1º do art. 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, nos termos a seguir:

“Art. 3º:.....

.....

§1º
.....

I - aplicações financeiras - exemplificativamente, depósitos bancários, certificados de depósitos, cotas de fundos de investimento, com exceção daqueles tratados como entidades controladas no exterior, instrumentos financeiros, apólices de seguro, certificados de investimento ou operações de capitalização, depósitos em cartões de crédito, fundos de aposentadoria ou pensão, títulos de renda fixa e de renda variável, derivativos e participações societárias, com exceção daquelas tratadas como entidades controladas no exterior, **criptoativos e carteiras digitais ou contas correntes com rendimentos**; e

II - rendimentos - remuneração produzida pelas aplicações financeiras, incluindo, exemplificativamente, variação cambial da moeda estrangeira **ou criptomoeda** frente à moeda nacional, **rendimentos em depósitos em carteiras digitais ou contas correntes remuneradas**, juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, participações nos lucros, dividendos e ganhos em negociações no mercado secundário, incluindo ganhos na venda de ações das entidades não controladas em bolsa de valores no exterior.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir os criptoativos e as carteiras digitais com rendimentos no rol de aplicações financeiras sujeitas às novas regras de tributação previstas pela Medida Provisória.

Os criptoativos são a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal. Os mais conhecidos atualmente são as criptomoedas.

As criptomoedas são semelhantes ao dinheiro, e servem como meio de troca. Mas diferente do dólar, real e outras moedas fiduciárias, elas são totalmente digitais, e não são emitidas por um governo. As criptomoedas também funcionam como reserva de valor, a exemplo do ouro.

Além disso, podem ainda ser usadas como unidade de conta para descrever o valor de bens, serviços e produtos. Esse mercado vem crescendo muito no mundo e já ultrapassou o valor de um trilhão de dólares em capitalização, de acordo com o portal Statista, plataforma especializada em estatísticas de mercado.

O Brasil é um grande mercado deste tipo de investimento. Um levantamento da empresa norte-americana de análise de blockchain Chainalysis, divulgado em 2022, traz dados sobre a implementação de criptomoedas em 154 países e mostra que o Brasil ocupa a primeira posição entre países na América Latina e a sétima posição global em volume de investimentos em criptomoedas.

Apesar de ainda não existir regulação no Brasil, desde 2019, a Receita Federal exige que os brasileiros declarem criptoativos no Imposto de Renda, conforme a Instrução Normativa nº 1.888. Ganhos de capital com esse tipo de ativo já incorrem em fato gerador de Imposto de Renda atualmente.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Há também o mercado de carteiras digitais, que são sistemas de pagamentos online que utilizam a criptografia em dados de cartão de crédito. Segundo o “Mobile Wallet Market Size, Share & Trends Analysis Report”, divulgado pela consultoria Grand View Research, o tamanho do mercado global de carteiras digitais foi avaliado em US\$ 6,2 bilhões em 2021 e deve crescer anualmente a uma taxa de 27,4% entre 2022 e 2030. Muitas dessas carteiras digitais oferecem serviços de conta corrente com rendimentos automáticos aos depósitos como estratégia para atrair novos clientes.

O Brasil também é um grande consumidor desse tipo de serviço. O país já é o terceiro lugar no ranking dos países que mais fazem uso desse instrumento, sendo utilizado diariamente por 20% dos brasileiros, segundo pesquisa divulgada pelo portal Insider Intelligence, da empresa de pesquisa de mercado eMarketer.

Desse modo, é importante que se incluam os criptoativos no rol de aplicações financeiras sujeitas às novas regras de tributação para que não haja nenhum tipo de insegurança jurídica ou litígio posterior sobre um instrumento cada vez mais popular entre os investidores brasileiros.

Sala da Comissão,

Senador ALESSANDRO VIEIRA





**MPV 1171
00094**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA Nº , DE 2023
(Do Sr. Deputado Kim Kataguiri)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o parágrafo 9º do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, com a seguinte redação:

“§ 9º Na determinação do imposto devido, a pessoa física poderá deduzir, na proporção de sua participação no capital social, ou equivalente, o imposto sobre a renda devido pela controlada e suas investidas, ainda que a responsabilidade pelo recolhimento seja atribuída a terceiro, assim como o imposto eventualmente retido na fonte, até o limite do imposto devido no País.” (NR)

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234024049400>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23) estabelece que poderá ser deduzido da tributação do titular pessoa física de controlada no exterior o imposto sobre a renda pago pela controlada e suas investidas.

A presente emenda visa a esclarecer que é passível de compensação também o tributo incidente sobre seus rendimentos que esteja sujeito à sistemática de retenção de fonte e/ou cuja responsabilidade pelo recolhimento seja atribuída a terceiro não só na jurisdição de domicílio da controlada, mas também em outras jurisdições nas quais transacione.

Mediante referido esclarecimento, evita-se de forma efetiva a bi-tributação da renda almejada pela MP 1171/23.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Salas das Sessões, em 8 de abril de 2023.

KIM KATAGUIRI**Deputado Federal (UNIÃO-SP)**

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiiri

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234024049400>





**MPV 1171
00095**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA Nº , DE 2023
(Do Sr. Deputado Kim Kataguiri)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o § 7º do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, com a seguinte redação:

“§ 7º Poderão ser deduzidos do lucro da controlada os prejuízos apurados a qualquer tempo em balanço pela própria controlada.” (NR)

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235084717700>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23) estabelece que os lucros auferidos por meio de determinadas entidades controladas no exterior deverão ser oferecidos anualmente à tributação por imposto de renda por parte da pessoa física residente no País que seja sua titular.

Vale ressaltar, por outro lado, que o conceito de lucro adotado pela nova regra expressamente despreza a possibilidade de dedução de eventuais prejuízos apurados antes da vigência da MP 1171/23 do resultado positivo apurado a partir da sua vigência.

Nesse sentido, caso a controlada passe a reduzir seus prejuízos apurados em balanço no exercício regular de suas atividades, o valor da referida redução seria objeto de tributação por imposto de renda no Brasil, ainda que não haja resultado positivo na linha de lucros acumulados no balanço.

Em outras palavras, referida sistemática implica que haveria imposto de renda sobre valores que não consistem em acréscimo patrimonial do contribuinte, o que não é permitido pelo Código Tributário Nacional.

A alteração do parágrafo visa, portanto, a corrigir a potencial ilegalidade decorrente da redação original da MP 1171/23 ao sujeitar à tributação, por imposto de renda, de montante que não corresponda a efetivo acréscimo patrimonial do contribuinte pessoa física, e, portanto, visa também a evitar o incremento do contencioso administrativo e judicial brasileiro.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares que acolham a presente emenda.

Salas das Sessões, em 8 de abril de 2023.

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagui

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235084717700>



MPV 1171
00096

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA Nº , DE 2023
(Do Sr. Deputado Kim Kataguiri)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 3º da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, o parágrafo 4º com a seguinte redação:

“§ 4º Poderá haver a compensação das perdas realizadas nas aplicações de que trata esse artigo.”

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239029655600>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023 (MP 1171/23), estabelece que os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2024 em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma de seu artigo 2º.

A presente alteração se faz necessária para garantir que não haja tributação pelo imposto de renda de valores que não representem acréscimo patrimonial do investidor.

Salas das Sessões, em 8 de abril de 2023.

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiuri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239029655600>

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiuri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF





**MPV 1171
00097**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA Nº , DE 2023
(Do Sr. Deputado Kim Kataguiri)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 30 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e **trusts** no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Dê-se nova redação aos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, e inclua-se o art. 13-A, nos termos a seguir:

“Art.13. A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º

.....
.
.....
.....

IX – a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023:

.....
.....

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235912164200>



CD235912164200
ExEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS

X – a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo (R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 5.000,00	-	-
De 5.000,01 até 7.423,00	7,5	375,00
De 7.423,01 até 9.850,55	15	931,73
De 9.850,56 até 12.249,81	22,5	1.670,52
Acima de 12.249,81	27,5	2.283,01

.....
.” (NR)

Art.13-A A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.
6º.....
...
.....
.....

XV _____
.....
...
.....
.....

- i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;
- j) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....
.” (NR)

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235912164200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Art.14 A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

4º.....

...

.....

.....

III

-

.....

.....

.....

.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 497,88 (quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....

.....

VI

-

.....

.....

.....

.....

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

j) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....

.....

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V do caput aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa aos seguintes rendimentos, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea “e” do inciso II do caput do art. 8º:

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiiri

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235912164200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

I - do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores; e

II - proventos de aposentados e pensionistas, quando a fonte pagadora for responsável pelo desconto e pelo respectivo pagamento das contribuições previdenciárias.” (NR)

Art.

8º

....

.....

.....

II

.....

.....

.....

b).....

.....

.....

10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

11. R\$ 9.352,78 (nove mil trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

c).....

.....

.....

.....

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

10. R\$ 5.974,54 (cinco mil novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....

.....

“Art. 10.

.....

.....

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235912164200>



CD235912164200 LexEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS

.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de abril do ano-calendário de 2023;

X – R\$ 43.998,20 (quarenta e três mil novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023.

.....
.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo corrigir os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e das deduções com dependentes e educação, da isenção para maiores de 65 anos e do limite de desconto simplificado de 20%. Para tanto, toma por base o índice de atualização que traz a primeira faixa de isenção para até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Durante a campanha eleitoral de 2022, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva mencionou a possibilidade de corrigir a tabela do imposto de renda e elevar a faixa de isenção para o valor de cinco mil reais citado. Essa medida poderia beneficiar cerca de 16 milhões de brasileiros, que atualmente estão obrigados a declarar imposto de renda, mas com a correção da tabela ficariam isentos até essa faixa.

A correção da tabela do imposto de renda para a faixa de isenção de cinco mil reais seria uma medida que beneficiaria especialmente os contribuintes de menor renda e grande parte dos aposentados, que ficariam isentos do pagamento de imposto de renda ou teriam uma carga tributária reduzida. Essa medida poderia ter um impacto positivo na economia, aumentando o poder de compra desses cidadãos e estimulando o consumo.

Por ser progressivo, estaríamos diante de uma melhora significativa na

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235912164200>



CD235912164200
ExEdit



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

distribuição de renda na sociedade.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Salas das Sessões, em 8 de abril de 2023.

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiuri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235912164200>

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiuri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Cezinha de Madureira – PSD/SP

MPV 1171
00098**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA ADITIVA

A Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo onde couber:

Art. XX. Acrescenta-se o art. 60-A na Lei nº 12.249, de 11 de julho de 2010:

Art. 60-A. Os valores dos bens havidos por doação remetidos por organização religiosa ou entidade filantrópica nacional às entidades congêneres sediadas no exterior, bem como a manutenção dos missionários ou cooperantes enviados ou acolhidos por elas, desde que para aplicação em suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes cujo a soma seja inferior a 20.000,00 (vinte mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

A legislação federal em vigor não dispensa a retenção do Imposto de Renda na retido na Fonte (IRRF) na hipótese de remessas efetuadas ao exterior a título de doação. Ocorre que é cediço a existência da imunidade constitucional prevista no art. 150, inciso VI, alínea “b”, da Constituição Federal, a qual veda a instituição de imposto sobre templos de qualquer culto.

O Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, no seu art 690, III, estabelecia a **ISENÇÃO** dos valores dos bens havidos, por herança ou doação, por residente ou domiciliado no exterior. Ocorre que quando foi modificado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, ficou estabelecido que



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cezinha de Madureira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235845290600>

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Gabinete do Deputado Cezinha de Madureira – PSD/SP**

QUALQUER ORGANIZAÇÃO que fizesse doação ao exterior, seja para Pessoa Física ou Jurídica, está sujeita ao recolhimento do IR sobre doações, o que onerou as organizações religiosas quanto a manutenção de seus missionários.

Em Nota Executiva, a Receita Federal do Brasil manifestou o entendimento que não há base legal para a isenção, mesmo existindo como tal base durante 20 anos apenas o Decreto N° 3.000/99. Compreendemos que a imunidade constitucional das igrejas corresponde a aspecto ainda maior que a simples isenção, devendo, portanto, se quer ser regulada por decreto, uma vez que se tratou de vontade expressa do constituinte originários.

A ainda que se observar que a Carta Magna elenca como princípio a cooperação entre os povos e busca favorecer o exercício da atividade religiosa e a promoção da assistência social, a qual é realizada através da atividade missionária, sendo necessário, portanto, a manutenção destas atividades no exterior, por meio do envio de valores com tais finalidades expressas.

Diante disso, com o intuito de dar efetividade a esses valores prestigiados pela Constituição Federal, propõe-se a presente emenda a esta medida provisória com a pretensão de desonerar as remessas realizadas ao exterior a templos de qualquer culto, desde que efetuadas a título de doação e com a finalidade de cobertura de gastos relativos a programas de assistência social e religiosa desenvolvidos pelo beneficiário.

Esclarece-se ainda que se optou pelo valor teto definido na própria lei alterada, a fim de se prestigiar o equilíbrio e razoabilidades da própria legislação. Razão pela qual, solicitamos dos nobres pares decisivo apoio para sua transformação em lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

CEZINHA DE MADUREIRA
DEPUTADO FEDERAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cezinha de Madureira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235845290600>





MPV 1171
00099

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

Dê-se a seguinte redação ao inciso X do art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, dado pelo art. 13 da Medida Provisória n. 1.171, de 2023:

Art. 13.

“Art. 1º
.....

X - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2025:

Base de cálculo (R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 5.000,00	zero	
De 5.000,01 até 5.714,65	7,5	375
De 5.714,66 até 6.639,05	15	803,6
De 6.639,06 até 7.552,68	22,5	1.301,53
Acima de 7.552,69	27,5	1.697,16

JUSTIFICAÇÃO

A apresentação da emenda para aumento da isenção do Imposto de Renda é justificada por diversos motivos. Em primeiro lugar, a carga tributária no Brasil é muito elevada, o que acaba prejudicando principalmente as camadas mais vulneráveis da população.

A isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil, a partir de 2025, por mês é uma medida, de justiça social, que busca aliviar o peso dos impostos sobre aqueles que possuem renda mais baixa.

Além disso, é importante ressaltar que o aumento da faixa de isenção para R\$ 2.640,00, por meio da Medida Provisória n. 1.171, de 2023, ainda não é suficiente para garantir uma tributação justa e proporcional.

Muitos trabalhadores que estão dentro dessa faixa ainda têm dificuldades financeiras para arcar com as despesas básicas do dia a dia, como moradia, alimentação e saúde, e o pagamento do imposto de renda pode comprometer ainda mais o seu orçamento.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

Ademais, a elevação da faixa de isenção é uma medida que pode contribuir para o aquecimento da economia, pois permite que as pessoas tenham um poder de compra maior, o que pode estimular a demanda por bens e serviços e, consequentemente, gerar mais empregos e renda.

Outro ponto a ser considerado é que a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês pode ser uma forma de incentivar a formalização do trabalho no país. Muitas pessoas que atuam na informalidade não declaram seus rendimentos e, portanto, não pagam imposto de renda.

Com a isenção para quem recebe até esse valor, essas pessoas teriam um incentivo para se formalizarem e, assim, contribuírem para a arrecadação de impostos de forma mais justa e equilibrada.

Por esses motivos, a apresentação da emenda para aumento da isenção do Imposto de Renda é uma medida importante e necessária para garantir uma tributação mais justa e equilibrada no país.

(assinado eletronicamente)

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

**MPV 1171
00100**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023**EMENDA MODIFICATIVA Nº _____**

Dê-se a seguinte redação ao art. 08 da Medida Provisória n. 1.171, de 30 de abril de 2023, nos termos a seguir:

“Art. 8º.....

II-.....

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, os pagamentos efetuados a cuidadores de pessoas com deficiência e de idosos e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da proposta de emenda que prevê a dedução no Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) das despesas com cuidadores de idosos e pessoas com deficiência é incentivar e facilitar o acesso a cuidados de qualidade para essas pessoas, especialmente aquelas que dependem de assistência constante.

Atualmente, muitas famílias enfrentam dificuldades financeiras para arcar com os custos de contratação de cuidadores, o que pode levar a uma sobrecarga emocional e física para os familiares que assumem essa responsabilidade. Além disso, muitas vezes esses cuidadores não são registrados e não possuem garantias trabalhistas, o que prejudica a qualidade dos serviços prestados.

Ao permitir a dedução das despesas com cuidadores no IRPF, o projeto de lei pode ajudar a reduzir o impacto financeiro para as famílias e incentivar a formalização do

Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 08, subsolo – Anexo II – Senado Federal – Brasília (DF) – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-1177





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

trabalho de cuidadores, garantindo assim melhores condições de trabalho e um serviço de maior qualidade para as pessoas que precisam de cuidados.

Outro benefício da proposta é que pode contribuir para a redução dos custos do Estado com a saúde pública, uma vez que muitas vezes a falta de cuidados adequados pode levar a agravamento de doenças e necessidade de internações hospitalares.

Dessa forma, a proposta pode ser considerada uma medida importante para promover a inclusão social e garantir o acesso a cuidados de qualidade para as pessoas com deficiência e idosos, além de gerar benefícios sociais e econômicos para a sociedade como um todo.

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES



**MPV 1171
00101**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CLEITINHO**EMENDA Nº , DE 2023.****(à Medida Provisória nº 1.171, de 2023)**

O § 2º do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art. 14 da MPV nº 1.171, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Alternativamente às deduções de que trata o *caput* ou à **dedução de que trata o art. 10 desta Lei**, poderá ser utilizado desconto simplificado mensal, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da faixa com alíquota zero da tabela progressiva mensal, caso seja mais benéfico ao contribuinte, dispensadas a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A MP nº 1.171, de 2023, trouxe nova sistemática para o desconto simplificado, que pode levar à interpretação de que estaria substituindo a sistemática atual, revogando-a por tratar diferentemente a matéria, causando insegurança jurídica e podendo levar ao aumento do contencioso.

A presente emenda almeja evitar essa interpretação que prejudicará os trabalhadores da classe média, aposentados e pensionistas, entre outros, relativa à troca do desconto simplificado atualmente existente por outro de menor valor efetivo, embora nominalmente com percentual superior.

O desconto simplificado hoje existente corresponde à dedução de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual, independentemente do montante desses rendimentos, limitado a R\$ 16.754,34.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CLEITINHO

O desconto simplificado que o Governo quer criar corresponde à dedução de 25% do valor máximo da faixa com alíquota zero da tabela progressiva mensal, que corresponde a R\$ 528,00.

Verifica-se, portanto, que, embora o percentual seja maior, 25% comparado com 20%, as bases de cálculo são bastante diferentes, a primeira é R\$ 2.112,00 e a segunda é o próprio rendimento do contribuinte. O resultado dessa interpretação consiste, na verdade, em reduzir o limite do desconto simplificado de R\$ 16.754,34 para R\$ 528,00, para todos, fazendo com que os assalariados que pagam imposto de renda e utilizam o desconto simplificado hoje existente passem a pagar mais ainda.

Ademais, a Constituição prevê que o imposto de renda será informado pelo critério da progressividade (art. 153, § 2º, I), bem como que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte (art. 145, § 1º). Visto isso, somente o desconto simplificado progressivo é capaz de atender ao comando constitucional.

De forma a evitar os danos citados, estamos alterando o texto do respectivo dispositivo da MP nº 1.171, de 2023, para que não seja retirada da classe média, dos aposentados e pensionistas, entre outros, a possibilidade de se utilizar do desconto simplificado calculado com base em seus rendimentos.

Ante o exposto, considerando a relevância social e econômica da correção proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, de maio de 2023.

Senador CLEITINHO



MPV 1171
00102



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/05/2023	Proposição Medida Provisória 1.171, de 2023	
Autor		Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo	Parágrafo
	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 15 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. Ficam revogados:

.....
III - os seguintes dispositivos da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004:

- a) o § 1º do artigo 23; e*
b) o § 2º do artigo 25.

JUSTIFICAÇÃO

Revogação do §1º do artigo 23 da Lei 11.076 de 20.12.2004

A revogação do § 1º do artigo 23 da Lei 11.076 de 20.12.2004 se faz necessária pelas mesmas razões que motivaram a edição da MP 1.171/2023.

A introdução dos títulos do agronegócio em 30.12.2004 - especialmente do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) - visou dar as mesmas condições de *funding* ao agronegócio que o setor imobiliário possuía pois já contava com o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), introduzido em 20.11.1997 pela Lei 9.514, bem como com a Letra de Crédito Imobiliária (LCI), introduzida pela Lei 10.931, de 2.8.2004.

Todavia, o lastro dos títulos imobiliários não sofreu qualquer restrição legal, enquanto os direitos creditórios passíveis de lastrear o CRA e a LCA (bem como o CDCA) foram restringidos àqueles “originários de negócios realizados por produtores rurais ou suas cooperativas”, conforme redação do dispositivo a ser revogado.

Tal dispositivo, após quase duas décadas, não consegue dar vazão às novas necessidades do agronegócio. Diversas evoluções têm acontecido no setor, desde a evolução para o conceito de cadeia do agronegócio abarcada tanto pela última atualização da Lei das CPR, quanto pela criação dos FIAGRO, até novas possibilidades de uso da terra com crédito de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231475214600>



CD231475214600

carbono e prestação de serviços ambientais.

Também não há de se falar que tal providência acarretaria em uma completa desregulamentação dos títulos, uma vez que tanto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quanto o Banco Central do Brasil os regulamentam e continuarão a fazê-lo.

Ora, por que o CRI e a LCI podem ser lastreados com direitos creditórios oriundos de qualquer negócio de qualquer participante do setor imobiliário e o mesmo não pode ocorrer com os títulos do agronegócio, um setor que engloba um grande número de empresários “além da porteira” que também precisam de *funding* para expandir suas atividades, aumentar a oferta sobre a agropecuária e aumentar a geração de riqueza e arrecadação do país?

Com efeito, o CRI e a LCI têm sido lastreados com direitos creditórios originados de toda e qualquer transação que envolva imóveis, desde aluguéis (performados e já performados!) até construção de instalações industriais; desde reforma de apartamentos residenciais, até a construção de *shopping centers*, sem a menor discriminação em relação a quem originou tais negócios.

Essa injustificada falta de isonomia legal provoca irracionalidade e assimetria tributária (tratamento diametralmente oposto dispensado a duas situações análogas), comprometendo a capacidade do setor do agronegócio captar *funding* no mercado em comparação com o setor imobiliário, impedindo o pleno crescimento do agronegócio, inibindo a geração de riqueza e a arrecadação do Estado, dificultando, em última análise o equacionamento da situação fiscal do país.

É compreensível a necessidade de se discutir o nível de isenção tributária que o Estado concede ao investidor pessoa natural nesses títulos. Mas essa discussão deve abranger todos eles - LCA, CRA, LCI e CRI - e deve partir de um ambiente legal-operacional isonômico aos quatro instrumentos financeiros, o que não ocorre com a atual restrição imposta pelo dispositivo a ser revogado.

Assim sendo, como não há o menor sentido em se manter uma assimetria de tal ordem entre os setores, o que também impõe altos custos de *compliance* aos estruturadores de operações de financeiras baseadas nos títulos do agronegócio, o §1º do artigo 23 da Lei 11.076 de 20.12.2004, deve ser revogado.

Revogação do § 2º do artigo 25 da Lei 11.076 de 20.12.2004

A revogação do § 2º do artigo 25 da Lei 11.076, de 30.12.2004 se deve ao simples fato de que a necessidade de custódia de recebíveis do CDCA prevista no Inciso I do § 1º do referido artigo foi revogada pela Lei 14.121, de 22.7.2022. Dessa forma, nenhum sentido há em se manter um dispositivo que define o que cabe a uma instituição custodiante não mais exigida pela Lei.

Em conclusão, as alterações ora introduzidas estimularão o desenvolvimento do mercado privado de crédito para o agronegócio, “dentro e fora da porteira”, sem custo adicional para o Estado e nem para o produtor rural, vindo a melhor fomentar o setor, o crescimento econômico e a arrecadação do país, além de permitir ao Poder Público melhores condições de conduzir as políticas públicas associadas, conforme o melhor interesse da sociedade.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231475214600>



PARLAMENTAR

RAIMUNDO SANTOS
Deputado Federal PSD-PA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231475214600>





CONGRESSO NACIONAL

MPV 1171
00103

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/05/2023	Proposição Medida Provisória 1.171, de 2023			
Autor	Nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acréscase no texto da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

Art. ... O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

III - os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado;

IV - a remuneração produzida por Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, Warrant Agropecuário - WA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, instituídos pelos arts. 1º e 23 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004;

V - a remuneração produzida pela Cédula de Produto Rural - CPR, com liquidação financeira, instituída pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, alterada pela Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, desde que negociada no mercado financeiro. (NR)''

Renumere-se o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para § 1º:

“§ 1º O benefício disposto no inciso III do caput deste artigo:

..... (NR)''

Acréscase o seguinte § 2º ao art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004:

§ 2º Enquadra-se no conceito de remuneração, para fins da isenção prevista



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237773440000>

C023777344000

nos incisos III a V do caput deste artigo, a parcela da variação cambial paga pelos referidos títulos, desde que representativos de direitos creditórios, ou a eles integralmente vinculados, com cláusula de correção na mesma moeda.

JUSTIFICAÇÃO

Em termos de política agrícola nacional, um dos maiores gargalos que o Estado Brasileiro terá que solucionar, no curto prazo, é a necessidade de crédito para a agropecuária diante do crescimento assustador dos custos de produção, da taxa básica de juros da economia, e de uma queda sistemática das cotações internacionais dos nossos principais produtos.

Com o Valor Bruto da Produção já tendo superado R\$ 1,2 trilhão (um trilhão e duzentos bilhões de reais), é evidente que não há espaço orçamentário para que o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAP exerça eficientemente seu papel e garanta que não haja desaceleração das atividades econômicas inerentes às cadeias produtivas que têm sustentado o valor da nossa moeda, gerado riquezas e renda para a população.

Diante desse risco iminente de estagnação do setor agropecuário, e até mesmo de retração da economia, urge a necessidade de se envidar os melhores esforços para a ampliação da participação das finanças privadas no custeio e investimentos da produção rural, especialmente por meio da retirada de entraves regulatórios, atraindo recursos financeiros de investidores residentes e estrangeiros para as nossas atividades produtivas.

Nesse sentido, a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 já havia concedido tratamento favorecido aos títulos de crédito do agronegócio com vistas a ampliar suas adoções pelo mercado, todavia, ao restringir-se às pessoas físicas acabou por deixar de fora a maior parcela de investidores, que notadamente operam na pessoa jurídica.

Outra correção ambicionada pelo texto proposto, é de trazer para a Lei um entendimento já consolidado pela Receita Federal do Brasil para a não incidência do Imposto de Renda sobre a variação cambial das operações lastreadas em títulos representativos de direitos creditórios ou a eles integralmente vinculados com cláusula de correção na mesma moeda, conforme se depreende da leitura de trecho do Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 12, de 23 de novembro de 2016:

“Enquadra-se no conceito de remuneração para fins da isenção prevista no inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a parcela da variação cambial paga pelo Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e pelo Certificado de Recebíveis do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237773440000>



CD237773440000

Agronegócio (CRA) emitidos com cláusula de correção pela variação cambial...”

Diante dos fundamentos e fatos apresentados, conto o apoio dos nobres pares para a incorporação dessas propostas de aperfeiçoamento ao texto da Medida Provisória 1.171, de 2023.

PARLAMENTAR

RAIMUNDO SANTOS
Deputado Federal PSD-PA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237773440000>



MPV 1171
00104

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/05/2023	Proposição Medida Provisória 1.171, de 2023
Autor	Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acréscase no texto da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

Art. ... O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.

VI - a parcela da remuneração referente à variação cambial produzida pelos títulos de crédito emitidos nos termos do §3º do art. 23 da Lei nº 11.076, de 30 de setembro de 2004; (NR)”

VII - a parcela da remuneração referente à variação cambial produzida pela Cédula de Produto Rural emitida nos termos do §3º do art. 4º-A da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. (NR)”

§ 2º Enquadra-se no conceito de remuneração, para fins da isenção prevista nos incisos VI e VII do caput deste artigo, a parcela da variação cambial paga pelos referidos títulos, desde que:

- a) integralmente vinculados a direitos creditórios com cláusula de correção na mesma moeda, no caso dos títulos do inciso VI; e
b) referenciada em moeda estrangeira, no caso do inciso VII. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Ambiente de Negócios do País e sua relação com o Agronegócio

A Lei do Agro (Lei 13.986 de 7.4.2020) trouxe importantes mudanças para a CPR, principal título de crédito que financia o setor mais promissor de nossa economia, o agronegócio. Essa conclusão é evidente com a evolução do saldo das CPR registradas que subiu de R\$17 bilhões em julho de 2020 para R\$252 bilhões em dezembro de 2022. Um aumento de aproximadamente 1400% em pouco mais de dois anos!

Todavia, nosso agronegócio demanda muito mais crédito que isso, pois é



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235947854000>

CD235947854000

responsável por um PIB de aproximadamente R\$2,5 trilhões o que equivale a 25% do PIB nacional, conforme levantamento do CEPEA em 2022. Assim, é claro que o país precisa incrementar o *funding* desse setor que demanda centenas de bilhões de Reais de recursos para giro e investimentos, e não somente “dentro da porteira”, mas em todos os demais elos da cadeia do agronegócio, desde a produção de insumos, até a industrialização final da produção agropecuária e agroindustrial.

O acesso ao crédito no Brasil ainda é restrito e dificultado por inúmeros entraves, atingindo particularmente o financiamento rural. Isto foi confirmado pelo relatório “*Doing Business*” do ano de 2017, elaborado pelo Banco Mundial, em que aponta o Brasil como o 101º país no ranking referente a acesso ao crédito. Para fins de elaboração deste relatório, o Banco Mundial realizou a medição do acesso ao crédito por índice dividido em dois temas: informações sobre crédito, que abrange cadastros e bancos de dados; e a eficiência do ambiente legal.

O relatório também aponta que o Brasil ocupa somente a 123ª posição no ranking de países em relação à facilidade de realização de negócios, devido ao fato de, além da legislação brasileira ser, muitas vezes, confusa e restritiva, o ambiente de negócio impedir que investidores tenham acesso facilitado às informações necessárias para transacionarem no país. Tais dificuldades refletem-se substancialmente no agronegócio, impedindo maior acesso de investidores ao setor.

Recentemente, em 22.7.2022, foi divulgado um estudo no qual o Brasil ficou com a 82ª posição entre os países com melhores condições de investimentos internacionais, segundo o índice Greenfield de Atratividade, segundo levantamento feito pela Emerald Insights. No ranking geral de atratividade de investimentos, o Brasil ficou atrás de países como Equador (78º), Camarões (80º) e Turquia (81º). A lista é encabeçada por países como Luxemburgo (1º), Cingapura (3º), Irlanda (5º), Vietnã (6º), Seychelles (7º), Brunei (8º), Emirados Árabes Unidos (9º) e Eslováquia (10º). O estudo foi baseado em condições de entrada de investimentos internacionais, quadro institucional, condições de mercado, oferta e estrutura de recursos.

O estudo também destaca que atrair investimento estrangeiro é uma grande preocupação para os países que buscam desenvolvimento econômico e crescimento sustentável. É uma importante fonte de capital, emprego, tecnologia, gestão de habilidades organizacionais, empreendedorismo e estruturas de incentivo.

Contextualização da Proposta à Luz da MP 1.171, de 2023

A motivação da MP1.171/2023, conforme sua Exposição de Motivos, EM nº 00057/2023 de 28.4.2023, baseou-se em importantes princípios dentre os quais destacamos:

- I. Racionalização Tributária (itens 40, 42 e 43 da EM)
- II. Neutralidade Tributária e interesse nacional (item 5. da EM)
- III. Justiça Tributária (item 6. da EM)
- IV. Desconexão das regras tributárias brasileiras com o restante do mundo (itens 12 e 13 da EM) e necessidade do Brasil se adequar à experiência internacional (item 14 da EM)

A apresentação das presentes emendas vem no sentido de se reforçar tais aspectos basilares que motivaram a edição da MP1.171/2023, conforme consubstanciado a seguir.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235947854000>



Contextualização da Emenda

Atualmente, o financiamento ao agronegócio referenciado em moeda estrangeira é tributado quando há variação positiva da cotação da respectiva moeda ao longo do prazo da operação financeira. Todavia, se a variação for negativa o investidor não pode constituir “prejuízo fiscal” para eventuais compensações futuras.

Em outras palavras, o ganho em Reais com a variação cambial positiva é considerado ganho de capital para fins de incidência de Imposto de Renda, entretanto a variação cambial negativa não é dedutível.

A título de ilustração, se o investidor financia o agronegócio em US\$ 1000 e cobra taxa de juros de 10% ao ano, no final desse período, ele espera receber os US\$ 1000 inicialmente investidos mais os juros deduzidos o imposto devido, independentemente da variação da taxa de câmbio. Considerando uma alíquota de 15% de impostos sobre os juros, o investidor espera receber $US\$ 1000 + US\$ 100 - US\$ 15 = US\$ 1085$.

Em resumo, nesse exemplo, o investidor espera receber:

- Juros líquidos de impostos de US\$ 85
- Retorno integral do principal investido, no caso, US\$ 1000
-

Sob essa sistemática, o investidor consegue tanto programar seu fluxo de caixa e atender suas metas de rentabilidade, quanto minimizar os custos da operação financeira, já que não precisará contratar operações de *hedge* para garantir o fluxo em moeda estrangeira, conforme sua estratégia de investimento desejada. Na outra ponta da operação, o empresário nacional do agronegócio, que possui receitas atreladas em alguma medida ao dólar, também consegue minimizar seus custos financeiros ao não ter que contratar operação de *hedge* para compensar a parte do descasamento de seu fluxo de caixa que foi evitado nessa operação.

Mas não é assim que ocorre pela sistemática tributária atual. Vejamos.

Tomando por base a situação proposta, se, ao longo da operação financeira, o dólar variar, por exemplo, de R\$ 5 para R\$ 6, o investidor que aplicar R\$ 5000 ($US\$ 1000 \times R\$ 5/US\$$), receberá R\$ 6600 ($US\$ 1100 \times R\$ 6/US\$$) deduzidos do imposto de 15% sobre o rendimento de R\$ 1600 (imposto de $R\$ 1600 \times 0,15 = R\$ 240$). Assim receberá R\$ 6360 ($R\$ 6600 - R\$ 240$).

Convertendo-se o valor recebido ao dólar do momento da liquidação da operação, o investidor receberá US\$ 1060 ($R\$ 6360$ divididos por $R\$ 6/US\$$).

Em resumo, ao final da operação, o investidor contabilizará:

- Juros líquidos de impostos: US\$ 85
- Retorno **parcial** do principal: ao invés dos US\$ 1000 originalmente investidos, receberá, apenas, US\$ 975! Isso é imprevisibilidade para o investidor que desiste da operação!

Pior, se ao longo do prazo da operação, de outro modo, o dólar tivesse se desvalorizado frente ao Real, digamos, de R\$ 5 para R\$ 4, o investidor receberia R\$ 4400 ($US\$ 1100 \times R\$ 4/US\$$), ou seja, R\$ 600 a menos do que investiu em Reais, mas **não poderia constituir qualquer crédito tributário para ser compensado com eventuais ganhos**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235947854000>



cambiais futuros.

Essa grave distorção tributária provoca os seguintes efeitos contrários ao objetivo da MP, conforme elencado anteriormente:

- I. Irracionalidade e imprevisibilidade tributária que acaba afastando o investidor do agronegócio brasileiro, literalmente bloqueando o investimento estrangeiro em nosso agro
- II. Violação da neutralidade tributária, comprometendo o interesse nacional ao impedir o acesso do investidor em moeda estrangeira no setor que mais gera riqueza e, consequentemente, arrecadação direta e indireta ao país
- III. Promoção de injustiça tributária ao se tratar situações simétricas de forma díspar e casuística (“se o dólar subir o Fisco tributa, se descer não permite compensação”)
- IV. Desconexão do Brasil com a maciça prática internacional de não se tributar o capital estrangeiro que ingressa numa economia assumindo riscos e proporcionando geração de riquezas e crescimento econômico, proporcionando, também, melhores condições arrecadatórias e fiscais.

Por isso, a alteração legal ora proposta além de corroborar a motivação da MP, proporcionará melhores condições fiscais, pois está focada na atração de capitais **que não estão vindo para o país** e que, se forem internalizados em nosso agronegócio, fomentarão nossa economia e, ato contínuo, a arrecadação federal, além de diminuir a pressão sobre o orçamento público, como ocorre todos os anos na formulação do “Plano Safra” ao se discutir o nível de “equalização” a ser dado ao crédito à agropecuária.

Constatações informais demonstram, de um lado, trilhões de dólares de investidores buscando boas alternativas de investimento nos mercados internacionais e, de outro lado, nosso agronegócio podendo proporcionar ao investidor internacional:

- (i) boa rentabilidade;
- (ii) escala;
- (iii) boas perspectivas mercadológicas no médio e longo prazos por ser peça chave na equalização da “Segurança Alimentar” e “Segurança Energética” globais;
- (iv) diversificação de risco; e, acima de tudo
- (v) **sustentabilidade.**

Recentemente, o BNDES lançou de forma muito bem sucedida uma linha de crédito chamada “Crédito rural BNDES taxa fixa em dólar” na qual disponibilizou o equivalente a R\$ 2 bilhões. O sucesso dessa linha, que se esgotou em poucos dias, mostra o apetite do setor por crédito para ampliar sua atuação e enfrentar os desafios que se apresentam:

- (i) na renovação de seu parque de máquinas e equipamentos;
- (ii) no aumento de sua capacidade de armazenagem;
- (iii) na conversão de pastagens e áreas degradadas em áreas produtivas, o que demanda bilhões de dólares em investimento e que poderá ser feito sem recursos do Orçamento Geral da União caso essas amarras tributárias sejam desfeitas.

Mais uma vez deve ser destacado que não há o menor sentido em se discutir “diminuição de arrecadação sobre algo que não existe” e que, de outro modo, devemos trilhar o caminho da efetiva geração de riqueza que, aí sim, terá o condão de melhorar a arrecadação de nosso Fisco. A inclusão dos dispositivos na forma proposta provocará tais efeitos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235947854000>



C0235947854000
ExEdit



Nesse sentido, de se destacar o posicionamento da própria Receita Federal no seu Ato Declaratório Interpretativo (ADI) no. 12, de 23.11.2016, no qual seu Secretário declarou:

“Art. 1º Enquadra-se no conceito de remuneração para fins da isenção prevista no inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a parcela da variação cambial paga pelo Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e pelo Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) emitidos com cláusula de correção pela variação cambial nos termos do § 4º do art. 25 e do § 3º do art. 37 da Lei nº 11.076, de 30 de setembro de 2004, respectivamente.

Art. 2º Ficam modificadas as conclusões em contrário constantes em Soluções de Consulta ou em Soluções de Divergência emitidas antes da publicação deste Ato Declaratório Interpretativo, independentemente de comunicação aos consulentes.”

Todavia, desde a edição do ADI 12/2016, a Lei 11.076/2004 sofreu várias alterações, inclusive nos dispositivos citados no referido ADI. Nesse mesmo período, a Cédula de Produto Rural também foi modificada de forma a poder ser referenciada em moeda estrangeira. Assim sendo, a presente proposta visa adequar a Lei 11.033/2004 ao novo ambiente legal segundo os princípios exarados pela própria Receita Federal no ADI 12/2016.

Ademais, a Emenda, se acatada, ao diminuir a necessidade de contratação de hedge cambial, diminuirá os custos financeiros para ambas as partes, tanto o investidor fonte de *fundings*, quanto o empresário do agronegócio tomador de recursos, melhorando nosso ambiente de negócios ainda bastante defasado em relação ao restante do planeta.

PARLAMENTAR

RAIMUNDO SANTOS
Deputado Federal PSD-PA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235947854000>





CONGRESSO NACIONAL

MPV 1171
00105

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/05/2023	Proposição Medida Provisória 1.171, de 2023			
Autor	Nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acréscase no texto da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

Art. ... O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....
VI - a parcela da variação cambial paga pelos títulos de crédito emitidos nos termos do § 3º do art. 23 da Lei nº 11.076, de 30 de setembro de 2004.”

JUSTIFICAÇÃO

Hoje o financiamento ao agronegócio referenciado em moeda estrangeira é tributado quando há variação positiva da cotação da respectiva moeda ao longo do prazo da operação financeira. Portanto, o ganho em Reais com a variação cambial positiva é considerado ganho de capital para fins de incidência de Imposto de Renda.

Essa distorção tributária provoca:

- 1) Irracionalidade e imprevisibilidade tributária que acaba afastando o investidor do agronegócio brasileiro, bloqueando o investimento estrangeiro em nosso agro;
- 2) Violação da neutralidade tributária, contrária ao interesse nacional, ao impedir o acesso do investidor em moeda estrangeira no setor que mais gera riqueza e, consequentemente, arrecadação direta e indireta para o país;
- 3) Desconexão do Brasil com a maciça prática internacional de não se tributar o capital estrangeiro que ingressa numa economia, assumindo riscos, proporcionando geração de riquezas e crescimento econômico, assim como proporcionando melhores condições arrecadatórias e fiscais.

Por isso, a alteração legal ora proposta está focada na atração de capitais que atualmente não estão vindo para o país e que, se forem internalizados em nosso agronegócio, fomentarão nossa economia e, ato contínuo, a arrecadação federal, além de diminuir a pressão sobre o orçamento público na formulação do Plano-Safra, ao diminuir a demanda por equalização de juros do crédito rural.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232544618900>

C D 2 3 2 5 4 4 6 1 8 9 0 0

eXEdit

Ademais, não há o menor sentido em se discutir “diminuição de arrecadação sobre algo que não existe”. Ao contrário, deve-se trilhar o caminho da efetiva geração de riqueza que, aí sim, terá o condão de melhorar a arrecadação de nosso Fisco.

A inclusão desses dispositivos, na forma proposta, provocará tais efeitos.

PARLAMENTAR

RAIMUNDO SANTOS
Deputado Federal PSD-PA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Raimundo Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232544618900>



MPV 1171**00106****COMISSÃO MISTA DA EMENDA PROVISÓRIA****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023**

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte Título à Medida Provisória, onde couber, composto dos artigos a seguir:

“TÍTULO**DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS”**

“Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A alíquota da contribuição é de:

I – 40% (quarenta por cento), no período compreendido entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2025, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

II – 25% (vinte e cinco por cento), no período compreendido entre 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e 17% (dezessete por cento) a partir de 1º de janeiro de 2025, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234467883300>



II-A – 20% (vinte por cento), no período compreendido entre 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e 9% (nove por cento) a partir de 1º de janeiro de 2025, no caso de pessoas jurídicas que atuem no setor extrativo de petróleo e gás e de recursos minerais; e

III – 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.

..... (NR)”

“Art. 2º Até o dia 31 de dezembro de 2024, 50% (cinquenta por cento) do resultado da arrecadação de que trata art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, será destinado a ações de proteção das vítimas da Covid-19, destinadas, prioritariamente, às seguintes finalidades:

I – ações e serviços públicos de saúde;

II – assistência social; e

III – transferência de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente crianças ou adolescentes cujo genitor ou responsável tenha falecido em decorrência da Covid-19.”

“Art. 3º As alterações no art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, entram em vigor na data da publicação desta Lei, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.171, de 2023, constitui iniciativa fundamental em direção a uma melhor justiça tributária em nosso País, ao tributar investimentos no exterior e aumentar a faixa de isenção do imposto de renda.

Cabe aproveitar essa discussão sobre a tributação para majorar as alíquotas de contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas (CSLL), com o intuito de financiar políticas públicas essenciais para que o Brasil supere os retrocessos sociais verificados recentemente, em especial associados à Covid-19.

Propomos dobrar temporariamente, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, as alíquotas de CSLL de empresas do setor financeiro e do setor extrativo de petróleo e gás e mineral, para financiar ações de proteção às



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234467883300>



3

vítimas da Covid-19, prioritariamente em ações e serviços públicos de saúde, assistência social e transferência de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente crianças ou adolescentes cujo genitor ou responsável tenha falecido em decorrência da Covid-19.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em 08 de maio de 2023.

Deputado PEDRO UCZAI

2023-6287



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234467883300>





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1172, de 2023**, que *"Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	001
Deputado Federal Zé Vitor (PL/MG)	002
Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	003
Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP)	004
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	005

TOTAL DE EMENDAS: 5



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 1172
00001****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.172, de 2023****EMENDA ADITIVA Nº _____**

Inclua-se o seguinte § 2º ao art. 1º da Medida Provisória n. 1.172, de 2023, transformando o atual parágrafo único em § 1º:

“Art. 1º

§ 1º Em decorrência do disposto no caput, o valor diário e horário do salário mínimo corresponderá a R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) e a R\$ 6,00 (seis reais), a partir de 1º de maio de 2023.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo e dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) observará o seguinte:

I – O valor do salário mínimo do exercício corrente e dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social corresponderá ao estabelecido no exercício anterior corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulada nos 12 (doze) meses anteriores;

II – Caso a variação do índice do inciso I, acumulado nos 12 (doze) meses anteriores, seja nula ou negativa, fica assegurado o reajuste de 2% (dois por cento) em relação ao valor do salário mínimo e dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social estabelecido no exercício anterior.” (NR)

* C D 2 3 4 1 5 6 0 0 6 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234156006900>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****JUSTIFICATIVA**

A emenda tem como objetivo estabelecer, a partir do exercício de 2024, que o valor do salário mínimo e os benefícios do RGPS sejam reajustados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou, caso nulo ou negativo, por percentual fixo de 2%.

A Medida Provisória publicada pelo governo estabeleceu um salário mínimo de R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais) a partir de 1º de maio de 2023. Esse valor já vinha sendo negociado com centrais sindicais, haja vista o orçamento ter sido reforçado pelo relator do orçamento em cerca de R\$ 6,8 bilhões de reais, justamente para abarcar esse valor no ano de 2023.

Dessa forma, para garantir a preservação de seu valor real, a emenda propõe que, a partir de 2024, o valor do salário mínimo e dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sejam reajustados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulada nos 12 (doze) meses anteriores, e, caso esse seja nulo ou negativo, em um percentual fixo de 2%.

Assim, pela exposição, peço o apoio dos pares para a aprovação desta emenda.

Sala de Sessões, em de de 2023

Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234156006900>



CD234156006900



MPV 1172
00002

COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 1.172 DE 2023

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.172 DE 2023

*Dispõe sobre o valor do salário mínimo a
vigorar a partir de 1º de maio de 2023.*

EMENDA Nº

O texto da Medida Provisória nº 1.172, de 1º de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O valor do salário mínimo será de R\$ 1.404,00 (mil quatrocentos e quatro reais), a partir de 1º de maio de 2023.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 46,80 (quarenta e seis reais e oitenta centavos) e o valor horário, a R\$ 6,39 (seis reais e trinta e nove centavos).”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal publicou a Medida Provisória 1.172 de 1º de maio de 2023, que “Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023.”. Elevando o valor do salário mínimo para o patamar de R\$ 1.320,00, a partir de 1º de maio de 2023.

A presente MP revogou a antiga a Medida Provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022, que atualizava o valor do salário mínimo para R\$ 1.302,00.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239411265600>





Na Medida Provisória 1.143 de 2022, apresentei uma emenda com o objetivo de elevar do salário mínimo para R\$: 1.404,00 a partir de janeiro de 2023.

Com a revogação da MP 1.143, de 2022, apresento novamente esta emenda, pois considero, extremamente importante, proporcionar ao povo brasileiro um melhor poder de compra.

Brasília, de de 2023.

Deputado Zé Vitor



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239411265600>



CD239411265600



MPV 1172
00003

Medida Provisória 1.172, de 01 de maio de 2023.

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

A Medida Provisória nº 1172, de 01 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O valor do salário mínimo será de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), a partir de 1º de maio de 2023.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no **caput**, o valor diário e horário do salário mínimo corresponderá a R\$ 46,66 (quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos) e a R\$ 6,36 (seis reais e trinta e seis centavos) a partir de 1º de maio de 2023.

R)”(N

JUSTIFICATIVA

O salário proposto pelo governo não atende às necessidades mínimas de quem depende do salário mínimo para sobrevivência.

Durante a campanha eleitoral, o candidato disse que daria aumento real de salário, mas, no entanto, propôs um valor insuficiente, válido somente em dois terços do ano, já que começou a vigorar somente a partir de 1 de maio.

Propomos a alteração para compensar a perda desses quatro meses, levando em consideração que esta Medida levará ainda quatro meses de tramitação, o que significa que o aumento que estou propondo para 1400,00, será de apenas 320 reais no ano todo, implicando em menos de três por cento acima do proposto pelo governo.

Por tudo isso, contamos com o apoio dos pares na aprovação da presente emenda.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233033874400>



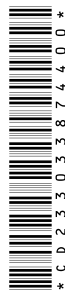
Sala das Comissões, em

Deputada **DANI CUNHA**

UNIÃO-RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233033874400>



* C D 2 3 3 0 3 3 8 7 4 4 0 0 *



MPV 1172
00004

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1172/2023

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023.

EMENDA N.º _____

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1172, de 2023, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para a política de valorização do salário- mínimo a vigorar a partir de fevereiro de 2023.

§ 1º Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou à variação do Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a que for maior, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

§ 2º Na hipótese de não divulgação da variação mensal de qualquer dos índices mencionados no parágrafo anterior referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste, o Poder Executivo estimará os índices dos meses não disponíveis.

§ 3º Verificada a hipótese de que trata o § 2º, os índices estimados permanecerão válidos sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

§ 4º A título de aumento real, serão aplicadas as seguintes condições cumulativamente:

I. O percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB, apurada pelo IBGE.

II. Será considerada a maior taxa de crescimento do PIB dentre as disponíveis e apurada nos três exercícios anteriores à entrada em vigência do reajuste anual.

III. O piso considerado para a taxa de crescimento real do salário mínimo não poderá, em nenhum caso, ser inferior a 1%.

Art. 2º Os reajustes e aumentos fixados na forma do art. 1º serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto, nos termos desta medida provisória.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230583436200>



Parágrafo único. O decreto do Poder Executivo a que se refere o caput divulgará a cada ano os valores mensal, diário e horário do salário mínimo decorrentes do disposto neste artigo, correspondendo o valor diário a um trinta avo e o valor horário a um duzentos e vinte avos do valor mensal.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A política de valorização do salário-mínimo é um dos mais poderosos instrumentos de garantia do desenvolvimento econômico, redução da desigualdade social e combate à pobreza no Brasil. Sendo assim, o objetivo da presente proposição é promover maior justiça social através do estabelecimento de uma regra de correção que assegure que o reajuste do salário-mínimo se dê sempre acima da inflação. Além disso, a fórmula utilizada no presente documento é um poderoso instrumento de política econômica anticíclica, já que garante que mesmo nos momentos mais severos de desaceleração econômica, haverá crescimento real para o salário mínimo.

A proposta tem como base de cálculo do salário-mínimo o reajuste pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou à variação do Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a que for maior, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste. Soma-se à correção inflacionária o percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), apurada pelo IBGE, sendo considerada a maior taxa de crescimento do PIB disponível e apurada nos três exercícios anteriores à entrada em vigência do reajuste anual, levando-se em consideração a que for maior. Contudo, a taxa de crescimento real anual do salário mínimo não poderá ser inferior a 1%.

O INPC, utilizado no cálculo de reajuste do salário-mínimo até 2019, mede a variação na cesta de bens e serviços consumidos pelas famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos. O indicador foi criado para mensuração das variações de preços que garanta uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertence às áreas urbanas. O maior peso na elaboração do índice fica por conta do grupo alimentos, mostrando o percentual de renda gasto pelas famílias de baixa renda com alimentação.

A população de mais baixa renda tem a variação de preços de sua cesta de bens e serviços assistida por ambos os índices de inflação, refletindo de forma mais fidedigna a inflação dos trabalhadores, guardando os requisitos de periodicidade de coleta, cálculo e divulgação, permitindo que sejam intercambiáveis, como estamos propondo.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230583436200>



A somatória da variação da taxa de crescimento real do PIB, sendo considerada apenas a maior variação de crescimento disponível e apurada nos três exercícios anteriores vale como mecanismo de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, a fim de evitar a sobre exploração de mão de obra dentro da estrutura econômica. Segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, a média de trimestres em recessão que a economia brasileira perdurou desde a redemocratização foi de 9 trimestre, por isso adotamos ao cálculo a taxa de variação do PIB nos três exercícios anteriores.

Um dos objetivos sociais do salário-mínimo é permitir um padrão de vida minimamente decente à população assalariada. No aspecto econômico, atua como mecanismo de distribuição de renda. A escolha de até quatro anos anteriores ao ano vigente, excluindo-se o ano imediatamente anterior, se dá pela adoção de uma variável que possa atuar de maneira anticíclica a fim de não contribuir com aprofundamentos de períodos onde a atividade econômica possa estar em desaceleração. O mesmo vale para o mecanismo adotado de taxa de crescimento real anual do salário mínimo, que não poderá ser inferior a 1%.

Por todos os motivos elencados, solicitamos apoio do relator e dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230583436200>



**MPV 1172
00005****Gabinete do Senador Hamilton Mourão****EMENDA ADITIVA nº - COMISSÃO MISTA**

(à MPV 1.172 de 2023)

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo à MPV 1.172 de 2023 que “Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023”.

“Art. X. Não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional das férias gozadas, tampouco sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado ou de auxílio-doença pago nos primeiros quinze dias.

JUSTIFICAÇÃO

As hipóteses de incidência ou não de contribuição previdenciária sobre o terço de férias constitucional, independentemente se gozadas ou não, para além de seu cabimento sobre valores pagos a título de aviso prévio indenizado ou mesmo em sede de auxílio-doença pago nos primeiros quinze dias de afastamento laboral são temas que requerem a atuação direta desse parlamento sob pena de usurpação de nossas funções pelo Poder Judiciário, que está prestes a consolidar julgado face à mora legislativa em pacificar questões sabidamente complexas e sensíveis aos empregados e empregadores brasileiros.

Infelizmente, para nossos Tribunais Superiores a jurisprudência ainda não está uniformizada, quiçá estabilizada, de modo a prejudicar, sobremaneira, a segurança jurídica pela instabilidade de precedentes sobre temas de alta sensibilidade trabalhista.

É o caso, por exemplo, do que ocorreu em 2020, ocasião em que o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, nos autos do Recurso Extraordinário (RE) 1.072.485 (tema 985), não só reconheceu a repercussão geral como concedeu parcial provimento ao dito RE interposto pela União ao assentar a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos pelo empregador a título de terço constitucional de férias gozadas, nos termos do voto do relator, vencido o ministro Edson Fachin.

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia sedimentado entendimento pela ilegalidade da exigência de contribuição previdenciária sobre auxílio doença, aviso prévio indenizado e terço constitucional de férias, conforme consta no Recurso Especial – REsp nº 1230957/RS, julgado em 2018, que deveria



**Gabinete do Senador Hamilton Mourão**

ser a regra, não fosse a instabilidade de entendimento do STF quanto à possibilidade de cobrança sobre o terço de férias usufruídas.

Em que pese o inconformismo em relação ao que restou decidido recentemente pelo Plenário do STF, não há de se esquecer que a abrupta alteração jurisprudencial nesse sentido, não obstante comprometa a segurança jurídica, pode prejudicar as empresas que confiaram no precedente da 1ª Seção do STJ ao pautarem seus planejamentos tributários com base no que havia sido decidido sob a sistemática dos "recursos repetitivos".

Com efeito, estudo feito pela ABAT (Associação Brasileira Advocacia Tributária) aponta que se prevalecer o entendimento de que a Receita Federal pode cobrar os valores passados, as empresas terão de desembolsar entre R\$ 80 e 100 bilhões de reais¹.

Em face disso, defendo a tese originária do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a quem o legislador originário conferiu a última palavra em matéria infraconstitucional, no sentido de que sobre o adicional de férias indenizadas não incide contribuição previdenciária à luz de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao **adicional de férias** concernente às férias gozadas, também comungo do entendimento de que tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, eis que não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual descabe incidência de contribuição previdenciária a cargo da empresa, de acordo com o que restou consignado pela Primeira Seção/STJ por ocasião do julgamento do Agravo Regimental nos Embargos de Divergência em Recurso Especial (AgRg nos EREsp) nº 957.719/SC, sob a Relatoria do Min. Cesar Asfor Rocha (DJe de 16.11.2010), o qual ratificou posicionamento ampliado das Turmas de Direito Público deste Tribunal nesses termos:

"Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

Por outro lado, no que se **refere ao segurado empregado, durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença**, também entendo que, não obstante nesse período haja o pagamento efetuado pelo empregador conforme art. 60, § 3º, da Lei 8.213/91 - com redação

¹ <https://magalhaesgrangeiro.com.br/terco-constitucional-de-ferias-incide-contribuicao-patronal/>
acessado em 07.05.2023.



**Gabinete do Senador Hamilton Mourão**

dada pela Lei 9.876/99 -, a importância paga não é destinada a retribuir o trabalho, sobretudo porque no intervalo dos quinze dias consecutivos ocorre a interrupção do contrato de trabalho, ou seja, nenhum serviço é prestado pelo empregado, razão pela qual não cabe a incidência de contribuição previdenciária, exatamente por não consubstanciar hipótese de exação, a qual exige verba de natureza remuneratória.

Por fim, do mesmo modo que os demais itens, não incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado, ainda que operada a revogação da alínea "f" do § 9º do art. 214 do Decreto 3.038/99, considerando que tal contribuição NÃO pode ser exigida sobre a parcela paga ao empregado a título de aviso prévio, enquanto a natureza de tais valores continue sendo indenizatória, não integrando, portanto, o salário-de-contribuição.

Daí as razões pelas quais peço o apoio de meus nobres pares para o acolhimento da presente Emenda que protege, além do terço de férias, a não incidência de contribuição previdenciária sobre aviso prévio e auxílio-doença, nos exatos termos do REsp nº 1230957/RS há muito tempo pacificado perante o STJ.

Sala das Sessões, em de maio de 2023.

Senador Hamilton Mourão

REPUBLICANOS/RS





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1173, de 2023**, que *"Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Capitão Alberto Neto (PL/AM)	001
Deputado Federal João Carlos Bacelar (PL/BA)	002; 003
Deputado Federal Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)	004
Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	005
Deputado Federal Covatti Filho (PP/RS)	006
Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)	007; 010
Deputado Federal Eduardo Bismarck (PDT/CE)	008
Deputado Federal Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)	009
Deputado Federal Rafael Prudente (MDB/DF)	011
Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)	012
Deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA)	013
Deputado Federal Evair Vieira de Melo (PP/ES)	014
Deputado Federal Carlos Chiodini (MDB/SC)	015; 016; 017
Deputado Federal Da Vitoria (PP/ES)	018; 019; 020; 023; 026; 027; 028
Deputado Federal Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG)	021
Deputado Federal Guilherme Uchoa (PSB/PE)	022
Deputado Federal Marx Beltrão (PP/AL)	024
Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)	029; 030; 031
Deputada Federal Yandra Moura (UNIÃO/SE)	032*
Deputado Federal Luiz Gastão (PSD/CE)	033

* Emenda retirada pelo autor

Obs: A emenda 25 foi considerada inválida por erro no processamento.

TOTAL DE EMENDAS: 32





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

MPV 1173
00001

EMENDA Nº - CMMPV 1173/2023
(à MPV 1173/2023)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A [Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A

I – a operacionalização por meio de arranjo de pagamento aberto, a partir de 1º de maio de 2024, conforme critérios de interoperabilidade aos arranjos de pagamento e entre arranjos de pagamento distintos a serem estabelecidos pelo Banco Central do Brasil; e

II – a portabilidade dos serviços será gratuita e ocorrerá por meio de solicitação expressa do trabalhador, a partir de 1º de maio de 2024, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Banco Central do Brasil;

§ 1º Integram o Sistema de Pagamentos Brasileiro os arranjos de pagamento que participam dos programas de alimentação do trabalhador de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o pagamento de refeições em restaurantes e estabelecimentos similares ou para a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais.

§ 2º Para fins do disposto no inciso I do art. 1º-A desta Lei, considera-se:

I – interoperabilidade entre arranjos: mecanismo que viabilize, por meio de regras, procedimentos e tecnologias compatíveis, o fluxo de recursos entre usuários finais de diferentes arranjos de pagamento; e

II - interoperabilidade entre participantes de um mesmo arranjo: mecanismo que viabilize, por meio de regras, procedimentos e tecnologias compatíveis, que os diferentes participantes de um mesmo arranjo se relacionem de forma não discriminatória.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA

O mercado de vouchers é caracterizado pela alta concentração em poucos agentes e baixa competição, marcado pelas elevadas taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais e pela grande complexidade na gestão do recebimento dos pagamentos. No primeiro trimestre de 2022, enquanto a tarifa de aceitação de cartão média de arranjos de pagamento abertos integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”) era de aproximadamente 2,26% para crédito e 1,1% para débito, as tarifas cobradas por vouchers eram próximas a 6%, acarretando custos relevantes para a varejistas e trabalhadores.

A diferença desses custos pode ser explicada, dentre outros fatores, pela exclusividade de credenciamento, processamento e liquidação das transações realizadas com o vale-alimentação e vale-refeição pelas operadoras de vouchers. Isso porque tais agentes operam



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236361880100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

como arranjos de pagamento fechados, cabendo somente à operadora, além de instituir o arranjo de pagamento, emitir o cartão e habilitar estabelecimentos comerciais para que possam aceitá-lo. Com isso, este mercado encontra-se fechado, com altas barreiras de entrada e com mecanismos de competição insuficientes para que resultem na diminuição de preço em benefício de seus usuários.

O mercado de cartões, por outro lado, tem trilhado um caminho diferente daquele percorrido pelo mercado de vouchers, registrando um contínuo aumento da competição e a redução de preços em benefícios dos consumidores e do varejo.

Tal diferença decorre da abertura do mercado de cartões, impulsionada por medidas do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e do Banco Central do Brasil (“Banco Central”), sobretudo após a publicação da Lei nº 12.865/2013, que incluiu os arranjos de cartões no SPB, conferindo ao Banco Central competência para regular e fiscalizar os arranjos e as instituições de pagamento, como credenciadoras, emissoras de moeda eletrônica (contas de pagamento pré-paga) e emissores de instrumentos de pagamento pós-pago (cartões de crédito). Como resultado, foi possível notar no mercado de cartões a diminuição das barreiras de entrada, o surgimento de novos agentes, a redução dos custos de aceitação de cartões pelo varejo e a criação de modelos de negócios inovadores.

A partir da publicação deste novo marco legal e do arcabouço regulatório instituído pelo Banco Central, observou-se o surgimento de uma regulação pró-competitiva, que envolveu, dentre outros aspectos, a instituição de conceitos precisos de interoperabilidade nos arranjos de pagamentos e entre arranjos de pagamento. Nos termos da regulação aplicável, a interoperabilidade entre arranjos consiste em mecanismos que viabilizem, “por meio de regras, procedimentos e tecnologias compatíveis, o fluxo de recursos entre usuários finais de diferentes arranjos de pagamento”, enquanto a interoperabilidade entre participantes de um mesmo arranjo refere-se a mecanismos que viabilizem, “por meio de regras, procedimentos e tecnologias compatíveis, que os diferentes participantes de um mesmo arranjo se relacionem de forma não discriminatória”. Tais definições viabilizaram o tratamento isonômico dos participantes pelas bandeiras e a competição no mercado de cartões, indo além do mero “compartilhamento da rede credenciada de estabelecimentos comerciais” previsto na atual regulação de vouchers.

Com a inclusão dos vouchers no SPB, espera-se que os avanços do arcabouço regulatório dos arranjos de pagamento abertos também sejam percebidos nesse mercado. Destaca-se que esses benefícios não se limitam às definições de interoperabilidade, compreendendo também:

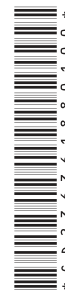
A abertura plena dos arranjos de pagamento instituídos por operadoras de vouchers, resultando no aumento da competição entre instituições de pagamento credenciadoras para a habilitação de estabelecimento os comerciais, acarretando a redução das taxas em benefício do varejo;

A redução do prazo de liquidação dos recursos ao estabelecimento comercial, em até dois dias úteis contados da captura da transação, conforme regras dos arranjos de pagamento



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236361880100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

abertos para contas de depósitos à vista vinculada a cartões de débito. Atualmente, no mercado de vouchers, esse prazo é de até trinta dias contados da captura da transação; e

Utilização de recebíveis de cartão como garantias para operações de crédito, por meio do registro desses recebíveis em entidades autorizadas a registrar ativos financeiros, nos termos da Lei nº 12.810/2013, o que fomentaria o acesso a crédito pelo varejo.

Assim, essas alterações propostas podem gerar aumento de bem-estar de trabalhadores e varejistas, replicando os avanços do mercado de cartões da última década ao segmento de vouchers.

Sala das comissões, 03 de maio de 2023.

Deputado Capitão Alberto Neto
PL-AM



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236361880100>



* C D 2 3 6 3 6 1 8 8 0 1 0 0 *





PL/BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS **MPV 1173**
00002
Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1173, DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A
A

I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento aberto, que está permitida no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) a partir de 1º de maio de 2023;

II - que as empresas de que trata o caput, organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado, deverão permitir a interoperabilidade entre si e com os arranjos abertos no âmbito do PAT, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2024;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238907599100>



* C D 2 3 8 9 0 7 5 9 9 1 0 0 *





PL/BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

A presente emenda busca fortalecer a segurança jurídica no mercado de benefícios aos trabalhadores, que está passando por profundas transformações. Reconhecemos a importância de deixar claro na legislação a operacionalização imediata dos arranjos abertos no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), conforme previsto no Decreto 10.85421 (art. 174, §1º), principalmente devido aos seus benefícios para os trabalhadores e estabelecimentos credenciados, como restaurantes e supermercados.

Os arranjos abertos utilizam sistemas amplamente difundidos de cartão de crédito, o que os torna mais acessíveis do que os arranjos fechados. Com a possibilidade de aceitação em um maior número de estabelecimentos comerciais, os trabalhadores terão maior poder de compra e acesso a alimentos de qualidade, o que permitirá que milhares de pessoas satisfaçam suas necessidades alimentares e nutricionais com mais facilidade e conforto.

Além disso, enfatizamos a importância de garantir a operacionalização imediata dos arranjos abertos. Isso trará segurança jurídica para os investidores, que poderão intensificar os investimentos e parcerias necessários para o sucesso dos arranjos abertos, além de estimular a concorrência no mercado de benefícios trabalhistas.

Essa concorrência resultará em uma redução de tarifas para restaurantes, que terão maior liberdade para negociar as taxas cobradas, além da melhora significativa na experiência do trabalhador que poderá utilizar seus benefícios em uma rede mais ampla de estabelecimentos, garantindo o objetivo final do programa que é melhorar a sua qualidade nutricional.

Por fim, destacamos a importância de resolver o problema de alta concentração no mercado de emissores de meios de pagamento de benefícios trabalhistas. A operacionalização imediata dos arranjos abertos é um passo importante nessa direção, contribuindo para a construção de um mercado mais justo e equilibrado que valorize a concorrência, a qualidade dos serviços oferecidos e o bem-estar dos trabalhadores brasileiros. Com essa emenda, buscamos fortalecer a proteção dos trabalhadores e contribuir para um mercado mais justo e equilibrado.

* C D 2 3 8 9 0 7 5 9 9 1 0 0 *



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238907599100>





PL/BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

Sala das Sessões, em 04 de maio de 2023

JOÃO CARLOS BACELAR

Deputado



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238907599100>

* C D 2 3 8 9 0 7 5 9 9 1 0 0 *





PL/BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS **MPV 1173**
00003
 Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1173, DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A

A

II- a portabilidade dos serviços será gratuita e de escolha do empregado, dentre as opções de empresas facilitadoras contratadas pela pessoa jurídica beneficiária, conforme o disposto em ato do Poder Executivo federal, a partir de 1º de maio de 2024;

.....
” (NR)

JUSTIFICAÇÃO



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
 Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239796378300>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

PL/BA

A presente emenda tem como objetivo fortalecer a segurança da portabilidade, que é uma ferramenta importante para garantir a autonomia dos trabalhadores na escolha do fornecedor de benefícios.

Entretanto, a portabilidade, irrestrita e sem os devidos cuidados como está proposta, pode trazer alguns riscos para os trabalhadores e para as empresas contratantes.

Hoje em dia, as empresas beneficiárias do PAT são responsáveis pelos benefícios dos colaboradores, tanto em relação à disponibilização dos benefícios quanto ao uso correto dos recursos.

Sem os devidos mecanismos de controle na escolha da empresa facilitadora, as empresas não poderão mais se responsabilizar pelo fornecimento dos benefícios e pelos desvios em seu uso.

Essa falta de responsabilização adequada pode levar a problemas sérios para os trabalhadores e empresas, como multas por desvio de finalidade ou a não disponibilidade dos benefícios contratados.

Além disso, há uma dificuldade na fiscalização dos contratos pelas empresas contratantes. A portabilidade pode levar à perda de controle para as empresas sobre o fornecedor e o contrato, o que pode dificultar a exigência de benefícios para os trabalhadores e garantir que seus recursos sejam aplicados corretamente em benefícios nutricionais.



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239796378300>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

PL/BA

A empresa contratante não consegue garantir, por exemplo, que o trabalhador não terá desvio de finalidade na concessão do auxílio-alimentação.

Por fim, há risco de fraudes ao trabalhador. Trabalhadores podem ser vítimas de golpes aplicados por facilitadoras mal-intencionadas ou mal geridas. É possível que criminosos solicitem a transferência indevida dos recursos dos trabalhadores para contas de pagamento em empresas fictícias.

Para garantir uma portabilidade segura, é necessário estabelecer regras claras e responsabilidades para as empresas facilitadoras e as empresas contratantes.

A emenda propõe que a portabilidade dos serviços seja gratuita e de escolha do empregado, dentre as opções de empresas facilitadoras contratadas pela pessoa jurídica beneficiária, conforme o disposto em ato do Poder Executivo federal, a partir de 1º de maio de 2024.

Essa medida, além de fortalecer a segurança da portabilidade, também estimula a competição saudável entre as empresas facilitadoras e contribui para um mercado mais justo e equilibrado.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 2023



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239796378300>

* C D 2 3 9 7 9 6 3 7 8 3 0 0 *





PL/BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

JOÃO CARLOS BACELAR

Deputado



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239796378300>

* C D 2 3 9 7 9 6 3 7 8 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Gilberto Abramo** - REPUBLICANOS/MG

MPV 1173
00004

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 2023

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

Suprima-se o inciso II do art. 1º-A, Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1173/2023.

JUSTIFICAÇÃO

Tomando por empréstimo o conceito de portabilidade aplicável ao cadastro de conta bancária, aos contratos de planos de saúde, às assinaturas de linhas telefônicas, e sob o argumento de que seria uma iniciativa benéfica ao trabalhador, criou-se o conceito de portabilidade do benefício do Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT.

Com características completamente distintas das outras portabilidades mencionadas, no caso da portabilidade do benefício do PAT, o resultado foi desorganização do sistema em evidente prejuízo para o trabalhador por vários motivos.

- Ignorou-se o fato de que a concessão do benefício é uma liberalidade do empregador. A adoção ao programa não é obrigatória.

- O empregador é severamente punido, nos termos do artigo 3º-A da Lei nº Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, caso não observe a adequada aplicação da concessão do benefício. Em outras palavras, se houver alguma distorção, como por exemplo a compra de cigarros com recursos do PAT pelo trabalhador, a empresa que concedeu o benefício pode ser multada de R\$ 5.000,00 a R\$ 50.000,00 (aplicando-se o dobro em caso de reincidência), além do cancelamento de sua inscrição no programa e a perda do incentivo fiscal. **Se o trabalhador “levar” o benefício para uma empresa de solução de alimentação com a qual não exista qualquer relação contratual com o empregador, como este fiscalizará a referida empresa para gerir esse risco?**

- Suponha que o custo contratado pelo empregador com a empresa escolhida para oferecer a alimentação/refeição para o seu trabalhador seja de 1% do valor do benefício.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235580725800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG

O trabalhador, por sua livre decisão, opte por levar o benefício para uma empresa com custo de 5% do valor do benefício. Os empregadores estariam sujeitos a tal elevação de custo, independentemente de sua vontade, para assegurar o direito de portabilidade ao seu empregado?

- Na hipótese de um trabalhador ser convencido uma empresa que cometa fraude e desapareça com seus recursos, a Justiça do Trabalho determinaria que a responsabilidade foi do próprio trabalhador por sua decisão livre ou haveria a possibilidade de ser considerado hipossuficiente obrigando o empregador a repor esses recursos?

- Tendo em vista que a portabilidade implicaria em escolha pelo empregado de empresa de solução de alimentação com a qual o empregador não tem qualquer relação, inclusive contratual, estaria o empregador dispensado de suas responsabilidades e ações realizadas por intermédio da empresa que foi substituída? Em outras palavras, a escolha pelo empregado de empresa distinta daquela escolhida pelo empregador exime este de suas responsabilidades?

- Embora quem mais seja beneficiado pelo PAT seja o empregador, o beneficiário formal do Programa é a empresa empregadora, justamente de quem está se retirando a liberdade de escolha da empresa de solução de alimentação que melhor lhe atenda a partir de suas peculiaridades.

A concessão de auxílio refeição-alimentação no âmbito do PAT faz parte de um programa de benefícios que o empregador elege para atrair e reter seus empregados. Retirar do empregador a decisão de escolha na verdade cria um incentivo para que o auxílio não seja oferecido.

O aumento da insegurança jurídica trazida pela portabilidade do benefício do PAT além de desorganizar um sistema que funcionava muito bem, na verdade reduz o interesse pelos empregadores de concedê-lo.

Quem perde com isso? Justamente os quase 20 milhões de trabalhadores que atualmente recebem esse benefício sendo que, destes, 85% recebem até 5 salários mínimos.

A portabilidade no âmbito do PAT em nenhum momento pode ser comparada com as outras portabilidades aqui citadas pois, diferentemente das demais, no caso do PAT, quem arca com o custo é o empregador. Além disso, envolve incentivo fiscal (a renúncia anual média é de R\$ 734 milhões).

Além de todos esses argumentos, a operacionalização dessa portabilidade e os respectivos custos de implementação criariam nova camada de custos, onerando ainda mais o sistema e, mais uma vez, o trabalhador.

O mercado das empresas de solução de alimentação hoje está consolidado e atende a mais de 22 milhões de trabalhadores, com impacto também, por exemplo, em mais de 100 mil de estabelecimentos do setor de alimentação fora do lar, como bares e restaurantes. Toda medida tem de ser avaliada para que não traga prejuízo à



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235580725800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG

concorrência entre as empresas de benefícios, aos estabelecimentos da cadeia dos setores de alimentação e, por fim, aos próprios trabalhadores.

Como configurada, a portabilidade faz com que os estabelecimentos onde o trabalhador usa o benefício sejam prejudicados.

A alteração abre espaço para que a disputa pelos trabalhadores pelas empresas de benefícios se dê com uso de incentivos como o reembolso (cashback).

Para compensar o dinheiro investido nesta ação e outras que visem "adquirir" o portador do benefício, as taxas cobradas por estas empresas dos estabelecimentos (como restaurantes) tendem a subir.

Os estabelecimentos se verão obrigados, por sua vez, a repassar estes aumentos aos preços do cardápio, criando-se um círculo vicioso com efeitos deletérios para os próprios estabelecimentos, que perdem competitividade, para os trabalhadores, que pagarão mais pela refeição, e para o país, com pressão na inflação. Um efeito em cascata ignorado pela medida, cujo resultado final é o prejuízo ao programa e ao trabalhador.

Ante o exposto, é nosso dever alertar sobre os efeitos negativos que essa portabilidade trouxe e o risco de criar barreiras e aumentar os riscos para a existência de um programa que beneficia a tantos trabalhadores no país e que merece prosperar.

Sala da Comissão, de maio de 2023.

Deputado GILBERTO ABRAMO

Republicanos - MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235580725800>



**MPV 1173
00005**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1173/2023
(à MPV 1173/2023)**

Dê-se nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 3º** A parcela disponibilizada aos trabalhadores sob qualquer forma no âmbito dos Programas de Alimentação do Trabalhador não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) é um importante mecanismo de melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores.

A legislação correlata, porém, encontra-se desatualizada, o que tem acarretado discussões judiciais e administrativas desnecessárias e infrutíferas, especialmente no âmbito tributário.

Com efeito, o art. 3º da Lei nº 6.321/1976, ao afastar a natureza salarial das parcelas integrantes do PAT, ainda faz referência à concessão *in natura* do benefício, desconsiderando a sua disponibilização por meio de arranjos de pagamento, nos moldes autorizados pelo Decreto nº 10.854/2021.

Por essa razão, apresentamos esta emenda, a qual aperfeiçoa a redação do referido artigo, esclarecendo que os valores pagos no âmbito do PAT não têm natureza salarial, independentemente da modalidade em que se dê o seu pagamento aos empregados.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232005681500>

*CD232005681500*
ExEdit

Diante do exposto, solicitamos aos nossos nobres Pares o apoio para a aprovação desta importante emenda.

Sala da comissão, 4 de maio de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232005681500>



MPV 1173
00006

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1173, DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA Nº

Altere-se o art. 1º da Medida Provisória nº 1.173, de 1º de maio de 2023 (“MP 1173/23”), passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A
I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de novembro de 2023; e
II - a portabilidade dos serviços será gratuita e ocorrerá por meio de solicitação expressa do trabalhador, conforme o disposto em ato do Poder Executivo federal, a partir de 1º de novembro de 2023;
.....”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1173, de 1º de maio de 2023, visa “alterar o prazo fixado nos incisos I e II do art. 1º-A da Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, para possibilitar que o Poder Executivo regulamente a portabilidade, a interoperabilidade e a operacionalização dos serviços de pagamento dos programas de alimentação do trabalhador.”

Em que pese os fatores apontados pelo Excelentíssimo Ministro do Trabalho na Exposição de Motivos nº 00014/2023, que argumentou sobre a complexidade do tema e a exiguidade dos prazos estabelecidos pela Lei nº 14.442/2022, a regulamentação da portabilidade e interoperabilidade são medidas necessárias que urgem serem editadas para que o trabalhador retorne ao centro da política pública do Programa de Alimentação do Trabalhador- PAT.

A portabilidade é um instrumento que permite ao usuário de um serviço migrar para outro prestador de serviço do mesmo seguimento, tal qual acontece no modelo de portabilidade de salário, já existente no sistema financeiro nacional, e na portabilidade de telefonia. No âmbito do PAT, isso significa que um trabalhador cuja empresa utiliza os vouchers de determinada emissora, poderá



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Covatti Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234023831900>



* C D 2 3 4 0 2 3 8 3 1 9 0 0 *

solicitar a migração desse voucher para outra, que lhe traga “mais benefícios”, como maior rede de estabelecimentos credenciados, ou a aquisição de mais produtos ou serviços. Esse poder de escolha do trabalhador incentivará a competição e estimulará a prestação de melhores serviços, ao trazer o trabalhador para o centro da política pública.

Vale ressaltar que esse direito do trabalhador deve ser assegurado sempre, não apenas nos momentos de mudança de emprego, como a lei assim já o dispõe. Apesar da complexidade demandada para a operacionalização, o país já possui ampla experiência com o instituto, cabendo ao governo se valer do conhecimento adquirido com essas experiências prévias para replicar isso para o setor de benefícios.

Mesma lógica é aplicável ao instituto da interoperabilidade, que permitirá que as empresas do PAT que atuem via arranjo aberto ou fechado compartilhem a rede credenciada. Na prática, o que essa medida faz é que as “maquininhas” de cartão de uma determinada emissora de benefício possam ser utilizadas para o recebimento de pagamentos com voucher emitidos por qualquer outra empresa de benefícios, independente de quem credenciou ou da bandeira utilizada.

Isso beneficia o trabalhador ao possibilitar que ele utilize o seu benefício em mais estabelecimentos, além de ampliar a concorrência no mercado, uma vez que incentiva a redução das altas taxas praticadas pelas prestadoras que dominam esse mercado.

Sendo assim, propõe-se a presente emenda para que o prazo seja prorrogado apenas por 6 meses, contados do prazo inicialmente previsto para entrada em vigor desses institutos, ou seja, que essa matéria esteja devidamente regulamentada até o dia 1º de novembro de 2023.

Diante do acima exposto, e considerando a necessidade de regulamentação com a maior brevidade possível, pedimos apoio para a aprovação desta emenda.

Sala das comissões, em 05 de maio de 2023.

Deputado COVATTI FILHO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Covatti Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234023831900>



CD234023831900
ExEdit



MPV 1173
00007

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 01 DE MAIO 2023.

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º-A

I- a operacionalização da concessão de benefícios alimentares por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, a partir de 1º de maio de 2025;

I-A – as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado deverão permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2025; e

II- revogado;

.....

Art. 2º Fica revogado o artigo 182 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.

Art. 3º Fica revogado o artigo 5º, 1º-A, II, da Lei 14.442, de 2 de setembro de 2022.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT foi criado em 1976 com vistas a estimular o empregador a fornecer uma alimentação adequada aos trabalhadores, sob as óticas nutricional e de segurança alimentar. Trata-se de uma política pública longa e bem-sucedida. Atualmente, o PAT beneficia diretamente cerca de 22 milhões de contratados em aproximadamente 300 mil empresas beneficiárias. Tais empresas aderem ao programa de forma facultativa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236211686400>



Ressalta-se que o PAT gera um número expressivo de empregos diretos e indiretos. Ademais, atendem tanto a demanda dos benefícios de refeição (utilizado em restaurantes e similares para a compra de refeições) quanto para alimentação (utilizado em supermercados e afins na aquisição de gêneros alimentícios para preparo).

Ocorre que desde o ano de 2021, o programa passa por mudanças regulatórias que, segundo os gestores daquele momento, visavam a modernizar a sua operação. Entre elas merecem especial destaque os institutos do arranjo aberto, da interoperabilidade e da portabilidade.

A **portabilidade** à primeira vista parece positiva para o programa, sob a ótica de “colocar o trabalhador no centro da política pública” e de dar a ele a faculdade de optar pela facilitadora emissora PAT de sua preferência.

Todavia, a portabilidade distorce o modelo do PAT, que é de adesão facultativa pelas empresas, as quais contratam as facilitadoras emissoras PAT a partir de critérios e requisitos de sua preferência.

Quando a escolha passa a ser do trabalhador, apesar de não ser ele o contratando dos serviços, as empresas (estas sim as contratantes) podem ser desencorajadas de aderir ao programa, já que são elas as responsáveis pela contratação, pagamento e fornecimento do benefício. E, por conseguinte, os trabalhadores deixarão de ter garantida alimentação de qualidade prevista por esta política pública.

Ademais, com a portabilidade, abre-se a possibilidade para que agentes oportunistas ingressem nesse mercado sem se preocuparem com as conformidades exigidas pela legislação do PAT e ofertem condições incompatíveis com a qualidade alimentar – seu objetivo primordial! –, haja vista o exemplo do benefício de **cashback**, os quais fogem ao mister do programa e prejudicam o setor, sendo negativo principalmente para os estabelecimentos comerciais e para as facilitadoras-emissoras PAT regionais, e fortalecem o monopólio de agentes verticalmente integrados.

Além disso, diferentemente do que ocorre nos setores como de telefonia ou plano de saúde, a portabilidade não funciona para o mercado de benefícios. Entre as principais diferenças, tem-se que as facilitadoras-emissoras PAT oferecem serviços personalizados às necessidades de cada empresa (e não de cada trabalhador) e as relações de consumo são interdependentes, compostas por empresas beneficiárias, facilitadoras, trabalhadores e restaurantes/estabelecimentos, cujos contratos estão interligados, de forma que permitir ampla migração acabaria por desidratar o próprio programa. É inclusive o que se verifica do caput do art. 2º da própria Lei nº 6.321/1976: “Art 2º Os programas de alimentação a que se refere o artigo anterior deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda e limitar-se-ão aos contratados pela pessoa jurídica beneficiária.”.

Por essa razão, a portabilidade é modelo complexo e de difícil operacionalização, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto regulatório, sendo certo que, por outro lado, os objetivos que se pretendia atingir por meio da portabilidade são

* C D 2 3 6 2 1 1 6 8 6 4 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236211686400>



passíveis de atingimento mediante interoperabilidade, o que também torna a portabilidade ineficiente e desnecessária.

Com efeito, embora não seja o modelo ideal, o instituto da **interoperabilidade** já tem o condão de posicionar no trabalhador o foco da tomada de decisão quanto à escolha do restaurante/estabelecimento para aquisição de alimentos (refeições ou gêneros alimentícios, conforme o caso), ao ampliar as opções entre as redes credenciadas para a utilização do benefício.

Não obstante, é necessário garantir que a operacionalização da interoperabilidade seja feita de forma a não apenas atender a demanda de novos agentes com interesse em integrar o mercado de benefícios ao trabalhador, mas também, e principalmente, que os objetivos primordiais do PAT sejam observados e obedecidos, e especial no tocante à garantia de fornecimento de alimentos/refeições nutricionalmente adequadas e tomando como parâmetro critérios objetivos de segurança alimentar e manutenção da saúde.

Nesse ponto, não há como deixar de criticar, com toda a veemência, a adoção, no âmbito do PAT, de meios de pagamento organizados sob a forma de **arranjos abertos** – leia-se, bandeiras de cartões –, cujos critérios de credenciamento de novos estabelecimentos são de natureza meramente comercial/econômica, inexistindo qualquer movimento/intenção no sentido de adotar critérios de natureza nutricional e de segurança alimentar para aceitação de novos estabelecimentos em suas redes. Nesse sentido, afirma categoricamente: o arranjo aberto enfraquece, desidrata e acabará por extinguir o PAT!

Com efeito, é possível afirmar que a única forma de compatibilizar adequadamente todos os interesses aqui comentados, de início aparentemente incompatíveis entre si – quais sejam, (i) manter e reforçar as premissas do PAT, como programa que pretende garantir ao trabalhador brasileiro, especialmente o de baixa renda, alimentação nutricionalmente adequada, segurança alimentar e manutenção da saúde, e

(ii) colocar no trabalhador o foco da tomada de decisão quanto ao agente fornecedor da refeição/gêneros alimentícios, facultando-lhe maiores opções e flexibilidade, mas ainda com observância das premissas do programa –, é:

(iii)

(a) revogar a opção de operacionalização da concessão de benefícios alimentares por meio de arranjo aberto de pagamento, em razão da evidente incompatibilidade entre as premissas do seu ramo de negócio (cartões bandeirados, ampla e irrestritamente aceitos em qualquer estabelecimento comercial) e as premissas do PAT (necessidade de observância de critérios objetivos de saúde nutricional e segurança



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236211686400>



alimentar para fins de credenciamento de determinado estabelecimento, atividade passível de exercício tão somente no âmbito de arranjos fechados);

- (b) revogar a opção de portabilidade, na medida em que sua função é suprida à suficiência pela interoperabilidade e por sua inadequação estrutural à forma contratual sistêmica aplicada ao mercado de benefícios, em que há vínculos contratuais entre empresas contratantes/beneficiárias, facilitadoras-emissoras e estabelecimentos comerciais, mas não entre estas últimas e os próprios trabalhadores, relacionados tão somente às empresas contratantes;
- (c) postergar para 1º de maio de 2025 a obrigatoriedade de implantação da interoperabilidade, neste caso aplicável tão somente às redes credenciadas vinculadas às facilitadoras-emissoras que atuam sob arranjo fechado de pagamento, concedendo-se maior prazo para a respectiva operacionalização, especial sob a ótica sistêmica e tecnológica.

Vale ressaltar que a forma mais adequada de operacionalização da interoperabilidade será mediante a criação de uma terceira instituição, separada de todos os agentes atuais e entrantes desse mercado, e que possa congrega em sua própria base de dados – com observância de critérios de proteção concorrencial – as informações relacionadas às redes credenciadas de todos os agentes, o que, inclusive, reduz significativamente o índice de fraude ao sistema, visto que o credenciamento de novos estabelecimentos diretamente nessa terceira instituição é centralizado. Porém, para que isso possa ser viabilizado, há necessidade de prorrogação por 24 meses (e não apenas 12) do prazo de vigência do instituto.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236211686400>



* C D 2 3 6 2 1 1 6 8 6 4 0 0 *



MPV 1173
00008

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1173, DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A

I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento aberto, que está permitida no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) a partir de 1º de maio de 2023;

II - que as empresas de que trata o caput, organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado, deverão permitir a interoperabilidade entre si e com os arranjos abertos no âmbito do PAT, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2024;

.....

IV - a portabilidade dos serviços será gratuita e ocorrerá por meio de solicitação expressa do trabalhador, conforme o disposto em ato do Poder Executivo federal, a partir de 1º de maio de 2024.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Bismarck
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239804645000>



A presente emenda busca fortalecer a segurança jurídica no mercado de benefícios aos trabalhadores, que está passando por profundas transformações. Reconhecemos a importância de deixar claro na legislação a operacionalização imediata dos arranjos abertos no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), conforme previsto no Decreto 10.85421 (art. 174, §1º), principalmente devido aos seus benefícios para os trabalhadores e estabelecimentos credenciados, como restaurantes e supermercados.

Os arranjos abertos utilizam sistemas amplamente difundidos de arranjos de pagamentos (p.ex., Visa, Mastercard, Elo), o que os torna mais acessíveis do que os arranjos fechados. Com a possibilidade de aceitação em um maior número de estabelecimentos comerciais, os trabalhadores terão maior poder de compra e acesso a alimentos de qualidade, o que permitirá que milhares de pessoas satisfaçam suas necessidades alimentares e nutricionais com mais facilidade e conforto. Não obstante os custos aos estabelecimentos comerciais ou a taxa de transação (Merchant Discount Rate - MDR) praticados por arranjos abertos é significativamente menor que as taxas praticadas em arranjos fechados, portanto a adoção do arranjo aberto leva um bem-estar imediato aos empregados.

Além disso, enfatizamos a importância de garantir a operacionalização imediata dos arranjos abertos. Isso trará segurança jurídica para os investidores, que poderão intensificar os investimentos e parcerias necessários para o sucesso dos arranjos abertos, além de estimular a concorrência no mercado de benefícios trabalhistas.

A coexistência de arranjos abertos e fechados, e esses com interoperabilidade, aumenta concorrência e as opções no mercado resultando em uma redução de tarifas para restaurantes, além da melhora significativa na experiência do trabalhador que poderá utilizar seus benefícios em uma rede mais ampla de estabelecimentos, garantindo o objetivo final do programa que é melhorar a sua qualidade nutricional.

* C D 2 3 9 8 0 4 6 4 5 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Bismarck
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239804645000>



Por fim, destacamos a importância de resolver o problema de alta concentração no mercado de emissores de meios de pagamento de benefícios trabalhistas.

A operacionalização imediata dos arranjos abertos é um passo importante nessa direção, contribuindo para a construção de um mercado mais justo e equilibrado que valorize a concorrência, a qualidade dos serviços oferecidos e o bem-estar dos trabalhadores brasileiros. Com essa emenda, buscamos fortalecer a segurança jurídica para empresas atuantes no mercado de benefícios com arranjos abertos, proteção dos trabalhadores e contribuir para um mercado mais justo e equilibrado.

Sala das Comissões, em de maio de 2023.

Deputado EDUARDO BISMARCK

PDT-CE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Bismarck
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239804645000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

MPV 1173

00009

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA ADITIVA

Dá-se nova redação ao art. 1º da Medida Provisória nº 1.173, de 1º de maio de 2023, para acrescentar-lhe § 6º.

“Art. 1º - A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º -

§ 6º - As verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador, não poderão ultrapassar percentual acima de 1% do total dos valores dos benefícios contratados pela pessoa jurídica beneficiária.
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.442, de 2022, foi importante porque promoveu mudanças significativas no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), relevante política pública que fornece aos trabalhadores alimentação de qualidade.

Uma das mais significativas modificações foi a vedação do rebate, prática bastante nociva ao setor e à cadeia do PAT. A Lei vedou as pessoas jurídicas beneficiárias a exigir das facilitadoras de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado, prazos de repasse que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos trabalhadores, ou outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador.

Para manter o mercado competitivo e com a finalidade de viabilizar um ambiente justo para as empresas fornecedoras de alimentação coletiva,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Ayres
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237353668900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

também se faz necessário instituir percentual limitador às verbas e benefícios diretos ou

indiretos de qualquer natureza que não estejam vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador.

A medida evita distorções no programa que prejudicariam, em última instância, o próprio trabalhador.

Esta emenda tem por finalidade possibilitar que as regras sejam observadas pelas empresas beneficiárias e viabilizem um mercado competitivo entre as facilitadoras do PAT.

Sala da Comissão, de maio de 2023

Deputado RICARDO AYRES

Republicanos - TO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Ayres
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237353668900>



**MPV 1173
00010****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 01 DE MAIO 2023.**

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º-A

I- a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado, devendo as empresas organizadas sob tal forma permitir a interoperabilidade entre si, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2025; e

II- revogado;

Art. 2º Ficam revogados o parágrafo 1º do artigo 174, artigo 177 e artigo 182 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.

Art. 3º Fica revogado o artigo 5º, 1º-A, II, da Lei 14.442, de 2 de setembro de 2022.
Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT foi criado em 1976 com vistas a estimular o empregador a fornecer uma alimentação adequada aos trabalhadores, sob as óticas nutricional e de segurança alimentar. Trata-se de uma política pública longa e bem-sucedida. Atualmente, o PAT beneficia diretamente cerca de 22 milhões de contratados em aproximadamente 300 mil empresas beneficiárias. Tais empresas aderem ao programa de forma facultativa.

Ressalta-se que o PAT gera um número expressivo de empregos diretos e indiretos. Ademais, atendem tanto a demanda dos benefícios de refeição (utilizado em restaurantes e similares para a compra de refeições) quanto para alimentação (utilizado em supermercados e afins na aquisição de gêneros alimentícios para preparo).

Ocorre que desde o ano de 2021, o programa passa por mudanças regulatórias que, segundo os gestores daquele momento, visavam a modernizar a sua operação. Entre elas merecem especial destaque os institutos do arranjo aberto, da interoperabilidade e da portabilidade.

A portabilidade à primeira vista parece positiva para o programa, sob a ótica de “colocar o trabalhador no centro da política pública” e de dar a ele a faculdade de optar pela facilitadora emissora PAT de sua preferência.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239154307900>



* C D 2 3 9 1 5 4 3 0 7 9 0 0 *



Todavia, a **portabilidade** distorce o modelo do PAT, que é de adesão facultativa pelas empresas, as quais contratam as facilitadoras emissoras PAT a partir de critérios e requisitos de sua preferência.

Quando a escolha passa a ser do trabalhador, apesar de não ser ele o contratando dos serviços, as empresas (estas sim as contratantes) podem ser desencorajadas de aderir ao programa, já que são elas as responsáveis pela contratação, pagamento e fornecimento do benefício. E, por conseguinte, os trabalhadores deixarão de ter garantida alimentação de qualidade prevista por esta política pública.

Ademais, com a portabilidade, abre-se a possibilidade para que agentes oportunistas ingressem nesse mercado sem se preocuparem com as conformidades exigidas pela legislação do PAT e ofertem condições incompatíveis com a qualidade alimentar – seu objetivo primordial! –, haja vista o exemplo do benefício de **cashback**, os quais fogem ao mister do programa e prejudicam o setor, sendo negativo principalmente para os estabelecimentos comerciais e para as facilitadoras-emissoras PAT regionais, e fortalecem o monopólio de agentes verticalmente integrados.

Além disso, diferentemente do que ocorre nos setores como de telefonia ou plano de saúde, a portabilidade não funciona para o mercado de benefícios. Entre as principais diferenças, tem-se que as facilitadoras-emissoras PAT oferecem serviços personalizados às necessidades de cada empresa (e não de cada trabalhador) e as relações de consumo são interdependentes, compostas por empresas beneficiárias, facilitadoras, trabalhadores e restaurantes/estabelecimentos, cujos contratos estão interligados, de forma que permitir ampla migração acabaria por desidratar o próprio programa. É inclusive o que se verifica do caput do art. 2º da própria Lei nº 6.321/1976:

“Art 2º Os programas de alimentação a que se refere o artigo anterior deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda e limitar-se-ão aos contratados pela pessoa jurídica beneficiária.”.

Por essa razão, a portabilidade é modelo complexo e de difícil operacionalização, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto regulatório, sendo certo que, por outro lado, os objetivos que se pretendia atingir por meio da portabilidade são passíveis de atingimento mediante interoperabilidade, o que também torna a portabilidade ineficiente e desnecessária.

Com efeito, embora não seja o modelo ideal, o instituto da **interoperabilidade** já tem o condão de posicionar no trabalhador o foco da tomada de decisão quanto à escolha do restaurante/estabelecimento para aquisição de alimentos (refeições ou gêneros alimentícios, conforme o caso), ao ampliar as opções entre as redes credenciadas para a utilização do benefício.

Não obstante, é necessário garantir que a operacionalização da interoperabilidade seja feita de forma a não apenas atender a demanda de novos agentes com interesse em integrar o mercado de benefícios ao trabalhador, mas também, e principalmente, que os objetivos primordiais do PAT sejam observados e obedecidos, em especial no tocante à garantia de fornecimento de alimentos/refeições nutricionalmente adequadas e tomando como parâmetro critérios objetivos de segurança alimentar e manutenção da saúde.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239154307900>



* C D 2 3 9 1 5 4 3 0 7 9 0 0 *



Nesse ponto, não há como deixar de criticar, com toda a veemência, a adoção, no âmbito do PAT, de meios de pagamento organizados sob a forma de **arranjos abertos** – leia-se, bandeiras de cartões –, cujos critérios de credenciamento de novos estabelecimentos são de natureza meramente comercial/econômica, inexistindo qualquer movimento/intenção no sentido de adotar critérios de natureza nutricional e de segurança alimentar para aceitação de novos estabelecimentos em suas redes. Nesse sentido, afirma categoricamente: o arranjo aberto enfraquece, desidrata e acabará por extinguir o PAT!

Com efeito, é possível afirmar que a única forma de compatibilizar adequadamente todos os interesses aqui comentados, de início aparentemente incompatíveis entre si – quais sejam, (i) manter e reforçar as premissas do PAT, como programa que pretende garantir ao trabalhador brasileiro, especialmente o de baixa renda, alimentação nutricionalmente adequada, segurança alimentar e manutenção da saúde, e (ii) colocar no trabalhador o foco da tomada de decisão quanto ao agente fornecedor da refeição/gêneros alimentícios, facultando-lhe maiores opções e flexibilidade, mas ainda com observância das premissas do programa –, é:

- a) revogar a opção de operacionalização da concessão de benefícios alimentares por meio de arranjo aberto de pagamento, em razão da evidente incompatibilidade entre as premissas do seu ramo de negócio (cartões bandeirados, ampla e irrestritamente aceitos em qualquer estabelecimento comercial) e as premissas do PAT (necessidade de observância de critérios objetivos de saúde nutricional e segurança alimentar para fins de credenciamento de determinado estabelecimento, atividade passível de exercício tão somente no âmbito de arranjos fechados);
- b) revogar a opção de portabilidade, na medida em que sua função é suprida à suficiência pela interoperabilidade e por sua inadequação estrutural à forma contratual sistêmica aplicada ao mercado de benefícios, em que há vínculos contratuais entre empresas contratantes/beneficiárias, facilitadoras-emissoras e estabelecimentos comerciais, mas não entre estas últimas e os próprios trabalhadores, relacionados tão somente às empresas contratantes;
- c) postergar para 1º de maio de 2025 a obrigatoriedade de implantação da interoperabilidade, neste caso aplicável tão somente às redes credenciadas vinculadas às facilitadoras-emissoras que atuam sob arranjo fechado de pagamento, concedendo-se maior prazo para a respectiva operacionalização, especial sob a ótica sistêmica e tecnológica.

* C D 2 3 9 1 5 4 3 0 7 9 0 0 *



Vale ressaltar que a forma mais adequada de operacionalização da interoperabilidade será mediante a criação de uma terceira instituição, separada de

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239154307900>



todos os agentes atuais e entrantes desse mercado, e que possa congrega em sua própria base de dados – com observância de critérios de proteção concorrencial – as informações relacionadas às redes credenciadas de todos os agentes, o que, inclusive, reduz significativamente o índice de fraude ao sistema, visto que o credenciamento de novos estabelecimentos diretamente nessa terceira instituição é centralizado. Porém, para que isso possa ser viabilizado, há necessidade de prorrogação por 24 meses (e não apenas 12) do prazo de vigência do instituto.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239154307900>



* C D 2 3 9 1 5 4 3 0 7 9 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Rafael Prudente** – MDB-DF

MPV 1173
00011

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 01 DE MAIO 2023.

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____ DE 2023.

(Do Sr. Deputado Rafael Prudente)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A

I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2025;

II - a portabilidade gratuita do serviço, mediante solicitação expressa do trabalhador, além de outras normas fixadas em decreto do Poder Executivo, a partir de 1º de maio de 2025;

.....

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 260 | CEP 70160-900 – Brasília-DF
Tels (61) 3215-5260 | dep.rafaelprudente@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230452007800>

1



CD230452007800
LexEdit



JUSTIFICATIVA

As mudanças perpetradas pela MP 1.173/2023, na operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, demandam complexa logística das empresas, que não podem ser prejudicadas abruptamente pela prolação de uma norma de eficácia imediata.

Neste esteio, pautado pela razoabilidade e proporcionalidade, proponho a presente Emenda, de modo que seja possível estender por mais um ano o prazo para que as empresas aderentes possam se adaptar à nova realidade normativa.

Brasília, 5 de maio de 2023.


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Federal – MDB-DF

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 260 | CEP 70160-900 – Brasília-DF
Tels (61) 3215-5260 | dep.rafaelprudente@camara.leg.br



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230452007800>



**MPV 1173
00012**

EMENDA SUPRESSIVA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

Art. 1º Fica revogado o inciso II, do art. 1º-A, da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, incluído pelo art. 5º da Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é reconhecido internacionalmente como um exemplo bem-sucedido de promoção de saúde e de segurança nutricional para os trabalhadores brasileiros. Esse programa conta com incentivo fiscal relevante, pois o Governo brasileiro compreende a importância de investir na proteção social da classe trabalhadora, garantindo alimentação de qualidade.

A palavra portabilidade possui uma aparente intenção nobre de dar liberdade ao trabalhador de escolher onde pode ser mais atrativo para ele receber seu benefício. Mas a realidade é que a portabilidade descaracteriza o PAT pois amplia o risco de desvirtuamento de uso do programa para compra de equipamentos eletrônicos, consumo de bebidas alcoólicas, compra de cigarros e equipamentos diversos disponibilizados em aplicativos que pretendem entrar nesse mercado sem o compromisso de fiscalizar a adequada aplicação desses recursos.

Em que pese a nobre intenção dos legisladores, a aplicação da portabilidade mostrou-se inviável. Não existe plataforma tecnológica estatal disponível para viabilizar essa medida. O desenvolvimento dessa plataforma também mostrou-se institucionalmente inviável pois não cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criar esse tipo de plataforma de custos elevadíssimos. O Banco Central também não tem essa atribuição, pois o PAT é assunto de natureza trabalhista que não se confunde com meios de pagamento regulados

* C D 2 3 1 3 0 7 5 8 6 2 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231307586200>



pelo supervisor do Sistema Financeiro Nacional. Assim, há um impasse incontornável, dada a complexidade e falta de juridicidade da iniciativa aprovada no ano passado.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), o sistema no qual seria possível escolher por qual operadora de cartão o trabalhador deseja receber o benefício, que em um primeiro momento pode parecer simples, cria dificuldades e pode inviabilizar a concessão do benefício pelos empregadores, que passarão a ter que gerir internamente dezenas de operadoras diferentes para o pagamento do benefício.

Diante do exposto, está evidente a necessidade de revogação da portabilidade prevista na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, em razão da grande insegurança jurídica, da inviabilidade operacional, do risco para a saúde e segurança dos trabalhadores e da possibilidade de empresas serem obrigadas a cancelar esse benefício em razão da sua descaracterização e elevação de custos.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Datado e assinado eletronicamente.

Deputado VINICIUS CARVALHO

Republicanos/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231307586200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

MPV 1173
00013

EMENDA A MEDIDA PROVISORIA Nº 1.173, DE 1º DE MAIO DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA ADITIVA Nº

Art. 1º O art. 1º-A, da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, incluído pelo art. 5º da Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, passa a vigorar com o seguinte inciso III:

Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A

.....

III – negociação coletiva de trabalho poderá dispor sobre a vedação à portabilidade prevista no inciso anterior para preservação do equilíbrio econômico-financeiro de acordos e convenções coletivas celebrados entre trabalhadores e empregadores;

.....



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 913 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5913/3913 | dep.lidicedamata@camara.leg.br

Rua Jacobina, nº 64 | Ed. Empresarial Rio Vermelho - Salas 101/102 | CEP 41940-160 - Salvador/BA | Tels (71) 3240-3455/3326

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239853672400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

JUSTIFICAÇÃO

A preservação da negociação coletiva é fundamental para a segurança jurídica das relações de trabalho. Precisamos sempre valorizar as entidades sindicais e fortalecer sua representatividade para que as relações entre capital e trabalho sejam produtivas e gerem prosperidade para a nação.

Nesse sentido, precisamos delegar aos sindicatos, às federações, às confederações e às centrais sindicais a competência para vedar a portabilidade de recursos do Programa de Alimentação do Trabalhador com vista à proteção dos interesses dos trabalhadores, especialmente na preservação da saúde e da segurança nutricional.

Em que pese a aparente vantagem para o trabalhador, enxergamos riscos de desvirtuamento do programa que é um caso de sucesso internacional, reconhecido inclusive pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nesse sentido, é preciso evitar a desorganização desse modelo de sucesso que funciona há quase 50 anos no Brasil para proteger os 24 milhões trabalhadores beneficiados pelo PAT.

Sala da Comissão, em 08 de maio de 2023.

Deputada LÍDICE DA MATA
PSB/BA



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 913 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5913/3913 | dep.lidicedamata@camara.leg.br

Rua Jacobina, nº 64 | Ed. Empresarial Rio Vermelho - Salas 101/102 | CEP 41940-160 - Salvador/BA | Tels (71) 3240-3455/3326

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239853672400>



* C D 2 3 9 8 5 3 6 7 2 4 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 1173
00014

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 2023

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.173 de 2023, os seguintes dispositivos que alteram a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

EMENDA Nº

A Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, passa vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 6º-A. O contrato de prestação de serviço firmado entre instituição de pagamento, que seja emissora de moeda eletrônica nos termos do inciso VI do art. 6º desta Lei, e empresa optante dos benefícios decorrentes do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, deverá conter, de forma clara e expressa, o custo da taxa de remuneração que será cobrada dos estabelecimentos pertencentes à rede credenciada, considerados como aqueles que comercializam alimentos e refeições e que estejam abrangidos pelo disciplinamento legal do PAT para utilização dos benefícios por parte do trabalhador.

§ 1º O percentual da taxa de remuneração constante do contrato firmado entre instituição de pagamento, emissora de moeda eletrônica, e os estabelecimentos pertencentes à rede credenciada, que aceitem a moeda eletrônica exclusivamente para benefícios inseridos na abrangência do PAT, não poderá exceder em mais de cem por cento a taxa cobrada por aquela instituição por ocasião de seu contrato de fornecimento da moeda eletrônica e firmado junto à empresa optante do PAT que houvera contratado seus serviços.

§ 2º Caso inexista uma taxa contratual pela prestação dos serviços no contrato firmado entre uma instituição de pagamento e a empresa optante do PAT, ou se essa taxa for fixada de modo irrisório ou disfarçada sob forma de desconto, a taxa de remuneração a ser cobrada pela instituição de pagamento ao estabelecimento pertencente à rede credenciada não poderá ultrapassar o custo mensal de dois por cento”. (NR)

“Art. 6º

.....

§ 6º Para os fins desta Lei, equiparam-se à instituição de pagamento as Empresas de Benefícios ao Trabalhador, que operam no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976”. (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239389623700>*CD239389623700*
LexEdit

JUSTIFICATIVA

Nossa presente emenda tem por objetivo regular os custos decorrentes das relações contratuais entre as Empresas de Benefícios ao Trabalhador, que operam no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), e as empresas brasileiras que contratam seus serviços.

Noutra vertente, pretendemos equiparar as Empresas de Benefícios ao Trabalhador, que operam no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, às empresas denominadas “*Instituição de Pagamento*”, que atuam como emissoras de moeda eletrônica e administram o fornecimento de cartões de benefícios, as quais foram instituídas pelos arts. 6º ao 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Sabemos que as Empresas de Benefícios ao Trabalhador operam com benefícios relacionados com o fornecimento de moeda eletrônica representativa de créditos de alimentação ou refeição, os quais são oferecidos às empresas que pretendem beneficiar seus trabalhadores de baixa renda (aqueles situados na faixa de remuneração mensal de até cinco salários mínimos).

A Instituição de Pagamento, por sua vez, é a pessoa jurídica que viabiliza serviços de compra e venda e de movimentação de recursos, no âmbito de um arranjo de pagamento, sem a possibilidade de conceder empréstimos e financiamentos a seus clientes. As instituições de pagamento possibilitam ao cidadão realizar pagamentos independentemente de relacionamentos com bancos e outras instituições financeiras. Com o recurso financeiro movimentável, por exemplo, por meio de um cartão pré-pago ou, mesmo, de um aplicativo em telefone celular, o usuário pode portar valores e efetuar transações sem estar com moeda em espécie.

Para o que nos interessa na presente emenda, objetivamos disciplinar a remuneração dos contratos firmados pelas Instituições de Pagamento com uma rede credenciada de estabelecimentos diversos, que atuam exclusivamente no segmento de alimentação e pretendem receber as moedas eletrônicas (geridas pelas IP) para propiciar o atendimento aos trabalhadores de baixa renda que estão sendo beneficiados por suas empresas mediante recursos financeiros advindos do PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT, que fora instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991. Esse programa tem a finalidade de priorizar um



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239389623700>



benefício aos trabalhadores que percebem remuneração equivalente a até cinco salários mínimos mensais.

É certo que num segmento das Instituições de Pagamento se incluem seguramente as Empresas de Benefícios ao Trabalhador, no momento em que emitem moeda eletrônica e administram os cartões que contêm tais benefícios de fornecimento de alimentação ou de refeição aos trabalhadores mencionados, oferecem seus serviços e produtos às empresas que as contratam – sob o amparo dos benefícios fiscais do PAT – justificando que esse serviço lhes é mais vantajoso e possui vantagens de ordem fiscal.

Frequentemente, essas Empresas de Benefícios ao Trabalhador cobram taxas abusivas pelos serviços prestados para sua rede de credenciados, que inclui supermercados, açougues, padarias, restaurantes, entre outros. Tal prática acaba resultando num aumento deletério dos custos de aquisição dos produtos comercializados por esses estabelecimentos em detrimento dos consumidores (trabalhadores) que os adquirem por meio desse sistema de moedas eletrônicas ou cartões de benefícios. Essa sistemática vem prejudicando sobremaneira a finalidade do benefício fiscal que fora concebido no âmbito do PAT, que objetivou facilitar ao trabalhador de baixa renda o acesso a gêneros alimentícios e de primeira necessidade, fazendo-o por intermédio desses cartões de benefícios (atualmente denominados como moedas eletrônicas).

A nosso ver, as Empresas de Benefícios ao Trabalhador realmente atuam como Instituições de Pagamento, vez que administram essas moedas eletrônicas (que podem ou não ser representadas por cartões de benefícios) e chegam a cobrar taxas mensais de 6% sobre o valor dos produtos comercializados pelos estabelecimentos credenciados, impossibilitando assim que principalmente as micros e pequenas empresas que comercializam esses produtos possam manter seus preços, sem que haja o repasse de tal ônus excessivo aos seus consumidores (que são os trabalhadores e seus dependentes).

Entendemos que, por se tratarem de créditos advindos de um programa que contém um benefício fiscal, faz-se necessário que esta Casa venha melhor regulamentar esta questão, uma vez que as empresas não são proprietárias de tais valores, mas sim são de ordem de receita pública, que estão sendo administrados por terceiros, com a finalidade específica de conceder um benefício ao trabalhador brasileiro.

Ao equiparar, no art. 2º da presente emenda, as Empresas de Benefícios ao Trabalhador, que operam no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), às empresas denominadas “*Instituição de Pagamento*”,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239389623700>



pretendemos que aquelas empresas também passem a ser supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e, doravante, passem a ter o dever de enviar àquele órgão as informações necessárias ao acompanhamento e desenvolvimento de suas atividades comerciais.

Sala das Comissões, de maio de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239389623700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Carlos Chiodini** - MDB/SC

MPV 1173
00015

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.173, DE 2023
(Do Poder Executivo)

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA Nº

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A

I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado e aberto permitir a interoperabilidade entre si, indistintamente, com o objetivo de compartilhar suas redes de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2025; e (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do inciso I do art. 1º-A da norma impunha que apenas as empresas credenciadoras organizadas sob a forma de arranjo fechado compartilhassem suas redes de estabelecimentos entre si e com empresas de arranjo aberto.

Ocorre que as empresas de arranjo aberto na prática operam com bandeiras de operadoras de cartões de crédito, que possuem elas próprias suas redes de estabelecimentos que aceitam tais bandeiras.



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 925 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5925/3925 | dep.carloschiodini@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231034086500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Chiodini - MDB/SC

Nesse sentido, parece ferir a livre concorrência que apenas credenciadoras de benefício alimentação compartilhem suas redes e o contrário não ocorra com as operadoras de cartão de crédito e débito que também operem benefícios sob o âmbito de programas de alimentação do trabalhador (PAT).

Assim, a alteração proposta promove a máxima concorrência entre os diversos operadores e, por consequência, alcança maior eficácia aos objetivos originalmente previstos na Lei nº 14.442, de 2022.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2023

Deputado CARLOS CHIODINI
MDB/SC



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 925 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5925/3925 | dep.carloschiodini@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231034086500>



CD231034086500





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Carlos Chiodini** - MDB/SC

MPV 1173
00016

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.173, DE 2023
(Do Poder Executivo)

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA Nº

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Inclua-se parágrafo único no Art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976:

“Art.1º-A

Parágrafo único. Considerar-se-á atendido o prazo de 1º de maio de 2024 para a regulamentação do disposto no presente artigo ainda que sua implementação se dê por regulamentação experimental (sandbox regulatório), estipulando-se aplicação paulatina dos novos institutos de adoção do arranjo aberto, interoperabilidade e portabilidade, para segmentos específicos ou períodos de testes, a fim de se preservar a eficácia e eficiência do Programa de Alimentação do Trabalhador”

JUSTIFICAÇÃO

O programa de alimentação do trabalhador (PAT) é política pública essencial para assegurar a qualidade da alimentação do trabalhador.

As mudanças empreendidas pela Lei 14.442, de 2022, foram bastante profundas e têm o potencial de transformar em “quase-pecúnia” o benefício de alimentação do trabalhador quando se trate de programas organizados sob a forma de arranjos de pagamento.



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 925 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5925/3925 | dep.carloschiodini@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239307172000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Chiodini - MDB/SC

Com efeito, este modelo de arranjo não contribui para que as empresas participantes do sistema se engajem em ações de melhoria da alimentação do trabalhador, em especial o mais pobre e vulnerável a quaisquer ofertas de vantagens monetárias. Os arranjos abertos tem natureza meramente transacional, pouco se importando com a destinação específica que deve ser perseguida pela política pública. Este fato, é claro, acaba por também contaminar a interoperabilidade pretendida.

É essencial, portanto, que a implementação das novas regras trazidas pela Lei 14.442, de 2022, seja realizada de forma paulatina e sob zelosa avaliação de seus impactos sobre a qualidade da alimentação do trabalhador que constitui o objetivo principal da política pública.

A Portabilidade, por seu turno, mostra-se também ineficiente quando de sua criação sem maiores detalhamentos. Caberá a regulação colocar obrigações e protagonismo importantes às empregadoras beneficiárias do Programa, uma vez que possuem o dever de fomentar e estimular alimentação de qualidade aos trabalhadores.

Dessa forma, propõe-se que a regulamentação implemente as mudanças sob a forma de regulamentação experimental (sandbox regulatório), a fim de que se tenha o tempo, o controle e avaliação sobre os efeitos da sua implementação.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2023

Deputado CARLOS CHIODINI
MDB/SC



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 925 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5925/3925 | dep.carloschiodini@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239307172000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Carlos Chiodini** - MDB/SC

MPV 1173
00017

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.173, DE 2023
(Do Poder Executivo)

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976.

JUSTIFICAÇÃO

A portabilidade, a interoperabilidade e o arranjo aberto são instrumentos que surgiram com as mudanças regulatórias ocorridas em 2021, no Programa de Alimentação do Trabalhador, decorrente do Decreto nº 10.854/2021 e da Medida Provisória nº 1.108/2022, convertida na Lei nº 14.442/2022, que alteraram a “Lei do PAT”, Lei nº 6.321/1976.

As mudanças surgem com um discurso de colocar o trabalhador no centro da política pública, no entanto, ao contrário, distorcem o modelo do Programa afastando as premissas do PAT, consistentes no fornecimento de alimentação ao trabalhador, segurança alimentar, controle e curadoria de rede e colocam risco de aproximar o mercado a mero repasse de valor.

As mudanças foram, inclusive, endereçadas por agentes preocupados tão somente com a exploração do mercado de benefícios, sem nenhuma preocupação e experiência no mercado e no enfoque nutricional.

O PAT se trata de uma política pública que tem como objetivo assegurar alimentação constante e de qualidade ao trabalhador. As empresas voluntariamente se inscrevem no PAT e passam a oferecer esse benefício a seus empregados. Por outro lado, essas empresas podem deduzir do lucro tributável, para fins de apuração do imposto sobre a renda, até o dobro das despesas feitas com o programa.



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 925 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5925/3925 | dep.carloschiodini@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233749293900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Chiodini - MDB/SC

É ainda uma das políticas públicas mais antigas e bem-sucedidas existentes no país. O PAT beneficia diretamente cerca de 22 milhões de trabalhadores, de aproximadamente 300 mil empresas empregadoras cadastradas no Programa e representa 21% da demanda de bares e restaurantes.

Por essas razões, o principal objetivo do programa é oferecer alimentação de qualidade para os trabalhadores, principalmente aqueles de baixa renda, em total consonância com os objetivos de combate à fome e segurança alimentar, temas extremamente importantes pelo aumento do índice da fome no país.

O arranjo aberto e a interoperabilidade permitem que o trabalhador use do benefício sem qualquer preocupação com o caráter nutricional. Permitem, inclusive, o uso para consumo de bebidas alcoólicas, cigarro e demais produtos que não contribuem para alimentação do empregado. Esses mecanismos, aproximam o benefício de mero repasse financeiro e afastam por completo todo o controle e a seleção de estabelecimentos hoje feita pelas empresas emissoras.

A portabilidade, além de difícil administração e implementação, pode levar a um cenário de desincentivo na adesão ao Programa e como consequência, menos trabalhadores terão alimentação de qualidade. O empregador custeia, no mínimo, 80% do valor do benefício PAT e possui a obrigação legal de estimular uma refeição de qualidade por parte de seu trabalhador. Ao permitir a portabilidade, o empregador não terá mais nenhuma condição de buscar educar o trabalhador quanto à utilização do benefício, pois, passa a não mais ter o controle desses contratos.

Salienta-se que apesar de não ter controle, ainda podem ser punidos com base no artigo 3º-A da Lei nº 6.321/1976, que prevê diversas penalidades decorrentes da não observação da aplicação da concessão do benefício.

Permite, também, que o empregado seja atraído por cashbacks, o que está em desacordo com os objetivos do PAT e que não é a finalidade do Programa.

Tudo isso, ainda com o benefício de isenção/dedução do imposto de renda (IR) decorrente da política pública. É dizer: apesar de perder todo seu objetivo consistente na alimentação de qualidade para o trabalhador, permanecerá o benefício fiscal. A utilização dos benefícios do PAT sem controle coloca em risco a própria sustentação do Programa no Brasil.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2023



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 925 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5925/3925 | dep.carloschiodini@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233749293900>



CD233749293900





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Carlos Chiodini** - MDB/SC

Deputado CARLOS CHIODINI
MDB/SC



* C D 2 3 3 7 4 9 2 9 3 9 0 0 *



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 925 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5925/3925 | dep.carloschiodini@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233749293900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

MPV 1173
00018

EMENDA Nº
(à MPV 1173/2023)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A ”

I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado, devendo as empresas assim organizadas permitir a interoperabilidade entre si, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2024; (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Parte integrante do PAT é a construção de rede de estabelecimentos por parte daquelas chamadas facilitadoras credenciadoras PAT (art. 170, II, “b”, do Decreto nº 10.854/2021), sendo esse um elemento indispensável para a boa execução dessa importante política pública.

A atuação dessas credenciadoras é o que assegura que os restaurantes e comércios que aceitam as moedas eletrônicas emitidas pelas emissoras PAT atuem em conformidade com as regras de segurança alimentar dos trabalhadores.

Esse é um dos atributos que confere ao programa a sua natureza de política pública, uma vez que é voltado a garantir os retornos que a sociedade espera a partir do benefício fiscal concedido às empresas que aderem ao Programa de Alimentação do Trabalhador.

Pelo exposto, a permissão de uso de arranjos abertos de pagamento, que constituem-se basicamente nos arranjos de cartão de créditos, também conhecidos como “maquininhas de cartão”, retira a possibilidade de acompanhamento do programa pela fiscalização de quais são os produtos transacionados nesses arranjos.

Também, sabe-se que as regras de registro desses estabelecimentos nos arranjos abertos são menos rigorosas que o seu credenciamento pelas credenciadoras PAT – o que é razoável, uma vez que eles não integram políticas públicas. Entretanto, ao inclui-los no PAT, tais regras menos rigorosas colocam sob risco a integridade do programa.

Sala da Comissão, de maio de 2023.

Da Vitória
Deputado Federal/PP-ES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitória
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239157388400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

MPV 1173
00019

EMENDA Nº
(à MPV 1173/2023)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Inclua-se o § 6º ao Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976:

“Art. 1º

§ 6º As operadoras de arranjos de pagamento abertos deverão comprovar a capacidade de verificar a compatibilidade dos estabelecimentos credenciados com as finalidades do PAT para fins de fruição dos benefícios fiscais decorrentes da adesão ao PAT pelas empresas beneficiárias, na forma do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

A erradicação da pobreza e da fome constitui o primeiro tópico dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU). O Programa de Alimentação do Trabalhador é política pública que aproxima o Brasil desse objetivo.

No entanto, as alterações empreendidas pela Lei 14.442, de 2022, não previram regras obrigatórias – e essenciais - para a implementação do modelo de arranjo aberto no PAT, a fim de preservar aspectos de controle e fiscalização da qualidade dos estabelecimentos comerciais cadastrados, em especial diante de alteração tão profunda no programa instituído em 1976, bem como para permitir, embora implícito no poder regulamentar, a possibilidade de gradação do benefício fiscal a ser aplicado aos programas de alimentação.

Em função disso, a presente emenda busca reforçar a eficácia da política pública para proporcionar alimentação de melhor qualidade aos trabalhadores, em especial os mais pobres, ao premiar com maior incentivo fiscal aquelas empresas que se dediquem a construir programas de alimentação mais eficazes.

Pretende-se ainda com a medida, estimular a cooperação entre empresas de todo o ecossistema do PAT para aprimorar os programas de alimentação do trabalhador.

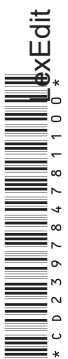
Por fim, é necessário lembrar que o PAT é custeado pelos contribuintes brasileiros e seu objetivo precípua não é apenas o de estimular a competição entre empresas credenciadoras, mas antes de tudo, orientar que essas empresas e as demais participantes da política pública trabalhem para melhorar a alimentação, e por consequência, da saúde do trabalhador.

Sala da Comissão, de maio de 2023.

Da Vitoria
Deputado Federal/PP-ES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitoria
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239784781100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

MPV 1173
00020

EMENDA Nº
(à MPV 1173/2023)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Inclua-se o § 6º ao Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976:

“Art. 1º

§ 6º As operadoras de arranjos de pagamento abertos deverão comprovar a capacidade de verificar a compatibilidade dos estabelecimentos credenciados com as finalidades do PAT para fins de fruição dos benefícios fiscais decorrentes da adesão ao PAT pelas empresas beneficiárias, na forma do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

A erradicação da pobreza e da fome constitui o primeiro tópico dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU). O Programa de Alimentação do Trabalhador é política pública que aproxima o Brasil desse objetivo.

No entanto, as alterações empreendidas pela Lei 14.442, de 2022, não previram regras obrigatórias – e essenciais - para a implementação do modelo de arranjo aberto no PAT, a fim de preservar aspectos de controle e fiscalização da qualidade dos estabelecimentos comerciais cadastrados, em especial diante de alteração tão profunda no programa instituído em 1976, bem como para permitir, embora implícito no poder regulamentar, a possibilidade de gradação do benefício fiscal a ser aplicado aos programas de alimentação.

Em função disso, a presente emenda busca reforçar a eficácia da política pública para proporcionar alimentação de melhor qualidade aos trabalhadores, em especial os mais pobres, ao premiar com maior incentivo fiscal aquelas empresas que se dediquem a construir programas de alimentação mais eficazes.

Pretende-se ainda com a medida, estimular a cooperação entre empresas de todo o ecossistema do PAT para aprimorar os programas de alimentação do trabalhador.

Por fim, é necessário lembrar que o PAT é custeado pelos contribuintes brasileiros e seu objetivo precípua não é apenas o de estimular a competição entre empresas credenciadoras, mas antes de tudo, orientar que essas empresas e as demais participantes da política pública trabalhem para melhorar a alimentação, e por consequência, da saúde do trabalhador.

Sala da Comissão, de maio de 2023.

Da Vitoria

Deputado Federal/PP-ES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitoria

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236161305500>



CD236161305500
ExEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

MPV 1173
00021

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1173, de 01 de Maio de 2023.

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A
I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado, devendo as empresas organizadas sob tal forma permitir a interoperabilidade entre si, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2025; e
II - revogado;

.....
Art. 2º Ficam revogados o parágrafo 1º do artigo 174, artigo 177 e o artigo 182 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.

Art. 3º Fica revogado o artigo 5º, 1º-A, II, da Lei 14.442, de 2 de setembro de 2022.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.”
(NR)

JUSTIFICATIVA

O Programa de Alimentação do Trabalhador (“PAT”) é uma longa e exitosa política pública instituída pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que desde então



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235445179200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

tem garantido a promoção da saúde e segurança alimentar dos trabalhadores brasileiros. Como fator da equação responsável pelo êxito do PAT, estão os arranjos de pagamento fechados que operam no âmbito do Programa. Isso porque os arranjos fechados possuem regulamentos em estrita conformidade com as finalidades sociais do PAT – sob os quais atuam suas facilitadoras de emissão (de *vouchers*) e credenciamento (de estabelecimentos comerciais) cadastradas no PAT.

Nesse contexto, os arranjos fechados possuem regras, procedimentos e realizam investimentos para garantir que suas facilitadoras possam, por exemplo, (i) garantir que os estabelecimentos comerciais observem as regras de vigilância sanitária; (ii) certificar-se da conformidade das atividades econômicas dos estabelecimentos comerciais à regulação do PAT; (iii) atestar que os estabelecimentos comerciais se situem preferencialmente nas imediações dos locais de trabalho; e (i) ratificar que os estabelecimentos comerciais cumpram as exigências nutricionais do PAT.

Por outro lado, os arranjos de pagamento abertos, ou seja, as bandeiras de cartões integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), realizam suas atividades econômicas sem nenhuma vinculação às finalidades sociais do PAT, sem nenhum procedimento voltado para garantir qualidade alimentar e a promoção da saúde do trabalhador. Na prática, a inclusão dos arranjos de pagamento abertos no PAT significará a destruição de todas as suas finalidades sociais, relacionadas à segurança alimentar e à promoção da saúde do trabalhador – convertendo o Programa em um simples mecanismo de isenção fiscal às empresas beneficiárias nele cadastradas, sem contrapartidas aos trabalhadores que o irão custear.

Dessa forma, conto com a compreensão do caro(a) relator(a) e dos nobres pares parlamentares para apoiarem a manutenção dos arranjos fechados, colaborando com a finalidade do PAT.

Brasília, 08 de Maio de 2023

Deputado Federal LAFAYETTE DE ANDRADA
Republicanos /MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235445179200>



**MPV 1173
00022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1173, DE 2023**

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º Dê-se à ementa da Medida Provisória nº 1.173, de 2023, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, quanto ao prazo previsto no art. 1º-A, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador e acrescenta o art. 1º B, para permitir que as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido sejam incluídas como beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador".

Art. 2º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar acrescida do art. 1º - B

"Art 1º-B – "Art. 1º-B As pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido poderão deduzir do imposto de renda devido as despesas comprovadamente realizadas no período base, em programas de alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho na forma em que dispuser o Regulamento, que deverá ser editado pelo Poder Executivo em até 120 (cento e vinte) dias da publicação desta Lei.

Parágrafo único - A dedução a que se refere o caput não poderá exceder a 5% do imposto devido em cada exercício."



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230970575300>



JUSTIFICAÇÃO

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é uma iniciativa bastante eficaz do Estado Brasileiro que busca garantir a saúde e bem-estar do trabalhador mediante incentivos fiscais ao empregador.

O PAT é uma iniciativa que reúne órgãos governamentais e empresas, com o objetivo de oferecer nutrição de qualidade aos colaboradores durante o exercício do trabalho. É uma maneira eficaz de melhorar a qualidade de vida da equipe, ao mesmo tempo em que reduz o risco de problemas relacionados à má alimentação.

De acordo com a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, as empresas tributadas pelo Lucro Real, que aderem ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), podem deduzir do Imposto de Renda (IR) devido o valor correspondente a até 5% do total da folha de pagamento, destinado à alimentação dos seus funcionários, observadas as alterações promovidas pela Lei 9.532/1997.

A adesão ao Programa é uma forma interessante de reduzir a carga tributária das empresas e, ao mesmo tempo, oferecer uma alimentação saudável e de qualidade aos funcionários.

No entanto, a redação atual da referida Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, restringe o aproveitamento desse benefício apenas às empresas tributadas pelo lucro real, retirando de sua abrangência as empresas tributadas pelo Lucro Presumido.

O Lucro Presumido é um regime tributário simplificado para empresas com receita bruta anual de até R\$ 78 milhões. Nesse regime, a empresa paga impostos com base em uma estimativa do lucro presumido, que é calculado pela aplicação de uma margem de lucro sobre a receita bruta.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230970575300>



CD230970575300
exEdit



Quando adere ao PAT, o empregador optante pela tributação com base no lucro presumido tem direito à isenção dos encargos sociais sobre os valores líquidos dos benefícios concedidos aos trabalhadores, mas não faz jus à dedução dos valores do Programa no imposto sobre a renda, restrita ao optante pela tributação com base no lucro real.

De acordo o Sebrae, a participação das médias e grandes na geração de empregos é de 22% com 513 mil contratações

Portanto, não há razão para que o PAT não seja estendido aos trabalhadores do segmento das empresas de médio porte tributadas pelo lucro presumido, o que poderia ampliar muito o alcance do programa trazendo as vantagens que, comprovadamente, foram internalizadas pelas grandes empresas ao longo da história e aos pequenos negócios, aumentando a sua produtividade em benefício de toda a economia. Ademais, ainda que no curto prazo possa haver uma redução limitada de receitas advindas das deduções concedidas, no médio e longo prazo, o aumento da produtividade dessas empresas se reverterá em maior produção e maior arrecadação futura.

Assim, propomos a extensão dos benefícios do PAT para as empresas tributadas pela sistemática do lucro presumido. Para os trabalhadores, a proposição trará mais saúde e bem-estar. Para as empresas, trará ganho em segurança e produtividade.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2023.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
PSB-PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230970575300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

MPV 1173
00023

EMENDA Nº
(à MPV 1173/2023)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A ”

I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado e aberto permitir a interoperabilidade entre si, indistintamente, com o objetivo de compartilhar suas redes de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2025; e (NR)”

JUSTIFICAÇÃO


A redação original do inciso I do art. 1º-A da norma impunha que apenas as empresas credenciadoras organizadas sob a forma de arranjo fechado compartilhassem suas redes de estabelecimentos entre si e com empresas de arranjo aberto.

Ocorre que as empresas de arranjo aberto na prática operam com bandeiras de operadoras de cartões de crédito, que possuem elas próprias suas redes de estabelecimentos que aceitam tais bandeiras.

Nesse sentido, parece ferir a livre concorrência que apenas credenciadoras de benefício alimentação compartilhem suas redes e o contrário não ocorra com as operadoras de cartão de crédito e débito que também operem benefícios sob o âmbito de programas de alimentação do trabalhador (PAT).

Assim, a alteração proposta promove a máxima concorrência entre os diversos operadores e, por consequência, alcança maior eficácia aos objetivos originalmente previstos na Lei nº 14.442, de 2022.

Sala da Comissão, de maio de 2023.


Da Vitória
Deputado Federal/PP-ES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitória
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235369502400>



**MPV 1173
00024**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1173/2023
(à MPV 1173/2023)**

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.173, de 2023, o seguinte artigo:

“Art. XX A presente proposição legislativa estabelece que os serviços de pagamentos de alimentação contratados para a execução dos programas de alimentação observem a faculdade de saque pelo trabalhador do saldo não utilizado ao final de sessenta dias até que o Poder Executivo regulamente os serviços de pagamento e a portabilidade entre esses meios.”

“Parágrafo Único: a excepcionalidade da permissão para saque até a regulamentação não poderá ser adicionada posteriormente ao contrato de trabalho e nem considerado como parcela remuneratória.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

A proposta relaciona-se aos serviços de pagamento de alimentação contratados para execução dos programas de alimentação no



Assinatura digitalizada (assinatura eletrônica)
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235612588500>



âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

Segundo apontou o Poder Executivo, em virtude de diversos fatores não houve a regulamentação da matéria no prazo original. Entre os fatores que explanam a ausência de regulamentação destacam-se: a complexidade do tema, que envolve aspectos do direito econômico e financeiro; a natureza multidisciplinar da matéria, que abrange as competências de diversas pastas; a exiguidade dos prazos estabelecidos no art. 1º-A da Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976; e as alterações ocorridas na organização dos Ministérios por força da Medida Provisória n. 1.154, de 1º de janeiro de 2023.

A emenda ora apresentada visa proteger os interesses dos trabalhadores beneficiados pelo PAT face à possível inação do Poder Executivo ou, ainda que diligente, pela exiguidade do prazo de 12 meses para a regulamentação do tema complexo, como admitido pelo próprio Executivo.

O conteúdo desta emenda fazia parte do texto original do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2022¹ (Art.5º, inciso III) mas acabou por ser vetado pelo anterior Chefe do Poder Executivo.

O parágrafo único desta emenda tem por objetivo criar uma excepcionalidade por período de tempo suficiente para que o Executivo regule o texto sem que se desvirtue a finalidade do programa de alimentação e, principalmente, que o trabalhador não seja prejudicado enquanto a regulamentação estará sendo estudada.

Diante dessas razões, oferecemos a presente emenda, esperando que seja incluída ao texto final do Relator.

Sala da comissão, 8 de maio de 2023.

Deputado Marx Beltrão
(PP - AL)



Medida Provisória nº 1.108, de 25 de março de 2022, que “Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

MPV 1173
00026

EMENDA SUPRESSIVA Nº
(à MPV 1173/2023)

Suprima-se o inciso II do art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e o artigo 182 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A portabilidade – prevista no art. 1º-A, II, da Lei nº 6.321/1976 e no art. 182, Decreto nº 10.854/2021 – compõe o quadro de reestruturação regulatória do Programa de Alimentação do Trabalhador fruto da mudança legislativa decorrente da Medida Provisória nº 1.108/2022, convertida na Lei nº 14.442/2022, que alterou a “Lei do PAT”, Lei nº 6.321/1976.

Tal reestruturação se deu sob a presunção de que permitir a escolha pelo trabalhador da empresa facilitadora emissora PAT traria benefícios aos objetivos do programa. Entretanto, quando se avalia os reais objetivos pelos quais foi criado o PAT, verifica-se que a premissa é falsa.

O PAT se trata de uma política pública voltada a assegurar alimentação constante e de qualidade ao trabalhador, composta, por um lado, de um benefício fiscal – isenção da base de cálculo do imposto de renda sobre pessoa jurídica das empresas aderentes – e de uma contrapartida da empresa empregadora de outro – prover alimentação de qualidade aos trabalhadores.

Por essa razão, é dever da empresa que adere ao PAT fiscalizar se o mecanismo utilizado para prover a alimentação ao trabalhador atende às regras do programa – voltadas a garantia da alimentação de qualidade do trabalhador -, conforme o art. 3º-A da Lei do PAT.

Assim, introduzir na política pública a possibilidade de que o trabalhador escolha a empresa provedora do “vale-refeição” e do “vale-alimentação”, desestrutura o programa, uma vez que ele foi todo desenhado sob a premissa de que cabe à empresa empregadora contratar o facilitador emissor de moeda eletrônica.

Essa desestruturação acarreta desbalanceamento entre os ônus e bônus da política pública, uma vez que a empresa empregadora terá de utilizar os serviços de emissão PAT de empresas que não são por ela escolhidas, estando sujeita, ainda, as punições previstas na Lei do PAT.

Além disso, a medida gera incentivos deletérios ao trabalhador uma vez que lhe permitiria utilizar os serviços de um emissor PAT que tenha menor comprometimento com a segurança alimentar e nutricional, como, por exemplo, com foco maior em políticas de *cashbacks*.

Somado à interoperabilidade e admissão do arranjo aberto de pagamentos no PAT, a medida retira do PAT seu caráter de política pública, atribuindo-lhe um papel meramente de transferência de recursos ao trabalhador – equiparável ao salário – mas, com contrapartida de benefício fiscal às



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitória
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232000425400>



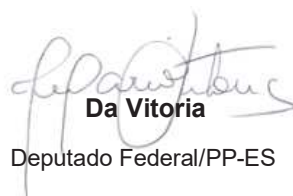


CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

empresas. À toda evidência, a renúncia de receita por parte do Estado sem contrapartida pública, o que não é admissível.

Por essa razão, imperativa a revogação da cláusula de portabilidade para que se mantenha a higidez do Programa de Amparo ao Trabalhador.

Sala da Comissão, de maio de 2023.


Da Vitória
Deputado Federal/PP-ES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitória
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232000425400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

MPV 1173
00027

EMENDA Nº
(à MPV 1173/2023)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.173/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Inclua-se parágrafo único no Art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976:

"Art. 1º-A

Parágrafo único. Considerar-se-á atendido o prazo de 1º de maio de 2024 para a regulamentação do disposto no presente artigo ainda que sua implementação se dê por regulamentação experimental (*sandbox regulatório*), estipulando-se aplicação paulatina dos novos institutos de adoção do arranjo aberto, interoperabilidade e portabilidade, para segmentos específicos ou períodos de testes, a fim de se preservar a eficácia e eficiência do Programa de Alimentação do Trabalhador”

JUSTIFICAÇÃO

O programa de alimentação do trabalhador (PAT) é política pública essencial para assegurar a qualidade da alimentação do trabalhador.

As mudanças empreendidas pela Lei 14.442, de 2022, foram bastante profundas e têm o potencial de transformar em “quase-pecúnia” o benefício de alimentação do trabalhador quando se trate de programas organizados sob a forma de arranjos de pagamento.

Com efeito, este modelo de arranjo não contribui para que as empresas participantes do sistema se engajem em ações de melhoria da alimentação do trabalhador, em especial o mais pobre e vulnerável a quaisquer ofertas de vantagens monetárias. Os arranjos abertos tem natureza meramente transacional, pouco se importando com a destinação específica que deve ser perseguida pela política pública. Este fato, é claro, acaba por também contaminar a interoperabilidade pretendida.

É essencial, portanto, que a implementação das novas regras trazidas pela Lei 14.442, de 2022, seja realizada de forma paulatina e sob zelosa avaliação de seus impactos sobre a qualidade da alimentação do trabalhador que constitui o objetivo principal da política pública.

A Portabilidade, por seu turno, mostra-se também ineficiente quando de sua criação sem maiores detalhes. Caberá a regulação colocar obrigações e protagonismo importantes às empregadoras beneficiárias do Programa, uma vez que possuem o dever de fomentar e estimular alimentação de qualidade aos trabalhadores.

Dessa forma, propõe-se que a regulamentação implemente as mudanças sob a forma de regulamentação experimental (*sandbox regulatório*), a fim de que se tenha o tempo, o controle e avaliação sobre os efeitos da sua implementação.




Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitória
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238143741500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

Sala da Comissão, de maio de 2023.


Da Vitória
Deputado Federal/PP-ES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitória
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238143741500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

MPV 1173
00028

EMENDA SUPRESIVA Nº
(à MPV 1173/2023)

Suprima-se o art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976.

JUSTIFICAÇÃO

A portabilidade, a interoperabilidade e o arranjo aberto são instrumentos que surgiram com as mudanças regulatórias ocorridas em 2021, no Programa de Alimentação do Trabalhador, decorrente do Decreto nº 10.854/2021 e da Medida Provisória nº 1.108/2022, convertida na Lei nº 14.442/2022, que alteraram a “Lei do PAT”, Lei nº 6.321/1976.

As mudanças surgem com um discurso de colocar o trabalhador no centro da política pública, no entanto, ao contrário, distorcem o modelo do Programa afastando as premissas do PAT, consistentes no fornecimento de alimentação ao trabalhador, segurança alimentar, controle e curadoria de rede e colocam risco de aproximar o mercado a mero repasse de valor.

As mudanças foram, inclusive, endereçadas por agentes preocupados tão somente com a exploração do mercado de benefícios, sem nenhuma preocupação e experiência no mercado e no enfoque nutricional.

O PAT se trata de uma política pública que tem como objetivo assegurar alimentação constante e de qualidade ao trabalhador. As empresas voluntariamente se inscrevem no PAT e passam a oferecer esse benefício a seus empregados. Por outro lado, essas empresas podem deduzir do lucro tributável, para fins de apuração do imposto sobre a renda, até o dobro das despesas feitas com o programa.

É ainda uma das políticas públicas mais antigas e bem-sucedidas existentes no país. O PAT beneficia diretamente cerca de 22 milhões de trabalhadores, de aproximadamente 300 mil empresas empregadoras cadastradas no Programa e representa 21% da demanda de bares e restaurantes.

Por essas razões, **o principal objetivo do programa é oferecer alimentação de qualidade para os trabalhadores, principalmente aqueles de baixa renda, em total consonância com os objetivos de combate à fome e segurança alimentar, temas extremamente importantes pelo aumento do índice da fome no país.**

O arranjo aberto e a interoperabilidade permitem que o trabalhador use do benefício sem qualquer preocupação com o caráter nutricional. Permitem, inclusive, o uso para consumo de bebidas alcoólicas, cigarro e demais produtos que não contribuem para alimentação do empregado. Esses mecanismos, aproximam o benefício de mero repasse financeiro e afastam por completo todo o controle e a seleção de estabelecimentos hoje feita pelas empresas emissoras.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitória
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237171858600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**


A portabilidade, além de difícil administração e implementação, pode levar a um cenário de desincentivo na adesão ao Programa e como consequência, menos trabalhadores terão alimentação de qualidade. O empregador custeia, no mínimo, 80% do valor do benefício PAT e possui a obrigação legal de estimular uma refeição de qualidade por parte de seu trabalhador. Ao permitir a portabilidade, o empregador não terá mais nenhuma condição de buscar educar o trabalhador quanto à utilização do benefício, pois, passa a não mais ter o controle desses contratos.

Salienta-se que apesar de não ter controle, ainda podem ser punidos com base no artigo 3º-A da Lei nº Lei nº 6.321/1976, que prevê diversas penalidades decorrentes da não observação da aplicação da concessão do benefício.

Permite, também, que o empregado seja atraído por *cashbacks*, o que está em desacordo com os objetivos do PAT e que não é a finalidade do Programa.

Tudo isso, ainda com o benefício de isenção/dedução do imposto de renda (IR) decorrente da política pública. É dizer: apesar de perder todo seu objetivo consistente na alimentação de qualidade para o trabalhador, permanecerá o benefício fiscal. A utilização dos benefícios do PAT sem controle coloca em risco a própria sustentação do Programa no Brasil.

Sala da Comissão, de maio de 2023.


Da Vitória
Deputado Federal/PP-ES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Da Vitória
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237171858600>



**MPV 1173
00029****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 1º DE MAIO DE 2023**

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. GILSON MARQUES - NOVO/SC)

Dê-se nova redação aos incisos I e II do caput do art. 1º-A, ambos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, como propostos pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º-A.

I – a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de **1º de novembro de 2023**;

e II – a portabilidade dos serviços será gratuita e ocorrerá por meio de solicitação expressa do trabalhador, conforme o disposto em ato do Poder Executivo federal, a partir de **1º de novembro de 2023**.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

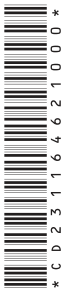
A portabilidade do auxílio-alimentação é uma medida esperada há muito pelo trabalhador brasileiro, que não pode seguir sendo punido pela inércia do governo em regulamentar a interoperabilidade entre as empresas do setor.

Nesse sentido, a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses oferece uma péssima sinalização ao trabalhador, razão pela qual sugerimos que essa prorrogação seja reduzida pela metade, tendo assim, Poder Executivo e empresas, apenas mais 6 (seis) meses para implementar as mudanças determinadas pela Legislação.

Sala da comissão, 8 de maio de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231164621000>



GILSON MARQUES
(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231164621000>



MPV 1173
00030

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 1º DE MAIO DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. GILSON MARQUES - NOVO/SC)

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.170, de 2023, as seguintes alterações:

Art. XX. O §2º, do art. 457, do Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943 passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 457

.....

§2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

.....

.....

.....(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda tem como objetivo permitir que o pagamento do auxílio alimentação ao empregado possa ser efetuado em dinheiro. A limitação hoje imposta pela legislação acaba por burocratizar o processo de concessão e de fiscalização, assim como interfere diretamente na liberdade de escolha de utilização pelo empregado.

Por exemplo, no caso dos servidores públicos, o auxílio-alimentação é pago mediante crédito em espécie em conta e ele tem a liberdade de usar os valores da forma que lhe convier. Alguns entendem que o pagamento em espécie descaracterizaria o programa e representaria uma remuneração indireta, devendo, dessa forma, incidir os consectários trabalhistas e previdenciários, e afastar a possibilidade de deduções tributárias.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232288666800>



Destaca-se que o §2ª do artigo 457 da CLT lista uma série de importâncias que poderão ser pagas em dinheiro, ainda que habitualmente, que não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário; somente para o caso de auxílio-alimentação há a restrição para o pagamento em dinheiro, o que não faz o menor sentido.

Sala da comissão, 8 de maio de 2023.

GILSON MARQUES

(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232288666800>



MPV 1173
00031

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 1º DE MAIO DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. GILSON MARQUES - NOVO/SC)

Acrescente-se inciso III ao caput do art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º-A.

.....

III – a faculdade de saque pelo trabalhador do saldo não utilizado ao final de 60 (sessenta) dias.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda tem como objetivo permitir o saque pelo trabalhador do saldo de auxílio alimentação não utilizado ao final de 60 (sessenta) dias, visando trazer mais flexibilidade e facilidade para aquele trabalhador que encontra outros meios de obter sua alimentação - por exemplo, fazendo suas refeições na casa de familiares. Não é justo que tal trabalhador seja prejudicado, sendo forçado a adotar uma estratégia de alimentação menos vantajosa para si em razão da rigidez da Legislação que trata do auxílio alimentação no país.

Vale lembrar que dispositivo de igual teor já foi aprovado por este Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei de Conversão Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2022 (oriundo da MPV nº 1.108/2022), tendo sido vetado pelo Poder Executivo.

Sala da comissão, 8 de maio de 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238479513900>



GILSON MARQUES
(NOVO/SC)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238479513900>



* C D 2 3 8 4 7 9 5 1 3 9 0 0 *



**MPV 1173
00032****CONGRESSO NACIONAL****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 30 DE ABRIL DE 2023.****EMENDA Nº , DE 2023**

Acrescenta dispositivo à
Medida Provisória nº 1.173, de 30 de
abril de 2023.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.173, de 30 de abril de 2023, o seguinte dispositivo, onde couber:

“Art. Aplica-se o disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 à indústria de refino e transformação do petróleo, revogando-se todas as disposições em contrário.”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da indústria de refino e de transformação do petróleo na disciplina do artigo 3º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 é providência de amparo constitucional (ADCT, art. 40) que visa baratear o fornecimento desse produto e de seus derivados, principalmente a gasolina, para o consumidor final.

Yandra Moura
Deputada Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Yandra Moura
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238402477600>



* C D 2 3 8 4 0 2 4 7 7 6 0 0 *



**MPV 1173
00033**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1173/2023
(à MPV 1173/2023)**

Dê-se nova redação aos incisos I e II do *caput* do art. 1º-A; e acrescente-se inciso I-A ao *caput* do art. 1º-A, todos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º-A.

I – a operacionalização da concessão de benefícios alimentares por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, a partir de 1º de maio de 2025;

I-A – as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado deverão permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2025;

II – revogado;

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi criado em 1976 com vistas a estimular o empregador a fornecer uma alimentação adequada aos trabalhadores, sob as óticas nutricional e de segurança alimentar. Trata-se de uma política pública longa e bem-sucedida. Atualmente, o PAT beneficia diretamente cerca de 22 milhões de contratados em aproximadamente 300 mil empresas beneficiárias (tais empresas aderem ao Programa de forma facultativa).

Ressalta-se que o PAT gera um número expressivo de empregos diretos e indiretos, atendendo tanto a demanda dos benefícios de refeição (utilizado em restaurantes e similares para a compra de refeições) quanto de alimentação (utilizado em supermercados e afins na aquisição de gêneros



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Gastão

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237923808400>



C D 2 3 7 9 2 3 8 0 8 4 0 0

alimentícios para preparo). Ocorre que desde o ano de 2021, o Programa passa por mudanças regulatórias que, segundo os gestores daquele momento, visavam a modernizar a sua operação, entre elas merecem especial destaque os institutos do arranjo aberto, da interoperabilidade e da portabilidade.

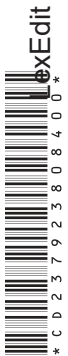
A **portabilidade** à primeira vista parece positiva para o Programa, sob a ótica de “colocar o trabalhador no centro da política pública” e de dar a ele a faculdade de optar pela facilitadora emissora PAT de sua preferência. Todavia, a portabilidade distorce o modelo do PAT, que é de adesão facultativa pelas empresas, as quais contratam as facilitadoras emissoras PAT a partir de critérios e requisitos de sua preferência. Quando a escolha passa a ser do trabalhador, apesar de não ser ele o contratando dos serviços e sim as empresas, essas podem ser desencorajadas de aderir ao programa, já que são elas as responsáveis pela contratação, pagamento e fornecimento do benefício. E, por conseguinte, os trabalhadores deixarão de ter garantida alimentação de qualidade prevista por esta política pública.

Ademais, com a portabilidade, abre-se a possibilidade para que agentes oportunistas ingressem nesse mercado sem se preocuparem com as conformidades exigidas pela legislação do PAT e ofertem condições incompatíveis com a qualidade alimentar, que é seu objetivo primordial, haja vista o exemplo do benefício de **cashback**, os quais fogem ao *mister* do programa e prejudicam o setor, sendo negativo principalmente para os estabelecimentos comerciais e para as facilitadoras-emissoras PAT regionais, e fortalecem o monopólio de agentes verticalmente integrados.

Além disso, diferentemente do que ocorre nos setores como de telefonia ou plano de saúde, a portabilidade não funciona para o mercado de benefícios. Entre as principais diferenças, tem-se que as facilitadoras-emissoras PAT oferecem serviços personalizados às necessidades de cada empresa (e não de cada trabalhador) e as relações de consumo são interdependentes, compostas por empresas beneficiárias, facilitadoras, trabalhadores e restaurantes/estabelecimentos, cujos contratos estão interligados, de forma que permitir ampla migração acabaria por desidratar o próprio programa. É inclusive o que se verifica no *caput* do art. 2º da própria Lei nº 6.321/1976 (os programas de alimentação a que se



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Gastão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237923808400>



refere o artigo anterior deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda e limitar-se-ão aos contratados pela pessoa jurídica beneficiária).

Por essa razão, a portabilidade é um modelo complexo e de difícil operacionalização, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto regulatório, sendo certo que, por outro lado, os objetivos que se pretendia atingir por meio da portabilidade são passíveis de atingimento mediante interoperabilidade, o que também torna a portabilidade ineficiente e desnecessária. Com efeito, embora não seja o modelo ideal, o instituto da **interoperabilidade** já tem o condão de posicionar no trabalhador o foco da tomada de decisão quanto à escolha do restaurante/estabelecimento para aquisição de alimentos (refeições ou gêneros alimentícios, conforme o caso), ao ampliar as opções entre as redes credenciadas para a utilização do benefício.

Não obstante, é necessário garantir que a operacionalização da interoperabilidade seja feita de forma a não apenas atender a demanda de novos agentes com interesse em integrar o mercado de benefícios ao trabalhador, mas também, e principalmente, que os objetivos primordiais do PAT sejam observados e obedecidos, em especial no tocante à garantia de fornecimento de alimentos/refeições nutricionalmente adequadas e tomando como parâmetro critérios objetivos de segurança alimentar e manutenção da saúde.

Nesse ponto, não há como deixar de criticar, com toda a veemência, a adoção, no âmbito do PAT, de meios de pagamento organizados sob a forma de **arranjos abertos** – leia-se, bandeiras de cartões –, cujos critérios de credenciamento de novos estabelecimentos são de natureza meramente comercial/econômica, inexistindo qualquer movimento/intenção no sentido de adotar critérios de natureza nutricional e de segurança alimentar para aceitação de novos estabelecimentos em suas redes. Nesse sentido, afirma categoricamente: o arranjo aberto enfraquece, desidrata e acabará por extinguir o PAT.

Com efeito, é possível afirmar ainda, que a única forma de compatibilizar adequadamente todos os interesses aqui comentados, de início aparentemente incompatíveis entre si – quais sejam, (i) manter e reforçar as premissas do PAT, como programa que pretende garantir ao trabalhador brasileiro, especialmente o de baixa renda, alimentação nutricionalmente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Gastão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237923808400>



adequada, segurança alimentar e manutenção da saúde, e (ii) colocar no trabalhador o foco da tomada de decisão quanto ao agente fornecedor da refeição/gêneros alimentícios, facultando-lhe maiores opções e flexibilidade, mas ainda com observância das premissas do Programa –, é:

(a) revogar a opção de operacionalização da concessão de benefícios alimentares por meio de arranjo aberto de pagamento, em razão da evidente incompatibilidade entre as premissas do seu ramo de negócio (cartões bandeirados, ampla e irrestritamente aceitos em qualquer estabelecimento comercial) e as premissas do PAT (necessidade de observância de critérios objetivos de saúde nutricional e segurança alimentar para fins de credenciamento de determinado estabelecimento, atividade passível de exercício tão somente no âmbito de arranjos fechados);

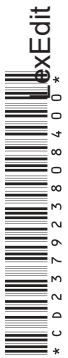
(b) revogar a opção de portabilidade, na medida em que sua função é suprida à suficiência pela interoperabilidade e por sua inadequação estrutural à forma contratual sistêmica aplicada ao mercado de benefícios, em que há vínculos contratuais entre empresas contratantes/beneficiárias, facilitadoras-emissoras e estabelecimentos comerciais, mas não entre estas últimas e os próprios trabalhadores, relacionados tão somente às empresas contratantes;

(c) postergar para 1º de maio de 2025 a obrigatoriedade de implantação da interoperabilidade, neste caso aplicável tão somente às redes credenciadas vinculadas às facilitadoras-emissoras que atuam sob arranjo fechado de pagamento, concedendo-se maior prazo para a respectiva operacionalização, especial sob a ótica sistêmica e tecnológica.

Vale ressaltar que a forma mais adequada de operacionalização da interoperabilidade será mediante a criação de uma terceira instituição, separada de todos os agentes atuais e entrantes desse mercado, e que possa congregiar em sua própria base de dados – com observância de critérios de proteção concorrencial – as informações relacionadas às redes credenciadas de todos os agentes, o que, inclusive, reduz significativamente o índice de fraude ao sistema, visto que o credenciamento de novos estabelecimentos diretamente nessa terceira instituição é centralizado. Porém, para que isso possa ser viabilizado, há



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Gastão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237923808400>



necessidade de prorrogação por 24 meses (e não apenas 12) do prazo de vigência do instituto.

Diante do exposto, conto com a colaboração dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 8 de maio de 2023.

Deputado Luiz Gastão
(PSD - CE)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Gastão
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237923808400>



CD237923808400 LexEdit



Parecer aprovado em Comissão





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 1, DE 2023

Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1164, DE 2023, sobre a Medida Provisória nº 1164, de 2023, que Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento.

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

RELATOR: Deputado Dr. Francisco

10 de maio de 2023



COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023

Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado DR. FRANCISCO

I - RELATÓRIO

A Medida Provisória (MP) nº 1.164, de 2023, instituiu o Programa Bolsa Família, em substituição ao Programa Auxílio Brasil, regido pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, redesenhando os benefícios financeiros dessa política de combate à pobreza.

Também compõe o escopo da referida matéria alterações em aspectos relativos ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, disciplinado no art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – Loas); e a retirada da permissão legal para que beneficiários de programas de transferência de renda de caráter assistencial possam contrair empréstimos mediante desconto em folha, por meio de alteração da redação do art. 6º e revogação do art. 6º-B, ambos da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

O Programa Bolsa Família, destinado à transferência direta e condicionada de renda, constitui mais uma etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Constituição e no caput e no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004”.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



3
2

CD/23338.43709-00

Os objetivos declarados do programa são: “combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias”; “contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações”; e “promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza”.

No que concerne aos critérios de elegibilidade ao Programa, o Bolsa Família adota uma única linha de referência, fixada em R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais) de renda familiar mensal per capita. Prevê, em sede de lei em sentido estrito, a necessidade de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico como condição de elegibilidade aos benefícios da política de transferência.

Em relação à regra de permanência no programa, em razão de aumento da renda familiar, observa-se que o novo Bolsa Família vincula o limite de tolerância a meio salário mínimo, atualmente R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), em função da Medida Provisória nº 1.172, de 2023. Assim, poderão permanecer no programa, por até 24 (vinte e quatro) meses, as famílias beneficiárias cuja renda per capita mensal seja superior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais), mas inferior a meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família traz uma nova estrutura de benefícios financeiros, ao prever, em primeiro lugar, o pagamento de um Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, para depois assegurar um mínimo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por família participante, denominado de Benefício Complementar, calculado pela eventual diferença entre esse valor garantido e a soma dos benefícios de todos os integrantes.

Após essa complementação, o perfil da composição familiar influenciará o valor adicional a ser transferido a cada núcleo. São R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a mais por criança com idade entre zero e sete anos incompletos (Benefício Primeira Infância); e R\$ 50,00 (cinquenta reais), por cada gestante ou pessoa com idade entre sete anos e dezoito anos incompletos (Benefício Variável Familiar).


* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



Entre a data de edição da MP (2/3/2023) e 1º/06/2023, conserva-se o pagamento dos benefícios atuais do Programa Auxílio Brasil com o reforço do Benefício Primeira Infância.

No que tange aos benefícios extintos do Auxílio Brasil, a MP assegura a realização dos pagamentos mensais, relativos ao Auxílio Esporte Escolar, à Bolsa de Iniciação Científica Júnior e ao Auxílio Inclusão Produtiva Rural (previstos no o art. 5º da Lei nº 14.284, de 2021), concedidos em dezembro de 2022, até que se complete o total das doze parcelas mensais previstas (art. 23, § 1º, da MP).

Com a finalidade de não prejudicar famílias que eventualmente venham a receber um valor menor no novo conjunto de benefícios a que teriam direito em razão das citadas mudanças, é assegurado o Benefício Extraordinário de Transição, “calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023”, mês em que se espera seja definitivamente implementado o conjunto de benefícios do novo Bolsa Família, com a eventual aprovação da MP (art. 7º, § 1º, inc. V, da MP).

A MP permite a alteração dos valores dos benefícios e da linha de pobreza do Bolsa Família por ato do Poder Executivo, que normalmente assume a forma de decreto, mas com a previsão de que esses valores “poderão ser corrigidos a cada intervalo de, no mínimo, vinte e quatro meses, na forma estabelecida em regulamento” (§ 4º do art. 7º da MP).

O § 8º do art. 7º prevê que os mencionados benefícios “constituem direito das famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, na forma estabelecida nesta Medida Provisória e em regulamento”, mas que o “Poder Executivo federal compatibilizará a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros (...) com as dotações orçamentárias disponíveis” (§ 1º do art. 11 da MP).

No novo Bolsa Família, reafirma-se a importância do CadÚnico para a “identificação dos integrantes das famílias”, sendo “realizada, preferencialmente, por meio do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



5
4

CD/23338.43709-00

da Fazenda”. Prevê-se, de forma alternativa ao CPF, para fins de identificação dos integrantes das famílias registradas no CadÚnico, a utilização do Número de Identificação Social – NIS e do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI.

No que concerne às condicionalidades, espécies de contrapartidas a serem realizadas pelas famílias participantes como forma de ampliar seu acesso a direitos sociais e serviços públicos essenciais de saúde e educação, o novo Programa Bolsa Família estabelece, no art. 10 da MP, a necessidade de “realização de pré-natal”; de “cumprimento do calendário nacional de vacinação”; do “acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até sete anos de idade incompletos”; e “frequência escolar mínima”, sendo de 60% “para os beneficiários de quatro anos a seis anos de idade incompletos”; e 75% “para os beneficiários de seis anos a dezoito anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica”.

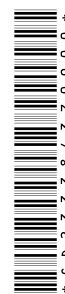
A MP estabelece que as despesas do Programa Bolsa Família serão custeadas pelas “dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Auxílio Brasil”; “dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Bolsa Família”; e “outros recursos financeiros de fontes nacionais e internacionais destinados à implementação do Programa Bolsa Família” (art. 11 da MP). Importante observar que, “Enquanto não houver a transposição dos saldos orçamentários entre o Programa Auxílio Brasil e o Programa Bolsa Família, fica autorizada a utilização das dotações disponíveis no Programa Auxílio Brasil para custear o Programa Bolsa Família” (§ 2º do art. 11 da MP).

Outra novidade no novo programa é a criação da “Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome” (art. 13), estrutura não existente no Auxílio Brasil.

No que é pertinente ao agente operador e pagador, a MP inova ao atribuir, em caráter de exclusividade, à Caixa Econômica Federal a função de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família (art. 15), bem como ao possibilitar serem “contratadas instituições públicas e privadas para apoiar a



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



operacionalização e o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família” (§ 3º do art. 15).

Entre as inovações pertinentes ao CadÚnico, destaca-se que essa ferramenta servirá para identificar não somente famílias de baixa renda, mas também vulneráveis à pobreza, e, ainda, que a obrigatoriedade de inscrição para acesso aos programas sociais do Governo Federal será disciplinada em regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

Ademais, são incluídas na previsão legal do CadÚnico regras voltadas a dar consecução à previsão constitucional de integração de bases de dados administradas pelo poder público referentes a benefícios, auxílios e outros valores pagos a segurados, beneficiários e demais favorecidos pelo sistema de seguridade social e do sistema de proteção social dos militares, para fins de “fortalecimento de sua gestão, governança e transparência e o cumprimento de normas relacionadas” (art. 12, caput, da Emenda Constitucional nº 103, de 2019) e “ampliação da fidedignidade das informações cadastrais” (Art. 6º-F, § 3º, da Lei nº 8.742, de 1993, incluído pelo art. 25 da MP).

Nesse aspecto, determina que “será garantida a interoperabilidade de dados do CadÚnico com os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS”. A MP estabelece, ainda, que “Os dados do CNIS incluídos no CadÚnico poderão ser acessados pelos órgãos gestores do CadÚnico, nos três níveis da federação, conforme termo de adesão do ente federativo ao CadÚnico, do qual constará cláusula de compromisso com o sigilo de dados” e que “A sociedade civil poderá cooperar com a identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico, nos termos do regulamento” (Art. 6º-F, §§ 3º, 4º e 5º, da Lei nº 8.742, de 1993, incluídos pelo art. 25 da MP).

Por fim, como já mencionado, a MP retira a permissão legal para que beneficiários de programas de transferência de renda de caráter assistencial possam contrair empréstimos mediante desconto das prestações em folha nos termos da nova redação ao art. 6º (exclui beneficiários do BPC) e revogação do art. 6º-B (exclui benefícios do Auxílio Brasil) da Lei nº 10.820, de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



17 de dezembro, de 2003. A autorização para a contratação de empréstimos consignados permanece, portanto, apenas para aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 6/2023 MDS-MPO-MF, assinada pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; do Planejamento e Orçamento; e da Fazenda, a finalidade da MP reside na “superação do atual modelo de benefício financeiro a ser pago às famílias beneficiárias da ação de transferência condicionada de renda”, de maneira a “restabelecer a equidade nos valores recebidos pelas famílias; eliminar o incentivo à proliferação de registros familiares unipessoais; melhorar o custo-efetividade do gasto com a política pública em questão; restabelecer instrumentos de controle sobre a gestão e a operação da ação; e aperfeiçoar mecanismos de controle da elegibilidade aos benefícios”.

Também é apontado que a atual política federal de transferência condicionada de renda teria sua inadequação já “verificada e documentada não apenas por órgãos do Poder Executivo e de controle externo, como pelos meios de imprensa e instituições da sociedade civil”, sendo reputada como “uma política pública normativamente complexa e que está criando distorções de gestão e operacionais em seu propósito de apoiar financeiramente as famílias mais pobres da sociedade brasileira”.

A exposição citada menciona, ainda, a necessidade de “Restabelecer a lógica do cálculo do benefício financeiro a partir da composição familiar – que abrange número de integrantes e a presença de situações específicas, como gestação e primeira infância, entre outros aspectos (...) para que o Poder Executivo ofereça uma política condicionada de transferência de renda sustentável, eficaz, equânime e com bom custo-efetividade”.

O documento destaca, no mais, a importância da “focalização do programa no seu público mais vulnerável, em especial as crianças de até 6 anos de idade”, providência que estaria em “em consonância com diversos estudos que argumentam ser fundamental o amplo desenvolvimento cognitivo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



e emocional na primeira infância para a plena formação do cidadão, com nítidos reflexos na juventude e na vida adulta”.

Por fim, são indicados alguns números relativos aos gastos decorrentes do novo Bolsa Família. Estima-se que o programa pretenda beneficiar neste ano aproximadamente 21 milhões de famílias, com um orçamento de aproximadamente R\$ 175,7 bilhões. Estima-se também que os custos administrativos adicionais para esse período seriam da ordem de R\$ 850 milhões, necessários para apoiar os entes federados e outras ações de gestão, além de R\$ 880 milhões para pagamento de contrato com o agente operador do Programa. Dessa forma, o “impacto orçamentário total previsto é de R\$ 177,4 bilhões”. “Para os exercícios subsequentes, estima-se os mesmos patamares de despesas para manutenção do Programa”.

Em respeito ao art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN, no dia da publicação da MP sob exame no Diário Oficial da União, o seu texto foi enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva mensagem e de documento expondo a motivação do ato.

À matéria foram apresentadas 257 (duzentas e cinquenta e sete) emendas parlamentares no âmbito da Comissão Mista, conforme descrição do quadro a seguir:

Nº	Autor	Descrição resumida
1	Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	Estabelece que o BPC não compõe o cálculo da renda familiar de acesso ao Programa Bolsa Família.
2	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Aumenta a linha de pobreza utilizada como referência do Programa Bolsa Família (PBF) de R\$ 218,00 para R\$ 330,00.
3	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Inclui “as famílias que residam em áreas atingidas por desastres naturais” nas prioridades de ingresso no PBF.
4	Deputado Federal Fábio Macedo (PODEMOS/MA)	Cria um novo benefício financeiro no PBF, denominado “Benefício Inclusão da Pessoa com Deficiência”, com valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por pessoa com deficiência na família participante.
5	Deputado Federal Junio Amaral (PL/MG)	Mantém os benefícios do art. 5º da Lei nº 14.284, de 2021, (Auxílio Esporte Escolar; Bolsa de Iniciação Científica Júnior; Auxílio Criança Cidadã; Auxílio Inclusão Produtiva Rural; e Auxílio Inclusão Produtiva



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



9
8

CD/23338.43709-00

Nº	Autor	Descrição resumida
		Urbana) na estrutura do PBF.
6	Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	Delimita que as crianças e adolescentes elegíveis ao Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50,00, devem ser “filhos biológicos, adotivos, enteados ou menores em guarda ou em tutela legais”.
7	Deputado Federal Junio Amaral (PL/MG)	Inclui entre o público elegível ao Benefício Variável Familiar as nutrizes e os jovens com idade entre 18 e 21 anos incompletos “quando estes já tiverem concluído a educação básica, ou nela estiverem devidamente matriculados e com frequência escolar mínima”.
8	Deputado Federal Junio Amaral (PL/MG)	Cria uma espécie de 13º salário para os beneficiários do Programa Bolsa Família, prevendo um acréscimo de “50% no mês de junho e de 50% no mês de dezembro” no valor dos benefícios.
9	Deputado Federal Deltan Dallagnol (PODEMOS/PR)	Inclui previsão de responsabilização e obrigação de ressarcir o erário para o agente público que inserir dados ou informações falsas no CadÚnico ou contribuir para que alguém receba de forma irregular benefícios assistenciais, bem como o perdimento do cargo ou função pública caso um ocupante de tais posições se beneficiar indevidamente de tais recursos.
10	Deputado Federal Junio Amaral (PL/MG)	Inclui previsão de que não seriam “elegíveis para o Programa Bolsa Família os ocupantes ou invasores de propriedades rurais e urbanas particulares”.
11	Deputado Federal Capitão Alberto Neto (PL/AM)	Autoriza os beneficiários do BPC a contratarem empréstimos consignados.
12	Deputado Federal Capitão Alberto Neto (PL/AM)	Semelhante à Emenda nº 8
13	Deputado Federal Duarte (PSB/MA)	Cria o “Benefício Inclusão, no valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais), destinado exclusivamente às famílias que possuam, em sua composição, pessoa com deficiência”; retira o BPC recebido por pessoas com deficiência do cálculo da renda familiar mensal per capita para fins de elegibilidade aos benefícios do Programa Bolsa Família, assegurando sua cumulatividade entre os referidos benefícios.
14	Deputado Federal Duarte (PSB/MA)	Inclui entre as pessoas elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias que possuam, em sua composição, pessoa com deficiência.
15	Deputado Federal Coronel Meira (PL/PE)	Tipifica crimes relacionados ao recebimento indevido de benefícios do Programa Bolsa Família e à inserção de dados, informações ou declarações falsas no CadÚnico.
16	Deputado Federal Daniel Soranz	Inclui as nutrizes entre o público elegível para receber o Benefício Variável Familiar.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Nº	Autor	Descrição resumida
	(PSD/RJ)	
17	Deputada Federal Greyce Elias (AVANTE/MG)	Inclui previsão de que, nos programas oficiais de crédito geridos por instituições financeiras oficiais federais, serão priorizadas empresas inscritas no Simples Nacional “controladas ou dirigidas por mulheres” e haverá cota para “mulheres representantes legais de titulares de” BPC destinados à pessoa com deficiência.
18	Deputado Federal Nicoletti (UNIÃO/RR)	Prevê que são elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias “afetadas direta ou indiretamente pela declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional ou Internacional, decorrente de situações epidemiológicas, desastres ou de desassistência à população”, com a priorização desse público para atendimento pela política de transferência.
19	Deputado Federal Capitão Alberto Neto (PL/AM)	Mantém a permissão legal para que beneficiários de programas de transferência de renda de caráter assistencial possam contrair empréstimos mediante desconto em folha.
20	Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	Proíbe que o Poder Executivo reduza o valor dos benefícios financeiros e linha de pobreza, usada como referência para a seleção das famílias participantes do Programa Bolsa Família.
21	Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	Elimina o limite de tolerância para aumento da renda familiar com permanência no Programa.
22	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Semelhante à Emenda nº 8
23	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Semelhante à Emenda nº 5.
24	Deputado Federal Coronel Meira (PL/PE)	Suspende “automaticamente a concessão dos benefícios financeiros (...) quando o beneficiário for indiciado ou tornar-se réu por crime doloso”, “em caso de autuação de menor beneficiário por ato infracional análogo a crime doloso”, e em outras hipóteses especificadas.
25	Deputada Federal Renata Abreu (PODEMOS/SP)	Inclui entre o público beneficiado pelo Programa Bolsa Famílias “as mulheres vítimas de violência doméstica que não tiverem, comprovadamente, condições de se manterem às suas expensas”
26	Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	Prevê que a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico deve enviar “ao Congresso Nacional, a cada bimestre, (...) relatório sobre a execução do Programa, contendo obrigatoriamente a relação das famílias beneficiadas, das incluídas e das excluídas, no respectivo período”.
27	Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	Acrescenta, entre as proibições dirigidas ao agente operador e pagador do Programa Bolsa Família (Caixa



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



11
10

CD/23338.43709-00

Nº	Autor	Descrição resumida
		Econômica Federal), a conduta de “efetuar pagamento sem recebimento da União”.
28	Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	Retoma a redação anterior do caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para permitir que beneficiários do BPC possam contrair empréstimos com prestações consignadas em folha.
29	Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	Adianta o efeito financeiro da nova estrutura de benefícios do Bolsa Família para 1º de abril de 2023.
30	Deputada Federal Julia Zanatta (PL/SC)	Reduz para seis meses o período de permanência no programa de famílias cuja renda mensal per capita supere a linha de pobreza, mas se mantenham abaixo de meio salário mínimo per capita, excluindo-as da regra de prioridade no retorno ao programa.
31	Deputada Federal Julia Zanatta (PL/SC)	Veda que regulamento (decreto do Poder Executivo) possa definir determinados requisitos pertinentes a condicionalidades para a manutenção da família no Programa Bolsa Família, bem como sobre aplicação de sanções.
32	Deputada Federal Julia Zanatta (PL/SC)	Com finalidade semelhante à Emenda nº 5, mantém os benefícios do art. 5º da Lei nº 14.284, de 2021, (Auxílio Esporte Escolar; Bolsa de Iniciação Científica Júnior; Auxílio Criança Cidadã; Auxílio Inclusão Produtiva Rural; e Auxílio Inclusão Produtiva Urbana) na estrutura do PBF.
33	Deputada Federal Julia Zanatta (PL/SC)	Retira a autorização para que ato do Poder Executivo possa alterar os valores dos benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil e veda o exercício da prerrogativa de aumentar o Benefício Complementar por meio de decreto por “abertura de crédito suplementar na ausência de excesso de arrecadação”.
34	Deputada Federal Julia Zanatta (PL/SC)	Retira o cumprimento do calendário nacional de vacinação do rol de condicionalidades que precisam ser atendidos pelas famílias participantes do Programa Bolsa Família.
35	Deputada Federal Julia Zanatta (PL/SC)	Cria uma espécie de 13º salário para os beneficiários do Programa Bolsa Família, a ser pago no mês de dezembro, prevendo a possibilidade de a família atendida optar por receber 50% no mês de julho e de 50% no mês de dezembro, como acréscimo no valor dos benefícios.
36	Deputada Federal Laura Carneiro (PSD/RJ)	Semelhante à Emenda nº 16
37	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Retira a previsão de que Benefício de Prestação Continuada recebido por quaisquer dos integrantes da família seja considerado no cálculo da renda familiar per capita mensal.
38	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Inclui novo benefício no Programa Bolsa Família denominado “Benefício Capacitação, no valor de R\$



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Nº	Autor	Descrição resumida
		50,00 (cinquenta reais), destinado a um integrante da família, com 18 (dezoito) anos de idade ou mais, matriculado em curso de capacitação ou formação profissional promovido pelos governos federal, estadual, distrital ou municipal", a ser recebido durante seu período de realização.
39	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Cria uma espécie de 13º salário para os beneficiários do Programa Bolsa Família, a ser pago no mês de dezembro.
40	Deputado Federal Júnior Mano (PL/CE)	Acrescenta a determinação para que os órgãos federais disponibilizem "as informações necessárias à verificação dos requisitos para concessão do Bolsa Família, constantes das bases de dados de que sejam detentores do CadÚnico" e publiquem "a lista de beneficiários no Portal da Transparência no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o pagamento".
41	Deputado Federal Júnior Mano (PL/CE)	Inclui como condicionalidade para a permanência da família no programa a "matrícula de analfabetos entre 15 (quinze) e 50 (cinquenta) anos em programas ou cursos de educação de jovens e adultos".
42	Deputado Federal Júnior Mano (PL/CE)	Inclui como condicionalidade para a permanência da família no programa a "Comprovação de realização de curso profissionalizante, sem prejuízo de outras previstas em regulamento".
43	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Estende a manutenção do pagamento dos benefícios extintos do Programa Auxílio Brasil para o Auxílio Inclusão Urbana e Auxílio Criança Cidadã.
44	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Permite que "os beneficiários de programas federais de transferência de renda" possam contratar empréstimos consignados.
45	Senador Romário (PL/RJ)	Inclui como público-alvo do Benefício Primeira Infância "crianças com idade entre sete anos e doze anos incompletos com deficiência física ou doença grave"
46	Senador Romário (PL/RJ)	Determina que o Poder Executivo Federal deverá observar "o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para início dos pagamentos às famílias habilitadas que cumpram os requisitos" do Programa Bolsa Família.
47	Deputado Federal Ruy Carneiro (PSC/PB)	Cria novo benefício no Programa Bolsa Família denominado "Benefício à família monoparental, no valor de R\$ 300 (trezentos reais), destinado a famílias com uma pessoa provedora".
48	Deputado Federal Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)	Concede "anistia total e irrestrita aos juros, multas e demais encargos financeiros, aos beneficiários do Bolsa-Família (o antigo Auxílio Brasil) que contrataram empréstimo consignado".
49	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Retoma a redação anterior do caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para permitir que beneficiários do BPC possam contrair empréstimos com prestações consignadas em folha, bem como permite que os beneficiários de programas federais de transferência de renda façam o mesmo.
50	Deputado Federal	Semelhante à Emenda nº 32



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



13
12

CD/23338.43709-00

Nº	Autor	Descrição resumida
	Capitão Alberto Neto (PL/AM)	
51	Deputado Federal Capitão Alberto Neto (PL/AM)	Inclui, entre os objetivos do Programa Bolsa Família, disposições do Programa Auxílio Brasil relativos a estímulo a crianças, adolescentes e jovens terem “desempenho científico e tecnológico de excelência” e à “emancipação das famílias” em situação de vulnerabilidade social.
52	Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)	Inclui no público-alvo do Benefício Variável Familiar: mãe solo; idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais; pessoa com deficiência; pessoa com transtorno do espectro autista; pessoa com doença rara; e pessoa com câncer.
53	Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)	Semelhante à Emenda nº 37.
54	Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	Prevê que “farão jus ao Benefício Extraordinário (...) as famílias desabrigadas em virtude de desastres naturais (...)”, e cria o “Benefício Extraordinário de Apoio a Desabrigados, no valor de R\$600,00, destinado exclusivamente às famílias desabrigadas em virtude de desastres naturais”.
55	Deputada Federal Maria Arraes (SOLIDARIEDADE/PE)	Inclui regra prevendo que a frequência escolar mínima, para fins de condicionalidade, “será observada, desde que garantida a vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência”.
56	Deputada Federal Maria Arraes (SOLIDARIEDADE/PE)	Determina que a correção do valor dos benefícios financeiros e da linha de pobreza do Programa Bolsa Família não pode “ser inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado do período”.
57	Deputada Federal Maria Arraes (SOLIDARIEDADE/PE)	Semelhante à Emenda nº 16
58	Deputado Federal Capitão Alberto Neto (PL/AM)	Autoriza os beneficiários de programas federais de transferência de renda a contratar empréstimos consignados, com descontos de até 40% do valor de seus benefícios.
59	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui entre as prioridades para reingresso no Programa Bolsa Família “as famílias desalojadas ou desabrigadas em virtude de desastres naturais ou tecnológicos provocados”.
60	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui entre as prioridades para reingresso no Programa Bolsa Família “as famílias que não tiverem imóvel próprio”.
61	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui a “fiscalização e combate a fraudes” como uma das ações por meio das quais serão perseguidos os objetivos do Programa Bolsa Família.
62	Deputado Federal Túlio Gadêlha	Inclui, na priorização para reingresso no Programa Bolsa Família, as famílias monoparentais.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Nº	Autor	Descrição resumida
	(REDE/PE)	
63	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui a “promoção da dignidade da pessoa humana” como uma etapa de desenvolvimento alcançado pelo Programa Bolsa Família, por meio de seu acréscimo no § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 1.164, de 2023.
64	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui a o “acesso e fornecimento de água potável” e o “de saneamento básico” como das ações a serem articuladas com o Programa Bolsa Família para o atingimento dos objetivos da política de transferência.
65	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui, na priorização para reingresso no Programa Bolsa Família, “as famílias com mulheres ou filhos vítimas de violência doméstica”.
66	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui, na priorização para reingresso no Programa Bolsa Família, “as famílias com pessoas com deficiência ou com doença grave”.
67	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Semelhante à Emenda nº 16
68	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui entre os objetivos do Programa Bolsa Família “o desenvolvimento dos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH”.
69	Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Inclui, na priorização para reingresso no Programa Bolsa Família, “as famílias com mais de três filhos com idade de zero a 12 anos incompletos ou que tenham, em sua composição, criança ou adolescente com deficiência ou doença grave”.
70	Deputado Federal Helio Lopes (PL/RJ)	Cria um adicional de 50% para o valor do benefício financeiro recebido pela família no mês de dezembro.
71	Deputado Federal Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)	Veda a concessão de crédito consignado “com base em retenção de parcela de benefícios oriundos de programas federais de transferência de renda”.
72	Senador Weverton (PDT/MA)	Com finalidade semelhante à Emenda nº 9, inclui previsão de responsabilização e obrigação de ressarcir o erário para o agente público que inserir dados ou informações falsas no CadÚnico; contribuir para que alguém receba de forma irregular benefícios assistenciais; e “privilegiar ou facilitar o privilégio, sob argumentos diversos do estipulado na Lei, da posição do beneficiário na fila do recebimento dos benefícios”.
73	Senador Renan Calheiros (MDB/AL)	Inclui a previsão de que “As agências financeiras oficiais de fomento desenvolverão, de forma integrada e articulada, instrumentos de crédito específicos para a inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família”.
74	Senador Renan Calheiros (MDB/AL)	Inclui previsão no sentido de que “Os valores mínimos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do CadÚnico - IGD poderão ser variáveis, levando-se em conta o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos entes



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



15
14

CD/23338.43709-00

Nº	Autor	Descrição resumida
		beneficiados, para fins de recebimento das transferências (...).
75	Senador Renan Calheiros (MDB/AL)	Prevê que a execução descentralizada do Programa Bolsa Família possa ocorrer por meio da formação de consórcios públicos, bem como que “A União apoiará a elaboração e execução de políticas públicas estaduais e municipais que contribuam efetivamente para o atingimento dos objetivos (...)” do Programa.
76	Deputado Federal Domingos Neto (PSD/CE)	Inclui entre as condicionalidades a serem cumpridas pelas famílias participantes para permanecerem no Programa Bolsa Família a participação dos membros da família com idade superior a 16 (dezesseis) anos em “cursos profissionalizantes gratuitos, inclusive na modalidade virtual oferecidos por entidades públicas ou privadas, nos termos do regulamento”.
77	Deputado Federal Domingos Neto (PSD/CE)	Semelhante à Emenda nº 32, porém mais abrangente.
78	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Inclui no público-alvo do Benefício Variável Familiar: “Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.
79	Deputado Federal Marx Beltrão (PP/AL)	Cria um 13º para as famílias do Programa Bolsa Família.
80	Deputado Federal Acácio Favacho (MDB/AP)	Semelhante à Emenda nº 79.
81	Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	Prevê que “Quando se tratar de mulher vítima de violência doméstica, que esteja sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência, será concedida exclusivamente à mulher, duas cotas do benefício”.
82	Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	Prevê metas para as taxas de pobreza e parâmetros para monitorar o seu cumprimento.
83	Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	Cria um 13º para as famílias participantes do Programa Bolsa Família, prevendo que o seu valor será o “triplo para os que estão na extrema pobreza”.
84	Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	Determina que “A mulher provedora de família monoparental receberá, mensalmente, o dobro do valor do benefício a que teria direito”.
85	Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	Inclui o “prazo máximo de 10 (dez) dias para o processamento e efetivo pagamento dos benefícios a partir da entrega da documentação”.
86	Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	Aumenta para 4% da previsão orçamentária total o limite máximo do volume de recursos a serem transferidos para os entes subnacionais que aderirem ao Programa Bolsa Família, por meio do IGD.
87	Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	Cria no âmbito do Programa Bolsa Família o benefício denominado “Bolsa-Família Saúde – BFS”, que “será concedido aos integrantes das famílias que recebam os benefícios previstos no caput do art. 7º, que



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Nº	Autor	Descrição resumida
		tenham se submetido à consulta médica na rede do Sistema Único de Saúde – SUS”.
88	Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	Prevê que “O Bolsa Família será concedido a pessoa física ou jurídica responsável pela tutela de criança e/ou adolescente órfão em razão do coronavírus - COVID-19, na forma do regulamento”.
89	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Inclui entre as prioridades para reingresso no Programa Bolsa Família as famílias “compostas pelos garimpeiros de que trata a Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008, com renda per capita mensal inferior a R\$ 310 (trezentos e dez reais)”, prevendo que essas famílias farão jus aos benefícios do programa “por período não superior a 8 (oito) meses a cada 24 (vinte e quatro) meses”.
90	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Determina que a correção do valor dos benefícios financeiros e da linha de pobreza do Programa Bolsa Família deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
91	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Cria, no âmbito do Programa Bolsa Família, o Benefício Inclusão Produtiva “no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado a jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade matriculados em cursos de qualificação ou capacitação profissional, promovidos pelos governos federal, estadual, distrital ou municipal”.
92	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Semelhante à Emenda nº 43.
93	Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	Elimina o Benefício Complementar e aumenta o valor do Benefício de Renda de Cidadania para 196,00 (cento e noventa e seis reais).
94	Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	Altera a redação do § 5º do Art. 7º da Medida Provisória, sem alteração substancial, sob a justificativa de “equacionar uma possível dubiedade” no cálculo do Benefício Variável Familiar.
95	Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	Permite a “fixação de valor adicional para o Benefício Variável Familiar”, por meio de ato do Poder Executivo, “para famílias cujas crianças ou adolescentes tenham obtido desempenho escolar satisfatório, apurado por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), na forma estabelecida em regulamento”.
96	Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	Institui “o contrato de primeiro emprego para jovens e para recolocação de pessoas com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos - EMREC registrado em carteira de trabalho”.
97	Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	Proíbe a “apuração de renda exclusivamente por autodeclaração”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Nº	Autor	Descrição resumida
98	Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	Permite que beneficiários de programas de transferência de renda federais possam contrair empréstimos consignados.
99	Deputada Federal Dayany do Capitão (UNIÃO/CE)	Altera a Loas, para prever, em relação ao BPC, que “em se tratando de beneficiário ou responsável por pessoa com Transtorno do Espectro Autista (...) o limite de renda mensal familiar per capita (...) será de até 1/2 (meio) salário-mínimo.
100	Deputado Federal Alberto Mourão (MDB/SP)	Prevê o pagamento do Benefício Variável Familiar para “adolescentes que estão cursando o ensino médio em período integral, onde o valor mensal será de R\$ 300,00 (trezentos reais)”.
101	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Determina a correção anual dos valores dos benefícios financeiros e da linha de pobreza do Programa Bolsa Família.
102	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Prevê a permanência por até 12 (doze) meses no programa as famílias cuja renda mensal per capita superar meio salário mínimo, hipótese em que receberão 50% dos valores dos benefícios.
103	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Autoriza que os beneficiários do BPC possam contratar empréstimos consignados.
104	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Inclui dispositivo que autoriza o Poder Executivo a alterar o valor da linha de pobreza do programa.
105	Deputada Federal Any Ortiz (CIDADANIA/RS)	Inclui entre as prioridades de reingresso no Programa Bolsa Família “as famílias participantes de programas e ações governamentais sobre educação financeira”.
106	Deputado Federal Padovani (UNIÃO/PR)	Retira a imunização contra a covid-19, para crianças até sete anos incompletos, da condicionalidade relativa ao cumprimento do calendário nacional de vacinação.
107	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Muda a redação do § 1º do art. 8º da MP para estabelecer que o pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família será feito “Prioritariamente, à mulher ou ao responsável familiar, quando indicado, de acordo com os dados constantes da inscrição da família no CadÚnico”.
108	Deputada Federal Rosângela Moro (UNIÃO/SP)	Estabelece que “O Pagamento do benefício variável será acrescido de parcela de 50% (cinquenta por cento) quando o integrante familiar a que ele se refere for criança com deficiência ou com doença rara”.
109	Deputada Federal Rosângela Moro (UNIÃO/SP)	Estabelece que o pagamento do Benefício Primeira Infância será acrescido de 50% (cinquenta por cento) em seu valor quando se tratar de criança com deficiência ou com doença rara.
110	Deputada Federal Rosângela Moro (UNIÃO/SP)	Semelhante à Emenda nº 4.
111	Deputada Federal Rosângela Moro	Semelhante à Emenda nº 4, com acréscimo da pessoa com doença rara.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



Nº	Autor	Descrição resumida
	(UNIÃO/SP)	
112	Deputado Federal Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)	Define como família monoparental aquela “composta por apenas um dos genitores e filhos”, que possuirão prioridade para ingressar no Programa Bolsa Família.
113	Deputado Federal Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)	Estabelece que será incluída prioritariamente no Programa Bolsa Família “a mulher em situação de violência doméstica e familiar que detenha medida protetiva e tenha sob sua guarda filho menor de idade”.
114	Deputado Federal Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)	Semelhante à Emenda nº 76
115	Deputada Federal Cristiane Lopes (UNIÃO/RO)	Semelhante à Emenda nº 8.
116	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Estabelece que haverá “Garantia (de) recursos da União para financiamento regular de serviços socioassistenciais”, bem como que será garantido o “funcionamento de participação social e democratização da gestão que inclua espaço institucional de escuta desde a União para beneficiários, trabalhadores e gestores municipais e estaduais”.
117	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Aumenta o valor do Benefício de Renda de Cidadania para R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais); estabelece que o Benefício Variável Familiar não terá valor inferior “a um doze avos do valor por dependente de pessoa física para os cálculos de imposto de renda definido pelo Art. 8º da Lei nº 9.250 de 1995”; e cria o “Benefício Gestante, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem gestantes”.
118	Deputado Federal Jadyel Alencar (PV/PI)	Inclui entre os objetivos do Programa Bolsa Família “promover a ampla inclusão e democratização digital no Brasil”, bem como cria o “benefício adicional de inclusão digital, que consistirá em valor mensal a ser utilizado exclusivamente para acesso à internet”.
119	Deputado Federal Jadyel Alencar (PV/PI)	Determina que “o Ministério da Cidadania deverá promover a integração digital do Bolsa Família, por meio da disponibilização de aplicativos e plataformas digitais para o acesso aos serviços e informações relacionadas ao programa”, o que deverá “contemplar, no mínimo, a possibilidade de cadastro online, consulta ao extrato de pagamentos, atualização de dados cadastrais e comunicação com os beneficiários por meio de canais digitais”.
120	Deputado Federal Flávio Nogueira (PT/PI)	Estabelece que “Em caso de violência doméstica pelo genitor, sendo este o responsável pela família e pelo benefício do auxílio, o benefício passa a ser administrado por um tutor que tenha conduta ilibada”, sendo que, “Neste caso, o benefício será transferido



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



19
18

CD/23338.43709-00

Nº	Autor	Descrição resumida
		direto para a conta da mãe ou outro tutor, caso a mãe seja falecida ou ausente do lar”.
121	Deputado Federal Flávio Nogueira (PT/PI)	Estabelece que “Caso o estudante ingresse em universidade pública, a família beneficiária do Programa Bolsa Família goza do direito a um bônus, em dinheiro, pelo mérito da boa condução educacional do mesmo”.
122	Deputado Federal Flávio Nogueira (PT/PI)	Determina que “Os membros da família com idade entre 7 e 18 anos, que apresentem limitações físicas e/ou mentais comprovadas por laudos médicos, têm direito a um adicional igual ao destinado às crianças de até 6 anos, ou seja, de R\$ 150”.
123	Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP)	Semelhante à Emenda nº 16
124	Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP)	Estabelece que os benefícios financeiros e a linha de pobreza do Programa Bolsa Família serão reajustados anualmente pelo IPCA.
125	Deputado Federal Benes Leocádio (UNIÃO/RN)	Estabelece que “O valor repassado a título de apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa e do CadÚnico será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando os períodos não reajustados, a partir do exercício financeiro de 2010”.
126	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Inclui entre as condicionalidades a serem cumpridas pelas famílias participantes do Programa Bolsa Família o “rendimento escolar, exigindo-se que o beneficiário tenha desempenho escolar satisfatório, conforme dispuser regulamento do Executivo”.
127	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Determina que eventuais alterações nos percentuais de frequência escolar das condicionalidades relativas à educação, feitas por ato do Poder Executivo, “obedeçam aos mínimos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.
128	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Estabelece que os benefícios financeiros e a linha de pobreza do Programa Bolsa Família serão reajustados anualmente “de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), (...) ou com a variação do Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a que for maior, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste”.
129	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Semelhante à Emenda nº 3.
130	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Semelhante à Emenda nº 8.
131	Deputado Federal Guilherme Boulos	Exclui do cálculo da renda familiar mensal per capita, apurada para fins de elegibilidade ao Programa Bolsa



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Nº	Autor	Descrição resumida
	(PSOL/SP)	Família, “recursos oriundos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”; “recursos oriundos de programas governamentais destinados aos jovens”; “seguro desemprego assegurado durante o período de defeso ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (...)”; e “auxílio financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência”.
132	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Estabelece que “A pessoa provedora de família monoparental receberá duas cotas do benefício financeiro do programa bolsa família”.
133	Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	Aumenta o valor da linha de pobreza do Programa Bolsa Família para R\$ 250,00 (duzentos e dezoito reais) mensais per capita.
134	Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	Aumenta o valor do Benefício Variável Familiar para R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).
135	Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	Altera os percentuais de frequência escolar relativos às condicionalidades da área da educação para as crianças participantes do programa, fixando-os em 70% (setenta por cento), “para os beneficiários de quatro anos a seis anos de idade incompletos”; e 85% (oitenta e cinco por cento), “para os beneficiários de seis anos a dezoito anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica”.
136	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Inclui entre as prioridades para reingresso no Programa Bolsa Família as “famílias que residam em domicílios sem abastecimento de água ou saneamento básico”.
137	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Aumenta a linha de pobreza do Programa Bolsa Família para ¼ (um quarto) do salário mínimo (R\$ 325,50).
138	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Determina que os benefícios poderão ser pagos também por meio de cartão magnético bancário.
139	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Determina que a correção do valor dos benefícios financeiros e da linha de pobreza do Programa Bolsa Família será anual e observará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
140	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Elimina a previsão de que o Poder Executivo federal deve compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias disponíveis.
141	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Inclui entre as diretrizes do Programa Bolsa Família “o respeito à autodeclaração e à privacidade das famílias beneficiárias”, bem como define como famílias unipessoais “indivíduos que dependam da própria renda para atendimento de suas despesas, em acordo com os critérios desta lei”.
142	Deputado Federal	Semelhante à Emenda nº 117.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



21
20

CD/23338.43709-00

Nº	Autor	Descrição resumida
	Guilherme Boulos (PSOL/SP)	
143	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Exclui o BPC e os benefícios eventuais do cálculo da renda familiar mensal per capita, para fins de elegibilidade e permanência no Programa Bolsa Família.
144	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Semelhante à Emenda nº 116.
145	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Determina que os valores dos benefícios e da linha de pobreza do Programa Bolsa Família serão “corrigidos a cada intervalo de, no máximo, vinte e quatro meses”; prevê a inclusão automática das famílias que comprovarem a elegibilidade para participarem do programa; e estabelece que “O Poder Executivo Federal compatibilizará as alterações orçamentárias necessárias para atender as pessoas que atendam aos critérios” do Programa, no prazo máximo de 40 dias.
146	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Exclui o BPC do cálculo da renda familiar mensal per capita, para fins de elegibilidade e permanência no Programa Bolsa Família.
147	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Semelhante à Emenda nº 4.
148	Deputada Federal Flávia Moraes (PDT/GO)	Altera a redação de dispositivos relativos ao pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família, para estabelecer que esse será feito “ao responsável familiar, de acordo com os dados constantes da inscrição da família no CadÚnico” e, “preferencialmente, à mulher em situação de risco, tais como violência e vulnerabilidade social”.
149	Deputada Federal Flávia Moraes (PDT/GO)	Aumenta o valor do Benefício Variável Familiar para R\$ 100,00 (cem reais).
150	Deputada Federal Caroline de Toni (PL/SC)	Determina que “O Poder executivo deverá apresentar a cada 24 (vinte e quatro) meses, as seguintes relações: I - Quantas famílias ingressaram no programa a partir da edição da Medida Provisória 1.164 de 2023; II - Quantas famílias deixaram o programa por não mais preencherem os requisitos de elegibilidade em razão do aumento de renda; III - Qual é o tempo médio de permanência das famílias no programa bolsa família; IV - Quantos indivíduos beneficiários do programa entraram no mercado formal de trabalho; V - Quantos indivíduos beneficiários do programa registraram o próprio negócio; VI - Quantas famílias deixaram o programa em razão do inciso II deste parágrafo e necessitaram retornar



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>

* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *

Nº	Autor	Descrição resumida
		em razão da diminuição da renda”.
151	Deputada Federal Caroline de Toni (PL/SC)	Estabelece que os valores dos benefícios financeiros e da linha de pobreza do Programa Bolsa Família poderão ser corrigidos “com vistas a majoração a cada intervalo de, no mínimo, vinte e quatro meses, e reduzidos a qualquer tempo, na forma estabelecida em regulamento”.
152	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Semelhante à Emenda nº 7.
153	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Inclui, entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família, o dever de “acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até sete anos de idade incompletos”; de “comparecimento dos responsáveis a reuniões escolares, quando convidados, por no mínimo duas vezes no ano letivo, se houver beneficiários de quatro anos a dezoito anos de idade incompletos”
154	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Estabelece que os benefícios do Programa Bolsa Família “têm caráter alimentar, são impenhoráveis e, ao serem depositados em conta bancária, não podem sofrer nenhum desconto por parte da instituição financeira por conta de qualquer dívida do beneficiário, nem mesmo por tarifas bancárias, caso em que será nula qualquer cláusula contratual em contrário”.
155	Deputado Federal Otto Alencar Filho (PSD/BA)	Prevê incentivos especiais para a saída do Programa. Os incentivos, de natureza fiscal e trabalhista, são voltados para as empresas que contratarem pessoas beneficiárias.
156	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Prevê medidas relacionadas com o controle e participação social na gestão do Programa Bolsa Família.
157	Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL/SP)	Prevê que “Caberá ao Poder Executivo organizar e convocar um plebiscito entre o povo brasileiro para consultá-lo sobre a melhor data de instituição da universalidade da renda básica de cidadania e a melhor maneira de financiá-la”.
158	Deputado Federal Samuel Viana (PL/MG)	Estabelece que as instituições subcontratadas pela Caixa Econômica Federal para efetuar o pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família não poderão “efetuar descontos ou compensações que impliquem a redução do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família ou de qualquer programa de transferência condicionada de renda, a pretexto de recompor saldos negativos ou de saldar dívidas preexistentes do beneficiário”.
159	Deputado Federal Samuel Viana (PL/MG)	Estabelece que os dados referentes a beneficiários e benefícios do Programa Bolsa Família “deverão ser disponibilizados em sítio da Transparência do Governo, com liberação de dados em sua forma bruta, sobre os quais não recaia vedação expressa de acesso”.
160	Deputado Federal	Semelhante à Emenda nº 37, acrescida de previsão



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



23
22

CD/23338.43709-00

Nº	Autor	Descrição resumida
	Samuel Viana (PL/MG)	expressa para que o BPC não componha o cálculo da renda familiar mensal per capita.
161	Deputada Federal Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)	Inclui entre o público elegível ao Benefício Variável Familiar “indivíduos portadores de Transtorno do Espectro Autista – TEA, Atrofia Medular Espinhal – AME, Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA e doenças raras”.
162	Deputado Federal Daniel Agrobom (PL/GO)	Retirada pelo Autor
163	Deputado Federal Daniel Soranz (PSD/RJ)	Aumenta para R\$ 100,00 (cem reais) o valor do Benefício Variável Familiar para as gestantes.
164	Deputado Federal Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)	Inclui previsão de que “Os cadastros para participação dos beneficiários do Programa Bolsa Família poderão ser realizados de maneira digital, por meio da plataforma Gov.BR e respectiva integração aos sistemas da DATAPREV e do CadÚnico”.
165	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Inclui na parte da Loas que cuida do CadÚnico a previsão de que esse instrumento “coletará, necessariamente, informações que caracterizem a vulnerabilidade socioeconômica e territorial das famílias visando identificar a demanda social para o atendimento intersetorial e articulado entre os sistemas de assistência social, de saúde, de educação, de segurança pública e de trabalho”.
166	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Inclui a previsão de que a execução descentralizada do Programa Bolsa Família “poderá ser implementada por meio da formação de associações e consórcios públicos municipais na prestação de serviços de assistência social, nos termos das Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 11.107, de 6 de abril de 2005”.
167	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Cria no âmbito do Programa Bolsa Família “o Benefício Futuro, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), pago em uma única parcela, destinado ao jovem, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, das famílias beneficiárias, ao concluírem o ensino médio em qualquer modalidade de ensino definido na Lei nº 9.304, de 20 de dezembro de 1996, nos termos definidos no regulamento”.
168	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Inclui entre os objetivos do Programa Bolsa Família “reduzir ao máximo a situação de invisibilidade social de pessoas em situação de rua ou de migração”, e, como uma das ações da política, o atendimento preferencial às referidas pessoas; prevê que, para a inscrição no CadÚnico dessas pessoas, “serão adotadas medidas de busca ativa pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop)”.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Nº	Autor	Descrição resumida
169	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Semelhante à Emenda nº 116.
170	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Estabelece a autorização para que a Caixa Econômica Federal componha “sua rede de unidades de pagamento com as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) previstas na Lei Federal nº 12.865/2013 e posteriores regulamentos do Banco Central do Brasil”.
171	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Semelhante à Emenda nº 157.
172	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Semelhante à Emenda nº 145.
173	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Estabelece que “Os efeitos do não cumprimento das condicionalidades não serão aplicados nos casos cujos motivos não se atribuem à responsabilidade da família” e que “A rede de serviços do SUAS poderá atender ou acompanhar as famílias beneficiárias em situação de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, com vistas ao trabalho intersetorial e interinstitucional com a rede de saúde e educação”.
174	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Semelhante à Emenda nº 156.
175	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Semelhante à Emenda nº 117.
176	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Semelhante à Emenda nº 141.
177	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Semelhante à Emenda nº 143.
178	Deputado Federal Washington Quaquá (PT/RJ)	Semelhante à Emenda nº 116.
179	Deputado Federal Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO/MA)	Estabelece que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, caso possuam, em sua composição, pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, farão jus ao recebimento em dobro dos benefícios financeiros.
180	Deputado Federal Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)	Retoma a redação anterior do caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, para permitir que beneficiários do BPC possam contrair empréstimos com prestações consignadas em folha, bem como acrescenta que a referida autorização “poderá ser realizada pelo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



25
24

CD/23338.43709-00

Nº	Autor	Descrição resumida
		representante do titular do benefício, civilmente incapaz, na qualidade de curador, guardião ou tutor (nato ou judicial)".
181	Deputado Federal Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)	Exclui o BPC recebido por pessoa com deficiência do cálculo da renda familiar mensal per capita, para fins de elegibilidade e permanência no Programa Bolsa Família.
182	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Semelhante à Emenda nº 37.
183	Deputado Federal Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Semelhante à Emenda nº 19.
184	Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)	Semelhante à Emenda nº 101.
185	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Cria, no art. 7º, o "Benefício Climático, destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes em Município afetado por desastre climático, inclusive deslizamento e inundação, no valor da soma dos demais benefícios recebidos pela família na forma deste artigo" e disciplina o seu pagamento.
186	Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)	Semelhante à Emenda nº 107.
187	Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)	Semelhante à Emenda nº 145.
188	Deputado Federal Júnior Mano (PL/CE)	Semelhante à Emenda nº 181.
189	Deputada Federal Nely Aquino (PODEMOS/MG)	Exclui o BPC recebido por pessoa com deficiência ou pessoas com doenças raras do cálculo da renda familiar mensal per capita, para fins de elegibilidade e permanência no Programa Bolsa Família.
190	Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)	Semelhante à Emenda nº 102.
191	Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)	Semelhante à Emenda nº 104.
192	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 157.
193	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 116.
194	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 145.
195	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 170.
196	Deputada Federal	Semelhante à Emenda nº 156.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Nº	Autor	Descrição resumida
	Juliana Cardoso (PT/SP)	
197	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 143.
198	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 117.
199	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Determina a instituição do Grupo de Trabalho e Monitoramento para acompanhar a implantação da renda básica de cidadania, prevista no parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal e na Lei nº 10.835, de 2004.
200	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 173.
201	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 117.
202	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Estabelece que os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família “deverão ser regulamentados contendo exposição de motivos que definem os parâmetros de seus valores tendo em conta múltiplas metodologias internacionais reconhecidas de estabelecimento de Linha de Pobreza e conceitos equivalentes”, bem como a atualização dos seus valores deverá “almejar a redução da distância entre os valores pagos pelo Programa Bolsa Família e as referências internacionais reconhecidas de Linha de Pobreza e conceitos equivalentes”.
203	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Em substituição à Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família, determina que o “Sistema de Vigilância Socioassistencial do SUAS, operado sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, deverá manter coleta regular de dados dos beneficiários do Programa Bolsa Família e gerar indicadores sobre as condições de sobrevivência das famílias beneficiárias, sobretudo quanto ao seu estado nutricional e de desenvolvimento das crianças e adolescentes”, bem como “produzirá relatórios detalhados sobre a descobertura de serviços socioassistenciais, de saúde e educação voltados aos beneficiários do Programa Bolsa Família”.
204	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Substitui o Benefício de Renda de Cidadania pelo “Renda Individual no valor de R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais) por integrante”.
205	Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 141.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



Nº	Autor	Descrição resumida
206	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Inclui o termo “brutos” para qualificar a expressão “rendimentos auferidos” do conceito de renda familiar mensal constante do inciso II do art. 4º da MP.
207	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Semelhante à Emenda nº 37.
208	Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	Semelhante à Emenda nº 28.
209	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 173.
210	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 141.
211	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 203.
212	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 145.
213	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 157.
214	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 143.
215	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 116.
216	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 202.
217	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 117.
218	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 199.
219	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 195.
220	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 145.
221	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 156.
222	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 143.
223	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 204.
224	Deputada Federal Camila Jara (PT/MS)	Semelhante à Emenda nº 117.
225	Deputado Federal Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)	Inclui na autorização para que os aposentados e pensionistas do RGPS possam contratar empréstimos consignados a determinação de que deverão ser “respeitadas as recomendações do Banco Central do Brasil e do Ministério da Fazenda”, com a finalidade de



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



Nº	Autor	Descrição resumida
		que esses órgãos “sejam consultados previamente sobre os efeitos que uma medida de intervenção no mercado de consignado, mesmo que aparentemente bem-intencionada, pode gerar e afetar o cotidiano de famílias brasileiras”.
226	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 203.
227	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 202.
228	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 117.
229	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 173.
230	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 199.
231	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 157.
232	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 141.
233	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 145.
234	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 117.
235	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 143.
236	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 195.
237	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 116.
238	Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Semelhante à Emenda nº 156.
239	Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	Estabelece que as “instituições públicas e privadas para apoiar a operacionalização e o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família” (...) “deverão



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



Nº	Autor	Descrição resumida
		utilizar todos os meios e canais de atendimento, físicos e digitais, de forma a garantir aos beneficiários do Programa Bolsa Família a facilidade de acesso bem como seu exercício do direito de escolha”.
240	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Semelhante à Emenda nº 156.
241	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Semelhante à Emenda nº 116.
242	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Semelhante à Emenda nº 195.
243	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Semelhante à Emenda nº 199.
244	Deputado Federal Carlos Veras (PT/PE)	Semelhante à Emenda nº 199.
245	Deputado Federal Carlos Veras (PT/PE)	Semelhante à Emenda nº 141.
246	Deputado Federal Carlos Veras (PT/PE)	Semelhante à Emenda nº 102.
247	Deputado Federal Carlos Veras (PT/PE)	Semelhante à Emenda nº 143.
248	Deputado Federal Carlos Veras (PT/PE)	Semelhante à Emenda nº 101.
249	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Estabelece a instituição do “Grupo de Trabalho Renda Básica da Cidadania para estudar as etapas de gradual e progressiva implementação do disposto na Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004” e disciplina a composição e o funcionamento do referido órgão.
250	Deputado Federal Delegado Ramagem (PL/RJ)	Semelhante à Emenda nº 225.
251	Deputado Federal Kiko Celeguim (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 195.
252	Deputado Federal Kiko Celeguim (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 199.
253	Deputado Federal Kiko Celeguim (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 202.
254	Deputado Federal Kiko Celeguim (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 173.
255	Deputado Federal Kiko Celeguim (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 204.
256	Deputado Federal Kiko Celeguim (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 203.
257	Deputado Federal Kiko Celeguim (PT/SP)	Semelhante à Emenda nº 143.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



A Emenda nº 162 foi retirada pelo seu autor, razão pela qual não será objeto de apreciação por parte deste Parecer.

De acordo com o plano de trabalho aprovado por esta Comissão, foi realizada uma primeira audiência pública no dia 25 de abril de 2023, em que foram ouvidos representantes da sociedade civil, dentre os quais havia especialistas da área de assistência social, segurança alimentar e programas de transferência de renda, que enriqueceram imensamente o debate acerca da matéria, lançando luz sobre vários aspectos envolvidos na Medida Provisória nº 1.164, de 2023. Foram eles, nominalmente: Eduardo Matarazzo Suplicy, Deputado Estadual por São Paulo; Eutália Barbosa, Representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Aldaíza Sposati; Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Elisabetta Gioconda Iole Giovanna Recine, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Edison João Costa, Presidente da Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (Aneps); Leandro Teodoro Ferreira, Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica; Renato Carneiro, Vice-coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan); e Jefferson Nascimento, Coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil.

No dia 2 de maio de 2023, realizou-se a segunda audiência pública para tratar sobre o tema, ocasião em que se contou com a importantíssima e esclarecedora participação das seguintes autoridades, representantes do Governo Federal, a quem também somos gratos: Letícia Bartholo, Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, e Eliane Aquino, Secretária Nacional de Renda e Cidadania, ambas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sérgio Pinheiro Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento; Débora Freire Cardoso, da Subsecretaria de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Júlia Alves Marinho Rodrigues, da Secretária Especial Adjunta da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil; Marcia Seroa da Motta Brandão, Coordenadora de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



31
30

CD/23338.43709-00

Acompanhamento Educacional do Programa Bolsa Família no Ministério da Educação; e Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior, Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

II.1 – DA ADMISSIBILIDADE

II.1.1 – DO ATENDIMENTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que a acompanha, os fundamentos da urgência e da relevância justificam-se pela necessidade de se aprimorar o atual modelo de benefício financeiro a ser pago às famílias em situação de pobreza, com o objetivo de resgatar a justiça e equidade nos valores recebidos pelas famílias participantes da política de transferência de renda condicionada.

Também se mostra impreterível e importante eliminar o nocivo incentivo à proliferação de registros familiares unipessoais, de maneira a buscar a requalificação dos dados do CadÚnico, para torná-los novamente fidedignos e aptos a orientar a atuação de dezenas de políticas sociais.

Não bastasse isso, por ser uma política que atende a mais de 21 milhões de famílias pobres, a um custo mensal que ultrapassa os 13,9 bilhões de reais mensais, é imperioso aprimorar a relação custo-efetividade dos gastos envolvidos com a política pública em questão. É preciso, ainda, restabelecer instrumentos de controle sobre a gestão e a operação da ação, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoam os mecanismos de controle da elegibilidade das famílias participantes.

* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



A Medida Provisória, portanto, atende aos requisitos constitucionais de relevância e de urgência, tendo vindo em boa hora para aprimorar a proteção social não contributiva, tão importante para a parcela mais pobre da sociedade brasileira.

II.1.2 – DA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a Medida Provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Decerto, o texto da MP confere concretude ao parágrafo único do art. 6º e ao inciso VI do caput do art. 203 da Constituição, que preveem, respectivamente, que “Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei” e que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo (...) a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza”.

Em relação à técnica legislativa, tampouco encontramos óbices aos dispositivos da Medida Provisória. Os aspectos formais do texto analisado estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

A mesma situação se verifica em relação a maior parte das emendas apresentadas à Medida Provisória, nas quais não verificamos vícios flagrantes de inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



33
32

CD/23338.43709-00

A de nº 96 versa sobre a instituição de “contrato de primeiro emprego para jovens e para recolocação de pessoas com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos - EMREC registrado em carteira de trabalho”, sem relação com o Programa Bolsa Família, objeto da MP nº 1.164, de 2023. A Emenda nº 99 cuida de critérios de acesso ao BPC, também sem qualquer relação com o Programa Bolsa Família.

Dessa forma, tais emendas cuidam de matéria não relacionada ao conteúdo da MP, não guardando qualquer relação com ela, em violação aos incisos I e II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, e ao § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. Cumpre lembrar em relação a esse ponto que, no ano de 2015, o Supremo Tribunal Federal – STF, ao apreciar a ADI nº 5.127, firmou o entendimento de que o Congresso Nacional não pode mais incluir, em medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo, emendas parlamentares que não tenham pertinência temática com a norma.

As Emendas de nº 199, 218, 230, 243, 244 e 252, propõem a instituição de “Grupo de Trabalho e Monitoramento para acompanhar a implantação da implantação do parágrafo único do Art. 6º da Constituição e da da Lei Federal 10.835/2004”, que deve “contar com participação de autoridades competentes, especialistas e estudiosos da sociedade civil”. Nesse aspecto violam a reserva de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, a teor do que dispõem o art. 61, § 1º, II, “e”, da Constituição Federal, pois o referido grupo de trabalho possui feições de órgão público.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a MP nº 1.164, de 2023, e a maior parte das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do Direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade).

A ressalva fica por conta das Emendas nº 96, 99, 199, 218, 230, 243, 244 e 252, pelas razões já apresentadas.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



II.1.3 – DA COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que “Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, estabelece no art. 8º que o Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional deve decidir sobre a inadequação financeira e orçamentária. O art. 5º, § 1º, refere-se da seguinte forma ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira:

“O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Sobre a adequação orçamentária e financeira da MP, a Nota Técnica nº 12/2023, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, elaborada em atendimento ao art. 19 da Resolução nº 1/2002-CN, registra que a MP nº 1.164/2023 cumpre os requisitos constitucionais e legais de adequação orçamentária e financeira. De nossa parte, também consideramos que a Medida Provisória deve ser considerada adequada orçamentária e financeiramente.

Quanto às 256 emendas apresentadas, consideramos sem implicações orçamentárias e financeiras aquelas que não acarretam repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União; incompatíveis e inadequadas as que provoquem aumento de despesa ou redução de receita sem apresentar estimativa de impacto e correspondente compensação; e compatíveis e adequadas aquelas que atendem à legislação orçamentária e financeira em vigor ou que não conflitam com tal legislação. Nesse sentido, verifica-se que:

- a) as Emendas de números 3, 6, 11, 15, 19, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 44, 46, 49, 55, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 75, 82, 85, 94, 95, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 113,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



120, 126, 127, 129, 135, 136, 138, 141, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 165, 166, 170, 173, 174, 176, 180, 183, 186, 191, 195, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 210, 211, 216, 219, 225, 226, 227, 229, 232, 236, 239, 242, 245, 246, 250, 251 e 254 não acarretam repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira;

b) as Emendas de números 7, 9, 10, 16, 20, 21, 24, 27, 30, 36, 40, 41, 42, 57, 61, 67, 72, 76, 101, 123, 124, 128, 139, 145, 151, 158, 172, 194, 196, 206, 212, 220, 221, 233, 238, 240 e 256 são consideradas compatíveis e adequadas orçamentária e financeiramente; e

c) as Emendas de números 1, 2, 4, 5, 8, 12, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 25, 32, 35, 37, 38, 39, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 70, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 152, 155, 157, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 201, 204, 207, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 224, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 241, 243, 244, 247, 248, 249, 252, 253, 255 e 257 são incompatíveis e inadequadas orçamentária e financeiramente por provocarem aumento de despesa ou redução de receita sem apresentar estimativa de impacto e correspondente compensação.

As emendas números 7, 16, 36, 57, 67 e 123, no que tratam de nutrizas e as emendas números 101, 124, 128, 139, 145, 172, 194, 212, 220 e 233, no que tratam de reajuste anual dos benefícios, que inicialmente seriam inadequadas, após acordo com o Poder Executivo que calculou o montante que seria necessário para incluir as nutrizas no benefício variável familiar do Bolsa Família em R\$ 229,67 milhões por ano, considerando-o como impacto não substancial ao Programa, e que solicitou que fosse alterado o prazo de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



dois anos para correção dos benefícios de mínimo para máximo, nos permitiu entender, no que tange à correção anual, que as emendas estariam adequadas.

II.2 – DO MÉRITO

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a MP nº 1.164, de 2023, uma vez que, como já afirmado, identifica-se a necessidade premente de se aprimorar o atual desenho de benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil, de maneira a resgatar a justiça e equidade nos valores recebidos pelas famílias participantes da política de transferência de renda condicionada. A medida também busca reorientar a gestão dessa política pública a fim de que as condicionalidades voltem a ser um eixo estruturador na promoção de direitos de cidadania das famílias inscritas no programa.

O Programa Bolsa Família, desde sua primeira versão, substituída pelo Auxílio Brasil no final de 2021, consistia em uma política pública voltada para a diminuição da vulnerabilidade e dos riscos sociais decorrentes da condição de pobreza, a fim de combater a desigualdade no Brasil e possibilitar que as pessoas atendidas conseguissem efetivamente exercer sua cidadania.

Para tanto, a referida política articulava três eixos principais de atuação. Um primeiro eixo consistia na complementação de renda por meio de transferência direta de benefícios financeiros para as famílias atendidas, tendo por objetivo aliviar imediatamente os efeitos da pobreza. Um segundo eixo era constituído por condicionalidades voltadas para promover o acesso a direitos e serviços públicos. As famílias beneficiárias deveriam, para a permanência no Programa, cumprir determinadas obrigações de demanda ativa por serviços públicos de educação, saúde e assistência social, tais como cumprir calendário de vacinações e matricular e zelar pela frequência de seus filhos à escola. Como terceiro eixo, o programa integrava outras ações, serviços e políticas sociais, a fim de estimular o desenvolvimento das capacidades das famílias, também com a finalidade de promover a superação da pobreza por meio de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



mecanismos de geração de oportunidades de emprego e renda, bem como o acesso a outros direitos de cidadania constitucionalmente garantidos.

Estudos realizados por ocasião dos primeiros quinze anos de existência do Bolsa Família¹ demonstraram que, mesmo com um orçamento muito modesto, cerca de 0,5% (meio por cento) do PIB, o programa teve uma contribuição maior na redução das desigualdades quando comparado, por exemplo, com as despesas previdenciárias (cerca de 13% do PIB em 2016), ao mesmo tempo em que efetivamente ajudou a reduzir as taxas de pobreza.

Com a crise econômica iniciada no final de 2014, contudo, a reversão na trajetória de queda nas taxas de pobreza e o aumento da vulnerabilidade das famílias demonstrou que os valores alocados para a ação eram insuficientes para lidar com a questão social no país.

A resposta do poder público à crise socioeconômica decorrente da pandemia de covid-19, por outro lado, iniciou uma mudança no patamar dos gastos com benefícios financeiros da proteção social não contributiva. O auxílio emergencial, de R\$ 600,00 por pessoa, reposicionou o debate público acerca do que o orçamento federal poderia fazer em face de graves crises econômicas. Após as reedições do auxílio emergencial, o Auxílio Brasil também foi gradativamente aumentando sua dotação orçamentária até chegar à garantia mínima de R\$ 600,00 por família inscrita naquele programa.

O último orçamento do antigo Bolsa Família, para o ano de 2021, era da ordem de R\$ 34 bilhões, com benefício médio por família de aproximadamente R\$ 190,00. A estimativa para este ano de 2023 aponta para um gasto de R\$ 175 bilhões, com transferência média por família alcançando R\$ 710, demonstrando o substancial reforço de recurso orçamentários para a área de combate à pobreza, com notáveis ganhos na capacidade do Estado em lidar com esse problema social.

Em termos de cobertura, o novo Bolsa começa com mais de 21 milhões de famílias atendidas. Uma nova e única linha de pobreza para seleção dos beneficiários foi fixada em R\$ 218 por pessoa. Quase R\$ 14

1 SOUZA, P. H., OSORIO, R. G., PAIVA, L. H., Soares, S. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 2499, 2019. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em 3-5-2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



bilhões foram transferidos para as famílias elegíveis somente em abril deste ano.

O desenho de benefícios do Auxílio Brasil, no entanto, estimulou a proliferação de registros familiares unipessoais no CadÚnico, como já constatado não apenas por órgãos de controle e fiscalização, a exemplo da Controladoria-Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, mas também pela imprensa e instituições da sociedade civil.

Segundo dados disponibilizados pela plataforma Vis Data Beta 3, da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD, em fevereiro de 2020, havia menos de 1,8 milhão de famílias com configuração unipessoal, número que, oscilando muito pouco, vinha se mantendo em patamares próximos desde dezembro de 2018. Durante a vigência do auxílio emergencial, esse número cresceu de pouco mais de 2 milhões até alcançar 2,23 milhões em novembro de 2021.

Quando começou a ser pago o Benefício Extraordinário no Programa Auxílio Brasil, que garantia a transferência de, no mínimo, R\$ 400,00 por família, notou-se, um primeiro aumento substancial no número de famílias unipessoais, saltando de 2,2 para 3,3 milhões. Ou seja, um incremento da ordem de 49,28%, de novembro para em dezembro de 2021. O problema foi se agravando até que se observou novamente um outro salto de quase 30% nesses números em julho de 2022. De menos de 3,8 milhões de famílias com uma pessoa só fomos para mais de 4,9 milhões. Foi exatamente nesse mês que se iniciou o pagamento do mínimo de R\$ 600,00 por família.

Em pouco mais de 2 anos e meio, o número de cadastros com essa composição familiar aumentou de menos de 1,8 milhão para mais de 5,8 milhões de pessoas nessa configuração.

Tais números demonstram categoricamente o tamanho do problema que o novo Governo terá adiante para reorganizar as informações do CadÚnico, registro público eletrônico que coleta, processa, sistematiza e dissemina informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, e é utilizado por mais de 30 programas sociais, tais como a Tarifa Social e Energia Elétrica e o Minha Casa Minha Vida. A MP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



caminha no sentido de reconstruir e retomar a qualidade das informações constantes dessa base de dados.

No Programa Auxílio Brasil eram previstos benefícios por configuração familiar (Benefícios Primeira Infância e Composição Familiar) e pela eventual permanência da família em situação de extrema pobreza (Benefício de Superação da Extrema Pobreza). A partir da soma desses três benefícios era calculado o valor suficiente para promover a complementação que levaria ao mínimo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), denominado de benefício extraordinário da Lei nº 14.342, de 2022. Após isso, garante-se nova complementação de R\$ 200,00 (duzentos reais) para alcançar o patamar mínimo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por família, por força do adicional complementar (hoje assegurado pela Medida Provisória nº 1.155, de 2023).

Por outro lado, o conjunto de benefícios propostos pela MP para o novo Bolsa Família, ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso do atual governo com o pagamento da renda mínima de R\$ 600,00 por família pobre, busca equacionar os problemas e distorções gerados por esse desenho, ao propor correções no cálculo da transferência devida a cada família antes e depois de considerar tal patamar mínimo.

Em primeiro lugar, é previsto o pagamento de um Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante. Depois é assegurado um mínimo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por família participante, denominado de Benefício Complementar, calculado pela eventual diferença entre esse valor garantido e a soma dos benefícios de todos os integrantes.

Após essa complementação, o perfil da composição familiar influenciará no valor adicional a ser transferido a cada núcleo. São R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a mais por criança com idade entre zero e sete anos incompletos (Benefício Primeira Infância); e R\$ 50,00 (cinquenta reais), por cada gestante ou pessoa com idade entre sete anos e dezoito anos incompletos (Benefício Variável Familiar).

A configuração e o perfil familiar são fatores-chave na determinação e identificação das vulnerabilidades das famílias mais pobres.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Tais aspectos voltam a serem considerados tanto antes quanto depois do cálculo do benefício financeiro que garante o mínimo de R\$ 600,00 por família. A composição familiar vai novamente orientar a quantidade de recursos que cada família deve receber. Contorna-se o problema que ocorre no Auxílio Brasil de tratar igualmente um homem solteiro e uma família composta por uma mãe solteira e três filhos menores, ao transferir o mesmo valor para ambos os lares. Reforçam-se transferências de renda para quem mais precisa.

Em adição, o novo desenho do Bolsa Família reafirma o compromisso do Brasil com a proteção social de adolescentes, crianças e sobretudo com indivíduos na primeira infância. Há uma vasta literatura especializada que demonstra a importância dos primeiros anos de vida na formação cognitiva, emocional e física dos indivíduos e como as experiências vivenciadas nessa fase da existência se refletem em seu potencial de desenvolvimento na vida adulta. Esses estudos identificam os investimentos na primeira infância como estratégia fundamental para diminuição das desigualdades, melhoria das capacidades cognitivas e não cognitivas das crianças, o que, no longo prazo, se reflete no aumento da produtividade e bem-estar dos futuros adultos, elementos fundamentais para se promover e alcançar o desenvolvimento econômico sustentável. Nesse contexto, vale destacar que, somente no mês de abril de 2023, foram pagos 8,89 milhões de benefícios da primeira infância, demonstrando a dimensão do investimento social seguirá sendo realizado para a proteção social dessa faixa etária.

Assim, consideramos acertado esse conjunto de benefícios financeiros, que possibilitará uma melhor focalização nas transferências de renda condicionadas, uma maior equidade nos valores recebidos pelas famílias e um aprimoramento da relação gasto-efetividade do novo Bolsa Família.

No que concerne aos instrumentos de controle sobre a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa Família, incluindo os mecanismos de controle da elegibilidade aos benefícios, a nossa avaliação é também positiva. Os aperfeiçoamentos propostos na MP nesse campo apontam na direção correta, ao restabelecer as condicionalidades como eixo estruturante do programa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



O antigo Bolsa Família, por meio do mecanismo da condicionalidade, conseguiu melhorar indicadores de educação e saúde das pessoas participantes do programa. Podem ser citados como exemplo desse êxito, no âmbito da educação, a diminuição das faltas e da evasão escolar, a menor chance de repetência entre os menores atendidos pelo programa quando comparados com as crianças não participantes. No acesso à saúde, podem ser destacadas a redução da prevalência de crianças nascidas com baixo peso, a diminuição da mortalidade entre crianças menores de 5 anos e do número de mulheres grávidas que deram à luz sem receber qualquer assistência pré-natal, bem como o aumento da cobertura vacinal.

Muitos desses ganhos foram perdidos em razão da pandemia e da forma como ocorreu a gestão do Auxílio Brasil, tendo sido verificada uma vertiginosa queda na cobertura vacinal de crianças atendidas pelo programa.

De acordo com dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a taxa de cobertura vacinal, que já alcançou o índice de 93,1% no Brasil, sofreu uma queda para o nível de 71,49%, recentemente. Tal como ocorreu com o sarampo, doença erradicada em 2016, mas que retornou em 2018, há o receio de que esse quadro possa permitir a volta de outras doenças graves, a exemplo da poliomielite, meningite, rubéola e a difteria.

Entre as crianças pertencentes aos estratos mais vulneráveis da população brasileira, dados do final do ano passado indicam que se encontravam sem a vacinação em dia 54% dos menores com até seis anos de idade, integrantes de famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social disponibilizados no Vis Data 3 *beta*², mostram como, entre 2018 e 2021, houve uma significativa queda no número de crianças participantes do extinto Programa Bolsa Família e do sucessor Auxílio Brasil que são acompanhadas pelos Municípios, no que concerne ao seu estado de saúde, assim como caiu a quantidade delas com a vacinação em dia.

2. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em 13 fev. 2023.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



No final de 2021, das mais de sete milhões de crianças atendidas pelo Auxílio Brasil com idade de até sete anos, isto é, que, por lei, deveriam ser acompanhadas pela área da saúde, a maioria, 3,78 milhões, não tiveram sua situação devidamente monitorada pelas equipes da Atenção Primária à Saúde – APS dos municípios onde residem.

Diante disso, é premente a necessidade de se retomar o controle e acompanhamento das famílias inscritas no programa, para que essas pessoas possam acessar seus direitos sociais, em especial os relacionados à saúde e educação, dimensões importantes da cidadania e fundamentais na busca pelo rompimento do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

Nesse sentido, a MP prevê, como condicionalidades, a comprovação de frequência escolar das crianças e adolescentes (60% para os beneficiários de quatro a seis anos incompletos; e 75% para os beneficiários de seis a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica); o acompanhamento de pré-Natal das gestantes; a caderneta de vacinação atualizada com todos os imunizantes previstos no Programa Nacional de Imunizantes; e crianças de até sete anos incompletos terão que fazer o acompanhamento nutricional.

De outra parte, verificamos espaços para aprimorar o texto da MP, por meio do Projeto de Lei de Conversão apresentado a seguir, sobretudo a partir das inúmeras emendas apresentadas na Comissão Mista pelos nobres congressistas, assim como pelas diversas manifestações acerca da matéria, feitas por parlamentares durante as reuniões do colegiado encarregado da matéria ou em outras ocasiões diretamente a este relator.

Muitas emendas solicitaram a volta da permissão para que beneficiários do BPC, e também do Bolsa Família, pudessem contratar empréstimos com desconto em folha de pagamento. Não julgamos acertada essa permissão para as famílias que recebem o complemento de renda do Bolsa, considerando o potencial endividamento dessas famílias devido ao estado de vulnerabilidade em que se encontram. Por outro lado, avaliamos que o público atendido pelo BPC possa seguir com a autorização para acessar



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



essa modalidade de crédito, porém com uma margem menor – uma vez que não recebem 13º como os aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

Assim, no PLV, fixamos a margem em 35%, sendo que 30% destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou de benefício, incluindo utilização com a finalidade de saque em ambas as modalidades.

Dessa forma, consideramos acatadas total ou parcialmente as Emendas nºs 11, 19, 28, 49, 103, 180, 183 e 208.

Sobre esse aspecto, considerando o elevado endividamento das famílias e a compressão sobre os gastos mensais gerada pelas prestações de empréstimos, o PLV prevê um novo parágrafo no art. 6º da Lei dos Consignados (Lei nº 10.820, de 2003) com um mecanismo para evitar que a decisão de tomar empréstimos seja tomada de forma impulsiva ou por pressão dos agentes ofertantes de crédito ou de familiares. Para isso, propõe-se que a autorização para os descontos ocorra com um intervalo mínimo de cinco dias úteis, dando prazo necessário para reflexão antes da tomada final da decisão que pode comprometer parcela elevada da renda do indivíduo atendido pelo BPC.

Também estamos de acordo com as Emendas nºs 7, 16, 36, 57, 67 e 123, na parte em que propõem a inclusão das nutrizes para recebimento do Benefício Variável, no valor de R\$ 50,00 por mês, considerando-as total ou parcialmente aprovadas.

Em relação à correção dos valores dos benefícios financeiros, do valor de referência de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e da linha de pobreza (R\$ 218,00) por ato do Poder Executivo, propomos que essa providência seja realizada a cada intervalo de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida em regulamento, e sem possibilidade de redução em tais valores, de modo que nosso parecer é favorável, no todo ou em parte, às Emendas nºs 20, 101, 124, 128, 139, 145, 172, 194, 212, 220 e 233.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Acolhemos também parcialmente, na forma do PLV, as Emendas nº 154 e 158, para deixar expresso no texto do PLV que as instituições eventualmente subcontratadas pela Caixa Econômica Federal, para efetuar o pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, estarão proibidas de efetuar descontos ou compensações que impliquem a redução do valor dos benefícios do Bolsa Família, a pretexto de recompor saldos negativos ou de saldar dívidas preexistentes das famílias beneficiárias. A fim de conferir segurança jurídica às operações de crédito feitas com amparo no art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 2003, aproveitamos o ensejo para prever a não aplicação do § 1º do art. 15 da MP a essas contratações.

A Emenda nº 94 aperfeiçoa o sentido da regra contida no § 5º do art. 7º da MP, que prevê o pagamento do Benefício Variável Familiar, tornando o texto mais claro e evitando dubiedades na sua interpretação. Assim, o PLV incorpora a nova redação ao dispositivo para estabelecer que o Benefício Variável Familiar será calculado por integrante familiar que se enquadrar nas hipóteses previstas no inciso IV do § 1º do art. 7º.

Julgamos meritórias, ainda, as Emendas nº 165 e 168, ao buscarem, respectivamente, aprimorar a funcionalidade do CadÚnico, para que este possa permitir o atendimento interssetorial e articulado entre os sistemas de assistência social, de saúde, de educação, de segurança pública e de trabalho, e exigir do poder público um olhar mais atento à população em situação de rua ou de migração, marcadas pela invisibilidade social. Acolhemos parcialmente o conteúdo das duas proposições, para incluir novo parágrafo no art. 6º-F da Loas, prevendo que o CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, reduzindo sua invisibilidade social e visando identificar suas demandas por políticas públicas, na forma do regulamento.

As Emendas nº 170, 195, 219, 236, 239, 242 e 251 buscam autorizar que a Caixa Econômica Federal possa subcontratar instituições regidas pela Lei nº 12.865, de 2013, para efetuarem o pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família. Consideramos as mencionadas emendas meritórias, razão pela qual as acolhemos parcial ou integralmente na forma do PLV.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



As Emendas nº 156, 174, 196, 221, 238 e 240 apresentam uma temática comum relativa ao estabelecimento de um canal direto por meio do qual os beneficiários do Bolsa Família e demais cidadãos possam interagir e estabelecer diálogos com a administração e se manifestar sobre a política. Nosso PLV acata parcialmente conteúdo das citadas emendas por meio da inclusão dos §§ 3º e 4º no art. 17, que preveem a adoção de ações que ampliem o diálogo da gestão do Programa Bolsa Família com as famílias beneficiárias e com a rede que lhes presta atendimento, facilitando o acesso a informações, orientações e normas aplicáveis, bem como a disponibilização de sistemas de informação online, canais nas redes sociais, páginas governamentais na internet, entre outros meios, sobre as ações de gestão do programa.

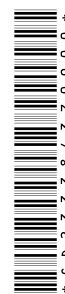
A partir do pleito de diversas lideranças partidárias e com a anuência do Governo, nosso PLV traz mais algumas modificações no novo marco legal da política de transferência condicionada de renda e em disposições legais correlatas.

A primeira diz respeito à regra do § 4º do art. 20 da Loas. Esse dispositivo determina que o BPC “não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória”. Verificamos que a dotação do Programa Auxílio Brasil e dos gastos com transferências de renda condicionadas passaram recentemente a compor o orçamento da Seguridade Social, de maneira que, a rigor, o recebimento do BPC se tornaria um impeditivo para a família do beneficiário pleitear sua inscrição do Bolsa Família, algo muito pior do que a regra que determina ser contabilizada a renda do BPC no cômputo da renda mensal por pessoa para acesso ao referido programa. Em face dessa constatação, o PLV propõe um ajuste na redação do referido dispositivo para impedir que o recebimento do BPC se torne um obstáculo intransponível para o recebimento dos benefícios financeiros do Bolsa pela família da pessoa idosa ou com deficiência.

Outra modificação feita pelo PLV está relacionada com a previsão do CadÚnico na Loas, a partir da fala da Professora e Dr.^a Aldaíza Sposati, que representou o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



audiência pública do dia 25 de abril. O Cadastro deve coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, não sendo próprio nem adequado que se preveja essa tarefa em relação a famílias “vulneráveis à pobreza”, conceito indeterminado e de difícil precisão. Propomos, portanto, a exclusão dessa expressão no caput do art. 6º-F da Loas, alterado pelo art. 25 da MP.

Sugerimos, ainda, a qualificação da expressão “ações de transferência de renda”, constante do inciso III do § 1º do art. 4º da MP, para restringir àquelas de natureza assistencial, como forma de impedir que eventuais pleitos sejam desconsiderados em razão de rendas advindas de outras políticas públicas não assistenciais, tais como previdência e trabalho.

Verificamos um outro aspecto que a redação atual do inciso II do § 3º do art. 8º da MP erroneamente não contempla as contas de depósitos (inciso IV do § 2º do mesmo artigo) no rol das contas bancárias em que, se não forem movimentadas, na forma estabelecida em regulamento, terão os seus créditos revertidos à Conta Única do Tesouro Nacional. No PLV, corrigimos esse pequeno lapso.

Vários parlamentares também nos procuraram para solicitar a volta da permissão para que famílias que recebem o seguro-defeso possam receber concomitantemente os benefícios financeiros do Bolsa Família. O Senador Beto Faro, durante a audiência pública realizada nesta Comissão Mista no dia 2 de maio, expressou e reforçou esse pleito ao manifestar o pedido para que o PLV possibilite o recebimento do referido benefício sem a suspensão das transferências do Bolsa para a família do pescador artesanal.

Concordamos com a proposta e passamos a prever, no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.779, de 2003, que o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e [§ 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004](#). Tendo em vista a necessária reorganização que tal providência vai



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



47
46

CD/23338.43709-00

demandar do MDS, prevemos, contudo, a sua vigência somente a partir de janeiro do ano que vem, 2024.

Por fim, consideramos importante acrescentar no texto do PLV disposições sobre o Adicional Complementar do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, objeto da Medida Provisória nº 1.155, de 2023. Trata-se de mais uma medida de grande importância para os brasileiros de menor renda. A difícil situação das famílias mais pobres no Brasil foi agravada pelos aumentos no gás liquefeito de petróleo (GLP) ocorridos nos últimos anos, o que ampliou o comprometimento de uma fatia expressiva dos rendimentos dessas pessoas. O alto custo do gás de cozinha também tem feito a população carente buscar alternativas menos eficientes para cocção dos alimentos, como o uso da lenha, o que acaba causando problemas de saúde, devido à poluição gerada dentro da própria residência, e exige maior dispêndio de tempo, prejudicando a geração de renda e dificultando a realização de outras atividades domésticas, como aquelas relativas aos cuidados com as crianças.

Assim, julgamos essencial a concessão do Adicional Complementar do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, que permitirá que a população de baixa renda possa dispor de quantidade suficiente do combustível mais adequado para preparação de suas refeições diárias.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo.

II.3 – CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.164, de 2023;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nº 96, 99, 199, 218, 230, 243, 244 e 252, as quais consideramos ser inconstitucionais.

* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 7, 9, 10, 16, 20, 21, 24, 27, 30, 36, 40, 41, 42, 57, 61, 67, 72, 76, 101, 123, 124, 128, 139, 145, 151, 158, 172, 194, 196, 206, 212, 220, 221, 233, 238, 240 e 256;

c.2) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 3, 6, 11, 15, 19, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 44, 46, 49, 55, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 75, 82, 85, 94, 95, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 120, 126, 127, 129, 135, 136, 138, 141, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 165, 166, 170, 173, 174, 176, 180, 183, 186, 191, 195, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 210, 211, 216, 219, 225, 226, 227, 229, 232, 236, 239, 242, 245, 246, 250, 251 e 254;

c.3) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 8, 12, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 25, 32, 35, 37, 38, 39, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 70, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 152, 155, 157, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 201, 204, 207, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 224, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 241, 243, 244, 247, 248, 249, 252, 253, 255 e 257;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das Emendas nºs 7, 11, 16, 19, 20, 28, 36, 49, 57, 67, 94, 101, 103, 123, 124, 128, 139, 145, 154, 156, 158, 165, 168, 170, 172, 174, 180, 183, 194, 195, 196, 208, 212, 219, 220, 221, 233, 236, 238, 239, 240, 242 e 251 acolhidas parcialmente ou integralmente, com o Projeto de Lei de Conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais Emendas.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



49

48

CD/23338.43709-00

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DR. FRANCISCO
Relator

2023-1559



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2020**

(Medida Provisória nº 1.164, de 2023)

Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em substituição ao Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º O Programa Bolsa Família constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Constituição e no caput e no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

§ 2º Os critérios, os parâmetros, os mecanismos e os procedimentos para adequação dos benefícios do Programa Auxílio Brasil ao Programa Bolsa Família serão estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos.

§ 3º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Disposições gerais



e sua promoção como plataforma de integração do Programa a ações executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital; e

VI - respeito à privacidade das famílias beneficiárias, na forma estabelecida na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 4º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família - núcleo composto por uma ou mais pessoas que formem um grupo doméstico, com residência no mesmo domicílio, e que contribuam para o rendimento ou que dele dependam para atendimento de suas despesas;

II - renda familiar mensal - soma dos rendimentos auferidos por todos os integrantes da família, excluídos aqueles rendimentos indicados no § 1º deste artigo e em regulamento;

III - renda familiar per capita mensal - razão entre a renda familiar mensal e o total de integrantes da família; e

IV - domicílio - local que serve de moradia à família.

§ 1º Para fins do disposto no inciso II do caput, não serão computados na renda familiar mensal, sem prejuízo de outros rendimentos indicados em regulamento:

I - benefícios financeiros de caráter eventual, temporário ou sazonal instituídos pelo Poder Público federal, estadual, municipal e distrital;

II - recursos financeiros de natureza indenizatória, recebidos de entes públicos ou privados, para recomposição de danos materiais ou morais; e

III - recursos financeiros recebidos de ações de transferência de renda de natureza assistencial instituídas pelo Poder Público federal, estadual, municipal e distrital.

§ 2º O Benefício de Prestação Continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, recebido por quaisquer dos integrantes da família, compõe o cálculo da renda familiar per capita mensal.

Seção II



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



53

4

CD/23338.43709-00

Da elegibilidade

Art. 5º São elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias:

I - inscritas no CadÚnico; e

II - cuja renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).

Art. 6º As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja renda per capita mensal seja superior ao valor estabelecido no inciso II do caput do art. 5º serão mantidas no Programa pelo período de até vinte e quatro meses, observados os parâmetros estabelecidos neste artigo e em regulamento.

§ 1º Na hipótese de a renda familiar per capita mensal superar o valor de meio salário mínimo, excluído de seu cálculo o valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e observado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 4º, a família será desligada do Programa.

§ 2º Durante o período de vinte e quatro meses a que se refere o caput, a família beneficiária receberá cinquenta por cento do valor dos benefícios financeiros a que for elegível, nos termos do disposto no art. 7º.

§ 3º Terão prioridade para reingressar no Programa Bolsa Família:

I - as famílias que voluntariamente se desligarem do Programa; e

II - as famílias que forem desligadas do Programa em decorrência do término do período de vinte e quatro meses previsto no caput.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, a família deverá cumprir os requisitos para ingresso no Programa Bolsa Família estabelecidos nesta Lei e em regulamento.

Seção III

Dos benefícios financeiros

* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



Art. 7º A transferência de renda do Programa Bolsa Família é composta de benefícios financeiros disponibilizados às famílias e calculados na forma estabelecida neste artigo e em regulamento.

§ 1º Constituem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

II - Benefício Complementar, destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), que será calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;

III - Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre zero e sete anos incompletos;

IV - Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:

- a) gestantes;
- b) nutrízes;
- c) crianças com idade entre sete anos e doze anos incompletos; ou
- d) adolescentes, com idade entre doze anos e dezoito anos incompletos;

V - Benefício Extraordinário de Transição, destinado exclusivamente às famílias que constarem como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na data de entrada em vigor deste inciso, que será calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

§ 2º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



I - serão calculados na ordem estabelecida no § 1º, observada a elegibilidade da família a cada um deles, na forma estabelecida em regulamento; e

II - poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Ato do Poder Executivo federal poderá alterar:

I - os valores dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I, III e IV do § 1º;

II - o valor de referência de R\$ 600,00 (seiscentos reais) de que trata o inciso II do § 1º; e

III - o valor de referência para caracterização da situação de pobreza de que trata o inciso II do caput do art. 5º.

§ 4º Os valores de que trata o § 3º poderão ser corrigidos a cada intervalo de, no máximo, vinte e quatro meses, na forma estabelecida em regulamento, sendo vedada sua redução.

§ 5º O Benefício Variável Familiar será calculado por integrante familiar que se enquadrar nas hipóteses previstas no inciso IV do § 1º.

§ 6º Os benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do § 1º serão pagos enquanto as famílias beneficiárias estiverem enquadradas nos critérios de elegibilidade ao Programa Bolsa Família e de manutenção dos benefícios, sem prejuízo do disposto no art. 6º, na forma estabelecida em regulamento.

§ 7º O Benefício Extraordinário de Transição:

I - terá duração limitada, na forma estabelecida em regulamento; e

II - sem prejuízo do disposto no art. 6º, terá o seu pagamento encerrado quando:

a) a redução no valor do benefício transferido à família decorrer de alteração da estrutura familiar ou da renda familiar per capita mensal, na forma estabelecida em regulamento; ou



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



b) a soma dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do § 1º devidos à família beneficiária for igual ou superior ao valor que a família recebia como beneficiária do Programa Auxílio Brasil.

§ 8º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º constituem direito das famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, na forma estabelecida nesta Lei e em regulamento, observado o disposto no § 1º do art. 11.

Art. 8º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º do art. 7º serão pagos mensalmente pelo agente pagador do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º O pagamento dos benefícios financeiros de que trata o caput será feito:

I - ao responsável familiar, de acordo com os dados constantes da inscrição da família no CadÚnico; e

II - preferencialmente, à mulher.

§ 2º Os benefícios financeiros de que trata o caput poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, na forma estabelecida em resoluções do Banco Central do Brasil:

I - conta do tipo poupança social digital, de que trata a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020;

II - conta poupança digital;

III - conta contábil;

IV - conta de depósitos; ou

V - outras espécies de contas que venham a ser criadas, desde que autorizadas por ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

§ 3º Reverterão à Conta Única do Tesouro Nacional os créditos:

I - de benefícios disponibilizados indevidamente;

II - das contas a que se referem os incisos I, II, IV e V do § 2º não movimentadas, na forma estabelecida em regulamento; e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



III - de recursos não sacados da conta a que se refere o inciso III do § 2º, na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º A abertura da conta do tipo poupança social digital para os pagamentos dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - poderá ocorrer de forma automática, em nome do responsável familiar inscrito no CadÚnico; e

II - ocorrerá na forma estabelecida em contrato firmado entre a União e o agente pagador do Programa Bolsa Família.

Seção IV

Da identificação dos integrantes das famílias

Art. 9º A identificação dos integrantes das famílias que se inscreverem no CadÚnico será realizada, preferencialmente, por meio do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre a utilização de documentos alternativos ao CPF, como o Número de Identificação Social - NIS e o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - RANI, para fins de identificação dos integrantes das famílias registradas no CadÚnico.

Seção V

Das condicionalidades

Art. 10. A manutenção da família como beneficiária no Programa Bolsa Família dependerá, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos nesta Lei e em regulamento, do cumprimento, pelos integrantes das famílias, de condicionalidades relativas:

I - à realização de pré-natal;

II - ao cumprimento do calendário nacional de vacinação;

III - ao acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até sete anos de idade incompletos; e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



IV - à frequência escolar mínima de:

a) sessenta por cento, para os beneficiários de quatro anos a seis anos de idade incompletos; e

b) setenta e cinco por cento, para os beneficiários de seis anos a dezoito anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica.

§ 1º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os critérios para o cumprimento das condicionalidades;

II - as informações a serem coletadas e disponibilizadas;

III - as atribuições dos órgãos responsáveis pela gestão e pela execução das políticas destinadas à provisão dos serviços relacionados com as condicionalidades;

IV - os efeitos do descumprimento das condicionalidades pelas famílias, vedada a adoção de procedimentos de caráter punitivo e de exposição vexatória;

V - as alterações nos percentuais de frequência escolar estabelecidos no inciso IV do caput; e

VI - os procedimentos e os mecanismos para a verificação da situação da família e o seu atendimento, com estabelecimento de prazo razoável para que possa cumprir as exigências antes de ser desligada do Programa Bolsa Família.

§ 2º A rede de serviços do SUAS poderá atender ou acompanhar as famílias beneficiárias em situação de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, com vistas à superação gradativa de suas vulnerabilidades, na forma estabelecida em regulamento.

Seção VI

Da operacionalização e da gestão

Art. 11. As despesas do Programa Bolsa Família serão custeadas pelos seguintes recursos, a serem aplicados na forma prevista na



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



CD233384370900



59
10

CD/23338.43709-00

legislação específica e em conformidade com as dotações e as disponibilidades orçamentárias e financeiras:

I - dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Auxílio Brasil;

II - dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Bolsa Família; e

III - outros recursos financeiros de fontes nacionais e internacionais destinados à implementação do Programa Bolsa Família.

§ 1º O Poder Executivo federal compatibilizará a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros de que trata o § 1º do art. 7º com as dotações orçamentárias disponíveis.

§ 2º Enquanto não houver a transposição dos saldos orçamentários entre o Programa Auxílio Brasil e o Programa Bolsa Família, fica autorizada a utilização das dotações disponíveis no Programa Auxílio Brasil para custear o Programa Bolsa Família.

Art. 12. A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e ocorrerão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federativos, observados a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas a que se refere o caput serão implementadas por meio de adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família, realizada na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º Até que as adesões de que trata o § 1º sejam formalizadas, ficam convalidados os termos de adesão ao Programa Auxílio Brasil firmados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 13. Fica criada a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na forma estabelecida em regulamento.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Art. 14. Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do CadÚnico - IGD, a ser utilizado em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º O índice de que trata o caput destina-se a:

I - aferir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação da gestão estadual, distrital ou municipal, na execução dos procedimentos de:

- a) cadastramento e atualização cadastral;
- b) aprimoramento da qualidade cadastral;
- c) gestão do Programa Bolsa Família;
- d) acompanhamento de condicionalidades;
- e) articulação intersetorial; e
- f) implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias;

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa Bolsa Família e do CadÚnico; e

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federativos a título de apoio financeiro.

§ 2º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federativos que aderirem ao Programa Bolsa Família, recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa e do CadÚnico, desde que obtenham índices mínimos no IGD, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Para a execução do disposto neste artigo, ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os procedimentos e as condições necessários à adesão ao Programa Bolsa Família e ao CadÚnico, incluídas as obrigações dos entes federativos;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



61
12

CD/23338.43709-00

II - os instrumentos, os parâmetros e os procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e

III - os procedimentos e os instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família e de utilização do CadÚnico pelos entes federativos.

§ 4º Os resultados obtidos pelo ente federativo na gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, aferidos na forma prevista no inciso I do § 1º, serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas aos respectivos conselhos de assistência social e, na hipótese de não aprovação, os recursos transferidos na forma prevista no § 2º serão restituídos pelo ente federativo ao respectivo fundo de assistência social, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º O montante dos recursos de que trata o § 2º não excederá a um por cento da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 7º Na hipótese prevista no § 6º, ato do Poder Executivo federal estabelecerá os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federativo.

Seção VII

Do agente operador e pagador

Art. 15. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família, dispensada a licitação para sua contratação, mediante condições a serem pactuadas com o Governo federal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º É vedado ao agente operador e pagador efetuar descontos ou compensações que impliquem a redução do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família ou de qualquer programa de transferência



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



condicionada de renda, a pretexto de recompor saldos negativos ou de saldar dívidas preexistentes do beneficiário.

§ 2º A Caixa Econômica Federal, com a anuência do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, poderá subcontratar instituição financeira, para efetuar o pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

§ 3º Poderão ser contratadas instituições públicas e privadas para apoiar a operacionalização e o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, fica dispensada a licitação, caso se trate de instituição pública que tenha, entre suas competências, as atividades contratadas para a operacionalização do Programa Bolsa Família.

§ 5º O Governo federal poderá firmar apenas um instrumento contratual com a Caixa Econômica Federal para a execução das atividades:

- I - de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família;
- II - de fornecimento da infraestrutura necessária à organização e à manutenção do CadÚnico; e
- III - de desenvolvimento dos sistemas de processamento de dados.

§ 6º O disposto no § 1º deste artigo:

- I - aplica-se às instituições subcontratadas pela Caixa Econômica Federal, na forma do § 2º; e
- II - não se aplica ao pagamento, pelos beneficiários, dos empréstimos pessoais já contratados com base no art. 6º-B da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

§ 7º A autorização contida no § 2º alcança as instituições de que trata o [art. 6º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013](#).

Seção VIII

Do controle e da participação social



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



63
14

CD/23338.43709-00

Art. 16. O controle e a participação social no Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, pelo conselho de assistência social.

Art. 17. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos benefícios do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º As informações a que se refere o caput serão divulgadas em meio eletrônico de acesso público e em outros meios.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às informações relativas aos benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil e do Programa Alimenta Brasil, instituídos pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 3º Poderão ser adotadas ações que ampliem o diálogo da gestão do Programa Bolsa Família com as famílias beneficiárias e com a rede que lhes presta atendimento, facilitando o acesso a informações, orientações e normas aplicáveis, na forma do regulamento.

§ 4º Serão disponibilizados sistemas de informação online, canais nas redes sociais, páginas governamentais na internet, entre outros meios, sobre as ações de gestão do Programa Bolsa Família, incluindo as informações de que trata o parágrafo anterior.

Seção IX

Do ressarcimento de recursos financeiros

Art. 18. Sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, e observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o responsável familiar que dolosamente prestar informação falsa no CadÚnico, ao registrar seus dados ou dos integrantes de sua família, que resulte no ingresso ou na permanência como beneficiário do Programa Bolsa Família, deverá ressarcir ao erário os valores recebidos a título de benefícios financeiros do Programa.

§ 1º A notificação para o ressarcimento de que trata o caput poderá ser realizada pelos seguintes meios, sem prejuízo de outros que possam ser estabelecidos em regulamento:

I - meio eletrônico;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



II - serviço de mensagens curtas (short message service) - SMS;

III - rede bancária;

IV - via postal, considerado o endereço do beneficiário constante do CadÚnico, hipótese em que o aviso de recebimento será considerado prova suficiente de notificação;

V - pessoalmente, quando entregue ao beneficiário em mão, desde que haja registro da notificação; ou

VI - edital, quando o beneficiário não for localizado, após a notificação realizada pelos meios previstos nos incisos I a V.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - as condições e os valores mínimos para a cobrança de ressarcimento a que se refere o caput;

II - as formas de notificação previstas nos incisos I, II e III do § 1º; e

III - os prazos, as etapas e os procedimentos necessários ao processo de ressarcimento.

§ 3º Para fins de ressarcimento, será considerado o valor original do débito atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 4º Nas hipóteses de denúncia ou de constatação de indício de fraude cometida por agente público durante a inscrição da família no CadÚnico, as informações serão enviadas para apuração da autoridade policial competente.

Art. 19. Os valores não restituídos, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, serão inscritos em dívida ativa da União, na forma prevista na legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DO ADICIONAL COMPLEMENTAR PARA O PROGRAMA AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Art. 20. Fica instituído o Adicional Complementar para Famílias Beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 1º O Adicional Complementar consiste no pagamento, bimestral, do valor monetário correspondente a um adicional de cinquenta por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços - SLP da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos seis meses anteriores, às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.

§ 2º Terão direito ao Adicional Complementar as famílias beneficiárias cujo benefício esteja liberado ou temporariamente bloqueado na data da geração da folha de pagamentos da competência do benefício.

§ 3º O Adicional Complementar será limitado a um benefício por família.

§ 4º O Adicional Complementar terá caráter temporário e será pago até que novo programa venha a substituir o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 5º As despesas para o pagamento e a operacionalização do Adicional Complementar destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao referido Programa.

Art. 21. Compete ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a implementação do Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

§ 1º Para o pagamento do Adicional Complementar será utilizada a estrutura de gestão e operação de benefícios e de pagamentos do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 2º O pagamento do Adicional Complementar será feito na data prevista no calendário de pagamentos do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, pelos mesmos meios de pagamento.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Art. 22. Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e nos seus regulamentos ao Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome poderá definir procedimentos para a gestão e a operacionalização do Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Os atos normativos infralegais que dispõem sobre o Programa Auxílio Brasil, no que forem compatíveis com o disposto nesta Lei, permanecem em vigor até que sejam reeditados.

Art. 24. As famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil deixarão de receber os benefícios financeiros do referido Programa quando passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, sem prejuízo das regras de elegibilidade e manutenção de benefícios do Programa Bolsa Família.

Parágrafo único. O Benefício Primeira Infância, de que trata o inciso III do § 1º do art. 7º, poderá ser pago cumulativamente:

I - com os benefícios financeiros de que trata o caput do art. 4º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, no que couber;

II - com o benefício extraordinário instituído pelo art. 1º da Lei nº 14.342, de 18 de maio de 2022; e

III - com o Adicional Complementar de que trata o inciso I do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

Art. 25. Com a finalidade de garantir a continuidade do atendimento às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, os contratos vigentes para a sua operacionalização poderão ser aditados no âmbito do Programa Bolsa Família.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Art. 26. Ficam extintos os benefícios instituídos pelo art. 5º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º Serão realizados os pagamentos mensais, relativos aos benefícios concedidos em dezembro de 2022, até que se complete o total das doze parcelas mensais previstas, dos seguintes benefícios instituídos pelo art. 5º da Lei nº 14.284, de 2021:

- I - Auxílio Esporte Escolar;
- II - Bolsa de Iniciação Científica Júnior; e
- III - Auxílio Inclusão Produtiva Rural.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal estabelecerá os critérios e os procedimentos para a execução dos benefícios de que trata o § 1º durante o ano de 2023.

Art. 27. O disposto nos art. 18 e art. 19 aplica-se aos benefícios instituídos no âmbito:

- I - do Programa Auxílio Brasil, incluídos os processos não concluídos na data da publicação desta Lei; e
- II - do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, incluídos os processos não concluídos na data da publicação desta Lei.

§ 1º As cobranças de ressarcimentos relativas à vigência da Lei nº 10.836, de 2004, nos termos do disposto no inciso II do caput, ficam condicionadas à possibilidade de obtenção do histórico de movimentação cadastral da família beneficiária na base de dados do CadÚnico.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal regulamentará os procedimentos aplicáveis às hipóteses previstas no caput do art. 28 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Art. 28. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º-F. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, nos termos do regulamento.

.....

§ 2º A inscrição no CadÚnico poderá ser obrigatória para acesso a programas sociais do Governo federal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Para fins de cumprimento do disposto no art. 12 da Emenda à Constituição nº 103, de 12 de novembro de 2019, e de ampliação da fidedignidade das informações cadastrais, será garantida a interoperabilidade de dados do CadÚnico com os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 4º Os dados do CNIS incluídos no CadÚnico poderão ser acessados pelos órgãos gestores do CadÚnico, nos três níveis da federação, conforme termo de adesão do ente federativo ao CadÚnico, do qual constará cláusula de compromisso com o sigilo de dados.

§ 5º A sociedade civil poderá cooperar com a identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico, nos termos do regulamento.

§ 6º O CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, reduzindo sua invisibilidade social e visando identificar suas demandas por políticas públicas, na forma do regulamento.

.....” (NR)

“Art. 20.

.....

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória, bem como as transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e [§ 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004](#).

.....” (NR)

Art. 29. O art.6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



69
20

CD/23338.43709-00

“Art.

6º

§ 5º Para os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social, os descontos e as retenções mencionados no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

§ 5º-A Para os titulares do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, os descontos e as retenções mencionados no **caput** não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor dos benefícios, observado o disposto no art. 7º da Lei 14.431, de 3 de agosto de 2022.

§ 5º-B A Para os titulares do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, até 5% (cinco por cento) do valor dos benefícios poderão ser destinados à:

I - amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou cartão consignado de benefício; ou

II - utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito ou cartão consignado de benefício.

§ 6º A instituição financeira que proceder à retenção de valor superior ao limite estabelecido nos §§ 5º, 5º-A e 5º-B deste artigo perderá todas as garantias que lhe são conferidas por esta Lei.

§ 7º Aplica-se o previsto no caput e no § 5º deste artigo aos titulares da renda mensal vitalícia (RMV) prevista na [Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974](#).

§ 8º Para os benefícios que tenham como requisito para sua concessão a preexistência do benefício de prestação continuada de que trata o [art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de](#)

* C D 2 3 3 3 8 4 3 7 0 9 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



[dezembro de 1993, aplicam-se o previsto no caput e nos §§ 5º-A e 5º-B.](#)

§ 9º As operações de que trata o § 5º-A deverão ser realizadas em dois momentos, separados entre si pelo intervalo mínimo de cinco dias úteis entre a proposta da instituição financeira e a celebração do contrato.” (NR)

Art. 30. A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

2º

.....

§ 1º Para fazer jus ao benefício, o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e [§ 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.](#)

.....” (NR)

Art. 31. As suspensões das parcelas do Programas Auxílio Brasil e Bolsa Família que, na forma do § 9º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, não tenham sido aplicadas até o momento da publicação desta Lei não serão tratadas como dívidas da família beneficiária, nem imputadas ao Programa Bolsa Família.

Art. 32. Ficam revogados:

I - o art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003;

II - os seguintes dispositivos da Lei nº 14.284, 7 de dezembro de 2021:

a) os art. 1º a art. 20;

b) os § 1º e § 2º do art. 21;

c) os art. 22 a art. 27; e

d) os § 1º a § 6º do art. 28;

III - os art. 1º a art. 5º da Lei nº 14.342, de 18 de maio de 2022;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



$$\begin{array}{r} 71 \\ -22 \\ \hline \end{array}$$

CD/23338.43709-00

IV - a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023; e

V – os §§ 8º, 9º e 10 do art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor:

I – em 1º de janeiro de 2024, quanto aos arts. 30 e 31 e ao inciso V do caput do art. 32; e

II – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DR. FRANCISCO
Relator

2023-1559



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233384370900>



COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023**

Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado DR. FRANCISCO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Na 4ª reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, iniciada em 9 de maio de 2023, apresentamos relatório perante este Colegiado acompanhado de Projeto de Lei de Conversão (PLV). Na ocasião, foi concedida vista coletiva da matéria, tendo vários deputados solicitado uma alteração na redação do art. 29 do PLV, na parte em que é fixada a margem consignável aplicada aos titulares do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o objetivo de deixar claro que 30% são reservados para empréstimos e financiamentos, e 5% adicionais, para operações e saques com cartão de crédito ou de cartão de benefício. Após acordo, acatamos a citada sugestão de aprimoramento, para tornar mais clara essa autorização, na forma do novo PLV a seguir apresentado.

Também decidimos por acordo, acatar a Emenda nº 73, que propõem às agências financeiras oficiais de fomento a tarefa de desenvolver, de forma integrada e articulada, instrumentos de crédito específicos para a inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Notamos, ainda, um pequeno lapso no primeiro PLV, quando nele é preservado o conteúdo do parágrafo único do art. 21 da MP. Como a eventual conversão da MP em lei muito provavelmente não ocorrerá antes de 1º



de junho de 2023, tecnicamente seria mais adequado não reproduzir tal previsão, uma vez que, após essa data, já estariam em pleno vigor os benefícios financeiros do Bolsa Família, e não somente o Benefício Primeira Infância.

Aliás, após esse marco temporal, estariam revogados pelo art. 33 do PLV os benefícios da Lei nº 14.284, de 2021, o benefício extraordinário da Lei nº 14.342, de 2022, e o Adicional Complementar da MP nº 1.155, de 2023, de maneira que se tornaria insubsistente aquela previsão, cujo objetivo era permitir o pagamento do Benefício Primeira Infância conjuntamente aos benefícios do Auxílio Brasil entre março e maio deste ano.

Assim, nosso voto é:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.164, de 2023;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nº 96, 99, 199, 218, 230, 243, 244 e 252, as quais consideramos ser inconstitucionais.

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 7, 9, 10, 16, 20, 21, 24, 27, 30, 36, 40, 41, 42, 57, 61, 67, 72, 76, 101, 123, 124, 128, 139, 145, 151, 158, 172, 194, 196, 206, 212, 220, 221, 233, 238, 240 e 256;

c.2) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 3, 6, 11, 15, 19, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 44, 46, 49, 55, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 75, 82, 85, 94, 95, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 120, 126, 127, 129, 135, 136, 138, 141, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 165, 166, 170, 173, 174, 176, 180, 183, 186, 191, 195, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 210, 211, 216, 219, 225, 226, 227, 229, 232, 236, 239, 242, 245, 246, 250, 251 e 254;



c.3) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 8, 12, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 25, 32, 35, 37, 38, 39, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 70, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 152, 155, 157, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 201, 204, 207, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 224, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 241, 243, 244, 247, 248, 249, 252, 253, 255 e 257; e

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das Emendas nºs 7, 11, 16, 19, 20, 28, 36, 49, 57, 67, 94, 101, 103, 123, 124, 128, 139, 145, 154, 156, 158, 165, 168, 170, 172, 174, 180, 183, 194, 195, 196, 208, 212, 219, 220, 221, 233, 236, 238, 239, 240, 242 e 251 acolhidas parcialmente ou integralmente, com o Projeto de Lei de Conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais Emendas.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado DR. FRANCISCO
Relator

2023-6635



**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2020**

(Medida Provisória nº 1.164, de 2023)

Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em substituição ao Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º O Programa Bolsa Família constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Constituição e no caput e no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

§ 2º Os critérios, os parâmetros, os mecanismos e os procedimentos para adequação dos benefícios do Programa Auxílio Brasil ao Programa Bolsa Família serão estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos.

§ 3º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Lei.



CAPÍTULO II

DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º O Programa Bolsa Família, destinado à transferência direta e condicionada de renda, será implementado na forma estabelecida nesta Lei e em seus regulamentos.

Art. 3º São objetivos do Programa Bolsa Família:

I - combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;

II - contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e

III - promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza.

Parágrafo único. Os objetivos do Programa Bolsa Família serão obtidos por meio de:

I - articulação entre o Programa e as ações de saúde, de educação, de assistência social e de outras áreas que atendam o público beneficiário, executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital;

II - vinculação ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, permitida a utilização de sua rede de serviços socioassistenciais;

III - coordenação e compartilhamento da gestão e da execução com os entes federativos que venham a aderir ao Programa, na forma estabelecida nesta Lei e em seus regulamentos;

IV - participação social, por meio dos procedimentos estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos;



V - utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 1993, e sua promoção como plataforma de integração do Programa a ações executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital; e

VI - respeito à privacidade das famílias beneficiárias, na forma estabelecida na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 4º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família - núcleo composto por uma ou mais pessoas que formem um grupo doméstico, com residência no mesmo domicílio, e que contribuam para o rendimento ou que dele dependam para atendimento de suas despesas;

II - renda familiar mensal - soma dos rendimentos auferidos por todos os integrantes da família, excluídos aqueles rendimentos indicados no § 1º deste artigo e em regulamento;

III - renda familiar per capita mensal - razão entre a renda familiar mensal e o total de integrantes da família; e

IV - domicílio - local que serve de moradia à família.

§ 1º Para fins do disposto no inciso II do caput, não serão computados na renda familiar mensal, sem prejuízo de outros rendimentos indicados em regulamento:

I - benefícios financeiros de caráter eventual, temporário ou sazonal instituídos pelo Poder Público federal, estadual, municipal e distrital;

II - recursos financeiros de natureza indenizatória, recebidos de entes públicos ou privados, para recomposição de danos materiais ou morais; e

III - recursos financeiros recebidos de ações de transferência de renda de natureza assistencial instituídas pelo Poder Público federal, estadual, municipal e distrital.



§ 2º O Benefício de Prestação Continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, recebido por quaisquer dos integrantes da família, compõe o cálculo da renda familiar per capita mensal.

Seção II

Da elegibilidade

Art. 5º São elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias:

I - inscritas no CadÚnico; e

II - cuja renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).

Art. 6º As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja renda per capita mensal seja superior ao valor estabelecido no inciso II do caput do art. 5º serão mantidas no Programa pelo período de até vinte e quatro meses, observados os parâmetros estabelecidos neste artigo e em regulamento.

§ 1º Na hipótese de a renda familiar per capita mensal superar o valor de meio salário mínimo, excluído de seu cálculo o valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e observado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 4º, a família será desligada do Programa.

§ 2º Durante o período de vinte e quatro meses a que se refere o caput, a família beneficiária receberá cinquenta por cento do valor dos benefícios financeiros a que for elegível, nos termos do disposto no art. 7º.

§ 3º Terão prioridade para reingressar no Programa Bolsa Família:

I - as famílias que voluntariamente se desligarem do Programa;

e

II - as famílias que forem desligadas do Programa em decorrência do término do período de vinte e quatro meses previsto no caput.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, a família deverá cumprir os requisitos para ingresso no Programa Bolsa Família estabelecidos nesta Lei e em regulamento.

Seção III



Dos benefícios financeiros

Art. 7º A transferência de renda do Programa Bolsa Família é composta de benefícios financeiros disponibilizados às famílias e calculados na forma estabelecida neste artigo e em regulamento.

§ 1º Constituem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

II - Benefício Complementar, destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), que será calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;

III - Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição, crianças com idade entre zero e sete anos incompletos;

IV - Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição:

- a) gestantes;
- b) nutrízes;
- c) crianças com idade entre sete anos e doze anos incompletos;

ou

d) adolescentes, com idade entre doze anos e dezoito anos incompletos;

V - Benefício Extraordinário de Transição, destinado exclusivamente às famílias que constarem como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na data de entrada em vigor deste inciso, que será calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

§ 2º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º:



I - serão calculados na ordem estabelecida no § 1º, observada a elegibilidade da família a cada um deles, na forma estabelecida em regulamento; e

II - poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Ato do Poder Executivo federal poderá alterar:

I - os valores dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I, III e IV do § 1º;

II - o valor de referência de R\$ 600,00 (seiscentos reais) de que trata o inciso II do § 1º; e

III - o valor de referência para caracterização da situação de pobreza de que trata o inciso II do caput do art. 5º.

§ 4º Os valores de que trata o § 3º poderão ser corrigidos a cada intervalo de, no máximo, vinte e quatro meses, na forma estabelecida em regulamento, sendo vedada sua redução.

§ 5º O Benefício Variável Familiar será calculado por integrante familiar que se enquadrar nas hipóteses previstas no inciso IV do § 1º.

§ 6º Os benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do § 1º serão pagos enquanto as famílias beneficiárias estiverem enquadradas nos critérios de elegibilidade ao Programa Bolsa Família e de manutenção dos benefícios, sem prejuízo do disposto no art. 6º, na forma estabelecida em regulamento.

§ 7º O Benefício Extraordinário de Transição:

I - terá duração limitada, na forma estabelecida em regulamento; e

II - sem prejuízo do disposto no art. 6º, terá o seu pagamento encerrado quando:

a) a redução no valor do benefício transferido à família decorrer de alteração da estrutura familiar ou da renda familiar per capita mensal, na forma estabelecida em regulamento; ou



b) a soma dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do § 1º devidos à família beneficiária for igual ou superior ao valor que a família recebia como beneficiária do Programa Auxílio Brasil.

§ 8º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º constituem direito das famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, na forma estabelecida nesta Lei e em regulamento, observado o disposto no § 1º do art. 11.

Art. 8º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º do art. 7º serão pagos mensalmente pelo agente pagador do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º O pagamento dos benefícios financeiros de que trata o caput será feito:

I - ao responsável familiar, de acordo com os dados constantes da inscrição da família no CadÚnico; e

II - preferencialmente, à mulher.

§ 2º Os benefícios financeiros de que trata o caput poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, na forma estabelecida em resoluções do Banco Central do Brasil:

I - conta do tipo poupança social digital, de que trata a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020;

II - conta poupança digital;

III - conta contábil;

IV - conta de depósitos; ou

V - outras espécies de contas que venham a ser criadas, desde que autorizadas por ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

§ 3º Reverterão à Conta Única do Tesouro Nacional os créditos:

I - de benefícios disponibilizados indevidamente;

II - das contas a que se referem os incisos I, II, IV e V do § 2º não movimentadas, na forma estabelecida em regulamento; e



III - de recursos não sacados da conta a que se refere o inciso III do § 2º, na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º A abertura da conta do tipo poupança social digital para os pagamentos dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - poderá ocorrer de forma automática, em nome do responsável familiar inscrito no CadÚnico; e

II - ocorrerá na forma estabelecida em contrato firmado entre a União e o agente pagador do Programa Bolsa Família.

Seção IV

Da identificação dos integrantes das famílias

Art. 9º A identificação dos integrantes das famílias que se inscreverem no CadÚnico será realizada, preferencialmente, por meio do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre a utilização de documentos alternativos ao CPF, como o Número de Identificação Social - NIS e o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - RANI, para fins de identificação dos integrantes das famílias registradas no CadÚnico.

Seção V

Das condicionalidades

Art. 10. A manutenção da família como beneficiária no Programa Bolsa Família dependerá, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos nesta Lei e em regulamento, do cumprimento, pelos integrantes das famílias, de condicionalidades relativas:

I - à realização de pré-natal;

II - ao cumprimento do calendário nacional de vacinação;

III - ao acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até sete anos de idade incompletos; e

IV - à frequência escolar mínima de:



a) sessenta por cento, para os beneficiários de quatro anos a seis anos de idade incompletos; e

b) setenta e cinco por cento, para os beneficiários de seis anos a dezoito anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica.

§ 1º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os critérios para o cumprimento das condicionalidades;

II - as informações a serem coletadas e disponibilizadas;

III - as atribuições dos órgãos responsáveis pela gestão e pela execução das políticas destinadas à provisão dos serviços relacionados com as condicionalidades;

IV - os efeitos do descumprimento das condicionalidades pelas famílias, vedada a adoção de procedimentos de caráter punitivo e de exposição vexatória;

V - as alterações nos percentuais de frequência escolar estabelecidos no inciso IV do caput; e

VI - os procedimentos e os mecanismos para a verificação da situação da família e o seu atendimento, com estabelecimento de prazo razoável para que possa cumprir as exigências antes de ser desligada do Programa Bolsa Família.

§ 2º A rede de serviços do SUAS poderá atender ou acompanhar as famílias beneficiárias em situação de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, com vistas à superação gradativa de suas vulnerabilidades, na forma estabelecida em regulamento.

Seção VI

Da operacionalização e da gestão

Art. 11. As despesas do Programa Bolsa Família serão custeadas pelos seguintes recursos, a serem aplicados na forma prevista na legislação específica e em conformidade com as dotações e as disponibilidades orçamentárias e financeiras:



I - dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Auxílio Brasil;

II - dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Bolsa Família; e

III - outros recursos financeiros de fontes nacionais e internacionais destinados à implementação do Programa Bolsa Família.

§ 1º O Poder Executivo federal compatibilizará a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros de que trata o § 1º do art. 7º com as dotações orçamentárias disponíveis.

§ 2º Enquanto não houver a transposição dos saldos orçamentários entre o Programa Auxílio Brasil e o Programa Bolsa Família, fica autorizada a utilização das dotações disponíveis no Programa Auxílio Brasil para custear o Programa Bolsa Família.

Art. 12. A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e ocorrerão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federativos, observados a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas a que se refere o caput serão implementadas por meio de adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família, realizada na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º Até que as adesões de que trata o § 1º sejam formalizadas, ficam convalidados os termos de adesão ao Programa Auxílio Brasil firmados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 13. Fica criada a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 14. Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do CadÚnico - IGD, a ser utilizado em âmbito estadual,



distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º O índice de que trata o caput destina-se a:

I - aferir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação da gestão estadual, distrital ou municipal, na execução dos procedimentos de:

- a) cadastramento e atualização cadastral;
- b) aprimoramento da qualidade cadastral;
- c) gestão do Programa Bolsa Família;
- d) acompanhamento de condicionalidades;
- e) articulação intersetorial; e
- f) implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias;

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa Bolsa Família e do CadÚnico; e

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federativos a título de apoio financeiro.

§ 2º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federativos que aderirem ao Programa Bolsa Família, recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa e do CadÚnico, desde que obtenham índices mínimos no IGD, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Para a execução do disposto neste artigo, ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os procedimentos e as condições necessários à adesão ao Programa Bolsa Família e ao CadÚnico, incluídas as obrigações dos entes federativos;

II - os instrumentos, os parâmetros e os procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e



III - os procedimentos e os instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família e de utilização do CadÚnico pelos entes federativos.

§ 4º Os resultados obtidos pelo ente federativo na gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, aferidos na forma prevista no inciso I do § 1º, serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas aos respectivos conselhos de assistência social e, na hipótese de não aprovação, os recursos transferidos na forma prevista no § 2º serão restituídos pelo ente federativo ao respectivo fundo de assistência social, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º O montante dos recursos de que trata o § 2º não excederá a um por cento da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 7º Na hipótese prevista no § 6º, ato do Poder Executivo federal estabelecerá os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federativo.

Seção VII

Do agente operador e pagador

Art. 15. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família, dispensada a licitação para sua contratação, mediante condições a serem pactuadas com o Governo federal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º É vedado ao agente operador e pagador efetuar descontos ou compensações que impliquem a redução do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família ou de qualquer programa de transferência condicionada de renda, a pretexto de recompor saldos negativos ou de saldar dívidas preexistentes do beneficiário.

§ 2º A Caixa Econômica Federal, com a anuência do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, poderá



subcontratar instituição financeira, para efetuar o pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

§ 3º Poderão ser contratadas instituições públicas e privadas para apoiar a operacionalização e o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, fica dispensada a licitação, caso se trate de instituição pública que tenha, entre suas competências, as atividades contratadas para a operacionalização do Programa Bolsa Família.

§ 5º O Governo federal poderá firmar apenas um instrumento contratual com a Caixa Econômica Federal para a execução das atividades:

I - de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família;

II - de fornecimento da infraestrutura necessária à organização e à manutenção do CadÚnico; e

III - de desenvolvimento dos sistemas de processamento de dados.

§ 6º O disposto no § 1º deste artigo:

I - aplica-se às instituições subcontratadas pela Caixa Econômica Federal, na forma do § 2º; e

II - não se aplica ao pagamento, pelos beneficiários, dos empréstimos pessoais já contratados com base no art. 6º-B da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

§ 7º A autorização contida no § 2º alcança as instituições de que trata o art. 6º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Seção VIII

Do controle e da participação social

Art. 16. O controle e a participação social no Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, pelo conselho de assistência social.

Art. 17. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos benefícios do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento.



§ 1º As informações a que se refere o caput serão divulgadas em meio eletrônico de acesso público e em outros meios.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às informações relativas aos benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil e do Programa Alimenta Brasil, instituídos pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 3º Poderão ser adotadas ações que ampliem o diálogo da gestão do Programa Bolsa Família com as famílias beneficiárias e com a rede que lhes presta atendimento, facilitando o acesso a informações, orientações e normas aplicáveis, na forma do regulamento.

§ 4º Serão disponibilizados sistemas de informação online, canais nas redes sociais, páginas governamentais na internet, entre outros meios, sobre as ações de gestão do Programa Bolsa Família, incluindo as informações de que trata o parágrafo anterior.

Seção IX

Do ressarcimento de recursos financeiros

Art. 18. Sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, e observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o responsável familiar que dolosamente prestar informação falsa no CadÚnico, ao registrar seus dados ou dos integrantes de sua família, que resulte no ingresso ou na permanência como beneficiário do Programa Bolsa Família, deverá ressarcir ao erário os valores recebidos a título de benefícios financeiros do Programa.

§ 1º A notificação para o ressarcimento de que trata o caput poderá ser realizada pelos seguintes meios, sem prejuízo de outros que possam ser estabelecidos em regulamento:

I - meio eletrônico;

II - serviço de mensagens curtas (short message service) - SMS;

III - rede bancária;

IV - via postal, considerado o endereço do beneficiário constante do CadÚnico, hipótese em que o aviso de recebimento será considerado prova suficiente de notificação;



V - pessoalmente, quando entregue ao beneficiário em mão, desde que haja registro da notificação; ou

VI - edital, quando o beneficiário não for localizado, após a notificação realizada pelos meios previstos nos incisos I a V.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - as condições e os valores mínimos para a cobrança de ressarcimento a que se refere o caput;

II - as formas de notificação previstas nos incisos I, II e III do § 1º; e

III - os prazos, as etapas e os procedimentos necessários ao processo de ressarcimento.

§ 3º Para fins de ressarcimento, será considerado o valor original do débito atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 4º Nas hipóteses de denúncia ou de constatação de indício de fraude cometida por agente público durante a inscrição da família no CadÚnico, as informações serão enviadas para apuração da autoridade policial competente.

Art. 19. Os valores não restituídos, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, serão inscritos em dívida ativa da União, na forma prevista na legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DO ADICIONAL COMPLEMENTAR PARA O PROGRAMA AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS

Art. 20. Fica instituído o Adicional Complementar para Famílias Beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 1º O Adicional Complementar consiste no pagamento, bimestral, do valor monetário correspondente a um adicional de cinquenta por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de



Preços - SLP da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos seis meses anteriores, às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.

§ 2º Terão direito ao Adicional Complementar as famílias beneficiárias cujo benefício esteja liberado ou temporariamente bloqueado na data da geração da folha de pagamentos da competência do benefício.

§ 3º O Adicional Complementar será limitado a um benefício por família.

§ 4º O Adicional Complementar terá caráter temporário e será pago até que novo programa venha a substituir o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 5º As despesas para o pagamento e a operacionalização do Adicional Complementar destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao referido Programa.

Art. 21. Compete ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a implementação do Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

§ 1º Para o pagamento do Adicional Complementar será utilizada a estrutura de gestão e operação de benefícios e de pagamentos do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 2º O pagamento do Adicional Complementar será feito na data prevista no calendário de pagamentos do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, pelos mesmos meios de pagamento.

Art. 22. Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e nos seus regulamentos ao Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome poderá definir procedimentos para a gestão e a operacionalização do Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.



CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Os atos normativos infralegais que dispõem sobre o Programa Auxílio Brasil, no que forem compatíveis com o disposto nesta Lei, permanecem em vigor até que sejam reeditados.

Art. 24. As famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil deixarão de receber os benefícios financeiros do referido Programa quando passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, sem prejuízo das regras de elegibilidade e manutenção de benefícios do Programa Bolsa Família.

Art. 25. Com a finalidade de garantir a continuidade do atendimento às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, os contratos vigentes para a sua operacionalização poderão ser aditados no âmbito do Programa Bolsa Família.

Art. 26. Ficam extintos os benefícios instituídos pelo art. 5º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º Serão realizados os pagamentos mensais, relativos aos benefícios concedidos em dezembro de 2022, até que se complete o total das doze parcelas mensais previstas, dos seguintes benefícios instituídos pelo art. 5º da Lei nº 14.284, de 2021:

- I - Auxílio Esporte Escolar;
- II - Bolsa de Iniciação Científica Júnior; e
- III - Auxílio Inclusão Produtiva Rural.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal estabelecerá os critérios e os procedimentos para a execução dos benefícios de que trata o § 1º durante o ano de 2023.

Art. 27. O disposto nos art. 18 e art. 19 aplica-se aos benefícios instituídos no âmbito:

- I - do Programa Auxílio Brasil, incluídos os processos não concluídos na data da publicação desta Lei; e



II - do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, incluídos os processos não concluídos na data da publicação desta Lei.

§ 1º As cobranças de ressarcimentos relativas à vigência da Lei nº 10.836, de 2004, nos termos do disposto no inciso II do caput, ficam condicionadas à possibilidade de obtenção do histórico de movimentação cadastral da família beneficiária na base de dados do CadÚnico.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal regulamentará os procedimentos aplicáveis às hipóteses previstas no caput do art. 28 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Art. 28. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º-F. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, nos termos do regulamento.

.....
§ 2º A inscrição no CadÚnico poderá ser obrigatória para acesso a programas sociais do Governo federal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Para fins de cumprimento do disposto no art. 12 da Emenda à Constituição nº 103, de 12 de novembro de 2019, e de ampliação da fidedignidade das informações cadastrais, será garantida a interoperabilidade de dados do CadÚnico com os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 4º Os dados do CNIS incluídos no CadÚnico poderão ser acessados pelos órgãos gestores do CadÚnico, nos três níveis da federação, conforme termo de adesão do ente federativo ao CadÚnico, do qual constará cláusula de compromisso com o sigilo de dados.

§ 5º A sociedade civil poderá cooperar com a identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico, nos termos do regulamento.

§ 6º O CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, reduzindo



sua invisibilidade social e visando identificar suas demandas por políticas públicas, na forma do regulamento.

.....” (NR)

“Art. 20.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória, bem como as transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

.....” (NR)

Art. 29. O art.6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º

§ 5º Para os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social, os descontos e as retenções mencionados no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

§ 5º-A Para os titulares do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, os descontos e as retenções mencionados no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 30% (trinta por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente ou à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício.



§ 6º A instituição financeira que proceder à retenção de valor superior ao limite estabelecido nos §§ 5º e 5º-A deste artigo perderá todas as garantias que lhe são conferidas por esta Lei.

§ 7º Aplica-se o previsto no caput e no § 5º deste artigo aos titulares da renda mensal vitalícia (RMV) prevista na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

§ 8º Para os benefícios que tenham como requisito para sua concessão a preexistência do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, aplicam-se o previsto no caput e no § 5º-A.

§ 9º As operações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis de que trata o § 5º-A deverão ser realizadas em dois momentos, separados entre si pelo intervalo mínimo de cinco dias úteis entre a proposta da instituição financeira e a celebração do contrato.” (NR)

Art. 30. A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

§ 1º Para fazer jus ao benefício, o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

.....” (NR)

Art. 31. As suspensões das parcelas do Programas Auxílio Brasil e Bolsa Família que, na forma do § 9º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, não tenham sido aplicadas até o momento da publicação desta Lei não serão tratadas como dívidas da família beneficiária, nem imputadas ao Programa Bolsa Família.

Art. 32. As agências financeiras oficiais de fomento desenvolverão, de forma integrada e articulada, instrumentos de crédito específicos para a inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Art. 33. Ficam revogados:

I - o art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003;



95
~~24~~

II - os seguintes dispositivos da Lei nº 14.284, 7 de dezembro de 2021:

- a) os art. 1º a art. 20;
- b) os § 1º e § 2º do art. 21;
- c) os art. 22 a art. 27; e
- d) os § 1º a § 6º do art. 28;

III - os art. 1º a art. 5º da Lei nº 14.342, de 18 de maio de 2022;

IV - a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023; e

V – os §§ 8º, 9º e 10 do art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor:

I – em 1º de janeiro de 2024, quanto aos arts. 30 e 31 e ao inciso V do caput do art. 33; e

II – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado DR. FRANCISCO
Relator



COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023**

Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado DR. FRANCISCO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Na 4ª reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, iniciada em 9 de maio de 2023, apresentamos relatório perante este Colegiado acompanhado de Projeto de Lei de Conversão (PLV). Na ocasião, foi concedida vista coletiva da matéria, tendo vários deputados solicitado uma alteração na redação do art. 29 do PLV, na parte em que é fixada a margem consignável aplicada aos titulares do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o objetivo de deixar claro que 30% são reservados para empréstimos e financiamentos, e 5% adicionais, para operações e saques com cartão de crédito ou de cartão de benefício. Após acordo, acatamos a citada sugestão de aprimoramento, para tornar mais clara essa autorização, na forma do novo PLV a seguir apresentado.

Decidimos por acordo, acatar a Emenda nº 73, que propõem às agências financeiras oficiais de fomento a tarefa de desenvolver, de forma integrada e articulada, instrumentos de crédito específicos para a inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Por amplo acordo também decidimos prever um dispositivo para endereçar a questão da exclusão do BPC do cálculo da renda familiar de acesso ao Bolsa Família.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



Notamos, ainda, um pequeno lapso no primeiro PLV, quando nele é preservado o conteúdo do parágrafo único do art. 21 da MP. Como a eventual conversão da MP em lei muito provavelmente não ocorrerá antes de 1º de junho de 2023, tecnicamente seria mais adequado não reproduzir tal previsão, uma vez que, após essa data, já estariam em pleno vigor os benefícios financeiros do Bolsa Família, e não somente o Benefício Primeira Infância.

Aliás, após esse marco temporal, estariam revogados pelo art. 33 do PLV os benefícios da Lei nº 14.284, de 2021, o benefício extraordinário da Lei nº 14.342, de 2022, e o Adicional Complementar da MP nº 1.155, de 2023, de maneira que se tornaria insubsistente aquela previsão, cujo objetivo era permitir o pagamento do Benefício Primeira Infância conjuntamente aos benefícios do Auxílio Brasil entre março e maio deste ano.

Assim, nosso voto é:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.164, de 2023;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nº 96, 99, 199, 218, 230, 243, 244 e 252, as quais consideramos ser inconstitucionais.

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 7, 9, 10, 16, 20, 21, 24, 27, 30, 36, 40, 41, 42, 57, 61, 67, 72, 76, 101, 123, 124, 128, 139, 145, 151, 158, 172, 194, 196, 206, 212, 220, 221, 233, 238, 240 e 256;

c.2) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 3, 6, 11, 15, 19, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 44, 46, 49, 55, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 75, 82, 85, 94, 95, 98, 102, 103,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



104, 106, 107, 112, 113, 120, 126, 127, 129, 135, 136, 138, 141, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 165, 166, 170, 173, 174, 176, 180, 183, 186, 191, 195, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 210, 211, 216, 219, 225, 226, 227, 229, 232, 236, 239, 242, 245, 246, 250, 251 e 254;

c.3) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 8, 12, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 25, 32, 35, 37, 38, 39, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 70, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 152, 155, 157, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 201, 204, 207, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 224, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 241, 243, 244, 247, 248, 249, 252, 253, 255 e 257; e

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das Emendas nºs 7, 11, 16, 19, 20, 28, 36, 49, 57, 67, 73, 94, 101, 103, 123, 124, 128, 139, 145, 154, 156, 158, 165, 168, 170, 172, 174, 180, 183, 194, 195, 196, 208, 212, 219, 220, 221, 233, 236, 238, 239, 240, 242 e 251 acolhidas parcialmente ou integralmente, com o Projeto de Lei de Conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais Emendas.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **DR. FRANCISCO (PT/PI)**
Relator

2023-6635



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2023

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2023

(Medida Provisória nº 1.164, de 2023)

Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em substituição ao Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º O Programa Bolsa Família constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Constituição e no caput e no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

§ 2º Os critérios, os parâmetros, os mecanismos e os procedimentos para adequação dos benefícios do Programa Auxílio Brasil ao Programa Bolsa Família serão estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



§ 3º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º O Programa Bolsa Família, destinado à transferência direta e condicionada de renda, será implementado na forma estabelecida nesta Lei e em seus regulamentos.

Art. 3º São objetivos do Programa Bolsa Família:

I - combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;

II - contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e

III - promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza.

Parágrafo único. Os objetivos do Programa Bolsa Família serão obtidos por meio de:

I - articulação entre o Programa e as ações de saúde, de educação, de assistência social e de outras áreas que atendam o público beneficiário, executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital;

II - vinculação ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, permitida a utilização de sua rede de serviços socioassistenciais;

III - coordenação e compartilhamento da gestão e da execução com os entes federativos que venham a aderir ao Programa, na forma estabelecida nesta Lei e em seus regulamentos;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



IV - participação social, por meio dos procedimentos estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos;

V - utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 1993, e sua promoção como plataforma de integração do Programa a ações executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital; e

VI - respeito à privacidade das famílias beneficiárias, na forma estabelecida na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 4º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família - núcleo composto por uma ou mais pessoas que formem um grupo doméstico, com residência no mesmo domicílio, e que contribuam para o rendimento ou que dele dependam para atendimento de suas despesas;

II - renda familiar mensal - soma dos rendimentos auferidos por todos os integrantes da família, excluídos aqueles rendimentos indicados no § 1º deste artigo e em regulamento;

III - renda familiar per capita mensal - razão entre a renda familiar mensal e o total de integrantes da família; e

IV - domicílio - local que serve de moradia à família.

§ 1º Para fins do disposto no inciso II do caput, não serão computados na renda familiar mensal, sem prejuízo de outros rendimentos indicados em regulamento:

I - benefícios financeiros de caráter eventual, temporário ou sazonal instituídos pelo Poder Público federal, estadual, municipal e distrital;

II - recursos financeiros de natureza indenizatória, recebidos de entes públicos ou privados, para recomposição de danos materiais ou morais; e

III - recursos financeiros recebidos de ações de transferência de renda de natureza assistencial instituídas pelo Poder Público federal, estadual, municipal e distrital.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



§ 2º O Benefício de Prestação Continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, recebido por quaisquer dos integrantes da família, compõe o cálculo da renda familiar per capita mensal.

§ 3º O Poder Executivo poderá autorizar o desconto de faixas percentuais do valor do Benefício de Prestação Continuada recebido por pessoa com deficiência no cálculo renda familiar per capita mensal de que trata o inciso II do caput, observando-se, no que couber, o critério de que trata o inciso I do art. 20-B da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, na forma do regulamento.

Seção II

Da elegibilidade

Art. 5º São elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias:

I - inscritas no CadÚnico; e

II - cuja renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).

Art. 6º As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja renda per capita mensal seja superior ao valor estabelecido no inciso II do caput do art. 5º serão mantidas no Programa pelo período de até vinte e quatro meses, observados os parâmetros estabelecidos neste artigo e em regulamento.

§ 1º Na hipótese de a renda familiar per capita mensal superar o valor de meio salário mínimo, excluído de seu cálculo o valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e observado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 4º, a família será desligada do Programa.

§ 2º Durante o período de vinte e quatro meses a que se refere o caput, a família beneficiária receberá cinquenta por cento do valor dos benefícios financeiros a que for elegível, nos termos do disposto no art. 7º.

§ 3º Terão prioridade para reingressar no Programa Bolsa Família:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



I - as famílias que voluntariamente se desligarem do Programa;

e

II - as famílias que forem desligadas do Programa em decorrência do término do período de vinte e quatro meses previsto no caput.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, a família deverá cumprir os requisitos para ingresso no Programa Bolsa Família estabelecidos nesta Lei e em regulamento.

Seção III

Dos benefícios financeiros

Art. 7º A transferência de renda do Programa Bolsa Família é composta de benefícios financeiros disponibilizados às famílias e calculados na forma estabelecida neste artigo e em regulamento.

§ 1º Constituem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

II - Benefício Complementar, destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), que será calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;

III - Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre zero e sete anos incompletos;

IV - Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:

- a) gestantes;
- b) nutrízes;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



c) crianças com idade entre sete anos e doze anos incompletos; ou

d) adolescentes, com idade entre doze anos e dezoito anos incompletos;

V - Benefício Extraordinário de Transição, destinado exclusivamente às famílias que constarem como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na data de entrada em vigor deste inciso, que será calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

§ 2º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º:

I - serão calculados na ordem estabelecida no § 1º, observada a elegibilidade da família a cada um deles, na forma estabelecida em regulamento; e

II - poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Ato do Poder Executivo federal poderá alterar:

I - os valores dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I, III e IV do § 1º;

II - o valor de referência de R\$ 600,00 (seiscentos reais) de que trata o inciso II do § 1º; e

III - o valor de referência para caracterização da situação de pobreza de que trata o inciso II do caput do art. 5º.

§ 4º Os valores de que trata o § 3º poderão ser corrigidos a cada intervalo de, no máximo, vinte e quatro meses, na forma estabelecida em regulamento, sendo vedada sua redução.

§ 5º O Benefício Variável Familiar será calculado por integrante familiar que se enquadrar nas hipóteses previstas no inciso IV do § 1º.

§ 6º Os benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do § 1º serão pagos enquanto as famílias beneficiárias estiverem enquadradas nos critérios de elegibilidade ao Programa Bolsa Família e de manutenção dos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



CD232354201300



105

10

CD/23235.42013-00

benefícios, sem prejuízo do disposto no art. 6º, na forma estabelecida em regulamento.

§ 7º O Benefício Extraordinário de Transição:

I - terá duração limitada, na forma estabelecida em regulamento; e

II - sem prejuízo do disposto no art. 6º, terá o seu pagamento encerrado quando:

a) a redução no valor do benefício transferido à família decorrer de alteração da estrutura familiar ou da renda familiar per capita mensal, na forma estabelecida em regulamento; ou

b) a soma dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do § 1º devidos à família beneficiária for igual ou superior ao valor que a família recebia como beneficiária do Programa Auxílio Brasil.

§ 8º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º constituem direito das famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, na forma estabelecida nesta Lei e em regulamento, observado o disposto no § 1º do art. 11.

Art. 8º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º do art. 7º serão pagos mensalmente pelo agente pagador do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º O pagamento dos benefícios financeiros de que trata o caput será feito:

I - ao responsável familiar, de acordo com os dados constantes da inscrição da família no CadÚnico; e

II - preferencialmente, à mulher.

§ 2º Os benefícios financeiros de que trata o caput poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, na forma estabelecida em resoluções do Banco Central do Brasil:

I - conta do tipo poupança social digital, de que trata a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020;

II - conta poupança digital;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



CD232354201300



III - conta contábil;

IV - conta de depósitos; ou

V - outras espécies de contas que venham a ser criadas, desde que autorizadas por ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

§ 3º Reverterão à Conta Única do Tesouro Nacional os créditos:

I - de benefícios disponibilizados indevidamente;

II - das contas a que se referem os incisos I, II, IV e V do § 2º não movimentadas, na forma estabelecida em regulamento; e

III - de recursos não sacados da conta a que se refere o inciso III do § 2º, na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º A abertura da conta do tipo poupança social digital para os pagamentos dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - poderá ocorrer de forma automática, em nome do responsável familiar inscrito no CadÚnico; e

II - ocorrerá na forma estabelecida em contrato firmado entre a União e o agente pagador do Programa Bolsa Família.

Seção IV

Da identificação dos integrantes das famílias

Art. 9º A identificação dos integrantes das famílias que se inscreverem no CadÚnico será realizada, preferencialmente, por meio do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre a utilização de documentos alternativos ao CPF, como o Número de Identificação Social - NIS e o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - RANI, para fins de identificação dos integrantes das famílias registradas no CadÚnico.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



107
12

CD/23235.42013-00

Seção V**Das condicionalidades**

Art. 10. A manutenção da família como beneficiária no Programa Bolsa Família dependerá, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos nesta Lei e em regulamento, do cumprimento, pelos integrantes das famílias, de condicionalidades relativas:

I - à realização de pré-natal;

II - ao cumprimento do calendário nacional de vacinação;

III - ao acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até sete anos de idade incompletos; e

IV - à frequência escolar mínima de:

a) sessenta por cento, para os beneficiários de quatro anos a seis anos de idade incompletos; e

b) setenta e cinco por cento, para os beneficiários de seis anos a dezoito anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica.

§ 1º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os critérios para o cumprimento das condicionalidades;

II - as informações a serem coletadas e disponibilizadas;

III - as atribuições dos órgãos responsáveis pela gestão e pela execução das políticas destinadas à provisão dos serviços relacionados com as condicionalidades;

IV - os efeitos do descumprimento das condicionalidades pelas famílias, vedada a adoção de procedimentos de caráter punitivo e de exposição vexatória;

V - as alterações nos percentuais de frequência escolar estabelecidos no inciso IV do caput; e

VI - os procedimentos e os mecanismos para a verificação da situação da família e o seu atendimento, com estabelecimento de prazo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *

razoável para que possa cumprir as exigências antes de ser desligada do Programa Bolsa Família.

§ 2º A rede de serviços do SUAS poderá atender ou acompanhar as famílias beneficiárias em situação de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, com vistas à superação gradativa de suas vulnerabilidades, na forma estabelecida em regulamento.

Seção VI

Da operacionalização e da gestão

Art. 11. As despesas do Programa Bolsa Família serão custeadas pelos seguintes recursos, a serem aplicados na forma prevista na legislação específica e em conformidade com as dotações e as disponibilidades orçamentárias e financeiras:

I - dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Auxílio Brasil;

II - dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Bolsa Família; e

III - outros recursos financeiros de fontes nacionais e internacionais destinados à implementação do Programa Bolsa Família.

§ 1º O Poder Executivo federal compatibilizará a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros de que trata o § 1º do art. 7º com as dotações orçamentárias disponíveis.

§ 2º Enquanto não houver a transposição dos saldos orçamentários entre o Programa Auxílio Brasil e o Programa Bolsa Família, fica autorizada a utilização das dotações disponíveis no Programa Auxílio Brasil para custear o Programa Bolsa Família.

Art. 12. A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e ocorrerão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federativos, observados a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



§ 1º A execução e a gestão descentralizadas a que se refere o caput serão implementadas por meio de adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família, realizada na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º Até que as adesões de que trata o § 1º sejam formalizadas, ficam convalidados os termos de adesão ao Programa Auxílio Brasil firmados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 13. Fica criada a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 14. Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do CadÚnico - IGD, a ser utilizado em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º O índice de que trata o caput destina-se a:

I - aferir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação da gestão estadual, distrital ou municipal, na execução dos procedimentos de:

- a) cadastramento e atualização cadastral;
- b) aprimoramento da qualidade cadastral;
- c) gestão do Programa Bolsa Família;
- d) acompanhamento de condicionalidades;
- e) articulação intersetorial; e
- f) implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias;

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa Bolsa Família e do CadÚnico; e

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federativos a título de apoio financeiro.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



§ 2º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federativos que aderirem ao Programa Bolsa Família, recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa e do CadÚnico, desde que obtenham índices mínimos no IGD, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Para a execução do disposto neste artigo, ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os procedimentos e as condições necessários à adesão ao Programa Bolsa Família e ao CadÚnico, incluídas as obrigações dos entes federativos;

II - os instrumentos, os parâmetros e os procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e

III - os procedimentos e os instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família e de utilização do CadÚnico pelos entes federativos.

§ 4º Os resultados obtidos pelo ente federativo na gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, aferidos na forma prevista no inciso I do § 1º, serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas aos respectivos conselhos de assistência social e, na hipótese de não aprovação, os recursos transferidos na forma prevista no § 2º serão restituídos pelo ente federativo ao respectivo fundo de assistência social, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º O montante dos recursos de que trata o § 2º não excederá a um por cento da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 7º Na hipótese prevista no § 6º, ato do Poder Executivo federal estabelecerá os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federativo.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



CD232354201300



Seção VII

Do agente operador e pagador

Art. 15. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família, dispensada a licitação para sua contratação, mediante condições a serem pactuadas com o Governo federal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º É vedado ao agente operador e pagador efetuar descontos ou compensações que impliquem a redução do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família ou de qualquer programa de transferência condicionada de renda, a pretexto de recompor saldos negativos ou de saldar dívidas preexistentes do beneficiário.

§ 2º A Caixa Econômica Federal, com a anuência do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, poderá subcontratar instituição financeira, para efetuar o pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

§ 3º Poderão ser contratadas instituições públicas e privadas para apoiar a operacionalização e o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, fica dispensada a licitação, caso se trate de instituição pública que tenha, entre suas competências, as atividades contratadas para a operacionalização do Programa Bolsa Família.

§ 5º O Governo federal poderá firmar apenas um instrumento contratual com a Caixa Econômica Federal para a execução das atividades:

- I - de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família;
- II - de fornecimento da infraestrutura necessária à organização e à manutenção do CadÚnico; e
- III - de desenvolvimento dos sistemas de processamento de dados.

§ 6º O disposto no § 1º deste artigo:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



I - aplica-se às instituições subcontratadas pela Caixa Econômica Federal, na forma do § 2º; e

II - não se aplica ao pagamento, pelos beneficiários, dos empréstimos pessoais já contratados com base no art. 6º-B da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

§ 7º A autorização contida no § 2º alcança as instituições de que trata o [art. 6º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013](#).

Seção VIII

Do controle e da participação social

Art. 16. O controle e a participação social no Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, pelo conselho de assistência social.

Art. 17. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos benefícios do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º As informações a que se refere o caput serão divulgadas em meio eletrônico de acesso público e em outros meios.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às informações relativas aos benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil e do Programa Alimenta Brasil, instituídos pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 3º Poderão ser adotadas ações que ampliem o diálogo da gestão do Programa Bolsa Família com as famílias beneficiárias e com a rede que lhes presta atendimento, facilitando o acesso a informações, orientações e normas aplicáveis, na forma do regulamento.

§ 4º Serão disponibilizados sistemas de informação online, canais nas redes sociais, páginas governamentais na internet, entre outros meios, sobre as ações de gestão do Programa Bolsa Família, incluindo as informações de que trata o parágrafo anterior.

Seção IX

Do ressarcimento de recursos financeiros



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



113

18

CD/23235.42013-00

Art. 18. Sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, e observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o responsável familiar que dolosamente prestar informação falsa no CadÚnico, ao registrar seus dados ou dos integrantes de sua família, que resulte no ingresso ou na permanência como beneficiário do Programa Bolsa Família, deverá ressarcir ao erário os valores recebidos a título de benefícios financeiros do Programa.

§ 1º A notificação para o ressarcimento de que trata o caput poderá ser realizada pelos seguintes meios, sem prejuízo de outros que possam ser estabelecidos em regulamento:

I - meio eletrônico;

II - serviço de mensagens curtas (short message service) - SMS;

III - rede bancária;

IV - via postal, considerado o endereço do beneficiário constante do CadÚnico, hipótese em que o aviso de recebimento será considerado prova suficiente de notificação;

V - pessoalmente, quando entregue ao beneficiário em mão, desde que haja registro da notificação; ou

VI - edital, quando o beneficiário não for localizado, após a notificação realizada pelos meios previstos nos incisos I a V.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - as condições e os valores mínimos para a cobrança de ressarcimento a que se refere o caput;

II - as formas de notificação previstas nos incisos I, II e III do § 1º; e

III - os prazos, as etapas e os procedimentos necessários ao processo de ressarcimento.

§ 3º Para fins de ressarcimento, será considerado o valor original do débito atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



§ 4º Nas hipóteses de denúncia ou de constatação de indício de fraude cometida por agente público durante a inscrição da família no CadÚnico, as informações serão enviadas para apuração da autoridade policial competente.

Art. 19. Os valores não restituídos, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, serão inscritos em dívida ativa da União, na forma prevista na legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DO ADICIONAL COMPLEMENTAR PARA O PROGRAMA AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS

Art. 20. Fica instituído o Adicional Complementar para Famílias Beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 1º O Adicional Complementar consiste no pagamento, bimestral, do valor monetário correspondente a um adicional de cinquenta por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços - SLP da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos seis meses anteriores, às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.

§ 2º Terão direito ao Adicional Complementar as famílias beneficiárias cujo benefício esteja liberado ou temporariamente bloqueado na data da geração da folha de pagamentos da competência do benefício.

§ 3º O Adicional Complementar será limitado a um benefício por família.

§ 4º O Adicional Complementar terá caráter temporário e será pago até que novo programa venha a substituir o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 5º As despesas para o pagamento e a operacionalização do Adicional Complementar destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao referido Programa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



115
20

CD/23235.42013-00

Art. 21. Compete ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a implementação do Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

§ 1º Para o pagamento do Adicional Complementar será utilizada a estrutura de gestão e operação de benefícios e de pagamentos do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 2º O pagamento do Adicional Complementar será feito na data prevista no calendário de pagamentos do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, pelos mesmos meios de pagamento.

Art. 22. Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e nos seus regulamentos ao Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome poderá definir procedimentos para a gestão e a operacionalização do Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Os atos normativos infralegais que dispõem sobre o Programa Auxílio Brasil, no que forem compatíveis com o disposto nesta Lei, permanecem em vigor até que sejam reeditados.

Art. 24. As famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil deixarão de receber os benefícios financeiros do referido Programa quando passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, sem prejuízo das regras de elegibilidade e manutenção de benefícios do Programa Bolsa Família.

Art. 25. Com a finalidade de garantir a continuidade do atendimento às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, os contratos vigentes para a sua operacionalização poderão ser aditados no âmbito do Programa Bolsa Família.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *

Art. 26. Ficam extintos os benefícios instituídos pelo art. 5º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º Serão realizados os pagamentos mensais, relativos aos benefícios concedidos em dezembro de 2022, até que se complete o total das doze parcelas mensais previstas, dos seguintes benefícios instituídos pelo art. 5º da Lei nº 14.284, de 2021:

I - Auxílio Esporte Escolar;

II - Bolsa de Iniciação Científica Júnior; e

III - Auxílio Inclusão Produtiva Rural.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal estabelecerá os critérios e os procedimentos para a execução dos benefícios de que trata o § 1º durante o ano de 2023.

Art. 27. O disposto nos art. 18 e art. 19 aplica-se aos benefícios instituídos no âmbito:

I - do Programa Auxílio Brasil, incluídos os processos não concluídos na data da publicação desta Lei; e

II - do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, incluídos os processos não concluídos na data da publicação desta Lei.

§ 1º As cobranças de ressarcimentos relativas à vigência da Lei nº 10.836, de 2004, nos termos do disposto no inciso II do caput, ficam condicionadas à possibilidade de obtenção do histórico de movimentação cadastral da família beneficiária na base de dados do CadÚnico.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal regulamentará os procedimentos aplicáveis às hipóteses previstas no caput do art. 28 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Art. 28. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º-F. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



CD232354201300



117
22

CD/23235.42013-00

disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, nos termos do regulamento.

.....
.
§ 2º A inscrição no CadÚnico poderá ser obrigatória para acesso a programas sociais do Governo federal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Para fins de cumprimento do disposto no art. 12 da Emenda à Constituição nº 103, de 12 de novembro de 2019, e de ampliação da fidedignidade das informações cadastrais, será garantida a interoperabilidade de dados do CadÚnico com os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 4º Os dados do CNIS incluídos no CadÚnico poderão ser acessados pelos órgãos gestores do CadÚnico, nos três níveis da federação, conforme termo de adesão do ente federativo ao CadÚnico, do qual constará cláusula de compromisso com o sigilo de dados.

§ 5º A sociedade civil poderá cooperar com a identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico, nos termos do regulamento.

§ 6º O CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, reduzindo sua invisibilidade social e visando identificar suas demandas por políticas públicas, na forma do regulamento.

.....” (NR)

“Art. 20.

.....

.....
.
§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória, bem como as transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

.....” (NR)

Art. 29. O art.6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



“Art.

6º

§ 5º Para os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social, os descontos e as retenções mencionados no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

§ 5º-A Para os titulares do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, os descontos e as retenções mencionados no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 30% (trinta por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente ou à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício.

§ 6º A instituição financeira que proceder à retenção de valor superior ao limite estabelecido nos §§ 5º e 5º-A deste artigo perderá todas as garantias que lhe são conferidas por esta Lei.

§ 7º Aplica-se o previsto no caput e no § 5º deste artigo aos titulares da renda mensal vitalícia (RMV) prevista na [Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974](#).

§ 8º Para os benefícios que tenham como requisito para sua concessão a preexistência do benefício de prestação continuada de que trata o [art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, aplicam-se o previsto no caput e no § 5º-A](#).

§ 9º As operações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis de que trata o § 5º-A deverão ser realizadas em dois momentos, separados entre si pelo intervalo mínimo de cinco dias úteis entre a proposta da instituição financeira e a celebração do contrato.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *



119

24

CD/23235.42013-00

Art. 30. A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

2º

.....

.

§ 1º Para fazer jus ao benefício, o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

.....” (NR)

Art. 31. As suspensões das parcelas do Programas Auxílio Brasil e Bolsa Família que, na forma do § 9º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, não tenham sido aplicadas até o momento da publicação desta Lei não serão tratadas como dívidas da família beneficiária, nem imputadas ao Programa Bolsa Família.

Art. 32. As agências financeiras oficiais de fomento desenvolverão, de forma integrada e articulada, instrumentos de crédito específicos para a inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Art. 33. Ficam revogados:

I - o art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003;

II - os seguintes dispositivos da Lei nº 14.284, 7 de dezembro de 2021:

a) os art. 1º a art. 20;

b) os § 1º e § 2º do art. 21;

c) os art. 22 a art. 27; e

d) os § 1º a § 6º do art. 28;

III - os art. 1º a art. 5º da Lei nº 14.342, de 18 de maio de 2022;

IV - a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023; e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



CD232354201300



120

25

CD/23235.42013-00

V – os §§ 8º, 9º e 10 do art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor:

I – em 1º de janeiro de 2024, quanto:

a) aos arts. 30 e 31 e ao inciso V do caput do art. 33;

b) ao § 3º do art. 4º; e

II – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **DR. FRANCISCO (PT/PI)**

Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232354201300>



* C D 2 3 2 3 5 4 2 0 1 3 0 0 *





Senado Federal

121

Relatório de Registro de Presença**CMMPV 1164/2023, 9 e 10/05/2023*, 4ª Reunião**

Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	2. CONFÚCIO MOURA	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	3. SERGIO MORO	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	4. CARLOS VIANA	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	5. WEVERTON	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ANGELO CORONEL	PRESENTE	1. ZENAIDE MAIA	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	2. NELSINHO TRAD	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. TERESA LEITÃO	PRESENTE
JORGE KAJURU	PRESENTE	4. AUGUSTA BRITO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	1. VAGO	
WILDER MORAIS		2. JORGE SEIF	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. DR. HIRAN	
MECIAS DE JESUS		2. DAMARES ALVES	

MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS			
TITULARES		SUPLENTEs	
ANDREIA SIQUEIRA	PRESENTE	1. CHARLES FERNANDES	PRESENTE
LAURA CARNEIRO	PRESENTE	2. VAGO	
RICARDO AYRES	PRESENTE	3. ROGÉRIA SANTOS	PRESENTE

PL			
TITULARES		SUPLENTEs	
FERNANDO RODOLFO		1. DELEGADO RAMAGEM	PRESENTE
CAPITÃO ALBERTO NETO	PRESENTE	2. JULIA ZANATTA	

PCdoB, PT, PV			
TITULARES		SUPLENTEs	
DR. FRANCISCO	PRESENTE	1. ANA PIMENTEL	PRESENTE
ODAIR CUNHA	PRESENTE	2. PATRUS ANANIAS	PRESENTE

UNIÃO			
TITULARES		SUPLENTEs	
FERNANDA PESSOA		1. RODRIGO VALADARES	
CRISTIANE LOPES	PRESENTE	2. ROSÂNGELA MORO	PRESENTE





122

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CMMPV 1164/2023, 9 e 10/05/2023*, 4ª Reunião

PP		
TITULARES	SUPLENTE	
ANDRÉ FUFUCA	1. JULIO LOPES	PRESENTE

CIDADANIA, PSDB		
TITULARES	SUPLENTE	
GEOVANIA DE SÁ	1. ALEX MANENTE	PRESENTE

PDT		
TITULARES	SUPLENTE	
DORINALDO MALAFAIA	1. MÁRCIO HONAISSER	PRESENTE

PATRIOTA		
TITULARES	SUPLENTE	
FRED COSTA	1. DR. FREDERICO	PRESENTE

Não Membros Presentes

DR. SAMUEL ARAÚJO
FLÁVIO BOLSONARO
IZALCI LUCAS
EFRAIM FILHO
LUCAS BARRETO
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM

*Reunião realizada em:

09 de Maio de 2023 (Terça-feira), às 11h (abertura)
10 de Maio de 2023 (Quarta-feira), às 12h (continuação)
10 de Maio de 2023 (Quarta-feira), às 13h (encerramento)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164/2023

DECISÃO DA COMISSÃO

Reunida nesta data a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1164, de 2023, foi aprovado, por unanimidade, o relatório do Deputado Dr. Francisco, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.164, de 2023; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nº 96, 99, 199, 218, 230, 243, 244 e 252, as quais foram consideradas inconstitucionais; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 7, 9, 10, 16, 20, 21, 24, 27, 30, 36, 40, 41, 42, 57, 61, 67, 72, 76, 101, 123, 124, 128, 139, 145, 151, 158, 172, 194, 196, 206, 212, 220, 221, 233, 238, 240 e 256; pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 3, 6, 11, 15, 19, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 44, 46, 49, 55, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 75, 82, 85, 94, 95, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 120, 126, 127, 129, 135, 136, 138, 141, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 165, 166, 170, 173, 174, 176, 180, 183, 186, 191, 195, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 210, 211, 216, 219, 225, 226, 227, 229, 232, 236, 239, 242, 245, 246, 250, 251 e 254; pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 8, 12, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 25, 32, 35, 37, 38, 39, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 70, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 152, 155, 157, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 201, 204, 207, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 224, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 241, 243, 244, 247, 248, 249, 252, 253, 255 e 257; e no mérito pela aprovação da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das Emendas nºs 7, 11, 16, 19, 20, 28, 36, 49, 57, 67, 73, 94, 101, 103, 123,



124

124, 128, 139, 145, 154, 156, 158, 165, 168, 170, 172, 174, 180, 183, 194, 195, 196, 208, 212, 219, 220, 221, 233, 236, 238, 239, 240, 242 e 251 acolhidas parcialmente ou integralmente, com o Projeto de Lei de Conversão em anexo; e pela rejeição das demais Emendas.

Brasília, 10 de maio de 2023.


Deputado DORINALDO MALAFAIA
Vice-Presidente da Comissão Mista



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2023

(Medida Provisória nº 1.164, de 2023)

Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em substituição ao Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º O Programa Bolsa Família constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Constituição e no caput e no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

§ 2º Os critérios, os parâmetros, os mecanismos e os procedimentos para adequação dos benefícios do Programa Auxílio Brasil ao Programa Bolsa Família serão estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos.

§ 3º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II**DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA****Seção I**

Disposições gerais

Art. 2º O Programa Bolsa Família, destinado à transferência direta e condicionada de renda, será implementado na forma estabelecida nesta Lei e em seus regulamentos.

Art. 3º São objetivos do Programa Bolsa Família:

I - combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;

II - contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e

III - promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza.

Parágrafo único. Os objetivos do Programa Bolsa Família serão obtidos por meio de:

I - articulação entre o Programa e as ações de saúde, de educação, de assistência social e de outras áreas que atendam o público beneficiário, executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital;

II - vinculação ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, permitida a utilização de sua rede de serviços socioassistenciais;

III - coordenação e compartilhamento da gestão e da execução com os entes federativos que venham a aderir ao Programa, na forma estabelecida nesta Lei e em seus regulamentos;

IV - participação social, por meio dos procedimentos estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos;

V - utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 1993, e sua promoção como plataforma de integração do Programa a ações executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital; e



VI - respeito à privacidade das famílias beneficiárias, na forma estabelecida na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 4º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família - núcleo composto por uma ou mais pessoas que formem um grupo doméstico, com residência no mesmo domicílio, e que contribuam para o rendimento ou que dele dependam para atendimento de suas despesas;

II - renda familiar mensal - soma dos rendimentos auferidos por todos os integrantes da família, excluídos aqueles rendimentos indicados no § 1º deste artigo e em regulamento;

III - renda familiar per capita mensal - razão entre a renda familiar mensal e o total de integrantes da família; e

IV - domicílio - local que serve de moradia à família.

§ 1º Para fins do disposto no inciso II do caput, não serão computados na renda familiar mensal, sem prejuízo de outros rendimentos indicados em regulamento:

I - benefícios financeiros de caráter eventual, temporário ou sazonal instituídos pelo Poder Público federal, estadual, municipal e distrital;

II - recursos financeiros de natureza indenizatória, recebidos de entes públicos ou privados, para recomposição de danos materiais ou morais; e

III - recursos financeiros recebidos de ações de transferência de renda de natureza assistencial instituídas pelo Poder Público federal, estadual, municipal e distrital.

§ 2º O Benefício de Prestação Continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, recebido por quaisquer dos integrantes da família, compõe o cálculo da renda familiar per capita mensal.

§ 3º O Poder Executivo poderá autorizar o desconto de faixas percentuais do valor do Benefício de Prestação Continuada recebido por pessoa com deficiência no cálculo renda familiar per capita mensal de que trata o inciso



II do caput, observando-se, no que couber, o critério de que trata o inciso I do art. 20-B da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, na forma do regulamento.

Seção II

Da elegibilidade

Art. 5º São elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias:

I - inscritas no CadÚnico; e

II - cuja renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).

Art. 6º As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja renda per capita mensal seja superior ao valor estabelecido no inciso II do caput do art. 5º serão mantidas no Programa pelo período de até vinte e quatro meses, observados os parâmetros estabelecidos neste artigo e em regulamento.

§ 1º Na hipótese de a renda familiar per capita mensal superar o valor de meio salário mínimo, excluído de seu cálculo o valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e observado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 4º, a família será desligada do Programa.

§ 2º Durante o período de vinte e quatro meses a que se refere o caput, a família beneficiária receberá cinquenta por cento do valor dos benefícios financeiros a que for elegível, nos termos do disposto no art. 7º.

§ 3º Terão prioridade para reingressar no Programa Bolsa Família:

I - as famílias que voluntariamente se desligarem do Programa;
e

II - as famílias que forem desligadas do Programa em decorrência do término do período de vinte e quatro meses previsto no caput.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, a família deverá cumprir os requisitos para ingresso no Programa Bolsa Família estabelecidos nesta Lei e em regulamento.

Seção III



Dos benefícios financeiros

Art. 7º A transferência de renda do Programa Bolsa Família é composta de benefícios financeiros disponibilizados às famílias e calculados na forma estabelecida neste artigo e em regulamento.

§ 1º Constituem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

II - Benefício Complementar, destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), que será calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;

III - Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre zero e sete anos incompletos;

IV - Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:

- a) gestantes;
- b) nutrízes;
- c) crianças com idade entre sete anos e doze anos incompletos;

ou

d) adolescentes, com idade entre doze anos e dezoito anos incompletos;

V - Benefício Extraordinário de Transição, destinado exclusivamente às famílias que constarem como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na data de entrada em vigor deste inciso, que será calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

§ 2º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º:



I - serão calculados na ordem estabelecida no § 1º, observada a elegibilidade da família a cada um deles, na forma estabelecida em regulamento; e

II - poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Ato do Poder Executivo federal poderá alterar:

I - os valores dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I, III e IV do § 1º;

II - o valor de referência de R\$ 600,00 (seiscentos reais) de que trata o inciso II do § 1º; e

III - o valor de referência para caracterização da situação de pobreza de que trata o inciso II do caput do art. 5º.

§ 4º Os valores de que trata o § 3º poderão ser corrigidos a cada intervalo de, no máximo, vinte e quatro meses, na forma estabelecida em regulamento, sendo vedada sua redução.

§ 5º O Benefício Variável Familiar será calculado por integrante familiar que se enquadrar nas hipóteses previstas no inciso IV do § 1º.

§ 6º Os benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do § 1º serão pagos enquanto as famílias beneficiárias estiverem enquadradas nos critérios de elegibilidade ao Programa Bolsa Família e de manutenção dos benefícios, sem prejuízo do disposto no art. 6º, na forma estabelecida em regulamento.

§ 7º O Benefício Extraordinário de Transição:

I - terá duração limitada, na forma estabelecida em regulamento; e

II - sem prejuízo do disposto no art. 6º, terá o seu pagamento encerrado quando:

a) a redução no valor do benefício transferido à família decorrer de alteração da estrutura familiar ou da renda familiar per capita mensal, na forma estabelecida em regulamento; ou



131
7

b) a soma dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I a IV do § 1º devidos à família beneficiária for igual ou superior ao valor que a família recebia como beneficiária do Programa Auxílio Brasil.

§ 8º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º constituem direito das famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, na forma estabelecida nesta Lei e em regulamento, observado o disposto no § 1º do art. 11.

Art. 8º Os benefícios financeiros de que trata o § 1º do art. 7º serão pagos mensalmente pelo agente pagador do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º O pagamento dos benefícios financeiros de que trata o caput será feito:

I - ao responsável familiar, de acordo com os dados constantes da inscrição da família no CadÚnico; e

II - preferencialmente, à mulher.

§ 2º Os benefícios financeiros de que trata o caput poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, na forma estabelecida em resoluções do Banco Central do Brasil:

I - conta do tipo poupança social digital, de que trata a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020;

II - conta poupança digital;

III - conta contábil;

IV - conta de depósitos; ou

V - outras espécies de contas que venham a ser criadas, desde que autorizadas por ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

§ 3º Reverterão à Conta Única do Tesouro Nacional os créditos:

I - de benefícios disponibilizados indevidamente;

II - das contas a que se referem os incisos I, II, IV e V do § 2º não movimentadas, na forma estabelecida em regulamento; e



III - de recursos não sacados da conta a que se refere o inciso III do § 2º, na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º A abertura da conta do tipo poupança social digital para os pagamentos dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - poderá ocorrer de forma automática, em nome do responsável familiar inscrito no CadÚnico; e

II - ocorrerá na forma estabelecida em contrato firmado entre a União e o agente pagador do Programa Bolsa Família.

Seção IV

Da identificação dos integrantes das famílias

Art. 9º A identificação dos integrantes das famílias que se inscreverem no CadÚnico será realizada, preferencialmente, por meio do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre a utilização de documentos alternativos ao CPF, como o Número de Identificação Social - NIS e o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - RANI, para fins de identificação dos integrantes das famílias registradas no CadÚnico.

Seção V

Das condicionalidades

Art. 10. A manutenção da família como beneficiária no Programa Bolsa Família dependerá, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos nesta Lei e em regulamento, do cumprimento, pelos integrantes das famílias, de condicionalidades relativas:

I - à realização de pré-natal;

II - ao cumprimento do calendário nacional de vacinação;

III - ao acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até sete anos de idade incompletos; e

IV - à frequência escolar mínima de:



a) sessenta por cento, para os beneficiários de quatro anos a seis anos de idade incompletos; e

b) setenta e cinco por cento, para os beneficiários de seis anos a dezoito anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica.

§ 1º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os critérios para o cumprimento das condicionalidades;

II - as informações a serem coletadas e disponibilizadas;

III - as atribuições dos órgãos responsáveis pela gestão e pela execução das políticas destinadas à provisão dos serviços relacionados com as condicionalidades;

IV - os efeitos do descumprimento das condicionalidades pelas famílias, vedada a adoção de procedimentos de caráter punitivo e de exposição vexatória;

V - as alterações nos percentuais de frequência escolar estabelecidos no inciso IV do caput; e

VI - os procedimentos e os mecanismos para a verificação da situação da família e o seu atendimento, com estabelecimento de prazo razoável para que possa cumprir as exigências antes de ser desligada do Programa Bolsa Família.

§ 2º A rede de serviços do SUAS poderá atender ou acompanhar as famílias beneficiárias em situação de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, com vistas à superação gradativa de suas vulnerabilidades, na forma estabelecida em regulamento.

Seção VI

Da operacionalização e da gestão

Art. 11. As despesas do Programa Bolsa Família serão custeadas pelos seguintes recursos, a serem aplicados na forma prevista na legislação específica e em conformidade com as dotações e as disponibilidades orçamentárias e financeiras:



I - dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Auxílio Brasil;

II - dotações orçamentárias da União alocadas ao Programa Bolsa Família; e

III - outros recursos financeiros de fontes nacionais e internacionais destinados à implementação do Programa Bolsa Família.

§ 1º O Poder Executivo federal compatibilizará a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros de que trata o § 1º do art. 7º com as dotações orçamentárias disponíveis.

§ 2º Enquanto não houver a transposição dos saldos orçamentários entre o Programa Auxílio Brasil e o Programa Bolsa Família, fica autorizada a utilização das dotações disponíveis no Programa Auxílio Brasil para custear o Programa Bolsa Família.

Art. 12. A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e ocorrerão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federativos, observados a intersectorialidade, a participação comunitária e o controle social.

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas a que se refere o caput serão implementadas por meio de adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família, realizada na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º Até que as adesões de que trata o § 1º sejam formalizadas, ficam convalidados os termos de adesão ao Programa Auxílio Brasil firmados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 13. Fica criada a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 14. Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do CadÚnico - IGD, a ser utilizado em âmbito estadual,



distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º O índice de que trata o caput destina-se a:

I - aferir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação da gestão estadual, distrital ou municipal, na execução dos procedimentos de:

- a) cadastramento e atualização cadastral;
- b) aprimoramento da qualidade cadastral;
- c) gestão do Programa Bolsa Família;
- d) acompanhamento de condicionalidades;
- e) articulação intersetorial; e
- f) implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias;

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa Bolsa Família e do CadÚnico; e

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federativos a título de apoio financeiro.

§ 2º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federativos que aderirem ao Programa Bolsa Família, recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa e do CadÚnico, desde que obtenham índices mínimos no IGD, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Para a execução do disposto neste artigo, ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - os procedimentos e as condições necessários à adesão ao Programa Bolsa Família e ao CadÚnico, incluídas as obrigações dos entes federativos;

II - os instrumentos, os parâmetros e os procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e



III - os procedimentos e os instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família e de utilização do CadÚnico pelos entes federativos.

§ 4º Os resultados obtidos pelo ente federativo na gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, aferidos na forma prevista no inciso I do § 1º, serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas aos respectivos conselhos de assistência social e, na hipótese de não aprovação, os recursos transferidos na forma prevista no § 2º serão restituídos pelo ente federativo ao respectivo fundo de assistência social, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º O montante dos recursos de que trata o § 2º não excederá a um por cento da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 7º Na hipótese prevista no § 6º, ato do Poder Executivo federal estabelecerá os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federativo.

Seção VII

Do agente operador e pagador

Art. 15. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família, dispensada a licitação para sua contratação, mediante condições a serem pactuadas com o Governo federal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º É vedado ao agente operador e pagador efetuar descontos ou compensações que impliquem a redução do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família ou de qualquer programa de transferência condicionada de renda, a pretexto de recompor saldos negativos ou de saldar dívidas preexistentes do beneficiário.

§ 2º A Caixa Econômica Federal, com a anuência do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, poderá



137
13

subcontratar instituição financeira, para efetuar o pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

§ 3º Poderão ser contratadas instituições públicas e privadas para apoiar a operacionalização e o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, fica dispensada a licitação, caso se trate de instituição pública que tenha, entre suas competências, as atividades contratadas para a operacionalização do Programa Bolsa Família.

§ 5º O Governo federal poderá firmar apenas um instrumento contratual com a Caixa Econômica Federal para a execução das atividades:

I - de agente operador e pagador do Programa Bolsa Família;

II - de fornecimento da infraestrutura necessária à organização e à manutenção do CadÚnico; e

III - de desenvolvimento dos sistemas de processamento de dados.

§ 6º O disposto no § 1º deste artigo:

I - aplica-se às instituições subcontratadas pela Caixa Econômica Federal, na forma do § 2º; e

II - não se aplica ao pagamento, pelos beneficiários, dos empréstimos pessoais já contratados com base no art. 6º-B da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

§ 7º A autorização contida no § 2º alcança as instituições de que trata o art. 6º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Seção VIII

Do controle e da participação social

Art. 16. O controle e a participação social no Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, pelo conselho de assistência social.

Art. 17. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos benefícios do Programa Bolsa Família, na forma estabelecida em regulamento.



§ 1º As informações a que se refere o caput serão divulgadas em meio eletrônico de acesso público e em outros meios.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às informações relativas aos benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil e do Programa Alimenta Brasil, instituídos pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 3º Poderão ser adotadas ações que ampliem o diálogo da gestão do Programa Bolsa Família com as famílias beneficiárias e com a rede que lhes presta atendimento, facilitando o acesso a informações, orientações e normas aplicáveis, na forma do regulamento.

§ 4º Serão disponibilizados sistemas de informação online, canais nas redes sociais, páginas governamentais na internet, entre outros meios, sobre as ações de gestão do Programa Bolsa Família, incluindo as informações de que trata o parágrafo anterior.

Seção IX

Do ressarcimento de recursos financeiros

Art. 18. Sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, e observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o responsável familiar que dolosamente prestar informação falsa no CadÚnico, ao registrar seus dados ou dos integrantes de sua família, que resulte no ingresso ou na permanência como beneficiário do Programa Bolsa Família, deverá ressarcir ao erário os valores recebidos a título de benefícios financeiros do Programa.

§ 1º A notificação para o ressarcimento de que trata o caput poderá ser realizada pelos seguintes meios, sem prejuízo de outros que possam ser estabelecidos em regulamento:

I - meio eletrônico;

II - serviço de mensagens curtas (short message service) - SMS;

III - rede bancária;

IV - via postal, considerado o endereço do beneficiário constante do CadÚnico, hipótese em que o aviso de recebimento será considerado prova suficiente de notificação;



V - pessoalmente, quando entregue ao beneficiário em mão, desde que haja registro da notificação; ou

VI - edital, quando o beneficiário não for localizado, após a notificação realizada pelos meios previstos nos incisos I a V.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - as condições e os valores mínimos para a cobrança de ressarcimento a que se refere o caput;

II - as formas de notificação previstas nos incisos I, II e III do § 1º; e

III - os prazos, as etapas e os procedimentos necessários ao processo de ressarcimento.

§ 3º Para fins de ressarcimento, será considerado o valor original do débito atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 4º Nas hipóteses de denúncia ou de constatação de indício de fraude cometida por agente público durante a inscrição da família no CadÚnico, as informações serão enviadas para apuração da autoridade policial competente.

Art. 19. Os valores não restituídos, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, serão inscritos em dívida ativa da União, na forma prevista na legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DO ADICIONAL COMPLEMENTAR PARA O PROGRAMA AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS

Art. 20. Fica instituído o Adicional Complementar para Famílias Beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 1º O Adicional Complementar consiste no pagamento, bimestral, do valor monetário correspondente a um adicional de cinquenta por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de



Preços - SLP da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos seis meses anteriores, às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.

§ 2º Terão direito ao Adicional Complementar as famílias beneficiárias cujo benefício esteja liberado ou temporariamente bloqueado na data da geração da folha de pagamentos da competência do benefício.

§ 3º O Adicional Complementar será limitado a um benefício por família.

§ 4º O Adicional Complementar terá caráter temporário e será pago até que novo programa venha a substituir o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 5º As despesas para o pagamento e a operacionalização do Adicional Complementar destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao referido Programa.

Art. 21. Compete ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a implementação do Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

§ 1º Para o pagamento do Adicional Complementar será utilizada a estrutura de gestão e operação de benefícios e de pagamentos do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 2º O pagamento do Adicional Complementar será feito na data prevista no calendário de pagamentos do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, pelos mesmos meios de pagamento.

Art. 22. Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e nos seus regulamentos ao Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome poderá definir procedimentos para a gestão e a operacionalização do Adicional Complementar de que trata o art. 20 desta Lei.



CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Os atos normativos infralegais que dispõem sobre o Programa Auxílio Brasil, no que forem compatíveis com o disposto nesta Lei, permanecem em vigor até que sejam reeditados.

Art. 24. As famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil deixarão de receber os benefícios financeiros do referido Programa quando passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, sem prejuízo das regras de elegibilidade e manutenção de benefícios do Programa Bolsa Família.

Art. 25. Com a finalidade de garantir a continuidade do atendimento às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, os contratos vigentes para a sua operacionalização poderão ser aditados no âmbito do Programa Bolsa Família.

Art. 26. Ficam extintos os benefícios instituídos pelo art. 5º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º Serão realizados os pagamentos mensais, relativos aos benefícios concedidos em dezembro de 2022, até que se complete o total das doze parcelas mensais previstas, dos seguintes benefícios instituídos pelo art. 5º da Lei nº 14.284, de 2021:

I - Auxílio Esporte Escolar;

II - Bolsa de Iniciação Científica Júnior; e

III - Auxílio Inclusão Produtiva Rural.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal estabelecerá os critérios e os procedimentos para a execução dos benefícios de que trata o § 1º durante o ano de 2023.

Art. 27. O disposto nos art. 18 e art. 19 aplica-se aos benefícios instituídos no âmbito:

I - do Programa Auxílio Brasil, incluídos os processos não concluídos na data da publicação desta Lei; e



II - do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, incluídos os processos não concluídos na data da publicação desta Lei.

§ 1º As cobranças de ressarcimentos relativas à vigência da Lei nº 10.836, de 2004, nos termos do disposto no inciso II do caput, ficam condicionadas à possibilidade de obtenção do histórico de movimentação cadastral da família beneficiária na base de dados do CadÚnico.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal regulamentará os procedimentos aplicáveis às hipóteses previstas no caput do art. 28 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Art. 28. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º-F. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, nos termos do regulamento.

.....
§ 2º A inscrição no CadÚnico poderá ser obrigatória para acesso a programas sociais do Governo federal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º Para fins de cumprimento do disposto no art. 12 da Emenda à Constituição nº 103, de 12 de novembro de 2019, e de ampliação da fidedignidade das informações cadastrais, será garantida a interoperabilidade de dados do CadÚnico com os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 4º Os dados do CNIS incluídos no CadÚnico poderão ser acessados pelos órgãos gestores do CadÚnico, nos três níveis da federação, conforme termo de adesão do ente federativo ao CadÚnico, do qual constará cláusula de compromisso com o sigilo de dados.

§ 5º A sociedade civil poderá cooperar com a identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico, nos termos do regulamento.

§ 6º O CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, reduzindo



143

19

sua invisibilidade social e visando identificar suas demandas por políticas públicas, na forma do regulamento.

....." (NR)

"Art. 20.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória, bem como as transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

....." (NR)

Art. 29. O art.6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º

§ 5º Para os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social, os descontos e as retenções mencionados no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

§ 5º-A Para os titulares do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, os descontos e as retenções mencionados no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 30% (trinta por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente ou à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício.



§ 6º A instituição financeira que proceder à retenção de valor superior ao limite estabelecido nos §§ 5º e 5º-A deste artigo perderá todas as garantias que lhe são conferidas por esta Lei.

§ 7º Aplica-se o previsto no caput e no § 5º deste artigo aos titulares da renda mensal vitalícia (RMV) prevista na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

§ 8º Para os benefícios que tenham como requisito para sua concessão a preexistência do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, aplicam-se o previsto no caput e no § 5º-A.

§ 9º As operações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis de que trata o § 5º-A deverão ser realizadas em dois momentos, separados entre si pelo intervalo mínimo de cinco dias úteis entre a proposta da instituição financeira e a celebração do contrato.” (NR)

Art. 30. A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º Para fazer jus ao benefício, o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do caput do art. 203 da Constituição e o caput e § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

.....” (NR)

Art. 31. As suspensões das parcelas do Programas Auxílio Brasil e Bolsa Família que, na forma do § 9º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, não tenham sido aplicadas até o momento da publicação desta Lei não serão tratadas como dívidas da família beneficiária, nem imputadas ao Programa Bolsa Família.

Art. 32. As agências financeiras oficiais de fomento desenvolverão, de forma integrada e articulada, instrumentos de crédito específicos para a inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Art. 33. Ficam revogados:

I - o art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003;



145
~~21~~

II - os seguintes dispositivos da Lei nº 14.284, 7 de dezembro de 2021:

- a) os art. 1º a art. 20;
- b) os § 1º e § 2º do art. 21;
- c) os art. 22 a art. 27; e
- d) os § 1º a § 6º do art. 28;

III - os art. 1º a art. 5º da Lei nº 14.342, de 18 de maio de 2022;

IV - a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023; e

V – os §§ 8º, 9º e 10 do art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

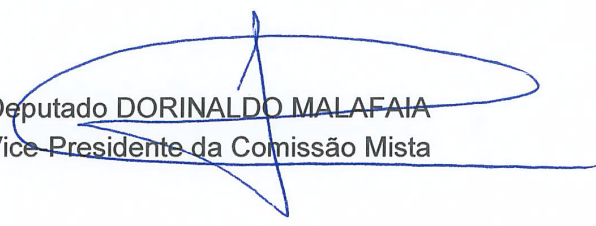
Art. 34. Esta Lei entra em vigor:

I – em 1º de janeiro de 2024, quanto:

- a) aos arts. 30 e 31 e ao inciso V do caput do art. 33;
- b) ao § 3º do art. 4º; e

II – na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2023.



Deputado DORINALDO MALAFAIA
Vice-Presidente da Comissão Mista



Requerimentos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CARLOS VIANA

REQ
00004/2023

REQUERIMENTO Nº , DE 2023



Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos dos arts. 1º e 53 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional, no dia 15/05/2023, a fim de homenagear o Estado de Israel pelos 75 anos decorridos desde sua criação.

JUSTIFICAÇÃO

“Este é o direito natural do povo judeu de comandar o seu próprio destino como todas as outras nações em seu próprio Estado soberano”. Com essas palavras, o presidente da Agência Judaica para a Palestina, David Ben-Gurion, proclamou a criação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948.

Desde sua criação, não foram poucos os desafios vividos pelo Estado de Israel. Mas o ressurgimento de um Estado judeu em sua terra de origem foi um dos mais extraordinários acontecimentos históricos de todos os tempos.

Israel foi criado com o propósito de ser uma pátria para o povo judeu, razão pela qual é muitas vezes referido como o Estado Judeu. Espalhados pelo mundo desde os tempos do Império Romano, os judeus mantiveram vivas sua cultura e religião e nunca deixaram de sonhar com o retorno à Terra Santa.

Mas o sonho do regresso tornou-se necessidade após os horrores da Segunda Guerra Mundial, que resultou em seis milhões de judeus mortos. Com a criação de Israel, milhares de judeus que residiam em diversos países puderam retornar a sua terra ancestral. Mesmo tendo vivido, nesses quase 2 mil anos, de um exílio para outro, muitas vezes por



consequência da intolerância e do preconceito, jamais o povo judeu esqueceu os tempos em que habitou a Terra Santa e lá se desenvolveu como civilização.

Pela importância desse feito, requeiro a realização de Sessão Solene, para que esta Casa preste as devidas e merecidas homenagens ao povo israelense pelo transcurso desses 75 anos de existência do Estado de Israel.

Sala das Sessões, 27 de março de 2023.

Senador CARLOS VIANA
(PODEMOS-MG)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Samuel Viana - PL/MG

CD/23852.10169-00

REQUERIMENTO DO CONGRESSO NACIONAL N. DE 19 de Abril de 2023.

(Do Deputado Federal SAMUEL VIANA)

Requer subscrição ao Requerimento de Sessão
Solene 75 anos Independência de Israel.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art.102 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a subscrição ao Requerimento de Sessão Solene 75 anos Independência de Israel de autoria do Senador Carlos Viana, registrada na SEDOL sob o número 23831.01875-82.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2023.

Deputado SAMUEL VIANA

PL/MG



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 627 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Samuel Viana
Tels (61) 3215-5627/3627 | dep.samuelviana@camara.leg.br
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238521016900>



CD238521016900 LexEdit





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQ
00005/2023

REQUERIMENTO Nº DE 2023

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 1º, §1º e §2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional, em comemoração ao Dia da Defensora e do Defensor Público a ser realizada no dia 17 de maio de 2023.

JUSTIFICATIVA

O dia 19 de maio é marcado anualmente pelas comemorações ao dia da Defensora e do Defensor Público. A Defensoria Pública tem papel fundamental na representação da camada mais pobre da população. Trata-se da garantia de defesa de milhares de pessoas que procuram diariamente o Poder Judiciário na condição de autor ou réu, em busca da prestação de serviço de um defensor. Eles estão amparados pelo art. 5.º, LXXIV, da Constituição Federal que estabelece o dever do Estado na prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos.

O Brasil tem hoje 6.189 defensores e defensoras. No entanto, seriam necessários mais 6 mil profissionais para atender a grande demanda

SENADO FEDERAL – Gabinete do Senador Fabiano Contarato | Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete 6 | CEP 70165-900 | Brasília
DF

Telefone: +55 (61) 3303-9049 | E-mail: sen.fabianocontarato@senado.leg.br



SF/23935.46320-94





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

pelos serviços oferecidos por esses servidores e servidoras, no que se refere à realização do papel de defesa jurisdicional garantido pelo Estado.

Esses profissionais são verdadeiros militantes de Direitos Humanos. São agentes sociais de transformação e merecem toda atenção do Poder Executivo e Legislativo na valorização da sua atividade e, especialmente, na melhoria das condições de trabalho para que eles continuem garantindo o pleno exercício da cidadania ao hipossuficiente.



Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2023.

Senador FABIANO CONTARATO
(PT/ES)



REQUERIMENTO Nº, DE 2023.

Requer a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional, em comemoração ao Dia da Defensora e do Defensor Público.

Senhor Presidente,

Nos termos do requerimento de número 23935.46320- 94/SF, de autoria do Senador Fabiano Contarato (PT/ES), que requer a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional, em comemoração ao Dia da Defensora e do Defensor Público a ser realizada no dia 17 de maio de 2023, requeiro, conjuntamente com o ilustre senador, a realização da sessão solene em epígrafe.

JUSTIFICATIVA

O dia 19 de maio é marcado anualmente pelas comemorações ao dia da Defensora e do Defensor Público. A Defensoria Pública tem papel fundamental na representação da camada mais pobre da população. Trata-se da garantia de defesa de milhares de pessoas que procuram diariamente o Poder Judiciário na condição de autor ou réu, em busca da prestação de serviço de um defensor. Eles estão amparados pelo art. 5.º, LXXIV, da Constituição Federal que estabelece o dever do Estado na prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos.

O Brasil tem hoje 6.189 defensores e defensoras. No entanto, seriam necessários mais 6 mil profissionais para atender a grande demanda pelos serviços oferecidos por esses servidores e servidoras, no que se refere à realização do papel de defesa jurisdicional garantido pelo Estado.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jack Rocha



CD/23847.35649-00

Esses profissionais são verdadeiros militantes de Direitos Humanos. São agentes sociais de transformação e merecem toda atenção do Poder Executivo e Legislativo na valorização da sua atividade e, especialmente, na melhoria das condições de trabalho para que eles continuem garantindo o pleno exercício da cidadania ao hipossuficiente.

Sala das Sessões, 13 de março de 2023

Deputada JACK ROCHA (PT/ES)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jack Rocha



REQ
00006/2023**REQUERIMENTO Nº DE 2023**

Requer Sessão Solene do Congresso para promover a ação do Dia Livre de Impostos e reforçar a importância do diálogo sobre a pauta da Reforma Tributária em nosso país, visando à simplificação, redução da carga de impostos e assim a melhoria do ambiente e negócios brasileiro.


SF/23133.69465-89

Senhor Presidente,

Esse projeto é liderado pela CDL Jovem, braço de empreendedorismo jovem ligado ao Sistema CNDL, este que é formado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), que representa institucionalmente as Federações das Câmaras de Dirigentes Lojistas nos estados (FCDLs), as Câmaras de Dirigentes Lojistas nos municípios (CDLs), a CDL Jovem e o SPC Brasil, responsável por uma rica fonte de dados com soluções para o varejo. Este conjunto de entidades é reconhecido como o Sistema CNDL, a principal entidade representativa do varejo nacional, com mais de duas mil entidades vinculadas, 500 mil empresas associadas e mais de 1,4 milhão de pontos de vendas. □

Os principais objetivos da CDL Jovem são desenvolver e capacitar líderes e gestores, preparar os integrantes para contribuir com a diretoria da entidade, fortalecer as CDLs e o Movimento Lojista, promover ações que estejam de acordo, ou que fortaleçam seus pilares (conscientização política, networking, sustentabilidade, inovação, gestão pela liderança e mudança de hábitos de consumo) e fomentar um ecossistema de empreendedorismo, tecnologia e inovação.

O DLI tem como objetivo realizar uma data de vendas com lojistas, para conscientizar a população sobre a alta carga tributária, excesso de burocracia e o peso dos impostos sobre o consumo no Brasil. Com a campanha, podemos levar a população de forma educativa como podemos melhorar nosso ecossistema de empresas, tendo uma reforma tributária inteligente, eficaz e que beneficie verdadeiramente as empresas e o consumo.

O projeto é realizado há 16 anos, e no ano passado tivemos mais de 17,8 milhões em mídia espontânea, mais de 40 mil empresas no Brasil participando da campanha e mais de 1.300 veículos de mídia nacionais e locais, com mais de 2,3 milhões de acessos ao site oficial e mais de 25 mil assinaturas no manifesto online.



Diante da relevância e por se tratar de um evento com repercussão em âmbito nacional e sobre um tema de interesse pátrio, solicitamos ao Nobre Parlamentar o apoio para apresentação de Requerimento para realização de Sessão Solene do Congresso no dia 22 de maio de 2023, segunda-feira, com o objetivo de promover a ação do Dia Livre de Impostos e reforçar a importância do diálogo sobre a pauta da Reforma Tributária em nosso país, visando a simplificação, redução da carga de impostos e assim a melhoria do ambiente e negócios brasileiro..

Sala das Sessões, 23 de março de 2023.

SENADOR EFRAIM FILHO
(UNIÃO – PB)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Domingos Sávio – PL/MG

REQUERIMENTO Nº DE 2023
(Do Sr. Domingos Sávio)

Requer Sessão Solene do Congresso para promover a ação do Dia Livre de Impostos e reforçar a importância do diálogo sobre a pauta da Reforma Tributária em nosso país, visando à simplificação, redução da carga de impostos e assim a melhoria do ambiente e negócios brasileiros.

Senhor Presidente,

Esse projeto é liderado pela CDL Jovem, braço de empreendedorismo jovem ligado ao Sistema CNDL, este que é formado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), que representa institucionalmente as Federações das Câmaras de Dirigentes Lojistas nos estados (FCDLs), as Câmaras de Dirigentes Lojistas nos municípios (CDLs), a CDL Jovem e o SPC Brasil, responsável por uma rica fonte de dados com soluções para o varejo. Este conjunto de entidades é reconhecido como o Sistema CNDL, a principal entidade representativa do varejo nacional, com mais de duas mil entidades vinculadas, 500 mil empresas associadas e mais de 1,4 milhão de pontos de vendas.

Os principais objetivos da CDL Jovem são desenvolver e capacitar líderes e gestores, preparar os integrantes para contribuir com a diretoria da entidade, fortalecer as CDLs e o Movimento Lojista, promover ações que estejam de acordo, ou que fortaleçam seus pilares (conscientização política, networking, sustentabilidade, inovação, gestão pela liderança e mudança de hábitos de consumo) e fomentar um ecossistema de empreendedorismo, tecnologia e inovação.

O DLI tem como objetivo realizar uma data de vendas com lojistas, para conscientizar a população sobre a alta carga tributária, excesso de burocracia e o peso dos impostos sobre o consumo no Brasil. Com a campanha, podemos levar a população de forma educativa como podemos melhorar nosso ecossistema de empresas, tendo uma reforma tributária inteligente, eficaz e que beneficie verdadeiramente as empresas e o consumo.

O projeto é realizado há 16 anos, e no ano passado tivemos mais de 17,8 milhões em mídia espontânea, mais de 40 mil empresas no Brasil participando da campanha e mais de 1.300 veículos de mídia nacionais e locais, com mais de 2,3 milhões de acessos ao site oficial e mais de 25 mil assinaturas no manifesto online.

Diante da relevância e por se tratar de um evento com repercussão em âmbito nacional e sobre um tema de interesse pátrio, solicitamos ao Nobre Parlamentar o apoio para apresentação de Requerimento para realização de Sessão Solene do Congresso no dia 22 de maio de 2023, segunda-feira, com o objetivo de promover a ação do Dia Livre de Impostos e reforçar a importância do diálogo sobre a pauta da Reforma Tributária em nosso país, visando a simplificação, redução da carga de impostos e assim a melhoria do ambiente e negócios brasileiros.

Sala das Sessões, 23 de Março de 2023.

DEP. DOMINGOS SÁVIO
PL-MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232144369000>



CD/23214.43690-00



CD232144369000
eXEdit





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alan Rick

SF/23553.24084-51 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 16, de 2023, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/23133.69465-89, de autoria do Senador Efraim Filho, que “requer assinatura ao requerimento de Sessão Solene para promover ação do Dia Livre de Imposto”.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2023.

Senador Alan Rick
(UNIÃO - AC)



COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 11/04/2023
Instalação: 11/04/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Marcelo Castro - MDB/PI (47)	1. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (53)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (48)	2. Efraim Filho - UNIÃO/PB (80)
Izalci Lucas - PSDB/DF (49)	3. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (51)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (52)	4. Cid Gomes - PDT/CE (50)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Daniella Ribeiro - PSD/PB (3)	1. Eliziane Gama - PSD/MA (6,54,57)
Irajá - PSD/TO (4)	2. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (7)
Beto Faro - PT/PA (14)	3. Augusta Brito - PT/CE (15)
Ana Paula Lobato - PSB/MA (5)	4. Chico Rodrigues - PSB/RR (8)
Eduardo Gomes - PL/TO (9)	1. Magno Malta - PL/ES (13)
Wilder Moraes - PL/GO (12)	2. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (56)
Laércio Oliveira - PP/SE (10)	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (11)

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
PL, Fdr PT-PCdoB-PV, UNIÃO, PP, MDB, REP, PSD, Fdr PSDB-CID, PDT, PODE, PSB, AVANTE, SOLID, M BRASIL	
Luiz Carlos Motta - PL/SP ⁽²⁹⁾	1. Delegado Paulo Bilynskyj - PL/SP ⁽³⁵⁾
Matheus Noronha - PL/CE ^(30,77)	2. Daniela Reinehr - PL/SC ⁽³⁶⁾
Marcio Alvino - PL/SP ⁽³¹⁾	3. Luciano Vieira - PL/RJ ⁽³⁷⁾
Marcelo Álvaro Antônio - PL/MG ⁽³²⁾	4. Capitão Alden - PL/BA ⁽³⁸⁾
Giacobo - PL/PR ⁽³³⁾	5. Júnior Mano - PL/CE ^(39,78)
João Carlos Bacelar - PL/BA ⁽³⁴⁾	6. Vermelho - PL/PR ⁽⁴⁰⁾
Odair Cunha - PT/MG ⁽¹⁶⁾	7. Carlos Veras - PT/PE ⁽²¹⁾
Alencar Santana - PT/SP ⁽¹⁷⁾	8. Joseildo Ramos - PT/BA ⁽²²⁾
Bohn Gass - PT/RS ⁽¹⁸⁾	9. Carlos Zarattini - PT/SP ⁽²³⁾
Luciano Amaral - PV/AL ⁽¹⁹⁾	10. Daniel Almeida - PCdoB/BA ⁽²⁴⁾
Dilvanda Faro - PT/PA ⁽²⁰⁾	11. Ivoneide Caetano - PT/BA ⁽²⁵⁾
Carlos Henrique Gaguim - UNIÃO/TO ⁽⁷¹⁾	12. Danilo Forte - UNIÃO/CE ^(74,82)
Dani Cunha - UNIÃO/RJ ^(72,83)	13. Benes Leocádio - UNIÃO/RN ⁽⁷⁵⁾
José Rocha - UNIÃO/BA ⁽⁷³⁾	14. Paulo Azi - UNIÃO/BA ⁽⁷⁶⁾
João Leão - PP/BA ⁽²⁶⁾	15. Átila Lira - PP/PI ⁽⁶⁷⁾
Vicentinho Júnior - PP/TO ⁽²⁷⁾	16. Aguinaldo Ribeiro - PP/PB ⁽⁶⁸⁾
Marx Beltrão - PP/AL ⁽²⁸⁾	17. Thiago de Joaldo - PP/SE ⁽⁶⁹⁾
Eunício Oliveira - MDB/CE ⁽⁶²⁾	18. Alberto Mourão - MDB/SP ⁽⁶⁵⁾
Otoni de Paula - MDB/RJ ⁽⁶³⁾	19. VAGO
Sergio Souza - MDB/PR ⁽⁶⁴⁾	20. VAGO
Wilson Santiago - REPUBLICANOS/PB ⁽⁶⁶⁾	21. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS ⁽⁵⁹⁾
Alex Santana - REPUBLICANOS/BA ⁽⁷⁰⁾	22. Milton Vieira - REPUBLICANOS/SP ⁽⁶⁰⁾
Gilvan Maximo - REPUBLICANOS/DF ⁽⁵⁸⁾	23. Weliton Prado - SOLIDARIEDADE/MG ⁽⁶¹⁾
Castro Neto - PSD/PI	24. Marco Bertaiolli - PSD/SP ⁽⁴²⁾
Paulo Litro - PSD/PR	25. Luiz Gastão - PSD/CE ⁽⁴³⁾
Geraldo Resende - PSDB/MS	26. Ruy Carneiro - PSC/PB ^(55,79)
Mauro Benevides Filho - PDT/CE ⁽⁴⁴⁾	27. Leônidas Cristino - PDT/CE ^(45,81)
Gilson Daniel - PODEMOS/ES	28. Igor Timo - PODEMOS/MG ⁽⁴¹⁾
Luciano Ducci - PSB/PR ⁽⁴⁶⁾	29. VAGO
PSOL, REDE	
VAGO	1. VAGO
NOVO ^(1,2)	
Adriana Ventura - SP	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
4. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Irajá. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
5. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Ana Paula Lobato. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
6. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
7. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
8. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Chico Rodrigues. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
9. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 74/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda).
10. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Laércio Oliveira. (Ofício nº 6/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
11. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Mecias de Jesus. (Ofício nº 6/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
12. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 74/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda).
13. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Magno Malta. (Ofício nº 74/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda)
14. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Beto Faro. (Ofício nº 31/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).



15. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Augusta Brito. (Ofício nº 31/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
16. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
17. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alencar Santana. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
18. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Bohn Gass. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
19. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luciano Amaral. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
20. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Dilvanda Faro. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
21. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Carlos Veras. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
22. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Joseildo Ramos. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
23. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Carlos Zarattini. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
24. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Daniel Almeida. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
25. 11/04/2023: Designada, como suplente, a Deputada Ivoneide Caetano. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
26. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado João Leão. (Ofício nº 061/2023 da Liderança do PP).
27. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Vicentinho Júnior. (Ofício nº 061/2023 da Liderança do PP).
28. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marx Beltrão. (Ofício nº 061/2023 da Liderança do PP).
29. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Carlos Motta. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
30. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Júnior Mano. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
31. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
32. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Álvaro Antônio. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
33. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Giacobbo. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
34. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado João Carlos Bacelar. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
35. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
36. 11/04/2023: Designada, como suplente, a Deputada Daniela Reinehr. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
37. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Luciano Vieira. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
38. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Capitão Alden. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
39. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Matheus Noronha. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
40. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Vermelho. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
41. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Igor Timo. (Ofício nº 41/2023 da Liderança do PODE na Câmara dos Deputados)
42. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Marco Bertaiolli. (Ofício nº 207/2023 da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados)
43. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Gastão (Ofício nº 207/2023 da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados).
44. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Mauro Benevides Filho (Ofício s/n da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
45. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo (Ofício s/n da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
46. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luciano Ducci (Ofício nº 1/2023 da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados).
47. 11/04/2023: Designada, como membro titular, o Senador Marcelo Castro (Ofício 34/BLDEM/2023).
48. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Professora Dorinha Seabra (Ofício 33/BLDEM/2023).
49. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas (Ofício 33/BLDEM/2023).
50. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, o Senador Cid Gomes (Ofício 33/BLDEM/2023).
51. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim (Ofício 33/BLDEM/2023).
52. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Carlos Viana (Ofício 33/BLDEM/2023).
53. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo (Ofício 34/BLDEM/2023).
54. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Otto Alencar, em substituição à Senadora Eliziane Gama (Ofício nº 35/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
55. 11/04/2023: Designado o Deputado Dagoberto Nogueira da vaga de suplente (Ofício nº 98/2023 da Federação PSDB/CIDADANIA).
56. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (Ofício nº 78/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
57. 12/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 37/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
58. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Gilvan Máximo. (Ofício nº 004/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
59. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Gomes. (Ofício nº 004/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
60. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Milton Vieira. (Ofício nº 004/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
61. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Weliton Prado. (Ofício nº 004/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
62. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Eunício Oliveira (Ofício nº 3/2003 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
63. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Otoni de Paula (Ofício nº 3/2003 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
64. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Sergio Souza (Ofício nº 3/2003 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
65. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Mourão (Ofício nº 3/2003 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
66. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago. (Ofício nº 004/2023 da Liderança Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
67. 13/04/2023: Designado, como membro Suplente, o Deputado Átila Lira. (Ofício nº 072/2023 da Liderança do PP na Câmara dos Deputados).
68. 13/04/2023: Designado, como membro Suplente, o Deputado Aguinaldo Ribeiro. (Ofício nº 072/2023 da Liderança do PP na Câmara dos Deputados).
69. 13/04/2023: Designado, como membro Suplente, o Deputado Thiago de Joaldo. (Ofício nº 072/2023 da Liderança do PP na Câmara dos Deputados).
70. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alex Santana. (Ofício nº 004/2023 da Liderança Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
71. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Henrique Gaguim. (Ofício nº 55/2023/L-União, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
72. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Danilo Forte. (Ofício nº 55/2023/L-União, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).



73. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado José Rocha. (Ofício 55/2023/L-União da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
74. 17/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Dani Cunha. (Ofício nº 55/2023/L-União, do União Brasil na Câmara dos Deputados).
75. 17/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Benes Leocádio. (Ofício nº 55/2023/L-União, do União Brasil na Câmara dos Deputados).
76. 17/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Azi. (Ofício 55/2023/L-União da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
77. 18/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Matheus Noronha, em substituição, ao Deputado Júnior Mano (Ofício nº 153/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
78. 18/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Júnior Mano, em substituição ao Deputado Matheus Noronha (Ofício nº 153/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
79. 18/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Ruy Carneiro, em substituição, ao Deputado Dagoberto Nogueira (Ofício nº 103/2023/PSDB/CIDADANIA, da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA na Câmara dos Deputados).
80. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Efraim Filho (Ofício nº 42 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia)
81. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Leônidas Cristino, em substituição ao Deputado André Figueiredo (Ofício nº 70/2023 - Liderança PDT).
82. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, em substituição à Deputada Dani Cunha. (Ofício nº 60/2023/L-União, do União Brasil na Câmara dos Deputados).
83. 19/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Dani Cunha, em substituição ao Deputado Danilo Forte. (Ofício nº 60/2023/L-União, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira**Telefone(s):** 6133033507**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados**PRESIDENTE:** Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL)**Instalação:** 29/06/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP) ⁽⁴⁾	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Renan Calheiros (MDB/AL) ⁽³⁾
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria VAGO ⁽²⁾
Líder da Minoria Deputado Eduardo Bolsonaro (PL/SP)	Líder da Minoria Senador Ciro Nogueira (PP/PI) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) ⁽⁵⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Delegado Ramagem (PL/RJ) ⁽⁸⁾	Senador indicado pela Liderança da Minoria Senador Esperidião Amin (PP/SC) ⁽⁶⁾

Notas:

- 03.02.2023: Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
- 08.02.2023: Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
- 08.03.2023: Senador Renan Calheiros eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- 15/03/2023: Deputado Alexandre Barbosa eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados.
- 13.04.2023: Deputado Carlos Zarattini foi eleito, nos termos da alínea ?e?, inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).
- 20/04/2023: Designação do Senador Esperidião Amin. (Ofício 1/2023 da Liderança da Minoria no Senado Federal)
- 20/04/2023: Designado o Senador Eduardo Braga como indicado do Bloco da Maioria. (Ofício nº 4/2023 - GLDMAI, da Liderança da Maioria no Senado Federal).
- 02/05/2023: Designação do Deputado Delegado Ramagem como indicado da Minoria na Câmara dos Deputados (Ofício nº 8/2023 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados).

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk**Telefone(s):** 3303-4256**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - UNIÃO/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹⁹⁾
Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL ⁽³⁾	1. Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁵¹⁾
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS ⁽⁴⁾	2. Lucas Barreto - PSD/AP ⁽⁵⁹⁾
Eliziane Gama - PSD/MA ^(5,50)	1. Weverton - MA ^(6,50)
Fabiano Contarato - PT/ES ^(5,50)	2. Leila Barros - DF ⁽²⁰⁾
Nelsinho Trad - MS ^(7,33)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,33)
Telmário Mota ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Marcos Rogério ^(9,55)	1. Jayme Campos - UNIÃO/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PT, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
VAGO ^(23,36,41,42)	1. VAGO ^(22,28,30,41,44)
VAGO ^(22,27,41,43)	2. Marcos Pereira - REPUBLICANOS/SP ^(21,56)
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
VAGO ^(31,37,38)	4. Ricardo Barros - PL/CE
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - UNIÃO/BA ⁽¹¹⁾
VAGO ^(11,12)	6. Giovani Cherini - PL/RS
VAGO ^(52,53)	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PL/PR	8. Hugo Leal - UNIÃO/CE



TITULARES	SUPLENTE
Moses Rodrigues - UNIÃO/CE	9. VAGO ⁽¹³⁾
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽⁵⁴⁾	10. VAGO ⁽¹⁴⁾
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG ⁽⁵⁷⁾	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - UNIÃO/SP	13. Pedro Lupion - PP/PR
Wilson Santiago - REPUBLICANOS/PB ^(35,40)	14. VAGO ^(45,46)
Danrlei de Deus Hinterholz ^(25,34,58)	15. VAGO ⁽¹⁵⁾
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE ⁽¹⁰⁾	
Afonso Motta - PDT/RS ⁽⁶²⁾	1. Pompeo de Mattos - PDT/RS ⁽⁶²⁾
VAGO ^(47,49)	2. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ ⁽⁴⁷⁾
Bacelar - PV/BA	3. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO ⁽¹⁶⁾	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PL/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE ⁽¹⁰⁾	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS ⁽²⁴⁾	3. Felipe Carreras - PSB/PE ^(24,61)
VAGO ^(39,48,60)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO ⁽¹⁰⁾	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC ^(18,26,32)
PTC ⁽¹⁰⁾	
Rosângela Gomes	1. Eros Biondini - PL/MG ⁽²⁹⁾

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

**. A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 50](#); [DCN de 23/05/2019, p. 101](#))

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. ([DCN de 11/04/2019, p. 51](#); [DCN de 23/05/2019, p. 102](#))

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 52](#); [DCN de 23/05/2019, p. 103](#))

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 53](#); [DCN de 23/05/2019, p. 104](#))

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 11/04/2019, p. 54](#); [DCN de 23/05/2019, p. 105](#))

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 11/04/2019, p. 55](#); [DCN de 23/05/2019, p. 106](#))

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 11/04/2019, p. 56](#); [DCN de 23/05/2019, p. 107](#))

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 11/04/2019, p. 57](#); [DCN de 23/05/2019, p. 108](#))

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. ([DCN de 11/04/2019, p. 58](#); [DCN de 23/05/2019, p. 109](#))

10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))

11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))

12. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Edio Lopes, em virtude do término do seu mandato.

13. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Celso Maldaner, em virtude do término do seu mandato.

14. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Rogério Peninha Mendonça, em virtude do término do seu mandato.

15. 31/01/2023: Desligamento da Deputada Bruna Furlan, em virtude do término do seu mandato.

16. 31/01/2023: Desligamento da Deputada Perpétua Almeida, em virtude do término do seu mandato.

17. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Roberto de Lucena, em virtude do término do seu mandato.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



18. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
19. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
20. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
21. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/08/2021, p. 422](#))
22. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
24. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
25. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
27. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 845](#))
28. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 377/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 846](#))
29. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
31. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
32. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
33. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
34. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 19/12/2019, p. 262](#))
35. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
36. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2020 da Liderança do PP. ([DCN de 09/04/2020, p. 229](#))
38. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Átila Lira, em virtude do término do seu mandato.
39. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
40. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 25/03/2021, p. 6](#))
41. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibi Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 25/03/2021, p. 8](#))
42. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Coronel Armando, em virtude do término do seu mandato.
43. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Bibi Nunes em virtude do término do seu mandato.
44. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Heitor Freire, em virtude do término do seu mandato.
45. 31/03/2021: Designado, como suplente, o Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em substituição ao Deputado Santini (PTB), conforme Ofício nº 32/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 01/04/2021, p. 189](#))
46. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Maurício Dziedricki, em virtude do término do seu mandato.
47. 14/04/2021: Designado, como titular, o Deputado Lucas Vergilio (Solidariedade), em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade) em substituição ao Deputado Tiago Dimas (Solidariedade), conforme Ofício nº 20/2021 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 15/04/2021, p. 6](#))
48. 14/04/2021: Designada a Deputada Fernanda Melchionna como titular, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim. Ofício nº 34/2021 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/04/2021, p. 7](#))
49. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Lucas Vergilio, em virtude do término do seu mandato.
50. 15/04/2021: Designados, como membros titulares, os Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, em substituição aos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val, e, como suplente, o Senador Weverton, em substituição ao Senador Flávio Arns, conforme ofício nº 019/2021/GSEGAMA. ([DCN de 22/04/2021, p. 207](#))
51. 04/05/2021: Designado, como membros suplente, o Senador Marcos do Val, conforme ofício nº 041/2021/GLPODEMOS. ([DCN de 06/05/2021, p. 42](#))
52. 05/05/2021: Designado o Deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), como titular, em substituição ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Ofício nº 54/2021 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/05/2021, p. 43](#))
53. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Paulo Vicente Caleffi, em virtude do término do seu mandato.
54. 08/07/2021: Designado o Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), como titular, em substituição ao Deputado Vinicius Farah (MDB-RJ). Ofício nº 232/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 15/07/2021, p. 112](#))
55. 20/10/2021: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 28/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 21/10/2021, p. 28](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), em 18.11.2021, conforme Ofício nº 213/21-LID PSL. ([DCN de 18/11/2021, p. 74](#))



57. 27/01/2022: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Lucas Redecker. (Of. 1/2022 da Liderança do PSDB-CD). ([DCN de 15/12/2022, p. 6](#))
58. Designado, como membro titular, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. (Ofício nº 57/2022 PDD) ([DCN de 26/05/2022, p. 14](#))
59. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (Of. 21/2022 - Lid. PSDB/SF) ([DCN de 26/05/2022, p. 13](#))
60. 20/07/2022: A Deputada Fernanda Melchionna é desligada do colegiado, conforme Ofício nº 48/2022 da Liderança do PSOL. ([DCN de 21/07/2022, p. 86](#))
61. 05/12/2022: Designado, como suplente, o Deputado Felipe Carreras (PSB/PE), conforme Ofício nº 41/2022 da Liderança do PSB). ([DCN de 08/12/2022, p. 6](#))
62. 07/12/2022: Designado o Deputados Afonso Motta, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Ramos, e o Deputado Pompeu de Mattos, como suplente, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Ofício 73/2022, Liderança do PDT) ([DCN de 08/12/2022, p. 7](#))

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefone(s): 3216-6871

E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Designação: 27/11/2019

Instalação: 14/09/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Ricardo Moreira Maia

Telefone(s): 33034256

E-mail: cocm@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMPV 1154/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1154, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

VICE-PRESIDENTE: Marco Bertaiolli (PSD-SP)

RELATOR: Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (30)	1. Fernando Farias - MDB/AL (32)
Renan Calheiros - MDB/AL (31)	2. Jader Barbalho - MDB/PA (3)
Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (14)	3. Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL (17,65)
Marcos do Val - PODEMOS/ES (15)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (18)
Cid Gomes - PDT/CE (13,16)	5. Plínio Valério - PSDB/AM (13,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Daniella Ribeiro - PSD/PB (4)	1. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (25)
Otto Alencar - PSD/BA (5)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (26)
Augusta Brito - PT/CE (6,62)	3. Humberto Costa - PT/PE (8)
Jorge Kajuru - PSB/GO (7)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
VAGO (9,22)	1. VAGO (33)
Eduardo Girão - NOVO/CE (10,21)	2. Jorge Seif - PL/SC (34)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin - PP/SC (11,53)	1. Dr. Hiran - PP/RR (55)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (12,54)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (56)

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (35)	1. Sidney Leite - PSD/AM (76)
Marco Bertaiolli - PSD/SP (24,64)	2. VAGO (23)
Gustinho Ribeiro - REPUBLICANOS/SE (36,70)	3. Aluisio Mendes - REPUBLICANOS/MA (71)
PL	
Giacobo - PR (37,60,80)	1. Zé Trovão - SC (39,58,79,81)
Caroline de Toni - SC (38,57)	2. José Medeiros - MT (40,59)
PCdoB, PT, PV	
Merlong Solano - PT/PI (27)	1. Carlos Zarattini - PT/SP (28)
Alencar Santana - PT/SP (20,61)	2. Pedro Uczai - PT/SC (29)
UNIÃO	
Danilo Forte - CE (41,74)	1. VAGO (43,75)
Celso Sabino - PA (42,72)	2. Kim Kataguirí - SP (44,73)
PP	
Ana Paula Leão - MG (45,78)	1. Julio Lopes - RJ (46)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (47)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (48)
PDT	
Josenildo - AP (49,63)	1. VAGO (50,66,68,69)
PSOL, REDE (1,2)	
Raimundo Santos - PSD/PA (51,77)	1. Túlio Gadêlha - REDE/PE (52,67)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jader Barbalho. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. 27/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
5. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
6. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
7. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Jorge Kajuru. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
10. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
11. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
12. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
13. Vaga compartilhada entre PDT e PSDB em virtude do empate entre as duas bancadas na proporcionalidade intrabloco.
14. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
15. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcos do Val. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
16. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
17. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Efraim Filho. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
18. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
19. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Plínio Valério. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
20. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha. (Ofício nº 159/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
21. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
22. 17/04/2023: O Senador Eduardo Gomes deixa de ocupar a comissão como membro titular (Ofício nº 73 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
23. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito. (Ofício nº 188/2023/PSD, do PSD).
25. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 28/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
26. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 28/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
27. 30/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Merlong Solano. (Ofício nº 159/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



28. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Zarattini. (Ofício nº 159/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
29. 31/03/2023: Designado, como membro Suplente, o Deputado Pedro Uczai. (Ofício nº 159/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
30. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofícios nºs 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia e 31/2023 da Liderança do MDB).
31. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros. (Ofícios nºs 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia e 31/2023 da Liderança do MDB).
32. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Farias. (Ofícios nºs 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia e 31/2023 da Liderança do MDB).
33. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda).
34. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda).
35. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
36. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
37. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
38. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Giovanni Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
39. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
40. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
41. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
42. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
43. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
44. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
45. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
46. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
47. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
48. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
49. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
50. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
51. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
52. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Tarcisio Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
53. 03/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Tereza Cristina. (Ofício nº 07/2023 da Liderança do Bloco PP/Republicanos)
54. 03/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Mecias de Jesus. (Ofício nº 07/2023 da Liderança do Bloco PP/Republicanos)
55. 03/04/2023: Designado, como suplente, o Senador Dr. Hiran. (Ofício nº 07/2023 da Liderança do Bloco PP/Republicanos)
56. 03/04/2023: Designada, como suplente, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão. (Ofício nº 07/2023 da Liderança do Bloco PP/Republicanos)
57. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Caroline de Toni, em substituição ao Deputado Giovanni Cherini. (Ofício nº 123/2023 da Liderança do PL).
58. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício nº 123/2023 da Liderança do PL).
59. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício nº 123/2023 da Liderança do PL).
60. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Altineu Cortês. (Ofício nº 134/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados)
61. Designado, como membro titular, o Deputado Alencar Santana, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 165/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
62. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Fabiano Contarato (Ofício nº 34/2023/ BLRESDEM da Liderança/Bloco Resistência Democrática).
63. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado André Figueiredo.
64. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marco Bertaiolli, em substituição ao Deputado Antônio Brito. (Ofício nº 202/2023/PSD, do PSD).
65. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Rodrigo Cunha, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício nº 23/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
66. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (Ofício sn/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
67. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Túlio Gadêlha, em substituição ao Deputado Tarcísio Motta (Ofício nº 22/2023 da Liderança da Federação PSOL/REDE).
68. 12/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Professora Goreth, em substituição ao Deputado Afonso Motta (Ofício nº 137/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
69. 09/05/2023: A Deputada Professora Goreth deixa de ocupar a vaga de suplente (Ofício S/N da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
70. 13/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Gustinho Ribeiro, em substituição ao Deputado Hugo Motta (Ofício nº 7/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
71. 13/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Aluísio Mendes (Ofício nº 7/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
72. 19/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Celso Sabino, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar (Ofício nº 060/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).
73. 20/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Kim Kataguirí, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício nº 60/2023 - Liderança UNIÃO BRASIL).
74. 20/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Danilo Forte, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (Ofício nº 60/2023 - Liderança UNIÃO BRASIL).
75. 24/04/2023: A Deputada Cristiane Lopes deixa de ocupar a vaga de suplente (Ofício nº 66 de 2023 da Liderança do União na Câmara dos Deputados).
76. 25/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Sidney Leite. (Ofício nº 235/2023-PSD, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados).
77. 25/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Raimundo Santos. (Ofício nº 23/2023, da Liderança da Federação PSOL-Rede na Câmara dos Deputados).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



78. 26/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Ana Paula Leão, em substituição ao Deputado André Fufuca. (Ofício 83/2023-LidPP, da Liderança do Progressistas na Câmara dos Deputados).

79. 02/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Giacobbo, em substituição ao Deputado Capitão Alberto Neto (Ofício nº 189/2023 - Liderança do PL).

80. 04/05/2023; Designado, como membro titular, o Deputado Giacobbo, em substituição ao Deputado Zé Trovão (Ofício nº 192/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).

81. 04/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Zé Trovão. (Ofício nº 192/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1155/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1155, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1155, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽³⁾	1. Ivete da Silveira - MDB/SC ⁽⁸⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁴⁾	2. Giordano - MDB/SP ⁽⁹⁾
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO ⁽⁵⁾	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR ⁽¹⁰⁾
Carlos Viana - PODEMOS/MG ⁽⁶⁾	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN ⁽¹¹⁾
Leila Barros - PDT/DF ^(7,37)	5. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁵¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Irajá - PSD/TO ⁽¹²⁾	1. Nelsinho Trad - PSD/MS ⁽¹⁵⁾
Lucas Barreto - PSD/AP ⁽¹³⁾	2. Margareth Buzetti - PSD/MT ⁽¹⁶⁾
Rogério Carvalho - PT/SE ^(14,49)	3. Augusta Brito - PT/CE ^(17,50)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO ⁽¹⁸⁾	1. VAGO ^(20,53)
Wilder Moraes - PL/GO ⁽¹⁹⁾	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS ⁽²²⁾	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²³⁾	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS ⁽³⁸⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²⁴⁾	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²⁵⁾	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
Capitão Alberto Neto - AM (27,48)	1. Soraya Santos - RJ (40)
Giovani Cherini - RS (28)	2. Alberto Fraga - DF (39)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (29)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (41)
Odair Cunha - PT/MG (30)	2. Ana Pimentel - PT/MG (42)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (31)	1. Cristiane Lopes - RO (43)
Alfredo Gaspar - AL (32)	2. Danilo Forte - CE (44)
PP	
André Fufuca - MA (33)	1. Julio Lopes - RJ (45)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (34)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (46)
PDT	
André Figueiredo - CE (35)	1. Afonso Motta - RS (47)
PSB (1,2)	
Felipe Carreras - PE (36)	1. Gervásio Maia - PB (52)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Confúcio Moura. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Professora Dorinha Seabra. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
6. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
7. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Leila Barros. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
8. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, o Senadora Ivete da Silveira. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
9. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Giordano. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
10. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Sergio Moro. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
11. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senadora Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
12. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Irajá. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
14. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
15. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Nelsinho Trad. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
16. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
17. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
18. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
19. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
20. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
21. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
22. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
27. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
28. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



36. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Felipe Carreras, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
37. 30/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Leila Barros. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
38. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
40. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
41. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
42. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
43. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
44. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
45. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
46. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
47. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
48. 04/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 119/2023 da Liderança do PL)
49. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM)
50. 05/04/2023: Designada, como suplente, a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM)
51. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Professor Izalci Lucas. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
52. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Gervásio Maia, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
53. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1156/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1156, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1156, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽³⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁸⁾
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽⁴⁾	2. Fernando Farias - MDB/AL ⁽⁹⁾
Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL ⁽⁵⁾	3. Alan Rick - UNIÃO/AC ⁽²⁵⁾
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁶⁾	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ⁽²⁶⁾
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽⁷⁾	5. Leila Barros - PDT/DF ⁽²⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Daniella Ribeiro - PSD/PB ⁽¹⁰⁾	1. Zenaide Maia - PSD/RN ⁽¹³⁾
Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽¹¹⁾	2. VAGO
Fabiano Contarato - PT/ES ⁽¹²⁾	3. Paulo Paim - PT/RS ^(14,49)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
Wilder Moraes - PL/GO ⁽¹⁶⁾	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS ⁽¹⁹⁾	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁰⁾	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS ⁽²⁸⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²¹⁾	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²²⁾	2. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB ⁽²³⁾	3. VAGO
PL	
Vermelho - PR ^(24,48)	1. Soraya Santos - RJ ⁽³⁰⁾
José Medeiros - MT ^(29,50)	2. Júnior Mano - CE ^(31,51)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR ⁽³²⁾	1. Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽³⁴⁾
Odair Cunha - PT/MG ⁽³³⁾	2. Ana Pimentel - PT/MG ⁽³⁵⁾
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA ⁽³⁶⁾	1. Cristiane Lopes - RO ⁽³⁸⁾
Alfredo Gaspar - AL ⁽³⁷⁾	2. Danilo Forte - CE ⁽³⁹⁾
PP	
André Fufuca - MA ⁽⁴⁰⁾	1. Julio Lopes - RJ ⁽⁴¹⁾
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA ⁽⁴²⁾	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP ⁽⁴³⁾
PDT	
André Figueiredo - CE ⁽⁴⁴⁾	1. Afonso Motta - RS ⁽⁴⁵⁾
SOLIDARIEDADE ^(1,2)	
Aureo Ribeiro - RJ ⁽⁴⁶⁾	1. Weliton Prado - MG ⁽⁴⁷⁾

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro, conforme Ofício nº 31/2023 da Liderança do MDB.
4. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 31/2023 da Liderança do MDB.
5. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rodrigo Cunha, conforme Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
6. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcos do Val, conforme Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
7. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Plínio Valério, conforme Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
8. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Renan Calheiros, conforme Ofício nº 31/2023 da Liderança do MDB.
9. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Farias, conforme Ofício nº 31/2023 da Liderança do MDB.
10. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
11. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
12. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
13. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senadora Zenaide Maia, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
14. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
15. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes, conforme Ofício nº 62/2023 do Bloco Parlamentar Vanguarda.
16. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes, conforme Ofício nº 62/2023 do Bloco Parlamentar Vanguarda.
17. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 62/2023 do Bloco Parlamentar Vanguarda.
18. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif, conforme Ofício nº 62/2023 do Bloco Parlamentar Vanguarda.
19. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
20. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
21. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
22. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Alan Rick, conforme Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
26. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Oriovisto Guimarães, conforme Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
27. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
28. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Giovanni Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
36. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>

37. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
38. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
39. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
40. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
41. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
42. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
43. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
44. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Anfré Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
45. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
46. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Aureo Ribeiro, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
47. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Weliton Prado, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
48. 04/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Vermelho, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 120/2023 da Liderança do PL)
49. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
50. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício 124/2023 da Liderança do PL).
51. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Mano, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício 124/2023 da Liderança do PL).

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1157/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1157, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1157, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽³⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁵⁾
Fernando Farias - MDB/AL ⁽⁴⁾	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽⁶⁾
Jayme Campos - UNIÃO/MT ⁽³⁸⁾	3. Soraya Thronicke - UNIÃO/MS ⁽¹⁸⁾
Styverson Valentim - PODEMOS/RN ⁽³⁹⁾	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ⁽¹⁷⁾
Alessandro Vieira - PSDB/SE ⁽³⁶⁾	5. Weverton - PDT/MA ⁽³⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Angelo Coronel - PSD/BA ⁽⁷⁾	1. Dr. Samuel Araújo - PSD/RO ⁽¹⁰⁾
Margareth Buzetti - PSD/MT ⁽⁸⁾	2. Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽¹¹⁾
Rogério Carvalho - PT/SE ^(9,52)	3. Beto Faro - PT/PA ^(12,53)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Jaime Bagattoli - PL/RO ^(13,60)	1. VAGO ^(15,35)
VAGO ^(14,34)	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS ⁽¹⁹⁾	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁰⁾	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS ⁽⁴⁰⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²¹⁾	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²²⁾	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (23)	3. VAGO
PL	
Zé Trovão - SC (24,56)	1. Soraya Santos - RJ (41)
Luciano Vieira - RJ (25,54,58)	2. João Carlos Bacelar - BA (42,55,59)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (26)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (43)
Odair Cunha - PT/MG (27)	2. Ana Pimentel - PT/MG (44)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (28)	1. Cristiane Lopes - RO (45)
Alfredo Gaspar - AL (29)	2. Danilo Forte - CE (46)
PP	
André Fufuca - MA (30)	1. Julio Lopes - RJ (47)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (31)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (48)
PDT	
André Figueiredo - CE (32)	1. Afonso Motta - RS (49)
AVANTE (1,2)	
Waldemar Oliveira - PE (33,57)	1. VAGO (50,51)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDBM, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Fernando Farias. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designada, como membro titular, a Senadora Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Dr. Samuel Araújo. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. Designado, como membro suplente, o Senador Orioivisto Guimarães. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
18. Designada, como membro suplente, a Senadora Soraya Thronicke. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
19. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
20. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, o conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Luis Tibé, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. 17/04/2023: O Senador Wilder Moraes deixa de compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
35. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
36. Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
37. Designado, como membro suplente, o Senador Weverton. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
38. Designado, como membro titular, o Senador Jayme Campos. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



39. Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
40. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Sargento Isidório, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
51. 12/04/2023: O Deputado Pastor Sargento Isidório deixa de ocupar a vaga de suplente (Ofício nº 29/2023 - Liderança AVANTE).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
54. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 125/2023 da Liderança do PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Luciano Vieira, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício nº 125/2023 da Liderança do PL).
56. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (Ofício nº 135/2023-Lid-PL da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
57. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Waldemar Oliveira, em substituição ao Deputado Luis Tibé (Ofício nº 29/2023 - Liderança Avante).
58. 13/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luciano Vieira, em substituição ao Deputado João Carlos Bacelar (Ofício nº 151/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
59. 13/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Luciano Vieira (Ofício nº 151/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
60. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Jaime Bagattoli em substituição ao Senador Eduardo Gomes (Ofício nº 79 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1158/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1158, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1158, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (3)	1. Jader Barbalho - MDB/PA (5)
Renan Calheiros - MDB/AL (4)	2. Fernando Dueire - MDB/PE (6)
Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (18)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (21)
Marcos do Val - PODEMOS/ES (19)	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (22)
Plínio Valério - PSDB/AM (20)	5. Cid Gomes - PDT/CE (23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (7)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (10)
Omar Aziz - PSD/AM (8)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (11)
Rogério Carvalho - PT/SE (9,50)	3. Fabiano Contarato - PT/ES (12,51)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (13)	1. VAGO (15,17)
Wilder Moraes - PL/GO (14)	2. Jorge Seif - PL/SC (16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS (24)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (25)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (26)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (27)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (28)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (29)	3. VAGO
PL	
Julia Zanatta - SC (30,52)	1. Júnior Mano - CE (32,54)
Joaquim Passarinho - PA (31,53)	2. José Medeiros - MT (33,55)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (34)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (36)
Odair Cunha - PT/MG (35)	2. Ana Pimentel - PT/MG (37)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (38)	1. Cristiane Lopes - RO (40)
Alfredo Gaspar - AL (39)	2. Danilo Forte - CE (41)
PP	
André Fufuca - MA (42)	1. Julio Lopes - RJ (43)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (44)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (45)
PDT	
André Figueiredo - CE (46)	1. Afonso Motta - RS (47)
PATRIOTA (1,2)	
Fred Costa - MG (48)	1. Dr. Frederico - MG (49)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Jader Barbalho. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Dueire. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Omar Aziz. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
18. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
19. Designado, como membro titular, o Senador Marcos do Val. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
20. Designado, como membro titular, o Senador Plínio Valério. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
21. Designado, como membro suplente, o Senador Sergio Moro. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
22. Designado, como membro suplente, o Senador Orlonildo Guimarães. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
23. Designado, como membro suplente, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
24. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
25. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
26. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
36. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
37. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
38. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



40. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro titular, o Deputado Fred Costa, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Dr. Frederico, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
51. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fabiano Contarato, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
52. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Julia Zanatta, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 126/2023 da Liderança do PL).
53. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Joaquim Passarinho, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 126/2023 da Liderança do PL).
54. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Mano, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício nº 126/2023 da Liderança do PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício nº 126/2023 da Liderança do PL).

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1159/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1159, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1159, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Giordano - MDB/SP ⁽³⁾	1. Fernando Dueire - MDB/PE ⁽⁶⁾
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB	2. Eduardo Braga - MDB/AM ⁽⁷⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁴⁾	3. Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL ^(8,10)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ⁽⁵⁾	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG ^(9,11)
Weverton - PDT/MA ⁽⁴⁷⁾	5. Izalci Lucas - PSDB/DF
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Vanderlan Cardoso - PSD/GO ⁽¹²⁾	1. Daniella Ribeiro - PSD/PB ⁽¹⁵⁾
Angelo Coronel - PSD/BA ⁽¹³⁾	2. Irajá - PSD/TO ⁽¹⁶⁾
Beto Faro - PT/PA ^(14,51)	3. Augusta Brito - PT/CE ^(17,52)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Jaime Bagattoli - PL/RO ^(18,44)	1. VAGO ^(20,46)
VAGO ^(19,45)	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS ⁽²²⁾	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²³⁾	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS ⁽³⁸⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²⁴⁾	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²⁵⁾	2. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
Domingos Sávio - MG (27,33,53)	1. Emidinho Madeira - MG (55)
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP (28,54)	2. Sílvia Cristina - RO (39,56)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (29)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (40)
Odair Cunha - PT/MG (30)	2. Ana Pimentel - PT/MG (41)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (31)	1. Cristiane Lopes - RO (42)
Alfredo Gaspar - AL (32)	2. Danilo Forte - CE (43)
PP	
André Fufuca - MA (34)	1. Julio Lopes - RJ (48)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (35)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (49)
PDT	
André Figueiredo - CE (36)	1. Afonso Motta - RS (50)
NOVO (1,2)	
Adriana Ventura - SP (37)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN..
3. Designado, como membro titular, o Senador Giordano. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
5. Designado, como membro titular, o Senador Oriovisto Guimarães. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Dueire. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
8. Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Rodrigo Cunha. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
12. Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
14. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
15. Designada, como membro suplente, a Senadora Daniella Ribeiro. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Irajá. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
17. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
18. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
19. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
20. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
21. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
22. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.N.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
36. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
37. Designada, como membro titular, a Deputada Adriana Ventura, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
38. Designado, como suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
40. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>

41. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
43. Designada, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
44. Designado, como membro titular, o Senador Jaime Bagatolli em substituição ao Senador Eduardo Gomes (Ofício nº 79 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
45. 17/04/2023: O Senador Wilder Moraes deixa de compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
46. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
47. Designado, como membro titular, o Senador Weverton. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
48. Designado como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
49. Designado como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
50. Designado como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
51. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
52. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Domingos Sávio, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 127/2023 da Liderança do PL).
54. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 127/2023 da Liderança do PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Emidinho Madeira, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício nº 127/2023 da Liderança do PL).
56. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Silvia Cristina, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício nº 127/2023 da Liderança do PL).

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1160/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1160, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1160, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽³⁾
Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁾	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽⁴⁾
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO ^(15,62)	3. Marcio Bittar - UNIÃO/AC ^(18,61)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ⁽¹⁶⁾	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG ⁽¹⁹⁾
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹⁷⁾	5. Leila Barros - PDT/DF ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA ⁽⁵⁾	1. Irajá - PSD/TO ⁽⁸⁾
Vanderlan Cardoso - PSD/GO ⁽⁶⁾	2. Angelo Coronel - PSD/BA ⁽⁹⁾
Humberto Costa - PT/PE ^(7,49)	3. Fabiano Contarato - PT/ES ^(10,50)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO ⁽¹¹⁾	1. VAGO ^(13,23)
Wilder Moraes - PL/GO ⁽¹²⁾	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS ^(21,31)	1. Esperidião Amin - PP/SC
Dameres Alves - REPUBLICANOS/DF ^(22,55)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG ^(24,57)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽³²⁾	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²⁵⁾	2. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (33)	3. VAGO
PL	
Sanderson - RS (34,51)	1. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP (41,53,59)
Júnior Mano - CE (35,52,58)	2. Silvia Cristina - RO (43,54,60)
PCdoB, PT, PV	
Alencar Santana - PT/SP (26)	1. Bohn Gass - PT/RS (29)
Lindbergh Farias - PT/RJ (28)	2. Helder Salomão - PT/ES (30)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (36)	1. Cristiane Lopes - RO (42)
Alfredo Gaspar - AL (37)	2. Danilo Forte - CE (44)
PP	
André Fufuca - MA (38)	1. Julio Lopes - RJ (45)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (39)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (46)
PDT	
André Figueiredo - CE (40)	1. Afonso Motta - RS (47)
PSOL, REDE (27)	
Guilherme Boulos - PSOL/SP (56)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (48)

Notas:

- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro suplente, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro titular, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Irajá. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- Designado, como membro titular, o Senador Orioivisto Guimarães. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas. (Ofício nº 32/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Professora Dorinha Seabra. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- 10/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina. (Ofício nº 8/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
- 10/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Damare Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus. (Ofício nº 8/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
- 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Antonio Brito. (Ofício nº 188/2023/PSD, do PSD).
- Designado, como membro titular, o Deputado Alencar Santana. (Ofício nº 160/2023, do Federação Brasil da Esperança).
- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Lindbergh Farias. (Ofício nº 160/2023, do Federação Brasil da Esperança).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Bohn Gass. (Ofício nº 160/2023, do Federação Brasil da Esperança).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Helder Salomão. (Ofício nº 160/2023, do Federação Brasil da Esperança).
- Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



39. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
40. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Tarcísio Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
50. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fabiano Contarato, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
51. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (OF. nº 128/2023 - Liderança/PL).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Júnior Mano, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (OF. nº 128/2023 - Liderança/PL).
53. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Luiz Philipe de Orleans e Bragança, em substituição à Deputada Soraya Santos (OF. nº 128/2023 - Liderança/PL).
54. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Silvia Cristina, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (OF. nº 128/2023 - Liderança/PL).
55. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
56. Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
57. Designado, como membro suplente, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Hamilton Mourão. (Ofício nº 8/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
58. Designado, como membro titular, o Deputado Júnior Mano, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (Ofício nº 136/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Luiz Philipe de Orleans e Bragança, em substituição à Deputada Soraya Santos (Ofício nº 136/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
60. Designada, como membro suplente, a Deputada Silvia Cristina, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (Ofício nº 136/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
61. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Marcio Bittar, em substituição à Senadora Professora Dorinha (Ofício nº 23/BLDEM/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
62. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Professora Dorinha, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre (Ofício nº 23/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1161/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1161, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1161, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽³⁾	1. Giordano - MDB/SP ⁽⁵⁾
Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁴⁾	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽⁶⁾
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS ⁽¹⁷⁾	3. Jayme Campos - UNIÃO/MT ⁽¹⁹⁾
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ⁽²²⁾	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG ⁽²⁰⁾
Cid Gomes - PDT/CE ⁽²⁴⁾	5. Plínio Valério - PSDB/AM ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Vanderlan Cardoso - PSD/GO ⁽⁷⁾	1. Otto Alencar - PSD/BA ⁽¹⁰⁾
Nelsinho Trad - PSD/MS ⁽⁸⁾	2. Irajá - PSD/TO ⁽¹¹⁾
Paulo Paim - PT/RS ^(9,49)	3. Beto Faro - PT/PA ^(12,50)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO ⁽¹³⁾	1. VAGO ^(15,23)
Wilder Moraes - PL/GO ⁽¹⁴⁾	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS ⁽²⁵⁾	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁶⁾	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS ⁽¹⁸⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²⁷⁾	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²⁸⁾	2. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (29)	3. VAGO
PL	
Coronel Chrisóstomo - RO (30,51)	1. José Medeiros - MT (40,53)
Samuel Viana - MG (31,52)	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (32)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (41)
Odair Cunha - PT/MG (33)	2. Ana Pimentel - PT/MG (42)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (34)	1. Cristiane Lopes - RO (43)
Alfredo Gaspar - AL (35)	2. Danilo Forte - CE (44)
PP	
André Fufuca - MA (36)	1. Julio Lopes - RJ (45)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (37)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (46)
PDT	
André Figueiredo - CE (38)	1. Afonso Motta - RS (47)
PSB (1,2)	
Felipe Carreras - PE (39)	1. Gervásio Maia - PB (48)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Giordano. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Irajá. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
18. Designado, como suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
19. Designado, como Suplente, o Senador Jayme Campos. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
20. Designado, como Suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
21. Designado, como Suplente, o Senador Plínio Valério. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
22. Designado, como membro titular, o Senador Orioivisto Guimarães. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
23. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
24. Designado, como membro titular, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
25. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
26. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
36. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
37. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
38. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Felipe Carreras, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>

40. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Gervásio Maia, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
50. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
51. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Chrisóstomo, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 129/2023 da Liderança do PL).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Samuel Viana, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 129/2023 da Liderança do PL).
53. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício nº 129/2023 da Liderança do PL).

Secretário: Bruno Brey Vieira

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1162/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1162, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1162, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Eduardo Braga (MDB-AM)
VICE-PRESIDENTE: Guilherme Boulos (PSOL-SP)
RELATOR: Marangoni (UNIÃO-SP)
RELATOR REVISOR: Efraim Filho (UNIÃO-PB)

Designação: 31/03/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1,21)	1. Marcelo Castro - MDB/PI (29,73)
Giordano - MDB/SP (23,24,74)	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (3)
Efraim Filho - UNIÃO/PB	3. Jayme Campos - UNIÃO/MT (16,67)
Styverson Valentim - PODEMOS/RN (14)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (17)
Weverton - PDT/MA (15)	5. Alessandro Vieira - PSDB/SE (18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Angelo Coronel - PSD/BA (19,75,77)	1. Jussara Lima - PSD/PI (7)
Daniella Ribeiro - PSD/PB (4)	2. Margareth Buzetti - PSD/MT (8)
Teresa Leitão - PT/PE (5,54)	3. Beto Faro - PT/PA (9,55)
Jorge Kajuru - PSB/GO (6)	4. Chico Rodrigues - PSB/RR (10)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (11)	1. VAGO (13,22)
Wilder Moraes - PL/GO (12)	2. Jorge Seif - PL/SC (33)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (34,60)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (62)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (35,61)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (2,63)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Carlos Chiodini - MDB/SC (36,81)	1. Henderson Pinto - MDB/PA (82)
Guilherme Boulos - PSOL/SP (25,65)	2. Delegada Katarina - PSD/SE (32,66)



TITULARES	SUPLENTE
Antonio Andrade - REPUBLICANOS/TO (37,79)	3. Silvio Costa Filho - REPUBLICANOS/PE (80)
PL	
Yury do Paredão - CE (38,56,64)	1. Capitão Alberto Neto - AM (46,58)
Zé Trovão - SC (39,57)	2. José Medeiros - MT (48,59)
PCdoB, PT, PV	
Juliana Cardoso - PT/SP (27)	1. Reimont - PT/RJ (26)
Fernando Mineiro - PT/RN (31)	2. Jack Rocha - PT/ES (30)
UNIÃO	
Marangoni - SP (40,76)	1. Marcos Soares - RJ (47,84)
Pastor Diniz - RR (41,83)	2. Padovani - PR (49,85)
PP	
André Fufuca - MA (42)	1. Julio Lopes - RJ (50)
CIDADANIA, PSDB	
Dagoberto Nogueira - PSDB/MS (20,43,71)	1. Beto Pereira - PSDB/MS (51,70,72)
PDT	
Léo Prates - BA (44,68)	1. Mauro Benevides Filho - CE (52,69,78)
SOLIDARIEDADE (28)	
Aureo Ribeiro - RJ (45)	1. Weliton Prado - MG (53)

Notas:

- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designada, como membro titular, a Senadora Eliziane Gama. (Ofício nº 25/2023/BLREDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLREDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Jorge Kajuru. (Ofício nº 25/2023/BLREDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Jussara Lima. (Ofício nº 25/2023/BLREDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLREDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLREDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Chico Rodrigues. (Ofício nº 25/2023/BLREDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como suplente, o Senador Alessandro Vieira. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
- Designado, como suplente, o Senador Marcio Bittar. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como suplente, o Senador Marcos do Val. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como titular, o Senador Weverton. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
- Designado, como titular, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 26/BLREDEM/2023).
- 11/04/223: Designado, como membro titular, o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (Ofício nº 81/2023/PSDB/CIDADANIA, da Federação PSDB CIDADANIA).
- 11/04/2023: Confirmada a indicação do Senador Eduardo Braga, como membro titular (Ofício nº 49/2023 da Liderança do MDB no Senado Federal)
- 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
- Designado, como membro titular, o Senador Efraim Filho. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito. (Ofício nº 188/2023/PSD, do PSD).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Reimont. (Ofício nº 161/2023, do Federação Brasil da Esperança).
- Designada, como membro titular, a Deputada Juliana Cardoso. (Ofício nº 161/2023, do Federação Brasil da Esperança).
- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Senador Giordano. (Ofício nº 44/2023/GLMDB, do MDB).
- Designada, como membro suplente, a Deputada Jack Rocha. (Ofício nº 161/2023, do Federação Brasil da Esperança).
- Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Mineiro. (Ofício nº 161/2023, do Federação Brasil da Esperança).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Guilherme Boulos. (Ofício nº 189/2023/PSD, do PSD).
- Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



39. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
40. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro titular, o Deputado Aureo Ribeiro, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
51. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
52. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Weliton Prado, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
54. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
56. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Sílvia Waiãpi, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício 130/2023 da Liderança do PL).
57. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício 130/2023 da Liderança do PL).
58. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício 130/2023 da Liderança do PL).
59. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício 130/2023 da Liderança do PL).
60. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Teresa Cristina (Ofício nº 9/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
61. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 9/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
62. 10/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Luiz Carlos Heinze (Ofício nº 9/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
63. 10/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 9/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
64. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Sílvia Waiãpi (Ofício nº 139/2023/PL, do Partido Liberal).
65. 11/04/2022: Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício nº 208/2023/PSD da liderança do PSD na Câmara dos deputados).
66. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Delegada Katarina, em substituição ao Deputado Guilherme Boulos (Ofício nº 208/2023/PSD da liderança do PSD na Câmara dos Deputados).
67. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em substituição ao Senador Marcio Bittar (Ofício nº 23/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
68. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Léo Prates, em substituição ao Deputado André Figueiredo (Ofício sn/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
69. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado Afonso Motta (Ofício sn/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
70. 11/04/223: Designado, como membro suplente, o Deputado Dagoberto Nogueira, em substituição ao Deputado Alex Manente (Ofício nº 82/2023/PSDB/CIDADANIA, da Federação PSDB CIDADANIA).
71. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto Nogueira, em substituição ao Deputado Beto Pereira (Ofício nº 89/2023 da Liderança PSDB/CIDADANIA).
72. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Dagoberto Nogueira (Ofício nº 90/2023 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA na Câmara dos Deputados).
73. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Giordano. (Ofício nº 049/2023)
74. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Giordano, em substituição ao Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 049/2023 GLMDB, da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro).
75. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício. nº 36/2023 - Liderança Bloco Resistência Democrática).
76. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (Ofício nº 48/2023 da Liderança do União na Câmara dos Deputados).
77. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
78. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Joseildo (Ofício sn/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
79. 13/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Antônio Andrade, em substituição ao Deputado Hugo Motta (Ofício nº 8/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
80. 13/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Sílvia Costa Filho (Ofício nº 8/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
81. 18/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Chiodini, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (Ofício nº 11/2023-LID, da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
82. 18/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Henderson Pinto. (Ofício 11/2023-LID, da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
83. 19/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Pastor Diniz, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar (Ofício nº 061/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



84. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Soares, em substituição a Deputada Cristiane Lopes (Ofício nº 061/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).

85. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Padovani, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício nº 061/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).

Secretário: Tiago Torres De Lima Brum

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1163/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1163, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1163, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽⁶⁾
Fernando Farias - MDB/AL ^(2,34)	2. Marcelo Castro - MDB/PI
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO ⁽³⁵⁾	3. Jayme Campos - UNIÃO/MT ⁽³⁹⁾
Styvenson Valentim - PODEMOS/RN ⁽³⁶⁾	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ⁽⁴⁰⁾
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽³⁷⁾	5. Cid Gomes - PDT/CE ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Dr. Samuel Araújo - PSD/RO ⁽⁸⁾	1. Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽¹¹⁾
Vanderlan Cardoso - PSD/GO ⁽⁹⁾	2. Margareth Buzetti - PSD/MT ⁽¹²⁾
Rogério Carvalho - PT/SE ^(10,51)	3. Teresa Leitão - PT/PE ^(13,52)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Jaime Bagattoli - PL/RO ^(14,57)	1. VAGO ^(16,45)
VAGO ^(15,44)	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS ⁽¹⁸⁾	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁹⁾	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS ⁽²⁰⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²¹⁾	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²²⁾	2. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (23)	3. VAGO
PL	
Coronel Meira - PE (24,53)	1. Delegado Paulo Bilynskyj - SP (42,55)
Bibo Nunes - RS (25,54)	2. Carlos Jordy - RJ (38,56)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (26)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (43)
Odair Cunha - PT/MG (27)	2. Ana Pimentel - PT/MG (3)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (28)	1. Cristiane Lopes - RO (4)
Alfredo Gaspar - AL (29)	2. Danilo Forte - CE (5)
PP	
André Fufuca - MA (30)	1. Julio Lopes - RJ (7)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (31)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (47)
PDT	
André Figueiredo - CE (32)	1. Afonso Motta - RS (48)
AVANTE (46)	
VAGO (33)	1. VAGO (49,50)

Notas:

- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Dr. Samuel Araújo. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Luis Tibé, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como titular, o Senador Fernando Farias. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designada, como titular, a Senadora Professora Dorinha Seabra. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como titular, o Senador Plínio Valério. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como suplente, o Senador Jayme Campos. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como suplente, o Senador Oriovisto Guimarães. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



41. Designado, como suplente, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. 17/04/2023: O Senador Wilder Morais deixa de compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
45. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
46. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Sargento Isidório, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. 13/04/2023: Deixa de compor o Colegiado, como membro suplente, o Deputado Pastor Sargento Isidório (Ofício nº 30/2023 da Liderança do Avante na Câmara dos Deputados).
51. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
52. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Meira, sem substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício 131/2023 da Liderança do PL).
54. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Bibó Nunes, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício 131/2023 da Liderança do PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício 131/2023 da Liderança do PL).
56. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício 131/2023 da Liderança do PL).
57. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Jaime Bagattoli em substituição ao Senador Eduardo Gomes (Ofício nº 79 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).

Secretário: Paula De Araújo Pinto Teixeira

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



CMMPV 1164/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1164, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Fabiano Contarato (PT-ES)**VICE-PRESIDENTE:** Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)**RELATOR:** Dr. Francisco (PT-PI)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽³⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁵⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁴⁾	2. Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁶⁾
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS ^(16,66)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR ^(19,65)
Styvenson Valentim - PODEMOS/RN ⁽¹⁷⁾	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG ⁽²⁰⁾
Alessandro Vieira - PSDB/SE ⁽¹⁸⁾	5. Weverton - PDT/MA ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Angelo Coronel - PSD/BA ^(24,56,62,67,72)	1. Zenaide Maia - PSD/RN ⁽¹⁰⁾
Omar Aziz - PSD/AM ⁽⁷⁾	2. Nelsinho Trad - PSD/MS ⁽²²⁾
Fabiano Contarato - PT/ES ^(8,50,63)	3. Teresa Leitão - PT/PE ^(11,51)
Jorge Kajuru - PSB/GO ⁽⁹⁾	4. Augusta Brito - PT/CE ⁽⁶⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO ⁽¹²⁾	1. VAGO ^(14,23)
Wilder Moraes - PL/GO ⁽¹³⁾	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE ^(30,57)	1. Dr. Hiran - PP/RR ⁽⁵⁸⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ^(31,60)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF ^(32,59)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Andreia Siqueira - MDB/PA ⁽⁷³⁾	1. Charles Fernandes - PSD/BA ⁽⁸⁰⁾
Laura Carneiro - PSD/RJ ^(25,79)	2. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Ricardo Ayres - REPUBLICANOS/TO (33,70)	3. Rogéria Santos - REPUBLICANOS/BA (71)
PL	
Fernando Rodolfo - PE (35,52)	1. Delegado Ramagem - RJ (48,54)
Capitão Alberto Neto - AM (34,53,61)	2. Julia Zanatta - SC (42,55)
PCdoB, PT, PV	
Dr. Francisco - PT/PI (26)	1. Ana Pimentel - PT/MG (28)
Odair Cunha - PT/MG (27)	2. Patrus Ananias - PT/MG (29)
UNIÃO	
Fernanda Pessoa - CE (36,77)	1. Rodrigo Valadares - SE (49,75)
Cristiane Lopes - RO (37,78)	2. Rosângela Moro - SP (43,74,76)
PP	
André Fufuca - MA (38)	1. Julio Lopes - RJ (44)
CIDADANIA, PSDB	
Geovania de Sá - PSDB/SC (39,69)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (45)
PDT	
Dorinaldo Malafaia - AP (40)	1. Márcio Honaiser - MA (46,68)
PATRIOTA (1,2)	
Fred Costa - MG (41)	1. Dr. Frederico - MG (47)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Renan Calheiros. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Confúcio Moura. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro titular, o Senador Omar Aziz. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Jorge Kajuru. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designada, como membro suplente, a Senadora Zenaide Maia. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
13. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como titular, o Senador Marcio Bittar. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
17. Designado, como titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
18. Designado, como titular, o Senador Alessandro Vieira. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
19. Designada, como suplente, a Senadora Soraya Thronicke. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
20. Designado, como suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
21. Designado, como suplente, o Senador Weverton. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
22. Designado, como Suplente, o Senador Nelsinho Trad. (Ofício nº 26/BLRESDEM/2023).
23. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
24. Designada, como titular, a Senadora Eliziane Gama. (Ofício nº 26/BLRESDEM/2023).
25. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito. (Ofício nº 188/2023/PSD, do PSD).
26. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Francisco. (Ofício nº 162/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
27. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha. (Ofício nº 162/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
28. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pinmentel. (Ofício nº 162/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Patrus Ananias. (Ofício nº 162/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
30. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
36. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
37. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
38. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



40. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designado, como membro titular, o Deputado Fred Costa, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Dr. Frederico, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
51. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (OF. nº 131/2023 - Liderança/PL).
53. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Agrobom, em substituição ao Deputado Giovanni Cherini (OF. nº 131/2023 - Liderança/PL).
54. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Delegado Ramagem, em substituição à Deputada Soraya Santos (OF. nº 131/2023 - Liderança/PL).
55. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Julia Zanatta, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (OF. nº 131/2023 - Liderança/PL).
56. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Irajá em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Ofício nº 33/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática)
57. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Teresa Cristina. (Ofício nº 10/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
58. 10/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Dr. Hiram. (Ofício nº 10/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
59. 10/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão. (Ofício nº 10/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
60. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus. (Ofício nº 10/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
61. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição ao Deputado Daniel Agrobom. (Ofício nº 137/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
62. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Irajá (OF. nº 34/2023 - Liderança/Bloco Resistência Democrática).
63. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato, em substituição à Senadora Augusta Brito (OF. nº 34/2023 - Liderança/Bloco Resistência Democrática).
64. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Augusta Brito. (Ofício nº 34/2023 - Liderança/Bloco Resistência Democrática).
65. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Moro, em substituição à Senadora Soraya Thronicke (OF. nº 23/2023 - Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
66. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Marcio Bittar (OF. nº 23/2023 - Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
67. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
68. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Honaiser, em substituição ao Deputado Joseildo (Ofício nº 38/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
69. 12/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Geovania de Sá, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (Ofício nº 99/2023 - Liderança PSDB/CIDADANIA).
70. 13/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Ayres, em substituição ao Deputado Hugo Motta (Ofício nº 9/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
71. 13/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Rogéria Santos (Ofício nº 9/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
72. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 44/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
73. 18/04/2023: Designada, como membro titular, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (Ofício 12/2023/lid-bloco, da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
74. 18/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício nº 60 de 2023 da Liderança do União na Câmara dos Deputados).
75. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Valadares, em substituição a Deputada Cristiane Lopes (Ofício nº 062/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).
76. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Soares, em substituição a Deputada Cristiane Lopes (Ofício nº 061/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).
77. 20/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Ofício nº 62/2023/L/UniãoBrasil, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
78. 20/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Cristiane Lopes, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar. (Ofício nº 62/2023/L/UniãoBrasil, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
79. 20/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em substituição ao Deputado Antonio Brito. (Ofício nº 204/2023/PSD, da Liderança do Partido Social Democrata na Câmara dos Deputados).
80. 25/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Charles Fernandes. (Ofício nº 236/2023 da Liderança PSD na Câmara dos Deputados).

Secretário: Bruno Brey Vieira

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



CMMPV 1165/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Marcelo Castro - MDB/PI (3)	1. Fernando Dueire - MDB/PE (22)
Confúcio Moura - MDB/RO (4)	2. Ivete da Silveira - MDB/SC (5)
Alan Rick - UNIÃO/AC (17)	3. Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL (19)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (18)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (20)
Izalci Lucas - PSDB/DF (21)	5. Cid Gomes - PDT/CE (28)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Nelsinho Trad - PSD/MS (6)	1. Otto Alencar - PSD/BA (10)
Zenaide Maia - PSD/RN (7)	2. Mara Gabrilli - PSD/SP (11)
Humberto Costa - PT/PE (8,52)	3. Rogério Carvalho - PT/SE (12,53)
Chico Rodrigues - PSB/RR (9)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Girão - NOVO/CE (13,26)	1. VAGO (15,25)
VAGO (14,27)	2. Jorge Seif - PL/SC (16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (23,70)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (72)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (29,71)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (58,73)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (30)	1. VAGO
Sidney Leite - PSD/AM (31,69)	2. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (32)	3. VAGO
PL	
Carlos Jordy - RJ (33,54)	1. Samuel Viana - MG (48,56)
Gustavo Gayer - GO (34,55)	2. José Medeiros - MT (43,57)
PCdoB, PT, PV	
Jorge Solla - PT/BA (35,74)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (49)
Josias Gomes - PT/BA (36,75)	2. Ana Pimentel - PT/MG (50)
UNIÃO	
Dr. Zacharias Calil - GO (37,62)	1. Cristiane Lopes - RO (51)
Dr. Fernando Máximo - RO (38,63)	2. Rafael Simoes - MG (44,64)
PP	
André Fufuca - MA (39)	1. Julio Lopes - RJ (45)
CIDADANIA, PSDB	
Geraldo Resende - PSDB/MS (40,67)	1. VAGO (46,68)
PDT	
Dorinaldo Malafaia - AP (41,65)	1. Flávia Moraes - GO (47,66)
NOVO (1,2)	
Adriana Ventura - SP (24,42,60,61)	1. Marcel Van Hattem - RS (59)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Confúcio Moura. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Ivete da Silveira. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
7. Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designada, como membro suplente, a Senadora Mara Gabrilli. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. Designado, como membro titular, o Senador Alan Rick. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
18. Designado, como membro titular, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
19. Designado, como membro suplente, o Senador Rodrigo Cunha. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
20. Designado, como membro suplente, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
21. Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
22. Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Dueire. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
23. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
24. 10/04/2023: Encaminhado ofício da Liderança do Novo confirmando a indicação da Deputada Adriana Ventura como membro titular (Ofício nº 26/2023 da Liderança do Novo na Câmara dos Deputados).
25. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão passa a compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
26. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão em substituição ao Senador Eduardo Gomes (Ofício nº 79 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
27. 17/04/2023: O Senador Wilder Moraes deixa de compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
28. Designado, como membro suplente, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
29. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
36. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



37. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
38. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
40. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designada, como membro titular, a Deputada Adriana Ventura, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
51. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
54. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (OF. nº 132/2023 - Liderança/PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Gustavo Gayer, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (OF. nº 132/2023 - Liderança/PL).
56. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Samuel Viana, em substituição à Deputada Soraya Santos (OF. nº 132/2023 - Liderança/PL).
57. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (OF. nº 132/2023 - Liderança/PL).
58. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
59. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Marcel van Hattem (Ofício nº 26/2023/LN/CD da Liderança do Partido Novo).
60. 10/04/2023: Encaminhado ofício da Liderança do Novo confirmando a indicação da Deputada Adriana Ventura como membro titular (Ofício nº 26/2023 da Liderança do Novo na Câmara dos Deputados).
61. 10/04/2023: Encaminhado ofício da Liderança do Novo confirmando a indicação da Deputada Adriana Ventura como membro titular (Ofício nº 26/2023 da Liderança do Novo na Câmara dos Deputados).
62. 04/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zacharias Calil, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (Ofício nº 71/2023 - Liderança União Brasil - CD).
63. 04/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Máximo, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar (Ofício nº 71/2023 - Liderança União Brasil - CD).
64. 04/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Rafael Simoes, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício nº 71/2023 - Liderança União Brasil - CD).
65. 04/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado André Figueiredo (Ofício s/n da Liderança do PDT CD).
66. 04/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Flávia Moraes, em substituição ao Deputado Afonso Motta (Ofício s/n da Liderança do PDT CD).
67. 04/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Resende, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (Ofício nº 115/2023 - Liderança da Federação PSDB/Cidadania).
68. 04/05/2023: O Deputado Alex Manente foi desligado da vaga de suplente, em atendimento ao Ofício nº 116/2023 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania.
69. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício 262/2023 da Liderança do PSD-CD).
70. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Dr. Hiran, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício nº 18/2023 - Gabinete Liderança Bloco Aliança).
71. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 18/2023 - Gabinete Liderança Bloco Aliança).
72. 08/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Laércio Oliveira, conforme Ofício nº 18/2023 - Gabinete Liderança Bloco Aliança.
73. 08/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 18/2023 - Gabinete Liderança Bloco Aliança).
74. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Jorge Solla, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu. (Ofício nº 211/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
75. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Josias Gomes, em substituição ao Deputado Odair Cunha. (Ofício nº 211/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1166/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1166, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1166, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽³⁾	1. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽⁵⁾
Ivete da Silveira - MDB/SC ⁽⁴⁾	2. Giordano - MDB/SP ⁽⁶⁾
Sergio Moro - UNIÃO/PR ⁽³³⁾	3. Marcio Bittar - UNIÃO/AC ⁽³⁶⁾
Styverson Valentim - PODEMOS/RN ⁽³⁷⁾	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG ⁽³⁵⁾
Leila Barros - PDT/DF ⁽³⁴⁾	5. Alessandro Vieira - PSDB/SE ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Margareth Buzetti - PSD/MT ⁽⁷⁾	1. Dr. Samuel Araújo - PSD/RO ⁽¹¹⁾
Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽⁸⁾	2. Zenaide Maia - PSD/RN ⁽¹²⁾
Paulo Paim - PT/RS ^(9,51)	3. Teresa Leitão - PT/PE ^(13,52)
Chico Rodrigues - PSB/RR ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO ⁽¹⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Wilder Moraes - PL/GO ⁽¹⁵⁾	2. Jorge Seif - PL/SC ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS ⁽¹⁸⁾	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁹⁾	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS ⁽³⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL ⁽²⁰⁾	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA ⁽²¹⁾	2. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (22)	3. VAGO
PL	
Samuel Viana - MG (23,50)	1. Giovani Cherini - RS (46,54)
Caroline de Toni - SC (24,53)	2. José Medeiros - MT (40,55)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (25)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (47)
Odair Cunha - PT/MG (26)	2. Ana Pimentel - PT/MG (48)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (27)	1. Cristiane Lopes - RO (49)
Alfredo Gaspar - AL (28)	2. Danilo Forte - CE (41)
PP	
André Fufuca - MA (29)	1. Julio Lopes - RJ (42)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (30)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (43)
PDT	
André Figueiredo - CE (31)	1. Afonso Motta - RS (44)
PSOL, REDE (1,2)	
Guilherme Boulos - PSOL/SP (32)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (45)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designada, como membro titular, a Senadora Ivete da Silveira. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Jader Barbalho. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Giordano. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designada, como membro titular, a Senadora Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Dr. Samuel Araújo. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designada, como membro suplente, a Senadora Zenaide Maia. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
14. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
18. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
19. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
23. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Sergio Moro. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
34. 27/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Leila Barros. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
35. Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
36. Designado, como membro suplente, o Senador Marcio Bittar. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
37. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
38. 30/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Alessandro Vieira. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
39. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



41. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Tarcisio Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. 05/04/2023. Designado, como membro titular, o Deputado Samuel Viana, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 121/2023 da Liderança do PL).
51. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
52. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Caroline de Toni, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (OF. nº 133/2023 - Liderança/PL).
54. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Giovani Cherini, em substituição à Deputada Soraya Santos (OF. nº 133/2023 - Liderança/PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (OF. nº 133/2023 - Liderança/PL).

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMPV 1167/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1167, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1167, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO (3,4)
VAGO	2. VAGO
Efraim Filho - UNIÃO/PB	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN
Cid Gomes - PDT/CE (3,4)	5. Izalci Lucas - PSDB/DF
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (5)	1. Zenaide Maia - PSD/RN (10)
Sérgio Petecão - PSD/AC (6)	2. Margareth Buzetti - PSD/MT (11)
Beto Faro - PT/PA (8)	3. Paulo Paim - PT/RS (12)
VAGO (9)	4. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT	1. VAGO
Carlos Portinho - PL/RJ	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (2) (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
PL	
Altineu Côrtes - RJ	1. Soraya Santos - RJ
Giovani Cherini - RS	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR	1. Alice Portugal - PCdoB/BA
Odair Cunha - PT/MG	2. Ana Pimentel - PT/MG
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA	1. Cristiane Lopes - RO
Alfredo Gaspar - AL	2. Danilo Forte - CE
PP	
André Fufuca - MA	1. Julio Lopes - RJ
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PSB ⁽¹⁾	
Felipe Carreras - PE	1. Gervásio Maia - PB

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. A vaga destinada ao rodízio foi distribuída à bancada com a maior fração remanescente após a distribuição das 12 vagas instituídas pela RCN 1/2002.
3. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
4. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
5. 12/04/2023: Confirmada a indicação do Senador Otto Alencar (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática)
6. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
7. 12/04/2023: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de ocupar a vaga de titular (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática)
8. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Fabiano Contarato (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
9. 12/04/2023: O Senador Jorge Kajuru deixa de ocupar a vaga de titular (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
10. 12/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Zenaide Maia (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
11. 12/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Margareth Buzetti (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
12. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Paim (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).



CMMPV 1170/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1170, de 2023
(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1170, de 2023.
Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Marcelo Castro - MDB/PI (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Giordano - MDB/SP (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. VAGO
Omar Aziz - PSD/AM (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. VAGO
Fabiano Contarato - PT/ES (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	3. VAGO
Jorge Kajuru - PSB/GO (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	4. Ana Paula Lobato - PSB/MA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Zequinha Marinho - PL/PA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Carlos Portinho - PL/RJ (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Jorge Seif - PL/SC (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
André Figueiredo - PDT/CE (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	3. VAGO
Fábio Macedo - PODEMOS/MA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	4. VAGO
PL	
Altineu Côrtes - RJ (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Soraya Santos - RJ (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Giovani Cherini - RS (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Alberto Fraga - DF (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Ana Pimentel - PT/MG (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Alice Portugal - PCdoB/BA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Camila Jara - PT/MS (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
PSOL, REDE	
Guilherme Boulos - PSOL/SP (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)

Notas:

1. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
2. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
3. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
4. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
5. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
6. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
7. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
8. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
9. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
10. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
11. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
12. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



13. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
14. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
15. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
16. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
17. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
18. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
19. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
20. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
21. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
22. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
27. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
28. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
36. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
37. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.



CMMPV 1171/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1171, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1171, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. Confúcio Moura - MDB/RO
Marcelo Castro - MDB/PI	2. Giordano - MDB/SP
Efraim Filho - UNIÃO/PB	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA	1. VAGO
Omar Aziz - PSD/AM	2. VAGO
Fabiano Contarato - PT/ES	3. VAGO
Jorge Kajuru - PSB/GO	4. Ana Paula Lobato - PSB/MA
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT	1. Zequinha Marinho - PL/PA
Carlos Portinho - PL/RJ	2. Jorge Seif - PL/SC
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA	2. VAGO
VAGO	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTEs
André Figueiredo - PDT/CE	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO
Fábio Macedo - PODEMOS/MA	4. VAGO
PL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP ⁽¹⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR	1. Ana Pimentel - PT/MG
Alice Portugal - PCdoB/BA	2. Camila Jara - PT/MS
PSOL, REDE	
Guilherme Boulos - PSOL/SP	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ

Notas:

1. 09/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (Ofício 195/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).



CMMPV 1172/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1172, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1172, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. Confúcio Moura - MDB/RO
Marcelo Castro - MDB/PI	2. Giordano - MDB/SP
Efraim Filho - UNIÃO/PB	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA	1. VAGO
Omar Aziz - PSD/AM	2. VAGO
Fabiano Contarato - PT/ES	3. VAGO
Jorge Kajuru - PSB/GO	4. Ana Paula Lobato - PSB/MA
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT	1. Zequinha Marinho - PL/PA
Carlos Portinho - PL/RJ	2. Jorge Seif - PL/SC
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA	2. VAGO
VAGO	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTEs
André Figueiredo - PDT/CE	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO
Fábio Macedo - PODEMOS/MA	4. VAGO
PL	
Altineu Côrtes - RJ	1. Soraya Santos - RJ
Giovani Cherini - RS	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR	1. Ana Pimentel - PT/MG
Alice Portugal - PCdoB/BA	2. Camila Jara - PT/MS
PSOL, REDE	
Guilherme Boulos - PSOL/SP	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ



CMMPV 1173/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1173, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1173, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Marcelo Castro - MDB/PI (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Giordano - MDB/SP (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. VAGO
Omar Aziz - PSD/AM (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. VAGO
Fabiano Contarato - PT/ES (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	3. VAGO
Jorge Kajuru - PSB/GO (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	4. Ana Paula Lobato - PSB/MA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Zequinha Marinho - PL/PA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Carlos Portinho - PL/RJ (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Jorge Seif - PL/SC (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
André Figueiredo - PDT/CE (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	3. VAGO
Fábio Macedo - PODEMOS/MA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	4. VAGO
PL	
Altineu Côrtes - RJ (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Soraya Santos - RJ (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Giovani Cherini - RS (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Alberto Fraga - DF (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Ana Pimentel - PT/MG (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
Alice Portugal - PCdoB/BA (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	2. Camila Jara - PT/MS (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)
PSOL, REDE	
Guilherme Boulos - PSOL/SP (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37)

- Notas:
- 1. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 2. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 3. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 4. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 5. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 6. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 7. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 8. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 9. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
 - 10. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



11. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
12. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
13. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
14. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
15. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
16. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
17. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
18. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
19. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
20. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
21. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
22. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
27. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
28. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
36. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
37. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
PRESIDENTE

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º SECRETÁRIO

Senador Weverton (PDT-MA)
2º SECRETÁRIO

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p>Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) PRESIDENTE</p> <p>Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 1º SECRETÁRIO</p> <p>Senador Weverton (PDT-MA) 2º SECRETÁRIO</p> <p>Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) 3º SECRETÁRIO</p> <p>Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) 4º SECRETÁRIO</p> <p>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)</p> <p>2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)</p> <p>3º - VAGO</p> <p>4º - VAGO</p>	<p>Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE</p> <p>Deputado(a) Marcos Pereira (REPUBLIC -SP) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Deputado(a) Sóstenes Cavalcante (PL -RJ) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p>Deputado(a) Luciano Bivar (UNIÃO -PE) 1º SECRETÁRIO</p> <p>Deputado(a) Maria do Rosário (PT -RS) 2º SECRETÁRIO</p> <p>Deputado(a) Júlio Cesar (PSD -PI) 3º SECRETÁRIO</p> <p>Deputado(a) Lucio Mosquini (MDB -RO) 4º SECRETÁRIO</p> <p>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP)</p> <p>2º - Deputado(a) Pompeo de Mattos (PDT -RS)</p> <p>3º - Deputado(a) Beto Pereira (PSDB -MS)</p> <p>4º - Deputado(a) André Ferreira (PL -PE)</p>



CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

**Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS**SENADO FEDERAL****Atualização:** 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS****MESA DO SENADO FEDERAL****Atualização:** 19/02/2019

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br



Conselho de Comunicação Social**Lei nº 8.389, de 1991,****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes.**PRESIDENTE:** Miguel Matos**Eleição Geral:** 05/06/2002**Eleição Geral:** 22/12/2004**Eleição Geral:** 17/07/2012**Eleição Geral:** 08/07/2015**Eleição Geral:** 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Flavio Lara Resende	Guliver Augusto Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	João Camilo Júnior	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Valderez de Almeida Donzelli	Olimpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Maria José Braga	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Antônio de Jesus da Silva	Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	Fabio Almeida Mateus
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Sonia Santana	Luiz Antonio Gerace
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Matos	Angela Cignachi
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	Renato Godoy de Toledo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Davi Emerich	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	Daniel José Queiroz Ferreira
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fabio Andrade	VAGO



Atualização: 09/03/2020

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Telefone(s): 3303-5258
ccscn@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo	Líder da Maioria	Líder da Minoria
<p>Senador Randolfe Rodrigues - REDE / AP</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Deputado Bohn Gass - PT / RS</p> <p>Deputado Carlos Zarattini - PT / SP</p> <p>Deputado Daniel Almeida - PCdoB / BA</p> <p>Deputado Dorinaldo Malafaia - PDT / AP</p> <p>Deputada Lídice da Mata - PSB / BA</p> <p>Deputado Lindbergh Farias - PT / RJ</p> <p>Deputado Reginaldo Lopes - PT / MG</p> <p>Deputada Roseana Sarney - MDB / MA</p> <p>Deputado Otto Alencar Filho - PSD / BA</p> <p>Deputada Laura Carneiro - PSD / RJ</p> <p>Deputado Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO / MA</p> <p>Senador Jaques Wagner - PT / BA</p> <p>Senadora Leila Barros - PDT / DF</p> <p>Senadora Zenaide Maia - PSD / RN</p> <p>Senador Omar Aziz - PSD / AM</p> <p>Deputada Professora Luciene Cavalcante - PSOL / SP</p>		<p>Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Senador Rogerio Marinho - PL / RN</p> <p>Senador Eduardo Gomes - PL / TO</p> <p>Senadora Tereza Cristina - PP / MS</p> <p>Senador Zequinha Marinho - PL / PA</p> <p>Senador Magno Malta - PL / ES</p> <p>Senador Eduardo Girão - NOVO / CE</p> <p>Senadora Damares Alves - REPUBLICANOS / DF</p> <p>Deputada Bia Kicis - PL / DF</p> <p>Deputado Luiz Lima - PL / RJ</p> <p>Deputado Gilson Marques - NOVO / SC</p> <p>Deputado Marcel Van Hattem - NOVO / RS</p> <p>Deputado José Medeiros - PL / MT</p> <p>Deputado Alberto Fraga - PL / DF</p> <p>Deputado Delegado Ramagem - PL / RJ</p> <p>Deputado Ricardo Salles - PL / SP</p> <p>Deputado Filipe Barros - PL / PR</p> <p>Deputada Roberta Roma - PL / BA</p> <p>Deputada Silvia Cristina - PL / RO</p>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

